ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 187

Brasília - DF, quinta-feira, 26 de setembro de 2013

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 5
Ministério da Cultura 13
Ministério da Defesa 40
Ministério da Educação 43
Ministério da Fazenda 44
Ministério da Integração Nacional 52
Ministério da Justiça 52
Ministério da Pesca e Aquicultura 58
Ministério da Previdência Social 59
Ministério da Saúde 59
Ministério das Comunicações 65
Ministério de Minas e Energia 69
Ministério do Desenvolvimento Agrário 76
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 76
Ministério do Meio Ambiente 77
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 77
Ministério do Trabalho e Emprego 77
Ministério dos Transportes 92
Conselho Nacional do Ministério Público 92
Ministério Público da União 94
Tribunal de Contas da União 96
Poder Legislativo 121
Poder Judiciário 121
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 136

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 373, DE 2013

Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

Art. 2º As recomendações apresentadas pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, incluído pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, constam do Anexo deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de setembro de 2013.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ANEXO

PARECER Nº 51, DE 2012-CN

Da COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL, sobre a Mensagem (CN) nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem), que *encaminha, nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 136, de 2010, os textos da proposta de Política de Defesa Nacional* (sic), *da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional*.

RELATOR: Senador **JAYME CAMPOS**

I - RELATÓRIO

Nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 136, de 2010, a Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem), os textos da proposta de Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional.

A iniciativa, assim, atende ao disposto no § 3º art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, recentemente reformada pelo Parlamento. De acordo com esse dispositivo:

Art. 9º.....

§ 3º O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:

I - a Política de Defesa Nacional;

II - a Estratégia Nacional de Defesa;

III - o Livro Branco de Defesa Nacional.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp136.htm - art1

Lida no Plenário do Congresso Nacional em 1º de agosto de 2012, a Mensagem foi distribuída à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) naquela data e, no dia 9 de agosto, designado este Senador para relatá-la.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos (EM) nº 181-MD/SAE, de 29 de junho de 2012, dos senhores Ministros de Estado da Defesa e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) são documentos da mais alta relevância e assinalam o compromisso do Estado brasileiro com os valores democráticos e a defesa de nossas instituições e de nossa sociedade. Eis, portanto, os importantes documentos que agora são submetidos à apreciação do Congresso Nacional.

II - ANÁLISE

A Política Nacional de Defesa (PND), cujas versões anteriores tinham o nome de Política de Defesa Nacional (PDN), denominação, inclusive, constante da Lei Complementar nº 97, de 1999, é "o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional".

Se a Política orienta o Estado no sentido de o que fazer, a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece como fazer o que se determinou na Política. Assinale-se que a END é "o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro". Trata de questões "políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua 'grande estratégia' e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa". Considera, ainda, "problemas propriamente militares, derivados da influência dessa 'grande estratégia' na orientação e nas práticas operacionais das três Forças".

Já o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), trabalho inovador orientado de um debate com diversos segmentos da sociedade (apesar do Poder Legislativo ter sido legado a segundo plano em sua elaboração e na produção da nova Política e da nova Estratégia), constitui um documento de alta relevância para o País, que segue uma prática das grandes democracias, prática esta incentivada mesmo pela Organização das Nações Unidas. Compreende a visão do governo e de parte da sociedade sobre a Defesa Nacional do Brasil, sendo um documento de caráter público, por meio do qual "se permitirá o acesso à informação sobre o setor de Defesa do País". Nele é apresentado o "contexto do atual ambiente estratégico internacional, descrevendo o instrumento militar existente, seu relacionamento com sociedade, futuras projeções para adequação e modernização dos meios militares e estreita ligação com a indústria de defesa". Seus autores assinalam que o Livro Branco criará "novas oportunidades para o debate sobre Defesa Nacional".

Nossa principal reticência no que diz respeito à matéria repousa no fato de que o Poder Legislativo não foi convidado a participar, de forma mais estrita e técnica, da produção desses documentos. Ora, entendemos aí uma falha do Poder Executivo que, apesar de ouvir segmentos da sociedade como o meio acadêmico para elaborar o texto da Política, da Estratégia e do Livro Branco, simplesmente desconsiderou as contribuições que poderiam vir do Congresso Nacional, ainda, repito para a elaboração. Certamente, o Legislativo possui corpo técnico qualificado para compor o Grupo de Trabalho que produziu os documentos e teria, não tenho dúvida, excelentes contribuições para o processo. De toda maneira, temos esses documentos agora em nossas mãos e buscaremos apreciá-los de forma acurada e atenta aos interesses nacionais.

Preliminarmente, convém destacar que o papel do Congresso Nacional nos assuntos de Defesa Nacional se reveste de grande importância. Isso se reflete não só no fato desta Casa e da Câmara dos Deputados serem palcos de grandes debates sobre o assunto, mas também pelas competências legislativas do Parlamento em aprovar leis referentes à Defesa e à Segurança Nacional e, sobretudo, fiscalizar o Executivo.

Nesse sentido, alertamos para a responsabilidade da tarefa ora em curso. Temos que nos pronunciar sobre a Política e a Estratégia que serão adotadas pelo Brasil para sua Defesa Nacional e sobre o Livro Branco produzido pelo Poder Executivo. Trata-se de processo sem precedentes nessa área, e revela a importância que deve ter o Congresso Nacional, o Poder Legislativo, ao tratar de questões de Estado.

De fato, o grande precedente que temos foi a Política Nacional de Inteligência, que, de acordo com o art. 5º e o § 1º do art. 6º da Lei nº 9883, de 1999, deveria ser submetida à apreciação do Congresso Nacional antes de ser publicada pelo Presidente da República. Com esse objetivo, foi então enviada a Mensagem (CN) nº 198, de 2009 (Mensagem nº 997, de 09/12/2009, na origem) que, após analisada pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), foi apreciada e devolvida ao Poder Executivo com sugestões de alteração. Registre-se, não obstante, que até hoje não dispomos da referida Política, o que deixa a atividade de inteligência a serviço do Estado e da sociedade brasileiros em uma situação bastante fragilizada... Não compreendemos o porquê da inércia do Poder Executivo nessa matéria.

Tratemos um pouco da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, a CCAI. Essa Comissão, criada, como já disse, por determinação da Lei nº 9.883, de 1999, tem por função precípua fiscalizar e controlar os serviços secretos brasileiros, a nossa comunidade de inteligência. É o pleno exercício das funções da CCAI que garantirá que o Poder Legislativo esteja atento ao trabalho realizado pelos órgãos de inteligência, trabalho este tão relevante quanto sensível, exatamente por lidar com questões estratégicas e delicadas. Afinal, com uma CCAI em funcionamento, estaremos nós, Senadores e Deputados, seguros de que a comunidade de inteligência - e por consequência, o Poder Público - está atuando dentro de preceitos democráticos, em defesa do Estado e da sociedade, como deve ser.

De fato, sempre é bom registrar que democracia e atividade de inteligência são plenamente compatíveis, e que não há grande democracia no mundo que não disponha de seus serviços secretos eficientes e atuantes. Claro que regimes autoritários também podem dispor de órgãos de inteligência para defender o regime, como já

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO É PROIBIDA A REPRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA PELO DETENTOR DO DIREITO AUTORAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

aconteceu tantas vezes. Afinal, informação é poder. Entretanto, o que vai garantir que os serviços secretos atuem sob a égide de preceitos democráticos é exatamente o controle sobre eles exercido, particularmente, aquele de competência do Congresso Nacional.

Portanto, convém assinalar a grande relevância da CCAI para permitir ao Poder Legislativo exercer sua função precípua fiscalizadora. Uma CCAI forte e eficiente é a garantia de um controle efetivo sobre o Executivo em uma área das mais sensíveis.

Exatamente por ser o órgão de controle externo da Atividade de Inteligência e, em virtude do precedente da Política Nacional de Inteligência, é que foi encaminhada à CCAI a Mensagem nº 83, de 2012. Reitero a significativa importância da tarefa de apreciarmos a matéria, que compreende os mais elevados documentos da Defesa Nacional do Brasil e o reconhecimento, pelo Poder Executivo, da competência fiscalizadora do Legislativo e das contribuições que do Congresso Nacional podem advir.

De toda maneira, entendemos que, para situações futuras, melhor seria que se organizasse, no âmbito do Congresso Nacional, um grupo de trabalho para analisar documentos de tamanha relevância, e que os mesmos sejam apreciados não por este Colegiado misto, mas pelas Casas do Parlamento por meio de suas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passemos às considerações sobre os três documentos. De maneira geral, deve-se destacar o mérito de seus elaboradores, pois atendem ao disposto na LC nº 97, de 1999. Percebe-se, de fato, trabalho hercúleo em sua produção, fruto do debate entre setores do Governo e alguns segmentos da sociedade, ainda que o Parlamento tenha sido olvidado. Reiteramos nossa crítica a essa conduta do Executivo.

A Política Nacional de Defesa (PND)

O "documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa", a PND, volta-se essencialmente às ameaças externas e "estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional". É o que dispõe a Introdução à PND.

Entendemos ser conveniente que se defina Poder Nacional na Política. Nesse sentido, fomos buscar a definição doutrinária concebida pela Escola Superior de Guerra (ESG), instituição tradicional que há décadas pensa e discute Segurança Nacional e Defesa no Brasil. De acordo com o *Manual Básico* daquela Escola, Poder Nacional deve ser entendido como *a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional*. O conceito assume grande relevância, pois convém que discutamos os objetivos nacionais da República Federativa do Brasil, ou seja, aqueles objetivos *que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural*.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Quais são os objetivos nacionais de nosso País? Parece-nos que falta clareza na definição dos objetivos nacionais. De toda maneira, não é esta a tarefa da PND, mas de uma iniciativa maior a cargo do Congresso Nacional e do Poder Executivo. O que a PND faz é, corretamente, definir os objetivos nacionais de defesa. São eles:

I - garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;

II - defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;

III - contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;

IV - contribuir para a estabilidade regional;

V - contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;

VI - intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;

VII - manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;

VIII - conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;

IX - desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;

X - estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais;

XI - desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

Estamos de acordo com esses objetivos. E entendemos que, para alcançá-los, necessitamos de uma estratégia bem definida e, acima de tudo, do fomento a uma cultura de defesa no seio da sociedade brasileira. Afinal, como bem assinala a PND, o Brasil encontra-se inserido em um meio regional em que, apesar da aparente atmosfera de tranquilidade, as ameaças continuam existindo (inclusive as não-tradicionais, as chamadas "novas ameaças", como o crime organizado e o terrorismo). Isso, associado ao fato de estarmos em um ambiente global dinâmico, incerto e complexo, conduz-nos à necessidade de mais investimento e preparo na área de Defesa.

Sob a perspectiva de melhor conhecer o tema e fomentar uma mentalidade de Defesa, entendemos ser necessário clareza em alguns conceitos. Nesse sentido, entendemos que o termo "Segurança" definido na PND deve ser substituído por "Segurança Nacional", de maior precisão. Afinal, desde 1988, um misto de preconceito e falta de conhecimento tem feito com que a expressão fosse eliminada, deixando um vazio conceitual que não foi (como não se poderia esperar que fosse) substituída por "Defesa Nacional".

A PND assim define Defesa Nacional:

Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Segurança, por sua vez, é entendida como:

(...) a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais;

Ora, mais importe é que seja acrescido o conceito de Segurança Nacional, entendido como *a sensação de garantia para a Nação, da conquista e manutenção dos seus objetivos fundamentais proporcionada pela aplicação do seu poder nacional*. Segurança Nacional compreende aspectos tanto de defesa externa (Defesa Nacional) quanto de segurança interna (quando ameaças são provenientes de pessoas ou organizações estabelecidas no interior do território de um país) e, ainda, temas relacionados a ameaças transnacionais, como o terrorismo.

Durante as últimas duas décadas, repetimos, houve negligência ao se tratar de Segurança Nacional no Brasil, exatamente por se associar o termo ao período militar. Ora, essa época já é passada, e está na hora da sociedade brasileira rediscutir o tema, sobretudo quando se desenvolvem diante de nós ameaças à Segurança Nacional do País, contra as quais o simples aparato de Defesa não pode fazer frente. Eis, portanto, nossa sugestão.

A PND traça um cenário geral do ambiente internacional e do entorno estratégico do Brasil. Nesse contexto global de conflito e incertezas, importante assinalar a necessidade do País estar preparado em termos de Defesa Nacional e que prioridades sejam estabelecidas. Uma vez que as Senhoras e os Senhores Parlamentares já têm conhecimento da PND, de seus objetivos e orientações, não os repetiremos neste Relatório. Destacamos, entretanto, a necessidade da integração entre civis e militares na promoção da cultura de Defesa Nacional e, mais ainda de Segurança Nacional. São temas que dizem respeito ao conjunto da sociedade brasileira.

Assinalamos, ainda, a busca de parcerias estratégicas, o fortalecimento dos setores espacial, cibernético e nuclear, essenciais para a Defesa do País. Requer-se, nesse sentido, que se faça um adequado planejamento para aprimorar esses campos, estimulando-se a indústria nacional de Defesa e alocando-se recursos adequados para o setor. Vemos aqui espaço para observar os problemas relacionados às restrições orçamentárias para a Defesa e para as Forças Armadas. A capacidade defensiva encontra-se muito aquém das dimensões e pretensões do Brasil e isso não pode perdurar. Cito os exemplos de nossos programas nuclear e espacial, atrasados pelas restrições orçamentárias, e, ainda, a situação vexatória em que se encontra o Programa FX-2, de aquisição dos caças de superioridade aérea, o qual vem sendo postergado por mais de uma década, de modo que, a partir de 2014, se nada for feito, o País sofrerá muito em sua capacidade defensiva, já que nossas aeronaves Mirage 2000 estarão inoperantes, incapazes de voar.

Sobre a PND afirmamos, portanto, que maior participação do Congresso Nacional deve ocorrer, tanto em sua elaboração quanto na fiscalização do Poder Executivo no que concerne às medidas adotadas para garantir Segurança e Desenvolvimento, essenciais à nossa Defesa Nacional. Não podemos ficar alheios a matéria de tamanha relevância.

A Estratégia Nacional de Defesa (END)

Se a PND estabelece os objetivos da Defesa e o que fazer para alcançá-los, a END dispõe sobre como fazê-lo. Não ficaremos aqui tampouco a repetir o texto deste documento, mas convém que façamos algumas observações específicas a seu respeito.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, ainda que entendamos que não cabe ao Congresso Nacional aprovar a PND, a END e o LBDN, mas sim apreciá-los, apresentando-se sugestões, e por estarmos seguros de que tais documentos devam ser apreciados pelo Congresso Nacional em sua totalidade, concluímos pela apresentação do presente Decreto Legislativo, ao qual será anexado o texto deste Relatório com nossas recomendações:

PROJETO DECRETO LEGISLATIVO N º , DE 2012

Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem).

Art. 2º As recomendações apresentadas pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 136, de 2010, constam do Anexo a este Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel de propriedade particular que menciona, em favor da União, com destinação de uso para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º, **caput**, alínea "h", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta no Processo nº 00405.002325/2012-16,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da União, para uso do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o imóvel a seguir descrito: prédio comercial totalizando 13.255,51 m² de área total e 9.336,33 m² de área privativa, composto de subsolo com 15 estacionamentos, loja com 5.129,09 m² ocupando térreo, sobreloja e 2º pavimento mais torre com 12 pavimentos, contendo uma sala de 618,46 m² por pavimento. O imóvel, denominado Edifício Muralha, está localizado no centro comercial e administrativo da cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul , com endereço na Rua Sete de Setembro nºs 722 (loja) e 730 (prédio), CEP 90.010-190, bairro Centro Histórico. Apresenta frente também para a rua Siqueira Campos (entrada e saída dos estacionamentos). Conforme matrículas no Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, o imóvel constitui-se de prédio comercial individualizado em 27 matrículas que totalizam 13.255,51 m² de área total e 9.336,33 m² de área privativa, composto de subsolo, térreo, sobreloja e 2º pavimento interligados inteiramente por escadarias e elevador, mais torre com 12 pavimentos contendo uma sala de 618,46 m² por pavimento, com salão, 2 copas e 3 sanitários. O terreno, foreiro, apresenta as seguintes dimensões e confrontações: frente ao sul: 19,69 m no alinhamento da rua Sete de Setembro, nºs 722 e 730; fundos ao norte: 19,69 m no alinhamento da rua Siqueira Campos; ao leste: 80,00 m com imóveis de terceiros; ao oeste: 80,00 m com imóveis de terceiros; área: 1.575,20 m², conforme Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, matrículas nºs 62806 a 62832.

Art. 2º O bem de que trata este Decreto, após o processo de desapropriação, será destinado à instalação de todos os Cartórios Eleitorais de Porto Alegre, da Central de Atendimento ao Eleitor, das Secretarias de Controle Interno e Auditoria e de Gestão de Pessoas, e da Coordenação de Licitações e Contratos.

Art. 3º A despesa decorrente da execução do disposto neste Decreto correrá à conta das dotações orçamentárias da Justiça Eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013092600002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º A Advocacia-Geral da União deverá promover, na forma da legislação em vigor, a desapropriação do imóvel descrito no art. 1º, podendo, para efeito de imissão provisória na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Parágrafo único. O imóvel de que trata este Decreto somente poderá ser desapropriado após a autorização legislativa de que trata o § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de setembro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

MICHEL TEMER
José Eduardo Cardozo

Presidência da República

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Processo nº 00190.013659/2012-88

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto a Nota técnica nº 1.095/2013/CGU/CRG/CPAF e o Parecer nº 170/2013 ASJUR/CGU-PR, como fundamentos deste ato para DECLARAR A INIDONEIDADE da empresa CONSTRUTORA G&F, CNPJ nº 63.362.347/0001-2, pela prática de atos ilícitos materializados no pagamento de diversas vantagens e benefícios indevidos a servidores públicos, atentando contra a necessária idoneidade da referida empresa para contratações públicas, nos termos do art. 87, inciso IV, c/c art. 88, inciso III, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Quanto à empresa MAIA MELO ENGENHARIA LTDA, CNPJ 08.156.424/0001-51 E CONSULTORA DE ENGENHARIA HSZ LTDA., CPNJ 07.297.328/0001-60, deixo de aplicar a penalidade em razão da ausência de elementos probatórios suficientes a configurar o ilícito apurado no presente processo.

JORGE HAGE SOBRINHO
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/08/2013

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**424.073**	***Circulante***	**230.362**
Caixa e Bancos	10.218	Salários, Provisão e Encargos Sociais	43.899
Aplicações Financeiras	289.604	Fornecedores e Prestadores de Serviços	22.331
Siafi-c/c vinculada - Inv. Infraestrutura	91.744	Impostos e Contribuições a Recolher	24.091
Contas a Receber, líquidas	30.405	Empréstimos e Financiamentos	2.482
Estoques	554	Plano de Pensão	46.220
Créditos Tributários	372	Adicional de Tarifa Portuária – ATP	59.580
Despesas Antecipadas	489	Provisões Trabalhistas - Indenizações	23.347
Outros Créditos	687	Outras Obrigações	8.412
Não Circulante	**2.105.693**	***Não Circulante***	**813.673**
Realizável a Longo Prazo	**962.684**	***Exigível a Longo Prazo***	**813.673**
Contas a Receber, líquidas	647.519	Empréstimos e Financiamentos	5.901
Valores a Receber da União	15.647	Plano de Pensão	41.749
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	213.954	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	306.032
Bens Destinados a Alienação	3.026	Receita Diferida	448.589
Depósitos Judiciais – Recursos	82.538	Outras Obrigações	11.402
Investimentos	5	***Patrimônio Líquido***	**1.485.731**
Imobilizado	1.140.660	Capital Social	1.081.403
Intangível	2.344	Reserva de Lucros	198.550
		Reserva para Aumento de Capital	96.383
		Resultado do Exercício	109.395
TOTAL DO ATIVO	**2.529.766**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2.529.766**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2013 A 31-08-2013

	R$ MIL
RECEITA LÍQUIDA	504.039
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(194.418)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(87.014)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(56.977)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	6.077
RESULTADO OPERACIONAL	171.707
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB. SOCIAL CORRENTE	(56.151)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB. SOCIAL DIFERIDO	(6.161)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	109.395

RENATO FERREIRA BARCO — Diretor-Presidente
ALENCAR S. DA COSTA — Diretor de Administração e Finanças
MARIO SÉRGIO R. ALONSO — Contador CRC/1SP135973/O-6

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.505 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Triângulo (SIQR), em Bonópolis (GO); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.122293/2013-53;

Nº 2.506 - Alterar a inscrição do aeródromo Senador Teotônio Vilela (SNTW), em Teotônio Vilela (AL); validade até 18 de julho de 2023; processo nº 00065.129699/2013-67;

Nº 2.507 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Esmeralda (SDYN), em Taciba (SP); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.122394/2013-24;

Nº 2.508 - Alterar e renovar o registro do aeródromo privado Fazenda Lagoa do Cavalo (SDWI), em Gravatá (PE); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.124297/2013-76;

Nº 2.509 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Sococo (SNYV), em Moju (PA); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.121413/2013-03;

Nº 2.510 - Alterar a inscrição do aeródromo Fazenda Nova (SWGT), em Jandaia (GO); validade até 24 de agosto de 2014; processo nº 00065.129460/2013-97;

Nº 2.511 - Alterar a inscrição do aeródromo Fazenda Vera Cruz (SIZK), em Barra do Garças (MT); validade até 03 de setembro de 2014; processo nº 00065.129278/2013-36;

Nº 2.512 - Alterar a inscrição do heliponto SBT (SDLF), em Osasco (SP); validade até 16 de julho de 2014; processo nº 00065.129425/2013-78;

Nº 2.513 - Alterar e renovar o registro do heliponto privado Piracaia (SDYP), em Piracaia (SP); validade de 10 (dez) anos; processo nº 00065.129741/2013-40;

Nº 2.514 - Alterar a inscrição do heliponto HTO - Horto da Paz (SNNI), em Itapecerica da Serra (SP); validade até 20 de julho de 2022; processo nº 00065.115206/2013-10;

Nº 2.515 - Alterar a inscrição do heliponto Edra (SJBI), em Ipeúna (SP); validade até 31 de maio de 2015; processo nº 00065.129364/2013-49;

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

HUGO VIEIRA DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O GERENTE GERAL DE AVIAÇÃO GERAL, no uso das atribuições outorgadas pelo inciso X do artigo 8º da Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005; tendo em vista o que consta do inciso IX do artigo 48 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores; e considerando o disposto na Portaria 2.449/SSO, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço de 16 de dezembro de 2011, resolve:

Nº 2.500 - Revogar a homologação dos Treinamentos de Solo das aeronaves Cheyenne PAYE (I, II, III e IIXL), Cheyenne 400LS, Learjet 20 e Learjet 30, da WEST WINGS Escola de Aviação Civil Ltda., Cascavel; processo nº 00065.141782/2012-23;

Nº 2.501 - Homologar o curso de Piloto Privado Avião, parte teórica, pelo período de 5 anos, da FWS Escola de Aviação Civil, Nova Ponte - MG; Processo nº 00065.085699/2013-48;

Nº 2.502 - Retificar o art. 1° da Portaria ANAC nº 2346/SSO de 11 de setembro de 2013, publicada em seu inteiro teor no endereço eletrônico http://www.anac.gov.br, e na sua forma resumida no DOU nº 177, seção 1, página 3, de 12 de setembro de 2013, de forma que, onde se lê: "...situada na rua Viracopos nº 06, Bairro Jardim Aeroporto CEP 78125045,na cidade de Cuiabá-MT...", leia-se: "...Avenida Dom Bosco nº 1733 Bairro Goiabeiras ,CEP 78020-050-Cuiabá-MT...";

Nº 2.503 - Autorizar o funcionamento da Base Operacional, parte prática, pelo período de 5 (cinco) anos, da RIO 22 ESCOLA DE AVIAÇÃO LTDA.; Processo nº 00065.090199/2013-28; e

Nº 2.504 - Revogar a Portaria 2042/2013, de 09 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 154, Seção 1, pág. 2, de 12 de agosto de 2013 que autoriza a Base Operacional, por 90 dias, da RIO 22 ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA.; Processo nº 00065.090199/2013-28.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

PAULO CESAR REQUENA DA SILVA

EXEMPLAR DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PORTARIA Nº 79, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Detalha as competências do Núcleo de Apoio Técnico-Normativo do Departamento de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Racionalização e Simplificação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, interino, no uso de sua competência e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto n. 8.001, de 10 de maio de 2013, e no art. 8º do Anexo I do Decreto n. 8.001, de 10 de maio de 2013 resolve:

Art. 1º Esta Portaria detalha as competências do Núcleo de Apoio Técnico-Normativo do Departamento de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Racionalização e Simplificação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

Art. 2º Ao Núcleo de Apoio Técnico-Normativo do Departamento de Registro Empresarial e Integração compete:

I - realizar estudos de toda a matéria de natureza técnico-normativa do Departamento, propondo a criação, modificação, ajuste ou supressão de atos normativos, de forma a aperfeiçoá-los e adequá-los às necessidades da Secretaria, segundo orientação da Assessoria Jurídica;

II - emitir pareceres sobre matéria técnico-normativa inerente ao registro mercantil, sujeitos à aprovação da Assessoria Jurídica;

III - examinar as proposições sobre disposições legais e executivas concernentes aos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins, e do Departamento em particular;

IV - prestar orientação às Juntas Comerciais, mediante requerimento do Diretor do DREI, sobre assuntos de natureza jurídica, com vistas ao atendimento de consultas e em observância às normas legais e regulamentares do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, editando, quando for o caso, os correspondentes atos normativo-orientativos;

V - colaborar e participar em estudos sobre assuntos relativos ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

VI - elaborar e fornecer subsídios de caráter jurídico e elementos de informação destinados à defesa do Departamento em processos judiciais;

VII - examinar, instruir e preparar o encaminhamento para a Assessoria Jurídica, dos processos de recursos a serem decididos pelo Ministro, inclusive os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade mercantil estrangeira;

VIII - examinar, instruir e preparar o encaminhamento para a Assessoria Jurídica, dos processos relativos a empresas binacionais a serem decididos pela autoridade competente, no âmbito da Secretaria;

IX - participar do estudo e editar manifestação sobre processos ou propostas de contratos, ajustes ou convênios relacionados com assuntos ou encargos da competência do Departamento, de modo a subsidiar a análise por parte da Assessoria Jurídica desta Secretaria; e

X - desenvolver outras atribuições e praticar os demais atos que estiverem implícitos em sua competência ou que lhe sejam atribuídos por força de norma específica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HERVEY COSTA

PORTARIA Nº 81, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, interino, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e considerando o estabelecido no Decreto nº 8.001, de 10 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário-Executivo para, observadas a legislação aplicável e as normas em vigor:

I - promover, ratificar e homologar os atos necessários aos procedimentos licitatórios;

II - celebrar contratos, termos de cooperação, convênios, acordos e ajustes inerentes às atividades da Secretaria;

III - coordenar e executar as atividades referentes à administração de material, patrimônio, obras, transporte, comunicações administrativas, apoio administrativo e à conservação e manutenção da SMPE/PR;

IV - designar Comissão Permanente de Licitação;

V - conceder passagens e transporte, por qualquer via, dentro do território nacional, bem como férias, à conta de dotação orçamentária alocada no âmbito da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República;

VI - planejar, coordenar, orientar, avaliar e executar todas as atividades de gestão e desenvolvimento de pessoal;

VII - planejar, coordenar, orientar, avaliar e executar todas as atividades de informação, documentação, tecnologia da informação e modernização administrativa;

VIII - praticar todos os atos necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados ao orçamento desta Secretaria; e

IX - praticar os demais atos necessários ao bom e regular desempenho das suas atribuições.

Art. 2º Fica o titular da Secretaria Executiva autorizada a subdelegar, total ou parcialmente, a competência conferida por esta Portaria, em consonância com as necessidades do serviço.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON HERVEY COSTA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 125, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, o contido no Parecer nº 13, de 12 de julho de 2013, da Comissão Técnica nomeada pela Portaria Ministerial nº 1165, de 19 de dezembro de 2012, e o que consta do Processo nº 21000.002041/2013-33, resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do Laboratório GMO Centro de Pesquisas e Controle de Qualidade Ltda., CNPJ nº 22.641.575/0001-26, situado na Rua Belmiro de Almeida, nº 198, São Cristóvão, CEP: 31.230-230, Belo Horizonte-MG, credenciado para realizar Análises Microbiológicas em Alimentos e Água, por meio da Portaria nº 45, de 06 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 46, de 07 de março de 2008, Seção 1, pág. 8.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 127, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.015725/2011-33, resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa Michelle Aparecida de Abreu Brito - ME, CNPJ nº 07.867.370/0001-70, situado no Parque de Exposições Agropecuárias, GM-3, Serdim Galpão B, Granja Modelo do Torto, CEP 70.636-100, Brasília/DF, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria: nº 22, de 19 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) nº 34, de 20 de fevereiro de 2008, Seção I, pg.: 12.

RODRIGO FIGUEIREDO

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

Baixa as Diretrizes da Prática de Eutanásia do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal -CONCEA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL - CONCEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, incisos I e IV, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, e, tendo em vista o disposto nos incisos I e IV do art. 4º do Decreto nº 6.899, 15 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º. Ficam baixadas as Diretrizes da Prática de Eutanásia do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, na forma do Anexo a esta Resolução Normativa.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

ANEXO

DIRETRIZES DA PRÁTICA DE EUTANÁSIA DO CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL - CONCEA

1. Definição de eutanásia

Eutanásia, do grego "eu" - bom - e "thanatos" - morte -, constitui-se no modo humanitário de matar o animal, sem dor e com mínimo desconforto. É a prática de causar a morte de um animal de maneira controlada e assistida para alívio da dor e/ou do sofrimento. Neste caso, a eutanásia se justifica, para o bem do próprio indivíduo, em casos de dor ou sofrimento, a partir de um determinado nível, que não podem ser mitigados de imediato, com analgésicos, sedativos ou outros métodos ou quando o estado de saúde ou bem-estar do animal impossibilite o tratamento ou socorro (de acordo com o § 1º do art. 14 da Lei nº 11.794, de 2008).

Para facilitar as recomendações destas diretrizes, o termo eutanásia será utilizado em todos os casos, ou seja, tanto quando se induz a morte para o bem do próprio indivíduo quanto para fins científicos, uma vez que as técnicas são similares.

2. Critérios a serem adotados para eutanásia

Estas Diretrizes objetivam estabelecer procedimentos que evoquem o mínimo de dor e sofrimento com a realidade da maioria dos estabelecimentos onde a eutanásia é realizada. Deve-se consultar um médico veterinário com qualificação e experiência no manejo da espécie envolvida para assegurar a adequação da técnica.

Estas Diretrizes foram criadas baseando-se no princípio de que a dor só é reconhecida a partir de um estímulo nociceptivo, isto é, quando o córtex cerebral e estruturas subcorticais forem funcionais. Por outro lado, quando o animal se encontra no estado de inconsciência, não ocorre a percepção da dor. Desta forma, o método de eutanásia não é tão crítico quando o animal se apresentar inconsciente ou anestesiado, desde que a consciência não seja restabelecida antes do óbito.

Do mesmo modo que outros procedimentos que envolvem os animais, alguns métodos de eutanásia requerem contenção física do animal, realizada de acordo com a espécie, raça, tamanho, estado de domesticação, comportamento, presença de dor e/ou doenças, grau de excitação e método de eutanásia. Por esta razão, a manipulação correta do animal é fundamental para minimizar a dor e o sofrimento, para assegurar a segurança do pessoal envolvido e para proteger terceiros e outros animais.

Os critérios comumente adotados para indicação de eutanásia de uma forma individualizada são: animais gravemente feridos, com impossibilidade de tratamento, animais com doenças terminais em intenso sofrimento e animais idosos na falta de recursos para atender às suas necessidades. Entretanto, outras situações de indução da morte podem ocorrer, como, por exemplo, o abate humanitário de animais para consumo alimentar e quando os animais forem produzidos ou mantidos para propósitos científicos ou didáticos.

O abate humanitário para o consumo alimentar é regido por legislação específica do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento ou outra que a venha substituir. No caso de indução da morte para fins científicos, o método empregado deve ser o mesmo utilizado para eutanásia, ou seja, de uma forma indolor e sem sofrimento mental. Desta forma, como mencionado anteriormente, o termo eutanásia será utilizado para a ação de causar a morte, sem sofrimento e sem dor, de animais utilizados para propósitos científicos e didáticos.

Em todos os casos anteriormente descritos, o mesmo método deve ser utilizado para causar a morte do animal, independente da razão, exceto, em condições excepcionais, quando os animais são mortos como parte de um protocolo experimental e o método tiver de ser compatível com os fins científicos. No caso específico, o método deve ser aprovado pela Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA da Instituição, sem conflito com as Diretrizes aqui estabelecidas.

Em casos de estudos científicos, é necessário estabelecer, antes do início do estudo, critérios para o desfecho e indução de morte dos animais, como, por exemplo, o tamanho do tumor e o sofrimento físico e psíquico, no sentido de haver uma intervenção imediata para evitar sofrimento desnecessário.

Em circunstâncias não incluídas nestas Diretrizes, deve-se consultar um veterinário experiente na área e nas espécies em questão, para selecionar as técnicas aceitáveis, bem como observar a legislação vigente à época sobre o tema específico.

3. Condições necessárias para eutanásia do ponto de vista do executor

A eutanásia exige considerações morais e éticas para que a prática seja realizada de forma humanitária. A exposição constante dos técnicos ao procedimento de eutanásia pode afetá-los psicologicamente sob diversas formas. Causar a morte de animais é difícil do ponto de vista psíquico, particularmente quando ocorre de forma frequente e resulta no envolvimento do executor com os animais. As circunstâncias mais comuns do efeito emocional da eutanásia nas pessoas se caracterizam quando há necessidade de causar a morte de um grande número de animais e de forma repetida. Alguns indivíduos podem estabelecer mecanismos psíquicos de defesa, de modo a reduzir a empatia e o respeito no manuseio dos animais, podendo outros experimentar um sentimento de pesar e tristeza pela perda da vida. Os envolvidos não devem trabalhar sob pressão ou estar obrigados a praticar a eutanásia.

A pessoa responsável pela eutanásia deve ter conhecimento técnico, usar métodos humanitários de manuseio, entender o motivo pelo qual o animal está sendo morto, estar familiarizado com o método e saber o que acontecerá com o animal após a morte.

A participação ou exposição constante aos procedimentos de eutanásia pode provocar alterações na saúde física e mental dos envolvidos, causar um estado psíquico de profunda insatisfação com o trabalho e alienação, que pode se expressar em absentismo, agressividade, depressão ou falta de cuidado com os animais. Daí a necessidade de adotar medidas relativas à segurança, à qualificação e à preservação da saúde do trabalhador, que considerem os aspectos éticos, psicológicos e físicos que envolvam rotineiramente os funcionários nestas atividades. Como exemplo, deve-se estabelecer um programa institucional para minimizar o problema, como o acompanhamento periódico de profissionais credenciados para supervisão de apoio e para garantir a estabilidade emocional dos envolvidos.

A conscientização dos profissionais que realizam a eutanásia facilita sobremaneira o manejo, reduzindo o trabalho com os animais, no que concerne à agressividade destes e favorece o bem-estar do animal. Devem-se desenvolver atividades interativas entre a equipe, prover rodízio de serviço e entretenimento.

Para realização de eutanásia, é necessária qualificação específica que abranja formação técnica, ética e humanitária. O executor que realizará o procedimento deve possuir experiência e qualificação técnica comprovada sobre o(s) método(s) proposto(s), conhecimento da(s) espécie(s), de métodos humanitários de contenção e das possíveis respostas que inter-relacionem os métodos e as espécies.

Do ponto de vista do executor que realizará o procedimento, o método deve ser "visualmente" aceitável e de baixo risco para si e para equipe. Também se deve considerar o cuidado no uso e armazenamento dos fármacos, de acordo com a legislação específica, para evitar o risco potencial do abuso do consumo de fármacos classificados como entorpecentes.

4. Condições necessárias para eutanásia do ponto de vista do animal

A eutanásia não se limita apenas ao momento da morte. Todo o processo desde o alojamento dos animais e à contenção física deve ser cuidadoso para minimizar ao máximo o sofrimento, o medo, a ansiedade e a apreensão. A manipulação dos animais deve ser cuidadosa e, muitas vezes, conversar com o animal durante a eutanásia pode ter um efeito calmante em animais acostumados com o manuseio.

O uso de baixa luminosidade e um ambiente livre de ruídos também deve ser preconizado. A sedação e a anestesia facilitam o processo. Os animais devem ser mortos em um ambiente silencioso, limpo, longe de outros animais e, preferencialmente, no local onde eles vivem. Um animal não deve assistir a eutanásia de outro, devendo o cadáver ser retirado do ambiente e o local, bem como os objetos utilizados ser limpos antes da entrada do próximo animal. Se os animais forem deslocados de seu ambiente, deve-se garantir acesso a alimento e água até o momento da morte. Animais que não vivem em grupos devem ser submetidos à eutanásia individualmente.

Os animais selvagens, com injúria ou previamente estressados, são um desafio à parte. Vários métodos utilizados em circunstâncias normais podem ser inadequados e considerações especiais devem ser levadas em conta, por meio de consulta a profissionais experientes no manuseio da(s) espécie(s). Devem-se minimizar ao máximo os estímulos visuais, auditivos e táteis. Quando houver dificuldade de contenção física ou risco para os operadores, deve-se realizar contenção química com sedativos e/ou analgésicos e/ou anestésicos. A via de injeção deve causar mínimo estresse e o uso de dardos e armas de captura podem ser necessários. Nestes casos, pode ser útil o uso de fármacos por via oral, misturados nos alimentos ou água.

A expressão da dor pode ser muito sutil nos animais. O fato de os animais não aparentarem dor, não indica que estes não estão sofrendo o fenômeno. É necessária uma qualificação específica para o reconhecimento da dor, mesmo para técnicos e profissionais experientes com a espécie.

A expressão facial e posturas corporais indicam vários estados emocionais. Algumas respostas comportamentais e fisiológicas a um estímulo considerado nocivo incluem: vocalização, ato de se debater, tentativas de escapar, agressão, salivação, micção, defecação, secreção de glândulas adanais, dilatação da pupila (midríase), aumento da frequência cardíaca (taquicardia) e respiratória (taquipnéia), sudorese, tremores, espasmos e contrações musculares e timpanismo, no caso dos ruminantes. O medo pode causar paralisia em certas espécies, particularmente em coelhos, ovinos e aves. Tal ocorrência não deve ser interpretada como perda da consciência.

A vocalização, a alteração de comportamento e a liberação de odores ou feromônios por parte dos animais sob estresse podem causar ansiedade e apreensão em outros animais, daí a importância da ausência de outros animais no ambiente. Da mesma forma quando do uso de câmaras de inalação, as mesmas devem ser limpas após a morte de cada animal ou grupo de animais para assegurar que os demais não se exponham a resíduos que desencadeiem sinais olfatórios de alarme.

Do ponto de vista do animal, deve-se avaliar a compatibilidade do método com a espécie, idade e seu estado de saúde. O método deve ser confiável, irreversível e compatível com as necessidades.

Sistemas automatizados para fornecimento de agentes inalatórios podem oferecer vantagens para causar a morte simultânea de um grande número de animais, como os roedores.

A eutanásia de fetos e formas larvais deve ser considerada de modo especial, de acordo com a espécie e o tempo de gestação. De forma geral, ao confirmar a morte da gestante, os fetos também vão apresentar óbito na sequência. Entretanto, por serem mais resistentes à hipóxia podem apresentar um tempo maior de sobrevida. Desta forma não é aconselhável exteriorizar os fetos e induzir a morte de forma individual, pois o início da respiração pode desencadear a consciência. Caso sejam removidos, a morte deve ser induzida o mais rápido possível e, caso permaneçam vivos, deve-se assegurar o aquecimento e cuidados necessários para a manutenção da vida.

Os neonatos são muito resistentes ao efeito do CO_2 e de outros agentes que causam hipóxia. Neste caso outros métodos devem ser utilizados, como, por exemplo, o deslocamento cervical em camundongos. Os fetos com idade maior que dois terços da gestação e neonatos devem ser submetidos aos mesmos métodos de eutanásia que o os congêneres adultos da mesma espécie, sempre que possível.

5. Confirmação da morte do animal

É imperativa a confirmação da morte antes do descarte do animal. Animais inconscientes podem parecer mortos. Entretanto, podem se recuperar.

Todos os sinais a seguir devem ser associados para confirmar a morte do animal: ausência de movimento respiratório (apneia); ausência de batimentos cardíacos (assistolia), preferencialmente, por meio do uso de estetoscópio, ou equipamento que o substitua, como, por exemplo, doppler-ultrassom; ausência de pulsação, mucosas pálidas e perda do reflexo corneal ou àqueles apropriados para a espécie. A confirmação da morte deve ser realizada por profissional qualificado para tal fim.

Em determinadas situações, mais de um método pode ser utilizado para eutanásia; um que resulte em perda de consciência e, o outro, que garanta a morte. Caso haja alguma dúvida a respeito da morte do animal, um segundo método deve ser utilizado. Quando a eutanásia for realizada por dois métodos consecutivos, como, por exemplo, o uso de CO_2, pistola de dardo cativo ou deslocamento cervical, um segundo método, como a exsanguinação, ou decapitação, deve ser aplicado imediatamente após a insensibilização e antes de o animal restabelecer a consciência.

Para animais fetais ou recém-nascidos, dois fatores devem ser levados em consideração ao escolher o método de eutanásia: os animais são mais resistentes a hipóxia e a biotransformação dos fármacos é mais lenta. Portanto, dois métodos aceitáveis para a espécie devem ser combinados e a morte deve ser confirmada utilizando os sinais descritos anteriormente.

6. Sumário das diretrizes para eutanásia

Um método adequado de eutanásia deve:

1) Tratar o animal com o máximo de respeito;

2) O manejo pré-eutanásia deve ser baseado nas características comportamentais de cada espécie, no sentido de minimizar ao máximo a dor e o sofrimento físico e mental antes da perda da consciência;

3) O método deve ser selecionado para que a morte ocorra sem dor e sofrimento físico e mental;

4) o método de eutanásia deve produzir imediata perda da consciência, seguido de parada respiratória e cardíaca e perda da função cerebral;

5) O método de eutanásia deve ser apropriado para a espécie, idade e estado de saúde do animal;

6) Deve-se confirmar a morte após a eutanásia e antes do descarte do cadáver;

7) As pessoas envolvidas no ato de matar devem ser qualificadas e ser competentes para realizar o método de forma efetiva e humanitária, reconhecer a dor e o sofrimento nas espécies em que atua, reconhecer e confirmar a inconsciência e morte do animal;

8) Ao selecionar um método de eutanásia, deve-se levar em consideração o impacto psicológico do pessoal envolvido, mas a prioridade é sempre o bem-estar do animal;

9) As Comissões de Ética das Instituições de Ensino e Pesquisa são responsáveis pela aprovação ou não do método de eutanásia em todas as pesquisas e aulas que envolvam o uso de animais;

10) Deve-se consultar um médico-veterinário, com experiência nas espécies em questão, para selecionar o melhor método de eutanásia, particularmente, se houver pouca informação para a espécie animal envolvida;

11) Quando do uso de anestésicos inalatórios, as condições devem ser bem controladas e o equipamento submetido à manutenção e calibração regulares;

12) Como forma de se assegurar que o procedimento seja realizado de forma eficiente e humanitária, sempre que possível, deve-se realizar um rodízio entre profissionais treinados para este fim.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7. Modos de ação dos métodos de eutanásia.

Os agentes usados para a eutanásia atuam por três possíveis mecanismos: 1) hipóxia direta ou indireta, 2) depressão neuronal e/ou 3) interrupção da atividade cerebral e destruição de neurônios vitais.

No primeiro mecanismo (1), os agentes devem causar inconsciência antes da perda da atividade motora. A perda da atividade motora não pode ser equiparada à perda da consciência e à ausência de estresse. Desta forma, agentes que induzem paralisia muscular sem a perda da consciência, como os bloqueadores musculares, não são aceitos de forma isolada para eutanásia. Outras técnicas que induzem hipóxia podem desencadear atividade reflexa caracterizada por atividade motora após a inconsciência, o que não acarreta sofrimento no animal.

Os agentes que deprimem os neurônios cerebrais (2) causam inconsciência seguida de morte. Alguns destes agentes podem causar uma fase inicial de excitação ou delírio, quando ocorre vocalização e contrações musculares, seguido de inconsciência, depressão respiratória e parada cardíaca por hipoxemia.

A interrupção da atividade cerebral e destruição de neurônios vitais (3) podem ser causadas por concussão (trauma craniano), destruição direta do cérebro ou despolarização elétrica dos neurônios, que induz rápida inconsciência. A morte ocorre por destruição dos centros que controlam as atividades respiratória e cardíaca ou pelo uso de métodos adicionais ou complementares, como, por exemplo, a exsanguinação, para completar a eutanásia. Pode ocorrer atividade muscular exacerbada após a inconsciência e, apesar do aspecto desagradável para o observador, o animal não apresenta sofrimento.

8. Métodos de eutanásia

Um método adequado de eutanásia deve garantir a perda da consciência de forma rápida, irreversível e desprovida de experiência emocional ou física desagradável, ou seja, o animal não deve apresentar dor, estresse, apreensão ou ansiedade. Independente do método de eleição, a inconsciência deve anteceder a parada cardiorrespiratória, seguida da perda da função cerebral.

As características ideais de um método de eutanásia são: capacidade de causar a morte de forma rápida, sem dor, sofrimento, ansiedade e apreensão; irreversibilidade; confiabilidade; compatibilidade com os objetivos e necessidades, como exame post mortem e uso de material biológico, bem como com a espécie, idade e estado de saúde; fácil execução e aprendizado; execução com eficiência pela equipe disponível; segurança para o pessoal envolvido; causar mínimos efeitos emocionais no executor que realiza o procedimento e observadores; custo viável; viabilidade, quando for o caso, da disponibilidade do fármaco/substância e possibilidade de se manter equipamento em condições adequadas. Após o uso, o cadáver deve ter um destino seguro e dentro das normas preconizadas pela legislação ambiental, para prover segurança para o pessoal envolvido com o descarte da carcaça e para que outros animais não possam ter acesso à mesma.

São consideradas características inaceitáveis nos métodos de eutanásia: métodos cruentos, uso de vácuo, uso isolado de miorrelaxantes e animal consciente antes da parada cardíaca e respiratória.

Com o passar do tempo, métodos novos não considerados nestas Diretrizes podem surgir e podem ser utilizados, desde que sejam comprovadamente mais humanitários, por meio de embasamento científico, sejam aprovados pela Comissão de Ética da Instituição e sob aval de um médico veterinário experiente no assunto e na espécie em questão. Os métodos existentes anteriormente e que não sejam considerados nestas Diretrizes não devem ser utilizados.

A seleção do método de eutanásia depende da espécie animal envolvida, da idade do animal, dos meios de contenção disponíveis, da habilidade do executor que realizará o procedimento, do número de animais a serem mortos e do objetivo do protocolo.

Os métodos de eutanásia podem ser divididos em físicos ou químicos. Dentre os químicos, os mais frequentes são os agentes injetáveis ou inalatórios. Normalmente, os agentes químicos, como os anestésicos gerais injetáveis ou inalatórios são preferíveis, quando comparados aos métodos físicos, como o deslocamento cervical e decapitação. Entretanto, o propósito do estudo científico pode obstar o uso dos primeiros.

Como princípio geral, os animais devem ser mortos pelo método mais humanitário para a espécie. Caso o método de eutanásia afete os resultados da pesquisa e possa inviabilizar as avaliações, pode-se usar um método aceito com restrição, sob aval da CEUA, desde que todas as precauções necessárias sejam tomadas para minimizar qualquer impacto sobre o bem-estar do animal. Se houver suspeita, mas sem evidência, que um método recomendado possa influenciar os dados, a necessidade de utilizar um método alternativo deve ser validada em um estudo piloto.

Ao utilizar um método físico de eutanásia, o procedimento deve ser apropriado à espécie e a aplicação do método deve ser precisa. A experiência e a prática do operador e a eficiência dos equipamentos utilizados também são críticas para a humanização do procedimento. O pessoal deve ter qualificação e ser capacitado para manusear os animais e aplicar o método de eutanásia de uma forma que minimize estresse nos animais.

As tabelas 1 e 2 resumem os métodos de eutanásia de acordo com a espécie, que podem ser classificados como "recomendados", "aceitos com restrições" ou "inaceitáveis".

Os métodos recomendáveis são os preferidos, por causarem pouco ou nenhum sofrimento e se enquadrarem dentro das características ideais previamente descritas, particularmente por causar a morte de forma consistente e humanitária quando usado de forma isolada.

O método aceito com restrição é aquele que não atende a todos os critérios ideais, por uma ou mais razões, conforme descritos a seguir: não produzir inconsciência tão rápida quanto necessária; requerer habilidade e técnica específicas e, portanto, maior possibilidade de erro; ser visualmente desagradável; apresentar considerações ocupacionais de saúde e segurança associadas ao método; ou não haver documentação científica conclusiva sobre o método. Tais métodos podem ser aceitos pela CEUA, se: plenamente justificados para o objetivo científico; a pessoa responsável apresentar comprovada habilidade e qualificação para o emprego do método; e for considerado o devido cuidado à saúde e à segurança ocupacionais.

Um método é inaceitável se não se enquadrar nos critérios ideais e, por conseguinte, causar sofrimento nos animais, não ser humanitário ou apresentar outros problemas significativos associados ao seu uso.

Outros métodos além dos citados nas tabelas 1 e 2 podem ser utilizados em animais inconscientes, desde que estes não restabeleçam a consciência antes do óbito, podendo também ser utilizados os métodos usados para abate humanitário, de acordo com legislação específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou que a substitua, no caso de animais de produção paralelamente usados para fins científicos.

8.1. Métodos químicos

Os métodos químicos se baseiam no uso de substâncias químicas, preferencialmente, agentes anestésicos, e podem ser subdivididos em injetáveis ou inalatórios. Em ambos os casos, utiliza-se sobredosagem das substâncias em relação às doses consideradas anestésicas para cada espécie. Nos animais não aquáticos, pode-se injetar uma sobredosagem do anestésico ou expô-lo(s) aos gases anestésicos. Os animais aquáticos, como os peixes e anfíbios, podem ser imersos em soluções contendo anestésicos. Quando o método de escolha for injetável, a via preferencial é intravenosa. No entanto, dependendo da espécie, outras vias poderão ser preconizadas.

Quando considerada a via intraperitoneal, levando-se em conta que os barbitúricos (como, por exemplo, o tiopental e o pentobarbital), apresentam um pH alcalino em solução e, desta forma, podem produzir irritação ou dor, sugere-se a adição de lidocaína ou outro anestésico local à solução a ser injetada.

Sempre que possível, deve-se realizar jejum prévio, para evitar regurgitação e aspiração do conteúdo gástrico.

Essas Diretrizes foram elaboradas considerando-se as condições técnicas ideais. No entanto, a utilização dos fármacos aqui mencionados deve obedecer à legislação vigente.

8.1.1. Agentes inalatórios

Pelo fato de o agente inalatório ter de atingir uma concentração alveolar para ser efetivo, esta técnica leva algum tempo para induzir a inconsciência no animal. Quando a morte induzida pelos anestésicos inalatórios for lenta, um segundo método deve ser aplicado para garantir a morte de forma rápida, antes que o animal restabeleça a consciência.

A adequação do método depende se o animal passa ou não por um período de estresse entre o tempo de início da inalação do agente e o tempo até a perda da consciência. Agentes que induzam convulsão antes da perda da consciência são inaceitáveis.

Algumas características comuns dos agentes inalatórios são: 1) quanto maior a concentração administrada, mais rápida é a perda da consciência e mais humanitário é o método, exceto o CO_2; 2) deve-se garantir a manutenção adequada e periódica do equipamento; 3) os agentes apresentam diversos riscos à saúde humana, como explosão (éter), narcose (anestésicos inalatórios como o isofluorano), hipoxemia (nitrogênio e monóxido de carbono), vício (óxido nitroso, isofluorano) e efeitos crônicos (teratogenicidade, mutagenicidade), daí a necessidade de se disponibilizar um sistema antipoluição; 4) as concentrações alveolares aumentam lentamente em animais com hipoventilação ou que retêm a respiração (ex. répteis), sendo que, nestes casos, outros métodos deverão ser considerados para estas espécies; 5) os agentes inalatórios apresentam um longo período de latência até causarem a inconsciência em neonatos, que é mais prolongado em relação aos adultos, dada a maior resistência à hipóxia, com diferenças, de acordo com o método, de 10 minutos ou mais, não sendo indicados, dessa forma, em animais abaixo de 16 semanas de idade, a menos que seja para induzir inconsciência e seja complementado com outro método a seguir; 7) o ruído emitido pela entrada dos gases pode causar ansiedade e desconforto e, desta forma, o equipamento usado deve minimizar este problema; 8) os animais agrupados na mesma câmara devem ser da mesma espécie e, se necessário devem ser contidos separadamente para não machucarem a si ou aos outros; 9) répteis, anfíbios, animais que mergulham e alguns mamíferos podem reter a respiração e apresentar metabolismo anaeróbico, prolongando sobremaneira o tempo até inconsciência, o que sugere que outros métodos deveriam ser utilizados nestas espécies.

Os anestésicos ou agentes inalatórios de escolha para eutanásia devem induzir um rápido início de ação, para causar pronta perda da consciência e, portanto, mínimo desconforto. O odor deve ser agradável ou, pelo menos, não ser irritante, e a segurança do funcionário e do local deve ser considerada. Ao se utilizarem estes agentes para causar a morte simultânea de um grupo de animais, recomenda-se que em todas as vezes sejam introduzidos animais de mesma idade e que seja limitado o número de animais na câmara. Agentes de efeito lento, como o éter, não devem ser utilizados, pois o fármaco é inflamável e explosivo, irritante para as mucosas, além do fato de que a disponibilidade de éter dietílico é difícil e de que o éter sulfúrico é altamente tóxico para o homem.

Os gases inalatórios mais utilizados para causar a morte de um grupo de animais são o monóxido de carbono, o nitrogênio, o argônio, o dióxido de carbono (CO_2). Estes gases são facilmente disponíveis, inertes, inodoros, não inflamáveis ou explosivos e de baixo custo. Produzem efeito rápido. Entretanto, apresentam restrições do ponto de vista humanitário, bem como podem causar danos à saúde dos operadores, como hipoxemia e efeitos crônicos, e risco de explosão no caso do monóxido de carbono. O uso de nitrogênio e argônio é aceito, em casos excepcionais, apenas para aves. O uso de monóxido de carbono é vedado para qualquer espécie.

A concentração do agente utilizado para causar a morte varia na literatura científica. Se, por um lado, é necessária uma rápida exposição a uma alta concentração do agente, para induzir rápida inconsciência, por outro, particularmente no caso do CO_2, altas concentrações deflagram intensa irritação das vias aéreas.

A exposição a anestésicos inalatórios é aversiva em roedores e pode ser estressante para outras espécies, como cães, gatos, furões e coelhos. Em algumas circunstâncias, é aconselhável o uso prévio de sedativos.

A câmara de eutanásia deve ser grande o suficiente para permitir que o(s) animal(is) apoie(m) os membros e tenha(m) espaço para virar(em) e ajustar(em) a postura. O sistema de fornecimento do gás ou anestésico inalatório deve garantir um controle da concentração utilizada, particularmente com o uso de CO_2.

8.1.1.1. Anestésicos inalatórios

Dentre os anestésicos inalatórios mais indicados estão o halotano, o isofluorano e o sevofluorano. O halotano apresenta o menor custo e odor agradável. Entretanto, possui a desvantagem de ser biotransformado em até 20% pelo ser humano, o que causa risco a saúde dos operadores.

O isofluorano apresenta efeito mais rápido que o halotano. Entretanto, seu odor pungente é desagradável e os animais podem reter a respiração, o que prolonga um pouco o tempo até a perda da consciência. Entretanto, a biotransformação do isofluorano é quase insignificante no ser humano (ao redor de 0,7%) e, portanto, é mais seguro para o pessoal envolvido que o halotano. Dada a sua menor potência, necessita de concentração em torno de 60% maior que a do halotano para os animais atingirem a inconsciência.

O sevofluorano possui odor aceitável, efeito mais rápido que o isofluorano e baixa biotransformação para o ser humano. Entretanto, seu custo é mais alto. O desfluorano apresenta efeito mais rápido que todos os anteriores. Entretanto, sua baixa potência, que requer altas concentrações, odor pungente e custo alto, são fatores limitantes para o seu uso.

Os anestésicos inalatórios podem ser embebidos em algodão ou disponibilizados sob a forma de vapor. No primeiro caso, para pequenos roedores, o algodão embebido com anestésico pode ser colocado em um recipiente fechado juntamente com o animal, idealmente com uma separação física entre o animal e o algodão, para evitar o contato direto do animal com o líquido no algodão, dada a irritação das mucosas, fazendo com que o animal seja exposto apenas ao vapor. No segundo caso, o anestésico é fornecido, diluído em oxigênio, por um vaporizador utilizado em anestesia inalatória, na maior concentração possível. Esta técnica pode ser utilizada em animais maiores, como cães, gatos e animais silvestres, mas, para tal fim, uma câmara específica deve ser utilizada ou por meio do uso de máscara em circuito anestésico aberto após prévia sedação.

Os agentes inalatórios apresentam algumas questões ocupacionais para os seres humanos, como maior incidência de aborto espontâneo, teratogenicidade, mutagenicidade e problemas respiratórios. Para evitar tal risco, devem-se utilizar sistemas de exaustão, para minimizar o contato dos operadores com os anestésicos.

Vantagens: são indicados para animais abaixo de 7 kg ou em casos de dificuldade de venopunção; o halotano, isofluorano, sevofluorano e desfluorano não são inflamáveis e nem explosivos nas concentrações utilizadas.

Desvantagens: os animais podem se debater e apresentar excitação; há risco à saúde dos operadores e possibilidade de vício; o éter é um método inaceitável, pois, além de causar irritação das vias aéreas e desencadear longo tempo até a morte, é inflamável e explosivo. Desta forma, pode ocorre explosão quando os cadáveres são colocados em refrigeradores ou freezer e quando colocados em incineradores.

Recomendações: em ordem de preferência, deve se utilizar halotano (vantajoso para o animal, mas não para o operador, dada a alta biotransformação no ser humano), isofluorano, sevofluorano e desfluorano para animais abaixo de 7 kg.

Recomendável: classe amphibia e reptilia, das espécies que não retêm a respiração, seguido de outro método de eutanásia; osteíta, condroíta, seguido de outro método de eutanásia; classe aves e mamíferos que não retêm a respiração.

8.1.1.2. Dióxido de carbono (CO_2)

Apesar de o CO_2 apresentar efeito analgésico e anestésico geral em altas concentrações, não é um método humanitário para nenhuma espécie. Concentrações a partir de 40-50% são desagradáveis para os seres humanos, pois levam à formação de ácido carbônico na cavidade oral e acima de 50% são nocivas. Tal fenômeno também ocorre nos animais. Em contrapartida, o tempo até a inconsciência é inversamente proporcional à concentração utilizada. Diversos efeitos adversos são observados em cães, como dispneia, ataxia, espasmos musculares, micção, salivação, defecação, contrações tônicas e convulsões, o que torna este método inaceitável nesta espécie.

Apesar de o CO_2 ser listado como um método de eutanásia, dados recentes o questionam, pois há alto risco de comprometer o bem-estar animal, além do que o método de administração de CO_2 pode alterar negativamente ou exacerbar ainda mais esse risco. O possível comprometimento do bem-estar animal com o uso de CO_2 é embasado por evidências em testes de aversão, observações comportamentais e respostas fisiológicas. Desta forma, o uso do CO_2 como um agente de eutanásia, bem como a sua forma de administração, ainda está em debate.

Não deve ser empregado em peixes e anfíbios, devido à acidez da substância e manutenção prolongada da atividade cerebral. Da mesma forma, não deve ser empregado em lagomorfos (coelhos), répteis e animais que mergulham, bem como em suínos. Frangos também exibem sinais de aversão, dor e sofrimento quando do uso de CO_2.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vantagens: ausência de odor; rápida depressão do sistema nervoso central; facilidade de aquisição, quando envasado em cilindros; custo viável; não inflamável e não explosivo; poucos danos à saúde do executor que realizará o procedimento; ausência de resíduos no animal, caso usado para consumo; não altera os marcadores colinérgicos e a concentração de cortisol.

Desvantagens: densidade maior que a do ar, o que torna necessário o uso de uma câmara de pequena altura, para evitar que os animais assumam posição bípede; concentrações acima de 40% levam à formação de ácido carbônico na mucosa oral, o que causa dor e sofrimento; altas concentrações (<80%) podem provocar lesão do trato respiratório cranial e do pulmão; altas concentrações causam estresse e sofrimento aos animais e, por outro lado, baixas concentrações não são eficazes; o tempo até o efeito é prolongado em neonatos; alguns animais, como os peixes, animais que mergulham e que se enterram, apresentam alta tolerância; não indicado para répteis e anfíbios, pois estes apresentam uma baixa frequência respiratória; o método é mais lento que outros agentes inalatórios e intravenosos.

Recomendações: O CO_2 não deve ser usado quando outros métodos puderem ser utilizados para a pesquisa. O CO_2 é utilizado principalmente em roedores em câmaras específicas e só pode ser utilizado desde que haja possibilidade de mensurar as concentrações de CO_2. Para causar a morte em roedores deve-se preencher a câmara com um fluxo de 100% de CO_2 na ordem de 20% a 30% do volume da câmara por minuto e manter o fluxo por pelo menos 1 minuto após a morte clínica. Neste caso, ocorrem alguns efeitos adversos de estresse, dispneia e desconforto, ataxia em torno de 55 segundos, perda da consciência em 156±5 segundos e morte em até seis minutos. Apesar de controverso, o uso concomitante de O_2 não é aconselhável.

Quando do uso de CO_2, o excesso de gás deve ser eliminado na porção superior da câmara, paralelamente ao aumento gradual da concentração de CO_2, de forma que não ocorra pressurização interna, nem entrada de ar ambiente na câmara. Câmaras grandes podem requerer múltiplas entradas de CO_2 para garantir a difusão homogênea. O uso de válvulas de aquecimento em câmaras de fluxo contínuo e prolongado do gás evita a formação de gelo seco dentro das válvulas e sistemas de regulação. Deve-se confirmar a morte dos animais antes de usar ou descartar o cadáver, já que a reversão da consciência pode ser rápida. Alguns roedores podem apresentar apneia, conferindo a falsa impressão de morte. A confirmação da morte deve ser realizada por múltiplos métodos, como descrito anteriormente. Só pode ser utilizado quando armazenado em cilindros, em equipamentos com programa regular de manutenção e desde que a concentração de CO_2 fornecida ao(s) animal(is) seja mensurada.

Recomendável: nenhuma espécie

Aceito com restrição (desde que as recomendações anteriores sejam seguidas): aves e Rodentia (com exceção de neonatos) e Reptilia (espécies que não retêm respiração).

8.1.1.3. Nitrogênio e o argônio

Estes agentes atuam por indução de hipoxemia. Compõem 78% e 1% do ar ambiente, respectivamente. O uso de 98,5% de nitrogênio por 45 a 60 segundos causa inconsciência em 76 segundos, confirmado pelo eletroencefalograma (EEG) e óbito em 5 minutos em cães. Os sinais observados após inconsciência são: hiperventilação, dispneia, vocalização, convulsão e tremores musculares. O uso prévio de acepromazina não é aconselhado, já que prolonga sobejamente o tempo até o óbito, chegando a 51 minutos. Desta forma, o uso destas substâncias é altamente questionável do ponto de vista humanitário, já que o nitrogênio causa morte lenta e sofrimento considerável e o argônio não é indicado para roedores.

Vantagens: facilmente disponíveis em cilindros; não inflamáveis ou explosivos; baixo custo; baixo risco aos operadores.

Desvantagens: a perda da consciência ocorre apenas após hipoxemia e hiperventilação, o que causa angústia respiratória; a sedação prorroga muito o tempo até o óbito.

Recomendações: o nitrogênio e o argônio causam estresse em algumas espécies, como os roedores; o método requer concentrações de oxigênio inferiores a 2% alcançadas rapidamente, o que é difícil, e os animais devem estar em sedação profunda ou anestesiados. Entretanto, nestes casos, o tempo até a morte pode ser prolongado. Desta forma, é um método inaceitável para roedores. É aceito com restrição apenas para causar a morte de frangos. Neste caso, deve-se assegurar que a concentração de CO_2 seja menor que 30% e de O_2 <2%. Este método só é apropriado quando for possível a mensuração da concentração de O_2. O excesso de gás deve ser eliminado da câmara, de forma que não ocorra pressurização interna, nem entrada de ar ambiente na câmara. Só pode ser utilizado quando armazenado em cilindros e em equipamentos com programa regular de manutenção. Outros métodos de eutanásia são preferíveis.

Recomendável: nenhuma espécie.

Aceito com restrição (desde que as recomendações anteriores sejam seguidas): frangos.

8.1.1.4. Monóxido de Carbono

O monóxido de carbono (CO) é incolor, inodoro, não inflamável, nem explosivo em concentrações de até 10%. Combina-se com a hemoglobina, formando a carboxihemoglobina e bloqueia a captação de O_2 pelos eritrócitos, com consequente hipoxemia fatal.

Quando este método for escolhido, nunca deve ser usado com motores que funcionam com gasolina para emissão de CO, pois estes produzem uma concentração inadequada, sem possibilidade de controle da emissão e concentração do agente. Além disso, o resfriamento da emissão é inadequado, há a produção de outros gases e a manutenção do equipamento é questionável.

No homem, os sintomas mais comuns frente a uma exposição inicial ao CO é cefaleia, tontura, fraqueza, seguido, quando do aumento da concentração de CO, de diminuição da acuidade visual, zumbido no ouvido, náusea, depressão progressiva, confusão mental, colapso e morte. A perda da consciência pode ser acompanhada de convulsão e espasmos musculares. Nos seres humanos, exposições de 0,32% a 0,45% de CO, por uma hora, induzem à inconsciência e morte. Desta forma, este agente é extremamente perigoso para o operador, devido à alta toxicidade e dificuldade de detecção, pelo fato de ser inodoro e incolor. Adicionalmente, a exposição crônica de baixas concentrações desencadeia alterações cardiovasculares e efeitos teratogênicos. Mesmo quando do uso de cilindros de CO, este método deve ser evitado pelo alto risco à saúde dos envolvidos.

Inaceitável: todas as espécies.

8.1.2. Agentes injetáveis

Dentre todos os métodos, os agentes injetáveis são os mais indicados para eutanásia na maioria das espécies, pois, desde que o manejo prévio seja realizado de forma adequada, apresentam efeito rápido e confiável; não causam sofrimento físico e emocional para o animal; são de baixo risco aos operadores; apresentam uma maior probabilidade de irreversibilidade; confiabilidade; menor custo; e melhor aspecto estético em relação ao uso de agentes inalatórios e métodos físicos. As suas desvantagens são a necessidade de contenção individual dos animais e necessidade de experiência para administração.

Quando a contenção física do animal, para se realizar a administração, for difícil ou causar estresse a ele ou risco ao operador, deve-se proceder previamente à contenção química por outra via que não a injetável.

Quando a via intravenosa for impraticável para a eutanásia, a via intraperitoneal pode ser utilizada. Considerando que pela via intraperitoneal os animais permanecem por tempo mais prolongado no estágio II (de excitação), estes devem ser colocados em espaços pequenos e em silêncio para evitar traumas. As vias de administração mais apropriadas para cada grupo taxonômico estão especificadas nos itens correspondentes.

Qualquer fármaco que produza um estado de anestesia geral pode ser utilizado. Entre os de uso mais comum destacam-se o tiopental, o pentobarbital, a embutramina e o propofol. Desde que a inconsciência tenha sido confirmada, os anestésicos gerais podem ser seguidos por métodos complementares, como bloqueadores neuromusculares e/ou cloreto de potássio, que causam apneia e assistolia, respectivamente. Em nenhuma hipótese os bloqueadores neuromusculares e/ou cloreto de potássio devem ser utilizados em animais sem a confirmação da inconsciência.

8.1.2.1 Barbitúricos

Os barbitúricos causam depressão do Sistema Nervoso Central - SNC, com mínimo desconforto, desde que a injeção seja rápida. Após a inconsciência, ocorre apneia e assistolia, como consequência da hipóxia. Estes efeitos ocorrem por depressão do córtex cerebral, centros respiratório e vasomotor, respectivamente. Dentre os barbitúricos, o pentobarbital possui a vantagem de apresentar maior duração de ação que o tiopental e, portanto, menor probabilidade de reversão do efeito.

Vantagens: os barbitúricos são anestésicos tradicionais, de efeito rápido, suave e com mínimo desconforto para os animais. São potentes depressores do SNC, cujos efeitos são amplamente conhecidos e previsíveis. O baixo custo e a estabilidade da solução reforçam a recomendação dos barbitúricos serem eleitos a melhor opção para eutanásia de animais de vida terrestre.

Desvantagens: pode ocorrer respiração agônica em animais já inconscientes, o que pode ser visualmente desagradável e a permanência do fármaco no cadáver pode causar sedação nos animais que consomem a carcaça. Desta forma, o descarte do cadáver deve ser adequado.

Recomendações: é o método de eutanásia mais indicado para mamíferos em geral. Na impossibilidade de uso intravenoso, nas condições citadas anteriormente, pode-se administrar por via intraperitoneal, desde que a solução seja misturada com lidocaína (10 mg/mL) ou outro anestésico local. Ao usar em aves, deve-se tomar a precaução de não perfurar os sacos aéreos.

Recomendável: todas as espécies

8.1.2.2. Outros anestésicos injetáveis

O propofol, etomidato, metomidato ou embutramina também podem ser utilizados para eutanásia e apresentam características e indicações muito similares à dos barbitúricos. A embutramina é comercialmente disponível em associação a um miorrelaxante periférico e um anestésico local. Estes fármacos podem ser administrados exclusivamente por via intravenosa.

Recomendável: todas as espécies.

8.1.2.3. Agentes injetáveis aceitáveis apenas como método complementar

Os anestésicos dissociativos não devem ser utilizados como agentes únicos para realização de eutanásia porque não promovem inconsciência, mas apenas dissociação do córtex cerebral. Podem causar excitação, catalepsia e convulsão em altas doses e a dose letal é muito alta. Entretanto, podem ser utilizados para contenção química de animais indóceis, seguidos de complementação com anestésicos gerais.

O cloreto de potássio deve ser precedido de anestesia geral (confirmação da inconsciência). Os operadores devem ter qualificação específica e conhecimento das técnicas anestésicas para serem competentes para confirmar a inconsciência.

Os bloqueadores neuromusculares causam paralização, dose dependente, da atividade muscular esquelética, podendo provocar a cessação da respiração por paralisia dos músculos respiratórios. Portanto, só podem ser utilizados estando os animais sob anestesia geral profunda.

O hidrato de cloral causa lenta depressão cerebral. Desta forma, a contenção pode ser difícil para alguns animais. A morte ocorre por hipoxemia, resultante de depressão progressiva do centro respiratório, e pode ser precedida por respiração ofegante, espasmos musculares e vocalização. É inaceitável como método único, devido a seus efeitos adversos importantes. Pode ser utilizado apenas após anestesia geral.

8.2. Métodos Físicos

Os métodos físicos de eutanásia incluem pistola de insensibilização, tiro com arma de fogo, deslocamento cervical, decapitação, eletrocussão, irradiação por micro-ondas específicos para eutanásia, armadilhas, compressão torácica, exsanguinação ou sangria, maceração, concussão e perfuração craniana.

Em todos os casos, é imperativa a qualificação e habilidade do executor e, quando for o caso, a manutenção adequada do equipamento. Estes métodos, em alguns casos, podem causar menos estresse e ser mais rápidos e práticos em relação a outros métodos. Armadilhas, exsanguinação, concussão e perfuração craniana não são aceitos de forma isolada, mas podem ser utilizados em associação aos agentes anestésicos ou outros métodos que causem inconsciência prévia.

Os métodos físicos são normalmente de aparência desagradável, mas podem ser úteis em situações específicas. Os envolvidos devem estar conscientes a respeito das implicações de aparência do método e informar aos observadores o que pode ocorrer.

Considerando que a maioria destes métodos envolve trauma, deve-se levar em conta o risco inerente para os animais e para o executor que realiza o procedimento. Desta forma, os cuidados devem ser extremos e a habilidade e experiência do executor são essenciais. A qualificação prévia deve ser realizada em animais mortos ou anestesiados e sob ensino e supervisão de uma pessoa experiente, até que o aprendiz seja proficiente.

Em muitos casos, os animais podem não morrer imediatamente, a depender do grau de injúria cerebral, e, desta forma, recomenda-se que imediatamente após, a morte seja garantida pelo emprego de um segundo método, como, por exemplo, a exsanguinação ou perfuração craniana. São métodos aceitos com restrição e não são práticos para causar a morte em um grande número de animais, salvo nos animais destinados ao consumo alimentar, de acordo com normas específicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou outra que a vier substituir.

8.2.1. Pistola de insensibilização por ar comprimido (percussiva não penetrativa) e de dardo cativo (percussiva penetrativa)

A primeira causa insensibilização por concussão cerebral e a segunda destruição imediata do tecido cerebral por trauma penetrante. A pistola de dardo cativo penetrante apresenta maior eficiência, pois produz concussão e laceração do tecido cerebral; já no método de insensibilização com a pistola de dardo cativo não penetrante a perda da consciência se dá pela concussão cerebral (trauma/golpe) e a consciência do animal pode retornar em um curto espaço de tempo. Podem ser utilizadas para ruminantes, equídeos, suínos e animais silvestres de grande porte, desde que seja possível a contenção química ou física adequadas, para o correto posicionamento da pistola.

A pistola deve ter força suficiente para penetrar o crânio do animal-alvo e a localização correta do impacto varia de espécie para espécie. Para tal, as pistolas de dardo cativo devem estar em perfeita manutenção para que o dardo consiga receber energia suficiente e produzir o estado de inconsciência quando atingir o crânio do animal.

O posicionamento da pistola e a localização correta do alvo variam de acordo com a espécie. Nos bovinos, deve-se apontar para o osso frontal, na intersecção das duas linhas imaginárias, entre os chifres e os olhos contralaterais. O equipamento deve ser direcionado em ângulo de 90 graus em relação ao osso frontal e em contato direto com o crânio do animal. Nos equídeos, o alvo é pouco acima da intersecção das duas linhas imaginárias traçadas, entre a inserção das orelhas e os olhos contralaterais. Nos suínos, traça-se uma linha imaginária transversal no osso frontal que une a porção dorsal (superior) dos dois olhos e a outra longitudinal na linha média frontal, formando uma cruz; a pistola é posicionada 2 cm dorsal (superior) e 0,5 cm lateral para um dos lados do ponto de intersecção entre estas duas linhas imaginárias. Em ovinos e caprinos a pistola é posicionada no centro da linha imaginária que tangencia a borda caudal do chifre em sentido paralelo ao eixo longitudinal da cabeça.

Ao ser usada a pistola, ocorrem colapso e espasmos musculares. É importante a monitoração dos sinais de consciência dos animais insensibilizados, assim como a monitoração do equipamento. Em caso de dúvida, deve-se insensibilizar novamente o animal. Logo após a insensibilização, é necessário causar a morte com outro método. O tempo entre a insensibilização e o procedimento de eutanásia deve ser breve para evitar o retorno da consciência do animal.

Vantagens: eficiência e baixo custo, podendo ser utilizado em condições de campo.

Desvantagens: visualmente desagradável.

Recomendações: Pode ser usada em equídeos e ruminantes; aceito com restrição em suínos e em outras espécies. No caso do uso de pistola de insensibilização por ar (não penetrante), é necessário complementar o procedimento com outra técnica, já que a primeira só causa atordoamento no animal.

Recomendável: nenhuma espécie.

Aceito com restrição: animais de grande porte das classes aves, reptilia e ordens artiodactila e perissodactila, bem como outros animais selvagens de grande porte.

8.2.2. Tiro com arma de fogo

É um dos principais métodos para a coleta de aves em ambiente natural. É insubstituível para as espécies de aves difíceis de serem capturadas, como aquelas que só são acessadas nas copas das árvores. Seu uso para a coleta de aves prediz que sejam mortas rapidamente. Caso o tiro não resulte em morte imediata, deve-se causar a morte por outro método o mais rapidamente possível.

Para os demais grupos taxonômicos, deve ser usado apenas tiro na região frontal do crânio, embasado nas mesmas considerações da pistola de ar comprimido e de dardo cativo. Deve ser empregado apenas em casos extremos, como, por exemplo, em situações de campo, em grandes animais domésticos ou silvestres, em que o sofrimento do animal e a indisponibilidade de outros métodos justifiquem a eutanásia imediata do animal. Quando o método for em-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pregado, um operador experiente e habilitado deve manusear a arma com extremo cuidado. Deve-se evitar ao máximo a presença de espectadores e, quando isto não for possível, estes devem ser instruídos dos riscos e implicações visuais desagradáveis.

A arma de fogo, bem como o seu porte devem estar legalizados pelas autoridades competentes e o procedimento não deve ser realizado em ambiente fechado. Devem ser utilizados calibres e tamanho de grão (no caso de cartucho) compatíveis com os espécimes que serão eutanasiados.

Vantagens: perda da consciência instantânea, desde que o tiro acerte o local correto; necessário em algumas situações de campo, na ausência da disponibilidade ou viabilidade de outros métodos.

Desvantagens: Risco ao operador e observadores; requer executor experiente e habilitado; é visualmente desagradável; em situações a campo pode ser difícil a imobilização do animal para acertar o alvo; o tecido cerebral é destruído o que pode inviabilizar exames post morten; necessita equipamento em boa manutenção.

Recomendações: na ausência de outros métodos, é aceito com restrição em equídeos, ruminantes, suínos e animais silvestres de grande porte, como cetáceos, crocodilianos, grandes mamíferos e aves; não deve ser usado na rotina, apenas em casos excepcionais, salvo em situações alarmantes de surtos de doenças infectocontagiosas em animais de grande porte (e. g. febre aftosa).

Recomendável: nenhuma espécie.

Aceito com restrição: aves de vida livre, em situações de campo, especialmente para espécies difíceis de serem acessadas (e.g., copas das árvores - apesar de ser o único método disponível para essas espécies -, é classificado como "aceito com restrição", devido a seu alto risco); animais de grande porte das classes amphibia, aves, crocodilianos e ordens artiodactila e perissodactila, bem como outros animais selvagens de grande porte. Em todos os casos, apenas em situações de campo.

8.2.3. Deslocamento cervical

É fundamental que o executor, que realiza o procedimento, seja bem qualificado, como descrito anteriormente, na introdução do tópico sobre métodos físicos. Há poucos estudos científicos que confirmam que é um método humanitário. Entretanto, aparentemente, quando bem executado, causa lesão imediata da medula espinhal e inconsciência, seguido de morte.

Pode ser usado para causar a morte de aves de pequeno porte (até 50 g), camundongos, ratos (abaixo de 150 g) e coelhos (abaixo de 1 kg) imaturos. Para camundongos e ratos, o polegar e o indicador devem ser colocados um de cada lado na região cervical cranial (base do crânio) ou um bastão é pressionado na base do crânio. Com a outra mão, a base da cauda ou membros pélvicos são tracionados caudalmente, para causar a separação das vértebras cervicais em relação ao crânio. Para coelhos imaturos, a cabeça é segura com uma das mãos e os membros pélvicos com a outra mão. O animal é tracionado (esticado) e o pescoço estendido e girado dorsalmente para separar a primeira vértebra cervical do crânio.

Para aves de pequeno porte, o deslocamento cervical é um método comum de causar a morte, mas a perda da consciência pode não ser instantânea e pode persistir por até 13 segundos. O tempo até perda da consciência não é acelerado mesmo que seja realizada a exsanguinação na sequência.

Vantagens: ausência de contaminação do material biológico; procedimento rápido quando executado de forma adequada e por profissional qualificado.

Desvantagens: estética desagradável; requer grande habilidade do executor; pode ser usado apenas para algumas espécies.

Recomendações: deve ser executado exclusivamente por profissional experiente e capacitado; não é indicado para hamsters devido à forte musculatura cervical; só deve ser usado quando justificado cientificamente e na impossibilidade de outros métodos para o objetivo do estudo; após a realização do procedimento, deve-se confirmar que o pescoço foi deslocado pela palpação da vértebra e em caso da não separação das vértebras, deve-se complementar com outro método, tal como decapitação ou exposição ao CO_2. Não deve ser usado para causar a morte em um grande número de animais.

Recomendável: nenhuma espécie

Aceito com restrição: coelhos abaixo de 1 kg previamente anestesiados; desde que haja interferência comprovada da anestesia sobre os resultados da pesquisa, o método poderá ser utilizado em pequenas aves (menos de 50 gramas), camundongos e ratos abaixo de 150 g sem a necessidade de anestesia prévia.

8.2.4. Decapitação

A menos que a anestesia comprovadamente interfira no resultado da pesquisa, os animais deveriam ser anestesiados previamente antes do uso deste método. Pode ser usado para pequenas aves, roedores, coelhos abaixo de 1 kg e pequenos anfíbios. A atividade cerebral permanece por até 14 segundos após a decapitação. Entretanto, aparentemente tal atividade não está relacionada com a percepção da dor.

Há disponibilidade comercial de guilhotinas específicas para roedores adultos e pequenos coelhos.

Vantagens: Não contamina o material biológico a ser utilizado e não danifica o cérebro; procedimento rápido.

Desvantagens: o manuseio e a contenção são estressantes para os animais; a permanência de atividade cerebral após a decapitação estabelece controvérsia se o método é humanitário; risco de lesão física no profissional que realiza o procedimento; visualmente desagradável; requer habilidade do profissional.

Recomendações: método aceito com restrições em pequenas aves, roedores, coelhos < 1 kg e pequenos anfíbios; preferencialmente deve ser utilizado após a anestesia; o equipamento deve estar em boas condições de uso, a lâmina periodicamente amolada e a limpeza realizada após a morte de cada animal; o uso de cones plásticos para contenção física do animal reduz o estresse do manuseio, melhora o posicionamento do animal e reduz a possibilidade de injúria no operador; o operador deve estar bem familiarizado com o método; deve ser utilizado exclusivamente equipamento específico para este fim.

Recomendável: nenhuma espécie.

Aceito com restrição: pequenas aves, roedores, coelhos abaixo de 1 kg e pequenos anfíbios nas condições de pesquisa em que os objetivos do estudo não permitem outro método de eutanásia, ou seja, desde que haja interferência comprovada da anestesia sobre os resultados da pesquisa.

8.2.5. Micro-ondas

Usado em neurobiologia para fixar os metabólitos in vivo e manter a integridade anatômica cerebral. São produzidos especificamente para eutanásia de ratos e camundongos e possuem potencia de 1,3 to 10 kW, dirigida para a cabeça do animal. A potência requerida para cessar a atividade enzimática cerebral depende da eficiência do equipamento, do ajuste da cavidade ressonante e do tamanho da cabeça do animal. Há uma grande variedade de equipamentos e variação do tempo até perda da consciência e eutanásia.

Um equipamento de 10 kw, 2.450-MHz, com potência de 9 kw, aumenta a temperatura cerebral de camundongos de 18 a 28 g e ratos de 250 a 420 g, até 79 e 94 ºC em 330 e 800 ms, respectivamente.

Vantagens: a inconsciência é atingida em menos que 100 ms e, a morte, em menos que 1 segundo; é o método mais eficaz para fixação de tecido cerebral in vivo para ensaios enzimáticos.

Observação importante: micro-ondas de uso doméstico não podem ser utilizados em nenhuma condição.

Recomendável: nenhuma espécie.

Aceito com restrição: uso em camundongos e ratos apenas com equipamentos específicos disponibilizados comercialmente e desde que haja interferência comprovada da anestesia sobre os resultados da pesquisa.

8.2.6. Armadilhas

Apesar de poder ser usada para causar a morte de animais de vida livre de pequeno porte para fins comercial, científico ou para proteção humana, o uso de armadilhas mecânicas fatais é bastante controverso, pelo fato de que pode causar uma morte lenta e com sofrimento, dada a dificuldade de seleção do equipamento, dependência da proficiência do operador e a possibilidade de causar intenso dano físico em espécies que não sejam o alvo da captura. É preferível o uso de armadilhas que mantenham o animal vivo, seguido de outros métodos aceitáveis de causar a morte. A armadilha deve ser criteriosamente selecionada e testada cientificamente, de acordo com a ISO (International Organization for Standardization), literatura disponível, tamanho, conformação, local de colocação (chão versus árvores), tipo de isca, tipo e sensibilidade do disparo. Em condições excepcionais, pode ser aceito com restrição, desde que todos os métodos possíveis tenham sido testados e falharam. Os animais que não apresentarem óbito, após a captura pela armadilha, devem ser submetidos à eutanásia o mais rápido possível, por métodos aceitos. O monitoramento deve ser contínuo para evitar que animais sejam presos e continuem vivos.

Recomendável: nenhuma espécie.

Aceito com restrição: animais de vida livre de pequeno porte, com equipamentos específicos disponibilizados comercialmente e desde que haja interferência comprovada da anestesia ou outros métodos sobre os resultados da pesquisa.

8.2.7. Compressão torácica

A compressão torácica pode ser utilizada para a eutanásia de aves silvestres de pequeno porte (menos de 50 g de massa), exclusivamente em situação de campo. O método maximiza o aproveitamento da carcaça por não danificar nenhum órgão interno.

Vantagens: Os animais perdem a consciência rapidamente. Permite maximizar a utilização da carcaça para alguns tipos de estudos, como análises de contaminantes ou aqueles relacionados à anatomia.

Desvantagens: Dependendo do grau de domínio da técnica pelo executor, pode resultar em situação visualmente desagradável. A morte ocorre por asfixia.

Recomendações: Deve ser realizada por executor experiente.

Recomendável: nenhuma espécie

Aceito com restrição: Para aves silvestres de pequeno porte (menos de 50 g de massa), exclusivamente em condições de campo. Só deve ser utilizado quando da impossibilidade de realização de métodos recomendáveis de eutanásia.

8.2.8. Congelamento

A imersão em nitrogênio líquido pode ser aceita com restrição em fetos e neonatos de pequenos roedores e lagomorfos e em peixes de pequeno porte, com algumas espécies ornamentais, que não ultrapassem 200 mg (0,2 g) de peso.

Para espécies de médio e grande porte, poderão ser utilizadas as fases de embrião, larva e pós-larva até 200 mg (0,2 g) de peso.

A partir deste peso, é recomendada a concussão cerebral ou decapitação.

8.2.9. Métodos complementares a outros métodos

Atordoamento e secção medular induzem inconsciência, mas podem não causar o óbito. Desta forma, estes métodos devem ser complementados com outros métodos, como anestésicos, exsanguinação ou decapitação.

8.2.9.1. Exsanguinação

Realizada por meio da secção das artérias carótidas e veias jugulares. Só pode ser utilizada após a inconsciência do animal, como, por exemplo, após o atordoamento, eletrocussão ou anestesia. Nunca deve ser usado isoladamente, nem como primeiro método.

No caso de roedores e lagomorfos, a exsanguinação pode ser feita por punção cardíaca desde que o animal esteja sob efeito de anestesia geral.

8.2.9.2. Atordoamento causado por golpe na cabeça (concussão)

Animais podem ser atordoados por um golpe na cabeça ou pelo uso de pistola não penetrante. O uso de pistola já foi abordado anteriormente. Portanto, este item contempla apenas o atordoamento por golpe na cabeça. É difícil avaliar a perda da consciência após o atordoamento, mas esta é caracterizada por perda de reflexo corneal. A concussão cerebral (golpe na cabeça) só pode ser utilizada em circunstâncias excepcionais, para alívio do sofrimento em situação de emergência, de animais intensamente traumatizados, quando não houver outro método disponível no momento ou diante da total impossibilidade de uso de outros métodos que possam comprovadamente interferir nos resultados da pesquisa. Sempre deve ser seguido por outro método que assegure a morte, como decapitação, perfuração craniana ou exsanguinação.

Recomendável: nenhuma espécie.

Aceito com restrição: anfíbios, répteis e peixes ósseos e cartilaginosos.

8.2.9.3. Perfuração craniana

Um instrumento perfurante fino, pontiagudo e afiado é introduzido com força e rapidez para produzir depressão imediata do SNC. Não é um método aceito de forma isolada, pois há diversas outras opções humanitárias e, desta forma, é usado apenas como método adjunto, após a confirmação do estado de inconsciência do animal. É fundamental a comprovada qualificação e experiência do executor.

Em sapos, deve-se primeiro anestesiá-los, com injeção intravenosa ou intraperitoneal de sulfonato metano de tricaína (MS-222), em solução tamponada até o pH 7, injeção intracelomática ou nos sacos linfáticos dorsais de pentobarbital sódico ou imersão em solução tamponada até o pH 7 de sulfonato metano de tricaína ou benzocaína.

8.2.9.4. Eletronarcose

Utilizada em ruminantes, suínos, coelhos, peixes e aves domésticas. Os sinais de atordoamento elétrico efetivo são extensão dos membros, opistóno, rotação ventral do globo ocular, espasmos tônicos seguidos de clônicos, com eventual flacidez muscular. Deve ser seguida de eletrocussão para indução de fibrilação ventricular, exsanguinação ou outro método que garanta a morte.

8.2.9.5. Eletrocussão

Realizada com corrente alternada, causa morte por fibrilação cardíaca, seguido de hipóxia cerebral. Como a perda da consciência ocorre apenas em até 30 segundos após a fibrilação, só é aceito desde que o animal esteja previamente inconsciente, por outro método, inclusive eletronarcose. Desta forma, não pode ser usado como método único e sempre tem de ser precedido por outro método que cause inconsciência prévia.

Vantagens: é considerado humanitário, se os animais estiverem previamente inconscientes; não contamina o material biológico; custo baixo.

Desvantagens: risco ao operador; pouco útil para um grande número de animais; visualmente desagradável pelas contrações musculares espásticas; pode não ser confiável em causar a morte, principalmente em animais abaixo de 5 kg, pois pode haver restabelecimento do batimento cardíaco; inadequado para animais com carapaça (e. g. tatus, jabotis).

Recomendações: requer habilidade do operador e equipamento adequado que garanta passagem suficiente de corrente elétrica no cérebro; aceito com restrições mesmo que se leve em conta as considerações anteriores; as especificações do equipamento variam de espécie para espécie; usado em ovinos e suínos para fins comerciais. Só é aceito como método complementar, após a confirmação da inconsciência. Neste caso, pode ser aceito com restrição em coelhos, ruminantes, equídeos e suínos.

9. Especificação dos métodos de eutanásia por grupo taxonômico

9.1. Coelhos abaixo de 1 kg, camundongos, hamsters, ratos e cobaias - ordens Lagomorfa e Rodentia.

9.1.1. Eutanásia em fetos e neonatos de roedores e lagomorfos

9.1.1.1. Fetos e neonatos

O reconhecimento da maturidade do sistema nervoso (SN) é o balizador para a escolha do método adequado de eutanásia a ser empregado quando o trabalho envolva fetos de animais. Os conceptos que se encontram na fase de desenvolvimento do seu SN, no qual sejam capazes de processar estímulos dolorosos, necessitam de tratamento técnico-científico adequado para minimizar tais estímulos.

Em fetos de camundongo, rato e hamster até o 14º dia de gestação - nos quais a percepção da dor é improvável devido ao mínimo desenvolvimento neuronal neste estágio -, a eutanásia da mãe ou a remoção do feto assegura morte rápida deste, por meio da perda do suprimento sanguíneo. Na cobaia, esse período é estendido até o 34º dia de gestação. A partir dessa fase (15º dia de gestação de camundongo, rato e hamster ou do 35º dia em cobaias), até o nascimento, o nível de desenvolvimento da inervação possibilita a percepção da dor. Nesse caso, recomenda-se a decapitação, sendo necessária habilidade e experiência do operador para realizar tal procedimento. Outro método que pode ser empregado em animais nessa idade é a anestesia por hipotermia, seguido pela decapitação. Para tal, o feto é colocado numa placa de petri, a qual é submersa em gelo por 20 minutos, o que permite a redução da atividade nervosa e reduz o sangramento, após isso, realiza-se a decapitação.

Quando há a indicação de ser realizada a fixação química do feto, os animais devem ser previamente anestesiados (e.g. hipotermia) antes da imersão ou da perfusão com as substâncias que promoverão a fixação.

Sempre que possível, o método de escolha para a eutanásia da mãe deve assegurar anóxia cerebral rápida para o feto, com o mínimo distúrbio no meio uterino. Para a eutanásia materna, recomenda-se o uso de CO_2 seguido de outro método, como decapitação ou pneumotórax bilateral.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1.1.2. Neonatos

Para os neonatos (camundongos, ratos e hamster) com idade entre 1 a 6 dias, recomendam-se os seguintes métodos para realização da eutanásia: decapitação com lâminas afiadas; anestesia por hipotermia (o animal deverá ficar submerso em gelo por 20 minutos), seguida de decapitação; uso de CO_2, seguido de decapitação com lâminas afiadas; anestésico inalatório (e.g. isofluorano), no qual os animais devem ser expostos por, no mínimo, 10 minutos após a cessação dos movimentos. A exposição dos animais ao CO_2 ou a gases anestésicos deve ocorrer em caixas especificamente confeccionadas e os animais podem ser colocados isoladamente ou em grupos.

Para os mesmos roedores, entre 7 a 14 dias de idade, pode ser usado o CO_2 ou, preferencialmente, anestésico inalatório isoladamente ou seguido de decapitação com lâminas afiadas. O animal deve permanecer na câmara de gases pelo menos 2 a 10 minutos após a cessação dos movimentos.

Para os roedores neonatos com 15 dias até a idade adulta, preconiza-se o uso de anestésico inalatório isoladamente, sendo que o animal deverá permanecer na câmara por pelo menos mais 2 minutos após a cessação dos movimentos. Após ser retirado da câmara, o animal deverá ser observado por pelo menos mais 1 minuto antes do descarte, para assegurar a morte.

Em cobaias, os neonatos devem ser submetidos à eutanásia seguindo-se o mesmo procedimento para o animal adulto. É indicado o uso de Barbitúricos ou outros anestésicos gerais injetáveis ou, ainda, anestésicos inalatórios seguidos de outro procedimento para assegurar a morte.

Recomendação: Para quaisquer outras espécies recomenda-se consulta ao CONCEA.

9.1.1.3. Animais jovens e adultos

Camundongos, hamsters, ratos e cobaias podem ser colocados em uma caixa hermeticamente fechada, contendo algodão embebido com halotano, isofluorano ou sevofluorano, desde que não haja contato direto do animal com o algodão. Preferencialmente, esta deve ter uma parte transparente para a visualização do momento do óbito do animal, confirmado a seguir pela ausência de reflexo corneal e batimentos cardíacos.

Os anestésicos gerais injetáveis, administrados por via intraperitoneal, também são aceitos quando usados em sobredoses a partir de três vezes a dose requerida para a anestesia geral, em todas as espécies deste item. Entretanto, a solução de barbitúricos deve ser misturada com lidocaína na concentração de 10 mg/mL ou outro anestésico local, para minimizar a dor.

A exsanguinação pode ser feita por punção cardíaca, desde que o animal esteja sob efeito de anestesia geral.

O deslocamento cervical, a decapitação, o uso de microondas ou o CO2 são aceitos com restrição, desde que o objetivo do estudo seja incompatível pelo uso de anestésicos gerais injetáveis ou inalatórios. Nestes casos, excepcionais o pesquisador deve justificar e comprovar a qualificação do executor.

9.2. Coelhos acima de 1 kg, cães, gatos e furões - ordens Lagomorfa e Carnívora.

O método aceito e mais indicado é a sobredosagem de anestésicos gerais por via intravenosa ou em segunda opção sobredosagem de anestésicos inalatórios. Em neonatos ou animais muito pequenos, em que não seja possível a canulação venosa, pode-se utilizar a via intraperitoneal em casos excepcionais, desde que a solução seja adicionada de anestésico local, de acordo com o item anterior.

No caso de coelhos acima de 1 kg, a exsanguinação pode ser feita por punção cardíaca desde que o animal esteja sob efeito de anestesia geral.

9.3. Equídeos - ordem Perissodactila

Dentre os métodos químicos, o mais indicado é o uso de um sedativo, como derivados fenotiazínicos ou agonistas de adrenorreceptor alfa-2, entre outros, especialmente em animais indóceis, seguidos de éter gliceril guaiacol ou hidrato de cloral, associado ao tiopental sódico em sobredosagem. Dada à necessidade de grandes volumes de injeção, deve-se introduzir previamente um cateter intravenoso, para evitar injeções extravasculares. Também é aceita a realização de eutanásia por meio de eletrocussão ou injeção de lidocaína subdural na cisterna magna, desde que realizada anestesia geral prévia.

Em casos excepcionais, em situações a campo, em animais com injúria intensa e sob extremo sofrimento, na ausência de disponibilidade de anestésicos gerais, pode se considerar o uso de armas de fogo ou pistola de dardo cativo ou de insensibilização para eutanásia, devendo sempre ser executados por profissionais experientes e habilitados.

9.4. Ruminantes e suínos - ordem Artiodactila

9.4.1. Ruminantes

Para ruminantes, os métodos recomendados são a sedação, seguida de barbitúricos ou outros anestésicos gerais intravenosos, associados ou não a éter gliceril guaiacol ou hidrato de cloral. Após confirmação da inconsciência e perda do reflexo corneal, esses métodos podem ser complementados por aplicação de lidocaína na cisterna magna, bloqueador neuromuscular e/ou cloreto de potássio ambos por via intravenosa.

Os métodos aceitos com restrição nessas espécies são a eletrocussão precedida de anestesia geral; pistola de dardo cativo ou de insensibilização por ar comprimido (seguida de outro método que assegure a morte); ou atordoamento elétrico (eletronarcose), seguida de outro método que assegure a morte. Estes métodos só devem ser realizados em condições a campo e realizados por operador experiente e habilitado.

9.4.2. Suídeos

Nessa espécie, deve-se utilizar sedação (podendo ser dispensada no caso de neonatos), seguida de barbitúricos intravenosos (ou intraperitoneal, nos recém-nascidos) associados com anestésico local; outros anestésicos gerais intravenosos; ou ainda, anestésicos inalatórios. Estes métodos devem ser utilizados até a confirmação da morte ou seguidos de outros métodos para assegurar a morte. Os métodos aceitos com restrição são os mesmos para os ruminantes.

9.5. Animais selvagens

Além das considerações estabelecidas anteriormente, os animais selvagens apresentam características especiais que devem ser levadas em consideração, no que concerne a espécie, tamanho, condições de segurança, experiência dos profissionais e localização dos animais (na natureza ou em cativeiro). As diferenças anatômicas são fatores importantes no que concerne a contenção mecânica, acesso ao sistema nervoso, quando se trata de métodos físicos e vias de administração, particularmente o acesso venoso. A experiência dos profissionais com a espécie é muito importante para o procedimento. Quando aplicável, o manuseio e transporte dos animais para outros locais devem assegurar o máximo cuidado para evitar dor e sofrimento.

Para animais selvagens de vida livre, parte dos métodos sugeridos anteriormente não é praticável. Entretanto, as mesmas considerações humanitárias dos animais em cativeiro devem ser levadas em conta, no sentido de se evitar a dor e o sofrimento. Em alguns casos, o uso de zarabatanas ou pistolas para atirar dardos contendo fármacos são extremamente úteis para contenção química, para que, a seguir, seja realizada a eutanásia de acordo com os métodos anteriormente citados para animais domésticos e de experimentação. Neste caso, é fundamental qualificação prévia do executor e o ambiente deveria ser evacuado de expectadores, quando for o caso. Em situações extremas, em que não seja possível aproximar-se dos animais para o uso de dardos, pode-se lançar mão de armadilhas específicas para a espécie ou mesmo tiro com arma de fogo. Da mesma forma, os executores que realizam o procedimento devem ter experiência com ambas as técnicas e deve-se atender à legislação para o porte de armas de fogo.

O uso de jaulas de contenção, em que os animais são pressionados por uma parede móvel, é útil para a realização de injeções de anestésicos em animais previamente capturados.

9.6. Aves - classe Aves

O método de escolha é o uso de anestésicos gerais intravenosos, ou no caso do barbitúrico, também pode ser administrado por via intraperitoneal, desde que a solução seja adicionada de anestésico local, como descrito previamente. Como segunda opção, pode-se utilizar anestésicos inalatórios em espécies que não retenham a respiração. Para as aves de vida livre que apenas podem ser acessadas nas copas das árvores, pode ser realizada a coleta de espécimes por meio de tiro com armas de fogo. Para as aves de pequeno porte de vida livre (com peso inferior a 50 gramas), é aceitável a utilização da compressão torácica.

Desde que os métodos anteriores comprovadamente interfiram nos resultados da pesquisa, ou quando os animais utilizados na pesquisa forem provenientes ou destinados ao abate, devem-se utilizar os métodos de abate humanitário preconizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou outro substitutivo legal, ou seja, o uso de CO_2, eletronarcose ou deslocamento cervical em pequenas aves ou galinhas, seguido de exsanguinação ou outro método que assegure a morte. Aves grandes devem ser submetidas à eutanásia, utilizando-se anestésicos gerais, como anteriormente descrito, ou em casos excepcionais pistolas de atordoamento ou de dardo cativo.

9.7. Anfíbios, peixes e répteis - classes Amphibia, Osteíta, Condroíta e Reptilia

Devem-se levar em conta as diferenças metabólicas, da anatomia e fisiologia respiratória e da grande tolerância à hipóxia cerebral destas espécies. Outro aspecto é a dificuldade de se reconhecer a morte nestes animais.

Quando possível, em peixes, a eutanásia deve ser realizada em duas etapas: 1) anestesia até perda do equilíbrio e 2) seguido de um método físico ou químico que cause a morte cerebral. Os métodos físicos como a concussão (atordoamento), usados na aquicultura comercial, só devem ser utilizados após a anestesia, exceto quando os animais se encontrarem sob situação de estresse extremo em que o tempo até o preparo da anestesia resultar em sofrimento prolongado.

Em peixes, quando, por questões de comprovada incompatibilidade experimental, diante da total impossibilidade de uso de outros métodos que possam comprovadamente interferir nos resultados da pesquisa e o uso de anestésicos não for possível, o método físico deve assegurar rápida destruição do cérebro por perfuração ou esmagamento após o atordoamento. A eletrocussão não deve ser usada dada a possibilidade de fraturas espinhais e danos musculares.

Em anfíbios deve-se considerar a sensibilidade e permeabilidade cutânea bem como a capacidade de secreção de muco ou substâncias tóxicas. A aplicação de gel ou soluções por via cutânea ou mucosa oral pode ser de fácil acesso além de apresentar efeito rápido.

9.7.1. Agentes injetáveis

Os barbitúricos podem ser utilizados por via intravenosa, intra-abdominal ou intrapleuroperitoneal na maioria dos animais (60 a 100 mg/kg de pentobarbital ou tiopental), dependendo das características anatômicas. Os espaços linfáticos subcutâneos podem ser utilizados em sapos. O tempo até o óbito é de até 30 minutos.

Os anestésicos gerais, como os barbitúricos, propofol, etomidato e metomidato, administrados por via intravenosa, podem ser utilizados em sobredosagem ou para produzir anestesia, antes de se usar outro método para eutanásia, como, por exemplo, o uso de bloqueadores neuromusculares e cloreto de potássio ou mesmo métodos físicos.

Anestésicos locais, como a lidocaína ou bupivacaína, deprimem o sistema nervoso central de anfíbios e répteis e podem causar inconsciência e morte. Assim, podem ser usados para se obter eutanásia na forma injetável. Para anfíbios e pequenos répteis, também pode se aplicar a forma tópica.

9.7.2. Agentes externos

Os agentes utilizados para imersão são indicados para peixes e anfíbios, dados à praticidade e possibilidade de eutanásia simultânea de um grupo de animais. Devem ser tamponados até o pH 7, quando necessário. Em diversas ocasiões, estes métodos devem ser seguidos de outros métodos físicos ou químicos para assegurar a morte cerebral. Pode ser um método de uso difícil em peixes que respiram ar ambiente ou que retêm a respiração.

O sulfonato metano de tricaína ou MS222 pode ser administrado por diversas vias para causar a morte. Para peixes e anfíbios, pode ser colocado na água. Os peixes grandes podem ser removidos da água e pode-se esguichar uma solução concentrada da substância sob as brânquias. Dada a acidez do fármaco, quando usado em concentrações superiores a 500 mg/L, a solução deve ser tamponada com solução de bicarbonato de sódio saturada, o que resulta em um pH da solução de 7,0 a 7,5 e, desta forma, ser injetada nos espaços linfáticos e cavidades pleuroperitoneais. Este é um método efetivo e de baixo custo.

O hidrocloridrato de benzocaína, similar a tricaína, pode ser usada para imersão e sistema de recirculação para peixes e anfíbios em solução tamponada até o pH 7. A forma isolada de benzocaína não é hidrossolúvel e deve ser preparada na concentração de 100 g/L, em acetona ou álcool. Por outro lado, o hidrocloridrato de benzocaína é hidrossolúvel e pode ser usada diretamente para anestesia ou eutanásia em concentrações superiores a 250 mg/L. Os peixes devem ser mantidos imersos na solução por pelo menos 10 minutos após cessar o movimento opercular.

Soluções de lidocaína ou bupivacaína, ou mesmo sua forma em gel, podem ser aplicadas nos anfíbios e pequenos répteis, causando rápida dessensibilização local, seguida de efeitos depressivos no sistema nervoso central, chegando à inconsciência e parada cardiorrespiratória. O método apresenta a vantagem de fácil acesso e baixo custo, além da estabilidade e segurança em trabalhar. Dependendo do indivíduo, tamanho e temperatura ambiente, pode haver demora entre a inconsciência e a morte. Nestes casos, recomenda-se um método complementar de eutanásia após a perda da consciência.

Os métodos a seguir são aceitos com restrição em peixes, desde que a tricaína ou a benzocaína interfiram comprovadamente nos resultados da pesquisa. O óleo de cravo da Índia contém de 70 a 90% de eugenol. O eugenol causa bloqueio neuromuscular competitivo e não está claro se a contenção química ocorre por este mecanismo ou por efeito anestésico, desta forma, ainda não há informação disponível para que o óleo de cravo da Índia ou o eugenol sejam considerados um método adequado de eutanásia em peixes. O 2-fenoxietanol é usado em concentrações de 0,5 a 0,6 ml/L ou 0,3 a 0,4 mg/L para causar a morte em peixes. A morte ocorre por colapso respiratório e os peixes devem ser mantidos imersos na solução por pelo menos 10 minutos após cessar o movimento opercular.

9.7.3. Agentes inalatórios

Muitos répteis e anfíbios, incluindo os quelônios, são capazes de reter a respiração, realizar metabolismo anaeróbico e sobreviver por longos períodos de anóxia, de até 27 horas para algumas espécies. Desta forma, a indução da anestesia, perda da consciência e tempo até a morte são muito prolongados. Os lacertídeos (lagarto, lagartixa, camaleão) e serpentes não retêm a respiração da mesma forma que outros répteis e anfíbios e podem ser submetidos à eutanásia com os agentes inalatórios.

No caso de peixes, os anestésicos inalatórios podem ser borbulhados na água. Entretanto, mensurar a concentração é difícil e a volatilização pode contaminar o ambiente. Para tal, deve-se criar um mecanismo antipoluição, para que o operador não tenha contato com os gases. Normalmente, deve-se utilizar uma concentração de cinco a dez vezes a utilizada para anestesia.

Os peixes, ao serem submetidos à anestesia, também podem, como em outras espécies, passar por uma fase de excitação antes de atingir o plano anestésico. Desta forma, é aconselhável cobrir o tanque de água. Deve-se umedecer constantemente os animais que são retirados da água. Os anestésicos podem ser diluídos diretamente na água ou administrados por sistemas de circulação ou sem circulação. No último caso, o anestésico passa apenas uma vez pelas brânquias e depois é descartado, enquanto que, no caso de circulação, o mesmo é recolhido num reservatório e novamente utilizado, para evitar o desperdício e contaminação ambiental. Em ambos os sistemas, a água, contendo o anestésico é distribuída por meio de tubos de tamanho compatível com a boca do peixe, por meio de gravidade ou manualmente utilizando-se uma seringa grande ou uma bomba de infusão.

9.7.4. Métodos físicos

De forma geral, os métodos físicos devem ser complementares a outros métodos e podem ser usados apenas após os animais se apresentarem inconscientes. Quando usados, a morte deve ser confirmada e, quando necessário, deve-se complementar com outro método para assegurar a morte.

A decapitação é aceita com restrição em pequenos anfíbios e em pequenos répteis é apenas aceita com restrição após atordoamento. Em ambos os casos, este método é aceito com restrição em condições excepcionais, desde que haja interferência comprovada da anestesia sobre os resultados da pesquisa. A decapitação com grandes lâminas ou guilhotinas pode ser efetiva para algumas espécies com características anatômicas viáveis. Como o SNC de peixes, anfíbios e répteis é tolerante à hipóxia e hipotensão, a perfuração do crânio deve ser realizada imediatamente após a decapitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A VENDA A TERCEIROS

Em crocodilianos e outros grandes répteis, pode-se utilizar pistola de insensibilização por ar comprimido ou de dardo cativo ou ainda tiro com arma de fogo na cabeça. Nestes casos, o posicionamento correto para o alvo é fundamental.

A maior parte de peixes, anfíbios e répteis pode ser submetida à perfuração craniana ou outro método físico, apenas após a indução da inconsciência. A secção ou perfuração da medula espinhal caudal à cabeça pode ser usada em alguns animais ectotérmicos. Entretanto, a morte só ocorre quando o cérebro é perfurado. Para estes animais, esta técnica deveria ser seguida de decapitação e perfuração craniana ou por outro método. A perfuração necessita de destreza e habilidade e deve ser realizada apenas por executor com garantida qualificação e competência para tal. Em anfíbios, o ponto de perfuração é o foramen magnum, que é identificado por uma leve depressão da pele na linha média dorsal, com o pescoço flexionado.

9.7.4.1. Resfriamento e congelamento

Apesar da refrigeração à temperatura de 4 ºC, reduzir o metabolismo e facilitar o manuseio, não há evidência que este processo minimize a dor. Não é um método aceito nem sob a forma de congelamento rápido, dada à formação de cristais de gelo na pele e tecidos, o que causa dor e sofrimento. O congelamento rápido só é aceito quando os animais já tiverem sido anestesiados e, por conseguinte, estando inconscientes.

9.8. Mamíferos aquáticos

Os barbitúricos ou opióides potentes (etorfina ou carfentanil) são os agentes mais indicados, embora haja dificuldade de obtenção destes últimos fármacos no Brasil. Há um grande risco ao executor que realiza o procedimento, dada a grande potência destes opióides, já que em casos de injeções inadvertidas podem causar a morte do profissional.

O uso de arma de fogo, apesar de ser um método aceito com restrição, para cetáceos parece ser o método mais apropriado para estes animais em circunstâncias de vida livre.

10. Considerações finais e conclusões

A eutanásia é um procedimento que envolve considerações técnicas e éticas. O método deve garantir a inconsciência antes de qualquer sofrimento físico e mental. De forma geral, o melhor método é o uso de sobredosagem de anestésicos gerais, principalmente os barbitúricos, iniciando-se a partir de três vezes a dose necessária para a anestesia da espécie alvo, com o aumento da dose caso necessário até a observação do óbito.

Estas recomendações se baseiam no conhecimento científico atual, os quais podem sofrer modificações ao longo do tempo, com inclusão ou exclusão de distintas técnicas. Todos os métodos apresentam seus prós e contras, que devem ser pesados para alcançar os objetivos da eutanásia e do procedimento experimental. A observação da legislação vigente, o bom senso e a análise crítica dos profissionais envolvidos e da Comissão de Ética da Instituição são fundamentais. Os membros das Comissões de Ética da Instituição deveriam ter a oportunidade de presenciar os métodos que são aprovados pela Comissão, para entender as implicações dos procedimentos nos animais e os impactos nos envolvidos, no que concernem os aspectos de risco físico, danos psíquicos e potencial de abuso de substâncias entorpecentes.

O uso de agentes e métodos já em uso no Brasil e exterior, porém não descritos nestas recomendações, não podem ser utilizados. Métodos novos que sejam lançados após a publicação destas Diretrizes, só podem ser utilizados desde que comprovados os mecanismos de ação de forma científica, em literatura de impacto internacional e respeitados os preceitos aqui estabelecidos, ou seja, se forem rápidos e não causarem dor ou sofrimento. Em casos de dúvida, a Comissão de Ética deve consultar o CONCEA.

11. Referências principais

Australian Code of practice for the care and use of animals for scientific purposes. 84p. 2004 - http://www.nhmrc.gov.au/_files_nhmrc/publications/attachments/ea16.pdf

AVMA. Report of the AVMA panel on euthanasia. 36p, 2007.

Canadian Council of Animal Care guidelines on euthanasia of animals used in science - 2010 - http://www.ccac.ca/Documents/Standards/Guidelines/Euthanasia.pdf

Canadian Council of Animal Care guidelines on: the care and use of wildlife. 66p. 2003 - http://www.ccac.ca/Documents/Standards/Guidelines/Wildlife.pdf

Canadian Council of Animal Care guidelines on: the care and use of fish in research, teaching and testing, 87p. 2005 - http://www.ccac.ca/Documents/Standards/Guidelines/Fish.pdf

Close, B. et cal. Recommendations for euthanasia of experimental animals: Part 1. Laboratory Animals, v. 30, 293-316, 1996 - http://la.rsmjournals.com/content/30/4/293.full.pdf

Close, B. et cal. Recommendations for euthanasia of experimental animals: Part 2. Laboratory Animals, v. 31, p.1-32, 1997. http://la.rsmjournals.com/content/31/1/1.full.pdf

Close, B.; Banister, K; Baumans, V.; Bernoth, E-M.; Bromage, N.; Bunyan, J.; Erhardt, W.; Flecknell, P.; Gregory, N., Hackbarth, H.; Morton, D.; Warwick, C. Recommendations for euthanasia of experimental animals: Part 2. LaboratoryAnimals, v.31, p.1-32, 1997.

Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução no 1000, de 11 de ,maio de 2012 Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais, e dá outras providências. http://www.cfmv.org.br/portal/legislacao/resolucoes/resolucao_1000.pdf

Directive 2010/63/EU of The European Parliament and of The Council on the protection of animals used for scientific purposes of 22 September 2010. Official Journal of the European Union L 276/33-79.

Guide for the care and use of laboratory animals, 8th ed. - National Research Council (EUA) - 2011 - http://grants.nih.gov/grants/olaw/Guide-for-the-Care-and-Use-of-Laboratory-Animals.pdf

Luna, S. P. L. & Teixeira, M. W. Eutanásia: considerações éticas e indicações técnicas. Revista CFMV (Brasília), v.13, p.60 - 69, 2007 -

Report of the ACLAM Task Force on Rodent Euthanasia - 2005 - http://www.aclam.org/Content/files/files/Public/Active/report_rodent_euth.pdf

Svendsen, O., Kok, L., Lauritzen, B. Nociception after intraperitoneal injection of a sodium pentobarbitone formulation with and without lidocaine in rats quanti?ed by expression of neuronal c-fos in the spinal cord - a preliminary study. Laboratory Animals (2007) 41, 197-203.

Vieira, A. M. L., Almeida, A. B., Magnabosco, C., Ferreira, J. C. P., Carvalho, J. L.B., Gomes, L. H., , Reichman, M. L., Paranhos, N. T., Garcia, R. C., Luna, S. P. L, Nunes, V. F. P., Cabral, V. B. Programa de controle de populações de cães e gatos do estado de São Paulo. Boletim Epidemiológico Paulista, Suplemento 7, v.6, 162p., 2009. Disponível em ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/bepa_suple7v6_caesgatos.pdf

West, G., Heard, D. J., Caulkett, N. Zoo animal and wildlifeimmobilization and anesthesia. Blackwell Publishing, Ames, Iowa, 1st ed. ISBN-13: 978-0-8138-2566-3/2007. 2007, 718p.

ANEXO I

Tabela 1: Agentes e métodos de eutanásia por grupo taxonômico*

Classe/Ordem/Nome comum	Método
Classe Amphibia - Anfíbios (de acordo com a espécie) - exemplo sapo	
Recomendáveis	Sulfonato metano de tricaína (TSS ou MS222) (imersão em solução tamponada até o pH 7)
	Hidrocloridrato de benzocaína (injeção nos sacos linfáticos subcutâneos ou imersão em solução tamponada até o pH 7)
	Barbitúricos (injeção intravenosa ou nos sacos linfáticos subcutâneos ou intra-abdominal)
	Anestésicos gerais intravenosos (exemplo: propofol)
	Anestésicos inalatórios (para espécies que não seguram a respiração, seguido de outro método de eutanásia)
Aceitos com restrição	Decapitação e perfuração craniana
	Atordoamento e decapitação em animais de porte pequeno
	Pistola de ar comprimido ou de dardo cativo
Inaceitáveis	CO_2, CO e outros métodos não descritos nestas Diretrizes
Classe Aves (de acordo com a espécie)	
Recomendáveis	Barbitúricos (intravenoso ou intraperitoneal - por esta última via associados com anestésico local)
	Anestésicos gerais por via intravenosa (e.g. propofol), seguido ou não de cloreto de potássio por via intravenosa
	Anestésicos inalatórios seguidos, quando necessário, de outros métodos que assegurem a morte
Aceitos com restrição	Deslocamento cervical (apenas em aves pequenas e médias)
	Tiro com arma de fogo (em animais de vida livre, principalmente os de hábitos em copas das árvores, em condições a campo e realizado por atirador habilitado)
	Pistola de dardo cativo para grandes aves
	Pistola de ar comprimido para grandes aves, seguido de outros métodos para assegurar a morte
	CO_2 desde que sejam seguidas as recomendações destas Diretriz
	Nitrogênio ou argônio
	Decapitação com equipamento de uso específico e comercialmente disponível
	Atordoamento por eletronarcose, seguido de exsanguinação ou de outro método que assegure a morte
	Compressão torácica (apenas em aves de vida livre com peso inferior a 50 gramas)
Inaceitáveis	Atordoamento, CO, maceração para pintos e outros métodos não descritos nestas Diretrizes
Classes Osteichthyes (Peixes ósseos) e Chondrichthyes (Peixes cartilaginosos)	
Recomendáveis	Sulfonato metano de tricaína (TSS ou MS222) (imersão em solução tamponada até o pH 7)
	Hidrocloridrato de benzocaína (imersão em solução tamponada até o pH 7)
	Barbitúricos por via intraperitoneal
	Anestésicos gerais (propofol, etomidato, metomidato)
	Anestésicos inalatórios, seguido de outro método para assegurar a morte
Aceitos com restrição	Atordoamento ou anestesia geral e decapitação
	Atordoamento e destruição do cérebro (perfuração craniana)
	2-fenoxietanol (imersão)
	Oleo de cravo da Índia ou eugenol (imersão)
	Atordoamento por eletronarcose, seguido de exsanguinação ou de outro método que assegure a morte
	Congelamento com nitrogênio líquido para pequenos peixes [até 200 mg (0,2 g)]
Inaceitáveis	Deslocamento cervical, decapitação/secção da medula espinhal, hipotermia, maceração, CO_2 e outros métodos não descritos nestas Diretrizes
Classe Mammalia (Mamíferos)	
Ordem Rodentia - Roedores e pequenos mamíferos - camundongos, ratos, hamster, gerbil, cobaios	
Recomendáveis	Barbitúricos intravenoso ou intraperitoneal (neste caso associados com anestésico local)
	Anestésicos gerais intravenosos (exemplo propofol)
	Anestésicos inalatórios (e. g. isofluorano, para espécies que não retêm a respiração)
	Exsanguinação por punção cardíaca após anestesia geral

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Aceitos com restrição	CO_2, desde que sejam seguidas as recomendações destas Diretrizes
	Deslocamento cervical (ratos <150 g, camundongos)
	Decapitação com equipamento de uso específico e comercialmente disponível
	Micro-ondas específicos para esta finalidade (não é aceito micro-ondas de uso doméstico)
	Nitrogênio líquido para fetos e neonatos de ratos e camundongos
	Atordoamento, seguido de exsanguinação (apenas em animais silvestres em situações de campo)
Inaceitáveis	CO, éter, nitrogênio, argônio e outros métodos não descritos nestas Diretrizes
Classe Mammalia (Mamíferos)	
Ordem Lagomorpha - Coelhos	
Recomendáveis	Barbitúricos
	Anestésicos gerais intravenosos (e. g. propofol, embutramina)
	Anestésicos inalatórios, seguido, se necessário, de outros métodos para assegurar a morte
	Exsanguinação por punção cardíaca após anestesia geral
Aceitos com restrição	Deslocamento cervical (<1 kg), apenas se previamente anestesiado
	Decapitação com equipamento de uso específico (<1 kg)
	Atordoamento por eletronarcose, seguido de outro método que assegure a morte
	Pistola de insensibilização ou dardo cativo, seguido de outro método que assegure a morte, em condições a campo e realizado por operador experiente e capacitado (animais selvagens)
Inaceitáveis	Atordoamento e deslocamento cervical, CO_2, nitrogênio, argônio, CO e outros métodos não descritos nestas Diretrizes
Ordem Carnivora - Famílias Felidae (gatos), Canidae (cães) e Mustelidae (Furões)	
Recomendáveis	Barbitúricos por via intravenosa ou intraperitoneal (apenas em animais muito pequenos ou recém-nascidos pela impossibilidade de injeção intravenosa)
	Anestésicos gerais por via intravenosa (e. g. propofol, embutramina)
	Anestésicos inalatórios, seguido, se necessário, de outros métodos para assegurar a morte
	Após a perda do reflexo corneal, os métodos acima podem ser complementados por: injeção de lidocaína na cisterna magna, bloqueador neuromuscular e/ou cloreto de potássio)
Aceitos com restrição	Eletrocussão, precedida de anestesia geral com perda de reflexo corneal
	Tiro com arma de em condições de campo, exclusivamente para animais selvagens
Inaceitáveis	Nitrogênio, argônio, CO_2, CO, atordoamento, e outros métodos não descritos nestas Diretrizes
Classe Mammalia (Mamíferos)	
Ordem Artiodactila - Ruminantes - bovinos, caprinos e ovinos	
Recomendáveis	Sedação, se necessário, seguida de barbitúricos ou outros anestésicos gerais intravenosos, associados ou não a éter gliceril guaiacol ou hidrato de cloral. Após confirmação da inconsciência e perda do reflexo corneal, esses métodos podem ser complementados por aplicação de lidocaína na cisterna magna, bloqueador neuromuscular e/ou cloreto de potássio.
Aceitos com restrição	Eletrocussão, precedida de anestesia geral com perda de reflexo corneal
	Pistola de dardo cativo ou de insensibilização por ar comprimido (neste caso, seguido de exsanguinação) em condições a campo, realizado por operador experiente
	Atordoamento elétrico (eletronarcose), seguido de outro método que assegure a morte
	Tiro com arma de fogo (apenas em condições a campo e realizado por atirador experiente e habilitado)
Inaceitáveis	Atordoamento por concussão e outros métodos não descritos nestas diretrizes
Ordem Artiodactila - Suínos	
Recomendáveis	Sedação, se necessário, seguido de barbitúricos intravenoso (ou intraperitoneal, nos recém-nascidos, associados com anestésico local), ou outros anestésicos gerais intravenosos e, após confirmação de inconsciência, caso necessário, cloreto de potássio intravenoso
	Anestésicos inalatórios, com confirmação da morte ou seguido de outros métodos, para confirmar a morte
Aceitos com restrição	Eletrocussão, precedida de anestesia geral com perda de reflexo corneal
	Pistola de ar comprimido ou de dardo cativo, seguido de exsanguinação ou de outro método que assegure a morte (em condições a campo e realizado por operador experiente)
	Atordoamento elétrico (eletronarcose), seguido de outro método que assegure a morte (em condições a campo e realizado por operador experiente)
	Tiro com arma de fogo (apenas em condições a campo e realizado por atirador experiente e habilitado)
Inaceitáveis	Argônio, CO_2, perfuração craniana, CO e outros métodos não descritos nestas diretrizes
Classe Mammalia (Mamíferos)	
Ordem Perissodactila - Equídeos - Cavalos, jumentos, burros	
Recomendáveis	Sedação, seguida de barbitúricos ou outros anestésicos gerais intravenosos, associados ou não a éter gliceril guaiacol ou hidrato de cloral. Após confirmação da inconsciência e perda do reflexo corneal, esses métodos podem ser complementados por aplicação de lidocaína na cisterna magna, bloqueador neuromuscular e/ou cloreto de potássio.
Aceitos com restrição	Pistola de insensibilização por ar comprimido ou de dardo cativo, seguido de outro método que assegure a morte (apenas em condições a campo e realizado por operador experiente)
	Tiro com arma de fogo (apenas em condições a campo e realizado por atirador experiente e habilitado)
	Eletrocussão, precedida de anestesia geral com perda de reflexo corneal
Inaceitáveis	Métodos não descritos nestas diretrizes
Mamíferos marinhos	
Recomendáveis	Barbitúricos intravenosos
	Etorfina
Aceitos com restrição	Tiro com arma de fogo cetáceos < 4m de comprimento (apenas em condições a campo e realizado por atirador experiente)
Ordem Primata - Primatas não humanos - macacos	
Recomendáveis	Barbitúricos (intravenoso)
	Anestésicos gerais intravenosos (exemplo propofol)
	Sedação profunda, seguida de anestésicos inalatórios, quando necessário, seguido de outros métodos para confirmação da morte
Inaceitáveis	CO_2, CO, nitrogênio, argônio e outros métodos não descritos nestas diretrizes
Classe Reptilia	
Répteis (tartarugas, jabotis, serpentes, lagartos)	
Recomendáveis	Barbitúricos (injeção intravenosa ou quando intraperitoneal associados com anestésico local)
	Anestésicos gerais intravenosos (exemplo: propofol, embutramina)
	Anestésicos inalatórios (para espécies que não seguram a respiração, seguido de outro método de eutanásia)
Aceitos com restrição	Pistola de dardo cativo (espécies maiores)
	Atordoamento seguido de decapitação e perfuração craniana (apenas em condições a campo)
	Tiro com arma de fogo (apenas crocodilianos)
Inaceitáveis	CO_2 e outros métodos não descritos nestas diretrizes

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

* Métodos recomendáveis causam pouco ou nenhum sofrimento e causam a morte de forma humanitária quando usados de forma isolada.

* Métodos aceitos com restrição não atendem todos os critérios ideais, requerem habilidade e técnica, podem apresentar considerações ocupacionais de saúde e segurança ou podem não apresentar documentação científica conclusiva - podem ser aceitos pela CEUA, se: plenamente justificados para o objetivo científico, ou seja, forem insubstituíveis por outros métodos que comprometam os resultados experimentais, o responsável apresentar comprovada habilidade e qualificação para o emprego do método e se for considerado o devido cuidado à saúde e à segurança ocupacionais.

* Métodos inaceitáveis não se enquadram nos critérios ideais, não são humanitários ou apresentam outros problemas significativos associados ao seu uso.

Tabela 2: Métodos de eutanásia e suas características.

Agente	Modo de ação	Tempo até efeito	Praticidade	Segurança	Recomendável	Aceitos com restrição	Eficácia e comentários
Barbitúricos	Depressão direta do córtex cerebral, estruturas subcorticais e centros vitais, depressão do miocárdio, hipóxia	Rápido para anestesia	Contenção necessária, habilidade para injeção intravenosa ou intraperitoneal, ou intra-abdominal ou nos sacos linfáticos	Seguro, exceto pela possibilidade de uso como entorpecente, controle pela vigilância sanitária	Todos os grupos taxonômicos	Não se aplica	Altamente efetivo
Outros anestésicos gerais intravenosos (e.g. propofol)	Depressão direta do córtex cerebral, estruturas subcorticais e centros vitais, depressão do miocárdio, hipóxia	Rápido para anestesia	Contenção necessária, habilidade para injeção intravenosa	Seguro, exceto pela possibilidade de uso como entorpecente, controle pela vigilância sanitária	Todos os grupos taxonômicos	Não se aplica	Altamente efetivo
Outros anestésicos gerais injetáveis (e.g. metomidato)	Depressão direta do córtex cerebral, estruturas subcorticais e centros vitais, depressão do miocárdio, hipóxia	Moderadamente rápido	Fácil utilização em imersão; contenção necessária para injeção intramuscular	Seguro, exceto pela possibilidade de uso como entorpecente, controle pela vigilância sanitária	Todos os grupos taxonômicos	Não se aplica	Altamente efetivo
Anestésicos inalatórios	Depressão direta do córtex cerebral, estruturas subcorticais e centros vitais, hipóxia	Início da anestesia moderadamente rápido; pode ocorrer excitação na fase de indução	Fácil utilização em câmara ou recipiente fechado ou máscara facial; borbulhamento na água para peixes	Usar com sistema antipoluição, para minimizar a exposição dos operadores	Anfíbios e répteis que não retêm a respiração, assim como aves, peixes e mamíferos que não retêm a respiração	Não se aplica	Altamente efetivo, desde que os animais sejam expostos aos anestésicos em concentrações adequadas
Sulfonato metano de tricaína tamponado	Depressão do SNC; hipóxia	Muito rápido dependendo da dose	Fácil utilização	Seguro	Peixes, anfíbios	Não é usado em outras espécies	Efetivo
Hidrocloridrato de benzocaína tamponada	Depressão do SNC; hipóxia	Muito rápido	Fácil utilização	Seguro	Peixes e anfíbios	Não se aplica	Efetivo
Atordoamento por concussão cerebral seguido de decapitação ou perfuração craniana	Interrupção de funcionamento dos centros vitais, depressão cerebral, hipóxia	Rápido	Requer qualificação e habilidade do executor	O uso de guilhotina e de lâminas é arriscado para o executor	Não se aplica	Alguns peixes, anfíbios e répteis	Irreversível, contrações musculares intensas
Decapitação	Interrupção de funcionamento dos centros vitais, depressão cerebral, hipóxia	Rápido	Requer qualificação e habilidade do executor	O uso de guilhotina e de lâminas é arriscado para o executor	Não se aplica	Pequenos anfíbios, pequenas aves, roedores e coelhos (<1 kg)	Irreversível, contrações musculares intensas
Pistola de dardo cativo ou de ar comprimido (neste caso seguido de outro método para assegurar a morte)	Destruição do tecido cerebral	Rápido	Requer habilidade, contenção física adequada e alvo (posicionamento) correto	Seguro, desde que manuseado de forma adequada e por pessoa competente	Não se aplica	Anfíbios, aves, répteis e mamíferos de grande porte	Perda da consciência instantânea. Entretanto, pode ocorrer atividade motora; usado em condições de campo
Tiro com arma de fogo	Destruição do tecido cerebral	Rápido	Requer, contenção física adequada e alvo (posicionamento) correto	Risco de acidente no executor e observadores	Aves de vida livre (e.g. espécies encontradas apenas nas copas das árvores)	Mamíferos, crocodilianos e aves de vida livre, em situações excepcionais a campo	Perda da consciência instantânea, entretanto pode ocorrer atividade motora; atirador experiente
Deslocamento cervical	Interrupção de funcionamento dos centros vitais, depressão cerebral, hipóxia	Rápido	Requer qualificação e habilidade do executor	Seguro	Não se aplica	Aves pequenas e médias, camundongos, ratos (<200g); coelhos (<1kg) previamente anestesiados	Irreversível, contrações musculares intensas
Compressão torácica	Hipóxia	Pode ser rápido	Requer qualificação e habilidade do executor	Seguro	Não se aplica	Aves de pequeno porte (menos de 50 gramas) de vida livre	Situações excepcionais em vida livre
Dióxido de carbono (exclusivamente acondicionado em cilindros e seguindo as especificações desta diretriz)	Depressão direta do córtex cerebral, estruturas subcorticais e centros vitais, depressão do miocárdio, hipóxia	Moderadamente rápido	Uso em câmara fechada	Mínimo risco	Não se aplica	Frangos e pequenos roedores	Inadequado para animais imaturos ou neonatos; irritação das mucosas
Argônio, nitrogênio	Hipóxia	Rápido	Fácil utilização em câmara fechada de rápido preenchimento	Seguro, se houver boa ventilação no local	Não se aplica	Frangos	Efetivo, a não ser em neonatos; outros métodos são preferíveis
2 fenoxietanol	Depressão do SNC, hipóxia	Muito rápido dependendo da dose	Fácil utilização	Seguro	Não se aplica	Peixes	Efetivo, mecanismo de ação pouco claro
Óleo de cravo ou eugenol	Bloqueio neuro-muscular competitivo; não está claro se causa anestesia	Muito rápido dependendo da dose	Fácil utilização	Seguro	Não se aplica	Peixes	Efetivo, mecanismo de ação pouco claro
Micro-ondas específico para esta finalidade, comercialmente disponível	Inativação das enzimas cerebrais pelo aquecimento	Muito rápido	Requer qualificação e equipamento altamente especializado	Seguro	Não se aplica	Camundongos e ratos	Efetivo para necessidades especiais
Atordoamento por concussão, seguido de exsanguinação ou outro método que induza a morte	Destruição do tecido cerebral	Rápido	Requer habilidade, contenção física adequada e força apropriada	Seguro	Não se aplica	Roedores silvestres em situações excepcionais e a campo	Deve ser realizado propriamente por executor experiente
Eletronarcose	Depressão cerebral	Pode ser rápido	Requer qualificação do executor; nem sempre de fácil realização	Risco aos envolvidos	Não se aplica	Coelhos, ruminantes, suínos, peixes e galinhas	Contrações musculares intensas; usado em abatedouros
Nitrogênio líquido	Depressão cerebral, morte por congelamento	Rápido	Fácil utilização	Seguro	Não se aplica	Ratos, hamster e camundongos até dois dias de vida	Questionável e pouco humanitário
Exsanguinação por punção cardíaca após anestesia geral	Choque hipovolêmico	Rápido	Requer habilidade	Seguro	Pequenos roedores e coelhos.	Não se aplica	Efetivo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 70/2013

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e no art. 10 da Resolução Normativa nº 3, de 14 de dezembro de 2011, torna público que na sua 21ª Reunião Ordinária, ocorrida em 28 e 29 de agosto de 2013, o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo: 01200.000142/2013-14

Instituição requerente: Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.

CNPJ: 11.118.393/0001-59

Endereço: Rua Vera Paz, s/n, Salé - Santarém-PA - CEP 68.035-110

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição

Decisão: Deferido

CIAEP: 01.0065.2013

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 3, de 14 de dezembro de 2011, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MARCELO MARCOS MORALES

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHO DA MINISTRA
Em 25 de setembro de 2013

Nº 22 -
Processo Administrativo nº 01400.010302/2007-21 (PRONAC nº 07-10037)
Recorrente: Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais (CNPJ nº 07.481.398/0001-74)

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, declaro concordância com os fundamentos das manifestações técnica e jurídica proferidas nos autos do processo administrativo nº 01400.010302/2007-21, e NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais.

MARTA SUPLICY

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 164, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0050 - O Porão
Processo: 01580.003079/2013-32
Proponente: Camisa Treze Cultura S/S Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.387.293/0001-25
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.796.846,43 para R$ 1.696.846,42
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 43.261-X
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 499, realizada em 12/09/2013.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

08-0442 - O Menino e o Mundo
Processo: 01580.043948/2008-02
Proponente: Alê Abreu Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 67.0006.775/0001-45
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 2.136.803,00 para R$ 2.354.577,90
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 750.000,00
Banco: 001- agência: 4244-7 conta corrente: 9489-7
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 792.449,85 para R$ 792.449,00
Banco: 001- agência: 4244-7 conta corrente: 9491-9
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 487.513,00 para R$ 0,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 499, realizada em 12/09/2013.
Prazo de captação: até 31/12/2013.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos e aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

07-0002 - Chibata
Processo: 01580.000142/2007-31
Proponente: Fibra Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 30.027.114/0001-96
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.271.994,87 para R$ 250.942,11
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 970.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 238.395,00 para R$ 238.395,00
Banco: 001- agência: 3120-8 conta corrente: 10069-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 498, realizada em 03/09/2013.
Prazo de captação: 01/01/2013 até 31/12/2013.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 166, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0306 - A Ver Estrelas
Processo: 01580.014539/2013-58
Proponente: Ricardo Guidara-ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.165.477/0001-43
Valor total aprovado: R$ 3.462.113,20
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1547-4 conta corrente: 31.704-7
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.488.900,00
Banco: 001- agência: 1547-4 conta corrente: 31.705-5
Prazo de captação: até 31/12/2016.

13-0351 - Os Homens que Iluminavam os Céus
Processo: 01580.018280/2013-14
Proponente: Já Filmes S/S Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.152.993/0001-78
Valor total aprovado: R$ 4.379.116,20
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 877.557,75
Banco: 001- agência: 4010-X conta corrente: 12.566-0
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.982.602,64
Banco: 001- agência: 4010-X conta corrente: 12.567-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0345 - A Verdade
Processo: 01580.021715/2013-16
Proponente: Claraluz Produções Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.835.137/0001-04
Valor total aprovado: R$ 1.250.059,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 4227-7 conta corrente: 7.552-3
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 450.000,00
Banco: 001- agência: 4227-7 conta corrente: 7.554-X
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 250.000,00
Banco: 001- agência: 4227-7 conta corrente: 7.553-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º, 1º-A, 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0347 - O Príncipe de Copacabana
Processo: 01580.021004/2013-33
Proponente: Noite de Reis Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.528.463/0001-70
Valor total aprovado: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 250.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.323-3
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.325-X
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.324-1
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.327-6
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 4º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0350 - Lutando Para Vencer
Processo: 01580.021338/2013-15
Proponente: COBRAM - Companhia Brasileira de Marketing Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 65.705.055/0001-42
Valor total aprovado: R$ 527.000,01
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.650,00
Banco: 001- agência: 69.43-4 conta corrente: 7.131-5
Prazo de captação: até 31/12/2016.

13-0352 - Versus
Processo: 01580.021672/2013-61
Proponente: Esquina Produções Artísticas Ltda. ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 14.798.449/0001-51
Valor total aprovado: R$ 157.900,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 26.440-7
Prazo de captação: até 31/12/2016.

13-0356 - O Último Poema
Processo: 01580.018072/2013-15
Proponente: Besouro Filmes Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 08.112.710/0001-15
Valor total aprovado: R$ 234.465,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 222.741,75
Banco: 001- agência: 3256-5 conta corrente: 16.613-8
Prazo de captação: até 31/12/2016.

13-0357 - Uma Banda
Processo: 01580.021542/2013-28
Proponente: Kashimir Produções Artísticas
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.424.456/0001-03
Valor total aprovado: R$ 1.799.850,80
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 20.799-3
Prazo de captação: até 31/12/2016.

13-0358 - Manual de Sobrevivência do Séc. XXI
Processo: 01580.021842/2013-15
Proponente: Filmes do Equador Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
Valor total aprovado: R$ 2.592.912,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.463.266,40
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 38.384-8
Prazo de captação: até 31/12/2016.

13-0359 - Bob Cuspe - Nós Não Gostamos de Gente
Processo: 01580.022150/2013-86
Proponente: Coala Produções Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Santo André / SP
CNPJ: 03.746.956/0001-25
Valor total aprovado: R$ 2.965.635,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.815.635,00
Banco: 001- agência: 1557-1 conta corrente: 23.404-4
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 5º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos arts. 1º-A e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0349 - Sem Volta
Processo: 01580.019153/2013-32
Proponente: Panorâmica Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.565.485/0001-84
Valor total aprovado: R$ 6.999.500,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.649.525,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 26.441-5
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 26.442-3
Prazo de captação: até 31/12/2016.

13-0361 - Conselho Tutelar
Processo: 01580.022098/2013-68
Proponente: Vison Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 28.629.780/0001-52
Valor total aprovado: R$ 6.161.787,01
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.453.697,65
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 36.920-9
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 36.921-7
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 6º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0348 - Sob Pressão
Processo: 01580.019147/2013-85
Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: R$ 6.568.730,24
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.00,00
Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 8.955-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0355 - 20 Anos Sem Ayrton - A História, o Legado e a Saudade de um Grande Brasileiro
Processo: 01580.022448/2013-96
Proponente: Urge Produções Artísticas e Culturais Ltda. - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 14.334.992/0001-06
Valor total aprovado: R$ 891.717,20
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 847.131,34
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 21.326-8
Prazo de captação: até 31/12/2016.
Art. 7º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

DELIBERAÇÃO Nº 167, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0305 - Triunfo
Processo: 01580.032148/2010-72
Proponente: Ramos e Ramos Publicidades S/S
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.379.004/0001-95
Valor total aprovado: R$ 959.454,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 911.481,30 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 911.481,30
Banco: 001- agência: 7003-3 conta corrente: 5.896-3
Prazo de captação: até 31/12/2013.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0321 - Trash
Processo: 01580.014541/2013-27
Proponente: O2 Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 67.431.718/0004-56
Valor total aprovado: R$ 28.001.445,14
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 622.000,00
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 56.209-2
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 628.897,50
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 56.208-4
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 2.371.102,50
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 56.551-2
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Retificar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0446 - Mate Me Por Favor
Processo: 01580.018248/2012-58
Proponente: Bananeira Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.140.120/0001-10
Valor total aprovado: R$ 1.584.338,76
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 905.121,82 para R$ 755.121,82
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 34.205-X
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 150.000,00
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 39.952-3
Prazo de captação: até 31/12/2016.
Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 32, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a divulgação da lista das inscrições habilitadas e inabilitadas no Edital de Divulgação N.º 02 de 05 de novembro de 2012 - PRÊMIO CULTURAS POPULARES - EDIÇÃO 100 ANOS DE MAZZAROPI - A CULTURA POPULAR NO CINEMA.

A SECRETÁRIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012 e com base no art. 21 do Anexo à Portaria MinC nº 29, de 21 de maio de 2009 e item 9 do Edital de Divulgação N.º 02 de 05 de novembro de 2012 - PRÊMIO CULTURAS POPULARES - EDIÇÃO 100 ANOS DE MAZZAROPI - A CULTURA POPULAR NO CINEMA, publicado no Diário Oficial da União de 05 de novembro de 2012, Seção 3, páginas 23 a 26, resolve:

Art. 1º Ratificar as decisões da Comissão Técnica de Análise Documental designadas pela Portaria n.º 31de 06 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 7 de agosto de 2013, Seção 2, página 6, que realizou o exame de habilitação das inscrições enviadas por via postal e web, em conformidade com o item 7 e seus subitens.

Art. 2º Divulgar, com base no item 8.4 do Edital, a relação das inscrições habilitadas e inabilitadas.

Art. 3º Estabelecer o prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a publicação do resultado desta fase, para apresentação de recurso pelo candidato inabilitado, de acordo com o item 8.5 do Edital, em formulário devidamente preenchido, com apresentação de justificativa, cujo modelo estará disponível no Portal do Ministério da Cultura.

Parágrafo único - Conforme estabelecido no item 8.6 do Edital, o recurso que tenha por finalidade encaminhar documentação que não foi entregue no prazo previsto de inscrição, constante nos subitens 7.6.1, 7.6.2, 7.6.3 e 7.6.4, será automaticamente indeferido, em conformidade com a Portaria n.º 9 de 25 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2013, Seção 1, página 25, que prorrogou o prazo de inscrições até o dia 5 de julho de 2013 e com a Portaria n.º 25 de 2 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 3 de julho de 2013, Seção 1, página 6, que prorrogou o prazo de inscrições até o dia 5 de agosto de 2013.

Art. 4º O Edital recebeu 1.467 (mil quatrocentos e sessenta e sete) inscrições, conforme as categorias estabelecidas no presente certame, destas, 831 (oitocentos e trinta e uma) foram habilitadas e 636 (seiscentos e trinta e seis) inabilitadas, conforme tabelas abaixo:

I MESTRES E MESTRAS HABILITADOS

N.º	Projeto	Categoria	Candidato	CPF	Cidade	UF:	SITUAÇÃO
1	Acylino Ferreira Lima	Mestres	Acylino Ferreira Lima	289.616.841-91	Ladário	MS	Habilitado
2	Fomento e apoio ao trabalho da Artesã Dona Daja - Adalgiza Muniz Ribeiro	Mestres	Adalgiza Muniz Ribeiro	225.947.363-68	Santa Rita	MA	Habilitado
3	Adamor do Bandolim	Mestres	Adamor Lobato Ribeiro	011.067.322-00	Belém	PA	Habilitado
4	Compartilhando Heranças, Encantos entre Folhas e Contas	Mestres	Adelaide Rodrigues Martins	157.609.438-39	São Paulo	SP	Habilitado
5	Paú Barroca	Mestres	Adelmo de Jesus Santos	693.395.035-20	Poço Verde	SE	Habilitado
6	Adilino Silva	Mestres	Adilino Silva dos Santos	376.596.263-53	Itapecuru Mirim	MA	Habilitado
7	Cultura - A Identidade de um Povo	Mestres	Adriana Mikaelly Soares Silva	057.726.356-03	Janaúba	MG	Habilitado
8	Adriano de Jesus	Mestres	Adriano de Jesus	004.261.085-07	Itabaianinha	SE	Habilitado
9	Mestre Aelson da Hora	Mestres	Aelson Ferreira da Hora	719.674.784-49	Recife	PE	Habilitado
10	Afonso Gomes de Aguiar Filho	Mestres	Afonso Gomes de Aguiar Filho	141.723.724-49	Olinda	PE	Habilitado
11	Candeeiro no Folclore	Mestres	Agenor Vieira de Abreu	051.849.083-15	Teresina	PI	Habilitado
12	Aideê Nascimento - A Iráwó de Portão	Mestres	Aideê Nascimento dos Anjos	262.997.985-72	Lauro de Freitas	BA	Habilitado
13	Alaíde do Feijão	Mestres	Alaíde da Conceição	309.403.975-87	Salvador	BA	Habilitado
14	Oficina de Cozinheira e Quituteira de comidas sagradas	Mestres	Albertina Silva Marques	674.557.513-20	Paço do Lumiar	MA	Habilitado
15	Grupo Cultural Samba de Caboclo de Parafuso	Mestres	Albertino de Souza Filho	514.055.985-49	Camaçari	BA	Habilitado
16	Alcides	Mestres	Alcides Bezerra da Silva	125.131.214-49	Ouricuri	PE	Habilitado
17	Alcides Ribeiro dos Santos	Mestres	Alcides Ribeiro dos Santos	346.496.111-72	Cuiabá	MT	Habilitado
18	Cicino Coco	Mestres	Alcino Francisco dos Santos	060.422.907-03	São Francisco de Itabapoana	RJ	Habilitado
19	Afoxé	Mestres	Alex Gomes da Silva	576.700.484-68	Araparica	AL	Habilitado
20	Cerâmicas de São Gonçalo	Mestres	Alice Conceição de Almeida	429.355.121-20	Cuiabá	MT	Habilitado
21	Aliduino Zanella	Mestres	Aliduino Zanella	076.269.839-04	Caçador	SC	Habilitado
22	Cultura Caiçara	Mestres	Almir dos Remédios	613.625.737-87	Paraty	RJ	Habilitado
23	Altamiro dos Santos	Mestres	Altamiro dos Santos	105.508.307-31	Paraty	RJ	Habilitado
24	Benzedeira na comunidade de Pinhalzinho	Mestres	Alzira dos Santos Esteriz	824.400.429-00	Pinhalzinho	SC	Habilitado
25	Registros de Seu Amadeu	Mestres	Amadeu Francisco	154.206.206-34	Poços de Caldas	MG	Habilitado
26	Esculturas Populares	Mestres	Ambrósio da Silva Córdula	222.440.934-68	Acari	RN	Habilitado
27	Recordar é Viver	Mestres	Ana Alves Ferreira	087.377.544-91	Maceió	AL	Habilitado
28	Educadora Popular	Mestres	Ana Gervazio Umburana	309.697.195-15	Lafaiete Coutinho	BA	Habilitado
29	Ana Paula de Matos	Mestres	Ana Paula de Matos	329.508.318-50	Guarujá	SP	Habilitado
30	Boi Mirim (Grupo Cultural Boi Mirim de Parafuso)	Mestres	Ana Paula de Souza do Nascimento	834.750.015-00	Camaçari	BA	Habilitado
31	Ana Paula Lavor Tavares	Mestres	Ana Paula Lavor Tavares	627.775.132-87	Manaus	AM	Habilitado
32	Grupo Espermacete do Terno de Reis ao Samba de Roda	Mestres	Anatanildes Pereira Bomfim	261.642.995-00	Camaçari	BA	Habilitado
33	Esculturas em madeira	Mestres	André Barbosa Cavalcante	677.861.464-15	Boca da Mata	AL	Habilitado
34	André Luiz Mazzaropi	Mestres	André Luiz de Toledo	789.916.508-30	Taubaté	SP	Habilitado
35	Romaria do Divino Espírito Santo e Reiada de Cananéia	Mestres	André Pires	029.356.178-86	Cananéia	SP	Habilitado
36	Reisado	Mestres	Angelita Lima Pereira Sousa	665.060.183-72	Inhuma	PI	Habilitado
37	Antônia - Caixeira do Divino Espirito Santo no Rio de Janeiro	Mestres	Antônia Luzia Barbosa da Costa	111.175.597-34	Nova Iguaçu	RJ	Habilitado
38	Artesanato com Fibras de Vegetais	Mestres	Antônio Alves dos Santos	020.029.514-46	Petrolina	PE	Habilitado
39	Esculturas em madeira	Mestres	Antônio Alves dos Santos	472.521.114-15	Lagoa da Canoa	AL	Habilitado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

40	O Grande Reinado de Nossa Senhora do Rosário	Mestres	Antônio Anielo D'Alessandro	364.044.976-20	Itapecerica	MG	Habilitado
41	Antônio Bernardo Neto	Mestres	Antônio Bernardo Neto	060.985.923-49	Fortaleza	CE	Habilitado
42	Antônio do Nascimento Fernandes	Mestres	Antônio do Nascimento Fernandes	583.238.218-87	Valença	RJ	Habilitado
43	Mineiro Pau	Mestres	Antonio Faria Thomaz	680.833.197-91	Santo Antonio de Pádua	RJ	Habilitado
44	Mestre Aicão	Mestres	Antônio Felinto da Silva	476.048.244-04	Araçoiaba	PE	Habilitado
45	Resgatando a Cultura através de Escultura em Madeira	Mestres	Antônio Francisco da Silva	556.611.655-87	Poço Redondo	SE	Habilitado
46	Antonio Couro	Mestres	Antonio Francisco Pontes	546.308.517-04	Santa Rita	PB	Habilitado
47	Mestre Antonio Freitas	Mestres	Antonio Freitas	789.306.007-78	Fundão	ES	Habilitado
48	Antônio Geraldelli	Mestres	Antônio Geraldelli	617.419.658-53	Hortolândia	SP	Habilitado
49	Antônio Jorge de Jesus	Mestres	Antônio Jorge de Jesus	560.597.525-00	Itacaré	BA	Habilitado
50	Companhia de Reis "Magos do Oriente" - Chegada de Santo Reis	Mestres	Antonio Miguel Alves	018.789.528-70	Olímpia	SP	Habilitado
51	Mestre Bacurau do Pife	Mestres	Antonio Oliveira dos Santos	635.386.284-91	Taquarana	AL	Habilitado
52	Relembrando o Passado	Mestres	Antônio Paulino Pereira	109.437.734-15	Campina Grande	PB	Habilitado
53	Maracatu Nação de Luanda / Nação Elefante	Mestres	Antônio Roberto Nogueira Barros	064.408.434-00	Olinda	PE	Habilitado
54	Mestre do Boi de Reis	Mestres	Antônio Rodrigues da Silva	512.659.664-00	Santa Cruz	RN	Habilitado
55	O Feijão dos Libertos e a Cultura Popular como formação de cidadania	Mestres	Antônio Rosemberg Santos Coelho	329.680.007-72	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
56	A Índia Karajá	Mestres	Antônio Soares Martins de Almeida	253.626.827-68	Miguel Pereira	RJ	Habilitado
57	Anunciação de Maria Reis Menezes	Mestres	Anunciação de Maria Reis Menezes	641.243.803-30	São Luís	MA	Habilitado
58	Mestre da Romaria do Divino	Mestres	Aorélio Domingues de Borba	027.849.099-99	Paranaguá	PR	Habilitado
59	Mestre Fifia	Mestres	Aparecida Josefa Pereira da Silva	924.970.044-04	União dos Palmares	AL	Habilitado
60	Companhia Estrela Guia	Mestres	Aparecido de Paula Souza	202.643.498-06	Olímpia	SP	Habilitado
61	Ilê Axé Oyá Abassá Courangandessy	Mestres	Aristeu de Jesus Reis	557.530.005-68	Simão Dias	SE	Habilitado
62	Acervo Mestre Arlindo	Mestres	Arlindo Carneiro dos Santos	134.960.264-72	Recife	PE	Habilitado
63	Aroldo Silva	Mestres	Aroldo Silva	470.869.477-68	Fundão	ES	Habilitado
64	Balas Delícias da Gilda	Mestres	Astrogilda Joana Resende	007.025.786-81	Sarzedo	MG	Habilitado
65	Asa Filho e o Reisado de São Vicente	Mestres	Augusto de Souza Araújo Filho	079.204.825-34	Feira de Santana	BA	Habilitado
66	Áurea Viana	Mestres	Áurea Andrade Viana de Andrade	817.894.839-72	Campo Mourão	PR	Habilitado
67	Seu Grito - CD Eu Avistei	Mestres	Áurea da Conceição de Assis de Souza	848.424.824-00	Olinda	PE	Habilitado
68	Aurino Pereira	Mestres	Aurino Pereira de Souza	347.801.145-00	Lençóis	BA	Habilitado
69	Basílio Costa Durans	Mestres	Basílio Costa Durans	055.988.003-06	São Luís	MA	Habilitado
70	Baianas da Dona Bida	Mestres	Benedita Santos de Lima	079.115.134-49	Pilar	AL	Habilitado
71	Benedito da Silva Lemes	Mestres	Benedito da Silva Lemes	567.855.858-72	São Bernardo do Campo	SP	Habilitado
72	Mestre Bené Bittencourt: a madeira e seu reaproveitamento como material expressivo	Mestres	Benedito dos Prazeres Costa	595.941.792-87	Marabá	PA	Habilitado
73	Mestre Benedito	Mestres	Benedito José da Silva	626.291.317-34	Magé	RJ	Habilitado
74	Grupo de Folia de Reis do Pavão	Mestres	Benedito Rodrigues Campos	624.931.678-72	São Luiz do Paraitinga	SP	Habilitado
75	Mestre Oliveira Cantador	Mestres	Benito Arcanjo de Andrade	275.390.245-34	Poço Verde	SE	Habilitado
76	Bento Lopes Martins	Mestres	Bento Lopes Martins	020.944.952-72	Maracanã	PA	Habilitado
77	Vida e História de Mestra Dona Cacá	Mestres	Camélia Muniz Carvalho	394.749.176-04	Samambaia	DF	Habilitado
78	Carlos Alberto da Silva	Mestres	Carlos Alberto da Silva	620.497.124-72	Olinda	PE	Habilitado
79	Negrizú	Mestres	Carlos Pereira dos Santos	227.690.485-20	Salvador	BA	Habilitado
80	Roxinha d Nanã	Mestres	Cássia Regina Ribeiro da Silva	829.906.547-04	Duque de Caxias	RJ	Habilitado
81	Cecília Maria da Silva Oliveira	Mestres	Cecília Maria da Silva Oliveira	080.132.251-00	Ladário	MS	Habilitado
82	Música Popular - Oficinas e Audições de Piano da Pró Celice	Mestres	Celice Maria de Souza Silveira	288.270.235-34	Salvador	BA	Habilitado
83	Celiomar Marques Vidal	Mestres	Celiomar Marques Vidal	002.010.311-59	Alto Paraíso de Goiás	GO	Habilitado
84	MESTRE DE FOLIA DE REIS	Mestres	Celso Henrique Gonçalves	025.996.648-70	São José dos Campos	SP	Habilitado
85	Mestre Cesar Crispim - Autos Religiosos	Mestres	César Augusto Félix Crispiniamo	586.033.871-68	Floriano	PI	Habilitado
86	Clarindo Silva, Mestre Calá	Mestres	Clarindo Silva de Jesus	018.492.475-87	Salvador	BA	Habilitado
87	Cláudia Maria Loiola	Mestres	Cláudia Maria Loiola de Santana	003.388.217-75	Magé	RJ	Habilitado
88	Projeto Arte Comunitária -Xilogravura e Percussão	Mestres	Cláudio José Moreira da Silva	545.513.153-20	Arcoverde	PE	Habilitado
89	Mestre Macaca	Mestres	Cleonice Ferreira dos Santos	693410875-20	Poço Verde	SE	Habilitado
90	Som dos Tambores: Nação África	Mestres	Cristiano Dias Pinto Rodrigues	984.682.860-87	Cachoeirinha	RS	Habilitado
91	Mestre Daniel	Mestres	Daniel Augusto Borges	962.247.707-00	Serra	ES	Habilitado
92	Mestre Baixinho	Mestres	Daniel Correia Gaspar	080.259.323-20	São Luís	MA	Habilitado
93	Mestre dos Saberes e Fazeres das danças Folclóricas Italianas	Mestres	Daniel Francisco Freitas	052.804.459-16	Criciúma	SC	Habilitado
94	Mestre Sô Dante	Mestres	Dante Izaias de Siqueira	278.107.716-04	Jaboticatubas	MG	Habilitado
95	Artesanato Tradicional	Mestres	Darlindo José de Oliveira Pinto	126.390.792-04	Belém	PA	Habilitado
96	Davina Fátima Ferla	Mestres	Davina Fátima Ferla	983.644.729-68	Nova Erechim	SC	Habilitado
97	Seu Dema	Mestres	Demacir Miranda	945.301.499-00	Palmeira	PR	Habilitado
98	Grupo Cultural Caboclo Mirim de Parafuso	Mestres	Diana Silva de Menezes	920.458.125-53	Camaçari	BA	Habilitado
99	Mestra Dina Martins, vaqueira e aboiadora do Sertão Cearense	Mestres	Dina Maria Martins Lima	111.956.903-63	Canindé	CE	Habilitado
100	Violeiro Repentista	Mestres	Diocleciano Xavier de Lima	563.387.754-34	Maceió	AL	Habilitado
101	Cantigas Antigas de Roda Chata	Mestres	Diomar Ribeiro Silva Gomes	626.484.971-53	Mateiros	TO	Habilitado
102	Ofício de Erveiro e Benzedeiro	Mestres	Domingos Alves Leitão	903.406.713-00	Cantanhede	MA	Habilitado
103	Mestre do Samba Chula	Mestres	Domingos da Conceição	011.199.145-58	Cachoeira	BA	Habilitado
104	Mestre Domingos e Banda Cabaçal Padre Cícero	Mestres	Domingos dos Santos Rocha	745.724.583-91	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
105	Domingos Sérgio e suas artes nas redes	Mestres	Domingos Sérgio Freitas Silva	359.652.585-34	Salvador	BA	Habilitado
106	Companhia de Reis "Lapinha de Belém"	Mestres	Dorvano da Silva	042.788.428-48	Olímpia	SP	Habilitado
107	Música ao Gosto dos Brasileiros	Mestres	Edegar Corrêa da Costa Filho	477.144.849-34	Maravilha	SC	Habilitado
108	Malaquias do Barco	Mestres	Edemilton Elias Viana da Silva	001.141.057-40	São Francisco de Itabapoana	RJ	Habilitado
109	Edit Marques de Mattos	Mestres	Edit Marques de Mattos	478.151.830-34	Porto Alegre	RS	Habilitado
110	Edmilson Lima	Mestres	Edmilson Lima do Nascimento	180.082.914-00	Recife	PE	Habilitado
111	A Volta dos Bonecões no Carnaval de Atibaia	Mestres	Edson Antônio Gonçalves	015.842.668-13	Atibaia	SP	Habilitado
112	Tropeirismo	Mestres	Edson Carlos de Carvalho	101.819.338-37	Piquete	SP	Habilitado
113	O Pife Sertanejo	Mestres	Elias Ferreira do Nascimento	082.756.534-87	Maturéia	PB	Habilitado
114	Mestre Elias do Guerreiro de Baatingas	Mestres	Elias Fortunato de Souza	488.222.484-49	Arapiraca	AL	Habilitado
115	Cantoria de Viola	Mestres	Elias Procópio de Lima	113.002.134-34	Maceió	AL	Habilitado
116	Artesanato em Cerâmica Figurativa do Mestre Elias Vitalino Neto	Mestres	Elias Rodrigues dos Santos	360.933.194-15	Caruaru	PE	Habilitado
117	Vielas Culturais	Mestres	Elisângela do Carmo Souza	051.776.966-26	Embu	SP	Habilitado
118	Grupo Chegança Feminina de Arembepe e Samba de Roda Nativas de Arembepe	Mestres	Elizabete de Souza	405.737.455-87	Camaçari	BA	Habilitado
119	Mestre Gimico	Mestres	Elizeu Almeida Costa	440.173.752-00	São Sebastião da Boa Vista	PA	Habilitado
120	Tambor de Mina e expressões culturais associadas	Mestres	Elzita Vieira Martins Coelho	127.653.333-00	São Luís	MA	Habilitado
121	Erenilça Porfiro - Berê	Mestres	Erenilça Porfiro	102.671.187-83	São Francisco de Itabapoana	RJ	Habilitado
122	Resgatando a Cultura através de Construir Arte em Couro	Mestres	Erilho Gomes de Sousa	332.569.264-87	Poço Redondo	SE	Habilitado
123	Cordeal: A poesia de um Nordeste Vivo!	Mestres	Erivaldo Leite de Lima	286.589.814-87	Natal	RN	Habilitado
124	Balaiada	Mestres	Eufraudísio Modesto Filho	805.789.858-53	Várzea Paulista	SP	Habilitado
125	Saberes e Conhecimentos Tradicionais Populares - benzedeira, erveira, parteira leiga e zeladora de vodum da Mestra Dona Eva Mezenheira	Mestres	Eva Silva	021.623.973-74	Axixá	MA	Habilitado
126	Coco Mano de Baé e Companhia	Mestres	Evilásio Leão Machado	034.585.874-38	Tracunhaém	PE	Habilitado
127	EXPEDITO CABOCLO	Mestres	EXPEDITO ANTÔNIO DO NASCIMENTO	399.377.123-00	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
128	Mestre Ezequiel Gonçalves da Silva	Mestres	Ezequiel Gonçalves da Silva	121.727.438-36	Olímpia	SP	Habilitado
129	Grupo de Catira Infantil da EMEB Cristiano Olsen	Mestres	Fernanda Colli	350.905.598-56	Araçatuba	SP	Habilitado
130	Samba de Viola Unidos de Portão	Mestres	Florisvaldo Soares de Azevedo	120.508.495-91	Lauro de Freitas	BA	Habilitado
131	Grupo Cultural de Oleiros de Bacabal	Mestres	Francimar Silva dos Santos	106.504.823-87	Bacabal	MA	Habilitado
132	Saudades da Terra Onde Nasci	Mestres	Francisca Dantas de Morais	602.762.234-20	Major Sales	RN	Habilitado
133	Francisca Honorata da Nobrega Oliveira	Mestres	Francisca Honorata da Nobrega	628.387.417-72	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
134	Francisca Maria da Silva	Mestres	Francisca Maria da Silva	704.370.253-49	Assaré	CE	Habilitado
135	Moldando Sonhos em Cerâmica	Mestres	Francisca Nilza Ferreira Alves	487.962.711-91	Juína	MT	Habilitado
136	Cirandas de Versos e outras brincadeiras contadas na Conga	Mestres	Francisca Souza da Conceição Silva	872.816.435-00	Santo Estevão	BA	Habilitado
137	Corone Chico Tripa	Mestres	Francisco Alves	278.963.154-91	Bayeux	PB	Habilitado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

138	Boi de Reis de Nísia Floresta	Mestres	Francisco Canindé do Nascimento	201.739.114-04	Nísia Floresta	RN	Habilitado
139	Movimento de Roda de Curimbó	Mestres	Francisco Cardoso Feitosa	182.010.402-87	Santarém	PA	Habilitado
140	Mestre Dodô - Coco São Francisco	Mestres	Francisco Joventino da Silva	308.150.613-15	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
141	A Cultura do Vaqueiro	Mestres	Francisco Neto da Silva	385.843.283-00	Fortaleza	CE	Habilitado
142	Resgate da História do Grande Bom Jardim	Mestres	Francisco Oliveira Rocha	039.085.775-00	Fortaleza	CE	Habilitado
143	Cores do Xingu	Mestres	Francisco Pereira de Melo Sobrinho	002.557.002-10	Altamira	PA	Habilitado
144	Francisco Simões de Oliveira Neto	Mestres	Francisco Simões de Oliveira Neto	244.428.441-00	Brasília	DF	Habilitado
145	Mestre Caiçara	Mestres	Francisco Xavier Sobrinho	613.940.417-72	Paraty	RJ	Habilitado
146	Genir Ferreira de Deus	Mestres	Genir Ferreira de Deus	000.285.139-32	Rebouças	PR	Habilitado
147	Fotografia da Maria Conga e Philó	Mestres	Geralda Aparecida Luz Campos	070.151.386-11	Itabirito	MG	Habilitado
148	Os Visitantes de Belém	Mestres	Geraldo dos Santos	369.298.838-91	Olímpia	SP	Habilitado
149	Geraldo Gonçalves de Alencar	Mestres	Geraldo Gonçalves de Alencar	033.124.703-82	Assaré	CE	Habilitado
150	As Paulistinhas	Mestres	Geraldo Magela dos Santos	090.134.098-73	Jacareí	SP	Habilitado
151	Gilberto Ferreira	Mestres	Gilberto Ferreira de Araújo	585.003.403-04	Icapuí	CE	Habilitado
152	PEROLA ANCESTRAL	Mestres	Gildete Barbosa Lopes	367.897.805-30	Salvador	BA	Habilitado
153	Gilmar de Santana Batista	Mestres	Gilmar de Santana Batista	667.080.014-20	Igarassú	PE	Habilitado
154	Arte do Povo	Mestres	Gilson José dos Santos	192.676.905-82	Laranjeiras	SE	Habilitado
155	Gilva Alves Grangeiro	Mestres	Gilva Alves Grangeiro	346.711.963-87	Abaiara	CE	Habilitado
156	Afoxé Filhas de Gandhy e Terreiro do Gantois	Mestres	Glicéria Vasconcelos	041.146.555-49	Salvador	BA	Habilitado
157	Gonçalo Bispo dos Santos	Mestres	Gonçalo Bispo dos Santos	100.075.713-72	São Luís	MA	Habilitado
158	Gonzaga: Um Escultor de Mérito	Mestres	Gonzaga de Ávila Silva	339.272.606-06	Gouveia	MG	Habilitado
159	Guido Bourscheid: Soldado da História	Mestres	Guido Carlos Bourscheid	037.908.940-87	Barão	RS	Habilitado
160	Batuque de Umbigada	Mestres	Herculano de Moura Marçal	284.250.578-68	Tietê	SP	Habilitado
161	Rituais e Festejos referentes à brincadeira do Bumba Meu Boi de matraca do Maracanã, da Comunidade de Maracanã	Mestres	Humberto Barbosa Mendes	103.379.623-91	São Luís	MA	Habilitado
162	Idelbrando Seleiro	Mestres	Idelbrando Alvarenga	758.200.217-20	São Francisco de Itabapoana	RJ	Habilitado
163	BANCADA DE ARRAMBÃ - Ao pé do fogo, no forno de lenha, mãos abençoadas por Toi Badé produzem doces e comidas de todos os santos e gentes	Mestres	Iêda Muniz Carvalho de Melo	198.192.853-72	Fortaleza	CE	Habilitado
164	Inaldo da Silva Assis	Mestres	Inaldo da Silva Assis	072.129.528-26	Carapicuíba	SP	Habilitado
165	Guerreiro	Mestres	Iraci Ana Bomfim de Melo	382.638.584-53	Girau do Ponciano	AL	Habilitado
166	Mestra Iara de Oliveira: Guardiã de Pássaro Junino - Melodrama e Fantasia	Mestres	Iraci de Oliveira Martins	268.049.722-87	Ananindeua	PA	Habilitado
167	Iraci Fernandes Canedo	Mestres	Iraci Fernandes Canedo	012.369.381-00	Morro Agudo de Goiás	GO	Habilitado
168	Saúde Verde	Mestres	Iraci Rodrigues de Lara	669.328.079-04	Irineópolis	SC	Habilitado
169	Artesanato de Barro	Mestres	Irineia Rosa Nunes da Silva	635342664-04	União dos Palmares	AL	Habilitado
170	QUADRILHAS JUNINAS E BUMBÁS DA TERRA FIRME	Mestres	Israelita Mercedes Souza	372.866.682-34	Belém	PA	Habilitado
171	Encontro Zé da Banha de Bacamarte	Mestres	Ivan Marinho de Barros Filho	400.446.104-91	Recife	PE	Habilitado
172	Jacinta Domingas	Mestres	Jacinta Domingas d Espírito Santo	284179501-25	Várzea Grande	MT	Habilitado
173	Jackson Sampaio	Mestres	Jackson Sampaio Nunes	330.112.005-97	Salvador	BA	Habilitado
174	A Construção do Universo Feminino no Sul da Bahia	Mestres	Janete Lainha Coelho	158.948.355-34	Ilhéus	BA	Habilitado
175	Jarbas Alves de Sousa	Mestres	Jarbas Alves de Sousa	614.244.127-49	Paraty	RJ	Habilitado
176	João Batista dos Santos	Mestres	João Batista dos Santos	090.703.035-15	Santo Amaro	BA	Habilitado
177	Raízes da Nossa Gente	Mestres	João Batista Ferreira de Lima	213.566.453-72	Guaraciaba do Norte	CE	Habilitado
178	João Carlos Estógio	Mestres	João Carlos Estógio	057.057.008-57	Praia Grande	SP	Habilitado
179	João de Souza	Mestres	João de Souza	170.745.766-20	Patrocínio	MG	Habilitado
180	Mestre	Mestres	João Firmino	029.362.378-31	Cananéia	SP	Habilitado
181	Banda de Pífano de Icó	Mestres	João Francisco de Barbalho	437.992.994-91	Abaré	BA	Habilitado
182	Congo de Nossa Senhora do Rosário	Mestres	João Gualberto Soares	953.016.156-53	Jequitibá	MG	Habilitado
183	Cavalo-marinho Boi Ventania do Mestre João Picica	Mestres	João Laurentino da Silva	607.140.774-53	Feira Nova	PE	Habilitado
184	Festejo do Divino Espírito Santo de Cajueiro do Mestre João Martins Bogéa	Mestres	João Martins Bogéa	896.401.443-04	Anajatuba	MA	Habilitado
185	João Pereira de Lima	Mestres	João Pereira de Lima	076.048.454-00	Maceió	AL	Habilitado
186	Associação dos grupos de Capotês, Marujos e Caboclinhos	Mestres	João Pimenta dos Santos	065.956.266-91	Montes Claros	MG	Habilitado
187	João Calixto e seus Oito Baixos	Mestres	João Tavares Calisto	407.567.267-00	Campina Grande	PB	Habilitado
188	Samba de Roda Raízes de Abrantes Boi Bonito	Mestres	Jonas da Conceição	095.874.625-72	Camaçari	BA	Habilitado
189	Joca Fibra	Mestres	Jonatas de Campos Bueno	217.830.708-62	Caraguatatuba	SP	Habilitado
190	Jorge Antônio	Mestres	Jorge Antônio dos Santos	737.460.026-72	Contagem	MG	Habilitado
191	O Encontro de Tancredo com São Pedro Lá no Céu	Mestres	Jorge Calheiros da Silva	786.489.984-68	Maceió	AL	Habilitado
192	Jorge de Souza Conceição	Mestres	Jorge de Souza Conceição	096.050.375-72	Salvador	BA	Habilitado
193	Mestre Jorge do Estandarte - Grupo União	Mestres	Jorge dos Santos	297.572.827-15	São Cristóvão	SE	Habilitado
194	Frevo	Mestres	Jorge Luciano da Silva	687.892.544-49	São Paulo	SP	Habilitado
195	Tambores Ijexá	Mestres	Jorge Sacramento de Santana	052.777.875-34	Salvador	BA	Habilitado
196	Forrozão Conquistar	Mestres	José Ailton de Jesus Santos	014.654.035-23	Poço Verde	SE	Habilitado
197	Zé do Lenço	Mestres	José Alves	074.590.335-53	Salvador	BA	Habilitado
198	Mestre	Mestres	José Antônio de Araújo Neto	057.675.391-20	Ceilândia	DF	Habilitado
199	Mestre Maciano - Congada Infantil de Sao Benedito e do Divino Espirito Santo - Bairro dos Rubins - Socorro - SP	Mestres	José Antônio Gonçalves	024.446.518-55	Socorro	SP	Habilitado
200	José Aprijo	Mestres	José Aprijo Lopes	125.568.314-72	Ouricuri	PE	Habilitado
201	Mestre da Congada Rioclarense	Mestres	José Ariovaldo Pereira Bueno	281.878.228-72	Rio Claro	SP	Habilitado
202	José Benedito	Mestres	José Benedito dos Santos	851.687.778-72	Lagoinha	SP	Habilitado
203	Grupo de Samba de Roda	Mestres	José Bento de Souza	332.216.775-53	Biritinga	BA	Habilitado
204	José Carlos Cardoso - Mestre Iracito	Mestres	José Carlos Cardoso	721.757.532-04	Maués	AM	Habilitado
205	Mestre Professor Zé Carlos	Mestres	José Carlos de Miranda Filho	526.226.577-49	Serra	ES	Habilitado
206	Arte Naif "Pintura em Telas"	Mestres	José Carlos Monteiro	929.613.718-72	São Luiz do Paraitinga	SP	Habilitado
207	RESGATE DA CULTURA DO CANTO DO VAGUEIRO	Mestres	José Cosmo de Araújo	143.589.958-02	Arapiraca	AL	Habilitado
208	José da Silva	Mestres	José da Silva	253.564.018-09	São Luiz do Paraitinga	SP	Habilitado
209	Mestre Zequinha Sousa do Cabelo Seco	Mestres	José de Jesus Marques Sousa	038.973.979-34	Marabá	PA	Habilitado
210	Samba Chula Raízes do Passado de Monte Gordo	Mestres	José de Souza do Nascimento	883.155.335-68	Camaçari	BA	Habilitado
211	José dos Santos Silva	Mestres	José dos Santos Silva	348.504.904-25	Junqueiro	AL	Habilitado
212	José dos Santos Silva	Mestres	José dos Santos Silva	162.544.065-00	Lençóis	BA	Habilitado
213	José Edson Bezerra da Silva	Mestres	José Edson Bezerra da Silva	073.390.778-47	União dos Palmeres	AL	Habilitado
214	O Rei da Viola	Mestres	José Estevão Corrêa de Oliveira	091.814.901-00	Navegantes	SC	Habilitado
215	Mestre Zé Ferreira - Homem de Fibra	Mestres	José Ferreira Diniz	805.512.973-87	Davinópolis	MA	Habilitado
216	De Repente, Cordel	Mestres	José Francisco de Souza	346.197.478-15	Carapicuíba	SP	Habilitado
217	Do Mestre Cirandeiro	Mestres	José Galdino dos Santos	234.455.304-59	Ferreiros	PE	Habilitado
218	Resistência Teatral no interior mineiro	Mestres	José Geraldo de Almeida	785.054.456-00	Conselheiro Lafaiete	MG	Habilitado
219	Guerreiro	Mestres	José Gomes dos Santos	644.976.154-72	Satuba	AL	Habilitado
220	Pai-de-Santo do Terreiro dos Filhos de Umbanda Deus e Oxalá e Mestre de cura, intitulada Jarê, Religião de Matriz Africana, da região da Chapada Diamantina, Bahia.	Mestres	José Henrique dos Santos	244.177.935-49	Lençóis	BA	Habilitado
221	Oficina de Rabeca	Mestres	José Hermínio Caeira	965.441.124-53	Bayeux	PB	Habilitado
222	Zé Muniz	Mestres	José Hipólito Muniz	568.630.809-82	Guaraqueçaba	PR	Habilitado
223	Palavras de um Jovem Poeta	Mestres	José Ivan Ribeiro dos Santos Filho	043.379.715-05	Poço Verde	SE	Habilitado
224	José Joaquim Filho	Mestres	José Joaquim Filho	236.116.855-34	Junqueiro	AL	Habilitado
225	Mamulengo como Instrumento de Educação Popular	Mestres	José Júlio Souza de Melo	135.549.134-72	Recife	PE	Habilitado
226	José Juvêncio	Mestres	José Juvêncio Pereira Leite	157.048.153-91	Assaré	CE	Habilitado
227	Folia de Reis e Congado	Mestres	José Leal Pereira	303.930.006-72	Jequitibá	MG	Habilitado
228	Violeiro Repentista	Mestres	José Luiz da Silva	151.814.724-00	São Miguel dos Campos	AL	Habilitado
229	Griô no Território Sisal	Mestres	José Manoel dos Santos	381.361.715-72	Araci	BA	Habilitado
230	Mestre Zé Negão	Mestres	José Manoel dos Santos	149.735.884-15	Camaragibe	PE	Habilitado
231	Literatura de Cordel	Mestres	José Marciano dos Santos	154.529.215-91	Aracaju	SE	Habilitado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

232	Boi Estrela de Santo Antônio	Mestres	José Maria da Silva	256.345.422-00	Capaneme	PA	Habilitado
233	Turma de Batucada "Amor de Samba" de Axixá	Mestres	José Maria Lima Costa	618.440.393-15	Axixá	MA	Habilitado
234	Escola de Música Maestro Vale	Mestres	José Maria Vale da Silva	165.542.992-20	Vigia de Nazaré	PA	Habilitado
235	José Martins	Mestres	José Martins de Oliveira	094.539.543-49	São Luís	MA	Habilitado
236	Mestre de Rabeca da Ilha dos Valadares	Mestres	José Martins Filho	321.567.159-04	Paranaguá	PR	Habilitado
237	20 Anos de Estrada	Mestres	José Milton Bezerra Paes	100.091.498-48	Croatá	CE	Habilitado
238	Mestre da Folia do Cerro	Mestres	José Moreira da Silva	896.646.477-72	Dores do Rio Preto	ES	Habilitado
239	José Nascimento	Mestres	José Nascimento de Sousa	222.859.383-49	Assaré	CE	Habilitado
240	Emboladas	Mestres	José Nelson dos Santos	381.503.104-44	Maceió	AL	Habilitado
241	Arte em Máscaras	Mestres	José Neves da Silva	081.015.902-34	Curuçá	PA	Habilitado
242	José Oliveira Rocha	Mestres	José Oliveira Rocha	083.689.104-04	Correntes	PE	Habilitado
243	Fandango no Araçaúba	Mestres	José Pereira	414.358.269-49	Cananéia	SP	Habilitado
244	Pife	Mestres	José Prudente de Almeida	018.989.724-43	Maceió	AL	Habilitado
245	Cerâmica Artesanal	Mestres	José Ramos da Silva	875.455.784-49	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
246	ZÉ DE LUCIANO - CURRUPIÃO DO MUNIIM	Mestres	José Ribamar dos Reis	710.727.053-20	Cachoeira Grande	MA	Habilitado
247	Grupo Afro-Codó	Mestres	José Ribamar Muniz	044.046.373-49	Codo	MA	Habilitado
248	Oscaipora	Mestres	José Robespierre Portela e Silva	394.788.073-15	Teresina	PI	Habilitado
249	Saberes do Mestre Seu Zé Cambimba	Mestres	José Rocha	001.779.273-80	Santa Rita	MA	Habilitado
250	Cerâmica Marajoara	Mestres	José Ronaldo Guedes Santos	830.698.602-49	Marajó	PA	Habilitado
251	Mestre	Mestres	José Sales dos Santos	312.126.625-04	Laranjeiras	SE	Habilitado
252	Mestre Sapopemba	Mestres	José Silva dos Santos	034.561.978-10	Santo André	SP	Habilitado
253	Artesanato em Chapéus de Reisado e Guerreiro	Mestres	José Wilson	348.810.424-91	Arapiraca	AL	Habilitado
254	Batucada Buscapé	Mestres	Josefa Maria Santos D'Assunção	516.045.235-49	Estância	SE	Habilitado
255	Josefa Raulina Andrade	Mestres	Josefa Raulina Andrade	393.180.365-15	Lagarto	SE	Habilitado
256	Joselito Evaristo	Mestres	Joselito Evaristo da Conceição	298.601.568-91	Carapicuíba	SP	Habilitado
257	MESTRE ARTESÃO SATURNINO	Mestres	Josias Saturnino da Silva	019.541.504-31	Arapiraca	AL	Habilitado
258	A Explosão do Forró	Mestres	Josias Viriato	108.889.694-49	Campina Grande	PB	Habilitado
259	A Cobaia de Rosa Maria	Mestres	Josinaldo Francisco Ferreira	010.891.404-60	Sapé	PB	Habilitado
260	Cestaria	Mestres	Jovem Gregório Santa'Ana	979.617.367-00	Conceição da Barra	ES	Habilitado
261	Jozué da Conceição Videira	Mestres	Jozué da Conceição Videira	415.552.602-68	Mazagão Velho	AP	Habilitado
262	Grupo Raízes do Tambor	Mestres	Juaci Carvalho de Araújo	773.153.161-91	Silvanópolis	TO	Habilitado
263	Jimmy Pipiolo	Mestres	Juan Manuel Nunez Vidal	154.282.220-34	Tramandaí	RS	Habilitado
264	Artesanato em Cerâmica	Mestres	Julieta Maria da Conceição	955.910.874-34	União dos Palmares	AL	Habilitado
265	Boi Bumbá Flor do Campo	Mestres	Juruena Lopes Pinheiro	278.745.912-91	Belém	PA	Habilitado
266	Juvenal Domingos	Mestres	Juvenal Domingos	383.746.174-20	Maceió	AL	Habilitado
267	Juvenal Ramos de Oliveira	Mestres	Juvenal Ramos de Oliveira	139.976.022-04	Ananindeua	PA	Habilitado
268	Kleber Barbosa de Moura	Mestres	Kleber Barbosa de Moura	317.589.878-55	Jundiaí	SP	Habilitado
269	Boi Estrela de Barra do Jacuípe	Mestres	Laudelino Brandão	038.294.055-53	Camaçari	BA	Habilitado
270	Mestra Dona Ledoca Mezenheira - saberes, técnicas e ofícios sobre plantas medicinais, benzeduras e cultos	Mestres	Lêda Muniz Carvalho	378.401.182-91	Curionópolis	PA	Habilitado
271	MESTRE LEONCIO - DANÇA DE SÃO GONÇALO	Mestres	Leôncio Alves dos Santos	234.286.605-44	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
272	Causos Caipiras	Mestres	Leonildo Miranda Araújo	391.692.606-30	Belo Horizonte	MG	Habilitado
273	Mestra Dona Leonor - Congada nas Escolas	Mestres	Leonor Arioli Bertolete	135.263.908-43	Socorro	SP	Habilitado
274	Lina preta - Mandingueira de Fé	Mestres	Lina da Silva	024.732.223-71	Icatu	MA	Habilitado
275	Dinho pinta tudo	Mestres	Linaldo Genesio da Silva	163.467.184-87	União dos Palmares	AL	Habilitado
276	Miranda de Amaralina	Mestres	Lourival Miranda	198.348.105-04	São Paulo	SP	Habilitado
277	Reisado - Baile Estrela	Mestres	Luciene dos Santos	695.125.745-00	Japaratuba	SE	Habilitado
278	A Arte da Rabeca	Mestres	Luiz Alves Ferreira	253.510.104-10	Condado	PE	Habilitado
279	Mestre Artesão Luiz Poeira, Mestre na Produção de Instrumentos Artesanais de Percussão	Mestres	Luiz do Nascimento Camargo	146.092.458-41	São Paulo	SP	Habilitado
280	Luiz Galdino	Mestres	Luiz Galdino de Oliveira	569.145.553-20	Crato	CE	Habilitado
281	O Nascimento de um Poeta	Mestres	Luiz Gonzaga de Lima	084.682.734-49	Garanhuns	PE	Habilitado
282	Luiz Gonzaga Medeiros	Mestres	Luiz Gonzaga Medeiros	190.500.206-82	Belo Horizonte	MG	Habilitado
283	Compromisso com o Belo	Mestres	Luiz Gonzaga Reis Duarte	142.104.442-00	Belém	PA	Habilitado
284	Oficina de Fole de Oito Baixos	Mestres	Luiz Gonzaga Tavares Calisto	109.427.424-00	Fortaleza	CE	Habilitado
285	Mestre Luthier	Mestres	Luiz Marinho Ramos Filho	133.045.778-15	São José dos Campos	SP	Habilitado
286	Lusia Monteiro Lopes	Mestres	Lusia Monteiro Lopes	582.707.602-34	Maracanã	PA	Habilitado
287	Registro de Nossas Festas em Louvor a Nossa Senhora do Rosário	Mestres	Luzia Abadia dos Santos Costa	460.294.276-87	Patrocínio	MG	Habilitado
288	São Gonçalo	Mestres	Luzia Bárbara de Sousa	349.275.143-15	São Julião	PI	Habilitado
289	Dona Nenê: Contadora de História Tradicional	Mestres	Madalena Mendes Moreira	390.197.055-04	Serrolândia	BA	Habilitado
290	Manoel Alves Santos	Mestres	Manoel Alves Santos	288.609.343-20	Morros	MA	Habilitado
291	Literatura de Cordel	Mestres	Manoel Antônio dos Santos	042.796.894-15	Maceió	AL	Habilitado
292	Manoel de Jesus	Mestres	Manoel de Jesus Desterro	064.870.173-53	Bacabeira	MA	Habilitado
293	Mestre Matinho	Mestres	Manoel de Matos Lino	305.039.304-15	Águas Belas	PE	Habilitado
294	Cacumbi de Seu Nêgo	Mestres	Manoel dos Santos	882.417.775-15	Japaratuba	SE	Habilitado
295	Os Velhinhos	Mestres	Manoel Januário da Silva	607.846.108-78	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
296	Mestre Juracy Faz de Tudo	Mestres	Manoel Juracy Vieira	391.001.543-34	Itatira	CE	Habilitado
297	Bumba Meu Boi de São Braz	Mestres	Manoel Messias Pereira	166.199.195-53	Santo Amaro	BA	Habilitado
298	Eu Canto a Cultura do meu Povo	Mestres	Manoel Pereira Borges	099.559.761-87	Muricilândia	TO	Habilitado
299	Maestro Manezinho	Mestres	Manoel Tenório de Moura	133.374.084-00	Maceió	AL	Habilitado
300	Ofício de Benzedeira Erveira	Mestres	Marcelina da Conceição	832.199.783-04	Cantanhede	MA	Habilitado
301	Teatro de João Redondo - Cruzeta	Mestres	Marcelino Martins de Lima	324.079.714-34	Cruzeta	RN	Habilitado
302	Móveis Rústicos	Mestres	Márcio Carvalho Drumond	163.997.496-20	Sarzedo	MG	Habilitado
303	Arte Ciculante	Mestres	Márcio Fernande Penha Rodrigues	097.215.927-49	Guaraciaba do Norte	CE	Habilitado
304	Arte na Palha: Inclusão Social Sustentável	Mestres	Marcio Pereira Guilhermon	735.230.542-49	Vilhena	RO	Habilitado
305	Regresso, Forró no Pé e Fogo Gostoso	Mestres	Marco Antonio Batista	439.142.864-15	Campina Grande	PB	Habilitado
306	Mestre Marquim	Mestres	Marcos Pimenta Borges	082.715.196-97	Montes Claros	MG	Habilitado
307	Margarida Alacoque Leite Lopes	Mestres	Margarida Alacoque Leite Lopes	543.584.186-00	Francisco Dumont	MG	Habilitado
308	O Picadeiro da Índia	Mestres	Margarida Pereira de Alcântara	361.372.194-53	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
309	Mestre Bia	Mestres	Maria Abilio da Silva	776659704-78	Taquarana	AL	Habilitado
310	Tia Amélia	Mestres	Maria Amélia Barbosa Ribeiro	008.314.412-91	Ilha de Marajó	PA	Habilitado
311	Lili Figueira	Mestres	Maria Benedita dos Santos	109.612.878-02	São José dos Campos	SP	Habilitado
312	A VIDA E A HISTÓRIA CONTADA EM 3 CICLOS	Mestres	Maria Cristina de Andrade	212.559.384-04	Recife	PE	Habilitado
313	O Uso das Plantas Medicinais	Mestres	Maria da Conceição Tomáz	315.306.566-72	Morro do Pilar	MG	Habilitado
314	Caixeira Régia	Mestres	Maria da Graça Motta Belfort	977.477.263-68	Coroadinho	MA	Habilitado
315	Graça Menezes	Mestres	Maria das Graças Reis de Menezes	291.379.263-49	São Paulo	SP	Habilitado
316	Musical Pipoquinha	Mestres	Maria de Fátima Marinho	089.526.714-49	Recife	PE	Habilitado
317	Arte Itinerante	Mestres	Maria de Lourdes de Sousa Feitoza	665.117.047-34	Guaraciaba do Norte	CE	Habilitado
318	Maria Deusa e Silva Almeida	Mestres	Maria Deusa e Silva Almeida	119.282.983-20	Assaré	CE	Habilitado
319	Dona Mariazinha da Puba	Mestres	Maria do Carmo Martins	734.261.643-53	Santa Rita	MA	Habilitado
320	Pastoril de Paracuru	Mestres	Maria do Carmo Menezes de Morais	313.681.743-53	Paracuru	CE	Habilitado
321	Carimbó de Maria Diana	Mestres	Maria do Rosário	218.856.722-68	Conceição do Lago Açu	MA	Habilitado
322	Mestra Dona Rosarinha Caixeira	Mestres	Maria do Rosário Amaral Brito	224.533.183-49	Humberto de Campos	MA	Habilitado
323	Maria Edite Costa	Mestres	Maria Edite Costa	153.763.974-91	Junqueiro	AL	Habilitado
324	Dramistas de Pindoterama	Mestres	Maria Estelita Araújo Martins	417.288.663-91	Pindoterama	CE	Habilitado
325	Maria Filomena Nunes	Mestres	Maria Filomena Nunes	267.959.494-00	Junqueiro	AL	Habilitado
326	Maria Helena Mendes Sampaio	Mestres	Maria Helena Mendes Sampaio	608.703.894-91	Recife	PE	Habilitado
327	Dadi: A Singularidade no Teatro de Bonecos do RN	Mestres	Maria Ieda da Silva Medeiros	018.556.044-00	Carnaúba dos Dantas	RN	Habilitado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

328	Maria Izabel Fernandes Barbosa	Mestres	Maria Izabel Fernandes Barbosa	296.450.358-30	Santana de Parnaíba	SP	Habilitado
329	Mestra Dona Maria do Pote	Mestres	Maria José Frazão Costa	551.236.513-49	Humberto de Campos	MA	Habilitado
330	Zezé de Yemanjá	Mestres	Maria José Reis de Menezes	280.227.343-49	São Luís	MA	Habilitado
331	Samba de Roda da Patioba	Mestres	Maria Juliana dos Santos	557.789.845-53	Japaratuba	SE	Habilitado
332	Mãe Lercinda	Mestres	Maria Lercinda Pzibiovicz	826.726.879-00	Palmeira	PR	Habilitado
333	Maria Lúcia Alves Cardoso	Mestres	Maria Lúcia Alves Cardoso	004.047.967-61	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
334	Trabalho Desenvolvido pela Mestra Luíza Grande	Mestres	Maria Luíza Carvalho	126.784.813-87	São Luís	MA	Habilitado
335	Madalena da Ilha Grande	Mestres	Maria Madalena Santos	336.207.095-72	São Cristóvão	SE	Habilitado
336	Trabalho Desenvolvido pela Mestra Dona Nazaré	Mestres	Maria Nazaré Souza Rabelo Frazão	973.317.163-87	Icatu	MA	Habilitado
337	Tradições goianas - Rezas e folias	Mestres	Maria Nila Crisóstomo do Carmo	320.519.481-00	São João d'Aliança	GO	Habilitado
338	Maria Normelia Melo	Mestres	Maria Normelia Melo	015.848.675-74	Japaratuba	SE	Habilitado
339	Trabalho Desenvolvido pela Mestra Dona Vanda	Mestres	Maria Vanda Lima Barbosa	124.649.703-44	São Luís	MA	Habilitado
340	Festejos Populares da Cidade de Paranã	Mestres	Marilene Alves da Rocha	782.478.371-53	Paranã	TO	Habilitado
341	Cerâmica	Mestres	Marinalva Bezerra da Silva	629.004.714-00	União dos Palmares	AL	Habilitado
342	Mestre em Benzeções	Mestres	Mario Braz da Luz	786.780.996-15	Contagem	MG	Habilitado
343	Samba de Coco Areia Branca	Mestres	Marivalda Querino dos Santos	126.793.645-20	Mosqueiro	SE	Habilitado
344	Marluce Pinto	Mestres	Marluce Carvalho de Sá Mattos	321.049.014-72	Magé	RJ	Habilitado
345	Marta Leonardo de Oliveira	Mestres	Marta Leonardo de Oliveira	372.874.351-87	Paranoá	DF	Habilitado
346	Dança da Zabelinha e do Enrolador	Mestres	Martinho Conceição da Silva	030.513.405-10	Igrapiuna	BA	Habilitado
347	Maviael Ribeiro de Barros	Mestres	Maviael Ribeiro de Barros	234.741.304-04	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
348	Mavildes Marques Santos	Mestres	Mavildes Marques Santos	129.766.013-72	Rosário	MA	Habilitado
349	Obra de Mércia Borges	Mestres	Mercedes Borges de Almeida	164.149.848-09	Joanópolis	SP	Habilitado
350	Miguel Batista - O Pedreiro do Cinema	Mestres	Miguel Batista dos Santos	492.254.647-20	Diadema	SP	Habilitado
351	Congada da Lapa	Mestres	Miguel Ferreira	358.143.069-04	Lapa	PR	Habilitado
352	Ofício de Produção de Sabão de Andiroba do município de Axixá	Mestres	Miguel Fontoura Dias	005.154.184-04	Axixá	MA	Habilitado
353	Miguel da Viola	Mestres	Miguel Pereira da Silva	640.706.387-68	Magé	RJ	Habilitado
354	Ouça Meu Palavreado	Mestres	Milton José Primo da Cruz	464.924.105-72	Santo Amaro	BA	Habilitado
355	Colchas de Crochê	Mestres	Miriam Taffarel Trois	232.973.870-68	Porto Alegre	RS	Habilitado
356	Cantos de roda e mutirão	Mestres	Narcisa Pereira da Cunha	326.665.511-72	Pirenópolis	GO	Habilitado
357	Folias de Reis	Mestres	Natal Viaro	018.659.418-67	Olímpia	SP	Habilitado
358	Nelson Pereira	Mestres	Nelson Pereira de Sá Júnior	040.592.744-45	Ouricuri	PE	Habilitado
359	Buriti - Árvore da Vida	Mestres	Nemias Ribeiro da Silva	864.823.511-15	Mateiros	TO	Habilitado
360	Saudade	Mestres	Newton Vaz Coelho	192.093.710-20	Viamão	RS	Habilitado
361	Arte Sacra	Mestres	Nivaldo Gomes dos Santos	008.705.638-07	Ibimirim	PE	Habilitado
362	Noel Calixto	Mestres	Noel Calixto dos Santos	146.682.114-00	Feira Grande	AL	Habilitado
363	Norma Suely	Mestres	Norma Suely Pereira Archanjo	918.756.097-68	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
364	A Arte como fator de propulsão de uma comunidade	Mestres	Northon de Azevedo Fenerich	722.885.828-04	Uberaba	MG	Habilitado
365	Norval Cruz	Mestres	Norval Batista Cruz	079.384.975-68	Fortaleza	CE	Habilitado
366	Museu do Cordel Olegário Fernandes	Mestres	Olegário Fernandes Filho	034.297.144-19	Caruaru	PE	Habilitado
367	Registros de Dona Orlanda	Mestres	Orlanda da Conceição Silva	682.317.068-72	Poços de Caldas	MG	Habilitado
368	Mestre Orlando	Mestres	Orlando Felix da Cruz	36678120515	Poço Redondo	SE	Habilitado
369	Dona Sinhá e o Ofício das Almas	Mestres	Osmira Sousa Campos	016.280.701-53	Aragarças	GO	Habilitado
370	Ozias Antônio de Araújo	Mestres	Ozias Antônio de Araújo	182.301.057-15	Nilópolis	RJ	Habilitado
371	Patrícia Alves de Matos Xavier	Mestres	Patrícia Alves de Matos Xavier	142.123.688-54	São Paulo	SP	Habilitado
372	Mestre PC	Mestres	Paulo César de Oliveira da Cunha	023.339.947-03	Magé	RJ	Habilitado
373	Tambor, que faz o sangue correr na veia e o coração sai do lugar	Mestres	Paulo César Rodrigues Lopes	985.976.983-49	São Luís	MA	Habilitado
374	Marujada	Mestres	Paulo Cezar Dias Torres	280.727.315-72	Curaçá	BA	Habilitado
375	Selote de Carroça	Mestres	Paulo Lucindo da Silva	381.773.314-34	Lagoa da Canoa	AL	Habilitado
376	Paulo Renato Narciso	Mestres	Paulo Renato Narciso	458.822.150-72	Lajeado	RS	Habilitado
377	Chapéus de Palha	Mestres	Pedra dos Santos Mota	417.963.309-49	Sombrio	SC	Habilitado
378	Mestre Cícero Zabumbeiro	Mestres	Pedro Arcelino de Lima	965.488.784-34	João Pessoa	PB	Habilitado
379	Mestre das culturas populares: Bambelô e o Boi de Reis Pintadinho Pedro Carlos de Lima	Mestres	Pedro Carlos de Lima	466.215.634-34	Natal	RN	Habilitado
380	Maracatu do Amanhã	Mestres	Pedro Paulo Barbosa da Silva	296.730.033-00	Fortaleza	CE	Habilitado
381	Grupo Congos de Calçola	Mestres	Pedro Santos Correia	018.948.404-70	Natal	RN	Habilitado
382	Pedro Vieira	Mestres	Pedro Vieira	897.311.826-91	Diamantina	MG	Habilitado
383	Plataforma na Poesia de Perinho Santana	Mestres	Péricles Bomfim de Santana	232.402.615-53	Salvador	BA	Habilitado
384	Arte em Argila	Mestres	Quitéria Bispo dos Santos	382.059.204-00	Lagoa da Canoa	AL	Habilitado
385	Rafael Fioratto: Mestre dos Saberes e Fazeres da Cultura em Itatiaia - RJ	Mestres	Rafael José da Silveira Ferreira	092.697.987-63	Itatiaia	RJ	Habilitado
386	Grupo de Reisado Nossa Senhora das Graças	Mestres	Raimunda de Jesus Santos	420.509.525-20	Poço Verde	SE	Habilitado
387	Mestra Raimunda Oliveira: Guardiã e Escritora Melodramática de Pássaro Junino - Melodrama e Fantasia	Mestres	Raimunda Domingas de Oliveira Carneiro	318.901.482-53	Belém	PA	Habilitado
388	Arte em Tala, Artigos em Barro	Mestres	Raimunda Santana da Silva	212.679.362-15	Curuçá	PA	Habilitado
389	Escultura em Madeira	Mestres	Raimundo Alves Belarmino	022.400.903-67	Tarrafas	CE	Habilitado
390	Reisado Boi Estrela	Mestres	Raimundo Antônio de Abreu	002.048.023-77	Teresina	PI	Habilitado
391	Brinquedos de Miriti	Mestres	Raimundo da Silva Peixoto	056.669.882-04	Abaetetuba	PA	Habilitado
392	Grupo Folclórico e Cultural Bumba-Meu-Boi Dois de Ouro	Mestres	Raimundo Mendonça	290.133.303-63	Conceição do Lago Açu	MA	Habilitado
393	Mestre Raimundinho	Mestres	Raimundo Miguel Ferreira	216.270.373-49	São Luís	MA	Habilitado
394	A Canoa Virou	Mestres	Raimundo Rafael Filho	045.672.668-38	São Sebastião	SP	Habilitado
395	Raul Pires	Mestres	Raul Pires da Rocha	043.351.958-42	São Luiz do Paraitinga	SP	Habilitado
396	Raul Vicente	Mestres	Raul Vicente de Queiroz	139.981.534-20	Maceió	AL	Habilitado
397	Toadas de Maracatu Rural do Mestre Reginaldo Silva	Mestres	Reginaldo Francisco da Silva	393.894.134-00	Lagoa de Itaenga	PE	Habilitado
398	Azul Marinho	Mestres	Reinaldo Joaquim de Santana	783.498.268-00	São Sebastião	SP	Habilitado
399	Renildo de Souza Ferraz	Mestres	Renildo de Souza Ferraz	403.641.514-04	Maceió	AL	Habilitado
400	Agenor Martim	Mestres	Renô Martins de Castro	146.010.528-15	São Luiz do Paraitinga	SP	Habilitado
401	Coco de Mazurca do Mestre Borges Lucas e Cia	Mestres	Roberto José do Nascimento	047.558.024-90	Lagoa de Itaenga	PE	Habilitado
402	Brinquedos Populares	Mestres	Romildo Félix da Silva	721.231.334-34	Natal	RN	Habilitado
403	Festa na Roça	Mestres	Ronaldo de Senna Pereira Junior	034.330.687-55	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
404	Mestre Ronaldo Silva	Mestres	Ronaldo dos Santos Silva	086.037.902-72	Belém	PA	Habilitado
405	Samba de Mestres	Mestres	Roque de Lima	017.938.965-34	Maragojipe	BA	Habilitado
406	Rosa Maria	Mestres	Rosa Maria Virgulina da Silva	257.102.758-16	Araras	SP	Habilitado
407	Rosemiro	Mestres	Rosemiro Pinheiro Pereira	032.385.632-20	Belém	PA	Habilitado
408	Samba de Coco do Mosqueiro	Mestres	Rosoaldo da Conceição	116.332.125-72	Aracaju	SE	Habilitado
409	Grupo Cultural Erêmim de Parafuso	Mestres	Samuel Jorge Santos Silva	367.574.465-53	Camaçari	BA	Habilitado
410	Samuel Muniz de Araújo	Mestres	Samuel Muniz de Araújo	085.661.247-23	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
411	Projeto Escola de Circo Carequinha	Mestres	Sandra Simone Estevanovik	512.282.035-04	Juiz de Fora	MG	Habilitado
412	Artesanato de Cipó	Mestres	Sargino Gomes da Silva	009.799.936-95	Águas Formosas	MG	Habilitado
413	Literatura de Cordel e Reizado	Mestres	Sebastião Alves Lourenço	015.809.653-34	Capistrano	CE	Habilitado
414	Sebastião Biano, o Mestre do Pífano	Mestres	Sebastião Clarindo Biano	065.189.744-00	Santo Amaro	SP	Habilitado
415	Sebastião de Souza Brandão	Mestres	Sebastião de Souza Brandão	156.965.961-34	Ladário	MS	Habilitado
416	Tião Matias	Mestres	Sebastião Matias Dantas	037.843.124-20	Natal	RN	Habilitado
417	Formação de Enxadristas na Comunidade Colinas Anhanguera	Mestres	Sebastião Milagre da Costa	920.638.708-10	Santana de Parnaíba	SP	Habilitado
418	Seu Bastião um centenário de histórias do interior	Mestres	Sebastião Profeta do Amaral	217.353.601-04	Pirenópolis	GO	Habilitado
419	Bastinho Calixto	Mestres	Sebastião Tavares Calisto	152.596.257-49	Campina Grande	PB	Habilitado
420	Basto do Acordeon	Mestres	Sebastião Trajano da Silva	263.567.914-20	Santa Rita	PB	Habilitado
421	Serginho Beagá	Mestres	Sergio Ramos	003.975.258-50	Belo Horizonte	MG	Habilitado
422	CEUs	Mestres	Serinaldo Ferreira de Andrade	645.248.507-59	Belford Roxo	RJ	Habilitado
423	Bambelô da Alegria de Metre Sérvulo Teixeira	Mestres	Sérvulo Teixeira de Moura	317.526.674-68	São Gonçalo do Amarante	RN	Habilitado
424	Juremeiras	Mestres	Severina Chaves dos Santos	840.331.004-82	Alhandra	PB	Habilitado
425	Mestra Severina Lopes	Mestres	Severina Lopes da Silva	258.065.994-34	Arcoverde	PE	Habilitado
426	Severina Pires Belfort	Mestres	Severina Pires Belfort	970.192.673-00	Itapecuru Mirim	MA	Habilitado
427	Oficina de Rabeca e Pandeiro	Mestres	Severino Belo Alexandre	264.050.674-91	Bayeux	PB	Habilitado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

428	Cantador de Repente	Mestres	Severino João da Silva	772.621.824-04	Maceió	AL	Habilitado
429	Mamulengo Riso das Crianças	Mestres	Severino Joventino dos Santos	317.918.404-34	Glória do Goitá	PE	Habilitado
430	Severino Medeiros 50 Anos de Música	Mestres	Severino Medeiros	109.431.024-72	Campina Grande	PB	Habilitado
431	Lizar Mestre Contemporâneo	Mestres	Sidnei Lizardo	413.512.318-04	São Paulo	SP	Habilitado
432	Grupo de Artesan Nós da Arte	Mestres	Silvânia Rodrigues Silva	004.850.431-90	Colinas do Tocantins	TO	Habilitado
433	Caminhada Griô da Mestre Sirley Amaro	Mestres	Sirley da Silva Amaro	207.463.340-87	Pelotas	RS	Habilitado
434	Mãos de Fada	Mestres	Suelene Carneiro dos Santos	332.209.485-53	Lamarão	BA	Habilitado
435	Arte nas Cabaças	Mestres	Suzana Koehler Welp	813.957.609-34	Florianópolis	SC	Habilitado
436	Mestra Dona Teresinha	Mestres	Teresinha de Jesus Veras Morais	354.253.263-00	São Luís	MA	Habilitado
437	Tertolino Balbino	Mestres	Tertolino Balbino	450.658.457-00	Conceição da Barra	ES	Habilitado
438	Quecosô Oncotô, Oncovô - Goiás: singulares no plural	Mestres	Thiago Lemos de Santana	993.600.551-15	Aparecida de Goiás	GO	Habilitado
439	Mistura que dá Coco	Mestres	Tomaz Leão Aquino	010.106.114-53	Recife	PE	Habilitado
440	Bira Reis	Mestres	Ubirajara de Andrade Reis	084.042.915-00	Salvador	BA	Habilitado
441	O ensino da arte em cerâmica e dos Saberes tradicionais de Ulisses Mendes	Mestres	Ulisses Mendes	388.492.676-49	Itinga	MG	Habilitado
442	Demar Cordel	Mestres	Valdemar Rodrigues de Sousa	464.436.811-34	Palmas	TO	Habilitado
443	Valdemira Telma	Mestres	Valdemira Telma de Jesus Sacramento	268.174.385-00	Salvador	BA	Habilitado
444	História da Protagonista Popular Detinha das Folhas - Gican	Mestres	Valdete Maria da Conceição	410.839.205-10	Lauro de Freitas	BA	Habilitado
445	Artesanato Criativo	Mestres	Vânia Maria de Oliveira Santos	300.347.284-49	Maceió	AL	Habilitado
446	Mestra Dona Vera	Mestres	Vera Lucia dos Reis Barros de Sousa	225.657.793-72	São Luís	MA	Habilitado
447	Grupo de Folia do Divino do Mestre Vicentinho Rocha	Mestres	Vicente de Souza	150.057.388-43	São Luiz do Paraitinga	SP	Habilitado
448	Cineclube, Cinema e Educação	Mestres	Vicente Donizeti Toniolo Pozzobon	323.541.260-34	Florianópolis	SC	Habilitado
449	Pequitina - Desidratação da polpa de frutos do cerrado	Mestres	Vicentina Bispo de Almeida Côrte	500.449.156-91	Januária	MG	Habilitado
450	Vilma de Todos os Santos	Mestres	Vilma Santos de Oliveira	039.901.679-10	Londrina	PR	Habilitado
451	Mestre Dona Nirinha	Mestres	Vladenira Correa de Brandes Rodrigues	081.956.547-46	Serra	ES	Habilitado
452	Saberes e Conhecimentos Tradicionais Populares	Mestres	Waldemar Pereira Castro	126.533.303-34	São Luís	MA	Habilitado
453	Afosé Ilê Omo Dada	Mestres	Wanda de Oliveira Ferreira	112.551.008-00	São Paulo	SP	Habilitado
454	Wanderley Jesus Pereira	Mestres	Wanderley Jesus Pereira	037.978.323-11	São Luís	MA	Habilitado
455	Dança Faz Bem	Mestres	Zely Gomes da Silva	427.570.883-00	Codó	MA	Habilitado

II GRUPOS FORMAIS HABILITADOS

N.º	Projeto	Categoria	Instituição	CNPJ	Cidade	UF:	Situação
1	Espetáculo Paixão de Cristo no Povoado Malhada da Areia	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	ACARCOS (Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Sertaneja FM)	10.278.204/0001-42	Juazeiro	BA	Habilitado
2	Boca de Rua - Comunicação das Ruas de Porto Alegre.	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação	07.187.987/0001-44	Porto Alegre	RS	Habilitado
3	Bumba Boi de Costa de Mão - Ciclo do Boi	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Agremiação Folclórica Cultural do Bumba-Meu-Boi Brilho da Sociedade da Vila Passos do Sotaque de Costa de Mão de Cururupu e Tambor de Crioula Unidos de São Benedito	05.270.050/0001-02	São Luís	MA	Habilitado
4	No Balanço da Fita - Ciclo de Festas do Bumba meu Boi em Londrina	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	ALMA - Associação Intercultural de Projetos Sociais	07.094.270/0001-58	Londrina	PR	Habilitado
5	Pra Sempre Reisado	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	ASCUZA - Associação Cultural de Zabelê	05.919.387/0001-06	Zabelê	PB	Habilitado
6	Maranhão Zumbizando Arte com olhar pioneiro	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Afro Didara e Cia Bumba Crioulo São José	05.019.738/0001-14	São José de Ribamar	MA	Habilitado
7	Acorda Pindaré	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Amigos do Engenho Central	02.899.651/0001-90	São Luís	MA	Habilitado
8	Modelando Tradições	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Artística Cultural Oswaldo Goeldi	07.105.230/0001-64	Taubaté	SP	Habilitado
9	Chico Prego	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Boiacá Instituto de Cultura	08.453.956/0001-50	Vitória	ES	Habilitado
10	VIII Encontro de Tranceiras do Estado do Rio de Janeiro	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Brasileira do Bem Estar Social,Turismo, Inclusão Social, Cultura e Meio Ambiente-Estmativa	07.611.938/0001-97	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
11	Caminhos de Pedra: saberes e fazeres da imigração italiana	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Caminhos de Pedra	02.013.283/0001-31	Bento Gonçalves	RS	Habilitado
12	Centro Cultural Viva - memória do brinquedo popular	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Centro Cultural Viva	30.197.552/0001-00	Duas Barras	RJ	Habilitado
13	Projeto Revelarte: Musical Raízes Brasileiras	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Centro Educacional Monte Sião	27.638.584/0001-81	Niterói	RJ	Habilitado
14	Patrimônios Vivos	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Clube Osquindô	10.471.314/0001-26	Mariana	MG	Habilitado
15	Revitalizando o Samba de Roda de Mulheres de São Domingos	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Comunitária de Pedra Bonita	03.955.901/0001-25	São Domingos	BA	Habilitado
16	Boi Liso Coração	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural Arte na Praça - ACAP	04.047.190/0001-35	Guaraciaba do Norte	CE	Habilitado
17	Folia de Reis da Capela de São Miguel	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural Beato José de Anchieta / Capela de São Miguel Arcanjo	06.075.379/0001-85	São Paulo	SP	Habilitado
18	Abenção Mestre! Festival de Cultura Popular de Imperatriz-MA	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural Casa das Artes	10.646.923/0001-79	Imperatriz	MA	Habilitado
19	Brincando o Bumba-meu-boi em Anápolis	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural e Artística de Anápolis	05.268.397/0001-10	Anápolis	GO	Habilitado
20	Na pisada dos retirantes, um novo sertão	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural e Quadrilha Junina Retirantes do Sertão	09.491.906/0001-20	Freio Paulo	SE	Habilitado
21	Crioula, o Ritmo que nos fascina	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural Maracrioula	05.426.728/0001-51	São Luís	MA	Habilitado
22	Grupo de Tambor de Crioula do Quilombo da Fé em Deus	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural Tambor de Crioula da Comunidade Quilombola Vila Fé em Deus	14.541.104/0001-18	Santa Rita	MA	Habilitado
23	Associação das Bandas de Congo da Serra	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação das Bandas de Congo da Serra	31.276.736/0001-10	Serra	ES	Habilitado
24	III Encontro de Congada da Associação das Irmandades dos Congados de Nossa Senhora do Rosário de Conselheiro Lafaite e Região Mariana Oeste	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação das Irmandades dos Congados de N Sra do Rosário de Cons Lafaiete e Região Mariana Oeste	10.547.170/0001-44	Conselheiro Lafaiete	MG	Habilitado
25	Mulheres no Maracatu Rural	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação das Mulheres de Nazaré da Mata - AMUNAM	12.813.226/0001-90	Nazaré da Mata	PE	Habilitado
26	Festas Populares Caiçaras	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Cultura Caiçara Cananéia	12.158.755/0001-06	Cananéia	SP	Habilitado
27	Raízes que Encantam	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Danças Folclóricas Germânicas Raízes de Marechal Candido Rondon	11.004.052/0001-52	Marechal Cândido Rondon	PR	Habilitado
28	Encontro Regional de Folias de Reis e criação da Folia de Reis Mirim e de duas Folias de Reis femininas	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Folias de Reis de Patrocínio	07.583.318/0001-91	Patrocínio	MG	Habilitado
29	Grupo Tradicional de Tambor de Crioula de Bacuri dos Pretos	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Trabalhadores Rurais do Povoado Bacuri dos Pires	03.832.090/0001-75	Cantanhede	MA	Habilitado
30	Resgate dos Marujos de Nossa Senhora do Rosário	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação do Grupo de Congado Marujos de Nossa Senhora do Rosário	18.376.987/0001-09	Sem Peixe	MG	Habilitado
31	Acervos da Memória: saberes, fazeres e dizeres da cultura popular do Oeste de Santa Catarina	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação do Grupo de Idosos Formosense	73.917.874/0001-81	Formosa do Sul	SC	Habilitado
32	MiritiFest - Festival do Miriti de Abaetetuba-PA	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associacão dos Artesãos do Município de Abaetetuba	05.817.668/0001-40	Abaetetuba	PA	Habilitado
33	Escola de Cultura Canavial Frei Caneca	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação dos Filhos e Amigos de Vicência	04.361.434/0001-78	Vicência	PE	Habilitado
34	Tambor de Crioula "Carinho de São Benedito e São José" da Comunidade Quilombola Santa Rita dos Pretos	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação dos lavradores do Povoado Santa Rita	03.388.721/0001-09	Cantanhede	MA	Habilitado
35	Coral Popular Cosme Damião	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Escola Família Agrícola Puris de Araponga	01.529.208/0001-65	Araponga	MG	Habilitado
36	Mestre Felipe por Ele Mesmo - O Livro	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Folclórica e Cultural Tambor de Crioula União de São Benedito	05.641.390/0001-00	São Luis	MA	Habilitado
37	O Fortalecimento do Tambor de Crioula entre crianças e jovens do Centro Histórico de São Luís (MA)	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Folclórica Tambor de Crioula Arte Nossa	07.998.309/0001-61	São Luís	MA	Habilitado
38	Folia de Santo Reis de Minaçu-GO	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Folia de Santo Reis - Folia de Santo Reis do Assentamento São Salvador.	11.023.353/0001-23	Minaçu	GO	Habilitado
39	Preservação do Pássaro Junino Tucano: Em busca de um lugar para pousar	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Grupo Cultural Francisco Oliveira	22.919.096/0001-29	Belém	PA	Habilitado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

40	Artes Sim, Drogas Não	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Musical Beneficente Afinações Celestiais	04.350.618/0001-32	Belém	PA	Habilitado
41	Associação Quilombola - Luz dos Negros	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Quilombola do Mato do Tição	08.078.599/0001-98	Jaboticatubas	MG	Habilitado
42	O Bode Enterrado	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Rural dos Moradores da Fazenda de Santana	00.842.512/0001-03	Serra Talhada	PE	Habilitado
43	Caravana Girauense de Cinema	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Teatral e Cultural dos Artistas de Girau do Ponciano	10.667.107/0001-41	Girau do Ponciano	AL	Habilitado
44	Cinquenta anos do Batuque Afro-brasileiro de Nelson Silva	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Batuque Afro-brasileiro de Nelson Silva	19.030.295/0001-77	Juiz de Fora	MG	Habilitado
45	Caboclinho Cahetés de Goiana	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Caboclinho Cahetés de Goiana	12.903.944/0001-58	Goiana	PE	Habilitado
46	No Arco das 7 Flexas	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Caboclinhos 7 Flexas	10.051.845/0001-60	Recife	PE	Habilitado
47	Cavalo Marinho Estrela de Ouro	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Cavalo Marinho Estrela de Ouro	08.491.745/0001-02	Condado	PE	Habilitado
48	Ateliê de Criação Cambinda Estrela - Quando a festa vira arte! (oficina de confecção de indumentárias e instrumentos percussivos de uma nação de maracatu tradicional)	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Centro Cultural Cambinda Estrela	08.798.225/0001-47	Recife	PE	Habilitado
49	Um Galpão para Cultura da Infância	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Centro de Criação Galpão das Artes	10.627.192/0001-14	Limoeiro	PE	Habilitado
50	Projeto Matumbé - Cultura Arte e Pesquisa com Matrizes Afro-Brasileiras em Manaus	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Cia Ballet da Barra	03.290.325/0001-44	Manaus	AM	Habilitado
51	Farias Brito Sagrado - A Identidade Cultural de um Bairro	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Cia. Teatral Acontece	08.528.444/0001-06	Fortaleza-	CE	Habilitado
52	Frevo e sua preservação na Dança e na Música	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Clube Carnavalesco Mixto a Mulher do Seu Malaquias	11.322.343/0001-99	Recife	PE	Habilitado
53	Artes Públicas de Rua	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Companhia Cultural Ciranduis	04.061.386/0001-00	Janduís	RN	Habilitado
54	Projeto Cordapes	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Companhia de Ritmos e Danças Populares - Cordapes	09.177.344/0001-45	Fortaleza	CE	Habilitado
55	Projeto Cultural Auto do Boi de Reis	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Escola Municipal Governador Mário Covas	05.111.917/0001-87	Passa e Fica	RN	Habilitado
56	ArrastaNóis - Carnaval	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Federação Prudentina de Teatro e Artes Integradas	04.794.477/0001-47	Presidente Prudente	SP	Habilitado
57	Tecer e fiar - entrelaçando e enveredando	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Felicidade não tem idade	05.962.084/0001-68	Guarda-Mor	MG	Habilitado
58	Festa do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Festa do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro	04.580.877/0001-50	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
59	Brincadeiras e ritos populares	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Flor de Pequi - brincadeiras e ritos populares	12.042.112/0001-94	Pirenópolis	GO	Habilitado
60	Dança de São Gonçalo do Centro Cultural de Lisieux	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grêmio Recreativo Cultural e Educacional de Lisieux	23.707.136/0001-31	Santa Quitéria	CE	Habilitado
61	A Dança do Mestre Sala e Porta Bandeira: História, Tradição e Magia na Lagoa da Conceição.	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba União da Ilha da Magia	03822287/0001-23	Florianópolis	SC	Habilitado
62	Bateria Fera	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grêmio Recreativo Escola de Samba Leões da Vila Padre Anchieta	01.923.388/0001-65	Campinas	SP	Habilitado
63	Ritual Morte de Esbandalhar	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Bumba-meu-boi Proteção de São João.	01.210.709/0001-84	Penalva	MA	Habilitado
64	Festa de Reis e São Gonçalo	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Culturart	73.908.345/0001-11	São Raimundo Nonato	PI	Habilitado
65	Quermesse Junina Rio-Grandense	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo de Arte Nativa Sepé Tiaraju	90.618.752/0001-03	Espumoso	RS	Habilitado
66	Grande Circo de Rua Alegria	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo de teatro popular Gueto Poético	04.639.627/0001-48	Salvador	BA	Habilitado
67	Côco de Roda Ganga Zumba	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Folclórico Ganga Zumba	09.721.418/0001-62	Maceió	AL	Habilitado
68	Terno de Congo Nossa Senhora do Rosário	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Formal do Terno de Congo Nossa Senhora do Rosário.	02.444.723/0001-05	Areado	MG	Habilitado
69	UP Down Inclusão, Cultura e Qualidade de vida	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Incluart.	13.697.363/0001-70	Cuiabá	MT	Habilitado
70	Eu te benzo, Eu te curo	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Teatral Piliquinha	02.163.280/0001-84	Concórdia	SC	Habilitado
71	36ª Noite Cultural	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Teatral Pirraça em Praça Fruta de Leite - MG	07.424.656/0001-80	Fruta de Leite	MG	Habilitado
72	Tambores da Ancestralidade	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Hunkpame Alaira Izo	05.786.767/0001-01	Maceió	AL	Habilitado
73	Projeto Fogueira Literária	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	IDAN - Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido	08.207.803/0001-23	Jequié	BA	Habilitado
74	Os Tambores do Rosário e o Baque Virado	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Instituto Famiguê	11.965.172/0001-16	Montes Claros	MG	Habilitado
75	Jovens Atores	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Instituto Simãodiense de Juventude	06.190.950/0001-02	Simão Dias	SE	Habilitado
76	Preservação de Tradições Culturais	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem	20.102.711/0001-84	Contagem	MG	Habilitado
77	No Remanso do Cacuriá	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Laborarte - Laboratório de Expressões Artísticas	06.347.959/0001-84	São Luís	MA	Habilitado
78	Tecendo histórias: A Cultura Popular do município de Camaragibe-PE através de seus Mestres.	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Laboratório de Intervenção Artística-Laia	10.370.048/0001-45	Camaragibe	PE	Habilitado
79	Informativo A Gazeta do Bom Jardim	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Liga Desportiva da Tríplice Aliança do Grande Bom Jardim	01.104.003/0001-38	Fortaleza	CE	Habilitado
80	Movimento Litricor	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Liga Tricordiana de Companhia de Reis - LITRICOR	25.643.115/0001-25	Três Corações	MG	Habilitado
81	Leão Coroado - Continuidade	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Maracatu Carnavalesco Leão Coroado	09.789.314/0001-90	Olinda	PE	Habilitado
82	Maracatu Leão Formoso	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Maracatu Leão Formoso de Olinda	11.523.230/0001-51	Olinda	PE	Habilitado
83	Viva o Boi-de-Mamão	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	OCA - Ong Crescendo com Arte	08.225.421/0001-22	Florianópolis	SC	Habilitado
84	I Segue o Som dos Mestres do Cariri	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Ong. Cia. Desabafo de Teatro	10.321.062/0001-59	Juazeiro do Norte	CE	Habilitado
85	SAMARRA- Sociedade dos Amigos do Memorial Manuelzão e de Revitalização de Andrequicé	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Sociedade dos Amigos do Memorial Manuelzão e de Revitalização de Andrequicé	07.428.656/0001-59	Três Marias	MG	Habilitado
86	Bumba meu Boi "Brilho da Noite"	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Sociedade Junina Folclórica e Cultural do Bumba meu Boi "Brilho da Noite" de São João Batista - Comunidade Guaribal.	05.055.125/0001-32	Maranhão	MA	Habilitado
87	Tambor de Crioula "Brilho de São Benedito" do Quilombo Jacareí dos Pretos	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Tambor de Crioula "Brilho de São Benedito" do Quilombo Jacareí dos Pretos - Comunidade Quilombola Jacareí dos Pretos	00.908.168/0001-08	Icatu	MA	Habilitado
88	Cordelteca João de Sá - O Cordel ao alcance de todos	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Teatro Experimental de Guaranésia	19.093.087/0001-17	Guaranésia	MG	Habilitado
89	Projeto de Popularização do Teatro	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Teatro Popular de Arte	11914455000139	Petrolina	PE	Habilitado
90	Kabula - Camdoblé Angola	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Templo de Cultura Bantu Redandá	58.123.373/0001-30	Embu-Guaçu	SP	Habilitado
91	Espaço da Fé	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Terreiro do Pai Maneco	84.808.740/0001-49	Curitiba	PR	Habilitado
92	Sambando com Projetos Sociais e Recreativos	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Virada do Sol	11.402.425/0001-43	Araçatuba	SP	Habilitado
93	Balaio de Minas	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Viraminas Associação Cultural	09.241.877/0001-49	Três Corações	MG	Habilitado

III GRUPOS INFORMAIS HABILITADOS

N.º	Projeto	Categoria	Nome do Grupo	Responvável pelo Grupo	CPF	Cidade	UF:	Situação
1	Viva Santo Reis	Grupo/Comunidade Informal	Companhia de Reis dos Palmeiras	Adão de Souza Landim	051.435.846-71	Lagoa Grande	MG	Habilitado
2	Grupo Folclórico Marujada	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico da Marujada	Adão Matias de Souza	838.347.538-15	Couto de Magalhães de Minas	MG	Habilitado
3	Roda de conversa e cantoria com as lavadeiras de Almenara	Grupo/Comunidade Informal	Coral das Lavadeiras de Alemanara	Adélia Barbosa da Silva	708.084.496-72	Almenara	MG	Habilitado
4	O Terno de Moçambique São Benedito	Grupo/Comunidade Informal	Terno de Moçambique São Benedito	Adelis Paula dos Santos	002.517.328-60	Olímpia	SP	Habilitado
5	Flor do Frevo	Grupo/Comunidade Informal	Bloco Carnavalesco Misto Flor da Lira do Recife	Ademir José da Silva	189.041.144-20	Recife	PE	Habilitado
6	Grupo folclorico Caiapos de Piracaia -SP	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Caiapos na cidade de Piracaia - SP	Adilson Tadeo dos Santos	100.256.158-23	Piracaia	SP	Habilitado
7	Grupo Semente de Jurema	Grupo/Comunidade Informal	Rede independente Educação Griô/Casa de Jurema	Adriana de Holanda Cavalcanti	6892392709	Niterói	RJ	Habilitado
8	Artes na Biblioteca Vila das Torres	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Vila das Torres	Adriane Cristina Lazaroto	037.486.659-70	Curitiba	PR	Habilitado
9	Toureiro de Santo Antonio	Grupo/Comunidade Informal	Clube de Frevo Toureiro de Santo Antonio	Alan kardek Lima da Silva	8143573427	Recife	PR	Habilitado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10	Visões periféricas (Produção Audiovisual)	Grupo/Comunidade Informal	Coletivo Roda Fita	Alexandro Lopes dos Santos	073.706.234-75	Recife	PE	Habilitado
11	Memórias do Pompéu	Grupo/Comunidade Informal	Ponto de Memória Contando Histórias do Pompéu	Aline Cântia Corrêa Miguel	045.825.166-61	Belo Horizonte	MG	Habilitado
12	Cordel com a Corda Toda	Grupo/Comunidade Informal	Cordel com a Corda Toda	Aline Oliveira Cardoso	006.492.131-06	Brasília	DF	Habilitado
13	Confraria do Conto - resgate e manutenção da narrativa oral	Grupo/Comunidade Informal	Confraria do Conto	Amauri Gonçalves de Oliveira	112.605.288-47	Santa Bárbara d'Oeste	SP	Habilitado
14	Batendo as Tamancas	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Fandango Batido São Gonçalo	Amir Oliveira Garcia Filho	294.478.521-49	Cananéia	SP	Habilitado
15	Procissão de São Joãozinho Batista de São Borja	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade do Bairro Paraboi	Ana Gabriela Barboza Vaz	000.429.120-40	São Borja	RS	Habilitado
16	Gotas de Cultura	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Gotta-Grupo Oficina de Textos Terra da Alegria	Ana Lúcia de Souza	826.172.607-04	Campo dos Goytacazes	RJ	Habilitado
17	Um giro pelas estórias do Brasil	Grupo/Comunidade Informal	Tricotando Palavras	Ana Paula de Souza	312.562.708-73	São Bernardo do Campo	SP	Habilitado
18	Produção Cinematográfica Amadora de Itabaianinha	Grupo/Comunidade Informal	Impactos Produções Artísticas	Anderson de Jesus Silveira	994.427.445-34	Itabaianinha	SE	Habilitado
19	Lixofonia Reciclando com Ritmo-Brincando com o Boi	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Lixofonia	André Magalhães Fernandes	222.978.978-39	Sertãozinho	SP	Habilitado
20	Dança do São Gonçalo: Um Resgate	Grupo/Comunidade Informal	TAC - Teatro Arte e Cultura	Ângela Daniele Sousa Matos	37303583-75	Pinheiro	MA	Habilitado
21	O Fandango é a nossa Cultura	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Fandango do Rocio - Iguape - SP	Anísia Ricardo Lourenço	139.043.188-61	Iguape	SP	Habilitado
22	Grupo Atak de Bonecos	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Atak de Bonecos	Antônia Fernanda Ferreira Sobreira	019.983.993-03	Maracanaú	CE	Habilitado
23	Encontro de Devotos de Santos Reis de Andrequicé	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Folia de Reis Andrequicé	Antônia Genuina de Oliveira Reis	448.064.776-72	Três Marias	MG	Habilitado
24	Pesquisa, Identidade e Revitalização das Manifestações Culturais Populares da Serra do Lagedo	Grupo/Comunidade Informal	Lugares de Memória da Serra do Lagedo	Antonia Valdenia Bezerra de Carvalho	24805149353	Maranguape	CE	Habilitado
25	Garra Junina	Grupo/Comunidade Informal	Associação Cultural Garra Junina	Antônio Adelson Moura dos Santos	207.864.252-53	Icoaraci	PA	Habilitado
26	O Mané na Cultura Popular	Grupo/Comunidade Informal	A Diversidade no Mundo da Capoeira	Antônio Carlos das Dores da Silva	436.478.555-53	Santo Amaro	BA	Habilitado
27	7º ano do saber 2013	Grupo/Comunidade Informal	Organização do Saber de Sítio do mato	Aparecido Pereira da Silva	007.508.475-90	Sítio do Mato	BA	Habilitado
28	Grupo Afro Majê Molê: a importância da cultura afro brasileira, nas vidas de jovens carentes.	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Afro Majê Molê	Astrogildo Tavares de Souza Junior	709.072.004-78	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
29	Presença Jovem na devoção	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis Irmãos Adolfo	Baltazar Aparecido Alves	020.644.718-39	Ribeirão Preto	SP	Habilitado
30	Jongo de São Benedito	Grupo/Comunidade Informal	Jongo de São Benedito das Piabas em Barreiras	Benedito Paixão dos Santos	980.252.607-04	Conceição da Barra	ES	Habilitado
31	Festejo de Santo Reis	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Correntinho e Duas Cabeceiras	Benício de Souza e Silva	096.175.231-91	Fátima	TO	Habilitado
32	Foliões de Serranópolis	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis	Bento Neves Barbosa	566.996.541-87	Serranópolis	GO	Habilitado
33	Mensageiros da Fé	Grupo/Comunidade Informal	Mensageiros da Fé da Comunidade Riacho Velho	Bertolina Nunes Barbosa	382.452.994-72	Marechal Deodoro	AL	Habilitado
34	"O Pau & Corda do Carimbó: o encanto das músicas paraenses em suas formas e histórias" - Programação artístico-cultural em homenagem ao dia do Carimbó e dia do Folclore	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Carimbó Raiz Sancari	Bruna Cibely da Silva Brito	906.523.042-49	Belém	PA	Habilitado
35	Histórias saídas de uma mala	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Surgiou na Hora de Teatro	Bruno Ferreira de França	116.487.787-98	Nilópolis	RJ	Habilitado
36	Casa de Taipa	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Samba de Côco	Carla Bianca Mathias Júnior	042.735.825-62	Lagarto	SE	Habilitado
37	Companhia Banto - Manifestações Populares	Grupo/Comunidade Informal	Companhia Banto - Manifestações Populares	Carla Maria da Conceição Gomes	087.571.217-70	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
38	Maraca-EU, Maraca-TU!	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Maracatu de Akdorge	Carla Regina da Costa	566.682.601-87	Formosa	GO	Habilitado
39	Banda de Congo konschaça	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Congo konschaça	Carlos Augusto Ferreira Montarroyos	784.675.867-53	Serra	ES	Habilitado
40	Dançando Cultura	Grupo/Comunidade Informal	Cultura no Campo	Carlos Henrique Oliveira Matos	785.246.103-44	Icatu	MA	Habilitado
41	O Carnaval de rua na Pedreira, o bairro do Samba e do Amor	Grupo/Comunidade Informal	Bloco Carnavalesco Maria Quitéria	Carmen Aurora Chaves Aranha	158.268.482-00	Belém	PA	Habilitado
42	Feito a Mão-Socializando os Saberes e fazeres Artesanais	Grupo/Comunidade Informal	Grupo das Artesãs feito a mão	Carmen Tereza Salvini	006.685.319-24	Pinhalzinho	SC	Habilitado
43	Memorial Família Guiga e Baile dos Guigas	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Família Guiga	Célio Augusto Souza Pereira	035.547.956-74	Belo Horizonte	MG	Habilitado
44	Memórias da Tri-fronteira	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural e Artístico da Tri-fronteira	Cesar Luis Theis	039.851.079-20	Guarujá do Sul	SC	Habilitado
45	Para reviver "Um Caipira"	Grupo/Comunidade Informal	Associação Cultural "Os Caipiras" - ASCOC	Clayton Ribeiro de Oliveira	42854547268	Capanema	PA	Habilitado
46	8º Jegada da comunidade de São Pedro	Grupo/Comunidade Informal	Associação Comunitária do Povoado de São Pedro	Cleiderman Silva de Afonso Carneiro	000.213.495-09	São Domingos	BA	Habilitado
47	Festival de Toada do Ananin Dance	Grupo/Comunidade Informal	Projeto Cultural Ananin Dance	Cleito Marcio Santos Pantoja	607.839.402-97	Belém	PA	Habilitado
48	Contos & Recontos de Xapuri	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Fuxico de Contadores de Histórias de Xapuri	Clenes Alves da Silva	735.236.902-34	Xapuri	AC	Habilitado
49	Terno de Reis Bela União	Grupo/Comunidade Informal	Terno de Reis Bela União	Cleonice da Silva Souza	182046945-04	Itagibá	BA	Habilitado
50	Quadrilha Junina Zabumba - batendo forte no ritmo dos corações	Grupo/Comunidade Informal	Quadrilha Junina Zabumba	Clóvis Petrônio de Moura	892.723.074-49	Camaragibe	PE	Habilitado
51	Grupo de Zabumba Coração de Maria	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Zabumba Coração de Maria	Damião Oliveira de Souza	94534420544	Município de Simão Dias	SE	Habilitado
52	Memória e tradição afrobrasileira em Lagoa Santa	Grupo/Comunidade Informal	Candomblé da Lapinha	David Alves	226.908.676-72	Matozinhos	MG	Habilitado
53	Grupo Cultural Frente Jovem	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Frente Jovem	Denise Ferreira de Oliveira	011670753-40	Fortaleza	CE	Habilitado
54	Guascor Cantinho da leitura Vaga Lume	Grupo/Comunidade Informal	Biblioteca Comunitária Guascor	Dilsomar Pereira Soares	425.291.402-78	Portel	PA	Habilitado
55	Folia de Reis nas Escolas	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Dinashow	Dinamá Pereira de Resende	649.798.816-53	Várzea da Palma	MG	Habilitado
56	Reis dos Cacetes	Grupo/Comunidade Informal	Pés na Areia	Domingas Francisca de Almeida	030.137.946-74	Pirapora	MG	Habilitado
57	Sertanília	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Sertanília	Edmilia Barros Silva	031.423.035-10	Salvador	BA	Habilitado
58	Bumba Meu Boi...Encantado do Brasil	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cupuaçu	Eduardo Roberto Silva de Jesus	273.118.888-08	São Paulo	SP	Habilitado
59	Babau Joaquim Guedes	Grupo/Comunidade Informal	Babau Joaquim Guedes	Edvaldo Nascimento da Cunha	058.157.724-88	João Pessoa	PB	Habilitado
60	Construindo Identidades	Grupo/Comunidade Informal	Meninas Black Power	Élida de Aquino Batista	129.383.957-44	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
61	O som do nosso povo	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Pífano Tradição de Junqueiro/Povoado Retiro	Elionaldo dos Santos	45411166420	Junqueiro	AL	Habilitado
62	Um Canto Novo	Grupo/Comunidade Informal	Coral Juncos e Baronesas	Elisângela da Silva	105.605.404-26	Junqueiro	AL	Habilitado
63	Grupo Cultural Rei do Baião	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade de Pataíba	Elisvaldo dos Santos Azevedo	065.093.055-00	Água Fria	BA	Habilitado
64	Maracatu Encanto de Dendê	Grupo/Comunidade Informal	Nação Maracatu Encanto Dendê	Elizabete Salvina Luna Xavier	29909627434	Recife	PE	Habilitado
65	Oficina de brinquedos e brincadeiras	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Tribo da Terra	Eliziara Pereira Coutinho	761766819-87	Morro do Pilar	MG	Habilitado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

66	Mãos de Barro	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Coquilho	Erica Reis de Castro	039.316.383-08	São Luís	MA	Habilitado
67	Grupo Patropyra-Junção de Patrocínio Paulista com caipira	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Patropyra-Junção de Patrocínio Paulista com caipira	Erlon Carlos de Figueiredo	281.228.758-66	Patrocínio Paulista	SP	Habilitado
68	Banda de Congo Santo Expedito	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Congo Santo Expedito	Expedito Andrade	479.083.197-34	Serra	ES	Habilitado
69	Afoxé Omim Sabá, em defesa das expressões culturais, artísticas e regiliosas de Matriz Africana	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Afoxé Omim Sabá	Fabiane da Silva Sabino Lyra	021.772.784-06	Jaboatão dos Guararapes	PE	Habilitado
70	Música e Dança da Amazônia	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Pará Folclórico Maçã do Amor	Fabiano da Costa Ferreira	101.740.442-91	Belém	PA	Habilitado
71	Amarrando as ideias - o encanto dos turbantes africanos	Grupo/Comunidade Informal	Colares D'Odarah	Fabíola Maria de Oliveira da Silva	055.858.147-10	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
72	A Cultura Caiçara no Teatro	Grupo/Comunidade Informal	Compainha de Teatro Rosa Carmo Queiroz	Fátima Queiroz de Freitas	590.639.717-53	Paraty	RJ	Habilitado
73	Banda de Congo Cultura Congo de Bicanga	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Congo Cultura Congo de Bicanga	Felipe da Vitoria Correa	109.122.467-66	Serra	ES	Habilitado
74	Registrando Saberes	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Pesquisa Registrando Saberes	Fernanda Ben	031.675.219-37	Pinhalzinho	SC	Habilitado
75	Cortejando - Circo Teatro	Grupo/Comunidade Informal	Toca Teatro & Outras Coisas Artísticas	Fernanda Godinho de Araújo Cruz	014.883.266-06	Cataguases	MG	Habilitado
76	Programa Puxirão: apoio ao fandango caiçara no município de Cananéia	Grupo/Comunidade Informal	Ponto de Cultura "Caiçaras"	Fernando Oliveira Silva	126101858-39	Cananéia	SP	Habilitado
77	Companhia de Maracatu Estrela Risonha	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Os Pregadores do Riso	Flávio Estevão da Silva	117.447.008-93	Jussan Aracatuba	SP	Habilitado
78	Cangalha Cultural no Território Sisal	Grupo/Comunidade Informal	Cangalha	Francinaldo Araújo de Santana	059.032.195-19	Iraci	BA	Habilitado
79	Reisado Infantil Mestre Nel Ramos	Grupo/Comunidade Informal	Reisado Infantil Mestre Nel Ramos da Comunidade do Jacinto Assentamento Ipueira da Vaca	Francisca de Assis Sousa da Silva	277.392.873-34	Canindé	CE	Habilitado
80	Festa da Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França ou somente Festa do Rosário da Penha	Grupo/Comunidade Informal	Comissão de Festa da Igreja do Rosário	Francisca dos Santos Sanchez	937.516.308-30	São Paulo	SP	Habilitado
81	Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme	Grupo/Comunidade Informal	Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme	Francisca Rosa Silva dos Santos	158949672-87	Belém	PA	Habilitado
82	Grupo de Danças Folclóricas Juninas Benjamim Constant	Grupo/Comunidade Informal	Quadrilha Junina Benjamim Constant	Francisco Evandir do Carmo	388.382.493-34	Russas	CE	Habilitado
83	Coletivo de Expressão Cultural da Amazônia	Grupo/Comunidade Informal	Associação Cultural e Esportiva da Amazônia - ACENA	Francisco Rodrigues Alves Filho	473.873.782-15	Belém	PA	Habilitado
84		Grupo/Comunidade Informal	Sambossa	Frederico Pires Siqueira	288.357.918-04	São Paulo	SP	Habilitado
85	Origem Brasilis	Grupo/Comunidade Informal	Associação Cultural Erês de Ébano	Gabriela Barbosa do Carmos	395.443.258-75	Vila Pirajussara	SP	Habilitado
86	Artilápia - Artesanato de Couro de Tilápia	Grupo/Comunidade Informal	Artilápia - Artesanato de Couro de Tilápia	Gabriela Rocha Bispo	117.414.687-79	Mucurici	ES	Habilitado
87	Padre Plutarco - Teatro, dança, cinema e comunidade	Grupo/Comunidade Informal	GUFT - Galera Unida Fazendo Teatro	Geraldo Piedade Gonçalves	301159656-63	Ribeirão das Neves	MG	Habilitado
88	Oficinas e apresentações itinerantes de teatro	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Teatro Porkera Pura	Gilberto Cândido de Almeida	045.573.006-77	Miradouro	MG	Habilitado
89	Pastoril Alagoano	Grupo/Comunidade Informal	Pastoril Mensageiros de Fátima	Ginauria Barros de Oliveira	939.320.304-00	Maceió	AL	Habilitado
90	Lambe-Sujos e Caboclinhos	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico Lambe-Sujos e Caboclinhos	Givaldo Pereira Santos	199.930.805-00	Laranjeiras	SE	Habilitado
91	Pescando Cultura	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Renascer	Gleison Fernando Matos Gonçalves	053.143.243-26	Pinheiro	MA	Habilitado
92	"Matança de Mourão"	Grupo/Comunidade Informal	Turma da Sede	Hebert Costa Nunes	808071433-91	Matinha	MA	Habilitado
93	Cantos de Presépio	Grupo/Comunidade Informal	Grupo do Presépio	Helena Maria de Oliveira	271.512.711-15	Pirinópolis	GO	Habilitado
94	Pagode de Reboco	Grupo/Comunidade Informal	Pagode Pisa na Fulô	Helena Maria dos Santos Alves	510.926.464-34	Teotônio Vilela	AL	Habilitado
95	Salvaguarda e Proteção da Festa de Santa Cruz da Aldeia de Carapicuíba	Grupo/Comunidade Informal	Núcleo de Folclore Sabaraquê	Helenice Camargo Henne	009.114.058-79	Carapicuíba	SP	Habilitado
96	O Sopro da Música, mostrando cultura e alegria	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Vila Santa Izabel	Heleno Francisco Agostinho	453.059.784-91	Lagoa da Canoa	AL	Habilitado
97	Matança de Mourão do grupo de Bumba-meu-boi Turma da Sede	Grupo/Comunidade Informal	Turma da Sede	Herbert Costa Nunes	808.071.433-91	Matinha	MA	Habilitado
98	Boi de Carnaval	Grupo/Comunidade Informal	Grêmio Recreativo Boi Manhoso	Herley José da Silva	068.656.364-65	Recife	PE	Habilitado
99	Bacalhau no Frevo	Grupo/Comunidade Informal	Troça Carnavalesca Mista Bacalhau do Beco	Hermes José da Silva	28050274420	Recife	PE	Habilitado
100	Banda de Congo Piabas/Irundi - Tradição e Cultura	Grupo/Comunidade Informal	A Banda de Congo Piabas	Hipólito Monfardini Netto	015.337.447-00	Ibiraçu	ES	Habilitado
101	Alto Tocando	Grupo/Comunidade Informal	Batuque Usina	Hugo Messi do Nascimento	304.018.458-00	Recife	PE	Habilitado
102	Maracatu Nação Erê	Grupo/Comunidade Informal	CEPOMA (CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR MAILDE ARAUJO)	Ilma Martins de Santana	628.957.024-20	Recife	PE	Habilitado
103	Recital de Cordel e Grafitti no Papel	Grupo/Comunidade Informal	Brasilis Design - Comunicação Cultural	Inês Satie Hirata	283.322.418-47	São Paulo	SP	Habilitado
104	Povoado São Braz	Grupo/Comunidade Informal	Projeto Pescando Memórias	Isabela Bispo dos Santos Santana	000.846.154-79	Nossa Senhora do Socorro	SE	Habilitado
105	FOLIA DAS ALMAS DO ITAJUÍ	Grupo/Comunidade Informal	FOLIA DAS ALMAS DO ITAJUÍ	Itamir Rosa de Faria	272.341.418-39	Delfinópolis	MG	Habilitado
106	Dança Tradicional de Catira em Minaçu-GO	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Catira "Irmãos Pereira".	Jaci Pereira da Silva	479.699.201-44	Minaçu	GO	Habilitado
107	Folia de Reis de Lages - 70 anos	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis de Lages	Jadir de Moraes Pessoa	131.858.451-53	Goiânia	GO	Habilitado
108	Atividades continuadas do Instituto Virtual Roque Araújo	Grupo/Comunidade Informal	Instituto Virtual Roque Araújo	Jamile dos Santos Coelho	045.096.525-26	Salvador	BA	Habilitado
109	Barracão Cultural Capoeira Idalina	Grupo/Comunidade Informal	Barracão Cultural Capoeira Idalina	Jarbas José Francisco	4439987877	Jundiaí	SP	Habilitado
110	Projeto Sócio/Cultural Mana Chica do Gargaú	Grupo/Comunidade Informal	Mana Chica do Gagaú	Jean Marcos da Silva Barbosa	007.138.757-98	S. Francisco de Itabapoana	RJ	Habilitado
111	Olhares, gestos e sons da Mãe África	Grupo/Comunidade Informal	Irmandade de São Benedito de Itirapina	Jéssica Cristina Sales	390.932.078-30	Itirapina	SP	Habilitado
112	Pra Continuar a Jornada	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Folia de Reis do Sertão da Onça de São José do Barreiro	Jesus Pereira de Lima	106.517.918-98	São José dos Campos	SP	Habilitado
113	Comunidades Quilombolas e Pescadoras - Música e Cultur	Grupo/Comunidade Informal	Nêga Fulô	Joana Neta Martins Freitas	055701583-91	Palmeirândia	MA	Habilitado
114	Brincando nos Bairros	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Viapalco	João Batista Lima	067.537.568-17	Salvador	BA	Habilitado
115	Músicos do Amanhã	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Orgulho Caipira	João Evangelista do Carmo	65399455820	Lagoinha	SP	Habilitado
116	Cavalo Marinho Infantil Sementes do Mestre João do Boi	Grupo/Comunidade Informal	Cavalo Marinho Infantil Sementes do Mestre João do Boi	Jocilene Cunha da Silva	032.217.324-90	João Pessoa	PB	Habilitado
117	Grêmio Recreativo Unidos do Paúba	Grupo/Comunidade Informal	Grêmio Recreativo Unidos do Paúba	Jonas Rosenberg Lessa	410.013.528-90	São Paulo	SP	Habilitado
118	Pontal da Barra	Grupo/Comunidade Informal	Pontal da Barra	Jorgeval Mário Lisboa Santos	140.521.644-15	Maceió	AL	Habilitado
119	Folguedo do Boi -de-Reis	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Jovens "Pessoas de Boa Vontade"	José Antônio Lopes	504.810.376-91	Pirapora	MG	Habilitado
120	Revitalizando o Cavalo Marinho da Paraíba	Grupo/Comunidade Informal	Cavalo Marinho da Paraíba	José Bento de Oliveira	9563741404	Bayeux	PB	Habilitado
121	Resgatando os Folguedos Tradicionais	Grupo/Comunidade Informal	Pastoril Filhos da Paixão	José Carlos da Silva	103.671.974-05	Junqueiro	AL	Habilitado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

122	Guerreiro Campeão do Trenado	Grupo/Comunidade Informal	Guerreiro Campeão do Trenado	José Cícero Abedias Bomfim	730.542.164-20	Maceió	AL	Habilitado
123	Vivart de todas as culturas	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Artístico Vivart	José de Arimatéia da Costa Benedito	380.807.703-44	Fortaleza	CE	Habilitado
124	Chapéu de Couro	Grupo/Comunidade Informal	Quadrilha Junina Chapéu de Couro	José Ivan Ferreira Sobreira	518.533.373.-15	Fortaleza	CE	Habilitado
125	Guerreiro Treme Terra Canoeiro	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade do Povoado mata limpa	José Laurentino Sirilo	095.683.404-32	Lagoa da Canoa	AL	Habilitado
126	Biblioteca Comunitária do Loteamento Santo Emilio	Grupo/Comunidade Informal	Conselho Comunitário de Defesa Social do Loteamento Santo Emilio	José Lisboa da Silva	31014771315	Fortaleza	CE	Habilitado
127	Reisado Baile Estrela	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico Reisado Baile Estrela	José Roberto Santana Santos	044.282.125-50	Moita Bonita	SE	Habilitado
128	Louvor Sertanejo	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Louvor Sertanejo	José Uesele Oliveira Nascimento	017.473.115-96	Lagarto	SE	Habilitado
129	Folia de São Sebastião da Comunidade Quilombola Família Magalhães	Grupo/Comunidade Informal	Foliões e festeiros de São Sebastião do Quilombo Família Magalhães	Juarez Pereira Fernandes	014.162.801-46	Nova Roma	GO	Habilitado
130	Céu do Meu Sonho	Grupo/Comunidade Informal	Moçambique da Ponte Nova	Júlio César das Chagas	224.177.678-56	Lagoinha	SP	Habilitado
131	Serra e Sanfona - Encontro de Sanfoneiros	Grupo/Comunidade Informal	Os Necos - tocadores de sanfona do Bananal	Kaio César Lopes Chaves	048.347.733-88	Guaramiranga	CE	Habilitado
132	Ação Cultural	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclorístico de Dança de Itajá	Karina Helena de Medeiros	031.216.624-90	Itajá	RN	Habilitado
133	Na Luz da História	Grupo/Comunidade Informal	Cia Trupe do Trapo	Keli Bispo Viaceli	282.744.128-42	São Paulo	SP	Habilitado
134	Peregrinação da Folia do Divino espírito Santo de Ubatuba	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Folia do Divino Espírito Santo de Ubatuba	Lauriana Lúcia de Oliveira santos	026.201.908-60	Ubatuba	SP	Habilitado
135	Arte na Zona Rural	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Teatro que Roda-Núcleo Jaraguá	Leandro da Silva Martins	003.435.841-23	Jaraguá	GO	Habilitado
136	Fantasias de Clóvis ou Bate-bola, elemento tradicional nos carnavais de rua do Rio de Janeiro.	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Enigma de Marechal Hermes	Leandro Guimarães de Oliveira	4826163770	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
137	Bate-bola tradicionais nos carnavais do Rio de Janeiro	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Enigma de Marechal Hermes	Leandro Guimarães de Oliveira	048.261.637-70	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
138	Retratos do Reinado de Formiga-MG	Grupo/Comunidade Informal	Link Cult	Lenir da Silva Campos	056.159.446-50	Formiga	MG	Habilitado
139	O Palhaço Menino	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Etc	Leonardo Alves Ferreira	134.540.157-40	Muqui	ES	Habilitado
140	Samba de Terreiro de Mauá: 10 anos de resistência e difusão cultural do samba	Grupo/Comunidade Informal	Samba de Terreiro de Mauá	Leonardo Dias Pereira	30411914820	Mauá	SP	Habilitado
141	D K Crew	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade do Conjunto Luis Pedro I - Tabuleiro do Martins	Leonardo Emiliano da Silva	094.603.354-46	Maceió	AL	Habilitado
142	Fortalecendo o Grupo Ô de Casa!	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Ô de Casa!	Leonardo Gonçalves de la Fuento Estevan	33199326838	Ubatuba	SP	Habilitado
143	"Um solo produtivo e rico no peito do nordeste pulsa, o coração do velho Chico"	Grupo/Comunidade Informal	Fazenda Lampião do Coroné Chumbinho de Mangabeira	Leonilson da Costa Aquino	39501787400	João Pessoa	PB	Habilitado
144	Grupo Folclórico São Luiz Gonzaga	Grupo/Comunidade Informal	Grupo São Luiz Gonzaga	Lina Faustino Pereira	74361872953	Garopaba	SC	Habilitado
145	Tradicionais Cambindas de Ribeirão	Grupo/Comunidade Informal	Tradicionais Cambindas de Ribeirão	Lindalva Bezerra Nascimento de Oliveira	111.998.814-49	Ribeirão	PE	Habilitado
146	Oficina Boi Bonito	Grupo/Comunidade Informal	História, Papel e Fitas	Lúcia Corrêa Goulart de Castro	448.142.916-04	Cordisburgo	MG	Habilitado
147	Banda de Congo Jovens de Manguinhos	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Congo Jovens de Manguinhos	Lúcia Maria Duarte Zóia	930.147.597-91	Serra	ES	Habilitado
148	Grupo Cultural Boi Glorioso	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Boi Glorioso	Luciano Cícero dos Santos	808.031.214-15	Bonito	PE	Habilitado
149	Boi Paz no Mundo	Grupo/Comunidade Informal	Boi Paz no Mundo	Luciano Mendes de Sousa	626.912.443-34	Sobral	CE	Habilitado
150	A Tradição e a História da Família Miranda	Grupo/Comunidade Informal	Cia de Santos Reis "Família Miranda"	Luis Batista de Carvalho Sobrinho	513.140.968-34	Olímpia	SP	Habilitado
151	19 anos de Teatro de Bonecos	Grupo/Comunidade Informal	Cia. De Teatro de Bonecos Mãos	Luis Claudio Barbosa Cruz	523.006.175-87	Itaberaba	BA	Habilitado
152	Projeto Afro Raiz	Grupo/Comunidade Informal	Grpo Afro Raiz de Serra Grande	Luiz Orlando Carvalho Vila Nova	70338221115	Ilhéus	BA	Habilitado
153	Congada São Benedito e Nossa Senhora da Conceição	Grupo/Comunidade Informal	Grupo São Benedito e Nosa Senhora da Conceição	Luiz Roberto de Moura Santos	138325528/80	Lagoinha	SP	Habilitado
154	A Palo Seco	Grupo/Comunidade Informal	Balaio de Chita	Luzeni da Cruz Silva	044.129.706-47	Uberlândia	MG	Habilitado
155	Religiosidade Afro-brasileira	Grupo/Comunidade Informal	Grupo espírita de Umbanda São Jorge	Manoel Ivaldo Alves Ferreira	293.109.543-53	Bacabal	MA	Habilitado
156	Núcleo de Acolhimento, Cultura, Ação e Saúde com Axé _ NACASA	Grupo/Comunidade Informal	Ilê Axé Xangô Aganju	Marcelle Christine Silva de Bulhões	007.445.034-42	Maceió	AL	Habilitado
157	Projeto O Mamulengo Como Via de Intercâmbio Cultural	Grupo/Comunidade Informal	Grupo TIA (Teatro, Ideia, Ação)	Marcelo de Souza Militão	952.090.340-20	Canoas	RS	Habilitado
158	Grupo de Cultura Popular Boi da Macuca	Grupo/Comunidade Informal	Ponto de Cultura Boi da Macuca / Fazenda da Macuca / Povoado de Poço Cumprido	Marco Antônio Correia Santos	030.848.244-10	Olinda	PE	Habilitado
159	Nossas Histórias, Nossas Raízes	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Zabelê de Cultura Popular	Marco Antônio Pereira de Souza	280.803.528-44	Cubatão	SP	Habilitado
160	Aliança dos Blocos Carnavalescos	Grupo/Comunidade Informal	Aliança dos Blocos Carnavalescos	Marcos Antônio Bernardon	489.637.630-72	Gaurama	RS	Habilitado
161	Dançando São João sem esquecer a tradição	Grupo/Comunidade Informal	Quadrilha Sedução Junina	Marcos Siqueira da Silva	004.221.523-40	_____	CE	Habilitado
162	Pastoril Nossa Senhora da Conceição	Grupo/Comunidade Informal	Grupo da 3º Idade da Massagueira - Mal. Deodoro/AL	Maria Amélia Cosata Vieira	349.241.084-72	Marechal Deodoro	AL	Habilitado
163	Frevo do Prato	Grupo/Comunidade Informal	Clube de Frevo Prato Misterioso	Maria Aparecida Silva dos Santos	510.640.574-20	Recife	PE	Habilitado
164	Cantores de Deus	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Rezadeiras	Maria Conceição Carvalho Frazão	61510553620	Humberto Campos	MA	Habilitado
165	Grupo de Contadores de Histórias Humanescentes: pela manutençã a cultura popular brasileira	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de contadores de histórias humanescentes	Maria das Dôres da Silva Timóteo da Câmara	31399142453	Natal	RN	Habilitado
166	O Branco do Zé	Grupo/Comunidade Informal	O Urso Branco do Zé	Maria de Lourdes da Silva	453.328.514-72	Olinda	PE	Habilitado
167	Reisado do Trangola	Grupo/Comunidade Informal	Boi de Reis do Oriente, do Trangola	Maria de Lourdes Garcia Geraldo	328.605.524-72	Currais Novos	RN	Habilitado
168	O Boi de Máscara de São Caetano de Odivelas na Capital	Grupo/Comunidade Informal	Boi de Máscara Veludinho	Maria do Socorro Correa Viegas	450.142.132-00	Belém	PA	Habilitado
169	Boi de Janeiro do Vale do Jequitinhonha	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Cultura Popular Boi de Janeiro e Nega Maluca de Maria Trovão	Maria Efigência Costa	458.588.966-34	Itaobim	MG	Habilitado
170	"Viva a Cultura Popular com o Boi Bumbá"	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Vozes da Arte	Maria José Aparecida Gomes	802.640.776-87	Buritizeiro	MG	Habilitado
171	Reviver a herança Cultural de um Povo	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Amigos do Povoado Salgado, Comunidade Ribeirinha	Maria José Rodrigues Pereira	196.438.705-10	Delmiro Gouveia	AL	Habilitado
172	Pastoril Nossa Senhora da Conceição	Grupo/Comunidade Informal	Associação dos Moradores do Bairro Alto do Cruzeiro	Maria Lúcia Rodrigues	145.359.998-30	Lagoa da Canoa	AL	Habilitado
173	Grupo Folclórico Renovação Junina	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Renovação Junina	Maria Luiza Ferreira Brito	568.748.472-87	Maracanã	PA	Habilitado
174	Artesanato de Bonecas de Pano	Grupo/Comunidade Informal	Casa de Bonecas da Dona Nete	Maria Luzia da Rocha Santos	557.828.845-68	Japaratuba	SE	Habilitado
175	Teatro Articulando Cultura, Educação e Cidadania	Grupo/Comunidade Informal	Trupe Art'Manha	Maria Madalena de Almeida Raposo	822.311.336-87	Pirapora	MG	Habilitado
176	Pastoril Estrela Guia	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico do Sertão	Maria Raquel Marques Araújo de Assis	783.839.003-68	Fortaleza	CE	Habilitado
177	Benzedeiras: Orações com Fé	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Rural do Moinho/ Icatú-MA	Maria Tereza de oliveira	60096132302	Icatú	MA	Habilitado
178	Aprendizado oral e prática do Tambor de Crioula	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico e Cultural Tambor de Crioula Divino Santo Quilombola	Maria Vieira Brandão	795.737.463-87	Bacabal	MA	Habilitado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

179	Grupo Vênus	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Vênus	Maria Vieira dos Santos	590.196.115-34	Japaratuba	SE	Habilitado
180	GIRA MUNDO BONECOS GIGANTES DE SABAUNA	Grupo/Comunidade Informal	Gira Mundo Bonecos Gigantes de Sabaúna	Marineis Limeira Dias	067.005.508-58	Mogi das Cruzes	SP	Habilitado
181	Orquideaterapia: A arte de cultivar vida	Grupo/Comunidade Informal	Instituto dos Cultivadores de Orquídeas de Rondonópolis	Marlene Gomes Garcia	316.609.461-53	Rondonópolis	MT	Habilitado
182	Folia do Divino Espírito Santo	Grupo/Comunidade Informal	Arte do Saber Cultura Viva	Marlon Rodrigues da Silva	885.794.091-87	Silvanópolis	TO	Habilitado
183	Banda de Congo São Benedito de Campinho da Serra II	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Congo São Benedito de Campinho da Serra II	Maycon Gil machado	057.913.547-03	Serra	ES	Habilitado
184	Samba de Coco Mestre Zé Zuca Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Queimadas PB	Grupo/Comunidade Informal	Samba de Côco Mestre Zé Cuca	Melissa Araújo Teixeira	038.893.174-48	Queimadas	PB	Habilitado
185	Mestres do Coco Pernambuco	Grupo/Comunidade Informal	Mestres do Coco Pernambuco	Mike Ferreira de Moraes Souza	083.120.214-93	Recife	PE	Habilitado
186	Saci tá manco	Grupo/Comunidade Informal	Saci Tá Manco	Mônica da Silva	082.828.028-24	Assis	SP	Habilitado
187	Ações de salvaguarda do Baile Pastoril Queimada da Palhinha de Palmares	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Queimada da Palhinha	Mônica Maria de Souza Silveira	358.165.205-63	Salvador	BA	Habilitado
188	Declamadores de poesias tradicionalistas no Sarau.	Grupo/Comunidade Informal	Sarau Manas	Nádia Inácio dos Santos	498.151.560-04	Igrejinha	RS	Habilitado
189	Saudade do Jeca	Grupo/Comunidade Informal	Congada de Pindamonhagaba	Narcizo Ferreira de Castilho	912.342.638-15	Pindamonhagaba	SP	Habilitado
190	As Três Marias quando cantam, o Sol e Lua respondem	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Percussão As Três Marias, o Sol e Lua	Natali Conceição Santos	345.796.748-20	São Paulo	SP	Habilitado
191	Mantendo Vivas as Origens	Grupo/Comunidade Informal	Guerreiro Tradição Junqueirense	Natalício Ferreira da Silva	108.804.375-53	Junqueiro	AL	Habilitado
192	Romaria da Nossa Senhora da Abadia	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Kalunga - Vão das Almas	Natalina dos Santos Rosa	308.399.551-20	Cavalcante	GO	Habilitado
193	MovimentAção - Tambor de Crioula	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Arte & Juventude	Nélio Martins Freitas	976.298.473-00	São Luis	MA	Habilitado
194	Resgate das histórias locais sob o olhar dos idosos em contos e encantos	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Arte e Vida na Boa Idade	Nelzirio Ayres Roma	551584203-00	Icatú	MA	Habilitado
195	Rancho do Papagaio	Grupo/Comunidade Informal	Grupo da Melhor Idade de Saubara - Bahia	Nilo Silva Trindade	429.594.465-34	Saubara	BA	Habilitado
196	Redes de Brilho: Tradição e transformação em agulhas e fios	Grupo/Comunidade Informal	Centro Juvenil de Palmeirândia - CJP	Nivaldo Martins Freitas	751232743-91	Palmeirândia	MA	Habilitado
197	Grupo Folclórico Brilho de Lucas	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico Brilho de Lucas	Orlando Silva Costa	980.732.307-04	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
198	Grupo Treme Terra Mundial	Grupo/Comunidade Informal	Treme Terra Mundial de lagoa da Canoa	Oseas Rodrigues de Paula	33182833472	Lagoa da Canoa	AL	Habilitado
199	Coco de Roda de Campo de Santana	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Campo de Santana - Município de Nísia Floresta - RN	Ozires dos Santos	282.280.654-34	Nísia Floresta	RN	Habilitado
200	DEUSA DO ÉBANO ORUNMILA	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Orunmila	Paulo César Xavier	260.826.757-20	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
201	Gira Mundo - Minha vida	Grupo/Comunidade Informal	Tenda Espírita Caboclo Giramundo	Paulo Eduardo Bandeira Guimarães	967.529.047-15	São Gonçalo	RJ	Habilitado
202	Mamulengo Encontro e Manifestação	Grupo/Comunidade Informal	Trup Trolhas	Paulo Sérgio da Silva	251486068/78	São Paulo	SP	Habilitado
203	Formigueiras - Trança - Tranceiras do Morro da Formiga	Grupo/Comunidade Informal	Formigueiras - Trança - Tranceiras do Morro da Formiga	Priscila Constantino da Silva	091.159.467-11	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
204	Romeiros do Bom Jesus de Iguape	Grupo/Comunidade Informal	Troupe de Contadores de (His)Estórias - CONTATOUPE	Rafael Francis	026.883.989-11	São Miguel Arcanjo	SP	Habilitado
205	Aprendizado Oral e Prática do Bumba-meu-Boi	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico Bumba-meu-Boi Vencedor	Raimunda Carvalho das Neves Segunda	178.434.213-00	Bacabal	MA	Habilitado
206	O Foclore Paraense estampado para o mundo	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Parafolclórico Frutos do Pará	Raimunda Nazaré Conceição de Azevedo	424.345.212-15	Belém	PA	Habilitado
207	Banda Congo Folclórico São Benedito	Grupo/Comunidade Informal	Banda Congo Folclórico São Benedito	Ramiro Machado Pelissari	121.235.427-33	Serra	ES	Habilitado
208	Herança dos Nossos Avós	Grupo/Comunidade Informal	Companhia Mariocas	Ramon Costa Ferreira	354.960.883-72	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
209	Projeto Clowmpira	Grupo/Comunidade Informal	Cia Sítio do Jeca	Reinaldo Fachine	167.986.318-51	Pirassununga	SP	Habilitado
210	Comitiva Caipira - Resgatando a Cultura Caipira no Oeste Paulista	Grupo/Comunidade Informal	Clube Amigos da Viola	Renato de Jesus Souza Silva	943.687.328-04	Presidente Prudente	SP	Habilitado
211	Embolada de Natal	Grupo/Comunidade Informal	Nós do Barbante	Reynaldo Estelita da Costa Neto	010.960.907-75	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
212	Cultivando Raízes	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Raiz de Lagoinha	Ricardo José Gouvêa	144.635.958-19	Lagoinha	SP	Habilitado
213	Num ranchinho de Alvarengas	Grupo/Comunidade Informal	Circo Miudinho	Rodolfo Goulart de Castro	074.782.046-51	Belo Horizonte	MG	Habilitado
214	Paraquilombo "Folia de Reis" e Festa do Boi Bumbá" de Chica Baiana.	Grupo/Comunidade Informal	Associação Livre Negra e Rural Quilombola da Furna dos Baianos.	Rony Peterson Rodrigues da Silva	023.002.451-32	Aquidauana	MS	Habilitado
215	20 anos de Tradição no Sudoeste Paulista	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Minuano	Rosa Antônio Chueri	038.421.698-68	Itapeva	SP	Habilitado
216	Guarda de Nossa Senhora do Rosário	Grupo/Comunidade Informal	Guarda dos Bianos	Rosimeire Soares Moreira	657.771.666-87	Sete Lagoas	MG	Habilitado
217	Grupo Dança Ritmo´s	Grupo/Comunidade Informal	Ballet Ritmo´s	Rozilda dos Santos Silva	003.669.961-69	São José dos Quatro Marcos	MT	Habilitado
218	Fandango no Marujá "Ilha do Cardoso"	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Fandango Família Neves	Salvador Alberto das Neves	269.177.408-29	Cananéia	SP	Habilitado
219	Semi Árido Musical	Grupo/Comunidade Informal	Acordes do Campestre	Sandro Dias de Sousa	055.968.833-03	São Raimundo Nonato	PI	Habilitado
220	Festa do Rei	Grupo/Comunidade Informal	ILÊ OBÁ NILÁ	Sergio Luiz Noronha Pinto	942.310.367-72	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
221	Grupo Cultural Boi d'Louco	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Boi d'Louco	Severino Carlos de Amorim	830.207.304-06	Recife	PE	Habilitado
222	Folia de Reis de São José	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folia de Reis de São José	Sílvia Tereza de Araújo	976.759.548-15	São José dos Campos	SP	Habilitado
223	Quadrilha Junina Forró Fest	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade do Povoado Lagoa do Mato	Simone dos Santos Ferreira	048.211.534-32	Lagoa da Canoa	AL	Habilitado
224	Batuque da Comunidade Quilombola Brejão dos Aipins	Grupo/Comunidade Informal	Mandinga de Quilombo	Simone Leite Nunes	050.281.363-60	Redenção do Gurguéia	PI	Habilitado
225	Banda de Congo São Benedito e Nossa	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Congo São Benedito e Nossa	Simone Lírio Nascimento	096.547.167-55	Serra	ES	Habilitado
226	Pífano São Francisco	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Pífano São Francisco	Solon Bispo de Santana	575.797.255-68	Sergipe	SE	Habilitado
227	Almanaque da Cultura Caipira	Grupo/Comunidade Informal	Escola da Mata Atântica	Tadzia de Oliva Maya	104.688.517-04	Silva Jardim	RJ	Habilitado
228	Oficinas e montagem do espetáculo teatral "Meu próprio filho me sentenciou"	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Pássaro Melodrama Fantasia Tem-Tem	Tais Silveira do Amaral Ferreira	50815954204	Belém	PA	Habilitado
229	Quadrilha Sertão Junino	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Sertão Junino	Teresa Cristina Parentes da Silva	005.231.173-29	Fortaleza	CE	Habilitado
230	Coco de Pontezinha	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Coco de Pontezinha	Thalyane Ferreira de Moraes	8946941464	Cabo de Santo Agostinho	PE	Habilitado
231	Ancestralidade e Contemporaneidade	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Arturos Filhos de Zambi	Thiago Antônio Silva dos Santos	072.141.996-88	Contagem	MG	Habilitado
232	Revitalização e difusão do reisado de Trairi	Grupo/Comunidade Informal	Reisado do T´Nato	Thiago Sares dos Santos	022.993.683-02	Trairi	CE	Habilitado
233	Fim de Capina RGR	Grupo/Comunidade Informal	Fim de Capina RGR	Tiago Moreira de Carvalho	197.046.666-91	Santana de Pirapama	MG	Habilitado
234	No Sertão tem Luar	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Danças Luar do Sertão	Ubiratânia Queiroz Batista	780.778.694-91	Custódia	PE	Habilitado
235	Banda de Congo São Benedito e São Sebastião de Nova Almeida	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Congo São Benedito e São Sebastião de Nova Almeida	Valdério Soeiro Bento	017.398.257-30	Serra	ES	Habilitado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

236	Banda de Congo São Benedito de Santiago	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Congo São Benedito de Santiago	Valdinéia Nascimento Lima de Jesus	085.371.807-50	Serra	ES	Habilitado
237	Esquindô e a sua Caixa Mágica	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Esquindô Lelê	Valesca Leite	021.126.619-14	Florianópolis	SC	Habilitado
238	Chama Cultura esse é meu Boi	Grupo/Comunidade Informal	Boi de Mainha - rio moxotó - ibura de Baixo - Recife/PE	Valter Libanio da Silva	193.441.634-72	Recife	PE	Habilitado
239	Projeto "Em Cantos Amazônicos"	Grupo/Comunidade Informal	Ballet Folclórico Amazonia Legal	Valter Pascoa Viegas	36808083215	Belém	PA	Habilitado
240	Vivenciando a cultura popular no Km 50	Grupo/Comunidade Informal	Só Manguaça	Vanderléia Santos de Jesus Nascimento	004.254.175-14	Santo Estêvão	BA	Habilitado
241	Fábulas do Macaco Simão	Grupo/Comunidade Informal	Grpo Donadó	Vânia Ribeiro de Jesus	10156189607	Várzea da Palma	MG	Habilitado
242	Juventude Dança São João no Ceará	Grupo/Comunidade Informal	Arraia da Juventude	Victor Matheus Coelho Silva Lima	605.311.583-57	Fortaleza	CE	Habilitado
243	Crença Popular	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Batalhão de São João	Viviane Nascimento de Carvalho	899.807.865-15	Lagarto	SE	Habilitado
244	CTG Pago da Cultura: Gineteando as Tradições	Grupo/Comunidade Informal	Pago da Cultura	Volmar de Cesaro	287.443.220-20	Concórdia	SC	Habilitado
245	Projeto reconstruindo o Quilombo	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Serpentário Produções	Washington Kuipers de Moraes	867.812.862-34	Vilhena	RO	Habilitado
246	Potes Sítio Santana	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade de Sítio Santana	Wdiléia dos Santos Souza	019.569.565-81	Lamarão	BA	Habilitado
247	Grupo Folclórico Egídio Bezerra	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico Egídio Bezerra	Zenaide Bezerra Oliveira	285.063.244-91	Boa Viagem	PE	Habilitado

IV MESTRES E MESTRAS IN MEMORIAM HABILITADOS

N.º	Projeto	Categoria	Mestre In Memoriam	Candidato / Responsável	CPF	Cidade	UF:	Situação
1	Mãe Dadá de Oxalá	Mestres in Memorian	Maria da Solidade Sousa França	Aguinaldo Barbosa de França Junior	040.621.794-74	Paulista	PE	Habilitado
2	Mestre Nelson Jacó	Mestres in Memorian	Nelson Carvalho da Silva	Ana Elza Carvalho da Silva Rodrigues	079.397.616-25	Jequitibá	MG	Habilitado
3	ILÉ AYE, OLODUM, DIDÁ	Mestres in Memorian	Antonio Luis Alves de Souza	Anderson Luis Silva Souza	783.753.635-53	Salvador	BA	Habilitado
4	Mestre Adão	Mestres in Memorian	Adão Rolim Dias	Cacilda de Ramos Dias	013.111.548-09	Eldorado	SP	Habilitado
5	Artes de Nelson Ladeia	Mestres in Memorian	Nelson Ladeia de Oliveira	Daniel Ladeia de Oliveira	220.363.028-07	São Caetano do Sul	SP	Habilitado
6	Grupo de Jongo Filhos de Angola	Mestres in Memorian	Dorvalino de Souza	Delarinda Silva de Souza	021.211.627-47	Barra do Piraí	RJ	Habilitado
7	Dona Clarice	Mestres in Memorian	Clarice Severiano dos Santos	Dginalva Severiano dos Santos	902.651.854-87	São Sebastião	AL	Habilitado
8	É Serrote do Passado é Serrolândia Presente	Mestres in Memorian	Gervácio Maciel da Cruz	Edite Almeida da Cruz Reis	318.631.325-20	Serrolândia	BA	Habilitado
9	Boi Bumbá Flor do Campo	Mestres in Memorian	Emílio Silva da Paixão	Elisabete Vitória Miranda	207.955.722-04	Belém	PA	Habilitado
10	Caboclos de Major Sales - Malhação de Judas	Mestres in Memorian	João Berto da Silva	Francisco Alcivan Vieira da Silva	046.475.244-26	Major Sales	RN	Habilitado
11	Mestre Venâncio	Mestres in Memorian	Manoel Venâncio de Amorim	Gilvanete Vicente de Mendonça	2160697427	Maceió	AL	Habilitado
12	Dona Zica - Mestre in memoriam	Mestres in Memorian	Euzébia Silva de Oliveira	Glória Regina do Nascimento Nogueira	374.813.637-49	Rio de Janeiro	RJ	Habilitado
13	Mestre Baptista In Memoriam	Mestres in Memorian	Neives de Meireles Baptista	Gustavo Maures Gomes Türck	998.211.090-04	Porto Alegre	RS	Habilitado
14	Mestre Antonio Rosa	Mestres in Memorian	Antonio Pádua Machado	Ilohyl Vieira Machado	656.715.207-97	Serra	ES	Habilitado
15	Patativa do Assaré	Mestres in Memorian	Antônio Gonçalves da Silva	Isabel Cristina da Silva Pio	764.335.283-68	Assaré	CE	Habilitado
16	Bankoma Comunidade Negra	Mestres in Memorian	Raimundo Nonato das Neves	Jander Silva das Neves	018.030.035-02	Lauro de Freitas	BA	Habilitado
17	Companhia dos Farrapos	Mestres in Memorian	Manoel José Marques	João José Marques	087.465.404-15	Junqueiro	AL	Habilitado
18	Mestre Manoel Ferreira	Mestres in Memorian	Manoel José Ferreira	José Antônio Ferreira	624.685.704-30	Recife	PE	Habilitado
19	Coleção Escultor Nilton Batista	Mestres in Memorian	Nilton das Graças Batista	José Batista Filho	423.179.597-53	Macuco	RJ	Habilitado
20	MESTRE MARTIM ZOA, O REI DO CANTO DO VAGUEIRO	Mestres in Memorian	Martiliano Pereira da Silva	José Martins da Silva	357.074.294-68	Arapiraca	AL	Habilitado
21	Mestre Zé Mira	Mestres in Memorian	José Alves de Mira	Lídia Aparecida Bernardes	978.053.358-34	São José dos Campos	SP	Habilitado
22	Hassis	Mestres in Memorian	Hiedi de Assis Correa	Luciana Paulo Corrêa	485.910.339-49	Florianópolis	SC	Habilitado
23	Mestre Verequete o carimbó nunca morre	Mestres in Memorian	Augusto Gomes Rodrigues	Lucimar Pinheiro da Silva Rodrigues	710597922-49	Belém	PA	Habilitado
24	Mestre Verequete	Mestres in Memorian	Augusto Gomes Rodrigues	Lucimar Pinheiro da Silva Rodrigues	710.597.922-49	Belém	PA	Habilitado
25	Manoel Marinheiro	Mestres in Memorian	Manoel Lopes Galvão	Marcos Antônio Gomes de Carvalho	130.660.054-53	Natal	RN	Habilitado
26	Helio Melo	Mestres in Memorian	Helio Melo	Maria Fátima da Costa Melo	164.488.632-49	Brasiliéia	AC	Habilitado
27	Zé de Ernestina	Mestres in Memorian	José Geraldo Alves	Maria Justina de Oliveira Alves	024.707.816-63	Jequitibá	MG	Habilitado
28	Elpídio dos Santos	Mestres in Memorian	Elpídio dos Santos	Maria Regina dos Santos	005.113.498-58	São Luiz do Paraitinga	SP	Habilitado
29	Alaor da Silva	Mestres in Memorian	Alaor da Silva	Mateus Esperança da Silva	079.064.058-97	Osasco	SP	Habilitado
30	Seu Kido	Mestres in Memorian	Euclides Manoel Silvano	Maxwell Sandeer Flor	999.430.779-72	Criciúma	SC	Habilitado
31	Alberto da Paz	Mestres in Memorian	Alberto da Paz	Nália Maria Emídio	574.495.041-20	Santa Cruz de Goiás	GO	Habilitado
32	Abasa de Ogum de Lei	Mestres in Memorian	Raimunda Brito Galvão	Núbia Nogueira Cassiano	069.462.066-14	Uberaba	MG	Habilitado
33	Sr. Gaspar Tratador	Mestres in Memorian	Gaspar Sales da Silva	Polliane Rocha Cruz	078.443.296-10	Diamantina	MG	Habilitado
34	Soffredini - A revelação poética da cultura popular brasileira	Mestres in Memorian	Carlos Alberto Soffredini	Renata Garcia Soffredini	054.527.238-62	São Paulo	SP	Habilitado
35	Mestre do Jarê: Pedro de Paula	Mestres in Memorian	Pedro Florêncio Bastos	Sandoval Amorim Santos	938.716.785-20	Lençóis	BA	Habilitado
36	Inacio de Quadros	Mestres in Memorian	Inacio de Quadros	Thays dos Santos de Quadros	846.041.900-20	Porto Alegre	RS	Habilitado

V MESTRES E MESTRAS INABILITADOS

N.º	Projeto	Categoria	Candidato	CPF	Cidade	UF:	Situação	Motivo da Inabilitação
1	Mestre Abeladio de Souza	Mestres	Abeladio de Souza	347.710.774-87	São Sebastião	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
2	Mestre Abílio Comunaty Multicultural	Mestres	Abílio Samuel Alves Macêdo Feitoza	452.873.844-91	Águas Belas	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
3	O Terno de Moçambique São Benedito, Representante de Cultura Tradicional Popular em Olímpia	Mestres	Adelis Paula dos Santos	002.517.328-60	Olímpia	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d, do edital
4	Adolfo Antônio	Mestres	Adolfo Antônio de Sousa	219.988.681-68	Orizona	GO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
5	Afrisio Acácio	Mestres	Afrisio Acácio	216.047.204-25	Arapiraca	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
6	Agostinho Gomes Filho	Mestres	Agostinho Gomes Filho	500.280.227-34	Valença	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f, do edital
7	Cungus e Caiapós - Memória da Cultura Popular de Poços de Caldas	Mestres	Ailton Santana	326.345.746-53	Poços de Caldas	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 6.4 do edital
8	Festa para Preto Velho	Mestres	Alaor Caetano de Faria	303.723.486-53	Unaí	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d, do edital
9	Alba Santos Coutinho	Mestres	Alba Santos Coutinho	052.825.627-07	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
10	Mestre Graciano	Mestres	Alcides Graciano	712.205.428-49	Várzea Paulista	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f, do edital
11	Mestre Cid	Mestres	Alcides Pereira Filho	832010257-04	Valença	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f, do edital
12	Festejo do Divino Espirito Santo da Tenda Santa Bárbara e sobre a minha historia de Mestra dos Saberes Populares	Mestres	Alvina Oliveira Barroso	406.750.843-34	Tutóia	MA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes à prorrogação do prazo de inscrições.
13	Amélia Maria de sousa	Mestres	Amélia Maria de sousa	798.891.901-68	Augustinópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
14	Mestra Dona Ana	Mestres	Ana Lúcia Cândida da Silva Santos	052.529.115-68	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f; do edital
15	Ana Ruth Evangelista da Silva	Mestres	Ana Ruth Evangelista da Silva	026.026.638-83	Codó	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
16	André da Chegança	Mestres	André Alves da Silva	154.737.405-53	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
17	Guerreiro do Mestre André	Mestres	André Joaquim dos Santos	383.007.704-10	Maceió	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 6.2 do edital
18	Revista Cultural Aventuras na Amazônia	Mestres	Andréia Santos Machado	523.828.692-91	Vilhena	RO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

19	Dona Anézia	Mestres	Anézia Rosalina dos Santos Freire	027.551.886-85	Carmo do Rio Claro	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f, do edital
20	Parteira - Comunidade Valério Correia	Mestres	Anita Torquato da Silva	713.820.114-15	Sousa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas f; g, do edital)
21	Reconhecimento de Antônia do Artesanato	Mestres	Antônia Lopes de Oliveira (Fabíola Resende)	473.031.401-82	Alto Paraíso de Goiás	GO	Inabilitado	Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
22	Antônio Batista da Silva	Mestres	Antônio Batista da Silva	730.960.833-04	Quixeramobim	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
23	Reconhecimento de Mestre	Mestres	Antônio Caramuru Moreno	167.655.400-91	Florianópolis	SC	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f, do edital
24	Práticas do Festejo do Rei Dom Sebastião da Casa do Mestre Antônio José	Mestres	Antônio dos Anjos Silva	110.696.003-34	Chapadinha	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d, do edital)
25	Brincamos Nós	Mestres	Antonio Jader Pereira dos Santos	263.363.673-04	Fortaleza	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
26	Mestre Fumaça	Mestres	Antônio José da Silva	678.330.477-91	São Gonçalo	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
27	Antônio José da Silva	Mestres	Antônio José da Silva	095.747.192-00	Rio Branco	AC	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea b, do edital
28	Antônio José de Oliveira Farias	Mestres	Antônio José de Oliveira Farias	529.710.902-72	Rio Branco	AC	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
29	Mestre na tradição de confecção artesanal de instrumentos musicais para Congada e Folia	Mestres	Antônio Luiz de Matos	016.030.828-32	Minas Novas	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 6.2 do edital
30	INCLUIR A DANÇA NA SOCIEDADE ESCOLAR	Mestres	Antônio Marcos Martins Pereira	037.702.681-64	Franciscópolis	MG	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.1 do edital.
31	Mestre Tonhão	Mestres	Antônio Maria da Silva	076.400.698-31	São Luiz do Paraitinga	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
32	Teatro e Dança	Mestres	Antonio Pereira da Silva	431.267.313-68	Guaraciaba do Norte	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
33	Mestre Dorrês - o grande artesão do Boi de Máscaras do Pará	Mestres	Antônio Reis Gomes Viegas	236.774.142-53	São Caetano de Odivelas	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
34	Mestra Aparecida Ratinho	Mestres	Aparecida Ratinho	Não consta	Miracema	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; f, do edital; Proposta via Salic Web: dados ldo proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
35	Apolinária das Virgens Oliveira	Mestres	Apolinária das Virgens Oliveira	480.216.365-72	Feira de Santana	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
36	Apolo Monteiro Barros	Mestres	Apolo Monteiro Barros	081.580.454-72	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas e; f, do edital
37	Argentino Barbosa - Tino Babosa	Mestres	Argentino Barbosa Ferreira	206.349.436-34	Janaúba	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
38	Arlindo dos 8 Baixos - O Artesão do Forró	Mestres	Arlindo Ramos Pereira	077.962.424-68	Recife	PE	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.1 do edital.
39	Grupo Cultural Reisado Trupe de Parafuso	Mestres	Arline Gomes Ferreira	423.462.825-53	Camaçari	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital)
40	Violinha do Buriti	Mestres	Arnon Ribeiro Tavares	050.542.661-78	Mateiros	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.2 do edital
41	Mestre Dois Cruzeiros	Mestres	Athayde Parreiras Neto	889.866.407-91	Niterói	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
42	Festejos do Divino Espírito Santo - Mestra Dona Benedita Caixeira de Rancho Papôco - Bacabeira, Maranhão	Mestres	Benedita Carvalho Vilaça	271.639.463-68	Bacabeira	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
43	Mestre Bena	Mestres	Benedito da Silva Oliveira	402.119.912-87	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
44	Benedito Domingos de Oliveira	Mestres	Benedito Domingos de Oliveira	042.423.271-53	Sobradinho	DF	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; f, do edital; Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
45	Mestre Ditão Virgílio	Mestres	Benedito dos Santos	738.360.878-04	São Luiz do Paraitinga	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
46	Práticas do Divino Espírito Santo da Mestra Dona Bernardina do Divino	Mestres	Bernarda Rafael da Silva Costa	932.152.821-00	São Bernardo	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
47	Braulino Serra	Mestres	Braulino Serra	822.941.433-53	São Vicente Férrer	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas e; f, do edital
48	Garimpagem Cultural	Mestres	Carolina Ribeiro Damasceno	054.433.971-17	Cuiabá	MT	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; b; d; e; f, do edital
49	Essa Folia Não Pode Acabar	Mestres	Célio Batista Vieira	281.293.506-53	Rio Pomba	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
50	Célio Camillo Filho	Mestres	Célio Camillo Filho	638.418.867-87	Magé	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f, do edital
51	Celso Coutinho	Mestres	Celso Coutinho	184.146.566-68	Congonhal	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f, do edital
52	Artesanato Diverso	Mestres	Celso Eldis Campos dos Santos	393.371.202-59	Curuçá	PA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
53	Cláudia Maria Ramos dos Santos	Mestres	Cláudia Maria Ramos dos Santos	588.387.245-04	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f, do edital
54	Claudiane Aragão	Mestres	Claudiane Aragão	001.541.035-86	Poço Redondo	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital)
55	Oficina de Percussão	Mestres	Cláudio Eloísio Amorim Pimenta	478.483.596-20	Montes Claros	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
56	Toninho e a Patota	Mestres	Cláudio Henrique dos Santos	985.208.226-49	Pará de Minas	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; b; d; e; f; g, do edital
57	WORKSHOPS DE MAQUIAGEM ARTÍSTICA E CARACTERIZAÇÃO - ATELIER CLEBER DE OLIVEIRA	Mestres	Cléber Ferreira de Oliveira	013.371.767-45	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
58	Cultura Livre	Mestres	Cleuberth Santana Bandeira	826.988.801-04	Brasília	DF	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
59	Cosme da Silva	Mestres	Cosme da Silva	011.887.653-88	Codó	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
60	Mestra Dona Creuza Bonita	Mestres	Creuza Vieira de Sousa	452.963.243-15	São Bernardo	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
61	12º Missa dos Agricultores	Mestres	Cristóvão Andrade Silva	653.445.885-34	Aracaju	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
62	Dalva Damiana de Freitas: Doutora do Samba e Mestra da Cultura Popular	Mestres	Dalva Damiana de Freitas	093.363.975-91	Cachoeira	BA	Inabilitado	Foi cadastrada pela associação que leva o seu nome, pessoa jurídica.
63	PROJETO CONTANDO FLORES	Mestres	Daniel Luís Fogaça	753.587.860-15	Flores da Cunha	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas b; d; e; f, do edital
64	Mestre	Mestres	Darley Ferreira Gomes	033.581.406-95	Unaí	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
65	Delzuita Bento da Silva	Mestres	Delzuita Bento da Silva dos Santos	903.166.491-04	Augustinópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d, do edital
66	Pai Deusdete	Mestres	Deusdete Vieira da Silva	196.528.953-34	Imperatriz	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d, do edital
67	Diana Lúcia dos Santos	Mestres	Diana Lúcia dos Santos	208.175.431-2	Bacabal	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

68	Trabalho desenvolvido pelo Mestre Dionísio	Mestres	Dionísio Adronico Silva	124.925.663-15	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
69	Capitão Regente Dirceu Ferreira Sergio	Mestres	Dirceu Ferreira Sergio	Não consta	Ribeirão das Neves	MG	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.1 alíneas a; d; e; f, do edital
70	Flor Ribeirinha	Mestres	Domingas Leonor da Silva	109.114.481-87	Cuiabá	MT	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; do edital
71	DO PASSADO AO PRESENTE- UM CAMINHO DE SUCESSO	Mestres	Douglas Zabot	007.732.380-77	São Domingos do Sul	RS	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.1 do edital.
72	Nega Duda	Mestres	Ducinéia Cardoso	495.925.645-15	São Paulo	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f, do edital
73	Resgatando a Cultura Através de Diversas Poesias	Mestres	Edézio Rodrigues da Paixão	310.907.965-87	Poço Redondo	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; e, do edital
74	Comunidade Jongueira da Cachoeira do Arrozal	Mestres	Edgar Camillo	048.036.637-34	Piraí	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
75	Marostica - Cultura e Humor in talian	Mestres	Edgar Maróstica	393.272.640-53	Serafina Corrêa	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f; g, do edital
76	Cultura Popular Expressão Corporal	Mestres	Edinalda Aparecida de Andrade Ricardo	965.629.517-04	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
77	Edinaldo Meneses Costa	Mestres	Edinaldo Meneses Costa	386.311.995-91	Maruim	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
78	Edivilson Rufino	Mestres	Edivilson Rufino	345.688.243-20	Axixá do Tocantins	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d, do edital
79	Edneusa Santos Souza	Mestres	Edneusa Santos Souza	421.460.895-04	Paulo Afonso	BA	Inabilitado	Não apresentou cópia do RG e CPF (desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital)
80	Mestre Walfrido o Ogan mais antigo de PE	Mestres	Edvaldo Jorge Ferreira de Moraes	479.425.414-87	Recife	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital; Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
81	Folia de Reis Estrela do Mar	Mestres	Elenilton Figueira Mesquita	027.041.837-75	Cardoso Moreira	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
82	Histórias Contadas - Mestres de Folias do Vale Gorutubano	Mestres	Eliana Maria de Almeida Lacerda	663.870.946-15	Janaúba	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d, do edital
83	Mulher de 30	Mestres	Eliane Cibele dos Santos	017.173.239-10	Maringá	PR	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d, do edital
84	Eliane Vieira da Silva	Mestres	Eliane Vieira da Silva	253.331.602-44	Imperatriz	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
85	Companhia Salve os Três Reis Santos	Mestres	Elisa Antônia Carvalho Soares	138.693.838-60	Franca	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
86	Projetos Elizabeth Cunha e/ou Artes "De Um Tudo"	Mestres	Elizabeth Martins dos Santos Cunha	392.255.777-53	Nilópolis	RJ	Inabilitado	Desacordo com os itens 7.1 e 7.6.1, alínea d do edital
87	Mestra Dona Emília Caixeira	Mestres	Emília dos Santos	872.963.903-44	Cantanhede	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
88	MESTRE DE UMBANDA - ENEDINA ALENCAR MOREIRA - MAE DINA	Mestres	Enedina Alencar Moreira	268.103.382-20	Palmas	TO	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; f, do edital; Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
89	Tambor de Crioula de Taboca	Mestres	Euclides Menezes Ferreira	055.150.763-20	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com os itens 6.2 e 7.6.1, alínea a, do edital
90	Mestre Paraquedas	Mestres	Eugênio da Silva Alencar	221.658.350-20	Porto Alegre	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
91	Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa	Mestres	Eva Lúcia de Moraes Faria Rosa	007.486.057-70	Barra do Piraí	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
92	Poemas e Poesias	Mestres	Evânio Gonzaga Brito	574.885.635-68	Cedro de São João	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; e; f, do edital
93	Expedito Coelho	Mestres	Expedito Coelho	077.671.371-04	Rondonópolis	MT	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
94	Fabiano dos Santos	Mestres	Fabiano dos Santos	225.902.698-20	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
95	O Resgate da Cultura Negra	Mestres	Fabio Junior Sousa Santos	Não consta	Juazeiro	BA	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.1 do edital.
96	No Estilo da Música	Mestres	Fagner de Oliveira Lopes	077.624.249-03	Cascavel	PR	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
97	Caroço de Tutóia "Sol e Sereno"	Mestres	Felicidade Araujo da Silva	809.745.203-06	Tutóia	MA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
98	Projeto Orquestras Populares Cariocas	Mestres	Felipe Antônio Bezerra Falcão	005.554.227-12	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; e; f, do edital
99	Mestra Dona Fifa do artesanato - saberes e fazeres de uma artesã	Mestres	Firmina Carvalho Ferreira	271.646.163-53	São José dos Campos	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d, do edital
100	Penha Crioula	Mestres	Flavio da Silva Wolmann	001.394.020-12	Redentora	RS	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.1 do edital
101	Mestra Dona Francisca Severa	Mestres	Francisca das Chagas Silva	887.547.403-63	São Bernardo	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
102	Umbanda é Cultura	Mestres	Francisca Ferreira da Cruz	914.454.501-00	Augustinópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
103	Benzedeiro da Comunidade de Sousa	Mestres	Francisco Costa	021.600.394-62	Sousa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
104	Mestre Pako	Mestres	Francisco das Chagas Rocha	032.366.502-06	Brasília	DF	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
105	Mestre Seu Chicá	Mestres	Francisco Lopes da Silva	330.039.393-00	São Bernardo	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
106	Quero Ver Meu Boi Brincar	Mestres	Francisco Manoel Patrício	181.405.999-72	Navegantes	SC	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
107	Rezas Forte, Pai Cardoso	Mestres	Francisco Ribeiro da Silva	659.949.142-15	Augustinópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
108	Grupo Cultural Santa Tereza II	Mestres	Genecy Ferreira Guida	980.415.921-04	Silvanópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
109	Mestre de Congado	Mestres	Geraldo Bispo dos Santos Neto	575.515.886-04	Oliveira	MG	Inabilitado	Desacordo com os itens 6.4 e 7.6.1, alíneas a; d; e; f; g, do edital
110	Tradição Oral Mestre Paizinho	Mestres	Geraldo de Paula Santana Filho	057.867.668-02	Taubaté	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 6.2 do edital
111	Banda de Pífanos	Mestres	Gerson Carlos da Silva	096.801.194-24	Ouro Branco	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
112	Renda Irlandesa	Mestres	Gilda Santos Matias	481.597.945-68	Laranjeiras	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
113	Os Meninos do Silnal	Mestres	Gustavo Dias da Silva	076.632.737-02	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas b; d; e; f, do edital
114	Helena de Almeida Alves da Costa	Mestres	Helena de Almeida Alves da Costa	115612338-03	São Paulo	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
115	Sapé na Cultura Popular: Festival de Repentistas	Mestres	Heleno Alexandre da Silva	024.329.034-98	Sapé	PB	Inabilitado	Desacordo com o Parecer nº 746/2011/Conjur/MinC Proposta a ser realizada.
116	Mestre Heleno de Quinô	Mestres	Heleno Joaquim da Costa	059.499.148-05	Massapê do Piauí	PI	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

117	Ilton Silva: O Brasil em Telas	Mestres	Ilton Antunes da Silva	855.574.048-72	Itapoá	SC	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
118	Apoio - Prêmio Culturas Populares - Mestre Inácio Lucindo (Cavalo Marinho -PE), 68 anos na Pisada do Cavalo Marinho.	Mestres	Inácio Lucindo da Silva	021.079.984-69	Ferreiros	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
119	Congada de Santa Ifigênia - Ancestralidade Familiar	Mestres	Iracema das Graças Afonso	108.615.388-03	Mogi das Cruzes	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
120	Orixá Amor	Mestres	Iracy Medrado Lopes	820.640.591-72	Axixá do Tocantins	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
121	CD Bom Todo	Mestres	Isabel Marques Silva	022.606.774-28	Monteiro	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f, do edital
122	Grupo Cores do Arco-íris	Mestres	Ivo Nogueira dos Santos	926.261.224-91	Arapiraca	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
123	Dona Jacintha das Bonecas	Mestres	Jacintha Maria Paula Souza	439.297.376-04	Ribeirão das Neves	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
124	Jackson Lima Galvão	Mestres	Jackson Lima Galvão	911.281.533-00	Bacabal	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
125	Folia na Escola	Mestres	Jaime Ferreira Mendes	208.383.608-15	Diadema	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
126	Toinha Sertaneja	Mestres	Janayna Sheyla da Silva Vidal	050.733.604-60	Verdejante	PE	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.1 do edital.
127	Ecoar Vozes	Mestres	Janete Bustamante dos Santos	009.481.787-10	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d do edital
128	Medicina Caseira	Mestres	Joana Silvério de Oliveira	040.742.381-87	São Félix do Araguaia	MT	Inabilitado	Não apresentou o anexo 8 (desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital)
129	João Batista Ferreira	Mestres	João Batista Ferreira	049.352.448-79	Olímpia	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
130	Mestre de Boi Bumbá	Mestres	João de Deus Borges Sales	124.537.222-04	Barcarena	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
131	João dos Passos	Mestres	João dos Passos	030.302.443-77	São Vicente Férrer	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
132	Companhia Irmãos Fernandes	Mestres	João Fernandes Barbosa	594.231.968-53	Franca	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
133	O Teatro para a Cidadania	Mestres	João Fernandes da Conceição	055.287.045-53	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
134	Fandango do Pontal	Mestres	João Florentino Santos	129.574.964-53	Maceió	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
135	João Paulo Bento	Mestres	João Paulo Bento	645.437.147-68	João Pessoa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f, do edital
136	Mestre xilógrafo João Pedro do Juazeiro	Mestres	João Pedro de Carvalho Neto (Myreika Lane de Oliveira Falcão)	192.858.763-15	Fortaleza	CE	Inabilitado	Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
137	O Cantador Mais Chinchinha	Mestres	João Vieira Pinto	247.938.685-68	Ibotirama	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
138	Mestre da Guitarrada	Mestres	Joaquim de Lima Vieira	056.036.412-15	Barcarena	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
139	Preservação da Cultura Popular das Folias de Reis de Valença	Mestres	Joaquim Orlando Gomes	427.935.807-91	Valença	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
140	Joaquim Valdeides Carvalho	Mestres	Joaquim Valdeides Carvalho	323.471.111-91	Natividade	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
141	Jonas Pereira Gomes	Mestres	Jonas Pereira Gomes	267.835.416-49	Chapada Gaúcha	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas e; f, do edital
142	Congadas de Capetinga	Mestres	Jonas Santos Berthol-di	084.606.596-74	Capetinga	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f; g, do edital; Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
143	Mestre Jorge Marino de Carvalho - Frevo	Mestres	Jorge Marino de Carvalho	090.002.918-87	Brasília	DF	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
144	Mestre Laelço	Mestres	José Antônio da Silva	CORRIGIR	União dos Palmares	AL	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.1, alínea g, do edital
145	Artesanato com Cerâmica	Mestres	José Aparecido Machado de Lima	112.291.088-66	Apiaí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
146	Batista do Acordeon	Mestres	José Batista de Almeida Filho	051.406.095-68	Itabaianinha	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
147	José Bernardo Soares	Mestres	José Bernardo Soares	464.687.303-68	Pacoti	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
148	José Carlos de Aguiar (pegar o certo depois)	Mestres	José Carlos de Aguiar	130.560.388-55	São Vicente	SP	Inabilitado	Desacordo com os itens 1.4 e 7.6.1, alíneas a; b; d; e; f, do edital
149	José Carlos Dias Chaves	Mestres	José Carlos Dias Chaves	272.532.283-91	São Paulo	SP	Inabilitado	Desacordo com os itens 1.4 e 7.6.1, alínea d, do edital
150	José Carlos Martins da Silva	Mestres	José Carlos Martins da Silva	308.957.317-20	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 1.4, do edital
151	José Carlos Paulo da Silva	Mestres	José Carlos Paulo da Silva	050.075.598-14	Aporá	BA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e kn.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
152	José Cláudio Venerauto	Mestres	José Cláudio Venerauto	Não consta	São Sebastião	SP	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.1 do edital.
153	José da Conceição Silva	Mestres	José da Conceição Silva	007.963.783-39	Icatu	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; e, do edital
154	José de Santana	Mestres	José de Santana	020.804.304-75	São Gonçalo do Amarante	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f, do edital
155	José de Souza	Mestres	José de Souza	318.435.304-49	Arapiraca	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
156	Valorização da Cultura Africana e Caipira	Mestres	José Esteves de Oliveira	622.574.558-xx	Franca	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
157	Banda de Pífano São José	Mestres	José Ferreira Silva	803.428.414-91	Maceió	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
158	Turunguinha	Mestres	José Francisco Bezerra	308.219.754-04	Palmeira dos Índios	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea e, do edital
159	José Francisco Ferreira	Mestres	José Francisco Ferreira	018.659.768-14	Olímpia	SP	Inabilitado	Desacordo com os itens 6.2 e 7.6.1, alínea a, do edital
160	MESTRE ARTESÃO E HISTORIADOR ZEZITO GUEDES	Mestres	José Gomes Pereira	007.978.474-72	Arapiraca	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; e; f, do edital
161	Caceteiras de São Cristóvão	Mestres	José Gonçalo dos Santos	591.178.425-49	São Cristóvão	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
162	Mestre Grimário	Mestres	José Grimário da Silva	511.800.064-53	Municipio de Aliança	PE	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
163	2º Encontro Cultural do Santa Marta	Mestres	José Henrique Silva	666.110.247-00	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
164	José Idelmiro	Mestres	José Idelmiro Cupido	409.208.798-53	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
165	Projeto Capoeira Arte e Cultura	Mestres	José Leandro dos Reis	041.685.816-32	Pompéu	MG	Inabilitado	Desacordo com os itens 1.4 e 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

166	Teatro para a Cidadania	Mestres	José Lopes Sobrinho	244.437.516-53	Ipatinga	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; e, do edital
167	Xilogravuras	Mestres	José Luiz Natividade Costa	268.080.804-53	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas b; d; e; f, do edital
168	Mestre Zeca	Mestres	José Maria Martins de Lima	292.350.062-87	Maracanã	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
169	José Maurício dos Reis Junior	Mestres	José Maurício dos Reis Junior	008.404.465-94	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
170	José Moreira	Mestres	José Moreira	338.533.638-49	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
171	Reisado São Julião	Mestres	José Nicolau de Sousa	451.237.053-68	São Julião	PI	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
172	Teatro	Mestres	José Pereira do Nascimento	488.773.794-72	Jardim do Seridó	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f, do edital
173	José Raimundo	Mestres	José Raimundo Pereira	858.090.123-53	Itapecuru Mirim	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
174	José Ribamar dos Santos Ferreira	Mestres	José Ribamar dos Santos Ferreira	197.725.213-34	São José de Ribamar	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f; do edital
175	José Ribeiro	Mestres	José Ribeiro Menezes	074.078.075-15	Feira de Santana	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
176	Poemas e Poesias	Mestres	José Rocha	388.867.585-53	Cedro de São João	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; e; f, do edital
177	O Rei do Coco Chegou	Mestres	José Rodrigues da Silva	105.612.774-00	Limoeiro	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
178	Santa Cruz	Mestres	José Serafim de Menezes	068.523.515-72	Itabaiana	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 6.2 do edital
179	REISADO DO MESTRE DESINHO	Mestres	José Umberto Filho	349.531.084-34	Junqueiro	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas e; f, do edital
180	Dança de Roda	Mestres	Josefa Santos de Jesus	273.458.155-87	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
181	Joselita Moreira da Cruz	Mestres	Joselita Moreira da Cruz	380.604.265-91	Saubara	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 7.4 consoante com as Portarias kn.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
182	Josiete Nascimento Ferreira	Mestres	Josiete Nascimento Ferreira	028.208.245-01	Poço Verde	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas e; f, do edital
183	Josivaldo Lima Rodrigues	Mestres	Josivaldo Lima Rodrigues	185.472.061-91	Parauapebas	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas e; f, do edital
184	Os encantos de Dona Vitorinha: rezadeira maranhense no Rio de Janeiro	Mestres	Juliana Bittencourt Manhães (Maria Vitória)	612.804.457-34	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; e; f, do edital); Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
185	Guerreiro	Mestres	Juvenal Leonardo Jordão	144.589.264-20	Maceió	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
186	Cultura da Nossa Gente	Mestres	Juvenilson Lima Menezes	023.810.705-16	Frei Paulo	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
187	Caminhos do Mar, entre Rios	Mestres	Kátia Iudice Torres	913.977.407-44	Rio das Ostras	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
188	Kleber de Sousa Teixeira	Mestres	Kleber de Sousa Teixeira	029.017.194-65	São Gonçalo do Amarante	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas f; g, do edital
189	Candidatura do mestre Ladimir Ferreira da Siva, mais conhecido como Mika, no Prêmio de Culturas Populares.	Mestres	Ladimir Ferreira da Silva	439.409.194-20	Recife	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
190	Congada de São Benedito - Tradição do Congado Mineiro	Mestres	Laudelina Estácia de Souza	060.637.548-14	Mogi das Cruzes	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
191	Mestre Laudeni	Mestres	Laudeni de Souza	678.644.817-87	São José dos Campos	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
192	Laurene da Costa Ataíde	Mestres	Laurene da Costa Ataíde	091.850.462-72	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 6.2 do edital
193	Mestre Lázaro	Mestres	Lázaro Borges Mescouto	458.956.602-82	Bragança	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; e; f, do edital
194	Mestre Lazinho do Tambor de Crioula da Irmandade de São Benedito e da Turma da Batucada	Mestres	Lázaro Martins dos Santos	089.585.133-49	Cantanhede	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
195	Corvo Campeiro	Mestres	Lázaro Purgato	002.244.738-59	Jundiaí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas e; f, do edital
196	Mestre Dita	Mestres	Leila Regina Lopes	457.594.480-72	Brasília	DF	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, g; do edital
197	Elias Baraúnas, uma lenda do Boi de Reis	Mestres	Lenilton de Souza Lima	736.795.854-20	Natal	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
198	Leonildo Fidelis	Mestres	Leonildo Fidelis Pereira	414.358.349-68	Guaraqueçaba	PR	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f; do edital
199	Leres Fernanda Andrade	Mestres	Leres Fernanda Andrade	458.566.645-45	Não consta	Não consta	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
200	Projeto Guató	Mestres	Lourenço da Guia Ferreira Mendes	845.056.561-87	Cáceres	MT	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
201	A Tradição e a História dos Filhos de Maria	Mestres	Lourival Correa	025.741.678-13	Olímpia	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
202	Medicina Popular e Culinária Popular	Mestres	Lucely Morais Pio	494.370.621-53	Mineiros	GO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
203	Mãe Lúcia de Oyá	Mestres	Lúcia Maria Crispiniano da Silva	079.495.104-04	Paulista	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
204	Contadora de História	Mestres	Lúcia Maria de Oliveira Félix	532.063.206-15	Ubaporanga	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
205	A Tradição e a História da Família Miranda	Mestres	Luís Batista de Carvalho Sobrinho	513.140.968-34	Olímpa	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
206	Luiz Antonio	Mestres	Luiz Antonio Vieira	029.223.238-11	Itapetininga	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
207	Chamamé Alma Guarani	Mestres	Luiz Carlos Gonçalves Benevenuto	306.304.600-00	São Borja	RS	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
208	Luiz Gonçalves de Souza	Mestres	Luiz Gonçalves de Souza	604.859.658-87	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
209	Luiz Gonzaga Araújo de Almeida	Mestres	Luiz Gonzaga Araújo de Almeida	092.584.208-70	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f, do edital
210	Cangaceiros	Mestres	Luiz Neto dos Santos	045.339.415-91	Lagarto	SE	Inabilitado	Não apresentou o anexo 8 (desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital)
211	Dona Luzamar da Felicidade - Ofício da produção da farinha e derivados da mandioca e outros saberes da cultura popular	Mestres	Luzamar Vieira Costa Rodrigues	253.722.383-72	Santa Rita	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
212	Manoel Alves	Mestres	Manoel Alves Coutinho	145.116.578-15	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f; do edital
213	Manoel Gregório da Silva - Padrinho Nel	Mestres	Manoel Gregório da Silva (Gustavo Guedes de Castro)	060.561.802-04	Curitiba	PR	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alínea f, do edital; Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
214	Manoel Inácio de Albuquerque	Mestres	Manoel Inácio de Albuquerque	445.239.043-91	Miraíma	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
215	CANINHA VERDE - RAIZES DA HISTÓRIA VASSOURENSE	Mestres	Manoel João dos Santos	153.723.167-72	Vassouras	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
216	Manoel Martins dos Santos	Mestres	Manoel Martins dos Santos	994.375.894-53	Ouro Branco	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

217	Mestre Dionísio	Mestres	Manuel dos Anjos Dionísio	273828507-49	Santa Tereza	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
218	Manuel Eleutério Pereira	Mestres	Manuel Eleutério Pereira	755.586.532-72	Mazagão	AP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
219	Marcelo de Oliveira Bragança	Mestres	Marcelo de Oliveira Bragança	265.254.027-00	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
220	Márcio Ferreira da Silva	Mestres	Márcio Ferreira da Silva	339.677.718-22	Rondonópolis	MT	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
221	Marcolino José de Souza	Mestres	Marcolino José de Souza	435.413.568-04	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
222	Roda do Conhecimento	Mestres	Marcos Alberto Simplício	016.853.068-61	Campinas	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; b; d; e; f, do edital
223	Mestre Waky Hannah	Mestres	Marcos Antônio de Santana Sacramento	232.396.035-00	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
224	Marcos Antônio Reis dos Santos	Mestres	Marcos Antônio Reis dos Santos	220.904.792-72	Costa Marques	RO	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; f, do edital
225	Pasquins de Naufrágios	Mestres	Maria Angélica de Moura Miranda	886.040.718-49	São Sebastião	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
226	Maria Anna Moreira do Rosário	Mestres	Maria Anna Moreira do Rosário	175.992.705-82	Saubara	BA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
227	Maria Aparecida Ivanov	Mestres	Maria Aparecida Ivanov	051.267.828-60	São Sebastião	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas b; f; g, do edital
228	Maria Betânia	Mestres	Maria Betânia Vargas de Oliveira	146.215.175-20	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
229	Valorizando a Cultura e a Religiosaidade Popular do Povo Sertanejo	Mestres	Maria Conceição Jesus Santos	974.539.195-48	Canindé de São Francisco	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d, do edital
230	Maria da Conceição	Mestres	Maria da Conceição Silva Lima	697.554.933-87	São Bernardo	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
231	Mestra Glória Braz de Almeida	Mestres	Maria da Glória Braz de Almeida	232.804.924-91	Olinda	PE	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
232	Mapié Sousa	Mestres	Maria da Piedade de Sousa da Silva	765.786.313-72	Caxias	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
233	Umbanda paz e amor	Mestres	Maria de Jesus Ferreira Lima	825.626.521-34	Augustinópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
234	REISADO DE SÃO JOSÉ E OS CARETAS CANTADORES	Mestres	Maria de Nazaré Castelo Branco	023.799.683-90	Ibicuitinga	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
235	Dona Nazaré do Porto Formoso	Mestres	Maria de Nazaré Sousa	395.266.742-00	São Bernardo	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
236	Maria do Carmo	Mestres	Maria do Carmo dos Santos	890.961.425-00	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f; do edital
237	Oficinas de Panela de Barro	Mestres	Maria do Carmo Luiz da Silva	887.951.105-00	Lafaiete Coutinho	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d, do edital
238	Maria do Carmo	Mestres	Maria do Carmo Nascimento Máximo	110.017.877-57	Valença	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a; f; do edital
239	Maria do Carmo Pereira de Souza	Mestres	Maria do Carmo Pereira de Souza	035.033.976-71	Chapada Gaúcha	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
240	Terreiro da Mãe Socorro	Mestres	Maria do Socorro Araújo dos Santos	852.874.661-53	Augustinópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
241	Dona Domingas - Mestra do Terno de Reis de Zabumba e Benzedeira	Mestres	Maria Domingas dos Santos	528.204.675-04	Lençóis	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
242	Tradição Oral e Vivência Griô no Vale do Gramame	Mestres	Maria dos Anjos Mendes Gomes	069.762.715-20	João Pessoa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1 alínea d; do edital
243	Artesanato Popular	Mestres	Maria Eliene Ferreira	041.108.325-27	Poço Redondo	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas f; g, do Edital
244	Terreiro do Sítio Novo	Mestres	Maria Elisene Gomes da Conceição	014.358.971-70	Sítio Novo	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
245	Mãe Beth de Oxum	Mestres	Maria Elizabeth Santiago de Oliveira	442.236.764-15	Olinda	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; g, do edital
246	Maria Eunice Martins Luz	Mestres	Maria Eunice Martins Luz	160.208.395-91	Santo Amaro	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea b, do edital
247	Maria Gomes Dias	Mestres	Maria Gomes Dias	847.429.767-20	Magé	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f, do edital
248	Mãe Graça	Mestres	Maria Graça Althman	153.076.278-23	São Paulo	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
249	Resgatando a Cultura Afra no Sertão Sergipano	Mestres	Maria Guiomar da Silva	236.493.135-53	Poço Redondo	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d, do edital
250	Mestra Ione	Mestres	Maria Ione do Nascimento	336.416.505-00	Lagarto	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.1 do edital
251	Maria Jorcelina Pereira de Moura Silva	Mestres	Maria Jorcelina Pereira de Moura Silva	413.994.121-91	Palmas	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
252	A Arte de Bordar	Mestres	Maria José Siqueira	926.210.665-34	Cedro de São João	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; e; f, do edital
253	Maria Lebinita de Carvalho	Mestres	Maria Lebinita de Carvalho	382.457.038-69	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
254	Crioula do Alto	Mestres	Maria Madalena Melonio Freitas	471.254.973-49	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f; g, do edital
255	Dona Chaga	Mestres	Maria Menezes do Monte Pereira	025.379.353-06	Imperatriz	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
256	Maria Regina Teixeira Silva	Mestres	Maria Regina Teixeira Silva	0190.025.651-69	Augustinópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
257	Maria Ribeiro de Albuquerque	Mestres	Maria Ribeiro de Albuquerque	073.963.254-04	Maravilha	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
258	Rita da Barquinha	Mestres	Maria Rita Silva Machado dos Santos	195.860.945-53	Saubara	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
259	Maria Salete da Silva de Araújo	Mestres	Maria Salete da Silva de Araújo	020.741.704-08	Lagoa Seca	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
260	Mário Jorge Vieira	Mestres	Mário Jorge Vieira	Não consta	Valença	RJ	Inabilitado	Desacordo com os itens 1.4 e 7.6.1, alíneas a; b; f, do edital
261	MESTRE SAMBA DE COCO MARIVALDA QUERINO DOS SANTOS	Mestres	Marivalda Querino dos Santos	Não consta	Aracaju	SE	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital); Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
262	Esculturas multi diciplinares	Mestres	Marli Gonçalves Rios	878.380.791-87	Quirinópolis	GO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.1 do edital
263	Folia do Divino Espírito Santo	Mestres	Marlon Rodrigues da Silva	885.794.091-87	Silvanópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com os itens 7.1 e 7.6.1, alíneas a; b; d; e; f, do edital
264	Mateus Emílio	Mestres	Mateus Emílio	123.263.132-91	Macapá	AP	Inabilitado	Desacordo com os itens 1.4 e 7.6.1, alínea f, do edital
265	Matias de Nazur Silva	Mestres	Matias de Nazur Silva	100.083.653-34	São José de Ribamar	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
266	Maurício de Oliveira Rocha	Mestres	Maurício de Oliveira Rocha	036.132.138-30	Irapuru	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
267	Violinha do Buriti	Mestres	Maurício Ribeiro da Silva	013.936.531-11	Mateiros	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.2 do edital
268	Carimbó em Homenagem a São Benedito de Guarupá	Mestres	Máximo dos Anjos Barreto	103.571.902-97	Breves	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d, do edital

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

269	Um Novo Mundo Literário	Mestres	Michelle Werder Lima Godinho	377.086.978-83	São Paulo	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
270	Milton Bezerra dos Santos	Mestres	Milton Bezerra dos Santos	548.918.338-15	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
271	Milton Monteiro Barreto	Mestres	Milton Monteiro Barreto	125.948.492-00	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; f; g, do edital
272	Moacir Piraquara	Mestres	Moacir de Sousa	340.368.228-53	S.J Campos	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f; g; do edital
273	Nagildo Firme de Brito	Mestres	Nagildo Firme de Brito	633.792.954-34	Solidão	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
274	Boi de Mamão	Mestres	Nelson Tobler	171.920.139-00	Guaratuba	PR	Inabilitado	Não apresentou o anexo 8 (desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital)
275	Capoeira Filhos de Zumbi	Mestres	Nerilton Ferreira Santos	001.153.945-32	Jequié	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 1.4 do edital
276	Nerina Tavares Nunes	Mestres	Nerina Tavares Nunes	018.363.758-59	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; f, do edital
277	Tocando um Sonho	Mestres	Nestor Avelino Pinheiro	037.711.808-72	São Paulo	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
278	Neuza Maria Pereira Kluck	Mestres	Neuza Maria Pereira Kluck	191.017.591-91	Parauapebas	PA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
279	Neuza Vieira Marques	Mestres	Neuza Vieira Marques	Não consta	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
280	Nilce Naira do Nascimento	Mestres	Nilce Naira do Nascimento	409.284.897-87	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
281	Nilza Moreira Viana	Mestres	Nilza Moreira Viana	354.374.643-04	Codó	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
282	Nivaldo Figueiredo Viegas	Mestres	Nivaldo Figueiredo Viegas	086.996.822-04	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
283	Noé Luiz da Mota	Mestres	Noé Luiz da Mota	060.245.481-68	Goiânia	GO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
284	Memórias Caiçaras	Mestres	Noemi de Matos	063.049.578-58	São Sebastião	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
285	Olmira Celestino Coelho	Mestres	Olmira Celestino Coelho	845.957.101-78	Rondonópolis	MT	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
286	SUSSA	Mestres	Otaviana Barbosa Ferreira da Silva	342.537.851-15	Porto Alegre do Tocantins	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; g, do edital
287	Paulo Faria: Filho e Neto de Tropeiro	Mestres	Paulo de Tarso Pereira	159.700.868-00	Itapeva	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
288	Paulo Roberto Braga	Mestres	Paulo Roberto Braga	232.991.508-04	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
289	Grupo de Samba de Roda	Mestres	Paulo Roberto da Cruz Junior	016.430.245-07	Sátiro Dias	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1 alínea d, do edital
290	Caboclinho Urubá	Mestres	Paulo Roberto de Moura	060.710.964-56	Paudalho	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
291	Cerâmica Pataxó - Celebrando o barro celebrando a vida	Mestres	Paulo Roberto de Souza	035.134.638-47	Porto Seguro	BA	Inabilitado	Desacordo com os itens 1.4 e 7.6.1, alíneas d; f, do edital
292	Pedro Augusto de Brito, Um Cineasta do Cerrado	Mestres	Pedro Augusto de Brito	067.316.351-20	Goiânia	GO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
293	Pedro Barros da Silva	Mestres	Pedro Barros da Silva	077.830.003-04	Teresina	PI	Inabilitado	Desacordo com o item 6.2 do edital
294	Pedro Delamodarme	Mestres	Pedro Delamodarme	075.044.478-97	Olímpia	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
295	Pedro Monteiro de Assis	Mestres	Pedro Monteiro de Assis	363.994.932-34	Maracanã	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas e; f, do edital
296	Pedro Peres	Mestres	Pedro Peres	152.367.659-00	Londrina	PR	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
297	Domingueira no Samba	Mestres	Pedro Ueverton dos Santos Pereira	017.042.176-79	Unaí	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
298	Quintino Brotero	Mestres	Quintino Brotero de Assis Neto	077.370.268-78	Tremembé	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
299	Raimundo Artes	Mestres	Raimundo Batista de Oliveira	264.616.095-04	Lagoa da Canoa	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; e; f, do edital
300	Raimundo Liberato	Mestres	Raimundo Liberato de Pinho	045.594.016-91	Caeté	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
301	Raio do Sol - Toques e Cantorias da Marujada de São Benedito	Mestres	Raimundo Rodrigues Borges	254.564.232-00	Quatipuru	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
302	Grupo de Congos Nossa Senhora do Rosário	Mestres	Raimundo Zacarias	092.647.523-15	Milagres	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
303	Regina Célia Cristina Barbosa	Mestres	Regina Célia Cristina Barbosa	287.912.698-30	São Sebastião	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
304	Reginaldo Andrade de Souza	Mestres	Reginaldo Andrade de Souza	070.749.722-15	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; f, do edital
305	Corporação Musical Heitor Vila Lobos	Mestres	Reinaldo Boaventura da Silva	989.541.056-53	Ribeirão das Neves	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
306	Pinturas e Esculturas	Mestres	Ricardo Alves Nascimento	605.478.554-00	Satuba	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea e, do edital
307	YLÊ ASÈ ARTE ORISÀ _ YAAO	Mestres	Richard Silva Gomes	426.853.030-49	Porto Alegre	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
308	Rita de Cássia Moreira Viana	Mestres	Rita de Cássia Moreira Viana	336.650.873-68	Codó	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
309	Literária	Mestres	Roberto Bispo dos Santos	904.047.695-00	Tobias Barreto	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
310	Roberto Oswaldo	Mestres	Roberto Oswaldo	267.470.907-30	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
311	A Brilhante Estrela do Oriente - MESTRE	Mestres	Robson da Silva	054.777.657-80	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea g do edital
312	Chegança de Mouros de Arembepe	Mestres	Robson de Almeida Souza	404.848.155-04	Camaçari	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
313	Rogaciano Augusto	Mestres	Rogaciano Augusto de Carvalho	411.352.887-04	Santo Amaro	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas b; g; do edital
314	Cultura Gaúcha	Mestres	Rogério Dambros	459.526.800-97	Espumoso	RS	Inabilitado	Desacordo com os itens 6.5 e 7.6.1, alíneas d; f, do edital
315	Grupo de Serestas Zíngaros - Mestre Ronaldo Carlos	Mestres	Ronaldo Carlos	713.814.304-49	Sousa	PB	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.1 do edital.
316	O Muralista	Mestres	Roney Wilmar Erthal	357.553.189-72	São José dos Pinhais	PR	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f; g, do edital
317	Carimbó de Caixa de Dendê e Passagem dos Bois e sobre vida e historia de Dona Rosário do Carimbó	Mestres	Rosa Maria Pereira dos Santos	351.800.993-15	Tutóia	MA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
318	Rosemberg Silva	Mestres	Rosemberg Silva Batista	974.066435-00	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
319	Sandra Helena	Mestres	Sandra Helena do Carmo Rodrigues	992.254.926-34	Minduri	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 6.4 do edital
320	NOITE CULTURAL DO CORDEL	Mestres	Sandro Gomes Oliveira	929.821.825-72	Irecê	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; e; f; g, do edital
321	Viva ao Mestre Sebastião Alves do Guerreiro São Luiz	Mestres	Sebastião Alves dos Santos	382.712.734-34	Arapiraca	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

322	Sebastião Divino Costa	Mestres	Sebastião Divino Costa	595.244.998-00	Franca	SP	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; f, do edital
323	Bambêlo Os Maçaricos da Praia	Mestres	Sebastião Matias	Não consta	Natal	RN	Inabilitado	Desacordo com o item7.6.1, alíneas a; d; e; f; g, do edital
324	Sebastião Wilson Ferreira de Amorim	Mestres	Sebastião Wilson Ferreira de Amorim	066.277.144-34	Olinda	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
325	XAPULETA - A ALEGRIA DO PALHAÇO DE PASTORIL	Mestres	Séphora Maria Alves Bezerra	298.935.264-34	São Gonçalo do Amarante	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; f; do edital
326	Mestre Severo Alves	Mestres	Severino Luiz Alves	881.713.614-04	Camaragibe	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do Edital
327	Tindara	Mestres	Severino Miguel do Vale	593.433.704-15	Ferreiros	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
328	Congada Divino Espírito Santo - Cultura, Esperança e Fé	Mestres	Sidineia dos Santos	179.064.738-09	Mogi das Cruzes	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
329	Baile Pastoril Anunciação ao Nascimento de Jesus de Parafuso	Mestres	Sonia Maria Fonseca de Souza	267.910.995-34	Camaçari	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
330	Mestra Mãe Suzana de Badé - Zeladora de voduns, com saberes, devoção e carinho	Mestres	Suzana Santos	482.830.023-68	Santa Rita	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d, do edital
331	Mestre Tarciso	Mestres	Tarciso Mendes da Silva	326.991.823-20	Juazeiro do Norte	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; b, do edital
332	Bordados	Mestres	Tatiana Vieira Alves	025.904.795-30	Cedro de São João	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; e; f, do edital
333	Teresinha de Oliveira Marciano Costa	Mestres	Teresinha de Oliveira Marciano Costa	124.720.358-10	Caraguatatuba	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea e, do edital
334	Teresinha Fernandes de Azedias	Mestres	Teresinha Fernandes de Azedias	899.011.857-34	Valença	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; f, do edital
335	Dona Tereza	Mestres	Tereza Maria Leite	072.607.404-77	Sousa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
336	Terreiro da Mãe Terezinha	Mestres	Terezinha de Jesus Sousa Neres	523.193.003-25	Augustinópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
337	Therezinha Maria	Mestres	Therezinha Maria Duarte	076.808.148-30	Jacareí	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
338	Valdeci Rocha Santana Souza	Mestres	Valdeci Rocha Santana Souza	093.987.325-72	Uruçuca	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
339	Trabalhos de Folias de Reis	Mestres	Valdemar Eugênio Furquim	076.409.728-84	Olímpia	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas d; g, do edital
340	Valdemiro Pereira Filho	Mestres	Valdemiro Pereira Filho	458.794.519-68	Florianópolis	SC	Inabilitado	desacordo com os itens 1.4 e 7.6.1, alíneas d; f, do edital
341	Poeta de Cordel	Mestres	Valentim Martins Quaresma Neto	601.087.544-72	Umari	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea a, do edital
342	Vanessa Camila dos Santos	Mestres	Vanessa Camila dos Santos	098.016.284-05	Maceió	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
343	Vicente de Paulo	Mestres	Vicente de Paulo	214.445.016-15	São Bento Abade	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
344	Histórias da Comadre Pitú	Mestres	Vital Gomes de Siqueira	293.356.551-04	Cuiabá	MT	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
345	Canoa	Mestres	Vitor Cardoso do Carmo	415.988.907-78	Paraty	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
346	Waldete Moraes Côrrea	Mestres	Waldete Moraes Côrrea	062.747.813-15	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
347	Jornada Estrela da Guia	Mestres	Waldyr João de Faria	632.219.187-04	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alíneas a; d; e; f, do edital
348	Wilma de Fátima da Silva	Mestres	Wilma de Fátima da Silva	549.835.764-87	São Paulo	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
349	Produção do Grupo de Tambor de Crioula da comunidade quilombola de Mata Boi - Apoio ao Mestre Isaque de Mata Boi.	Mestres	Zacarias Padilha dos Santos	449.747.013-04	Monção	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea d do edital
350	Zilma Alves de Brito	Mestres	Zilma Alves de Brito	554.236.986-34	Arinos	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital

VI GRUPOS FORMAIS INABILITADOS

N.º	Projeto	Categoria	Instituição	CNPJ	Cidade	UF:	Situação	Motivo da Inabilitação
1	ADABIP é Ação Cultural em Ativa	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	ADABIP Associação dos Artesãos do Bico do Papagaio	09.405.248/0001-07	Augustinópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f, do edital
2	Nanquim Amazônico Tecendo Saberes	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Assoc. dos Artistas Visuais do Sul e Sudeste do Pará - ARMA	02.969.932/0001-72	Marabá	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas b; l, do edital
3	CD de Toadas Brilho nos 400 anos de São Luís	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Beneficente Brilho do Sol Nascente	02.481.418/0001-93	Vargem Grande	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital)
4	Afirmação do Candomblé de Angola e luta contra o preconceito religioso no Estado de Tocantins	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Beneficiente, Cultural e Religiosa Ile Axe de Oxum	15.384.194/0001/43	Palmas	TO	Inabilitado	Desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
5	Forró na Bagaceira - a todo vapor	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Casa de Cultura e lazer Júlia Rocha	10.455.883/0001-88	Nazarezinho	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do Edital
6	Arte e Cultura entre os Vales do Sertão Paraibano	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Catingueirense de Apoio Social e Assessoria Popular	17.157.623/0001-75	Catingueira	PB	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.2 do edital.
7	Diagnóstico museológico do município de Maracás	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Comunitária Filarmônica de Maracás	08.399.475/0001-04	Maracás	BA	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; i; j; k; l; m, do edital
8	Festa de São João - Passagem na Brasa	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Comunitária Beneficente - Linha Carijinho	03.081.440/0001-09	Sobradinho	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do Edital)
9	Festa de São João: passagem nas brasas	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Comunitária Beneficente Linha Carijinho	03.081.440/0001-09	Sobradinho	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital
10	VII Cavalgada da Região Sudoeste do Estado de São Paulo	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura dos Assentados da Pirituba-ACOCAP	02.767.365/0001-71	Itaberá	SP	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.2 do edital.
11	Arraia Fogo de Palha/ Comunidade do Bairro Senador Teotônio Vilela	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Comunitária de Desenvolvimento Humano e Social do Bairro Senador Teotônio Vilela	11.225.457/0001-10	Arapiraca	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas a; j; l, do edital
12	Folia de Reis de Brejinhos de Santana	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Comunitaria de Moradores de Brejinho	02.531.570/0001-33	Santana	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas c; j; m, do edital)
13	Orquestra Sinfônica Trupé do Sertão	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Comunitária Sócio Cultural Major Sales	07.815.380/0001-61	Major Sales	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas j; m, do edital)
14	Exposição: Rochedo de Ouro - 10 Anos Valorizando a Cultura Negra!	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultura Rochedo de Ouro	13.305.259/001-92	São Carlos	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do edital; e desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
15	Cultura, arte e educação populares no Arreda Boi	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural Arreda Boi	02.834.064/0001-13	Florianópolis	SC	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas j; l, do edital
16	Balaio Cultural	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural Balaio Nordeste	10.559.786/0001-35	João Pessoa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas a; b, do edital
17	Associação Cultural e Beneficente Santa Luzia	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural e Beneficente Santa Luzia	Não consta	São Luis	MA	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; m, do edital
18	Canjerê da Misericordia	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural E Ecológica das Comunidades tradicionais (ACECOT),	13.141.854/0001-30	Natal	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas, a; b; c; d; e; f; j, do edital
19	Aprendendo e Construindo	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural Maracatu Nação Tigre	11.104.182/0001-67	Olinda	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital
20	Cumbuca	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Cultural Sons da Mata	11.562.681/0001-06	Leopoldina	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas j; l, do edital
21	Carta de Alforria	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação das Atividades Folcloristas da cidade de Lagarto	02.231.855/0001-59	Lagarto	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.1 do edital
22	Eu falo outras línguas	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Artesãos do Rio Grande do Sul - ASSOCIARTE	03.833.158/0001-30	Montenegro	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíenas a; b; c; d; e; f; m, do edital
23	Carnaval de Congo de Mascaras	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Bandas de Congo de Cariacica	05.932.468/0001-38	Cariacica	ES	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2,alínea m, do edital

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

24	Projeto Vida: II Encontro de cantadores	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Base do Sítio Tinguijado	12.463.493/0001-85	Carius	CE	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alínea j, do edital
25	Festa de Reinado de Nossa Senhora do Rosario e Sao Benedito	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Culturas Tradicionais do Sudeste Mineiro	08.875.028/0001-84	Santo Antônio do Amparo	MG	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; i; j; k; l; m, do edital
26	Dança de Coco de Roda Balança Mais Não Cai	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Moradores do Bairro Santa Edwiges	08.323.658/0001-46	Arapiraca	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea i, do edital
27	"Projeto Dançando a Vida"	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Três Marias	20.573.408/0001-60	Três Marias	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas j; l, do edital
28	Reisado José de Moura	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação de Reisados de poço de José Moura	14.765.486/0001-63	Poço de José de Moura	PB	Inabilitado	Desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
29	Acordar o Cordel	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação do Povoado Olho D'Água do Meio	00.991.859/0001-00	Feira Grande	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do edital
30	Festa da Colheita do Capim Dourado	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado Mumbuca	05.010.011/0001-76	Mateiros	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital
31	Grupo de Leruá Filhos de Noé	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação dos Artistas Granjenses	11.973.225/0001-40	Granja	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas j; m, do edital
32	A Juventude Homenagem a um Mito da Cultura Popular Brasileira 100 anos de Mazzaropi	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação dos Bacamarteiros de Solidão	10.293.681/0001-87	Solidão	PE	Inabilitado	Desacordo com os itens 7.1 e 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; h; i; k; m, do edital
33	Valorização da Congada do Bairro Juiz de Fora	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação dos Congadeiros do Bairro Juiz de Fora	20.901.013/0001-49	Dores do Indaiá	MG	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas f; i; j; l; m, do edital
34	26° Festival de Violeiros Repentistas de Serrinha	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação dos Trovadores e Violeiros da Região do Sisal	13.899.711/0001-91	Serrinha	BA	Inabilitado	Descumprimento ao item 7.6.2, alíneas "i, j e l" do edital
35	Folia do Divino	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Folclórica do Divino Espírito Santo	14.630.033/0001-20	Silvanópolis	TO	Inabilitado	Desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
36	Cultura Popular e Artesanato Solidário	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Projeto Paz e União	10.488.161/0001-20	Limoeiro do Norte	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do edital
37	Quilombofest	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Quilombola do Povoado Patioba	12.026.856/0001-15	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital
38	Lendas Quilombolas do Sul	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associação Quilombola Rincão dos Fernandes	14.414.040/0001-94	Uruguaiana	RS	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas e; f; k; l; m, do edital; e desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art.55, VII
39	Grupo Tambor de Crioula de São Benedito da Comunidade Quilombola Contenda	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Associaçao Quilombolas dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Contendas do Municipio de Itapecuru Mirin	06941901-0001-64	Itapecuru Mirim	MA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
40	Revitalização das Danças Folclóricas do Grupo Transart	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Balé Folclórico de Alagoas	08.476.525/0001-00	Maceió	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital
41	Os Foliões: O Bloco mais bonito do Brasil	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Bloco Carnavalesco Tradicional Os Foliões	35.180.942/0001-83	São Luis	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas j; m, do edital
42	Associação Folclórica Beneficente de Barraca e teso Alto II	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Bumba Meu Boi de Barraca	06.111.758/0001-83	São Vicente Ferrer	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital
43	Boizinho da Praia - Pesquisa e Resgate da Cultura Popular Praieira Gaúcha	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Casa da Cultura do Litoral	03.671.776/0001-21	Cidreira	RS	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.2 do edital.
44	Cultura Popular em Ação - Teatro e Dança no Morro dos Macacos com o Grupo Milongas	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Centro Comunitário Lídia dos Santos - Ceaca Vila e Grupo Milongas	29.014.008/0001-99	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital
45	Bumba meu Boi "Brilho de Cantanhede"	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Centro Cultural Cantanhedense	09.542.166/0001-04	Cantanhede	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital
46	Eu danço, canto e recito	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Centro de Projeto e Pesquisa Coco do Calemba	13.386.187/0001-55	São Gonçalo do Amarante	RN	Inabilitado	Desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
47	Minas Mais Culinarte	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Centro Espírita Fé Esperança e Caridade	20.216.388/0001-70	Unaí	MG	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; m, do edital
48	Recriarte o que era lixo virou luxo	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - CEPASA	07.530.649/0001-63	Unaí	MG	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; m, do edital
49	Barracão e Cortejo Infantojuvenil do Boi da Manta	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	CERC - Centro de Referencia Cultural	03.036.626/0001-46	Confins	MG	Inabilitado	Desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
50	II Encontro de Brincantes de Babau da Paraíba	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	CIA Boca de Cena	07.335.936/0001-12	João Pessoa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do edital
51	Festança Junina	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Cia Ribamarense de Dança "Meu Tamarineiro"	41.492.372/0001-60	São José de Ribamar	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas j; l, do edital
52	Circuito de Bandas de Música Minas-Rio-Espírito Santo-Sergipe	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Circuito de Bandas de Música Minas-Rio-Espírito Santo-Sergipe	02.953.160/0002-61	Carangola	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas a; b, do edital
53	Piratas de Jaguaribe	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Clube Carnavalesco Piratas de Jaguaribe	11.444.574/0001-75	João Pessoa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas j; m, do edital
54	Reisado: Folclore Brasileiro	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Colégio Estadual Cícero Bezerra	01.910.921/0001-54	Nossa Senhora da Glória	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f, do edital
55	A paixão de Cristo	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Companhia de Artes Cênicas Cosmo	11.725.392/0001-72	Pocinhos	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do edital
56	Cavalo Marinho, brincantes e brincadeira	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Companhia de Projeções Folclóricas Raízes	04.337.303/0001-55	Campina Grande	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do edital
57	Cultura Popular nas Escolas	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Companhia de Teatro Arte Viva	05141447-0001/02	Jequié	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; i; j; l; m, do edital
58	Arte em foco nas Escolas	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Companhia de Teatro Imaginarte	13.434.178/0001-92	Petrolina	PE	Inabilitado	Desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
59	Museu Vivo do Barro	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Comunidade da Moita Redonda	02548582-0001-70	Cascavel	CE	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
60	A paixão da Cigana perdida e o Pajé Faisca	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Cordão de Pássaro Tangará	CNPJ 2	Bragança	PA	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; i; j; k; l; m, do edital
61	Brincadeiras de Raízes Paulistas	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	DBC Produções Artísticas LTDA - EPP	05.562.725/0001-97	São Paulo	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas a; b; d; e; g; i; j; l, do edital
62	Loucura Suburbana: resgate da tradição do carnaval de rua num subúrbio carioca	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	ECCO - Associacao de Entidades e Amigos do Centro Comunitario CPP II	03.633.664/0001-86	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do edital
63	Tecer e Fiar- Entrelaçando e Enveredando	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Entrelaçando e Enveredando com as Fiandeiras de Guarda-Mor	05.962.084/0001-68	Guarda-Mor	MG	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; h; i; j; l; m, do edital
64	Festejo do Divino Espirito Santo da Comunidade Quilombola Boca da Mata	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Festejo do Divino Espirito Santo da Comunidade Quilombola Boca da Mata	07890470-0001-17	Icatu	MA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
65	Fundação Dom José Brandão de Castro para o Desenv. Social e Cultural	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Fundação Dom José Brandão de Castro para o Desenv. Social e Cultural	05.699.862/0001-78	Poço Redondo	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do edital
66	Foliões do Olho d'água: uma continuidade da tradição	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Fundação João de Azevedo - Centro de Cultura, Educação e Lazer	06.909.503/0001-60	Cocos	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea j, do edital
67	Bumbá Formoso, meu Boi Caprichoso	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Boi Bumbá Caprichoso	15.497468/0001-92	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas e; i, do edital
68	O legado de uma princesa	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo de cultura Abolição	24.228.694/0001-87	Princesa Isabel	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea b, do edital
69	Arcos da Cultura de São Gonçalo	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo de Dança São Gonçalo - Associação de Grupos de Folias de Reis, divino e dança culturais de arinos	13.343.325/0001-70	Arinos	MG	Inabilitado	Desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
70	Cultura, Agricultura e Educação caminham juntos	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo de Teatro e Dança São José	01.301.825/0001-09	Guaraciaba do Norte	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas c; m, do edital
71	Grupo Parafolclórico Tucuxi - Carimbó e Arte em toda parte	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Parafolclórico Tucuxi - Carimbó e Arte em toda parte	07.509.129/0001-79	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea a, do edital
72	Lapinha do Menino Deus.	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Grupo Protagonistas da Paz	13.299.538/0001-90	Natal	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea a, do edital; e desacordo com a Lei nº 12.708/2013, Art. 55, VII

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

73	A preservação e manifestação de nossas raízes congadeiras	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Guarda de Congo Sagrada Família de Nossa Senhora do Rosário - Pará de Minas - MG	08140715/0001-51	Pará de Minas	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea a, do edital
74	Promovendo a cultura afro-brasileira	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Guarda de Marujos Nossa Senhora da Guia	23.946.486/0001-50	São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea c, do edital
75	Arraiá Vila Junina - Viva a Cultura Viva do meu Sertão	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Instituto Assum Preto de Arte, Cultura, Cidadania e Meio Ambiente de Senador Pompeu	13.068.653/0001-54	Senador Pompeu	CE	Inabilitado	Desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
76	Batuque na Caixa	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Instituto Cultural Arte Brasil	03.476.141/0001-73	Londrina	PR	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2 alíneas i; j; l, do edital
77	Congada Vila João Vaz: História e Cultura	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila João Vaz	26.619.262/0001-22	Goiânia	GO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas c; j; l, do edital
78	Irmandade dos Cossacos de Prudentópolis	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Irmandade dos Cossacos - difusão da cultura ucraniana preservada na cidade de prudentópolis nas festividades da páscoa	17.907.230/0001-31	Prudentópolis	PR	Inabilitado	Desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
79	Canto Latino Caribenho e Cali piso	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	JhonatasMachadoAlves- EPP	14103855-0001-52	Tucuruí	PA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
80	Auto de Natal da Diversidade Cultural - Culturas Populares	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Luciano Martins da Silva - ME	08.945.365/0001-09	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas a; b; g; i; j; k; l, do edital
81	Maracatu Águia Dourada	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Maracatu Águia Dourada	09.498.548/0001-41	Nazaré da Mata	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas i, do edital
82	Salvaguarda e Preservação dos saberes e fazeres das Marisqueiras do Batoque	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Marisqueiras da Reserva Extrativista da Praia do Batoque	15.191.632/0001-57	Fortaleza	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas k; l, do edital; e desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
83	Acervo Cultural da Nação do Maracatu Encanto do Pina	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Nação Maracatu Encanto do Pina	08.798.886/0001-72	Recife	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas i; m, do edital
84	Festa do Café	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	ONG Pelejando	12.631.847/0001-53	Miradouro	MG	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; m, do edital; e desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art. 55, VII
85	Orquestra de Mús. Raízes de Quirinópolis José Henrique da Viola	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Orquestra de Música Raízes de Quirinópolis	14033249/0001-08	Quirinópolis	GO	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; c; k; m, do edital
86	Festa do Padroeiro São João Batista	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Paróquia São João Batista	89.986.400/0029-22	Santo Augusto	RS	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas c; f; m, do edital
87	Grupo Cultura de Quadrilha Junina Xique-Xique	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Quadrilha junina Xique-Xique	09.199.862/0001-60	Planaltina	GO	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; h; i; j; k; l; m, do edital
88	Festa do meado de Agosto-2014	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Quilombo Lunga	15.062.872/0001-51	Taquarana	AL	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas a; b; m, do edital; e desacordo com a Lei nº 12.708/2012, Art.55, VII
89	caravana teatro infantil intinerante	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	S&B Produções e Eventos	14.240.859/0001-82	Belo Horizonte	MG	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.2 do edital.
90	Memória Viva Taquaral	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer	10.590.509/0001-95	Cáceres	MT	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea c, do edital
91	SESC Cordel	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Serviço Social do Comércio - SESC	03.612.122/0001-27	Fortaleza	CE	Inabilitado	Desacordo com os itens 6.3 e 7.6.2, alíneas a; b; c; d; e; f; i; j; k; l; m, do edital
92	Entrelaçando Saberes	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Teia - Casa de Criação	05.140.204/0001-41	São Carlos	SP	Inabilitado	Desacordo com item 7.6.2, alíneas c; d; e; f; i; j, do edital
93	Casa Fanti Ashanti Calendário de Festejos e Acervo	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	Tenda São Jorge Jardim de Oeira da Nação Fanti-Ashanti	05.643.697/0001-32	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea a, do edital
94	Jacarelândia no País da Percussão	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	União Cultural pro Desenvolvimento Jacarelândia	08.261.666/0001-05	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alínea m, do edital
95	União das Associações de Bairros e Vilas de Campo Bom	Grupo Formal - Pessoa Jurídica	União das Associações de Bairros e Vilas de Campo Bom	10.486.584/0001-00	Campo Bom	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.2, alíneas, d; e, do edital

VII GRUPOS FORMAIS INABILITADOS

N.º	Projeto	Categoria	Nome do Grupo	Responvável pelo Grupo	CPF	Cidade	UF:	Situação	Motivo em caso de inabilitação
1	Grupo Estrela Guia-Festejo de Santos Reis	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis Estrela Guia	Acléia Divina dos Santos	034.784.571-14	Muricilândia	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.1 do edital
2	Grupo de Samba de Roda Caranaçuê Mãos Unidas	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Samba de Roda Caranaçuê Mãos Unidas	Adalberto dos Santos Moura	283.434.505-82	Inhambupe	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
3	Projeto Teatro Ribalta	Grupo/Comunidade Informal	Projeto Teatro Ribalta	Adelson de Souza Gonzaga	574.707.072-04	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
4	Reisado Familiar Pé de Serra	Grupo/Comunidade Informal	Reisado Familiar Pé de Serra	Ademário Bispo de Santana	575.493.035-68	Moita Bonita	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
5	Folião Solidário	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Carnavalesco Os Lobos Maus	Alairton Soares da Costa	363.883.134-5	Conceição do Lago Açu	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
6	Encontro de Domingo	Grupo/Comunidade Informal	Jabuticaqui	Alessandro Antiono da Silva	15648247800	Mogi das Cruzes	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
7	Raízes do Campo - Histórias do Avô do Bisavô do Agripino	Grupo/Comunidade Informal	Cia Giralua de Artes	Alessandro Costa Figueiredo Brandão	273.817.978-95	Pq. Panorama Bauru	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
8	Sete Raios	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Noite Clara	Aline Mara Tavares	054.114.696-35	Matozinhos	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas d; e; f, do dital
9	Cacumbi do Mestre Cuca	Grupo/Comunidade Informal	Cacumbi	Aloízio dos Santos	154.073.655-53	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
10	Petrolina Além do Arco-Irís	Grupo/Comunidade Informal	Movimento da Parada da Diversidade	Alzyr Anttonio Sá Brasileiro	035.845.194-97	Petrolina	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
11	Confraria do Conto - resgate e manutenção da narrativa oral	Grupo/Comunidade Informal	Confraria do Conto	Amauri Gonçalves de Oliveira	112.605.288-47	Santa Bárbara d'Oeste	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f; g, do edital
12	CULTIVANDO RAÍZES DE BRÁS DE PINA	Grupo/Comunidade Informal	CULTIVANDO RAÍZES DE BRÁS DE PINA	Ana Célia dos Santos Abreu	021.866.777-92	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea g, do edital
13	PROJETO RESGATANDO FOLGUEDOS POPULARES	Grupo/Comunidade Informal	GRUPO FOLCLORICO DA CIA DE TEATRO E DANÇA SÃO JOAQUIM	Antonio Marcelo Neves da Silva	036.103.554-33	GOV. DIX-SEPT ROSADO	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f, do edital
14	Projeto de Apoio ao Regional do Pé de Serra Mestre Cicero do Acordeon	Grupo/Comunidade Informal	Regional Pé de Serra Mestre Cicero do Acordeon	Antonio Marques da Silva	051.984.613-34	Araçoiaba	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
15	A Boneca Negra	Grupo/Comunidade Informal	Teatro Experimental Mensageiros da Alegria - Grupo TEMA	Antonio Sérgio Luz da Silva	263.014.072-53	Benevides	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f; g, do edital
16	Medicina Popular e Alimentação Saudável	Grupo/Comunidade Informal	Ervanário São Francisco de Assis	Aparecida Ana de Arruda Vieira	002.313.106-33	Belo Horizonte	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
17	Clube Dançante Nossa Senhora do Rosário.	Grupo/Comunidade Informal	Clube Dançante Nossa Senhora do Rosário.	Aristeu Rosalino de Almeida	441.719.786-53	Ipatinga	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
18	Grupo Cultural Pérola Negra	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Pérola Negra	Audenise Carmo dos Santos	030.878.515-07	Souto Soares	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; f, do edital
19	Cerâmistas de Rio Real	Grupo/Comunidade Informal	Cerâmica de Rio Real	Aurea Batista dos Santos	880140705-00	Rio Real	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
20	Grupo de Cultura Popular Brilho do Sol	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Brilho do Sol	Bernadete Soares de Souza	778.362.005-15	Inhambupe	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

21	São Benedito dá o Tom	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico de Tambor de Crioula da Comunidade São Sebastião dos Pretos	Bertulina Reis Rodrigues	006.725.593-07	Bacabal	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; g, do edital
22	Saberes Caiçaras 2 - Origens	Grupo/Comunidade Informal	Coletivo Jovem Caiçara	Bruna Laís Vitorio	417.171.779-3	Cananéia	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do Eedital
23	Um Jeito Jovem de Fazer Teatro	Grupo/Comunidade Informal	Companhia Arteenager	Bruno Rodrigo Fonseca da Silva	431.407.368-35	Várzea Paulista	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
24	Maracatu Eco da Sapopema	Grupo/Comunidade Informal	Maracatu Eco da Sapopema	Caio Fábio Pereira da Silva	531.747.632-15	Manaus	AM	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f, do edital
25	Mazzaropi, o caipira pé de serra	Grupo/Comunidade Informal	Tradição Folclórica Itapoã	Carlos Alberto de Oliveira	003.160.846-97	Itapoã	DF	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
26	Formiga em Folia	Grupo/Comunidade Informal	Troça Carnavalesca Mista Formiga sabe o que Roça Come	Carmelita Batista de Brito	353.974.564-72	Recife	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea e, do edital
27	Folia de Reis - A Brilhante Estrela do Oriente	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis - A Brilhante Estrela do Oriente - Comunidade do Morro da Fomiga - Tijuca	Cláudio José de Jesus	101.024.877-4	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea g, do edital
28	Ministério de Teatro Ágape	Grupo/Comunidade Informal	Movimento Missionário Ágape	Cleverson Silva santos	961 067 785-15	Tobias Barreto	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
29	Mães da Iumas: Árvores Nativas, Cultura Medicinal	Grupo/Comunidade Informal	Mães da Iumas	Danielle de Siqueira Jansen	038232654-74	Garanhuns	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
30	Grupo Cultural Xote Baião	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade de Mimoso	Danilo dos Reis Miranda	054.081.585-35	Sátiro Dias	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas d; g, do edital
31	Raízes do Amanhã	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Dança Luso-Brasileiro Raízes de Portugal	Del Vecchio dos Santos da Silva	224.856.193-87	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
32	Aviso aos Navegantes	Grupo/Comunidade Informal	Vila dos Pescadores - Praia de Itapuã	Denise Soares Flores	627.975.900-82	Porto Alegre	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
33	Verso e Poesia na Pegada do Trovão	Grupo/Comunidade Informal	Côco Verde e Melancia	Diego Leon de Andrade N. Cavalcanti	089.991.754-21	Recife	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f, do edital
34	O Pulso do Palhaço	Grupo/Comunidade Informal	Trupe da Alegria	Edmeire Mota Cerqueira Souza	790.756.495-68	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
35	MARACABARRO 2014 (Festival de cultura popular em homenagem a)	Grupo/Comunidade Informal	Cia Edna Braga	Edna Maria da Silva	029.187.604-80	São Lourenço da Mata	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; b; d; e; f, do edital
36	Pássaro Junino Beija Flor em foco	Grupo/Comunidade Informal	Projeto Associação Cultural Pássaro Junino Beija Flor	Edson Carlos da Silva	425.538.652-87	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
37	3o. Forum Metropolitano de Cultura Popular da Baixada Santista	Grupo/Comunidade Informal	Rede Metropolitana de Cultura Popular	Edson Carlos da Silva	8744147848	Cubatão	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f, do edital
38	SEMEARTE: Plantando para colher	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis "Três Reis Mirins"	Eliane Cristina Silva	013.082.217-54	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d, do edital
39	Boneca de Milho	Grupo/Comunidade Informal	Quadrilha Decisão da comunidade Vilas unidas.	Eliomar José da Silva	078.409.468-36	Barbalha	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea e, do edital
40	Romeu e Julieta no Planeta Mazzarope	Grupo/Comunidade Informal	GRUTA - Grupo de Teatro Amigos	Elivanio Nunes Santos	965.439.065-53	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
41	Folia de Reis	Grupo/Comunidade Informal	Voz da Natureza	Elson Ramos da Anunciação	027.986.017-03	Paraty	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f, do edital
42	Candomblé	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Candomblé de Dona Ninha	Exidalva Bonfim dos Santos	557.780.975-49	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
43	Samba no Terreiro	Grupo/Comunidade Informal	Coletivo Sociocultural do Beirú	Flávio Alcântara da Silva Pimentel	013.538.715-92	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
44	Folclore, Religião e Cultura	Grupo/Comunidade Informal	Banda de Pífanos de Geração em Geração	Flávio de Jesus Hora	020.220.355-77	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
45	Canto Latino Caribenho e Cali piso	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Tradições Folclóricas LaMazon	Fracielma Machado Alves	727.913.902-78	Tucuruí	PA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
46	Grupo Cultural Estrela do Sertão	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Estrela do Sertão	Francisco José Pereira Gonçalves	708.483.003-00	Fortaleza	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f, do edital
47	O Bailado do Boi Coração	Grupo/Comunidade Informal	Reisado Boi Coração - Tauá/CE	Francisco Rogério Gomes Barros	005.884.183.-07	Tauá	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
48	Nordestinidade	Grupo/Comunidade Informal	Quadrilha Asa Branca de Codó	Francisco Sousa Santos	654.575.953-15	Codó	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
49	Círculos Populares palco das Tradições da Nossa Cultura popular	Grupo/Comunidade Informal	Memorial Pró Cultura Alagoana - Cult. e Formação	Geliane Maria da Silva	008.522.024-82	Maceió	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
50	A Revoada da Asa Branca	Grupo/Comunidade Informal	Quadrilha Junina Asa Branca	Genivaldo Freitas de Souza	003.497.785-66	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
51	Xiloarte - Possibilidade da Xilografia como Arte em Expressões Cotidianas	Grupo/Comunidade Informal	Tradição da Arte na Cultura Popular	Geovania Alexandre de Andrade	856.390.524-49	Olinda	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
52	A Volta da Jiboia faz História	Grupo/Comunidade Informal	A Volta da Jiboia de Itacaré	Geralda Conceição	192.384.955-72	Itacaré	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f, do edital
53	Tambor da Mata nos Festejos de São José e Santa Bárbara	Grupo/Comunidade Informal	Tenda São José	Gildete Morais Souza Reges	919.661.083-20	Pirapemas	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
54	Fulia de Reisado, um tempo bom	Grupo/Comunidade Informal	Terno de Reis Folclórico de Lagedão de Ibititá	Girlânio Barbosa Lima	754.748.835-87	Irecê	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
55	Samba de Coco Chinela Baixa	Grupo/Comunidade Informal	Sala de Coco	Gutenberg Franklin Sanos da Silva	008.145.594-17	São Carlos	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
56	Cantinho Cura pela Natureza	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade São Francisco de Assis (Paróquia)	Idalina Duarte de Camargo	070.795.388-07	Taquaritinga	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
57	Festejo de São Sebastião	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Quilombola de Marudá	Inácio Silva Diniz	014.923.583-63	Alcântara	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas b; g, do edital
58	Projeto Pescando Memórias	Grupo/Comunidade Informal	Povoado São Braz	Isabela Bispo dos Santos Santana	000.846.145-79	Nossa Senhora do Socorro	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea g, do edital
59	I Encontro dos Trabalhadores das Culturas do Recôncavo Baiano	Grupo/Comunidade Informal	COORDENAÇÃO I ENCORECÔNCAVO	IVAM CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	167380635-04	Cachoeira	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas d; e; f, do edital
60	Festa do Chapéu de Jacunã	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade de Jacunã	Ivanilton Neris dos Santos	069.186.835-27	Jaguarari	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas f; g, do edital
61	Reisado Feminino Reis de Congo	Grupo/Comunidade Informal	Reisado Feminino Reis de Congo	Izabel Maria da Coceição	543.793.773-34	Juazeiro do Norte	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea d, do edital
62	Mães que visam o futuro	Grupo/Comunidade Informal	Mães que visam o futuro	Izanilde Sousa da Costa	221.171.303-30	Itapoã	DF	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
63	DOC. Mitos Vale das Sucupiras.	Grupo/Comunidade Informal	Núcleo de Moradores do Vale de Couro Dantas.	Jackson de Jesus dos Reis	051.952.465-99	Camaçari	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; g, do edital
64	Cultura Viva	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Tradição Junina	Jaime dos Santos Santana	059.090.695-00	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
65	Grupo Cultural Lumiar Sertanejo	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Lumiar Sertanejo	Janaina Silva de Morais	017.012.423-11	Fortaleza	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea e, do edital

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

66	A tradição revisitada: Juventude e a cultura popular	Grupo/Comunidade Informal	A tradição revisitada: Juventude e a cultura popular	Jaqueline Soares da Silva	043.147.044-89	Olinda	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 1.4 do edital
67	A Juventude Homenageia um Mito da Cultura Popular Brasileira 100 Anos de Âmâncio Mazzaropi	Grupo/Comunidade Informal	Associação dos Bacamarteiros de Solidão	Jeania Maria Pereira de Melo	879.511.934-53	Solidão	PE	Inabilitado	Desacordo com os itens 7.1 e 7.6.3, alíneas a; f, do edital
68	Tradição pela Raiz	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Danças Força Jovem Gaúcha	João Batista da Silva Fraga	718.618.900-87	Cachoeirinha	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
69	Raízes Cênicas do Caipira Popular	Grupo/Comunidade Informal	Teatro Cênico Caipira- Comunidade e Raízes	João Paulo de Sousa Siqueira	185.792.718-43	São José dos Campos	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; e; f, do edital
70	A água o rio tudo está por um fio	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Teatro Tubira-bá	Joemerson José dos Santos	109.771.924-31	Pombos	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
71	Mundaréu Sonoro	Grupo/Comunidade Informal	Bem-Me-Quer Bonecos & Cia	Jonas Almeida Marques	040.955.663-70	Sobral	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
72	Kanoa Kerb Fest	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Sagrado Coração de Jesus	Jonas Henrique Schommer	018.463.770-80	Barão	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 1.4 do edital
73	Folia de Rua Potiguar	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Percussivo Folia de Rua Potiguar	Jorge Santos	357.892.984-00	Natal	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
74	Botando Boneco no Ceará	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Bonequeiros do Compade Zé Júlio	José Barros Pedrosa	950.418.933-49	Itatira	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea g, do edital)
75	Batucada Navegantes registro de uma cultura viva.	Grupo/Comunidade Informal	Batucada Navegantes	José Domingos dos Santos	839.962.145-53	Estância	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f; g, do edital
76	Batucada Navegantes-registro de uma cultura viva	Grupo/Comunidade Informal	Batucada Navegantes	José Domingos dos Santos	839.962.145-53	Sergipe	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
77	Manutenção do Cavalo-Marinho Mestre Batista.	Grupo/Comunidade Informal	Cavalo-Marinho Mestre Batista	José Lourenço da Silva	197.170.674-49	Recife	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
78	Grupo de Pífano Coração de Maria	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Pífano do Coração de Maria/ Coração de Maria	José Lucindo de Souza	281.018.475-53	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f, do edital
79	Memorial Vaqueiro do Mato	Grupo/Comunidade Informal	Associação Cultural 300 anos de Água Suja	José Marcondes Andrade	041.670.153-15	Tabuleiro do Norte	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
80	Fé e Perseverança na Devoção dos Santos Reis	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis - Jornada Tradição do Oriente	José Maurício de São Severino	026.725.137-83	Paraíba do Sul	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
81	Grupo Gurupi de Dança	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Gurupi de Dança	JOSE ODACIO CHAVES DE CARVALHO	990.815.472-91	Ulianópolis	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; b; d; e; f, do edital
82	Grupo de Carimbó Estrela Azulão da Dom Pedro	Grupo/Comunidade Informal	Bairro Dom Pedro II	José Pinheiro da Silva	935.308.382-68	Capanema	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea g, do edital
83	Cordão de São Gonçalo de Santo Amaro	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade do Bairro Alto Formoso	Josefa dos Santos Dias Oliveira	619.617.523-87	Santo Amaro	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f; g, do edital
84	Regravação do CD o "Sertão e a Viola"	Grupo/Comunidade Informal	Família Bonna	Josefa Gonçalves Bonna	078.445.047-14	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea d, do edital
85	Projeto Arte En´Canto	Grupo/Comunidade Informal	Biombo D´Arte	Josenildo Campos de Oliveira	63833573449	São Gonçalo do Amarante	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
86	Folclórica	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Desmundo	Josenildo dos Santos	954.536.365-72	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
87	Sem Pantim batucando nas ruas, praças e escolas	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Sem Pantim de Música Folclórica Nordestina e Afrobrasileira	Juliana Ganem Fernandes Pires	329.650.438-96	Santos	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
88	Tradição e Fé de um povo, passada de geração a geração.	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclorico de Siriri " Raízes Levergenses"	Jurenina Gonçalves de melo	89587472187	Santo Antonio do Leverger	MT	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas, a; d; e; f, do edital
89	Cordão de Bonecos Gigantes - Uma tradição Carnavalesca do Sertão do Ceará	Grupo/Comunidade Informal	Cordão Carnavalesco Golias do Samba	Kildery Bezerra da Silva	019.579.203-35	Senador Pompeu	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
90	Tambores da Machadinha	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Jongo	Leandro Nunes Firmino	92.358.487	Quissamã	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; f, do edital
91	Resgate da Cultura Junina no Estado de São Paulo	Grupo/Comunidade Informal	Paixão Caiçara	Leandro Pereira de Almeida Santos	330.209.918-54	São Vicente	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
92	Pra Girar Junto	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cirandaria	Leonardo Ramos dos Santos	136.459.757-80	Cachoeiras de Macacu	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f, do edital
93	Folias de Reis de Recreio	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis de Recreio	Leonardo Ribeiro da Silva	088.034.516-09	Recreio	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; e, do edital); e Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
94	Projeto Terra Viva	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cutimboia	Leonel das chagas Oliveira	668.788.372-00	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; e; f, do edital
95	Um Solo produtivo e rico no peito do Nordeste pulsa o Coração do Velho Chico.	Grupo/Comunidade Informal	Fazenda Lampião do Coroné Chumbinho de Mangabeira	Leonilson da Costa Aquino	395.017.874-00	João Pessoa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas d; e; f, do edital
96	Festa de Santo Reis	Grupo/Comunidade Informal	Companhia de Reis Estrela do Oriente	Letícia Berloffa Rodrigues	028.813.951-80	Itaporã	MS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f; g, do edital)
97	Bloquinho de Carnaval do Interior de Ipanema	Grupo/Comunidade Informal	Pega Rex Social Clube	Lilian Maia Rabello	728.043.607-25	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f, do edital
98	Quadrilha Junina Aconchego	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Quadrilha Junina Aconchego	Lúcia Gomes Freire	154.282.304-87	João Pessoa	PB	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
99	Oficinas de Tambor de Crioula Meninos de São Benedito	Grupo/Comunidade Informal	Tambor de Crioula Meninos de São Benedito	Luciana Correia Gonçalves	829.772.083-72	São Luís	MA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
100	Teatro em Movimento	Grupo/Comunidade Informal	Cia de Teatro Cirand'Arte	Luciene Machado dos Reis	816.989.505-78	Amélia Rodrigues	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; g, do edital
101	Sambão na Laje	Grupo/Comunidade Informal	Apaixonados pelo Samba	Luiz Alberto Valente Pinto	260.939.600-72	Santa Maria	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; e; f; g, do edital
102	Quadrilha Junina	Grupo/Comunidade Informal	Xodó na Roça	Maciel de Jesus Oliveira	051.041.925-98	Poço Verde	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
103	Afoxé Filhos de Xangô - Candomblé nas Ruas	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Cultural Afoxé Filhos de Xangô	Marcelo Moraes Studinski	010.818.640-79	Rio Grande	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f, do edital
104	Resgate e Valorização do Boi Bumbá Rei da Campina	Grupo/Comunidade Informal	Boi Bumbá Rei da Campina	Marcilena da Conceição Barreto	771.452.912-15	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; f, do edital
105	Festividade da Santíssima Trindade	Grupo/Comunidade Informal	Irmandade da Santíssima Trindade	Márcio Alan Oliveira Moura	018.968.342-21	São Miguel do Guamá	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
106	Samba de Côco da Paz	Grupo/Comunidade Informal	Samba de Côco da Paz	Maria Acácia dos Santos	267.397.045-20	São Cristóvão	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
107	Catira de Piracaia	Grupo/Comunidade Informal	Catira de Piracaia	Maria das Dores da Silva (Sônia Barreto de Novaes Paschoal)	201.694.558-31	Piracaia	SP	Inabilitado	Proposta via Salic Web: dados do proponente cadastrado diferem da documentação anexada ao sistema.
108	Quadrilha Filhos do Muquém	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Quilombola Muquém	Maria das Dores de Oliveira Cavalcante	757.870.164-91	União dos Palmares	AL	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

109	Brincando e se divertindo através das culturas populares	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Maracatu Patrocínio Brejão	Maria Dias Ferreira	676.197.115-20	Brejo Grande	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f, do edital
110	Guerreiro Vencedor Alagoano	Grupo/Comunidade Informal	Guerreiro Vencedor Alagoano	Maria Dolores Carneiro Cassiano	37330543420	Maceió	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
111	Mauá Art em Casa	Grupo/Comunidade Informal	Mauá Art em Casa	Maria Inês Baggio Vianna	088.478.397-93	Magé	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
112	Grupo de Santo Reis Estrela do Oriente	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Santo Reis Estrela do Oriente	Maria Luiza Rosalém Nalesso	910.189.867-15	Alfredo Chaves	ES	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas b; d; e, do edital
113	Folia de Reis São Domingos de Gusmão	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis São Domingos de Gusmão	Maria Madalena Ribeiro	937.811.216-15	Caratinga	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
114	Grupo Cultural de Reisado Tradição Amarina	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade de Quilombo Saruê	Maria Veronice do Nascimento	046.265.384.-60	Santa Maria da Boa Vista	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
115	Dança no Rio das Almas	Grupo/Comunidade Informal	Cia de Dança Pulso	Mariedna de Jesus Santos	022.494.505-01	Wenceslau Guimarães	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; g, do edital
116	Grupo de Folia de Reis da Costa Sul	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Folia de Reis da Costa Sul	Mateus Bitencourt		São Sebastião	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
117	Dança Regional Ciranda Império do São José	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade do Bairro São José, Zona leste de Manaus	Mayara Jéssica da Silva	002.284.672-6	Manaus	AM	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
118	Semeando a Cultura Popular	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Araúna	Natália Mensatto Benite	370.467.958-51	Campo Limpo Paulista	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
119	O Resgate da Cultura Popular Através das Crianças e Adolescentes do Boi Bumbá Luar do Marco	Grupo/Comunidade Informal	Boi Bumbá Luar do Marco	Nilson Rodrigues da Silva	661782152-15	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
120	Grupo de Penitentes Irmandade da Cruz	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Penitentes Irmandade da Cruz	Olímpio Ludjério da Paixão	174.902.003-34	Barbalha	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
121	TV. V Casamento na Roça Festa na Corte	Grupo/Comunidade Informal	Cia Teatral TV.V (talentos da Vila Vintém)	Otavio Moreira Ferreira	051.430.677-74	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
122	Samba de São Jorge	Grupo/Comunidade Informal	Mesa de Samba Autoral de Pernambuco	Paulo César Mendes	384.638.307	Recife	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
123	Pastorinhas e Folia de Reis de Engenheiro Navarro	Grupo/Comunidade Informal	Folia de Reis	Paulo Pereira Duarte	924.912.276-49	Engenheiro Navarro	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f, do edital
124	Quadrilha Pôr-do-Sol 2013 - O verdadeiro São João de Jackson do Pandeiro	Grupo/Comunidade Informal	Quadrilha Pôr-do-Sol	Pedro Paulo Moreira da Silva	025.691.543-18	Mulungu	CE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f, do edital
125	Jovens atores da Rocinha	Grupo/Comunidade Informal	Jovens atores da Rocinha	Pedro Pereira Gama	128.315.857-40	Rio de Janeiro	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
126	Saboreando a Cultura	Grupo/Comunidade Informal	Companhia de Arte TIM-DO-LELÉ	Poliana Merly Pereira de Brito	106.895.906-10	Unaí	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
127	A vegetação predominante da mata dos cocais	Grupo/Comunidade Informal	Quadrilha Quebra Pote	Raimunda Lima Santana do Nascimento	146.962.313-72	Codó	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
128	Caixa de Ritmos e Danças Maranheses	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Circulandô	Regilene de Jesus Matos	052.439.113-05	São Luís	MA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
129	Grupo Pífano Novos Coelhos	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Pífano Novos Coelhos de Poço Dantas/Simão Dias	Reginaldo Vitor de Oliveira	142364785-87	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f, do edital
130	Dia do riso	Grupo/Comunidade Informal	Alegria das Gerais.	Renato de Sousa Matos	039.095.826-30	Unaí	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
131	Marujada de São Sebastião	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade do Pantanal	Roberta Mendes da Silva	765.096.642-91	Capanema	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
132	Oi Nóis na Praça!	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Teatral Velho Chico	Robson de Jesus Santos	2950492517	Simão Dias	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, as alíneas a; d; e; f, do edital
133	Caretas de Verdejante - Centenários	Grupo/Comunidade Informal	GRUPO CARETAS DE VERDEJANTE / ACAVE - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTISTICA DE VERDEJANTE	Robson de Sá e Silva	008.149.354-19	Verdejante	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, d; e; f, do edital
134	Grupo Saberes do Sertão	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Saberes do Sertão	Rosa Ana da Silva	259.903.573-20	São Julião	PI	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
135	Causos Caiçaras	Grupo/Comunidade Informal	Nhá Rita e Léco Borba	Rosa Maria Rita Brugnerotti Gonçalves	645.990.438-34	Caraguatatuba	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
136	Expressão escrita	Grupo/Comunidade Informal	Memorial Olhares Humanos	Rosevaldo dos Santos Pereira	590.174.655-49	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
137	ESPETACULO CORDEL DO BOROGODEL	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Teatral Gatos de Rua	Rozelita de Jesus dos Reis	040.412.885-84	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
138	Projeto Mestre Popular	Grupo/Comunidade Informal	Grupo de Convivência da Melhor Idade (Grupo da Paz)	Sandoval Bulhões Marques	448.891.005-04	Lafaiete Coutinho	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
139	Resistência Viva em Memória do Parque São Bartolomeug	Grupo/Comunidade Informal	Grupo 100% Afro Indígena	Sandra Cerqueira de Jesus	802606325-20	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
140	Projeto Viva - Teia da Cultura	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Viva - Comunidade de Pau - a -Pique	Sandra Neres de Souza	840.162.485-15	Casa Nova	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea g, do edital
141	Caboclo Surubim	Grupo/Comunidade Informal	Comunidades Quilombolas Porto dos Alves e Poções - Chapada do Norte/MG	Sandro Gomes dos Santos	8319598869	Chapada do Norte	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
142	Cordão do Miritinho	Grupo/Comunidade Informal	Animação Inquieta	Simone Maia Bandeira	373.704.992-00	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
143	FESTA DE SÃO BENEDITO	Grupo/Comunidade Informal	FESTA DE SÃO BENEDITO	Sizenando do Carmo Santos	503.466.101-25	Nossa Senhora do Livramento	MT	Inabilitado	Não apresentou nenhuma documentação exigida pelo item 7.6.3
144	Tem Festa Na Trabanda	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade de Trabanda do Distrito de Santo Antônio do Salto de Ouro Preto	Solange Sabino Palazzi	559.371.016-34	Ouro Preto	MG	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
145	Pelas Águas do Chafariz	Grupo/Comunidade Informal	Companhia de Teatro Chafariz	Solange Zacharias Rivas Alves	983.134.448-00	Botucatu	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas e; f; g, do edital
146	Pro Jongo não se Acabá	Grupo/Comunidade Informal	Comunidade Jongo Embu das Artes	Solemar Cristina da Silva	135.076.408-64	Embu das Artes	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
147	Maracatu	Grupo/Comunidade Informal	Maracatu Renascer	Tânia Maria Silva dos Santos	089.882.368-40	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea a, do edital
148	Africanidades na Cabeça	Grupo/Comunidade Informal	Coletivo de Mulheres do Beiru	Thauany Martins Gomes	045.338.055-74	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a, do edital
149	Louvores da Amazônia	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Trilhas da Amazônia	Tiago de Almeida Ferreira	891.842.542-20	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f, do edital
150	Grupo Folclórico Semente Clips	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Folclórico Semente Clips	Ueslei Carvalho Silva	836.191.785-34	Salvador	BA	Inabilitado	Em desacordo com o item 1.4 do edital
151	Batuque Brasileiro das Gerais	Grupo/Comunidade Informal	Batucada brasileira	Valéria Souza Franco	068.432.076-26	Itaboim	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f; g, do edital

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

152	Preservando a Cultura Açoriana em Araquari	Grupo/Comunidade Informal	Grupo Anúncio	Valério dos Passos	035.344.769-21	Araquari	SC	Inabilitado	Desacordo com o item 1.4 do edital
153	Ponto de Memória da Terra Firme, Belém/PA	Grupo/Comunidade Informal	Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme	Vanessa Malheiro Morais	603.696.042-53	Belém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f; g, do edital
154	Encantando com Clara Nunes	Grupo/Comunidade Informal	Clara Para Sempre	Vera Lúcia Medianeira Oliveira Pinto	615.607.660-34	Santa Maria	RS	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alíneas a; d; e; f; g, do edital
155	Gira nas Escolas	Grupo/Comunidade Informal	Girafulô-Grupo de Pesquisa e prática em danças brasileiras	Vívian Parreira da Silva	4487853664	São Carlos	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital
156	Reizado Flor da Primavera	Grupo/Comunidade Informal	Reizado Flor da Primavera	Wellington Silva do Carmo	118.863.147-05	Duque de Caxias	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea d, do edital
157	Folias Juninas	Grupo/Comunidade Informal	Foliões de Agentes Culturais	William Moraes Corrêa	427.845.653-00	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.3, alínea f, do edital

VII MESTRES E MESTRAS IN MEMORIAM INABILITADOS

N.º	Projeto	Categoria	Mestre In Memoriam	Nome do Mestre	CPF	Cidade	UF:	Situação	Motivo da Inabilitação
1	Festejo de Santos Reis	Mestres in Memorian	Acléia Divina dos Santos	Jaconias Cabral Vieira	169.408.901-06	Muricilândia	TO	Inabilitado	Desacordo com o item 7.1 do edital
2	Os Foliões	Mestres in Memorian	Aldenora da Conceição Moraes Corrêa	Walmir Moraes Corrêa	427.857.403-78	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.1, alínea f, do edital
3	Plínio Marcos - Memória Nacional	Mestres in Memorian	Ana Carmelita Martins de Barros	Plínio Marcos de Barros	151.510.438-97	São Paulo	SP	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas e; g, do edital
4	Mestre Gerson Quadrado	Mestres in Memorian	Ana Lúcia Francisca da Anunciação	Gerson Francisco da Anunciaçao	031.310.754-90	Vera Cruz	BA	Inabilitado	Em desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
5	Comunidade dos Arturos	Mestres in Memorian	Antônio Eustáquio da Silva	Arthur Camilo Silvério	391.327.816-87	Contagem	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas d; e, do edital
6	Mestre In Memorian - Leonardo Martins Santos, O Mestre Leonardo	Mestres in Memorian	Cláudia Regina Avelar Santos	Leonardo Martins Santos	268.388.693-49	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alínea d, do edital
7	Zé de Rita	Mestres in Memorian	Clemilda dos Santos Ferreira França	José Ribamar França	737.895.503-53	São Luís	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas d; g, do edital
8	MAESTRO DAVY MIRANDA	Mestres in Memorian	Dario Miranda da Silva	Davy Miranda	338.223.106-97	Pirapora	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; e; f; g; h, do edital
9	Maria Benedita	Mestres in Memorian	Fabio Samora	Maria Benedita da Vitória	009.906.547-96	Fundão	ES	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alínea d do edital
10	OLEGÁRIO FERNANDES (O MESTRE DO CORDEL)	Mestres in Memorian	Fagner Francisco da Silva Lima	Olegário Fernandes	065.174.094-08	Caruaru	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; e; f; g; h, do edital
11	JORNADA DA FAMÍLIA TEIXEIRA: HOMENAGEM IN MEMORIAN AO MESTRE IZIDORO FRANCISCO TEIXEIRA	Mestres in Memorian	Fortunato Francisco Teixeira	Izidoro Francisco Teixeira	737.508.677-04	Vassouras	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alínea d do edital
12	Coleirinho da Bahia	Mestres in Memorian	Galdino Oliveira Souza	Marcos Gonçalves de Souza	001.457.295-83	Feira de Santana	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas d; e; g, do edital
13	Mestre Cornélio Campina	Mestres in Memorian	Geane Gomes Teixeira	Cornélio Campina da Silva	672.309.640-04	Natal	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.4.6, alínea d, do edital
14	Mestre Lucas	Mestres in Memorian	Gláucio Teixeira da Câmara	Lucas Teixeira de Moura	não consta	São Gonçalo do Amarante	RN	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; do edital
15	Zé do Lobo	Mestres in Memorian	Izabel Cristina Lima Marques Duarte	José Cândido Lima	608.085.786-34	Jaboticatubas	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas g, do edital
16	Projeto Eira, Roda de magias	Mestres in Memorian	José Afonso dos Santos Leal		497.560.283-00	Teresina	PI	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; e; f; g, do edital
17	Manoel do Coco	Mestres in Memorian	José Alves da Silva	Manoel	292.626.744-49	Olinda	PE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; e, do edital
18	Mestre Pedro Geraldino	Mestres in Memorian	José Daniel dos Santos	Pedro Geraldino	027.611.328-40	São Mateus	ES	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas d; e; do edital
19	Reisado Menino Jesus	Mestres in Memorian	Joseane da Silva Avelino	Não consta	041.420.285-61	Laranjeiras	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; e, do edital
20	Tião da Folia	Mestres in Memorian	Leonor Santanna de Moraes	Sebastião Vicente de Moraes	949.431.767-04	Belford Roxo	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; g, do edital
21	Mestre Calombo	Mestres in Memorian	Ligia da Silva Gouvea	Argemiro Ferreira da Silva	886.747.897-49	Magé	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; g, do edital
22	Antonio Gusmão	Mestres in Memorian	Luzia Gusmão	Antonio Gusmão	não consta	São José dos Campos	SP	Inabilitado	Desacordo com o Item 7.4 consoante com as Portarias n.º 9 de 25 de março de 2013 e n.º 25 de 2 de julho de 2013, referentes a prorrogação do prazo de inscrições.
23	Pai Antônio - Zelador de Orixás do Terreiro de Candomblé Illê Axé Iansã Egunita	Mestres in Memorian	Marco Antonio Silva	Antonio Silva	775 180 399 15	Curitiba	PR	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alínea g, do edital
24	Encanta Cantadores! Memória de Zé Guerra	Mestres in Memorian	Marcos Aurélio da Guerra Dantas	José da Guerra Dantas	785.916.513-91	Presidente Dutra	MA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; e; f; g, do edital
25	Escultor	Mestres in Memorian	Maria Genaci Peixoto Barbosa	Manoel Cavalcante de Almeida	730.294.244-72	Boca da Mata	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alínea d do edital
26	MESTRE DE BANDA SEBASTIÃO MOREIRA	Mestres in Memorian	Neiva de Castro Moreira	Sebastião de Assis Moreira	539.109.666-91	Belo Horizonte	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas f; g, do edital
27	Fandango do Pontal	Mestres in Memorian	Ronaldo da Costa	Mário Antônio da Costa	163.781.484-49	Maceió	AL	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alínea d, do edital
28	Ronaldo Junior Menezes	Mestres in Memorian	Ronaldo Junior Menezes	Antonio Luiz Andrade	não consta	Itapecerica	MG	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; f; g, do edital
29	Romana Leal	Mestres in Memorian	Roque Tavares Leal	Romana Tavares Leal	128.567.382-49	Santarém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; e, do edital
30	Folia da Dona Mariana	Mestres in Memorian	Sidney Gomes dos Santos Filho	Maria Anna das Neves dos Santos	019.488.127-03	Mesquita	RJ	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alíneas a; d; f; g, do edital
31	Mestre Prego	Mestres in Memorian	Valdemar Santos França	Valter Aragão França	015.847.185-79	Salvador	BA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alínea e, do edital
32	Mestre Cardoso	Mestres in Memorian	Waldemir Lima da Silva	José Ribamar Cardoso	962.726.002-91	Ourém	PA	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alínea b, do edital
33	Xangô de Nagô	Mestres in Memorian	Wicléa Alcântara	José Francisco da Silva	476.695.195-68	Japaratuba	SE	Inabilitado	Desacordo com o item 7.6.4, alínea d, do edital
34	Manoel João de Brito	Mestres in Memorian	Jeania Maria Pereira Brito	Manoel João de Brito	879.511.934-53	Solidão	PE	Inabilitado	Desacordo com os itens 7.1 e 7.6.4, alíneas a; d; e; f; g, do edital

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA HELENA GONÇALVES ROLLEMBERG

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 33, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre divulgação dos órgãos que comporão a Comissão de Avaliação e Seleção do Edital de Divulgação N.º 2 de 05 de novembro de 2012 - Prêmio Culturas Populares - Edição 100 Anos de Mazzaropi - A Cultura Popular no Cinema.

A SECRETÁRIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto n.º 7.743, de 31 de maio de 2012, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 1º do Anexo à Portaria no nº 29, de 21 de maio de 2009 e no item 9.1 do referido Edital, resolve:

Art. 1º Instituir Comissão de Seleção para avaliar os projetos habilitados no Edital nº 02, de 1º de novembro de 2012, Prêmio Culturas Populares - Edição 100 Anos de Mazzaropi - A Cultura Popular no Cinema.

§ 1º A Comissão de Seleção desenvolverá suas atividades de acordo com as normas estabelecidas no referido Edital em observância aos critérios de avaliação estabelecidos no item 10 e seus subitens.

§ 2º A Comissão de Seleção ao final de suas atividades encaminhará a SCDC a lista final contendo as iniciativas classificadas e desclassificadas, de acordo com o item 10.4.

Art. 2º A Comissão de Seleção será integrada pelas seguintes representações:

§ 1º Instituições Governamentais:

I - Ministério da Cultura (03);

II - Ministério do Desenvolvimento Agrário (01);

III - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (01);

IV - Fundação Cultural Palmares (01);

V - Fundação Nacional de Artes (02);

VI - Instituto Brasileiro de Museus (01);

VII - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (01);

§ 2º Instituições da Sociedade Civil representantes dos Colegiados que compõe o Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC:

VIII - Colegiado de Artesanato; (01)

IX - Colegiado de Circo; (01)

X - Colegiado de Culturas Afro-Brasileiras; (01)

XI - Colegiado de Culturas Populares; (01)

XII - Colegiado de Dança; (01)

XIII - Colegiado de Literatura, Livro e Leitura; (01)

XIV - Colegiado de Música; (01)

XV - Colegiado de Patrimônio Material; (01)

XVI - Colegiado de Patrimônio Imaterial; (01)

XVII - Colegiado de Teatro; (01)

Art. 3º - Os nomes dos membros da Comissão serão divulgados Concomitantemente a fase de classificação.

Art. 4º. A participação da Comissão de Avaliação do Prêmio Culturas Populares - Edição 100 Anos de Mazzaropi - A Cultura Popular no Cinema será considerada atividade de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA HELENA GONÇALVES ROLLEMBERG

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 511, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de Março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

135394 - CIRANDA DE DANÇAS E TRADIÇÕES GAÚCHAS - MONTAGEM DO ESPETÁCULO BERÇO FARROUPILHA
Açoriana - Associação de Cultura, Eventos e Promoções
CNPJ/CPF: 02.084.605/0001-33
Processo: 01400016591201310
Cidade: RS de Santo Antônio da Patrulha
Valor Aprovado R$: R$ 862.579,30
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: O projeto CIRANDA DE DANÇAS E TRADIÇÕES GAÚCHAS - MONTAGEM DO ESPETÁCULO "BERÇO FARROUPILHA" destina-se em acompanhar o grupo de danças do DEPARTAMENTO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS BERÇO FARROUPILHA por 14 meses. Durante este período, o grupo realizará ensaios, oficinas/palestras e apresentações públicas, gratuitas e itinerantes mensais, dentro da cidade de Guaíba. Será montado também, durante este período, espetáculo inédito, formatado a partir dos ensaios, oficinas e palestras propostos.

132762 - Palco Hip Hop- Danças Urbanas
Victor Luciano Magalhães
CNPJ/CPF: 046.097.086-04
Processo: 01400006737201319
Cidade: MG de Belo Horizonte
Valor Aprovado R$: R$ 587.615,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Este projeto visa a realização do "Palco Hip Hop- Danças Urbanas?? que Propõe a valorização, difusão e promoção das Danças Urbanas oriundas do Hip Hop, Visa a integração entre grupos e artistas do Estado e nomes consagrados Hip Hop Mundial, bem como a participação de grupos e artistas internacionais. As ações do festival se dão em um circuito pelas periferias e área central de Belo Horizonte e RMBH em espaços que abrigam e democratizam o acesso às manifestações artísticas da cultura Hip Hop.

135411 - VELHO GUERREIRO, O MUSICAL (nome provisório)
Aventura Entretenimento Ltda.
CNPJ/CPF: 10.543.638/0001-22
Processo: 01400016608201339
Cidade: RJ de Rio de Janeiro
Valor Aprovado R$: R$ 6.357.220,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: O projeto consiste na concepção, criação e apresentação do musical "Velho Guerreiro", baseado na vida do maior comunicador da história do Brasil - Chacrinha. De autoria de Pedro Bial, o musical será dirigido por Alonso Barros. A peça ficará em cartaz durante 04 meses no Teatro Oi Casa Grande, no Rio de Janeiro, com 04 apresentações semanais, totalizando 64 apresentações durante a temporada.

135248 - JUNTO E SEPARADO
CINELARI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 28.019.388/0001-91
Processo: 01400016422201380
Cidade: RJ de Rio de Janeiro
Valor Aprovado R$: R$ 497.861,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Vamos realizar a montagem da peça JUNTO E SEPARADO de Yuri Gofmam e direção de Ernesto Piccolo. O Projeto será apresentado no Rio de Janeiro, em São Paulo e nas praças de Belo Horizonte, Brasília, Bauru e Niterói. Serão 02 meses de ensaio, 25 apresentações na Temporada Rio de Janeiro, 25 apresentações na Temporada São Paulo e 8 apresentações na tournée pelas cidades brasileiras.

135583 - FESTIVAL KYRIOS- 11ª. EDIÇÃO
INSTITUTO ESPERANÇA
CNPJ/CPF: 07.395.332/0001-61
Processo: 01400016798201394
Cidade: PR de Londrina
Valor Aprovado R$: R$ 312.617,02
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Realizar, no município de Londrina-Pr, a 11ª. Edição do "Festival Kyrios", reunindo grupos cênico-musicais, eruditos e instrumentais que comporão sua Programação Artística, dirigido a um público de aproximadamente 15.000 pessoas de diversas camadas sócio-culturais do Brasil e exterior.

135421 - Parangolé com Crianças - Ano III
ASSOCIACAO EMCANTAR DE ARTE, EDUCACAO, CULTURA E MEIO AMBIENTE
CNPJ/CPF: 05.791.083/0001-06
Processo: 01400016618201374
Cidade: MG de Uberlândia
Valor Aprovado R$: R$ 411.664,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Este projeto constitui-se pela continuidade do projeto Parangolé com Crianças (PRONAC 106449 e 114778), executado em 2011 e 2012. Terá como foco a realização de um processo de formação cultural por meio da vivência de brincadeiras da cultura popular com 120 crianças de 06 a 10 anos, moradoras de bairros de periferia da cidade de Uberlândia/MG. O projeto contará ainda com a realização de 02 eventos gratuitos com apresentações cênicas dos participantes (01 por evento) e grupos convidados.

134982 - DVD e turnê 1984, Uma leitura musical
Jucilene Buosi Fechus Borges
CNPJ/CPF: 738.759.886-04
Processo: 01400016144201361
Cidade: MG de Poços de Caldas
Valor Aprovado R$: R$ 304.050,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Realização de 9 apresentações e produção de DVD da ópera-rock 1984, Uma leitura musical, interpretado por Jucilene Buosi com debate de especialistas. As cidades: Poços de Caldas, Ouro Preto e Belo Horizonte (MG); Paraty e Rio de Janeiro (RJ), Ribeirão Preto, São Francisco Xavier e São Paulo (SP), Passo Fundo (RS). Os recursos destinam-se a produção do DVD, elenco, produção executiva e local, despesas de viagem, material gráfico de divulgação, assessoria de imprensa e divulgação.

133714 - A idade das Trevas
Cena 27 Produções Artísticas ME
CNPJ/CPF: 16.972.577/0001-03
Processo: 01400013348201340
Cidade: RJ de Rio de Janeiro
Valor Aprovado R$: R$ 612.460,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: ?A Idade das Trevas?é a segunda parte de uma trilogia feita a partir da pesquisa de autores literários norte-americanos, que tevecomo ponto de partida ?Pão com Mortadela? - um espetáculo livremente inspirado na obra de Charles Bukowski, em que Fonseca foi indicado ao Prêmio Shell 2008 de Melhor Direção. Serão realizadas 64 apresentações (32 na cidade do Rio de Janeiro e 32 na cidade de São Paulo).

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

136931 - Choro entre Amigos
Diego Coelho Vieira
CNPJ/CPF: 056.238.609-23
Processo: 01400018217201359
Cidade: PR de Pinhais
Valor Aprovado R$: R$ 32.065,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Viabilizar o lançamento do cd instrumental Choro entre Amigos do duo Entre Amigos, formado pelos músicos Diego Coelho e Marcelo Hilgenberg. O cd será composto por 12 músicas de artistas brasileiros consagrados como Jacob do Bandolim e Pixinguinha. O objetivo é divulgar a música instrumental brasileira, em especial o Choro.

133427 - DAMA YOGUIANA: gravação de disco erudito do compositor Raul Misturada
Raul Felipe Campos Bruno da Cunha
CNPJ/CPF: 070.759.024-82
Processo: 01400011527201342
Cidade: PR de Curitiba
Valor Aprovado R$: R$ 416.630,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: O compositor, arranjador, músico multi-instrumentista e produtor musical Raul Misturada pretende através deste novo trabalho registrar suas músicas compostas para formação de Orquestra Sinfônica aliada a instrumentação da musica popular e novas tecnologias sonoras.

133786 - Orquestra Tocando a Vida
Associação Cultural Tocando a Vida
CNPJ/CPF: 11.997.839/0001-62
Processo: 01400013451201390
Cidade: SP de São Bernardo do Campo
Valor Aprovado R$: R$ 933.052,80
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Projeto de oficinas de Música, Canto e Instrumentos, que atenda as comunidades carentes, onde as condições financeiras não propiciam formação nesta área. O intuito é agregar cultura e conhecimento na formação do participante.

136997 - 2ª Edição do Circuito Cultural Vivace e Espaço Cultural Souza Lima
Vivace Escola de Música ltda.
CNPJ/CPF: 07.956.603/0001-00
Processo: 01400018299201331
Cidade: MG de Araxá
Valor Aprovado R$: R$ 112.573,62
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Segunda edição do Circuito Cultural Vivace e Souza Lima, dando continuidade a promoção, a valorização e a acessibilidade à música erudita e instrumental nos seus inúmeros gêneros e estilos, através de oficinas , 01 apresentação gratuita , contemplando público heterogêneo e faixa etária diversificada que são amantes, estudantes e profissionais da arte musical.

136432 - CD e Turnê com a obra de Antônio Meneghetti
Associação OntoArte
CNPJ/CPF: 07.057.710/0001-05
Processo: 01400017675201371
Cidade: RS de São João do Polêsine
Valor Aprovado R$: R$ 625.535,90
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Turnê composta de seis concertos nas cidades de Porto Alegre, Recanto Maestro (distrito de São João do Polêsine - RS), Florianópolis, Curitiba, São Paulo e Brasília. A orquestra, especialmente formada para esse projeto, executará seis composições de Antonio Meneghetti orquestradas por Vagner Cunha. O mesmo repertório será gravado em CD e DVD com a fabricação de 1.000,00 cópias de cada.

136390 - 2ª Edição Espaço Cidadão Musical
INSTITUTO CONSER S/S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.805.716/0001-80
Processo: 01400017630201304
Cidade: PR de Curitiba
Valor Aprovado R$: R$ 1.443.254,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: A proposta atual tem como escopo realizar a manutenção e ampliação do Projeto Espaço Cidadão Musical (ECM). O referido projeto, teve sua primeira edição implementada em 2012 com o apoio da Lei Rouanet. Este projeto é uma medida de democratização do acesso à arte e cultura por meio da oferta de cursos gratuitos de instrumentos musicais, canto coral, atividades de musicoterapia e dança à comunidade atendida pelo Centro de Assistência Social Divina Misericórdia (CASDM): crianças, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social. O projeto prevê ainda, além dos cursos gratuitos de instrumentos musicais, a capacitação continuada dos instrutores de música, a formação profissional de jovens para o setor cultural e a produção de 3 concertos musicais com os alunos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

136397 - BANDA DE PERCUSSÃO BATUQUEIRA DE BARRO ALTO
ASSOCIACAO DOS PARCEIROS DA ARTE CULTURAL DE BARRO ALTO
CNPJ/CPF: 07.954.269/0001-56
Processo: 01400017637201318
Cidade: GO de Barro Alto
Valor Aprovado R$: R$ 723.980,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: A APAC vem por meio deste dar continuidade ao projeto Banda de percussão Batuqueira de Barro Alto", o qual irá trabalhar com 120 alunos com idade de 07 a 18 anos, de Barro Alto e do Distrito de Souzalândia. Trabalharemos por meio da inserção musical, principalmente na prática de instrumentos de percussão, corda tais como violão e viola, teclado e dança. além das oficinas educacionais e de formação , citadas na proposta pedagógica para professores e bolsa aprendiz.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
129719 - Exposição Fotográfica De Peito Aberto
FUNDO INFINITO TEXTO E IMAGEM LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.724.954/0001-96
Processo: 01400031087201269
Cidade: SP de São Paulo
Valor Aprovado R$: R$ 722.105,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Apresentar a Exposição Fotográfica "De Peito Aberto, a auto estima da mulher com câncer de mama" acompanhada de palestras interativas, em 8 capitais e grandes cidades do Norte, Nordeste e Centro Oeste do país, ampliando o público atingido pelas mostras e contribuindo para incluir estas áreas no mapa cultural brasileiro. Mudar aspectos culturais arraigados, quebrar paradigmas, democratizar o controle sobre o conhecimento e a saúde da população, principalmente as camadas menos favorecidas em tudo.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
129249 - Memória infantil: Restauração e conservação da Coleção Alexina Magalhães Pinto
ASSOCIACAO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA PUBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA - SABE
CNPJ/CPF: 00.896.229/0001-56
Processo: 01400030475201222
Cidade: MG de Belo Horizonte
Valor Aprovado R$: R$ 324.889,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Restauração do acervo da Coleção Infanto-Juvenil "Alexina Magalhães Pinto", da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Este acervo é composto de 3000 livros infantis publicados entre final do séc. XIX e início do séc. XX. Este projeto é necessário à preservação da memória da educação em Minas Gerais e no Brasil pois possibilitará o resgate da cultura educacional, dos fazeres e aprendizados de outras épocas.
133379 - Restauro do Órgão de Tubos na Igreja no Município de Uberlândia - 2a. Etapa
Capelania de Educação e Cultura N.S. Rosário e São Benedito
CNPJ/CPF: 17.786.872/0044-60
Processo: 01400011453201344
Cidade: MG de Uberlândia
Valor Aprovado R$: R$ 352.888,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Concluir o serviço de restauração do órgão de tubos, instalado na Catedral de Santa Terezinha, na cidade de Uberlândia-MG. Os serviços a serem executados são: confecção de um novo console, troca do couro do fole, construção de 02 novos someiros com acréscimo de 524 tubos, construção de nova caixa do móvel; reforma da parte elétrica e fônica, montagem, afinação e harmonização.
135564 - FESTIVAL CONEXÃO ÁFRICA
CONEXAO AFRICA PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 00.979.700/0001-70
Processo: 01400016779201368
Cidade: RJ de Rio de Janeiro
Valor Aprovado R$: R$ 508.830,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Mostra multimídia: música, dança, poesia, literatura,moda, artesanato e artes visuais. A cada edição, serão 6, um painel representativo da riqueza e criatividade do continente africano. O projeto contempla três vertentes de promoção e difusão da cultura afro: festival com apresentações diversas de artistas africanos e afro-brasileiros, bimestralmente 6 (seis) apresentações no Centro Cultural do Cordão do Bola Preta; laboratório de Radio Experimental Educativo Comunitário; e blog Conexão África.
134716 - Livro Foco no Ambiente
Forma Cultural
CNPJ/CPF: 11.296.595/0001-90
Processo: 01400015819201354
Cidade: SP de Campinas
Valor Aprovado R$: R$ 136.229,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Produzir o Livro Foco no Ambiente sob o ponto de vista educativo, cultural e ambiental de jovens estudantes da rede pública de ensino assistidos pela Instituição CosC de Tatuí-SP, por meio da realização de atividades artísticas nas áreas de artes plásticas e artesanato, através da arte da leitura, de modo a apresentar-se como uma proposta eficiente de trabalhar e disseminar a consciência ambiental, associando arte, reciclagem e educação, com distribuição gratuita de 3 mil exemplares
133020 - CULTURA, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA - FUNDAÇÃO REDE AMAZÔNICA
Fundação Rede Amazônica
CNPJ/CPF: 05.554.944/0001-24
Processo: 01400010352201356
Cidade: AM de Manaus
Valor Aprovado R$: R$ 82.855,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Objetivo deste projeto é produzir 1.000 exemplares do livro Cultura, Sociedade e Desenvolvimento - Fundação Rede Amazônica, obra que retratará vários aspectos históricos das atividades culturais, sociais, educacionais e científicas que durante as três últimas décadas, tem colaborado para a formação profissional e intelectual do homem da Amazônia.
135414 - Material didático bilíngue LIBRAS/Português: Introdução a História da Linguagem da Máscara Teatral no Ocidente
Grupo Teatral Moitará
CNPJ/CPF: 00.508.165/0001-79
Processo: 01400016611201352
Cidade: RJ de Rio de Janeiro
Valor Aprovado R$: R$ 334.378,00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: O Projeto irá produzir 1000 apostilas. Cada página terá inserido o recurso QR-Code, permitindo o acesso à tradução em LIBRAS do seu conteúdo, e para cada módulo, será produzido um DVD em LIBRAS. Serão realizadas 4 oficinas gratuitas, ministradas pelos atores Surdos do Ponto de Cultura PALAVRAS VISÍVEIS para a comunidade surda. Serão distribuídas 200 apostilas gratuitamente para: Associação de Surdos do Brasil, Escolas e Universidades de Teatro do RJ e para os alunos que participar das oficinas.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
134158 - Encontro de Orquestras e Grupos de Dança na 26º Oktoberfest de Rolândia
NOME DO PROPONENTE: J.P.S. CONSULTORIA E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 03.273.373/0001-24
Processo: 01400014976201342
Cidade: PR de Curitiba
Valor Aprovado R$: 387460.00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: O Encontro de Orquestras na 26ª Oktoberfest de Rolândia será realizado entre os dias 11 e 20 de outubro de 2013. Durante 10 dias, estão programadas 16 apresentações das orquestras de musica instrumental e 12 apresentações de grupos de dança em 02 palcos armados no complexo denominado "Vila Germânica". A estrutura contará com elementos cenográficos da imigração alemã no Paraná e restaurante com comidas típicas. A previsão de público é de 30.000 pessoas.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
135549 - CD EM DÓ, SEI LÁ COM TURNÊ
NOME DO PROPONENTE: Spaço das Artes Souza Lima Ltda- Me
CNPJ/CPF: 15.139.877/0001-35
Processo: 01400016764201308
Cidade: SP de Espírito Santo do Pinhal
Valor Aprovado R$: 198331.00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Um projeto que propõe a realização do 1º CD Solo do Cantor e Compositor Allê Trajan que vem se destacando no novo cenário musical da MPB de São Paulo e no que há de melhor na musica brasileira.O CD terá 10 faixas de autoria próprias e 3 musicas serão disponibilizadas gratuitamente através de site do cantor a ser construído. O projeto propõe uma pequena turnê de lançamento do CD por São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre a preços acessíveis,levando emoção (1 apresentação em cada cidade).
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
134279 - SAMBA TRADIÇÃO
NOME DO PROPONENTE: RECORD PROMOCAO DE EVENTOS E ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 04.552.791/0001-13
Processo: 01400015257201349
Cidade: SP de São Paulo
Valor Aprovado R$: 2604572.00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Realizar shows com bandas de samba, em (6) seis cidades - Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Cuiabá e Manaus - com ingressos a preços populares e ingressos cedidos a estudantes de escolas públicas e associações de comunidades carentes.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
133650 - FESTIVAL CULTURAL 65 ANOS UBES
NOME DO PROPONENTE: MAYANDERSON DE JESUS ARAUJO LAGE 11796636754 - ME
CNPJ/CPF: 13.467.128/0001-01
Processo: 01400011930201371
Cidade: SP de São Paulo
Valor Aprovado R$: 912065.00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: No ano de 2013, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas completará 65 anos de luta junto aos estudantes e a sociedade brasileira. Nada mais justo que relembremos a história e a importância de todas as bandeiras de luta posta por esta entidade, em um grande festival cultural, que apresentará para 50.00(cinquenta mil) estudantes secundaristas uma miscelânea cultural com diversas expressões de arte.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
133166 - TURISMO CULTURAL SEM LIMITES - Guia para Pessoas com Deficiência
NOME DO PROPONENTE: MUDA : SOBRAL - IMAGENS,TEXTOS E PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.987.470/0001-30
Processo: 01400010561201308
Cidade: SP de São Paulo
Valor Aprovado R$: 627814.00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Guia de Turismo Cultural para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bilingue, abrangendo as 12 cidades sede da Copa do Mundo, com pontos culturais, passeios, hoteis e restaurantes com acessibilidade. Conteúdo grátis em site com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Tecnologia para mobile (acessível por smartphones/tablets). Também 3 mil exs. impressos, comercializados.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
134854 - Vidança + Leitura
NOME DO PROPONENTE: Associação VIDANÇA Cia de Dança do Ceará
CNPJ/CPF: 00.620.970/0001-90
Processo: 01400015969201368
Cidade: CE de Fortaleza
Valor Aprovado R$: 154620.00
Prazo de Captação: 26/09/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Desenvolvido pela Associação Vidança Cia. de Dança do Ceará, o projeto Vidança + Leitura pretende oportunizar a crianças e adolescentes um conjunto de ações inclusiva no universo do livro, da leitura e da literatura, através de uma série de atividades que envolvem cortejo literários, contaçao de histórias, leituras dramáticas e produção literária e relação do universo das histórias e narrativas.

PORTARIA Nº 512, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1º - Aprovar a alteração da razão social do projeto abaixo relacionado:
PRONAC:11 4930- "Os Banquetes do Imperador", portaria de aprovação n.º 731/11 de 14 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.U em 15 de dezembro de 2011.
Onde se lê: Editora Boccato Ltda - EPP
Leia-se: Editora Cooklovers Ltda - EPP
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS

PORTARIA CENIPA Nº 57-T/SAE, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013

Matricular profissionais no Curso de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Controle do Espaço Aéreo (CPAA-CEA).

O CHEFE DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do Art. 3º do Decreto 87.249, de 7 de junho de 1982, resolve:
Art. 1º Matricular os profissionais, abaixo relacionados, no Curso de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Controle do Espaço Aéreo (CPAA-CEA), ministrado em sua primeira fase, na modalidade a distância, no período de 16 SET a 04 OUT 2013, e a segunda fase, presencial, no CENIPA, no período de 28 OUT a 01 NOV 2013:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PT/GRD	ESPEC.	NOME	OM/INSTITUIÇÃO
CP	CTA	RICARDO XAVIER GOMES	CINDACTA IV
CP	CTA	WILTON ROMEIRO FREIRE	3º/1º GCC
1T	CTA	FRANCISCO ALVES ARAÚJO	DTCEA-SV
1T	CTA	JOSÉ CLOVIS MEDEIROS DA SILVA	DTCEA-RF
1T	CTA	UBIRAJARA FURTADO BRAGA	5°/1° GCC
2T	CTA	ADEMILSON ALVES DE LUNA JUNIOR	CINDACTA IV
2T	CTA	CARLOS AUGUSTO PACHECO FERREIRA	COI/CINDACTAIII
2T	CTA	IVAN ROMÃO DE MORAES	CINDACTA I
2T	CTA	JORGE LUIZ DA SILVA LOPES	CINDACTA I
2T	CTA	JOSÉ MARCOS DE OLIVEIRA	DTCEA-FZ
2T	CTA	MARCIO DA SILVEIRA MARQUES	CINDACTA IV
2T	CTA	MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA	CINDACTA IV
2T	BCT	MARIO FERREIRA FERRAZ	DTCEA-SP
2T	CTA	WILLIAM CORDEIRO BREDERODE	1º GCC
SO	BCT	ADENÍLSON FERREIRA DE SOUZA	CINDACTA I
SO	BCT	MAURICIO LOPES BUENO	DTCEA-SP
SO	BCT	OTACILIO BATISTA DE LUCENA	SIPACEA
SO	AV-CV	WAGNER COUTO DA SILVA	BAENSPA-MB
1S	BCT	ANDERSO MESSIAS PALMEIRA	DTCEA-SP
1S	BCT	ANTONIO CARLOS DA SILVA	DTCEA-SP
1S	BCT	ANTONIO SOARES COUTINHO	DTCEA-PV
1S	BCT	GLÁUCIO DOS ANJOS CHAGAS	CINDACTA I
1S	BCT	JOÃO RICARDO CORDOVIL DE SOUSA	CINDACTA I
2S	BCT	ALESSANDRO MENDONÇA	CINDACTA I
2S	BCT	ARIELA PEREIRA DE SOUZA	DTCEA-SP
2S	BCT	CARLOS EDUARDO PIMENTA BUENO	DTCEA-SP
2S	BCT	FERNANDA DE ANDRADE SILVA	DTCEA-SV
2S	BCT	FRANK WIRLEY FARIAS CAMPOS	DTCEA-FZ
2S	BCO	JOSÉ FERNANDO AMARAL PINTO	DTCEA-GM
2S	BCT	JUDSON VINÍCIUS GUIMARÃES SOARES	CINDACTA I
2S	BCT	MARCELO DA COSTA SILVA	DTCEA-SV
2S	BCT	MARCELO DA SILVA METLER	CINDACTA I
2S	BCT	RAFAEL NASCIMENTO DA SILVA	COI/CINDACTAIII
2S	BCT	TATIANA RODRIGUES THAUMATURGO DE LIMA	CINDACTA I
3S	BCT	ALESSANDRA BROCHADO DE OLIVEIRA	CINDACTA I
3S	BCT	ALISSON BEZERRA CORDEIRO	COI/CINDACTAIII
3S	BCT	ANDRESSA MIRANDA MOLINA DE CASTRO	DTCEA-SP
3S	BCT	BRUNO CÉSAR DE CASTRO SOARES	CINDACTA IV
3S	BCT	CAROLINA VEIGA DO NASCIMENTO	CINDACTA I
3S	BCT	CLÁUDIA SBRAGIA MAZZO	DTCEA-SP
3S	BCT	EDUARDO HENRIQUE VERISSIMO DOS SANTOS	DTCEA-MN
3S	BCT	FABIANY CRISTINY ALVES DA SILVA	DTCEA-SP
3S	BCT	GABRIELA NOGUEIRA DA SILVA	DTCEA-SP
3S	BCT	JAMILLE DA SILVA MONTEIRO	CINDACTA I
3S	BCT	JULIANA LIMA ZERBONE	CINDACTA I
3S	BCT	LANNA ALLY MIRANDA BARROS	CINDACTA IV
3S	BCT	LEANDRO DOS SANTOS DE ABREU	CINDACTA I
3S	BCT	LEONARDO BRASILEIRO DIAS	CINDACTA IV
3S	BCT	LIVIA DOD SANTOS HERINGER	DTCEA-SP
3S	BCT	MARCOS VINICIOS ABITBOL DA CRUZ	CINDACTA I
3S	BCT	MICHAEL BARBOSA PEREIRA	CINDACTA I
3S	BCT	MICHELE MARA DE SÁ DOS SANTOS ARAÚJO FERREIRA	CINDACTA I
3S	BCT	RALF COSTA DA SILVA	DTCEA-SP
3S	BCT	RAYANE CRISTINA DE SOUZA SILVA	CINDACTA I
3S	BCT	RENATTA VIEIRA DOS SANTOS SANTANA	CINDACTA I
3S	BCT	TAINARA PEREIRA COSTA	CINDACTA I
3S	BCT	VITOR PIN HATUM	DTCEA-EG
CP		ALFREDO CAUANDI	FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS
CB PRIMEIRO		CARLOS ANDRES VACCAREZZA	FORÇA AÉREA ARGENTINA
CV		ALINE DALGISA MOTA DOS SANTOS	INFRAERO
CV		ANDRÉ LUÍS NUNES	INFRAERO
CV		BÁRBARA SBRUZZI MARTIGNONI	INFRAERO
CV		BRITES NAZARÉ MONTEIRO BASTOS	INFRAERO
CV		CRISTINA VOLTAS CARRERA FOGACIA	INFRAERO
CV		DJALMA RESENDE JÚNIOR	INFRAERO
CV		LEANDRO DA COSTA MONTEIRO	INFRAERO
CV		LUCIO HENRIQUE DAOU ROBALINHO DE AZEVEDO	INFRAERO
CV		MARA DANIELLE GARCIA FREIRE	INFRAERO
CV		MÁRCIO MARANGON VIEGAS	INFRAERO
CV		MILENO SANTINHO	INFRAERO
CV		NAMOR DE SÁ E SILVA	INFRAERO
CV		ODAIR JOSÉ REGO GENTIL	INFRAERO
CV		PATRICIA PINTO DO NASCIMENTO	INFRAERO
CV		RENATO ROMANINI ALCHAAR	INFRAERO
CV		RONALDO COSTA DO NASCIMENTO	INFRAERO
CV		SIMONE SIMON	INFRAERO
CV		THEREZA CHRISTINA GAMA P. FREIRE	INFRAERO
CV		TIAGO FRANCISCO DE ARAÚJO PEIXOTO	INFRAERO
CV		ULISSES DIAS DE LIMA ARÊAS	INFRAERO
CV		WALCIRA MARIA DO CARMO BARRETO	INFRAERO

Art. 2º Esta Portaria tem seu prazo de vigência a partir da data de sua publicação.

Brig Ar LUÍS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO

PORTARIA CENIPA Nº 58-T/SAE, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

Matricular profissionais no Curso de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CPAA 2013.

O CHEFE DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do Art. 3º do Decreto 87.249, de 7 de junho de 1982, resolve:

Art. 1 Matricular os profissionais, abaixo relacionados, no Curso de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CPAA 2013, ministrado pelo CENIPA, com duração de 10 dias letivos.

POSTO	NOME	ORGANIZAÇÃO
Cel Art	MILTON JOSÉ DE MELLO	COTER - EB
Ten Cel Av	ALEXANDRE LIMA PRADO	ASOCEA
Maj Av	ALESSANDRO DA COSTA BORGES	COMGAR
Maj Art	ÁLVARO DE PAIVA JUNIOR	2º BAVEX - EB
CC	BRUNO TADEU VILLELA	MB - SIPAAERM
Maj Av	ELTON DAVID FRANÇA	FAE V
CC	FABIO BERNARDO NUNES	MB
Maj	NELSON ALEXANDRE DA ROCHA QUEIROZ	PM-MG
CC	VITOR PAZ LEÃO MAIA	MB - BAENSPA
Cap Av	ALEXANDRE CANTALUPPI SILVESTRI DE FREITAS	IPEV
Cap	ALEXANDRE LAMOUR VIANA	PM-PR
Cap Av	ANTÔNIO AUGUSTO SILVA RAMALHO	1º GDA
Cap Av	ANTONIO GERALDO SILVA COTTA	1º/11 GAV
Cap Av	DANIEL BARBOSA AMANCIO	SERIPA 7
Cap Av	DOMENICO MERRICHELLI II	BAAN
Cap Inf	EDUARDO JORGE JERONYMO	EB
Cap Av	FABIANO PINHEIRO DA ROSA	GTE
CT	HUDSON RICARDO PINHEIRO DOS SANTOS	MB
Cap Av	ISAÍAS LOPES DOS SANTOS JUNIOR	GTE
Cap Av	IVALDECI HIPÓLITO DE MEDEIROS NETO	GTE
Cap Av	LEONARDO MACHADO GUIMARÃES	GTE
Cap Av	MÁRCIO HENRIQUE TEIXEIRA DE SOUZA	1º/ 11º GAV
Cap Av	MARCO ANTONIO MATOS MEIRELES	1º/10º GAV
Cap Art	MARCO AURÉLIO VASQUES SILVA	EB
Cap Av	MAURO GUILHERME GAZOLA BARROS DA SILVA	2º/6º GAV
Cap Av	PAULO MENDES FRÓES	6º ETA
Cap Av	RAPHAEL VARGAS VILAR	SERIPA 3
Cap Av	RODRIGO NASCIMENTO COUTO	1º GAVCA
Cap Inf	RÔMULO FERNANDO DE OLIVEIRA SANTOS	2º BAVEX - EB
CT	THIAGO LOPES DA SILVA	MB - ESQ- HU -1
1º Ten Av	ALEXANDRE ALLAN DE OLIVEIRA	3º/7º GAV
1º Ten Av	ALFONSO MARIA GARCIA BITTENCOURT FILHO	7º/8º GAV
1º Ten Av	ALYSSON KARDECK FERREIRA LIMA	3º/8ºGAV
1º Ten Av	ANDRE LUIZ SANTOS BARROS	EPCAR
1º Ten Av	BRUNO BELANI RIBEIRO	AFA
1º Ten Av	CAMILA BOLZAN	SERIPA 5
1º Ten Inf	DIEGO DE SOUZA MOURA	1º BAVEX
1º Ten Av	DIEGO SEVERO GUALBERTO	ETA 7
1º Ten	DIOGO LUIZ MENESES DE CARVALHO	PM-SP
1º Ten Av	DOUGLAS ANDRÉ KLEVESTON SOLIMAN	AFA
1º Ten Av	EDUARDO LIMA PAZ	1º/6º GAV
1º Ten Av	FELIPE CALDONCELLI BARRA MELO	AFA
1º Ten Av	FREDERICO DE BRITO MACHADO	7º/8 GAV
1º Ten	GREGÓRIO ERMIDA DE CARVALHO	MB
1º Ten Av	GUILHERME BATISTELLI MAGALHÃES	4º ETA
1º Ten Eng	LARISSA DE CASTRO BARROS	PAMA-AF
1º Ten Av	LEONARDO NEVES CARNEIRO	SERIPA 3
1º Ten Av	RAFAEL AVELINO VIAMONTE	VII COMAR
1º Ten Av	ROBERVAL COSTA DE ARAÚJO FILHO	2º/8º GAV
1º Ten Av	RODOLFO DE MENESES OLIVEIRA	2º/5º GAV
1º Ten Av	RODRIGO DE OLIVEIRA PERDONÁ	1º/16° GAV
1º Ten Av	RODRIGO GONZALEZ MARTINS DE MAGALHÃES	3º ETA
1º Ten	RODRIGO SILVA DE ALMEIDA	MB - 5º ESQD.EMPR GERAL
1º Ten Eng	ROGÉRIO EROTILDE JOSÉ DE ABREU	PAMA-AF
1º Ten Av	THIAGO DE SOUZA JUNQUEIRA	2º/10º GAV
1º Ten Av	THIAGO HAMESTER HUNHOFF	3°/10° GAV
1º Ten Av	VICTOR HUGO DA SILVA LIMA	3º/7º GAV
1º Ten Av	VINICIUS VILANOVA VALE	5°/8º GAV - MARIA
1º Ten Av	VITOR LUIS MARTINS FARIA	3º/3º GAV
1º Ten Av	WALDINEI CARLOS DA CRUZ BARBOSA	AFA
2º Ten Av	AGENOR DE ANDRADE REZENDE LIMA	BAMN
2º Ten Av	LUCAS ALEXANDRE NUNES BRAZ	BAMN
2º Ten Av	RAFAEL RODRIGO MANCIN DE MORAIS	1º/3º GAV
Civil	ADAM GLOE OLIVETTO	AVIANCA
Civil	ALEXANDRE RIBEIRO OBERLAENDER	MARICÁ TÁXI AÉREO
Civil	AUGUSTO LOBATO MENDES JUNIOR	PETROBRÁS
Civil	CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA	ANAC
Civil	EWERTON MONTEIRO DA SILVA	LIDER
Civil	FERNANDO FRANKLIN CORREIA	ANAC
Civil	FREDERICO MOREIRA MACHADO	EMBRAER S.A.
Civil	GUILHERME RODRIGUES OLIVEIRA	TAM LINHAS AÉREAS
Civil	GUILHERME SANTOS DA SILVEIRA	GOL LINHAS AÉREAS
Civil	MARCELO DE OLIVEIRA FEITOSA	AEROCLUBE CEARÁ
Civil	NORBERTO GEMELLE LEAL	PERTROBRAS
Civil	RODRIGO DE AZEVEDO SANTOS	CENIPA
Civil	ULISSES KLEBER DE OLIVEIRA GUIMARÃES	POLÍCIA FEDERAL

Art. 2 Esta Portaria tem seu prazo de vigência a contar da data de sua publicação.

Brig Ar LUÍS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
9º DISTRITO NAVAL
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM MANAUS

PORTARIAN[º] 38, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

O DIRETOR DO CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM MANAUS, no uso de suas atribuições, de acordo com o parágrafo 5° do artigo 43 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, resolve:

Desclassificar do PE-SRP N° 88820/2013/063 a empresa COMFOR COMÉRCIO FORNECIMENTO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.545.090/0001-04, em virtude da empresa não ter fornecido o objeto licitado e, mesmo após ter sido comunicada de sua possível desclassificação não apresentou alegações de defesa prévia cujo prazo se encerrou em 18 de setembro.

Capitão-de-Fragata ALDERNEI MANHÃES DE SOUZA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 284/DPC, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Homologa a Metodologia de Regulação de Preços do Serviço de Praticagem de que trata a Resolução nº 03, de 23 de setembro de 2013, da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, de acordo contido no parágrafo 3º do Art. 5º do Decreto 7.860, de 6 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Homologar a Metodologia de Regulação de Preços do Serviço de Praticagem de que trata a Resolução nº 03, de 23 de setembro de 2013, da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, publicada na seção1, página nº 62 do Diário Oficial da União nº 186 de 25/09/2013.

Parágrafo Único: A Metodologia de que trata o caput será disponibilizada nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.portosdobrasil.gov.br/comissao-nacional-para-assuntos-de-praticagem; e www.dpc.mar.mil.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS

TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013

N° DO PROCESSO: 25927/2011
RECURSO: EMBARGOS INFRINGENTES N° 00015/2013
DATA: 29/05/2013

RECORRENTE/AUTOR: OSVALDO BORGES CARDOSO E YURI MUNIZ NOBRE FORMIGA
ADVOGADO: JOANNA MOREIRA TRINDADE

JUIZ(A) RELATOR(A): FERNANDO ALVES LADEIRAS
JUIZ(A) REVISOR(A): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO

Rio de Janeiro-RJ, 24 de setembro de 2013.
Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 1º DE OUTUBRO DE 2013 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN:

Nº 26.022/2011 - Acidente da navegação envolvendo a barcaça "FILADÉLFIA", ocorrido durante tentativa de desencalhe da barcaça "SMIRNA", no atracadouro localizado no município de Juazeiro, Bahia, em 03 de outubro de 2010.
Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Jair de Souza Lopes (Gerente da barcaça "FILADÉLFIA") - Revel

Nº 27.154/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a escuna "ÁGUA VIVA III" e um passageiro, ocorridos nas proximidades da praia de Dois Rios, Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 2012.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Carlos José Medeiros Borges (Proprietário)
Advogado : Dr. Carlos Alberto Augusto Fernandes (OAB/RJ 64.388)

Nº 24.131/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo o bote/baleeira "II CAETANOS", um de seus passageiros e uma moto aquática, ocorridos no rio Água do Corvo, Diamantina do Norte, Paraná, em 12 de outubro de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Edilberto Navarro Garcia
(Condutor inabilitado da moto aquática) - Revel

Nº 25.136/2010 - Fato da navegação envolvendo o BM "DEUS NOS GUIE" e um tripulante, ocorrido no porto da cidade de Portel, Pará, em 14 de fevereiro de 2008.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Benedito Roberto Evangelista (Tripulante)
Advogada : Drª Maria Joanna Pacheco e Chaves (DPU/RJ)
: Edilson Oliveira (Tripulante)
Advogada : Drª Daniela Correa Jacques Brauner (DPU/RJ)
: Edson Figueiredo Rodrigues (Comandante) - Revel

Nº 26.919/2012 - Acidente da navegação envolvendo o NM "RBD OCEAN OF JOY", de bandeira de Hong Kong, ocorrido nas proximidades da ilha da Laje, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Edson Bezerra da Silva (Prático)
Advogado : Dr. Caio Cesar da Silva Carvalho (OAB/RJ 145.031)
: Omprasad Patnaik (Comandante)
Advogada : Drª Denise Sá de Medeiros (OAB/RJ 165.868)

Em 25 de setembro de 2013.

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 3 DE OUTUBRO DE 2013 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN:

Nº 26.059/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "SÓ ESPORTE" e um passageiro, ocorrido no rio Araguaia-Tocantins, Palmas, Tocantins, em 04 de fevereiro de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Valdison Gomes da Silva (Proprietário/Condutor)
Advogado : Dr. Eduardo Duilio Piragibe (DPU/RJ)

Nº 26.393/2011 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação de apoio marítimo "BOURBON LIBERTY 107", de bandeira cingapuriana, e a plataforma "PETROBRAS 53", ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : José Avelar dos Santos Silva (Responsável pela manobra da embarcação de apoio marítimo) e
: Roberto Cavalcante da Silva Luzes (Comandante da embarcação de apoio marítimo)
Advogada : Drª Maria das Neves Santos da Rocha (OAB/RJ 61.673)

Nº 25.377/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a moto aquática "MARCELINHO" e a LM "AMAZÔNIA V", ocorridos na praia do Condomínio Porto Galo, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 2009.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : José Eduardo Menaged
(Condutor inabilitado da moto aquática "MARCELINHO")
Advogada : Drª Luciana Vilardo de Freitas Figueras (OAB/RJ 127.915)
: Crizogônio Gomes de Almeida
(Proprietário da moto aquática "MARCELINHO") - Revel

Nº 26.826/2012 - Fato da navegação envolvendo a escuna "CIGANA DO MAR", ocorrido nas proximidades da Ponta da Cidade, baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 01 de outubro de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Flávio Pereira dos Santos (Mestre)
Advogado : Dr. Paulo Cesar Silva Cavalcante (OAB/RJ 47.835)
: Marcos Guimarães Pereira (Armador)
Advogado : Dr. Roberto Carlos Ciza da Costa (OAB/RJ 100.122)

Em 25 de setembro de 2013.

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 25.555/10 - "BOA ESPERANÇA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Odenel Leite Moreira (Condutor)
Defensor : Dr. Arcênio Brauner Junior (DPU/RJ)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às Partes para alegações finais."
Prazo : "sucessivos de 10 (dez) dias, incluindo-se a PEM."

Proc. nº 25.694/11 - EM "JANAÚ XI" e outras
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Carlos Antonio Monteiro Serra (Condutor e responsável pela
Canoa)
Despacho : "Ao representado para provas. Prazo de 05 (cinco) dias."

Proc. nº 26.629/12 - NM "RONDÔNIA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Empresa de Navegação A. R. Transporte LTDA (Proprietária)
Advogada: : Dra. Albanei Pereira Rocha (OAB/PA 11.288)
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo: : "10 (dez) dias."

Proc. nº 26.822/12 - EMB "CONTINUE FALANDO I"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : João Marcos de Souza (Condutor e Proprietário)
Advogado: : Dr. Allan Vinicius Almeida Queiroz (OAB/RJ 116.800)
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo: : "10 (dez) dias."

Proc. nº 27.461/12 - NM "GRAND PIONEER"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Sebastian Tanase (Comandante)
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503)
Representado : Ernesto Conti Neto (Prático)
Advogado : Dr. Werner Braun Rizk (OAB/ES 11.018)
Despacho : "Aos representados para provas. Prazo de 05 (cinco) dias."

Proc. nº 25.586/11 - "LOBIVIA"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Oleksandr Kraskovsky (Comandante)
Advogado : Dr. Renato Gradowski de Figueiredo (OAB/PR 32.117)
Despacho : "Ao representado, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 26.197/2011 - NM "COMTE MARCOS" e outra Emb.
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Pedro Marques Aires (Comandante)
Advogado : Dr. Carlos Gonçalves Gomes (OAB/PA 7.798)
Despacho : "Ao representado, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 26.425/11 - "KOTA LAYANG" e outra
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Renato José da Cunha Faria (Prático)
Advogada : Dra. Kadja Brandão Vieira (OAB/RJ 149.983)
Representado : Hans Allesoe Nikolajsen (Imediato)
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142)
Representado : Joseph Quaicoe (Comandante)
Advogado : Dr. Silvio Darci da Silva (OAB/RJ 45.265)
Representado : Peter Hogenhaug (Comandante)
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142)
Despacho : "Aos representados, para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias, contados em dobro."

Proc. nº 26.475/11 - moto aquática "AKY FESTAS I"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Alina Assis de Oliveira (Condutora inabilitada)
Advogado : Vladimir Galdino de Queiroz (OAB/CE 4.116)
Representado : Antônio Jefferson Damasceno Ximenes (Proprietário)- Revel

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Despacho : "Encerro a Instrução. À D. Procuradoria, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 26.983/11 - "GEOCONDA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Jair de Oliveira Prestes (Proprietário/Mestre)- Revel
Despacho : "Declaro a revelia do representado. Notifique-se via A/R (correios). Aberta a Instrução. Às partes para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias, sucessivos à PEM e ao representado."
Proc. nº 27.066/12 - "AIGEORGIS"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Arturo Valdez Hilário Jr. (Comandante)
Advogado : Dr. Bernardo Lucio Mendes Vianna (OAB/RJ 66.683)
Despacho : "Ao representado, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.242/12 - "CITIUS" e outras
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Roberval Mendes (Comandante)
Advogado : Dr. Osíris Cipriano da Costa (OAB/PA 7.731)
Despacho : "Ao representado, para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.623/12 - "CITIUS" e outras
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Joel David Stewart (Comandante)
: Maria Henriette Geenen (Imediato)
Advogado : Dr. Thiago T. de Mello Miller (OAB/SP 154.860)
Despacho : "Aos representados, em provas, para que cumpram o previsto no art. 110, do RIPTM, apresentando o rol de perguntas iniciais às testemunhas, o que não impede a formulação de perguntas suplementares, e para que apresentem o comprovante do pagamento dos respectivos preparos."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.902/12 - "OÁSIS DO PANTANAL"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Romildes Ronaldo Ramão (Condutor)
Advogado : Dr. Arcênio Brauner Jr. (DPU/RJ)
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. PEM para alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Em 25 de setembro de 2013.

Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 484, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 03/2012, publicado no DOU de 17/09/2012.

Unidade: INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
Departamento: DEPTO. DE BIO-FUNÇÃO
Área de Conhecimento: Fisioterapia na Saúde da Mulher: Fisioterapia Aplicada a Ginecologia-Obstetrícia e Dermatofuncional
Vagas:1
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.047158/13-63
Classe Assistente A (Lei 12.772/12, de 28/12/2012)
1º Adriana Saraiva Aragão dos Santos
Área de Conhecimento: Fisioterapia Baseada em Evidências na Saúde do Idoso
Vagas:1
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.047169/13-80
Classe Assistente A (Lei 12.772/12, de 28/12/2012)
1º Daniel Dominguez Ferraz

ANTONIO EDUARDO MOTA PORTELA

PORTARIA Nº 485, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 08/11/2013, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 06/2011, DOU de 28/12/2011, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 346, DOU de 08/11/2012.

ESCOLA DE NUTRIÇÃO
Departamento: DEPTO. DE CIÊNCIAS DOS ALIMENTOS
Área de Conhecimento: ESTUDOS DE ALIMENTOS EM GASTRONOMIA E ESTUDOS E TÈCNICAS GASTRONÔMICAS
Classe: AUXILIAR Regime de Trabalho: 20 Horas

ANTÔNIO EDUARDO MOTA PORTELA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 1.045, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Reitoria e no uso de suas competências, resolve:

1 - Retificar a Portaria de Homologação nº 1024, de 17/09/2013, publicada no DOU de 20/09/2009, seção 1, incluindo no item A.1.1:

Classificação	Candidato	Nota Final
3º	VALDEMIR SAMONETTO	7,88

2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LUIZ REZENDE PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

PORTARIA Nº 936, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante nos Autos do Processo nº 23090.000387/2013-61, resolve:

Art. 1º Rescindir, com respaldo nos artigos 77, 78, incisos I e IV, e 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, o Contrato nº 021/2013, firmado com a empresa BOOZ CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA., por descumprimento de cláusulas contratuais.Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 813, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Tornar público o resultado do Processo Simplificado realizado por esta Universidade, para contratação de docente por tempo determinado, para o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - Campus de Cruz das Almas (BA), regulado pelo Edital Nº22/2013, publicado no D.O.U. nº 167, Seção 3, página 100, de 29 de agosto de 2013.

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas ao Meio Rural
Disciplina: Legislação Ambiental e do Trabalho
1º Lugar: JURANDY ROQUE BOA MORTE DE FREITAS

PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE MATEMÁTICA

PORTARIA Nº 11.242, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A Diretora do Instituto de Matemática do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Walcy Santos, nomeada pela Portaria nº3873, de 08 de outubro de 2010, publicada no D.O.U. nº195 - Seção 2, de 11 de outubro de 2010, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital n° 300, de 10 de setembro de 2013, publicado no D.O.U. n° 176, seção 3, pág. 78, de 11 de setembro de 2013, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Matemática Aplicada
Setor: Cálculo e Álgebra Linear
1º lugar - Ítalo Waddington Cruz
2º lugar - Pedro Ivo Camacho Alves Salvador

WALCY SANTOS

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE MEDICINA

PORTARIA Nº 11.345, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Diretor da Faculdade de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Roberto de Andrade Medronho, nomeado pela Portaria n° 5265 de 03 de agosto de 2011, publicada no DOU n° 152 - Seção 2, de 09 de agosto de 2011, resolve:

Retificar a portaria nº 8682, publicada na página 14 da Seção 1 do D.O.U. nº 151, de 07/08/2013, e na página 32 do BUFRJ nº 33 de 15/08/2013, para que onde se lê "divulgando o nome do candidato aprovado: Departamento de Ginecologia e Obstetrícia - Setor Ginecologia - 1º lugar: Roberta Aguiar Negri Ferreira", leia-se "divulgando os nomes dos candidatos aprovados: Departamento de Ginecologia e Obstetrícia - Setor Ginecologia - 1º lugar: Roberta Aguiar Negri Ferreira e 2º lugar: Juliana da Silva Ormond Braga".

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.442, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, em exercício, da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.041890/2013-95, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Saúde Pública - SPB/CCS, instituído pelo Edital nº 241/DDP/2013, de 15 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 158, Seção 3, de 16/08/2013.

Área/ Subárea de Conhecimento: Enfermagem em Saúde Pública
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
N° de Vagas: 02 (duas)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Mariana Vieira Villarinho	9,36
2º	Sabrina Blasius Faust	9,21
3º	Thayse Aparecida Palhano de Melo	7,13

SALÉZIO SCHMTIZ JUNIOR

PORTARIA Nº 1.443, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, em exercício, da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.043615/2013-14, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Curitibanos - CBS, instituído pelo Edital nº 242/DDP/2013, de 22 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 163, Seção 3, de 23/08/2013.

Área/Subárea de Conhecimento: Ciências Agrárias/Agronomia
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).
NÃO HOUVE CANDIDATOS APROVADOS.

SALÉZIO SCHMTIZ JUNIOR

PORTARIA Nº 1.444, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, em exercício, da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.043963/2013-58 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus de Curitibanos - CBS, instituído pelo Edital nº 242/DDP/2013, de 22 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 163, Seção 3, de 23/08/2013.

Área/Subárea de Conhecimento: Ciências Agrárias/Zootecnia
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Diego Melo de Liz	8,00

SALÉZIO SCHMTIZ JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Fazenda

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 464, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposta na Portaria Interministerial dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda nº 289, de 12 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada aos Superintendentes de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados do Acre, Amapá, Roraima, Rondônia e Rio de Janeiro, no âmbito de suas respectivas jurisdições, a competência para praticar os atos de gestão de recursos humanos relativos aos servidores oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, inclusive os da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar desses ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, observadas as disposições legais e regulamentares, cujo vínculo já tiver sido reconhecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na seguinte forma:

I - quanto ao quadro civil dos extintos Territórios Federais, os atos de:

a) readaptação, reversão e recondução;

b) exoneração a pedido, falecimento, posse em outro cargo inacumulável;

c) emissão de certidões e declarações relativas à vida funcional dos servidores;

d) execução do pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

e) registro e controle dos dados financeiros e cadastrais individuais dos servidores;

f) progressão funcional e avaliação de desempenho;

g) cumprimento de decisão judicial, depois de ouvido o órgão jurídico competente nos respectivos Estados.

h) incorporação de quintos, décimos e vantagem pessoal;

i) fixação de jornada de trabalho;

j) enquadramento, reenquadramento e reposicionamento;

k) concessão de aposentadoria e pensão, bem como a remessa dos processos administrativos relativos a tais atos ao Tribunal de Contas da União - TCU, para registro;

l) concessão de licenças, afastamentos, férias, gratificações, indenizações, demais auxílios e adicionais, incluindo-se, neste último caso, aqueles relativos à insalubridade, periculosidade, noturno e atividades penosas;

m) registros funcionais e averbação de tempo de serviço e de contribuição;

n) recadastramento de aposentados e beneficiários de pensão, na forma da legislação vigente; e

o) edição mensal do Boletim de Pessoal, com os atos relacionados neste artigo, que deverá ser encaminhado à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEGEP/MP e ao Estado ao qual os servidores estão cedidos, até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

II - quanto ao quadro militar de responsabilidade da União e à disposição dos Estados do Amapá, Roraima e Rondônia, os atos de:

a) pagamento de soldo, adicionais, gratificações, auxílios, ajuda de custo, diárias, passagens, transporte, bem como dos proventos de inatividade e de pensões militares, observadas as disposições da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 e demais legislações federais que tratem de direitos pecuniários devidos aos militares dos extintos Territórios Federais e do antigo Distrito Federal;

b) cumprimento de decisão judicial, depois de ouvido o órgão jurídico competente nos respectivos Estados;

c) concessão de passagem aérea para tratamento de saúde, conforme previsto no inciso III do § 1º do art. 32 da Lei nº 10.486, de 2002;

d) autorização prévia de pagamento de despesas originadas de participação dos militares em cursos obrigatórios para o desenvolvimento na carreira militar;

e) recadastramento de aposentados e beneficiários de pensão, na forma da legislação vigente; e

f) a publicação no Diário Oficial da União dos atos de transferência para a reserva e/ou reforma remunerada e de concessão de pensão militar, realizados pelo Comando-Geral da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar dos respectivos Estados, bem como a remessa dos processos administrativos relativos a tais atos ao Tribunal de Contas da União - TCU, para apreciação.

§ 1º Aplica-se, no que couber, o disposto no inciso II do caput deste artigo aos inativos e pensionistas do antigo Distrito Federal.

§ 2º Compete ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, observado o disposto no art. 1º , IV, do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, a reintegração dos servidores de que trata esta Portaria quando decorrente de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 2º Fica subdelegada ao Subsecretário Adjunto de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda a competência para redistribuição, nos casos previstos na Portaria Interministerial dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda nº 289, de 2013, dos cargos ocupados pelos servidores de que trata esta Portaria para órgãos da Administração Pública Federal e de extinção da respectiva vaga quando de sua vacância, nos termos do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, dos arts. 14, § 2º, e 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, e das Leis nºs 3.752, de 14 de abril de 1960, e 4.070, de 15 de junho de 1962;

Art. 3º Fica subdelegada ao Subsecretário Adjunto de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda a competência para autorizar a cessão dos servidores civis oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia.

Art. 4º Fica subdelegada ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda a competência para autorizar os pagamentos das ações judiciais em sistema específico, observadas as orientações do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

Art. 5º O pagamento de exercícios anteriores aos servidores oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, inclusive os da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar desses ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, deverá ser realizado observando-se as disposições constantes da Portaria Conjunta nº 2, de 30 de novembro de 2012, da Secretaria de Gestão Pública e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º Para efeitos de instrução, análise, autorização e desbloqueio sistêmico de pagamentos decorrentes de processos administrativos de exercícios anteriores relativos aos servidores de que trata esta Portaria, ficam os Superintendentes de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados do Amapá, Acre, Rio de Janeiro, Rondônia e Roraima equiparados aos dirigentes de recursos humanos.

§ 2º O desbloqueio sistêmico deverá observar o limite estabelecido no parágrafo único do art. 5º da Portaria Conjunta SEGEP/SOF nº 2, de 2012.

Art. 6º Fica subdelegada aos Superintendentes de Administração do Ministério da Fazenda a competência para instruir, analisar e decidir a respeito de processos administrativos que versem sobre direitos e deveres dos servidores públicos de que trata esta Portaria, bem como dos respectivos beneficiários previdenciários, desde que haja orientação do órgão central do SIPEC sobre a matéria.

Art. 7º Ficam convalidados os atos de gestão de recursos humanos relativos aos servidores de que trata esta Portaria praticados pelo Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e pelos Superintendentes de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados do Acre, Amapá, Rio de Janeiro, Rondônia e Roraima, desde 20 de janeiro de 2012 até a data de publicação desta Portaria.

Art. 8º A subdelegação objeto desta Portaria vigorará até o dia 31 de dezembro de 2014, em atenção ao disposto no art. 9º da Portaria Interministerial dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda nº 289, de 2013.

Parágrafo único. Atingido o termo fixado no caput, os atos de gestão de recursos humanos discriminados no art. 1º desta Portaria passarão a ser executados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Portaria SPOA nº 986, de 11 de novembro de 2009.

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA

BANCO DO BRASIL S/A
BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2013

I. DATA, HORA E LOCAL: Em 1º de agosto de 2013, às 10 horas e trinta minutos, na Sede Social da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., CNPJ 31.591.399/0001-56; NIRE: 5.330.000.477-3, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF). II. MESA: Presidente: Alexandre Corrêa Abreu Secretário: Luiz Cláudio Ligabue III. PRESENÇA: BANCO DO BRASIL S.A., único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente Paulo Roberto Lopes Ricci. IV. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. V. ORDEM DO DIA: Eleição do representante da União indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda para o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da empresa, em virtude da renúncia apresentada pelo Sr. Humberto Barreto Alencar em 02.07.2013. VI. DELIBERAÇÃO: Foi eleito para o cargo a Sra. Priscilla Grecov, a seguir qualificada, para completar o mandato 2013/2014, esclarecido que a eleita atende às exigências legais e estatutárias: Titular: PRISCILLA GRECOV, brasileira, solteira, economista, inscrita no CPF sob o nº 658.457.731-72, portadora da Carteira de Identidade nº 3.158.524 expedida em 10.01.2012 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 5º andar - Ministério da Fazenda - Brasília (DF). VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.), Alexandre Corrêa Abreu, Diretor-Presidente da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., Presidente da Assembléia, e Paulo Roberto Lopes Ricci, Representante do Banco do Brasil S.A. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA TRANSCRITA DO LIVRO 08, FOLHA 33. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 29.08.2013 sob o número 20130767956 - Mônica Amorim Meira - Secretária-Geral.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 78.373, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Estabelece o quantitativo de vagas a serem preenchidas mediante reversão de aposentadorias de servidores desta Autarquia, no exercício de 2013.

O Presidente do Banco Central do Brasil, substituto, no uso das atribuições conferidas pelo art. 4º, inciso I, do Decreto nº 3.644, de 30 de outubro de 2000, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Portaria nº 43.458, de 5 de março de 2008, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo de 10 (dez) e de 6 (seis) vagas, respectivamente, para os cargos de analista e de técnico do Banco Central do Brasil, a serem preenchidas no exercício de 2013, na modalidade de reversão de aposentadoria, a pedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ EDSON FELTRIM

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nª 630, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Divulga relação dos municípios e regiões metropolitanas para efeito de enquadramento na tabela de desconto do FGTS e na utilização dos recursos da conta vinculada do FGTS na Moradia Própria.

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II, da Lei no 8.036, de 11.05.90, e o artigo 67, inciso II, do Anexo ao Decreto nº 99.684, de 08.11.90, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13.06.95, e em cumprimento às disposições das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 702, de 04.10.12, suas alterações e aditamentos, da Instrução Normativa do MCIDADES nº 30, de 15.10.12, 33 e 35, de 23.10.12, 47 e 48, de 27.11.12, resolve:

1Divulgar a relação dos municípios para fins de enquadramento nas condições de concessão de desconto, conforme previsto na Resolução do CCFGTS nº 702/12, suas alterações e aditamentos, com os limites máximos de valor de imóvel e renda, a serem observados na concessão dos financiamentos, bem como as regiões metropolitanas a serem observadas pelos agentes financeiros na utilização dos recursos da conta vinculada do FGTS na Moradia Própria.

1.1A relação dos municípios de que trata esta Circular deverá ser utilizada pelos agentes financeiros, para efeito de enquadramento na tabela de desconto do FGTS e limite do valor do imóvel e da renda do proponente, devendo ser observados os limites específicos de cada modalidade de financiamento.

1.2 Os dados populacionais de cada município relacionados no anexo desta Circular estão em conformidade com a mais recente estimativa de população disponível no sítio eletrônico do IBGE, com data de referência de 01.07.2013.

1.3 Para efeito de enquadramento das regiões metropolitanas na utilização dos recursos da Conta Vinculada do FGTS na Moradia Própria, os agentes financeiros devem observar a coluna "Moradia Própria" do Anexo desta Circular.

1.4 A referida relação está disponível ao público interessado no sítio da CAIXA, na internet no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br, opção download, item Circulares CAIXA e FGTS.

2 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

3Esta Circular entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando a Circular Caixa nº 625, de 04.06.2013.

Circular nº 631 de 24 de Setembro de 2013.

Altera Manuais Operacionais do Agente Operador do FGTS.

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7o, inciso II da Lei nº 8.036, de 11.05.90, artigo 67, inciso II do Decreto nº 99.684, de 08.11.90, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 23.06.95, e em cumprimento às disposições da Instrução Normativa do MCIDADES nº 23, de 30.08.2013, resolve:

1Incluir, alterar e revogar subitens no Capítulo III e Capítulo IV do Manual de Fomento - Pró-Transporte, Capítulo II e Capítulo V do Manual de Fomento - Saneamento Para Todos e Capítulo II e Capítulo IV do Manual de Fomento - Pró-Moradia, divulgados por intermédio da Circular CAIXA nº 627, de 09.07.2013 - Publicada no Diário Oficial da União, de 11.07.2013.

1.1Incluir subitem 9.2.4.6 do Capítulo III do Manual de Fomento - Pró-Transporte, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.2.4.6 - O disposto neste subitem não se aplica às operações contratadas até 04.11.2012."

1.2Alterar os subitens 8.4.5 e 8.4.6 do Capítulo IV do Manual de Fomento - Pró-Transporte, os subitens 2.10.1 do Capítulo II, 7.4.6 e 7.4.7 do Capítulo V do Manual de Fomento - Saneamento Para Todos e os subitens 12.3.1.1 do Capítulo III, 7.4.6 e 7.4.7 do Capítulo IV do Manual de Fomento - Pró-Moradia, que passam a vigorar com a seguinte redação:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"2.10.1 e 12.3.1.1 - Diferencial de Juros nas fases de carência e amortização, de até 2% (dois por cento) ao ano, pagos mensalmente junto com os juros contratuais, incidente sobre o saldo devedor da operação de crédito.

8.4.5 e 7.4.6 - Constatados desembolsos e/ou pagamentos indevidos, estas incorreções são eliminadas pelo Agente Financeiro mediante cobrança do valor creditado de forma indevida ou, dedução na(s) primeira(s) liberação(es) efetivada(s), em valor equivalente ao montante desembolsado de forma irregular, com informação ao Agente Operador.

8.4.6 - O valor original liberado a maior de que trata o subitem 8.4.5 anterior é objeto de recomposição no saldo credor a ser liberado, com data presente.

7.4.7 - O valor original liberado a maior de que trata o subitem 7.4.6 anterior é objeto de recomposição no saldo credor a ser liberado, com data presente.

8.4.6.1 e 7.4.7.1 - Caso o contrato não tenha mais parcelas a liberar em função da conclusão do empreendimento e o Tomador não tenha interesse na utilização do saldo residual, o valor liberado a maior deve ser utilizado para amortização do saldo devedor do contrato firmado entre o Agente Financeiro e o Agente Operador, com data presente."

1.3Revogar a alínea "g" do subitem 6.1 do Capítulo III do Manual de Fomento - Pró-Transporte, alínea "i" do subitem 12.1.1 do Capítulo III do Manual de Fomento - Pró-Moradia e alínea "h" do subitem 2.2.1 do Capítulo II do Manual de Fomento - Saneamento Para Todos.

2Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

3Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de setembro de 2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2013/6224
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de Michael Lenn Ceitlin, Marcelo Fagondes de Freitas e Julio Cesar Camara por descumprimento do art. 176 c/c 177, §3º da Lei 6404/76.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogado
Michael Lenn Ceitlin	Dr. Marcus de Freitas Henriques OAB/RJ nº 95.317
Julio Cesar Camara	Dr. Marcus de Freitas Henriques OAB/RJ nº 95.317
Marcelo Fagondes de Freitas	Dr. Marcus de Freitas Henriques OAB/RJ nº 95.317

Trata-se de pedido de prorrogação adicional de prazo para apresentação de defesa formulado por MICHAEL LENN CEITLIN, MARCELO FAGONDES DE FREITAS e JULIO CESAR CAMARA nos autos do PAS CVM nº RJ2013/6224.

Determino a prorrogação, e fixo o novo prazo para apresentação de defesas em 18/10/2013 para todos os acusados do processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
3ª CÂMARA
1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF - SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, ED. ALVORADA, PLENÁRIO 502, BRASILIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 8 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LEONARDO MENDONCA MARQUES

01 - Processo nº: 10120.011840/2007-70 - Recorrente: HOLY TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

02 - Processo nº: 10510.001802/2005-53 - Recorrente: CHEKEM CHECK UP ELETRÔNICO EM MOTORES LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

03 - Processo nº: 10830.007570/2004-43 - Recorrente: DEMARCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

04 - Processo nº: 10830.900835/2006-46 - Recorrente: KITSUTA INFOEXPERTS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANA DE BARROS FERNANDES

05 - Processo nº: 10480.722515/2009-17 - Recorrente: FUNCHAL DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

06 - Processo nº: 10480.722519/2009-97 - Recorrente: CLAJUHERGUS DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

07 - Processo nº: 10380.726187/2010-81 - Recorrente: INTERMELON COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10380.726254/2012-20 - Recorrente: ALVORADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

09 - Processo nº: 12898.000502/2010-42 - Embargante: INFOGLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

10 - Processo nº: 10835.001148/2011-63 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13837.720186/2012-78 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11065.000211/2008-70 - Recorrente: ARTECOLA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10240.000155/2008-32 - Recorrente: ROVER DISTRIBUIDORA IMP E EXP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10735.901713/2010-31 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10735.900735/2010-84 - Recorrente: IULIANELLO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10735.901025/2008-57 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PNEUS MIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10215.720162/2008-61 - Recorrentes: MADEPAULA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. - ME; ADELAR JACO NOVAWISKI; SADY DE BRITO; RUBENS ZÍLIO; ROSECLER FACCIN E MOISÉS MARCOS FACCIN (Responsáveis Solidários) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10945.001540/2008-60 - Recorrente: CENTRAL AÇO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANA DE BARROS FERNANDES

19 - Processo nº: 10467.720051/2011-99 - Recorrente: CARVALHO MOTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10380.010841/2006-55 - Recorrente: CBA - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10380.016307/2007-33 - Recorrente: LECO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10166.902557/2008-11 - Recorrente: CEB LAJEADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANA DE BARROS FERNANDES

23 - Processo nº: 10680.013201/2006-12 - Recorrente: EIMCAL - EMPRESA INDUSTRIAL DE MINERAÇÃO CALCARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 11020.908426/2008-57 - Recorrente: MATZUPEL INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

25 - Processo nº: 10945.000856/2010-59 - Recorrente: CASA CHICO DE PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10920.007263/2007-04 - Recorrente: AVIC PLANEJAMENTO CONSULTORIA E TREINAMENTO SS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10909.001960/2007-00 - Recorrente: TERRASSAN MOTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 15374.002142/2001-20 - Recorrente: MARKO CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 18471.000650/2002-44 - Recorrente: FRANCO E BARBOSA CONSULTORES S/C LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANA DE BARROS FERNANDES

30 - Processo nº: 10670.005159/2008-47 - Recorrente: CERÂMICA SALINAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11543.002829/2010-14 - Recorrente: BRASILIAN SOUL COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 13956.000155/2004-31 - Recorrente: M A F FERNANDES E CIA LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

33 - Processo nº: 10768.027708/98-31 - Recorrente: LOUDON BLOMQUIST - AUDITORES INDEPENDÊNTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 13811.000787/00-62 - Recorrente: IGARATIBA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10120.720260/2012-34 - Recorrente: ALVES & BORGES TRANSPORTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10768.001072/2003-15 - Recorrente: CONSERVADORA LUSO BRASILEIRA S/A COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 11610.002999/2003-11 - Recorrente: SOLVAY INDUPA DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

38 - Processo nº: 10675.903336/2009-93 - Recorrente: SUPERMERCADOS LEAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10680.903959/2010-21 - Recorrente: TECTRAN - TECNICOS EM TRANSPORTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10680.905102/2010-45 - Recorrente: DAM PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10680.906317/2008-69 - Recorrente: UNIÃO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10680.925799/2009-37 - Recorrente: FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOP. TRAB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA

43 - Processo nº: 10120.907565/2009-53 - Recorrente: ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10120.907566/2009-06 - Recorrente: ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10120.908070/2009-41 - Recorrente: ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10120.912395/2009-29 - Recorrente: ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10120.912396/2009-73 - Recorrente: ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10120.912397/2009-18 - Recorrente: ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10120.912398/2009-62 - Recorrente: ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10120.912399/2009-15 - Recorrente: ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ANA DE BARROS FERNANDES
Presidente da 1ª Turma Especial

EVA RIBEIRO BARROS
Secretária da 1ª Turma Especial

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF - SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, ED. ALVORADA, BRASILIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 8 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES

1 - Processo: 11634.001689/2010-30 - Recorrente: FRIGORIFICO MORRO SANTO LTDA-EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 10768.005520/2002-61 - Recorrente: REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALMIR SANDRI

3 - Processo: 18471.001821/2005-03 - Embargante: INTERATLANTICO SA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

4 - Processo: 10768.002554/2003-84 - Recorrente: CIMENTO MAUA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 13804.009353/2003-12 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6 - Processo: 16832.000582/2009-18 - Recorrente: PHE - UNION IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10872.000583/2010-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BORRACHEIRO VIGARIO GERAL LTDA

8 - Processo: 10875.001138/2003-41 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

9 - Processo: 19515.003873/2007-87 - Recorrente: ARTHUR LUNDGREN TEC S.A C PERNAMBUCANAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 12898.001936/2009-26 - Recorrente: FUNDACAO CESGRANRIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES

11 - Processo: 10469.720173/2006-06 - Recorrente: SUNSET VIAGENS TURISMO E CAMBIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10120.007116/2010-47 - Recorrente: EFICAZ - CONSULTORIA E DESPACHOS ADUANEIROS LTDA - EPP. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10218.000066/2011-79 - Recorrente: NATIVA INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

14 - Processo: 10980.011566/2003-85 - Embargante: VALE BLANCO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 16327.002092/2005-32 - Embargante: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR

16 - Processo: 16327.720525/2011-83 - Recorrente: CONCORDIA S/A CORRETORA VALORES MOB.CAMBIO E COMMODITIE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 19515.001456/2006-19 - Recorrente: CIA DE EMBALAGENS METALICAS MMSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

18 - Processo: 10166.722339/2010-10 - Recorrente: A & C SELF-SERVICE E LANCHONETE LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 10280.720074/2010-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELITE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

DIA 9 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES

20 - Processo: 10920.004366/2010-18 - Recorrente: ZANOTTI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 19515.003283/2009-16 - Recorrente: DDB BRASIL PUBLICIDADE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 13609.001447/2010-89 - Recorrente: MINERACAO BELOCAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALMIR SANDRI

23 - Processo: 16643.000392/2010-61 - Recorrentes: EMS S/A e FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10980.725049/2011-05 - Recorrente: MDF MOLDURAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

25 - Processo: 19515.001555/2006-09 - Recorrentes: AVON COSMETICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 16327.000667/2009-14 - Recorrente: ITAUCARD FIN S/A CFI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR

27 - Processo: 16327.001536/2010-80 - Recorrente: BM&F BOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 16327.720109/2011-85 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 16327.001696/2010-29 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

30 - Processo: 19515.005337/2008-05 - Recorrentes: COMERCIAL RODRIGUES E ALMEIDA LTDA e FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 11080.722264/2010-71 - Recorrente: LOJAS RENNER SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 16561.000091/2006-61 - Recorrente: POLIBRASIL RESINAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES

33 - Processo: 10580.010785/00-36 - Embargante: BANCO ECONOMICO S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 16327.001743/2010-34 - Recorrente: BANCO CACIQUE S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALMIR SANDRI

35 - Processo: 19515.002666/2005-43 - Embargante: SEMAN SERVICOS E MANUTENCAO DE IMOVEIS LTDA - EPP e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

36 - Processo: 19515.004546/2010-48 - Recorrente: SUZANO HOLDING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 11618.001130/2003-89 - Recorrente: D P N-DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NORDESTINOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR

38 - Processo: 15578.000406/2008-91 - Recorrente: RIO DOCE CAFE S A IMP E EXP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 11052.000688/2010-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: YOLANDA PARTICIPACOES S/A

40 - Processo: 10855.721210/2011-07 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

41 - Processo: 16327.000462/2010-64 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 19515.002126/2009-93 - Recorrentes: CINEMARK BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 19515.001712/2010-54 - Recorrente: AGRENCO DO BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES

44 - Processo: 16327.001066/2009-11 - Recorrente: SANTANDER S/A - CORRET DE CAMBIO E TIT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 16327.001065/2009-76 - Recorrente: SANTANDER S/A - CORRET DE CAMBIO E TIT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

46 - Processo: 16682.720271/2011-54 - Recorrente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR

47 - Processo: 10380.010040/2008-51 - Recorrente: PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 10880.721746/2010-26 - Recorrente: SANTANDER BRASIL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

49 - Processo: 10280.722965/2009-58 - Recorrente: COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 10280.722214/2010-75 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIMENTOS ESTRELA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES

51 - Processo: 10120.009574/2010-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMSA EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S A

52 - Processo: 13864.720159/2011-97 - Recorrentes: EMBRAER S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR

53 - Processo: 16327.001697/2010-73 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 10980.016660/2008-35 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: DOURADA CORRETORA DE CAMBIO LTDA

55 - Processo: 10980.919175/2008-15 - Recorrente: TIM SUL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

56 - Processo: 10283.721194/2008-71 - Recorrente: ESSILOR DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

57 - Processo: 13808.001680/99-67 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SCOPUS TECNOLOGIA

58 - Processo: 10830.002330/2004-52 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: CANDY COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

VALMAR FONSECA DE MENEZES
Presidente

EVA RIBEIRO BARROS
Chefe da Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Ed. Alvorada, Brasília-DF

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 8 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR

1 - Processo nº: 11065.721552/2012-69 - Recorrente: DUROLINE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 16682.721132/2011-48 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 16561.720045/2011-40 - Recorrente: USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10480.731156/2011-03 - Recorrente: VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 11020.720003/2011-11 - Recorrente: VIACAO SANTA TEREZA DE CAXIAS DO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA

6 - Processo nº: 19515.002168/2009-24 - Recorrente: ZIHUATANEJO DO BRASIL ACUCAR E ALCOOL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 19515.720642/2011-18 - Recorrente: MORELATE DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR

8 - Processo nº: 10469.724660/2011-05 - Recorrente: ALESAT COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10469.729948/2011-68 - Recorrente: ROLIM MACHADO NATAL ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCIO RODRIGO FRIZZO

10 - Processo nº: 10245.720123/2011-11 - Recorrente: G. CRISPIANO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10380.018887/2008-84 - Recorrente: POLO SUL FRIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10670.720090/2010-08 - Recorrentes: RIMA INDUSTRIAL S/A e FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 11543.004307/2003-10 - Recorrente: J D COMISSARIA DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDUARDO DE ANDRADE

14 - Processo nº: 16682.720696/2011-63 - Recorrentes: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL e FAZENDA NACIONAL

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR

15 - Processo nº: 11020.722075/2011-94 - Recorrente: SIERRA MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 16408.000220/2007-75 - Recorrente: J.B. RIBAS CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDUARDO DE ANDRADE

17 - Processo nº: 10283.720357/2012-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BIOAMAZONAS - COMERCIO, SERVICO, IMP. E EXP. LTDA

Relator: GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA

18 - Processo nº: 19515.002920/2006-94 - Recorrente: KEIPER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 19515.007196/2008-57 - Recorrente: SDG SISTEMAS DE DECISAO GERENCIAL S C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCIO RODRIGO FRIZZO

20 - Processo nº: 10467.720920/2011-85 - Recorrente: MAGMATEC ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10783.720400/2012-71 - Recorrente: YARA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR

22 - Processo nº: 11065.720964/2012-81 - Recorrente: SULBRA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCIO RODRIGO FRIZZO

23 - Processo nº: 10805.721342/2011-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LARA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA

24 - Processo nº: 10945.002390/2008-10 - Recorrente: IGUASSU BOULEVARD DIVERSOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 11080.723642/2012-04 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 11080.723644/2012-95 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 11080.723646/2012-84 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 11080.723648/2012-73 - Recorrente: ESTRUTURAL SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA

29 - Processo nº: 16643.000023/2011-50 - Recorrente: EMS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 16561.720098/2011-61 - Recorrente: LDC-SEV BIOENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDUARDO DE ANDRADE

31 - Processo nº: 10950.724021/2011-08 - Recorrente: LAMINADORA 2 J LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

32 - Processo nº: 11020.003783/2010-41 - Recorrentes: FOREST DECORACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 11020.724931/2011-46 - Recorrente: DAGNESE & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR VEIGA ROCHA
34 - Processo nº: 10882.002361/2006-60 - Recorrente: PAULO CESAR AL BEHY ANDRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10882.002360/2006-15 - Recorrente: PEDRO JOSE VERGANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10882.002362/2006-12 - Recorrente: MARCO ANTONIO GUILHERMINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: EDUARDO DE ANDRADE
37 - Processo nº: 11065.000543/2008-54 - Recorrente: BORN & CIA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR VEIGA ROCHA
38 - Processo nº: 13896.002851/2008-67 - Recorrentes: PAULO CESAR AL BEHY ANDRE e FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13896.002853/2008-56 - Recorrentes: PEDRO JOSE VERGANI e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13896.002850/2008-12 - Recorrentes: MARCO ANTONIO GUILHERMINO e FAZENDA NACIONAL
Relator: GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA
41 - Processo nº: 10120.904643/2009-68 - Recorrente: EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10120.904644/2009-11 - Recorrente: EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10120.904645/2009-57 - Recorrente: EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10120.904792/2009-27 - Recorrente: EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10120.904793/2009-71 - Recorrente: EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10120.904794/2009-16 - Recorrente: EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
47 - Processo nº: 10880.013245/94-55 - Recorrente: MAGNETI MARELLI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA
48 - Processo nº: 13808.003517/2001-04 - Recorrente: ALLPARK ESTAPAR EMPREENDIMENTOS PARTIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 18471.001825/2007-45 - Embargante: SIMA - COMUNICACAO E MARKETING LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
50 - Processo nº: 10380.723668/2010-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ACEF-ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DE FORTALEZA
51 - Processo nº: 11080.007273/2009-03 - Recorrente: RIO GRANDE ENERGIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 11516.000785/2001-16 - Recorrentes: BEIRAMAR EMPRESA DE SHOPPING CENTER LTDA e FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 18471.001088/2007-81 - Recorrente: TAP MANUTENCAO E ENGENHARIA BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 19515.004220/2007-15 - Recorrente: BRASMOUNT IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCIO RODRIGO FRIZZO
55 - Processo nº: 10746.721026/2011-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRINORTE - ALIMENTOS LTDA
Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
56 - Processo nº: 10580.012132/2005-77 - Recorrente: MF INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10730.911188/2009-79 - Recorrente: AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR VEIGA ROCHA
58 - Processo nº: 10530.002436/2003-50 - Recorrente: INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10580.730522/2010-90 - Recorrente: BOA VIAGEM TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10665.001004/2010-25 - Recorrente: DROGARIA SAO JOSE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
61 - Processo nº: 16561.000185/2007-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LABORATORIOS PFIZER LTDA
62 - Processo nº: 11516.001990/2005-22 - Recorrentes: BEIRAMAR EMPRESA DE SHOPPING CENTER LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR VEIGA ROCHA
63 - Processo nº: 10680.010789/2006-52 - Recorrente: CATEB, SILVERIO E ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10980.903456/2006-94 - Recorrente: DIPLOMATA DISTRIBUICAO E VAREJO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
65 - Processo nº: 19515.001156/2008-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: RAIA E CIA LTDA
Relator: WALDIR VEIGA ROCHA
66 - Processo nº: 10980.916544/2009-07 - Recorrente: IVAI ENGENHARIA DE OBRAS SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10980.916546/2009-98 - Recorrente: IVAI ENGENHARIA DE OBRAS SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13839.001100/2005-65 - Recorrente: LABORATORIO DE ANAL. CLINICAS JORGE EID L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
Presidente

EVA RIBEIRO BARROS
Secretária

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 18, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Ratifica o Convênio ICMS 103/13.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5º, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 205ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 30 de agosto de 2013, e publicado no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2013:

Convênio ICMS 103/13 - Reinclui o Estado de São Paulo nas disposições do Convênio ICMS 09/93 e o autoriza a não exigir o crédito tributário de ICMS correspondente ao fornecimento de refeição promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares estabelecidos em seu território na hipótese que identifica.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO DECLARATÓRIO Nº 19, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Ratifica os Convênios ICMS 106/13, 107/13, 108/13 e 110/13.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 206ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 5 de setembro de 2013, e publicado no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 2013:

Convênio ICMS 106/13 - Altera o Convênio ICMS 7/2013, que autoriza a concessão de redução da base de cálculo ou de isenção do ICMS nas operações internas com sucatas de papel, vidro e plástico destinadas à indústria de reciclagem;

Convênio ICMS 107/13 - Autoriza o Estado de Goiás a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais previstos na legislação tributária, e a concederem parcelamento de débito fiscal, relacionados com o ICMS;

Convênio ICMS 108/13 - Dispõe sobre a adesão do Estado do Paraná ao Convênio ICMS 102/13, que autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder crédito presumido na aquisição de energia elétrica e de serviço de comunicação;

Convênio ICMS 110/13 - Autoriza o Estado de Pernambuco a reduzir créditos tributários relacionados com o ICM e o ICMS mediante pagamento à vista ou parcelado, na forma que especifica.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 25 de setembro de 2013

Informa sobre aplicação no Estado de Sergipe dos Protocolos ICMS 35/12 e 39/12.

Nº 194 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e tendo em vista o disposto no inciso III da cláusula décima quinta do Convênio ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, torna público, em atendimento à solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado de Sergipe, que aquele Estado somente aplicará as disposições contidas nos seguintes Protocolos ICMS, a partir das datas a seguir indicadas:
Protocolo ICMS 35/12 - Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios, 01.01.2014;
Protocolo ICMS 39/12 - Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artigos de papelaria, 01.04.2014.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 1.350, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Delegação de competência ao Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária (ESAF) para realização do Exame de Qualificação Técnica de Despachante Aduaneiro.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária (ESAF) a competência para realizar o Exame de Qualificação Técnica, no ano de 2013, destinado ao exercício da profissão de Despachante Aduaneiro, previsto no inciso VI do § 1º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro, e implementado nos arts. 4º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 246, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721804/2013-75 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado para fins de transferência de propriedade o veículo marca Mercedes, modelo C280 HA29W, ano 1998, cor preta, chassi WDBHA29W9WA622083, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 98/0484645-4, de 21.05.1998, pela Alfândega do Porto de Vitória, de propriedade da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, CNPJ 04.504.771/0001-77, para a empresa Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., CNPJ 08.816.067/0001-00.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 249, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721833/2013-37 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo 120I UD31, ano 2009, modelo 2010, cor prata, chassi WBAUD310XAP394828, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 09/1435735-7, de 19/10/2009, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade de Zhao Kedan, CPF 756.677.621-53 para Daniel Izaias de Carvalho, CPF 835.635.631-87.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

PORTARIA Nº 91, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE (MS), tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do Refis nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º - Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por seis meses alternados relativamente aos tributos e contribuições abrangidos pelo Refis (prestações do parcelamento e tributos/contribuições correntes), as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2013, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

37.572.849/0001-40	CIFRA VIGL. SEG. E TRANSP. VALORES LTDA	19719.000065/2013-10
03.976.578/0001-76	SEGURA SEG. IND. BANC. E DE VALORES LTDA	19719.000064/2013-75

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO DE BARROS CUNHA
Delegado

PORTARIA Nº 92, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE (MS), tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do Refis nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º - Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por seis meses alternados relativamente aos tributos e contribuições abrangidos pelo Refis (prestações do parcelamento e tributos/contribuições correntes), as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2013, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

37.572.849/0001-40	CIFRA VIGL. SEG. E TRANSP. VALORES LTDA	19719.000065/2013-10
03.976.578/0001-76	SEGURA SEG. IND. BANC. E DE VALORES LTDA	19719.000064/2013-75

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO DE BARROS CUNHA
Delegado

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, abaixo identificado, em exercício na delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande (MS), no uso da competência delegada pela Portaria DRF/CGE nº 91, de 10 de junho de 2011, publicada no DOU de 14 de junho de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas cujos CNPJ estão relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Campo Grande (MS), no endereço: Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 3 - Jardim Veraneio - CEP 79.037-901 - Campo Grande (MS).

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ZUMILSON CUSTÓDIO DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex)
Motivo: Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ's das pessoas jurídicas excluídas
02.777.912/0001-08

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 242, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei n°37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720069/2012-10.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000049/2013, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 243, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei n°37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720072/2012-25.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000051/2013, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 244, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Arts. 2º e 3º parágrafo único do Decreto-Lei nº 399/68 regulamentado pelo art. 693 c/c 689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, arts. 94, 95 e 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66 e arts. 23, inciso IV, §1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674 e 675, inciso II, 686, 687 e 701 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720288/2012-91.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000005/2013, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 245, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Arts. 2° e 3° e §1° do Decreto-Lei n° 399/68 regula mentado pelo art. 693 c/c 689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, inciso IV, § 1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720604/2012-24.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000033/2013, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 246, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Declara o perdimento de mercadorias apreendias

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Arts. 2° e 3° e §1° do Decreto-Lei n° 399/68 regula mentado pelo art. 693 c/c 689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, inciso IV, § 1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720605/2012-79.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000035/2013, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 249, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, Arts. 2° e 3° e §1° do Decreto-Lei n° 399/68 regula mentado pelo art. 693 c/c

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, inciso IV, § 1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720016/2013-71.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000041/2013, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, e no art. 810 do Decreto nº 6.759 de 05/02/2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213 de 15/06/2010, e o constante do processo nº 10120.727618/2013-31, declara:

Art. 1º- Inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a Srª. ALLINE FERREIRA SUPLICY PEIXOTO, CPF nº 007.513.181-16.

Art. 2º- Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO DE PAULA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 24/09/2012), e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e face ao constante no processo administrativo nº 13116.721320/2011-11, declara:

Art. 1º Baixada de ofício, por inexistência de fato, a empresa THIAGO RODRIGUES DE RAUJO 85793906134, CNPJ nº 12.799.178/0001-23.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

ADRIANA HANNUM RESENDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 24/09/2012), e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e face ao constante no processo administrativo nº 10380.724770/2013-09, declara:

Art. 1º Baixada de ofício, por inexistência de fato, a empresa CARAMURU TÊXTIL LTDA, CNPJ nº 01.588.684/0001-57.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

ADRIANA HANNUM RESENDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 24/09/2012), e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.725649/2013-57, declara:

Art. 1º Baixada de ofício, por inexistência de fato, as empresas:

Nome Empresarial	CNPJ
Aratec-Araguaia Tecnologia Ltda ME	68.316.900/0001-86
Aratec-Araguaia Tecnologia Ltda ME	68.316.900/0002-67
Aratec-Araguaia Tecnologia Ltda ME	68.316.900/0003-48
Aratec-Araguaia Tecnologia Ltda ME	68.316.900/0004-29
Aratec-Araguaia Tecnologia Ltda ME	68.316.900/0005-00
Aratec-Araguaia Tecnologia Ltda ME	68.316.900/0006-90
Aratec-Araguaia Tecnologia Ltda ME	68.316.900/0007-71
Aratec-Araguaia Tecnologia Ltda ME	68.316.900/0008-52

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

ADRIANA HANNUM RESENDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 24/09/2012), e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.726233/2013-56, declara:

Art. 1º Baixada de ofício, por inexistência de fato, a empresa

Frios LB Ltda ME, CNPJ nº 09.411.041/0001-45.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

ADRIANA HANNUM RESENDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIANIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 24/09/2012), e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.726625/2013-15, declara:

Art. 1º Baixada de ofício, por inexistência de fato, a empresa

Salgado Automação e Telemática Ltda, CNPJ nº 03.445.562/0001-37.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

ADRIANA HANNUM RESENDE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Declara e comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042 de 10 de junho de 2010.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Mossoró/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicada no DOU 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042/2010, declara:

Art.1º Canceladas de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas, as seguintes inscrições de CPF:

086.638.274-74 relativa ao cadastro de Benedito da Costa Tavares, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13433.000158/2010-11;

086.541.674-59 relativa ao cadastro de Elidiane Carvalho Negri, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13433.000160/2010-91;

087.262.164-26 relativa ao cadastro de Epifanis Samires Vieira, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13433.000161/2010-35 ;

087.261.734-33 relativa ao cadastro de Flávio Alves de Lima, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13433.000162/2010-80;

086.637.674-71 relativa ao cadastro de Gideon Freire de Souza, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13433.000164/2010-79;

087.261.574-03 relativa ao cadastro de Gilberto Alves da Silva Filho, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13433.000165/2010-13;

087.262.094-89 relativa ao cadastro de Ramires Renon Duarte, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13433.000169/2010-00;

086.637.754-90 relativa ao cadastro de Samuel Pereira, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13433.000172/2010-15;

087.262.274-60 relativa ao cadastro de Tácio Mendes Dutra, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13433.000173/2010-60.

Art.2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

WILLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

Reconhece direito à redução do Imposto sobre a renda.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL - RN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos IV e VIII, da Portaria DRF/NAT nº 92, de 29 de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 60, caput, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e, considerando o que consta do Processo nº 10469-727.834/2012-64, resolve:

Art.1º Reconhecer à pessoa jurídica COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS, CNPJ nº 70.157.896/0001-00, o direito ao benefício da redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e adicionais calculados com base no lucro da exploração, com prazo de fruição de 10 (dez) anos, com vigência no período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLCIO DE JESUS SILVA JUNIOR

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

A Inspetora-Chefe da Receita Federal do Brasil no Recife, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 810, parágrafo 3º do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), resolve:

EXCLUIR no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros a pessoa física:

INSCRIÇÃO Nº	NOME	CPF	PROCESSO Nº
4A.0.280	Alexandre Lacerda dos Santos	035.414.824-94	10480.731061/2013-43

INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros a pessoa física:

INSCRIÇÃO Nº	NOME	CPF	PROCESSO Nº
4D.0.363	Alexandre Lacerda dos Santos	035.414.824-94	10480.731061/2013-43

INCLUIR no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros as pessoas físicas:

INSCRIÇÃO Nº	NOME	CPF	PROCESSO Nº
4 A 0.580	Jorge Carlos Gomes da Silva	479.896.374-72	10480.731348//2013-73
4 A 0.581	Marina Agrelli	096.828.634-81	10480.731615/2013-11

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

LUCIANA MARIA GOMES MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Declara alfandegada a Base Naval de Aratu, nos termos e condições que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria SRF nº 13, de 09 de janeiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 12689.721336/2013-20, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica alfandegada, a título extraordinário e em caráter eventual, a Base Naval de Aratu, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 00.394.502/0028-64, localizada na Estrada da Base Naval de Aratu, São Tomé de Paripe, Salvador - BA, para proceder ao recebimento, atracação e descarga do navio THORCO CHALLENGER, fretado pela BASF S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 48.539.407/0072-01, face às dimensões e ao peso dos equipamentos importados, que impossibilitam seu trânsito pelas vias urbanas do município de Salvador, e para que, sob controle aduaneiro, proceda às operações previstas nos incisos I e II do art. 5º do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 2º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Salvador, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 3º Fica mantido o código Siscomex 5.92.35.01-2, atribuído para o recinto.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no DOU, produzindo efeitos a partir de 05 de outubro de 2013 e terá validade até 20 de outubro de 2013.

CARLOS ROMEU SILVA QUEIROZ

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SALVADOR

RETIFICAÇÃO

No Anexo do Ato Declaratório Executivo nº 8, de 23 de setembro de 2013, publicado no DOU nº 185 de 24 de setembro de 2013, Seção 1, pág. 16, onde se lê:

ANEXO

CNPJ	CONTRATANTE	LOCALIZAÇÃO	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.941.603/0001-41 10.941.603/0002-22 10.941.603/0003-03	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Áreas terrestres sob a jurisdição da UO-SEAL, nos Estados de Sergipe e Alagoas.	2700.0073413.12.2	27/06/2014
10.941.603/0001-41 10.941.603/0002-22 10.941.603/0003-03	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Áreas terrestres sob a jurisdição da UO-SEAL, nos Estados de Sergipe e Alagoas.	2700.0073416.12.2	27/06/2014

Leia-se:

ANEXO

CNPJ	CONTRATANTE	LOCALIZAÇÃO	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.941.603/0001-41 10.941.603/0002-22 10.941.603/0003-03	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Áreas terrestres sob a jurisdição Unidade de Operações de Exploração e Produção da Amazônia - UOAM, no Estado do Amazonas.	2800.0073413.12.2	27/06/2014
10.941.603/0001-41 10.941.603/0002-22 10.941.603/0003-03	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Áreas terrestres sob a jurisdição Unidade de Operações de Exploração e Produção da Amazônia - UOAM, no Estado do Amazonas.	2800.0073416.12.2	27/06/2014

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

PORTARIA Nº 45, DE 16 DE AGOSTO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS - MG, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Portaria RFB nº 1.098, de 08 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º - Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas - MG, lotados na Seção de Fiscalização - SAFIS e Equipe de Repressão Aduaneira - ERA, para, em sua área de atuação , praticarem os seguintes atos:

I - conceder ou indeferir os requerimentos de habilitação de responsável legal por pessoa jurídica ou de pessoa física no Sistema Integrado de Comércio Exterior, nos termos da norma vigente, através de despacho decisório;

II - conceder, de ofício, a habilitação da pessoa física responsável legal pela pessoa jurídica no Sistema Integrado de Comércio Exterior, na hipótese em que a análise fiscal do requerimento de habilitação não seja concluída no prazo estabelecido na legislação específica;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados pelas autoridades nela mencionadas, relativamente aos assuntos objeto da delegação ora conferida desde a data de 16 de agosto de 2013.

Art. 3º - Fica revogada a portaria DRF/PCS nº 42 de 16 de agosto de 2013, publicada no DOU nº 177 de 12 de setembro de 2013.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 330, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, com fulcro no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluído como Ajudante de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

Nome	CPF	Processo
WESLEY MATOS PACHECO	063.343.096-09	10074.722484/2013-64
ANA DA CONCEIÇÃO FARIAS PIRES	008.457.327-90	10074.722471/2013-95
ROBSON HENRIQUES DE ALMEIDA	026.043.697-61	10074.722576/2013-44
SAMIRA FERREIRA PIMENTEL DA SILVA	052-251.107-46	10074.722551/2013-41

Art 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBSON DO COUTO ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 331, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

A Inspetora-Chefe Adjunta da Receita Federal do Brasil no Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, com fulcro no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213 de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:,

Art. 1º Incluídos como Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes inscrições:

Nome	CPF	Processo
CLEBER VINHAES ALVES	006.325.347-02	10074.722585/2013-35

TexComArt 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

PORTARIA Nº 90, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Reinclui pessoa jurídica no REFIS.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente, em razão de decisão liminar no Mandado de Segurança nº 0005114-87.2013.403.6128 da 1ª Vara Federal de Jundiaí, a exclusão da pessoa jurídica CODAEL COMERCIO DE ARTIGOS ELETRONICOS LTDA - EPP, CNPJ 44.033.785/0001-74 efetuada pela Portaria DRF/JUN nº 50, de 22 de julho de 2013, publicada no DOU de 23 de julho de 2013, conforme despacho no processo administrativo 11242.000673/2011-02.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO GARCIA VANDERLINDE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

PORTARIA Nº 70, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Marília/SP exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARILIA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pedido, a pessoa jurídica S. AZEVEDO PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO IMOBILIARIA S/C LTDA, CNPJ 00.699.679/0001-59, com efeitos a partir de 14 de janeiro de 2009, conforme registrado no processo administrativo nº 11443.000014/2009-87.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

PORTARIA Nº 50, DE 29 DE SETEMBRO DE 2013

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000 e com base no despacho decisório exarado no processo administrativo a seguir indicado;resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por descumprimento da regra legal estabelecida nos inciso II, do art.5º, combinado com o art.3º,inciso VI, da Lei 9.964/2000.

Parágrafo Único - A exclusão de que trata este artigo produzirá efeitos a partir do mês seguinte à ciência deste ato, de acordo com §2º, art.5º da Lei 9964/2000.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DATA DE EFEITO
45.015.336/0001-66	CENTRO TÉCNICO RONCAR LTDA	12915.000636/2011-99	10/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CÉSAR AGOSTINHO COSTA
Delegado

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Declara o Cancelamento de CO-Habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrura(REIDI), consoante o inciso I, do art 12 da IN RFB nº 758/2007.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 224;240;302 e 303, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com suas alterações posteriores considerando o disposto nos arts. 9º e 12, inciso I, § 2, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de Julho de 2007, e considerando que houve o adimplemento do objeto do Contrato de Prestação de Serviços por parte da pessoa jurídica Premoldados Protendit Ltda, (Co-Habilitada) para a pessoa jurídica USA-Usina Santo Angelo Ltda, CNPJ 19.537.471/0001-61(Habilitada), conforme descrito no Processo 10850.722364/2013-10, Declara Cancelada a Co-Habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura (REIDI), da empresa Premoldados Protendit Ltda, CNPJ 58.566.373/0003-76, estabelecida na Rua Pedro Pandin, nº 200 - Fundos com a Rua José Guidi nº 650- CEP: 15035-490 - Bairro: Distrito Industrial - São José do Rio Preto -SP

SERGIO LUIZ ALVES

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da DRF em São José do Rio Preto, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria DRF/SJR nº 48, de 26/04/2011, DOU de 27/04/2011, e tendo em vista o disposto no Artigo 33 , II, § 1º e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19/08/2011 e considerando o que consta do processo 13867.720180/2013-14 declara NULA a inscrição no CNPJ nº 18.680.839/0001-83, de NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DESCARTAVEIS - EIRELI-EPP, com efeitos a partir de 14/08/2013.

VALDEIR LOPES MACHADO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Maringá -Pr, no endereço: Av. XV de Novembro, 527, em Maringá-Pr, CEP. 87013-909.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO SEGÓVIA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas
126.479.509-20

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 565, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 300, caput, e o art. 314, § 1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e considerando os princípios da razoabilidade e da eficiência que norteiam a administração pública federal, resolve:

Art. 1º Ficam transferidas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas (DRF/PEL) para a Alfândega do Porto de Rio Grande competências para:

I - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem interpretação de legislação;

II - recepcionar declarações, requerimentos, manifestações de inconformidade, impugnações e recursos voluntários e formalizar processos administrativos;

III - fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos na área de competência da DRF/PEL;

IV - expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte;

V - realizar ajustes nos sistemas de cadastro, controle de créditos tributários e pagamentos;

VI - examinar e executar as atividades relacionadas com os pedidos de regularização de obras de construção civil que não implique verificação de escrituração contábil;

VII - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação;

VIII - examinar pedidos de parcelamento de débitos; e

IX - examinar pedidos de revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, nos casos de pagamento ou parcelamento do débito antes da inscrição.

Parágrafo único. O disposto no caput não modifica nem afasta o exercício de qualquer das competências regimentalmente atribuídas à DRF/PEL.

Art. 2º As transferências de que trata o art. 1º terão a duração de 2 (dois) anos, a contar de 1º de outubro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2013.

PAULO RENATOSILVA DA PAZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013

Concede Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pelos arts. 12 a 15 da Lei nº Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE-RS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.294, de 21 de setembro de 2012, e o constante no processo administrativo nº 11080.727.624/2013-74, resolve:

Art. 1º Habilitar ao Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), de que trata o art. 14 da Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, art. 9º do Decreto nº 7.729, de 25 de maio de 2012, e art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.294, 21 de setembro de 2012, a empresa PRAIA DE BELAS EMPREENDIMENTOS CINEMATOGRÁFICOS LTDA, CNPJ: 94.087.921/0001-87, relativamente ao Projeto Implantação do Complexo GNC Gravataí credenciado pela Portaria ANCINE nº 47, de 10 de julho de 2013 (D.O.U. 15/07/2013), cujo objeto consiste na construção de 1 (um) complexo de 5 (cinco) salas de cinema localizadas no Shopping Gravataí, na cidade de Gravataí - RS.

Art. 2º A suspensão de que trata o art. 14 da Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, pode ser usufruída pela pessoa jurídica beneficiada nas aquisições ou importações de bens e materiais listados no Anexo do Decreto nº 7.729, de 25 de maio de 2012 e vinculados ao projeto aprovado que forem realizadas até 26 de março de 2017.

Art. 3º Concluída a execução do projeto, a pessoa jurídica habilitada deverá solicitar, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de conclusão, o cancelamento da habilitação.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEOMAR WAYERBACHER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BORJA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BORJA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11077-720468/2013-70	Sandra da Silva Rodrigues	008.547.660-90

Art. 2º. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, da seguinte pessoa:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.02.692	Sandra da Silva Rodrigues	008.547.660-90

Art. 3º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ ALADREN TARONCHER

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

CPF	NOME	PROCESSO
003.458.960-09	PAOLA DUGATTO MENEZES	10521.720904/2013-52

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Aplicação da pena de advertência a beneficiário de Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul).

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 76, §8º, inciso I, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º Declarar REVEL a Dell Computadores do Brasil Ltda. CNPJ 72.381.189/0001-10, nos termos do art. 76, §10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, por não ter apresentado, tempestivamente, impugnação ao Auto de Infração de Advertência amparado no processo administrativo nº 10521.720492/2013-51.

Art. 2° APLICAR a pena de advertência prevista no inciso I, do artigo 76, da Lei nº 10.833, de 2003, conforme interpretação dada pelo artigo 12 da Instrução Normativa 476 de 13 de dezembro de 2004, por infringência do artigo 3°, §6º da Instrução Normativa 476 de 13 de dezembro de 2004.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Disciplina os procedimentos para acesso, pelos Municípios, mediante senha em ambiente web, às informações geridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN relativamente aos refinanciamentos de dívidas celebrados com a União ao amparo da MP nº 2.185, de 2001.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º. A Secretaria do Tesouro Nacional-STN disponibilizará em ambiente seguro, via web, aos Municípios que refinanciaram dívidas ao amparo da MP nº 2.185, de 2001, informações de natureza financeira relativas aos respectivos contratos.

Parágrafo primeiro. As informações de que trata esta Instrução Normativa estarão disponíveis para acesso mediante senha, a partir do endereço eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional-STN https://www.sddem.tesouro.fazenda.gov.br.

Parágrafo segundo. Terão acesso às informações de que se trata exclusivamente os Municípios responsáveis por refinanciamentos de dívidas autorizados na forma da MP nº 2.185, de 2001.

Art. 2º. O acesso às informações de que trata o art. 1º será efetuado mediante credenciamento de no máximo 2 (dois) usuários, indicados pelo Município interessado em correspondência formal do Chefe do Poder Executivo Municipal, ou do Secretário de Finanças, dirigida ao Secretário do Tesouro Nacional, conforme modelo constante do anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º. O atendimento às solicitações de fornecimento de senhas será coordenado pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros-COAFI e executado pela Diretoria de Governo do Banco do Brasil S/A - DIGOV/BB.

Parágrafo Único. O acesso se dará por meio de CPF e senha e terá prazo determinado de vigência.

Art. 4º. A facilitação do acesso a outro usuário que não aqueles indicados formalmente pelo respectivo Município interessado, mediante o uso das senhas fornecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, será de única e exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 5º. Caberá ao Município a responsabilidade e a obrigatoriedade de informar à Secretaria do Tesouro Nacional a necessidade de substituição dos indicados, independentemente do motivo, e na forma do Art. 2º, inclusive nos casos de desligamento de servidores.

Art. 6º. Ao final de cada mandato do poder executivo municipal os acessos concedidos na forma desta Instrução Normativa serão automaticamente cancelados.

Parágrafo único. Novos acessos, ou a renovação dos acessos então cancelados, deverão ser solicitados na forma prevista no Art. 2º.

Art. 7º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO

ANEXO I

Modelo de Correspondência

Senhor Secretário do Tesouro Nacional,

Na forma do que dispõe o art. 2º da Instrução Normativa nº , de /08/2013, solicito o credenciamento do(s) usuário (s) a seguir indicado (s):

[NOME], [CARGO/FUNÇÃO], [Nº DO CPF], [ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA], [TELEFONE PARA CONTATO], [FAX], [ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL]

[ASSINATURA]

[CARGO]

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 433, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza empenho e transferência de recursos adicionais para ações de Defesa Civil ao Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Estado do Maranhão, no valor de R$ 5.112.000,00 (cinco milhões e cento e doze mil reais), para a execução de ações de Socorro e Assistência às vítimas ,conforme processo nº 59050.001364/2012-14.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0388 UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° O repasse do recurso adicional será executado em parcela única.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 434, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza empenho e transferência de recursos adicionais para ações de Defesa Civil ao Estado do Piauí.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso adicional ao Estado do Piauí, no valor de R$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais), para a execução de ações de Socorro e Assistência às vítimas conforme processo nº 59050.001629/2012-76.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° O repasse do recurso adicional será executado em parcela única.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 435, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza empenho e transferência de recursos adicionais para ações de Defesa Civil ao Estado do Rio Grande do Norte.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso adicional ao Estado do Rio Grande do Norte, no valor de R$ 4.999.984,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais), para a execução de ações de Socorro e Assistência, conforme processo nº 59050.001065/2012-71.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° O repasse do recurso adicional será executado em parcela única.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.082, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Institui o Sistema de Informações de Acidentes de Consumo - SIAC.

OS MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, o Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e o Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso XXXII, e art. 6º da Constituição, no art. 4º, inciso II, alínea "d", art. 6º, inciso I e III, e art. 10, § 3º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no art. 16, inciso VIII, da Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, na Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011, do Ministério da Saúde, e no Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013; e

Considerando que a criação de um banco de dados sobre acidentes de consumo constituir-se-á em instrumento fundamental para a identificação de riscos em produtos e serviços no mercado, permitindo uma rápida atuação de diferentes órgãos públicos competentes para a minimização de riscos à saúde e à segurança dos consumidores, resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Informações de Acidentes de Consumo - SIAC, para armazenar registros e informações sobre acidentes de consumo e subsidiar ações voltadas à proteção da saúde e segurança do consumidor.

§ 1º O SIAC será implantado por ação conjunta e articulada do Ministério da Justiça - MJ e do Ministério da Saúde - MS.

§ 2º O SIAC será mantido e administrado pelo MJ, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon.

§ 3º O SIAC receberá informações provenientes de notificação compulsória, reportada pelo serviço de saúde, em casos de acidentes graves e fatais, mediante ato a ser definido por ambos os Ministérios.

Art. 2º A consolidação e envio dos registros e informações sobre acidentes de consumo serão de responsabilidade da Senacon, a qual promoverá a articulação e a atuação conjunta dos respectivos órgãos reguladores e certificadores, em especial junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Departamento Nacional de Trânsito.

Art. 3º Caberá ao MS, por intermédio da Secretaria de Vigilância em Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com o auxílio do MJ, por intermédio da Secretaria Nacional do Consumidor, a criação de fichas de registro, a definição de fluxos, a capacitação de multiplicadores e a divulgação do Sistema junto aos profissionais de saúde e respectivos conselhos, bem como o estabelecimento de medidas necessárias para assegurar a implementação do SIAC nas unidades de saúde.

Art. 4º A divulgação de dados e outras informações de interesse da população serão disponibilizadas ao público em geral, devendo o MJ e MS estabelecerem, oportunamente, entre si e com outros órgãos ou instituições envolvidas, os procedimentos correspondentes.

Art. 5º O SIAC entrará em funcionamento no prazo de cento e vinte dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro de Estado da Justiça

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

PORTARIA Nº 3.066, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e da competência expressamente delegada no Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando os dispositivos do Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, aplicáveis às pessoas jurídicas estrangeiras e do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;

Considerando o disposto na Portaria MJ nº 1.272, de 3 de julho de 2008 e na Portaria MJ nº 2.144 de 31 de outubro de 2008;

Considerando o que dispõe a Portaria SNJ nº 252, de 27 de dezembro de 2012;

Considerando ainda o Processo Administrativo nº 08071.008193/2013-48, bem como o objetivo de aliviar a pobreza, o sofrimento e a aflição e prevenir doenças e problemas de saúde entre os povos do mundo e promover a educação cristã e o evangelismo, resolve:

Art. 1º. Autorizar a Tearfund Organização Estrangeira com sede na 100 Church Road, Teddington, Middlesex, TW11, 8QE, Inglaterra, a atuar no Brasil.

Art. 2º. A Organização Estrangeira deverá apresentar ao Ministério da Justiça, no período de 1º abril a 30 de junho, relatório circunstanciado dos serviços e atividades prestados à coletividade no ano anterior, acompanhado de demonstrativo das receitas e despesas realizadas no período.

Art. 3º. As alterações nos atos constitutivos da entidade deverão ser comunicadas ao Ministério da Justiça, sob pena de cancelamento da autorização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.067, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da SOCIEDADE ARAGUAIA PELO AMBIENTE, CULTURA, DESPORTO, DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS, LIVRE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL, SAÚDE, SEGURANÇA E TURISMO-SADHLOESTUR, com sede na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, registrada no CNPJ sob o nº 02.082.293/0001-29 (Processo MJ nº 08071.006283/2013-02).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.068, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DOS CIDADÃOS COM SÍNDROME DE DOWN-CIDOWN-CIDADÃO DOWN, com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, registrada no CNPJ sob o nº 02.036.357/0001-55 (Processo MJ nº 08071.012589/2013-90).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.069, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS PORTADORES DE PARKINSONISMO-APPP, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob o nº 04.496.440/0001-32 (Processo MJ nº 08071.015331/2013-45).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.070, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS-FUNDECIF, com sede na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 00.508.496/0001-09 (Processo MJ nº 08071.012593/2013-58).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.071, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO ALECRIM, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, registrada no CNPJ sob o nº 06.140.572/0001-52 (Processo MJ nº 08017.002441/2012-11).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.072, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal do NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PAROQUIAL-NASP, com sede na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia, registrado no CNPJ sob o nº 13.808.977/0001-81 (Processo MJ nº 08071.012461/2013-26).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.073, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO RURAL CAMPO ALEGRE-ARUCA, com sede na cidade de Tapira, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 07.262.616/0001-80 (Processo MJ nº 08071.012726/2013-96).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.074, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL DE JOÃO MONLEVADE-ASSUME J.M., com sede na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 05.783.206/0001-59 (Processo MJ nº 08071.011556/2012-41).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.075, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA-AVAPED, com sede na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 04.942.217/0001-71 (Processo MJ nº 08071.020200/2012-07).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.076, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 20.075/DF, impetrado por ANESIA SANT ANNA viúva de COSME DAMIÃO VALENTIM, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 297, de 28 de janeiro de 2013 publicada no DOU de 29 de janeiro de 2013, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 27, de 08 de janeiro de 2004, que declarou COSME DAMIÃO VALENTIM anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 27, de 08 de janeiro de 2004, que declarou COSME DAMIÃO VALENTIM anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.077, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 20.075/DF, impetrado por JAIRO EUSTAQUIO FRANCO, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 1.450, de 05 de abril de 2013, publicada no DOU de 08 de abril de 2013, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 075, de 14 de janeiro de 2004, que declarou JAIRO EUSTAQUIO FRANCO anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 75, de 14 de janeiro de 2004, que declarou JAIRO EUSTAQUIO FRANCO anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.078, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 20.075/DF, impetrado por OCTAVIANO CAETANO MARQUES, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 292, de 28 de janeiro de 2013, publicada no DOU de 29 de janeiro de 2013, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 1.901, de 25 de novembro de 2003, que declarou OCTAVIANO CAETANO MARQUES anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 1.901, de 25 de novembro de 2003, que declarou OCTAVIANO CAETANO MARQUES anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.079, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 20.075/DF, impetrado por PEDRO PAULO RODRIGUES, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 1.474, de 05 de abril de 2013, publicada no DOU de 08 de abril de 2013, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 3.702, de 14 de dezembro de 2004, que declarou PEDRO PAULO RODRIGUES anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 3.702, de 14 de dezembro de 2004, que declarou PEDRO PAULO RODRIGUES anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.080, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 19.621/DF, impetrado por ROSEMILDO SOARES SANTOS, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 3.017, de 28 de novembro de 2012, publicada no DOU de 29 de novembro de 2012, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 2.178, de 09 de dezembro de 2003, que declarou ROSEMILDO SOARES SANTOS anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 2.178, de 09 de dezembro de 2003, que declarou ROSEMILDO SOARES SANTOS anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.083, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Disciplina o direito do consumidor à informação sobre a segurança dos estabelecimentos de lazer, cultura e entretenimento.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o art. 1º, incisos I e V, do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tendo em vista o disposto nos arts. 6º, 9º, 31, 55 e 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no art. 3º do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, e nos arts. 17 e 19 do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 2007, e:

Considerando o direito básico do consumidor à proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços identificados como nocivos ou perigosos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a relação de consumo existente entre o fornecedor de serviços de lazer, cultura e entretenimento; e

Considerando a necessidade de assegurar requisitos mínimos de segurança, assegurando-se aos consumidores informações corretas, claras, precisas, ostensivas sobre os riscos que produtos e serviços apresentam à sua saúde e segurança, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina o direito do consumidor à informação sobre a segurança dos estabelecimentos de lazer, cultura e entretenimento.

Art. 2º Nos materiais de oferta ou publicidade e nos anúncios publicitários de serviços de lazer, cultura e entretenimento, o fornecedor deverá informar ao consumidor, de forma clara e inequívoca, a existência de alvará de funcionamento e de alvará de prevenção e proteção contra incêndios do estabelecimento, ou de autorização equivalente, bem como suas respectivas datas de validade.

Art. 3º Os bilhetes e ingressos para eventos de lazer, cultura e entretenimento deverão conter informações ostensivas e adequadas sobre a existência de alvará de funcionamento e de alvará de prevenção e proteção contra incêndios do estabelecimento, ou de autorização equivalente, bem como suas respectivas datas de validade.

Art. 4º O fornecedor de serviços de lazer, cultura e entretenimento deverá afixar cartaz ou instrumento equivalente na entrada do estabelecimento com informações sobre sua capacidade máxima, sobre a existência de alvará de funcionamento, de alvará de prevenção e proteção contra incêndios do estabelecimento ou autorização equivalente, bem como suas respectivas datas de validade, sem prejuízo da observância de demais regras dispostas em legislação específica.

Art. 5º O não cumprimento às determinações desta Portaria sujeitará o fornecedor às sanções previstas na Lei nº 8.078, de 1990 e no Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor noventa dias após sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 8ª SESSÃO DE TURMA A SER REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA da 8ª Sessão de Turma da 74ª Caravana da Anistia, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 30 de setembro de 2013, a partir das 18h00, no Armazém da Utopia, sito na Avenida Rodrigues Alves, s/n, Armazém 6, Cais do Porto, Rio de Janeiro, realizar-se-á Sessão da Comissão de Anistia.

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Motivo
1.	2009.01.63446	A	MARILENE CALHEIROS ALVARENGA	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO
2.	2009.01.63443	A	MINORU NOYAMA	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO
3.	2009.01.63452	A	MARLY BULCÃO LASSANCE BRITTO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO
4.	2009.01.63444	A	MARIA RAQUEL VIDIGAL MOVSCHOWITZ	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	NUMERAÇÃO
5.	2009.01.63445	A	CARLOS ALBERTO PAES SARDINHA	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	NUMERAÇÃO
6.	2009.01.63450	A	CARMEN MARIA GONÇALVES FERREIRA RANGEL	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	NUMERAÇÃO
7.	2009.01.63447	A	TAMINE MARIA RAPOSO ELMOR	Conselheira Caroline Proner	NUMERAÇÃO
8.	2009.01.63451	A	RILDA VALOIS	Conselheira Caroline Proner	NUMERAÇÃO

A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 25 de setembro de 2013

Retifica-se o teor do Despacho do Superintendente Geral Substituto nº 949/2013, de 19 de setembro de 2013, publicado no DOU de 24/09/2013, Seção 1, página 27, referente ao Processo Administrativo nº 08012.002096/2007-06. Representante(s): Ministério Público Federal - Procuradoria da República de São Paulo e Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio Ltda. Representante(s): Advogados: Fabrício Cobra Arbex e outros. Representado(s): Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS), Bradesco S.A., Banco ABN Amro Real S.A. e Banco Nossa Caixa S.A. Advogados: Aline Crivelari, Erika Cristina Frageti Santoro, Francisco Ribeiro Todorov, Daniel Azevedo Mota, Luana de Carvalho Franca Rocha, Sérgio Bermudes, Marco Aurélio Almeida Alves e outros. Onde se lê: "Processo Administrativo n° 08012.0002096/2010-06", leia-se: "Processo Administrativo n° 08012.002096/2007-06".

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

Nº 962 - Inquérito Administrativo nº 08012.005882/2008-38. Representante: SDE ex officio. Representados: Sindicato da Indústria da Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte; Sindicato dos Moageiros e Refinadores de Sal; Refimosal Refinação e Moagem e Sal Santa Helena Ltda.; Serv Sal do Nordeste Comercio Representações e Transportes Ltda.; Socel Sociedade Oeste Ltda.; F. Souto Indústria e Comércio de Sal S.A.; Salinor Salinas do Nordeste S.A.; Norte Salineira S.A. Indústria e Comércio; Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A.; Francisco Ferreira Souto Filho; Evandro Gomes Praxedes; José Joaquim dos Santos; Renato Fernandes da Silva; Frediano Rosado; Pedro Willian Nepomuceno; Narciso Ferreira Souto Filho; Airton Paulo Torres; Luiz Guilherme Santiago; e Edvaldo Fagundes de Albuquerque. Advogados: Anne Caroline Gomes de Andrade, José Naerton Soares Neri e outros. Acolho a Nota Nota Técnica nº , aprovada pelo Superintendente Adjunto, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pela instauração de Processo Administrativo, nos termos do art. 13, inc. V, e art. 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/2011 c/c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados Associação Brasileira de Extratores de Sal (Abersal); Sindicato da Indústria de Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte (Siesal); Sindicato da Indústria de Moagem e Refino de Sal do Estado do Rio Grande do Norte (Simorsal); Francisco Ferreira Souto Filho; F. Souto Indústria e Comércio de Sal S.A.; Norte Salineira S.A. Ind. e Com. Norsal; Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A.; Salinor - Salinas do Nordeste S.A. (Grupo Salinor); Ciasal - Comércio e Indústria Salineira Ltda.; Cimsal Com. e Ind. de Moagem e Refinação Santa Cecília Ltda.; Salineira São Camilo Ltda.; Socel Sociedade Oeste Ltda. (Grupo Socel); Salina Soledade Ltda.; Ciemarsal Comércio e Indústria e Exportação de Sal Ltda. - ME; Indústria Salineira Salmar Agropecuária Ltda. - ME; Salina Diamante Branco Ltda. (Grupo SPL); Umari Salineira Ltda. (anteriormente denominada Souto, Irmão e Cia Ltda.); União Refinaria Nacional de Sal Ltda. (Grupo Maranata); Serv Sal do Nordeste Comércio Representações e Transportes Ltda. (Grupo Serv Sal); Indústria de Refinação de Sal Ltda.; Refimosal Refinação e Moagem de Sal Santa Helena Ltda.; Represal - Refinaria Praxedes de Sal (cujo nome empresarial é L. Praxedes Gomes); Romani S.A. Indústria e Comércio de Sal; Refinaria Nacional de Sal S.A. (Sal Cisne); Afrânio Manhães Barreto; Airton Paulo Torres; Alcides Figueiredo Mitidieri; Alessandro Zeni dos Santos; Ana Cecília Azevedo; André Diógenes de Carvalho Rosado; Antônio José da Silva Veras; Carlos Alberto Alves de Lima; Carlos Frederico Neves; Cristiane Fernandes Vieira de Souza; Duilo Cezar Pessoa de Oliveira; Eduardo Antônio Freitas de Medeiros; Edvaldo Fagundes de Albuquerque; Elfino Menezes dos Santos; Evandro Gomes Praxedes; Fernando Antonio Burlamaqui Rosado; Flávio Carvalho; Francisco Ferreira Souto Filho; Francisco Humberto Capparelli Virgilio; Frediano Jales Rosado; Gilberto Alves de Lima; Gilson Ramalho de Almeida Rodrigues; Gilton Cavalcanti Ribeiro; Gregório Jales Rosado; Guilherme Azevedo Soares Giorgi; Herbert de Souza Vieira; Herbert de Souza Vieira Júnior; Jerônimo Edmur de Góis Rosado Filho; José Joaquim dos Santos; Luciano Praxedes Fernandes Gomes; Lucivan Praxedes Gomes; Luiz Guilherme Santiago; Marcelo Roberto Giorgi Monteiro; Marcos Antônio de Almeida Rosado Costa (Tarzan); Marco Antônio Soares Alves; Marcos Roberto Alves; Mauro de Carvalho Calistrato; Narciso Francisco Souto Filho; Pedro William Nepomuceno; Renato Fernandes da Silva; Rodrigo Fernandes Freire Mariz; Ronaldo dos Santos Silva e William Schwartz, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento nos artigos 20, I a IV, c.c. 21, I, II, VIII e X, da Lei nº 8.884/94, e também nos artigos 36, incisos I a IV, e seu § 3º, incisos I, II, e VIII, da Lei nº 12.529/2011. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, as quais serão analisadas nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá declinar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade.

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

PORTARIA Nº 60, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto n° 6.061, de 15 de março de 2007, alterado pelo Decreto 7.426, de 07 de janeiro de 2011 e subsequentes, e com base no Edital de Chamamento Público nº 001/2012 - Senad/MJ, torna público o resultado da pré-qualificação, Fase 2 do referido edital, conforme os trabalhos realizados pela Comissão Especial de Avaliação, nomeada pela Portaria nº 51/2012, Senad/MJ, de 06 de novembro de 2012, alterada pelas Portarias nº 20/2013, Senad/MJ, de 13 de junho de 2013 e nº 26/2013, Senad/MJ, de 26 de julho de 2013, nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam pré-qualificadas, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 001/2012, as seguintes entidades:

CNPJ	Nome da Instituição	Nº do Processo
10.013.395/0001-10	ONG DOM VALÉRIO BREDA - CASA DO BOM SAMARITANO	08129.015194/2012-55
11.260.647/0001-79	FUNDAÇÃO ROSA MÍSTICA	08129.015196/2012-44
09.493.986/0001-53	CASA DE RESTITUIÇÃO SHALOM -CARES	08129.015208/2012-31
03.841.870/0002-62	FAZENDA VIDA NOVA	08129.000123/2013-39

Art. 2º Até a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Avaliação, deverá ser publicada mais 1 (uma) lista com os resultados da pré-qualificação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITORE ANDRE ZILIO MAXIMIANO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.969, DE 22 DE MAIO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3103 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INDUSTRIAL PORTO RICO S/A , CNPJ nº 12.217.832/0002-24, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Carabinas calibre 38
6 (seis) Revólveres calibre 38
112 (cento e doze) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.445, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4733 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO COMPLEXO HOTELEIRO BRASILIA, CNPJ nº 03.561.788/0001-01, para atuar no Distrito Federal.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.515, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4988 - DPF/PTS/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LAMEIRÃO LTDA ME, CNPJ nº 10.499.517/0001-20, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente EMPRESA DE VIGILANCIA COSTA SUL LTDA, CNPJ nº 00.745.970/0001-16:
13 (treze) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
13300 (treze mil e trezentas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 3.531, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2445 - DPF/GVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO GV SHOPPING, CNPJ nº 03.523.170/0001-49, para atuar em Minas Gerais.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.532, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/2442 - DPF/JTI/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARTICULAR LTDA, CNPJ nº 07.292.690/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1575/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.534, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/2832 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0020-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 1619/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.537, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/3673 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASVIG VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.624.554/0001-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Segurança Pessoal e Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1509/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.538, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4015 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PRAÇA DOS AMORES ALTO BURITIS LTDA, CNPJ nº 15.096.180/0001-24, para atuar em Minas Gerais.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.541, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4495 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CASA DO ADUBO LTDA, CNPJ nº 28.138.113/0008-43, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.542, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4508 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IVETH CORREA COSTA - SEGURANCA ME, CNPJ nº 10.517.499/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Escolta Armada e Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1466/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.545, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4845 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIELO - SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.524.503/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1597/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.546, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4852 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEVIG - PROTECAO E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.955.192/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Segurança Pessoal e Escolta Armada, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1616/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.549, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4987 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SECTOR SECURITY VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 17.838.006/0001-35, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente EXCEL SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. , CNPJ nº 00.515.043/0001-00:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.551, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5055 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERSONA - VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.542.117/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1495/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.557, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5260 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA , CNPJ nº 12.066.015/0001-31, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

65 (sessenta e cinco) Revólveres calibre 38

1170 (uma mil e cento e setenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.559, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5297 - DPF/ITZ/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NORTE SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.389.621/0001-62, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.563, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5421 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACM SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - SERVIP, CNPJ nº 03.030.106/0001-26, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

84 (oitenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.568, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5651 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROGUARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.429.584/0001-76, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

267 (duzentas e sessenta e sete) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.571, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5652 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa BRIGADA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.831.037/0001-73, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada na Bahia.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 3.573, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5728 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MAG SEGUR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 10.452.314/0003-40, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
8 (oito) Pistolas calibre .380
240 (duzentas e quarenta) Munições calibre .380
96 (noventa e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.574, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5748 - DPF/PCA/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CEFASP - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA, CNPJ nº 05.822.639/0001-76, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9200 (nove mil e duzentas) Munições calibre 38
22112 (vinte e duas mil e cento e doze) Espoletas calibre 38
18412 (dezoito mil e quatrocentos e doze) Estojos calibre 38
7000 (sete mil) Gramas de pólvora
19912 (dezenove mil e novecentos e doze) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Munições calibre .380
30000 (trinta mil) Espoletas calibre .380
30000 (trinta mil) Estojos calibre .380
30000 (trinta mil) Projéteis calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.576, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5852 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa KOERICH SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.775.546/0001-78, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.577, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4669 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA PIRACICABANA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.837.519/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1632/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.578, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4715 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VESEP VITORIA ESCOLA DE FORMÇÃO DE SEGURANÇA PROFISSIONAL LTDA., CNPJ nº 06.190.604/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1565/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.584, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/6070 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES PRETORIA LTDA-ME, CNPJ nº 09.538.055/0001-24, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
744 (setecentas e quarenta e quatro) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.586, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/6107 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED LTDA, CNPJ nº 03.019.433/0001-87, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
41000 (quarenta e uma mil) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Estojos calibre 38
42000 (quarenta e dois mil) Projéteis calibre 38
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380
1000 (um mil) Estojos calibre .380
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380
1668 (uma mil e seiscentas e sessenta e oito) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 304, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída por meio da Portaria SE/MJ nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria SE/MJ nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos art. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos.

ALFREDO PINHEIRO DOS SANTOS - 9140205-Z, natural de Portugal, nascido em 26 de janeiro de 1964, filho de Fernando dos Santos e de Candida Rosa Pinheiro, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08000.013818/2013-27);

BERNARDO ERNESTO SIMÕES MONIZ DA MAIA - V355875-K, natural de Portugal, nascido em 26 de julho de 1961, filho de João Manuel Saturnino Moniz da Maia e de Maria Helena Camacho Simões Moniz da Maia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.011790/2013-93);

MIGUEL ANGELO CAMPOS FIGUEIRA DA SILVA - V554264-3, natural de Portugal, nascido em 15 de dezembro de 1961, filho de Rui Vitor Figueira da Silva e de Branca dos Anjos Lima Campos Figueira da Silva, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.010336/2013-74);

NORBERTO HENRIQUE SERRA- V552049-H, natural de Portugal, nascido em 1 de julho de 1930, filho de Antonio Serra e de Conceição Henrique Serra, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08018.001965/2013-65);

PAULO ALEXANDRE BARROCA MONTEIRO - V302840-A, natural de Portugal, nascido em 13 de fevereiro de 1959, filho de Vitor Manuel da Silva Monteiro e de Luisa Maria Jorge Barroca, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.052723/2013-48) e

PAULO ALEXANDRE MARQUES LOPES DA SILVA - V760220-N, natural de Portugal, nascido em 15 de agosto de 1966, filho de Antonio Marques dos Santos Silva e de Filomena Nilza da Silva Lopes, residente no Estado da Paraíba (Processo nº 08018.003181/2013-71).

PAULO ABRÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08505.016136/2013-95 - MARIA JESUS CANADA JIMENEZ

Processo Nº 08505.035572/2013-63 - LEA MARIE GEYSER

Processo Nº 08505.035676/2013-78 - ARTUR FILIPE DOS SANTOS OLIVEIRA

Processo Nº 08505.035713/2013-48 - JOSE LUIS MOSTEIRO GARCIA

Processo Nº 08375.002093/2012-11 - ANTONIO DAS DORES COUTINHO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08460.028162/2012-49 - JON SOFUS LERCHE e CARINE STABELL

Processo Nº 08505.035201/2013-81 - VINCENT FOURNOT e GERALDINE BETTY ARLETTE SAGNES.

DEFIRO os pedidos de transformação da Residência Provisória em permanente, abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente:

Processo Nº 08339.000159/2013-47 - MAURO LEODAN MENDES SAAVEDRA

Processo Nº 08391.003965/2013-32 - KATHIA MILENA LEZCANO ESPINOZA

Processo Nº 08475.020766/2012-88 - MARCELO QUETTE MAMANI

Processo Nº 08476.000048/2013-66 - TINA MARCELA TREVINO CHAVEZ

Processo Nº 08476.003072/2012-76 - MARIA DEL ROSARIO GUTIERREZ MARTINEZ

Processo Nº 08502.000740/2013-20 - SAMUEL ZARATE LEONARDO

Processo Nº 08504.019787/2012-66 - STELLA MARIS SAINBONNET

Processo Nº 08506.014927/2012-90 - PASTOR OLMEDO CABRERA.

REVOGO o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 05/07/2012, Seção 1, pág. 55, para DEFERIR o pedido de permanência, com base no art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08505.011385/2012-11 - ANDREA PAGE KEEN.

Torno insubsistente o despacho Indeferitório, publicado no Diário Oficial da União de 20/08/2012, Seção I, pág. 34, para dar prosseguimento ao feito. Processo Nº 08455.036647/2012-85 - HERALDINO BALTAZAR FELIX DOS SANTOS FERNANDES.

INDEFIRO o pedido de permanência , tendo em vista que o estrangeiro encontra-se fora do País. Processo Nº 08260.003713/2011-37 - EGBERT PFEFFERLE.

INDEFIRO o pedido de permanência , tendo em vista que o estrangeiro encontra-se fora do País. Processo Nº 08260.006294/2011-95 - SONJI DAMIEN DRAKOS.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08460.015180/2012-61 - OLALLA PINEIRO FERNANDEZ.

INDEFIRO o pedido, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo Nº 08280.005731/2013-87 - ROBERT JEFFREY SHELDON.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.001415/2013-35 - LEONARD JOSEPH GAINES, até 10/11/2014

Processo Nº 08000.003056/2013-51 - JAY JOSEPH BAUDENDISTEL, até 26/03/2014

Processo Nº 08000.003439/2013-29 - BRENT PATRICK BANTA, até 27/02/2015

Processo Nº 08000.004912/2013-95 - IVAN LETILOVIC, até 18/07/2015

Processo Nº 08000.020158/2012-50 - LAURENTIU JERCAN, até 02/03/2015

Processo Nº 08000.000130/2013-87 - ADAM GEORGE WILLIAMS, até 18/02/2014

Processo Nº 08000.000635/2013-41 - KEITH CARLSON, até 16/02/2014

Processo Nº 08000.001231/2013-75 - EDDIEPER ANTIPOLO FEDERICO, até 27/03/2014

Processo Nº 08000.001232/2013-10 - EDISON ILOG TAMPOC, até 04/04/2014

Processo Nº 08000.001813/2013-51 - AARON CARTER CAMPBELL, até 14/11/2014

Processo Nº 08000.002100/2013-13 - JORGE ANTONIO OMAGOGEASCOA ONDARO, até 27/01/2015

Processo Nº 08000.002694/2013-54 - GUILLERMO LUIS MAYO MAZA, até 19/04/2014

Processo Nº 08000.003002/2013-95 - DINU TEOFIL STIRC, até 10/04/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08000.003004/2013-84 - EVA DE GRAAF, até 10/04/2015

Processo Nº 08000.003240/2013-09 - ANTHONY JAMES DOUGLAS, até 20/05/2015

Processo Nº 08000.003270/2013-15 - MANUEL CONDEZ DELA CRUZ, até 10/04/2015

Processo Nº 08000.003284/2013-21 - ROLANDO LAVIN MARTINEZ, até 10/04/2015

Processo Nº 08000.003288/2013-17 - ARSENIO TAMAYO CAGUIOA, até 10/04/2015

Processo Nº 08000.003480/2013-03 - ALEKSANDER MARCIN MADRAK, até 27/07/2015

Processo Nº 08000.004784/2013-80 - CARL RAY HARPER, até 06/08/2014

Processo Nº 08000.004876/2013-60 - JESUS MARTINEZ SANTIAGO, até 20/06/2014

Processo Nº 08000.020994/2012-34 - PANAGIOTIS KOUZAKOS, até 20/02/2015

Processo Nº 08000.021973/2012-36 - LUIS ALONSO MEJIA ACEVEDO, até 28/10/2014.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81:

Processo Nº 08000.000529/2013-68 - IAIN CAMPBELL SINCLAIR, até 07/11/2013

Processo Nº 08000.003481/2013-40 - OLEKSIY BARSEGYAN, até 18/03/2015

Processo Nº 08000.002018/2013-81 - REIJO ADOLF HEIKKILA, até 17/02/2015

Processo Nº 08000.000147/2013-34 - GEIR ARNE LERVIK, até 10/01/2015

Processo Nº 08000.003548/2013-46 - MANFRED HEINRICH HARMS, até 14/03/2014

Processo Nº 08000.004852/2013-19 - SUDESH KUMAR PADMANABHAN, até 28/03/2015

Processo Nº 08000.000957/2013-91 - PAUL AMERICO DIAS, até 09/02/2014

Processo Nº 08000.026554/2012-91 - MANUEL PINZAGLI, até 09/01/2014.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08000.000889/2013-60 - DANTE SAMSON BALIGUAT

Processo Nº 08000.001182/2013-71 - RAMOS LASAC BACUEL

Processo Nº 08000.003334/2013-70 - DOHYEON LEE

Processo Nº 08000.003352/2013-51 - FELIPE JR PACURIBOT ADEME

Processo Nº 08000.003332/2013-81 - HAESOO YOO

Processo Nº 08000.003324/2013-34 - ANTTI MIIKA VASARA

Processo Nº 08000.003354/2013-41 - EDUARDO ANGULO CALBENTOS

Processo Nº 08000.004732/2013-11 - KJARTAN KVAMSDAL

Processo Nº 08000.003331/2013-36 - CHUNSIK HONG.

INDEFIRO o pedido de prorrogação de estada tendo em vista que o art. 4º da RN n° 61/04 do Conselho Nacional de Imigração não permite a estada no País por prazo superior a 2 anos. Processo Nº 08000.004144/2013-70 - MAXIMILIAN EDUARDO MALDONADO DE BOURG.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08444.004569/2013-60 - GUIOMAR JAQUILINA MANUEL CUEXILA, até 09/08/2014

Processo Nº 08460.017256/2013-73 - RUBEN PEREZ BUENDIA, até 09/06/2014

Processo Nº 08505.066471/2013-34 - MAHFOUZ AG ADNANE, até 11/07/2014.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VI, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.067152/2013-46 - XIAOQIAN LIU, até 28/07/2016

Processo Nº 08505.067154/2013-35 - CHAO ZHANG, até 28/07/2016

Processo Nº 08505.067155/2013-80 - JING WANG, até 28/07/2016

Processo Nº 08505.067156/2013-24 - XIN XU, até 28/07/2016

Processo Nº 08505.067259/2013-94 - XIANGYANG LI, até 28/07/2016.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.018312/2013-12 - BRETT HARMON ADAMSON, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018314/2013-01 - EASTON AARON WHITAKER, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018315/2013-48 - DANIEL MCKAY WHITT, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018316/2013-92 - MARK ANDREW ACOSTA, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018317/2013-37 - ANDREW GRANT BEATY, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018318/2013-81 - REECE JACOB MILLER, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018320/2013-51 - MARCUS ALEXANDER GUNN, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018321/2013-03 - KEVIN BRADFORD SEARS, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018322/2013-40 - GREGG BENJAMIN ALLEN, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018323/2013-94 - AUSTIN BRADLY SEARLES, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018327/2013-72 - NATHAN DANIEL GEISLER, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018329/2013-61 - AUSTIN ONEAL BAUGHAN, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018330/2013-96 - ADAM THOMAS PINKSTON, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018331/2013-31 - TYLER THOMAS HATCH, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018333/2013-20 - JAN LEE SMITH MCKINNEY, até 25/09/2014

Processo Nº 08000.018334/2013-74 - MATHEW LEE WINN, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018335/2013-19 - OLIVIA COOK, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018337/2013-16 - CARL FLETCHER GARRISON IV, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018338/2013-52 - JOHN TAYLOR SWALLOW, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018339/2013-05 - BRYAN WEBB CALL, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018341/2013-76 - MARK ANTHONY JOHNSON, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018343/2013-65 - BENJAMIN JOE RODGERS, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018344/2013-18 - CLIFFORD SANDBORN LARSEN, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018345/2013-54 - STEVEN MICHAEL BOAM, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018313/2013-59 - ROBERT BEAU PETERSEN, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018319/2013-26 - DAVID BLAKE FARR, até 26/09/2014

Processo Nº 08000.018324/2013-39 - LINNEA ANN GAY, até 20/09/2014

Processo Nº 08000.018325/2013-83 - DANIELLE MARIE HAMES, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018326/2013-28 - ANGELA JEAN GRIMES, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018328/2013-17 - MICHAEL CHARLES CARTER, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018332/2013-85 - JOHN L MCKINNEY, até 25/09/2014

Processo Nº 08000.018336/2013-63 - CHRISTOPHER PINON, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018340/2013-21 - REESE JAMES NUTTALL, até 19/09/2014

Processo Nº 08000.018342/2013-11 - CONNOR DAVID STEED, até 26/09/2014.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08018.001165/2013-44 - DILSON CLAUDIO SODRE DA NOBREGA, até 14/03/2014

Processo Nº 08102.005669/2013-84 - CRISTINA ANTONIA GOMEZ DE BENITEZ, até 21/07/2014

Processo Nº 08125.002022/2013-32 - ANDRES FELIPE CARTAGENA MOLINA, até 06/07/2014

Processo Nº 08212.009160/2012-82 - DANIEL RODRIGO HERRERA MORANTE, até 14/02/2014

Processo Nº 08270.027747/2012-89 - EMANUEL JUARY SILVA SANCHES CORREIA, até 31/01/2014

Processo Nº 08297.004637/2013-21 - CRISTIANA FILIPA SOARES BRANCO MICAELO, até 24/01/2014

Processo Nº 08352.000303/2013-77 - ADRIAN SANTIAGO BERMEO ORELLANA, até 18/02/2014

Processo Nº 08352.000614/2013-36 - JUAN CARLOS TORRES ESPINOZA, até 31/03/2014

Processo Nº 08389.008462/2013-01 - ALAN ADRIANO FUENTES LEON, até 28/02/2014

Processo Nº 08389.008475/2013-71 - DARWIN ALEJANDRO SOTO DIAZ, até 21/04/2014

Processo Nº 08420.034086/2012-87 - DELCIO JOAO LOPES FERNANDES, até 21/12/2013

Processo Nº 08458.001270/2013-02 - TATIANA MARICELA MERCHAN TOALOMBO, até 15/02/2014

Processo Nº 08460.004223/2013-63 - SULAMITA DE CONCEICAO DOS ANJOS, até 23/02/2014

Processo Nº 08460.004299/2013-99 - SAJAD SALAMI e VAHIDEH FARHANGI, até 03/03/2014

Processo Nº 08460.004318/2013-87 - ELIZABETH HORTA ORTUZAR, até 16/02/2014

Processo Nº 08460.012072/2013-17 - FRANCISCO JOSE SALES PUCCINI, até 30/11/2013

Processo Nº 08460.014759/2013-97 - MIRIAM CASSANDRA GOMES DA CRUZ, até 10/05/2014

Processo Nº 08460.017278/2013-33 - FEZEMAR PIO AMARAL GOURGEL DA LURDES, até 12/07/2014

Processo Nº 08460.028674/2012-13 - ZACARIAS MUTURI DOMINGOS, até 22/03/2014

Processo Nº 08460.028682/2012-51 - RAFAEL ANDRES SORIA PENAFIEL, até 14/02/2014

Processo Nº 08460.028684/2012-41 - JOYCE MUTURI DOMINGOS, até 02/02/2014

Processo Nº 08460.028687/2012-84 - CARL-JOHAN MICHAEL OBERG, até 23/01/2014

Processo Nº 08495.005713/2012-07 - BRIAN CHARLES DENAWAY, até 02/02/2014

Processo Nº 08501.001233/2013-13 - IRIVALDO ROCHA MANUEL BOIA SALDANHA, até 27/02/2014

Processo Nº 08501.002470/2013-00 - JUAN DIEGO LOAIZA MEDINA, até 03/02/2014

Processo Nº 08505.035727/2013-61 - ANTONIO DE SALES AGOSTINHO MIGUEL, até 18/04/2014

Processo Nº 08505.052513/2013-50 - JOSE DAVID FRANCO, até 13/06/2014

Processo Nº 08505.066617/2013-41 - DIONISIA DOMINGOS MANUEL BORGES, BRAULIO AFONSO BORGES KAPENDA e DJASMINE CRISTINA BORGES KAPENDA, até 08/07/2014

Processo Nº 08701.000709/2013-42 - DIEGO CAMILO MORA OBANDO, até 28/02/2014.

DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no País, temporário item VII, Processo Nº 08000.007192/2013-10 - SEAN CHRISTIAN HORST, até 25/04/2014.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 23/11/2012, Seção 1, pág. 119, onde se lê: DEFIRO os pedidos de Transformação de residência temporária em permanência definitiva, na forma do art. 1º, da Resolução Normativa n º 06/97, do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.043257/2012-29 - NSUNGI UNZIRISA JULIENNE

Leia-se: DEFIRO os pedidos de Transformação de residência temporária em permanência definitiva, na forma do art. 1º, da Resolução Normativa n º 06/97, do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.043257/2012-29 - NSUNGI UNZITISA JULIENNE.

No Diário Oficial da União de 29/11/2012, Seção 1, pág. 37, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08505.068408/2012-51 - GEORGE CHISBUEZE OKORO e JOELMA SURAYA NOGUEIRA LOPES DA ROSA

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08505.068408/2012-51 - GEORGE CHIBUEZE OKORO e JOELMA SURAYA NOGUEIRA LOPES DA ROSA.

No Diário Oficial da União de 09/04/2013, Seção 1, pág. 30, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.002668/2013-27 - JORGE DE LA ROSA GONZALEZ, até 16/02/2014

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.002668/2013-27 - JORGE DE LA ROSA GONZALEZ e IVIS TERESA FERNANDEZ DIAZ, até 16/02/2014.

No Diário Oficial da União de 26/03/2013, Seção 1, pág. 35, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08506.016455/2012-18 - LIDIA GENILDE DIOGO DA SILVA, até 23/02/2012

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08506.016455/2012-18 - LIDIA GENILDE DIOGO DA SILVA, até 31/01/2014.

No Diário Oficial da União de 10/06/2013, Seção 1, págs. 34 e 35, onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08444.006564/2012-91 - MOLLIE REBECCA SEE

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08444.006564/2012-91 - MOLLIE REBECCA SEE BECKER.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 192, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Filme: CARRO FORTE (Brasil - 2002)
Produtor(es): Carlos Chueke
Diretor(es): Mario Diamante
Distribuidor(es): PLURAL FILMES
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.003780/2013-03
Requerente: PLURAL FILMES / FERNANDA TEODORO VIANA

Filme: O GIGANTE NUNCA DORME (Brasil - 2013)
Produtor(es): Dácia Ibiapina da Silva/Camila Machado Garcia de Lima
Diretor(es): Dácia Ibiapina da Silva
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.008034/2013-06
Requerente: DÁCIA IBIAPINA DA SILVA

Filme: OS BELOS DIAS (LES BEAUX JOURS, França - 2012)
Produtor(es): Les Films Du Kiosque/27.11 Production/Direct Cinéma
Diretor(es): Marion Vernoux
Distribuidor(es): Imovision (Tag Cultural Distribuidora de Filmes Ltda)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Digital
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Drogas e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.008055/2013-13
Requerente: IMOVISION (TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA)

Trailer: OS BELOS DIAS (LES BEAUX JOURS, França - 2012)
Produtor(es): Les Films Du Kiosque/27.11 Production/Direct Cinéma
Diretor(es): Marion Vernoux
Distribuidor(es): Imovision (Tag Cultural Distribuidora de Filmes Ltda)
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.008060/2013-26
Requerente: IMOVISION (TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA)

Filme: FRAGMENTOS DE PAIXÃO (Brasil - 2013)
Produtor(es): Storm Comunicação
Diretor(es): Iara Cardoso
Distribuidor(es): STORM COMUNICAÇÃO
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.008102/2013-29
Requerente: IARA CARDOSO

Filme: KICK ASS 2 (Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Trevor Duke-Moretz
Diretor(es): Jeff Wadlow
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.008411/2013-07
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MATO SEM CACHORRO (Brasil - 2012)
Produtor(es): RT2A Produções Cinematográficas Ltda.
Diretor(es): Pedro Amorim
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.008415/2013-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: HISTORY OF THE EAGLES (Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Universal International Music BV
Diretor(es): Alison Elwood
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Drogas
Processo: 08017.008420/2013-90
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SPRINGSTEEN AND I (Reino Unido - 2013)
Produtor(es): Bruce Springsteen
Diretor(es): Baillie Wailsh
Distribuidor(es): Cinemark Brasil S/A
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.008451/2013-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: METALLICA - THROUGH THE NEVER (Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es):
Diretor(es): Nimród Antal
Distribuidor(es): H2O DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.008455/2013-29
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DA DIRETORA
Em 20 de setembro de 2013

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, DEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas atenderam aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790:

I. "ICLOC - INSTITUTO CULTURAL LOURENÇO CASTANHO", com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 11.071.034/0001-93 - (Processo MJ nº 08071.019239/2013-54);

II. AGÊNCIA INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE - AIIS, com sede na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 18.385.082/0001-03 - (Processo MJ nº 08071.019169/2013-34);

III. ASSISTE - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A COMUNIDADE, com sede na cidade de APARECIDA DE GOIÂNIA, Estado de Goiás - CGC/CNPJ nº 18.254.485/0001-05 - (Processo MJ nº 08071.015762/2013-10);

IV. ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E PROGRAMAS - AGAP, com sede na cidade de VARZEA GRANDE, Estado de Mato Grosso - CGC/CNPJ nº 17.363.705/0001-76 - (Processo MJ nº 08071.017579/2013-41);

V. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS DO VALE DOS VINHEDOS (APROVALE), com sede na cidade de BENTO GONÇALVES, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 00.775.203/0001-50 - (Processo MJ nº 08071.019195/2013-62);

VI. ASSOCIAÇÃO GUARDIÕES DO CERRADO - AGC, com sede na cidade de SERRANOPOLIS, Estado de Goiás - CGC/CNPJ nº 17.349.348/0001-91 - (Processo MJ nº 08071.015632/2013-79);

VII. INSTITUTO ALEGRIAGORA, com sede na cidade de NATAL, Estado do Rio Grande do Norte - CGC/CNPJ nº 15.053.331/0001-67 - (Processo MJ nº 08071.016893/2013-14);

VIII. INSTITUTO BARATA RIBEIRO DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 18.316.624/0001-88 - (Processo MJ nº 08071.019477/2013-60);

IX. INSTITUTO CIÊNCIA E MOVIMENTO - CIMOVI, com sede na cidade de FLORIANOPOLIS, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 17.105.128/0001-12 - (Processo MJ nº 08071.016895/2013-03);

X. INSTITUTO FILANTROPIA - IF, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 16.793.297/0001-20 - (Processo MJ nº 08071.017595/2013-33);

XI. INSTITUTO MONTE SINAI, com sede na cidade de MAUA DA SERRA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 08.634.745/0001-14 - (Processo MJ nº 08071.015523/2013-51);

XII. INSTITUTO NEXXERA, com sede na cidade de FLORIANÓPOLIS, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 05.946.881/0001-51 - (Processo MJ nº 08071.019486/2013-51);

XIII. INSTITUTO PRÓ-AÇÃO, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 11.973.209/0001-58 - (Processo MJ nº 08071.015556/2013-00);

XIV. INSTITUTO PRÓ-EDUCAÇÃO E SAÚDE - PROEZA, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 05.769.341/0001-40 - (Processo MJ nº 08071.015454/2013-86);

XV. INSTITUTO TELOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 15.448.987/0001-89 - (Processo MJ nº 08071.019693/2013-13);

XVI. INSTITUTO TODOS PELO ESPORTE, com sede na cidade de COTIA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 17.777.138/0001-02 - (Processo MJ nº 08071.016887/2013-59);

XVII. INSTITUTO 'VIVER BEM', com sede na cidade de CAMBÉ, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 18.501.129/0001-49 - (Processo MJ nº 08071.017455/2013-65);

XVIII. LOUÇOS POR MÚSICA, SOCIEDADE ESCOLA - "LOUCOS POR MÚSICA", com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 12.696.389/0001-30 - (Processo MJ nº 08000.019017/2013-75);

XIX. OBSERVATÓRIO DA AMAZÔNIA INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO DA AMAZÔNIA, com sede na cidade de BOA VISTA, Estado de Roraima - CGC/CNPJ nº 17.929.047/0001-37 - (Processo MJ nº 08071.019233/2013-87);

XX. ORGANIZAÇÃO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL SAÚDE SUL - ODESSUL, com sede na cidade de SANTANA DO LIVRAMENTO, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 18.253.810/0001-15 - (Processo MJ nº 08071.015496/2013-17);

XXI. REDE DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - RAS, com sede na cidade de MOGI-GUAÇU, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 18.540.008/0001-06 - (Processo MJ nº 08071.019537/2013-44);

XXII. SOCIEDADE AMIGOS DE CHAPECÓ - SAC, com sede na cidade de CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 75.432.500/0001-00 - (Processo MJ nº 08071.012559/2013-83);

XXIII. UNIÃO BRASILEIRA PARA A QUALIDADE - UBQ, com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 21.229.182/0001-47 - (Processo MJ nº 08071.018054/2013-22).

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 189 de 23/09/2013, publicada no DOU de 25/09/2013, Seção 1, pág. 95, Processo MJ nº 08017.008405/2013-41, onde se lê: "Trailer: ROBOCOP - A ORGIEM" leia-se "Trailer: ROBOCOP - A ORIGEM".

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Prorroga o prazo para cadastramento de interessados no Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel consumidos por Embarcações Pesqueiras Nacionais.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, no Decreto nº 7.077, de 26 de janeiro de 2010, e na Instrução Normativa nº 10, de 14 de outubro de 2011, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00350.005174/2011-50, resolve:

Art. 1º Prorrogar, em caráter excepcional, até o dia 18 de outubro de 2013, o prazo para cadastramento dos interessados em ser beneficiários do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumidos por Embarcações Pesqueiras Nacionais para o ano de 2014, de que trata o item 2 do Anexo I da Instrução Normativa nº 10, de 14 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CRIVELLA

PORTARIA Nº 331, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Estabelece normas e procedimentos para a realização de eventos e agendas oficiais do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no Decreto nº 6.972, de 29 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos para o planejamento e realização de eventos e agendas oficiais do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

Art. 2º Compete ao Gabinete do Ministro a coordenação da agenda do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

Art. 3º Na proposição e elaboração de agendas deverão ser observados:

I - as propostas de eventos, solenidades, visitas, reuniões e encontros, a qual terão a presença do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura deverão, previamente, ser submetidas ao Gabinete do Ministro;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - uma vez definida a agenda/roteiro e encaminhada ao Estado, ela somente poderá ser alterada com expressa autorização do Gabinete do Ministro; e

III - caberá ao Gabinete do Ministro a decisão sobre composição de mesas em solenidades, comitivas em deslocamento e encontros com autoridades e pessoas da comunidade, observados os critérios estabelecidos no Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972.

Art. 4º Compete à Assessoria de Comunicação Social - ASCOM:

I - fazer cumprir as ordens do Gabinete do Ministro durante as agendas/roteiros na sede e nos Estados;

II - dirigir e coordenar os deslocamentos e os horários da autoridade máxima do Ministério, quando em visita aos Estados;

III - dirigir e coordenar o cerimonial das atividades promovidas pelo Ministério ou em parceria com outros órgãos, independente da iniciativa da proposta ser da Superintendência ou de qualquer outro órgão parceiro; e

IV - observar as orientações e manuais Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, bem como o disposto no Decreto nº 70.274, de 1972.

Art. 5º Compete às Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura:

I - a proposição da agenda ou evento ao Gabinete do Ministro;

II - definição do local, data e horário de cada evento;

III - dar suporte à equipe da ASCOM e Cerimonial que organizará o evento, desde a chegada da equipe ao Estado até o retorno a Brasília;

IV - ofertar de todo o apoio necessário à equipe da ASCOM e Cerimonial para o cumprimento dos horários da agenda;

V - coordenar o processo de mobilização do público alvo do evento: pescadores, pescadoras, marisqueiras, aquicultores e aquicultoras; e

VI - cumprir o descrito no roteiro/agenda e script do cerimonial aprovado pelo Gabinete do Ministro.

Art. 6º É vedado aos órgãos que estejam recepcionando o Ministro de Estado da Pesca Aquicultura quando da realização de agendas e eventos:

I - alterar o roteiro de viagem pré-definido pelo Gabinete do Ministro, sem sua prévia autorização;

II - incluir atividades, reuniões ou audiências no roteiro sem a prévia autorização do Gabinete do Ministro;

III - alterar o script de cerimonial da solenidade depois de definido pelo Gabinete do Ministro;

IV - incluir ou excluir pessoas da mesa de honra depois de estabelecida pelo Gabinete do Ministro;

V - alterar texto de documentos que serão assinados pelo Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura;

VI - retirar o Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura do local do evento sem o conhecimento e autorização da equipe de assessoria do Gabinete do Ministro;

VII - transportar o Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura em carro ou avião que não tenha sido credenciado pela equipe de assessoria e pelo Gabinete do Ministro;

VIII - conduzir o Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura a local que não tenha sido vistoriado anteriormente pela assessoria;

IX - alterar local de realização de evento sem que haja prévio consentimento do Gabinete do Ministro;

X - divulgar a presença do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura no Estado sem a aprovação da agenda pelo Gabinete; e

XI - montar release, press kit ou nota à imprensa sobre o evento com o Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura sem a prévia autorização da ASCOM.

Art. 7º O Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura poderá alterar a agenda no curso da mesma, cabendo à ASCOM e à SFPA, dar o suporte necessário.

Art. 8º A organização dos eventos e agendas promovidos pelo Ministério ou Superintendências, observarão ao disposto no Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, bem como nos manuais e diretrizes elaborados pela Presidência da República, para dirimir eventuais dúvidas que surgirem durante a organização, promoção e realização dos mesmos.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CRIVELLA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 589, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, nomeado pelo Decreto da Presidência da República de 13 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 14 de março de 2012, Seção 2, Página 01, no uso de suas competências e consoante a delegação contida na Portaria nº 523, de 01/12/2010, publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2011, seção 1, Páginas 80 a 88 e o disposto no art. 67, da Lei 8.666/93, resolve:

Art. 1º- Autorizar a cessão não onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Processo Administrativo nº 00350.003491/2013-01, Concorrência Pública nº 21/2013, às pessoas abaixo listadas:

Nome	CPF	Área
Agnaldo Rodrigues da Silva	142.023.968-63	1639
Alessandro Ricardo de Souza	536.005.921-49	1640
Angelo Antonio de Souza	137.881.081-34	1641
Claudio Rogerio de Souza	596.114.051-20	1642
Elias de Camargo	030.188.408-01	1643
Euripedes Gonçalves de Oliveira	139.963.041-53	1644
Gilmar Borges Carvalho	357.313.201-44	1646
João Batista Pereira	446.853.781-72	1647
Jonoel Valeriano da Silva	894.407.061-04	1648
Luciana Maria Gonçalves	950.519.701-25	1649
Luciana Regina Marques Ribeiro	002.640.621-75	1650
Marco Antonio de Freitas Silva	542.407.431-68	1651
Marcos Lemos Leal	475.045.101-06	1652
Sebastião Carlos Alves Pereira	294.349.631-68	1656
Sebastião Nunes Vieira	321.198.871-87	1657
Sergio Paulo Faustino	939.018.871-72	1658
Claudineia de Paula da Silva	220.108.648-67	1659
Roberto Antonio de Souza	475.767.151-20	1660
Osmaildo Alves Ferreira	519.240.131-34	1661
João Divino da Silva	304.532.671-49	1662
Adalberto Freitas Santana	446.251.541-20	1663
Akemi More	357.314.511-68	1665
João Pedro da Silva	156.584.061-53	1666
Sandro Shiquenobro More	133.455.498-67	1667
Reginaldo Coelho Neves	265.872.098-07	1668
Deoclides Gomes Santana	142.879.351-87	1669
Nilda Aparecida Almeida Paula	867.925.981-00	1670
Allvilmar Donizeth Miranda de Morais	703.496.221-91	1671
Marino de Faria Domingos	604.746.616-87	1673
Generindo Candido da Rocha	036.349.778-17	1675
Agnaldo Alves da Silva	716.199.921-91	1676
Sandra Aparecida Alves	652.915.221-00	1682
Valdemira Mendes de Oliveira	465.393.101-10	1683
Ataides Nunes de Oliveira	257.021.731-04	1684
Selmar Garcia de Freitas	475.093.091-15	1685
Gilson Mendes da Silva	582.318.201-59	1686
Rogerio Marcondes Castanheira	700.576.641-53	1688
Cosmo Damiao da Silva	102.836.938-78	1689
Marcos Lopes Martins	894.477.351-34	1653
Olivar Fernandes Capella Filho	272.988.501-30	1654
Gilmar Soares Gois	394.846.296-87	1677
Catia Fernanda Coutinho	994.257.181-72	1681
Fabiana Maritza de Souza	607.963.591-72	1645
Osvaldo Alves da Silva	450.445.461-00	1655
Jaime Tiago da Maia Dias	309.103.901-34	1664
Tieme Claudia More Baggio	321.884.801-63	1672
Miguel Ramos do Prado	313.895.701-34	1674
Rafael Claudino Pedro	965.868.501-34	1678
Valdeci Silva de Souza	357.488.341-20	1679
Jorge Inácio de Oliveira	715.987.661-04	1680

ÁTILA MAIA DA ROCHA

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Preâmbulo da Portaria Interministerial MPS/MF nº 413, de 24 de setembro de 2013, publicada no DOU de 25/09/2013, Seção 1, pág. 97, onde se lê: "Lei nº 8.2012, de 24 de julho de 1991", leia-se: "Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991".

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 25 de setembro de 2013

Nº 31 -
Assunto: Alienação de imóvel do PND.
Ementa: Homologação e Adjudicação de imóvel - Leilão nº 02/2013. Fundamentação Legal: Lei nº 11.481 de 31.05.2007, Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e demais normas em vigor.

RELATÓRIO

Trata-se de Homologação dos procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.001271/2012-17, referente ao Leilão nº 02/2013 e Adjudicação do imóvel ao arrematante.

FUNDAMENTAÇÃO

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, considerando os vários pronunciamentos constantes no processo, bem como a regularidade dos procedimentos licitatórios, estando o mesmo instruído de acordo com as normas legais vigentes e no uso das atribuições contidas no Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS nº 296 de 09.11.2009. Delegação de competência que foram conferidas pelo Diretor de Orçamento, Finanças e Logística à Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos através do inciso I, da Portaria/INSS/PRES nº281, de 18/03/2010, publicada no D.O.U. nº 53, de 19/03/2010.

DECISÃO

HOMOLOGO os procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.001271/2012-17, referente ao Leilão nº 02/2013 e ADJUDICO o imóvel sito à QNM 17, Conjunto "G", Casa 07, Taguatinga/DF ao respectivo arrematante, Clinica Brasília de Radioligia LTDA, pelo valor de R$ 400.000,00(quatrocentos mil reais) à vista - Carta de Crédito.

Ao Leiloeiro e Equipe de Apoio, conforme Portaria/INSS/DIROF nº37, de 08.03.2013, para dar prosseguimento ao processo.

GILVANEIRE CAVALCANTI BELTRÃO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 506, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44011.000093/2012-61, sob o comando nº 363243225 e juntada nº 370727003, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios PREVCOM RP - CNPB nº 2013.0001-38, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.132, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Estabelece novos quantitativos físicos da manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes;

Considerando o Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 1997;

Considerando a Portaria nº 1.315/GM/MS de 30 de novembro de 2000 que define o fluxo de informações, tipificação e cadastro de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME);

Considerando a Portaria nº 2.381/GM/MS de 29 de setembro de 2004 que cria a Rede Nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (Rede BRASILCORD);

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009 que aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes;

Considerando a Portaria nº 844/GM/MS de 2 de maio de 2012 que estabelece a manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME); e

Considerando a necessidade de manter a regulação do cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea e outros progenitores hematopoéticos no REDOME e na rede BRASILCORD, de forma a garantir a adequada representatividade da diversidade genética da população brasileira nesses registros, garantir a oportunidade de identificação de doadores histocompatíveis e de assegurar a utilização adequada dos recursos financeiros disponíveis, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas novas cotas do cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea e outros progenitores hematopoéticos no REDOME e na rede BRASILCORD.

Parágrafo único. Os novos quantitativos constam no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os critérios de execução desta Portaria serão definidos em Portaria específica da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Número máximo de cadastro de doadores voluntários de medula óssea/ano por UF

UF	Número máximo de cadastro de doadores voluntários de medula óssea/ano
AC	2.594
AL	10.823
AM	10.162
AP	2.389
BA	20.000
CE	15.000
DF	9.055
ES	12.233
GO	12.000
MA	15.500
MG	30.800
MS	8.565
MT	10.651
PA	20.000
PB	13.044
PE	15.000
PI	10.807
PR	32.430
RJ	14.040
RN	11.037
RO	6.090
RR	1.605
RS	21.860
SC	10.140
SE	7.217
SP	72.110
TO	4.847

PORTARIA Nº 2.135, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e

Considerando o estabelecido na Constituição Federal de 1988 quanto à elaboração e encaminhamento dos projetos relativos ao Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA);

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; e revoga dispositivos das Leis n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, e n° 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando a Resolução CNS nº 459, de 10 de outubro de 2012, que aprova o Modelo Padronizado de Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas para os Estados e Municípios, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 36 da Lei Complementar nº 141/201; e

Considerando a pactuação ocorrida na reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), de 29 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. O planejamento no âmbito do SUS terá como base os seguintes pressupostos:

I - planejamento como responsabilidade individual de cada um dos três entes federados, a ser desenvolvido de forma contínua, articulada e integrada.

II - respeito aos resultados das pactuações entre os gestores nas Comissões Intergestores Regionais (CIR), Bipartite (CIB) e Tripartite (CIT).

III - monitoramento, a avaliação e integração da gestão do SUS.

IV - planejamento ascendente e integrado, do nível local até o federal, orientado por problemas e necessidades de saúde para a construção das diretrizes, objetivos e metas.

V - compatibilização entre os instrumentos de planejamento da saúde (Plano de Saúde e respectivas Programações Anuais, Relatório de Gestão) e os instrumentos de planejamento e orçamento de governo, quais sejam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), em cada esfera de gestão;

VI - transparência e visibilidade da gestão da saúde, mediante incentivo à participação da comunidade;

VII - concepção do planejamento a partir das necessidades de saúde da população em cada região de saúde, para elaboração de forma integrada.

Art. 2º Os instrumentos para o planejamento no âmbito do SUS são o Plano de Saúde, as respectivas Programações Anuais e o Relatório de Gestão.

§ 1º Os instrumentos referidos no "caput" interligam-se sequencialmente, compondo um processo cíclico de planejamento para operacionalização integrada, solidária e sistêmica do SUS.

§ 2º O Plano de Saúde norteia a elaboração do planejamento e orçamento do governo no tocante a saúde.

§ 3º Os prazos para elaboração do PPA, da LDO e da LOA observam o disposto nas Constituições e Leis Orgânicas dos entes federados.

Art. 3º O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera.

§ 1º O Plano de Saúde configura-se como base para a execução, o acompanhamento, a avaliação da gestão do sistema de saúde e contempla todas as áreas da atenção à saúde, de modo a garantir a integralidade dessa atenção.

§ 2º O Plano de Saúde observará os prazos do PPA, conforme definido nas Leis Orgânicas dos entes federados.

§ 3º A elaboração do Plano de Saúde será orientada pelas necessidades de saúde da população, considerando:

I - análise situacional, orientada, dentre outros, pelos seguintes temas contidos no Mapa da Saúde:

a) estrutura do sistema de saúde;

b) redes de atenção à saúde;

c) condições sociossanitárias;

d) fluxos de acesso;

e) recursos financeiros;

f) gestão do trabalho e da educação na saúde;

g) ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde e gestão;

II - definição das diretrizes, objetivos, metas e indicadores; e

III - o processo de monitoramento e avaliação.

§ 4º Os Planos Estaduais de Saúde deverão ainda explicitar a metodologia de alocação dos recursos estaduais e a previsão anual de repasse recursos aos Municípios, pactuada pelos gestores estaduais e municipais na CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Saúde.

§ 5º Os Planos Estaduais de Saúde terão como base as metas regionais, resultantes das pactuações intermunicipais, com vistas à promoção da equidade inter-regional.

§ 6º A transparência e a visibilidade serão também asseguradas mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração e discussão do Plano de Saúde.

§ 7º O Plano de Saúde deverá considerar as diretrizes definidas pelos Conselhos e Conferências de Saúde e deve ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Saúde respectivo e disponibilizado em meio eletrônico no Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SARGSUS), disponível em www.saude.gov.br/sargsus.

Art. 4º A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem por objetivo anualizar as metas do Plano de Saúde e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

§ 1º Para Estados e Municípios, a PAS deverá conter:

I - a definição das ações que, no ano especifico, garantirão o alcance dos objetivos e o cumprimento das metas do Plano de Saúde.

II - a identificação dos indicadores que serão utilizados para o monitoramento da PAS; e

III - a previsão da alocação dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento da PAS;

§ 2º Para a União, serão estabelecidas metas anualizadas do Plano de Saúde e a previsão da alocação dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento da PAS.

§ 3° O prazo de vigência da PAS coincidirá com o ano-calendário.

Art. 5º No processo de elaboração e execução da PAS, os gestores de saúde observarão os seguintes prazos:

I - elaboração e envio para aprovação do respectivo Conselho de Saúde antes da data de encaminhamento da LDO do exercício correspondente; e

II - execução no ano subsequente.

Art. 6º O Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

§ 1º O Relatório de Gestão contemplará os seguintes itens:

I - as diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde;

II - as metas da PAS previstas e executadas;

III - a análise da execução orçamentária; e

IV - as recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos do Plano de Saúde.

§ 2º Os entes federados que assinarem o Contrato Organizativo de Ação Pública em Saúde (COAP) deverão inserir seção específica relativa aos compromissos assumidos e executados.

§ 3º O Relatório de Gestão deve ser enviado ao respectivo Conselho de Saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo, por meio do SARGSUS.

Art. 7º O Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS e deve ser apresentado pelo gestor do SUS até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação.

Parágrafo único. O relatório previsto no "caput" observará o modelo padronizado previsto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 459, de 2012 e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - montante e fonte dos recursos aplicados no período;

II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;

III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

Art. 8º O planejamento regional integrado será elaborado no âmbito da Região de Saúde, com base nas necessidades de saúde expressas nos planos municipais de saúde e será pactuado, monitorado e avaliado pela CIR.

§ 1º O processo de planejamento regional integrado será coordenado pela gestão estadual e envolverá os três entes federados.

§ 2º O planejamento regional integrado expressará as responsabilidades dos gestores de saúde em relação à população do território quanto à integração da organização sistêmica do SUS, evidenciando o conjunto de diretrizes, objetivos, metas e ações e serviços para a garantia do acesso e da integralidade da atenção.

§ 3º A produção resultante do processo de planejamento regional integrado realizado no âmbito da Região de Saúde expressará:

I - a identificação da situação de saúde no território e das necessidades de saúde da população da Região de Saúde;

II - as diretrizes, os objetivos plurianuais e as metas anuais para a Região de Saúde, bem como os prazos de execução, indicadores, responsabilidades dos entes federados;

III - a Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde.

§ 4º A produção referida no § 3º comporá o COAP.

§ 5º Os atuais planos de ação regional das redes de atenção à saúde, bem como os planos de ação e de aplicação de recursos de promoção e vigilância à saúde, de assistência farmacêutica, da gestão do trabalho e da educação na saúde dos três entes federados comporão e integrarão os produtos do planejamento regional integrado.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as seguintes portarias:

I - Portaria nº 3.332/GM/MS, de 28 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 249, de 29 de dezembro de 2006, seção I, página 608;

II - Portaria nº 3.085/GM/MS, de 1º de dezembro de 2006, publicada no DOU nº 231, de 4 de dezembro de 2006, seção I, página 39;

III - Portaria nº 1.510/GM/MS, de 25 de junho de 2007, publicada no DOU nº 121, de 26 de junho de 2007, seção I, página 21;

IV - Portaria nº 376/GM/MS, de 16 de fevereiro de 2007, publicada no DOU nº 35, de 21 de fevereiro de 2007, seção 1, página 48;

V - Portaria nº 1.885/GM/MS, de 9 de setembro de 2008, publicada no DOU nº 175, de 10 de setembro de 2008, seção 1, página 47;

VI - Portaria nº 3.176/GM/MS, de 24 de dezembro de 2008, republicada no DOU nº 6, de 11 de janeiro de 2010, seção 1, página 35;

VII - Portaria nº 2.327/GM/MS, de 6 de outubro de 2009, publicada no DOU nº 192, de 7 de outubro de 2009, seção I, página 44; e

VIII - Portaria nº 1.964/GM/MS, de 23 de julho de 2010, publicada no DOU nº 142, de 27 de julho de 2010, seção I, página 37.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 764, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Defere os pedidos de credenciamentos para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando a Portaria nº 875 do Ministério da Saúde, editada em 16 de maio de 2013, que estabelece as regras e os critérios para apresentação e aprovação de projetos no âmbito do PRONAS/PCD;

Considerando que a documentação apresentada pelas instituições requerentes atende a todos os requisitos exigidos no art. 17 da Portaria GM/MS nº 875/2013 para credenciamento no PRONAS/PCD; e

Considerando o disposto no art. 19, da Portaria GM/MS nº 875/2013, que determina a publicação dos resultados dos pedidos de credenciamento das instituições interessadas em participar do desenvolvimento de ações e serviços no âmbito do PRONAS/PCD no Diário Oficial da União, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Esta Portaria defere os pedidos de credenciamentos para apresentação de projetos no âmbito Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) das instituições abaixo relacionadas:

Instituição	CNPJ
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo André	57.599.847/0001-51
Associação de Assistência à Criança Deficiente - Campo Grande - São Paulo/SP	60.979.457/0011-93
Associação de Assistência à Criança Deficiente - Mooca - São Paulo/SP	60.979.457/0005-45
Associação de Assistência à Criança Deficiente - Nova Iguaçu/RJ	60.979.457/0008-98
Associação de Assistência à Criança Deficiente - Osasco/SP	60.979.457/0007-07
Associação de Assistência à Criança Deficiente - Porto Alegre/RS	60.979.457/0004-64
Associação de Assistência à Criança Deficiente - Recife/PE	60.979.457/0002-00
Associação de Assistência à Criança Deficiente - Santana - São Paulo/SP	60.979.457/0009-79
Associação de Assistência à Criança Deficiente - Uberlândia/MG	60.979.457/0006-26
Associação de Assistência à Criança Deficiente - Vila Clementino - São Paulo/SP	60.979.457/0001-11
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE UBÁ	17.759.168/0001-88
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Norte	91.101.451/0001-70
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Senador Firmino	02.320.890/0001-44
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Pomba	20.438.107/0001-23
Associação Mineira de Reabilitação - AMR	17.221.615/0001-40
Centro de Atendimento e Inclusão Social - CAIS	21.725.056/0001-83
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	62.779.145/0001-90
Via Pró-Doações e Transplantes	04.043.606/0001-65

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL

PORTARIA Nº 765, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Defere os pedidos de credenciamentos para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando a Portaria nº 875 do Ministério da Saúde, editada em 16 de maio de 2013, que estabelece as regras e os critérios para apresentação e aprovação de projetos no âmbito do PRONON;

Considerando que a documentação apresentada pelas instituições requerentes atende a todos os requisitos exigidos no art. 17 da Portaria GM/MS nº 875/2013 para credenciamento no PRONON; e

Considerando o disposto no art. 19, da Portaria GM/MS nº 875/2013, que determina a publicação dos resultados dos pedidos de credenciamento das instituições interessadas em participar do desenvolvimento de ações e serviços no âmbito do PRONON no Diário Oficial da União, resolve:

Art. 1º Esta Portaria defere os pedidos de credenciamentos para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) das instituições abaixo relacionadas:

INSTITUIÇÃO	CNPJ
AMUCC - Associação Brasileira de Portadores de Câncer	04.124.807/0001-97
Associação Mário Penna	17.513.235/0001-80
Fundação Doutor Amaral Carvalho	50.753.755/0001-35
Fundação Sara Albuquerque Costa	02.663.494/0001-10
Hospital Ana Nery Santa Cruz do Sul	95.422.358/0001-19
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	62.779.145/0001-90
Santa Casa de Misericórdia da Bahia	15.153.745/0001-68
Grupo Brasileiro de Estudos do Câncer de Mama - GBECAM	07.304.416/0001-42

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÕES DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.182361/2009-05	ALL LIFE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. - ME - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	412899	04.015.891/0001-00	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 098002/2008-81	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA	340596	00.830.382/0001-80	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 181392/2009-31	CENÁCULO PROTETOR DOS CEGOS	408638	33.859.869/0001-45	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 182408/2009-22	ODONTO TIME ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA	414841	86.693.215/0001-50	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 035456/2010-66	SISTEMA MEDICO DA SAUDE S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	337625	01.410.841/0001-30	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 012502/2009-15	CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE GOIAS	356590	01.418.847/0001-53	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 091373/2008-32	ORAL SYSTEM ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA	406244	00.534.741/0001-52	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.182362/2009-41	FAMIDENTE DE TERESOPOLIS PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	412902	04.106.651/0001-11	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 017768/2010-98	UNIMED PEDRO LEOPOLDO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	303585	66.405.119/0001-52	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 119817/2007-21	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA	340596	00.830.382/0001-80	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 026006/2010-82	ATHIA PLANOS DE SAUDE S/C LTDA	329371	01.769.391/0001-76	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 155103/2008-67	ODONTO NEWS CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO LTDA	416479	05.966.517/0001-53	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO

33902. 120063/2007-51	SANTA CATARINA SAUDE SERVIÇOS E CONVENIOS LTDA.	409294	03.422.547/0001-73	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 131398/2008-86	MASSA FALIDA DE POLLEN - GRUPO ASSISTENCIAL POLIVALENTE	327000	43.504.109/0001-79	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 093482/2008-94	MASSA FALIDA DE GAME ASSISTENCIA MEDICA S/C LTDA.	402982	49.073.521/0001-68	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 025969/2010-69	MEDES CLINICA MÉDICA LTDA	328201	48.024.822/0001-39	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO
33902. 025882/2010-91	UNIMED CAMPOS DO JORDAO COOP.TRABALHO MÉDICO	325015	71.925.515/0001-40	Proc adm sancionador. Representação. Cancelamento da autorização de funcionamento ou reg provisório da OPS. Pendência de decisão de 1º instância. Pela anulação do AI e pelo arquivamento dos autos com fundamento no art. 26-D, § 3º, da RN nº 85/04, introduzido pela RN nº 315/12.	ARQUIVAMENTO

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima das decisões proferidas em processos administrativos referentes às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, que se encontram em local incerto e não sabido:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.062878/2009-71	GREEN LIFE SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA.	410471.	03.571.385/0001-35	Alteração de controle societário. Art. 4º, inciso XXII, da Lei 9.961/00, e art. 1º, da RDC 83/01. Infração Configurada.	75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.049398/2009-14	FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE	415405.	05.202.699/0001-96	Programa Olho Vivo. Asp técnico-assistencial. Art. 12, § 2º, da Lei nº 9656/98. Art. 12, inciso V, da Lei nº 9656/98 c/c IN DIPRO nº 15/07, anexo I, tema XIII, letra "A", nº "1". Art. 14, da RN nº 162/07. Infrações configuradas.	869.098,94 (OITOCENTOS E SESSENTA E NOVE MIL, NOVENTA E OITO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS)
33902.078857/2003-81	UNIAO DOS MÉDICOS DO NORDESTE DO PARA - COOPERATIVA DE TRABALHO	308463.	02.367.559/0001-80	Representação por não envio de informações periódicas. Art. 20 caput da Lei 9.656/98. Infração prevista no artigo 35 da RN 124/06. Infração Configurada.	ARQUIVAMENTO
33902.183628/2009-73	UNIMED METROPOLITANA DO AGRESTE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	318566.	35.642.768/0001-43	Operação de produto de forma diversa da registrada na ANS. Violação ao comando do art. 20 da lei 9.656/98 c/c art. 20, III da RN 100/05. Conduta não caracterizada. Anulação do AI 36705.	ARQUIVAMENTO
33902.175106/2009-06	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA	302147.	00.461.479/0001-63	Substituição da rede hospitalar. Art. 17, §4° da Lei 9.656/98. Conduta não comprovada. Anulação do AI 36600.	ARQUIVAMENTO
33902.149009/2009-50	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Programa Olho Vivo. Asp técnico-assistencial. IN nº 15/07. Res CONSU nº 13/98. RN 42/03. Condutas tipificadas pelos arts. 43 e 66, da RN nº 124/06. Infrações configuradas.	297.301,88 (DUZENTOS E NOVENTA E SETE MIL, TREZENTOS E UM REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)
33902.157628/2005-94	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MÉDICO LTDA	311961.	04.612.990/0001-70	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 4o, da RDC 85/01. Infração Configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

PATRÍCIA SOARES DE MORAES

Substituta

DECISÃO DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.183839/2008-25	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ	355879.	33.755.174/0001-13	Não envio de documentos e informações solicitados pela ANS. Reparação voluntária e eficaz. Anulação do AI 36704.	ARQUIVAMENTO
33902.056131/2010-17	NEW ODONTO ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS ODONTOLÓGICOS LTDA.	415456.	03.459.847/0001-27	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 4o, da RDC 85/01. Infração configurada.	157.500,00 (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL, QUINHENTOS REAIS)
33902.102849/2008-78	AMARAL & RAYMUNDINI S/C LTDA.	413593.	01.174.098/0001-66	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Operadora odontológica com menos de 20.000 beneficiários.	ARQUIVAMENTO
33902.216099/2008-11	PAULIDENT ODONTOLOGIA S/C LTDA	401781.	01.739.970/0001-76	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Operadora odontológica com menos de 20.000 beneficiários.	ARQUIVAMENTO
33902.397379/2011-16	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	345474.	33.683.111/0001-07	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 4o, da RDC 85/01. Infração configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.050606/2005-02	POLICLINICA AMBULATORIAL DE MIGUEL COUTO LTDA	407992.	03.200.784/0001-90	Representação por não envio de informações do sistema DIOPS referentes ao ano de 2001. Violação ao Art. 20 caput da Lei 9.656/98. Prescrição da pretensão punitiva. Anulação do AI 34906	ARQUIVAMENTO
33902.052110/2009-99	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Constituição de provisão de risco de forma insuficiente e prov de risco de acordo c metodologia pp s/ aprovação da ANS da nota téc atuarial. Encaminhar à ANS o DIOPS contendo incorreções. Deixar de enc à ANS as informações solicitadas. Anulação parcial do A 36700.	150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

PATRÍCIA SOARES DE MORAES

Substituta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.569, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1 de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.355, de 27 de agosto de 2013, publicada no DOU de 28 de agosto de 2013,

considerando o artigo 7º, XV, e o artigo 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o artigo 18, § 6º, II da Lei n. 8.078, de 11 de novembro de 1990;

considerando o artigo 45 da Lei nº. 9784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o item 10 da Portaria nº 34, de 13 de janeiro de 1998;

considerando o item 10 da Portaria nº 36, de 13 de janeiro de 1998;

considerando o anexo II da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 27 , de 06 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes dos produtos discriminados no ANEXO desta Resolução, da empresa Nutrifam Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, CNPJ 07.178.022/0001-95, localizada Rua Pedro Moreira de Souza, 318, Votorantim/SP, por não possuírem registro junto à Anvisa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

Nome do Produto/ Marca
Sopa de fubá, marca Nutrifam Baby
Sopa de legumes com arroz, marca Nutrifam Baby
Sopa tradicional com carne, marca Nutrifam Baby
Sopa de abóbora com espinafre, marca Nutrifam Baby
Sopa de mandioquinha com beterraba marca Nutrifam Baby
Caldo verde, marca Nutrifam Baby
Sopa de beterraba, marca Nutrifam Baby
Sopa de mandioquinha e hortaliças, marca Nutrifam Baby
Sopa tradicional de frango, marca Nutrifam Baby
Sopa completa de batata, marca Nutrifam Baby
Sopa de macarrão com beterraba, marca Nutrifam Baby
Canja, marca Nutrifam Baby
Sopa completa de batata, marca Nutrifam Baby
Sopa de ervilha, marca Nutrifam Baby
Sopa de grão de bico, marca Nutrifam Baby
Sopa de soja, marca Nutrifam Baby
Sopa de feijão branco, marca Nutrifam Baby
Sopa de lentilha, marca Nutrifam Baby
Sopa de ervilha, marca Nutrifam Baby
Sobremesa de maçã com ameixa, marca Nutrifam Baby
Sobremesa de salada de frutas, marca Nutrifam Baby
Sobremesa de maçã com ameixa, marca Nutrifam Baby
Sobremesa de manga, marca Nutrifam
Risoto de frango, marca Nutrifam Crescer
Strogonoff de carne, marca Nutrifam Crescer
Jardineira de legumes, marca Nutrifam Crescer
Espaguetti à bolonhesa, marca Nutrifam Crescer
Espaguetti com frango, marca Nutrifam Crescer

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.069, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Habilita Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a receberem a antecipação dos incentivos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, Tipo II, Tipo III;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), e dá outras providências;

Considerando o que estabelece a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente, em relação à reorganização das práticas e a qualificação das ações e serviços oferecidos na Saúde Bucal, visando à integralidade das ações; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGSB/DAB/SAS/MS), constante do processo de credenciamento/habilitação desses serviços, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), relacionados no Anexo a esta Portaria, a receberem a antecipação dos incentivos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, de acordo com a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005.

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas na Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, pelos Municípios pleiteantes, implicará na devolução ao Fundo Nacional de Saúde do recurso repassado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir da competência setembro de 2013.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA ESTABELECIMENTO DE SAÚDE/CÓDIGO VERIFICADOR	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
					CEO TIPO
MT	510792	Sorriso	Sorriso - 000949	Municipal	II
PB	250120	Areial	Areial - 000950	Municipal	I
PB	250450	Condado	Condado - 000951	Municipal	I
PB	250960	Monte Horebe	Monte Horebe - 000952	Municipal	I
PB	251110	Pedra Lavrada	Pedra Lavrada - 000953	Municipal	I
PB	251270	Remígio	Remígio - 000954	Municipal	I
PI	220150	Batalha	Batalha - 000955	Municipal	I
PI	220800	Picos	Picos - 000956	Municipal	III
RS	432100	Tapera	Tapera - 000957	Municipal	II
SP	353190	Morro Agudo	Morro Agudo - 000958	Municipal	I

PORTARIA Nº 1.070, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 562/SAS/MS, de 30 de setembro de 2004, que inclui na tabela de serviço/classificação dos Sistemas de Informações do Sistema Único de Saúde (SCNES, SIA e SIH/SUS) os serviços e a operacionalização no SIA/SUS dos procedimentos realizados pelos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO);

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados CEO Tipo I, Tipo II e Tipo III;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o Anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), e dá outras providências; e

Considerando o que estabelece a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente, em relação à reorganização das práticas e a qualificação das ações e serviços oferecidos na Saúde Bucal, visando à integralidade das ações, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), relacionado no Anexo a esta Portaria, a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal.

Parágrafo único. O não atendimento às condições e às características definidas nas Portarias nº 599/GM/MS, nº 600/GM/MS, ambas de 23 de março de 2006, e nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, pelo Município pleiteante, implicará, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2013.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
					CEO TIPO
BA	291340	Igaporã	2413280	Municipal	II

PORTARIA Nº 1.077, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Habilita estabelecimento de saúde como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 664/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS),institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC,

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde de Pernambuco, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Resolução CIB nº 2192/2012 - CIB/PE, de 11 de janeiro de 2013; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade - DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir relacionado como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC - código 16.17 e o número de leitos da Unidade de Cuidado Integral ao AVC, do hospital a seguir:

Estabelecimento/ Município/UF	CNES	CNPJ
Hospital da Restauração - Recife/PE	0000655	10.572.048/0002-09
Número de Leitos	10 integrais	
Código da habilitação	16.17 - Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC	

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, considerando o OFÍCIO GAB. nº 233/2013, datado de 14 de março de 2013. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 1.078, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 13 MG 05 II - denominação: Instituto de Clinicas e Cirurgia de Juiz de Fora Ltda - Hospital Monte Sinai; III - CGC: 25.415.993/0001-93; IV - CNES: 3013588; V- endereço: Rua Vicente Beghelli, Nº. 315; Bairro: Dom Bosco, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.025-550.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 01 MG 10 II - denominação: Bio Visao Centro Esp Em Microcirurgia Ocular Ltda; III - CGC: 03.401.608/0001-16 IV - CNES: 3326446; V- endereço: Avenida Francisco Sales, Nº. 1420, Bairro: Santa Efigenia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-221.

Art. 3º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 12 07 PR 05 II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Londrina; III - CGC: 78.614.971/0001-19; IV - CNES: 2580055; V- endereço: Rua Espírito Santo, Nº. 523, Bairro: Centro, Londrina/PR, CEP: 86.010-450.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde abaixo identificada:

FÍGADO: 24.09
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 02 01 MG 04 II - responsável técnico: Antônio Márcio de Faria Andrade, gastroenterologista, CRM 37597; III - membro: Cristiano Xavier Lima, cirurgião geral, CRM 26064; IV - membro: Ari Mandil, hemodinamicista, CRM 17783; V - membro: Domingos André Fernandes Drumond, cirurgião geral, CRM 13328; VI - membro: Cristiano Pereira Peluso, anestesiologista, CRM 33020; VII - membro: Jamil Abdalla Saad, hemodinamicista, CRM 19618; VIII - membro: Magnus de Oliveira Andrade, gastroenterologista, CRM 3541; IX - membro: Marcílio Baptista Pimenta, anestesiologista, CRM 20969; X - membro: Maria Eugênia Valias Didier, infectologista, CRM 22376; XI - membro: Sérgio Ricardo Botrel e Silva, anestesiologista, CRM 16509; XII -membro: Carolina de Paula Guimarães Baia, gastroenterologista, CRM 38029; XIII - membro: José Maria Gross Figueiró, cirurgião geral, CRM 27227; XIV - membro: Ricardo de Castro Gontijo, cirurgião geral, CRM 34252; XV - membro: Silvério Leonardo Macedo Garcia, cirurgião geral, CRM 34373.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 02 MG 14 II - responsável técnico: Renato Cruz Laender, oftalmologista, CRM 6167; III - membro: Carlos Gustavo de Queiroz, oftalmologista, CRM 31686; IV - membro: Andressa de Ávila Gomes Carneiro, oftalmologista, CRM 36806; V - membro: Fabiana de Pinho Tavares, oftalmologista, CRM 24240.

CEARÁ

I - Nº do SNT 1 11 99 CE 05 II - responsável técnico: Germano Leitão de Andrade, oftalmologista, CRM 4766. III - membro: Hissa Tavares de Lima Gradvohl, oftalmologista, CRM 8759; IV - membro: Giuliano Veras Pinto Pires, oftalmologista, CRM 10034; V - membro: Ana Karla Rodrigues Soares, oftalmologista, CRM 7608; VI - membro: Osmânia Oliveira de Freitas Pinheiro, oftalmologista, CRM 7788; VII - membro: George Emílio Sobreira Carneiro, oftalmologista, CRM 6682; VII - membro: Newton Leitão de Andrade, oftalmologista, CRM 4365; IX - membro: Francisco Herlon Pinheiro Leite, oftalmologista, CRM 10392; X - membro: José Newton Dias da Escóssia, oftalmologista, CRM 11604.

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 12 06 RJ 20 II - responsável técnico: Artur Shioji Ferradosa, ortopedista, CRM 52721085.

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 12 07 PR 10 II - responsável técnico: Plínio Montemor, ortopedista e traumatologista, CRM 4966; III - membro: Wanderlei Montemor Di Bernardo, ortopedista e traumatologista, CRM 18777; IV - membro: João Paulo Fernandes Guerreiro, ortopedista e traumatologista, CRM 28617.

Art. 7º As renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/2009.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 1.079, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; e tudo o que diz respeito à concessão de autorização as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 238/SAS/MS, de 27 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 61, de 28 de março de 2012, Seção 1, página 106, conforme nº do SNT 1 03 99 SP 16, o membro a seguir:

CORAÇÃO: 24.11
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 03 99 SP 16 II - membro: Lauro Takumi Kawabe, cirurgião cardiovascular, CRM 16195.

Art. 2º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 894/SAS/MS, de 15 de dezembro de 2011, publicada no DOU nº 241, de 16 de dezembro de 2011, Seção 1, página 126, conforme nº do SNT 1 21 01 RS 07, os membros a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 21 01 RS 07 II - membro: Fernanda Fetter Scherer, oncologista pediátrica, CRM 26187; III - membro: Lisandra Della Costa Rigoni, hematologista e hemoterapeuta, CRM 27071; IV - membro: Mariana Bohns Michalowski, oncologista pediátrica, CRM 24518; V- membro: Paula Tabbal da Costa, hematologista e hemoterapeuta, CRM 29961; VI - membro: Paula Vanessa de Oliveira, hematologista e hemoterapeuta, CRM 31503.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 1.080, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do SNT; e tudo o que diz respeito à concessão de autorização as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica excluído da equipe de transplante, habilitada pela Portaria nº 894/SAS/MS, de 15 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 241, de 16 de dezembro de 2011, Seção 1, página 126, conforme nº do SNT 1 21 01 RS 07, os membros a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 21 01 RS 07 II - membro: Christina Garcia da Silva Fraga, hematologista e hemoterapeuta, CRM 31015; III - membro: Karina Lorenzi Marramarco Mazzucco, pediatra, CRM 26915.

Art. 2º Fica excluído da equipe de transplantes, habilitada pela Portaria nº 238/SAS/MS, de 27 de março de 2012, publicada no DOU nº 61, de 28 de março de 2012, Seção 1, página 106, conforme nº do SNT 1 03 99 SP 16, os membros a seguir:

CORAÇÃO: 24.11
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 03 99 SP 16 II - membro: Noedir Antonio Groppo Stolf, cirurgião torácico, CRM 12073; III - membro: Carlos Manuel de Almeida Brandão, cirurgião cardiovascular, CRM 72881; IV - membro: Anderson Benício, cirurgião cardiovascular, CRM 76983; V - membro: Edimar Alcides Bocchi, cardiologista, CRM 36179.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E REGULAÇÃO DA PROVISÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE
PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E REGULAÇÃO DA PROVISÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE
PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

PORTARIA Nº 2, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Divulga o resultado da homologação e validação cadastral dos médicos formados em instituição de educação superior brasileira e com diploma revalidado, inscritos para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do Edital/SGTES nº 49, de 16 de agosto de 2013.

O COORDENADOR DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL, designado nos termos da Portaria nº 1494/GM/MS, de 18 de julho de 2013, e no uso das atribuições que lhe confere, o art. 8º, inciso IV, da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da homologação e validação cadastral da participação dos médicos formados em instituição de educação superior brasileira e com diploma revalidado no Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos respectivos municípios, nos termos dos subitens 5.12, alínea "b.12" do Edital nº 49/ SGTES/MS, de 16 de agosto de 2013, através do site http://maismedicos.saude.gov.br, a partir das 8 horas do dia 26 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 3, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Divulga o resultado da validação cadastral dos médicos formados em instituição de educação superior estrangeira, inscritos para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do Edital/SGTES nº 49, de 16 de agosto de 2013.

O COORDENADOR DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL, designado nos termos da Portaria nº 1494/GM/MS, de 18 de julho de 2013, e no uso das atribuições que lhe confere, o art. 8º, inciso IV, da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da validação cadastral dos médicos formados em instituição de educação superior estrangeira no Projeto Mais Médicos para o Brasil com vagas homologadas, nos respectivos municípios, nos termos do subitem 5.12 do Edital nº 49/ SGTES/MS, de 16 de agosto de 2013, através do site http://maismedicos.saude.gov.br, a partir das 8 horas do dia 26 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9o e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto no 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve:

Outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
280	53000.032203/2008	Associação para o Desenvolvimento Econômico Sócio Cultural de Riacho de Santana	Riacho de Santana/BA
281	53000.045561/2008	Associação de Comunicação Comunitária de José de Freitas	José de Freitas/PI

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.800, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

A SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO, SUBSTITUTA, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do Art. 156 e XVI do Art. 187, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 02/2012, de 16 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 29 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 20, de 12 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 15 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Proceder, no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, as alterações indicadas no Anexo deste Ato.

Art. 2º Fixar o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data da publicação deste Ato, para que as entidades cujas características técnicas estão sendo alteradas apresentem à Anatel formulário padronizado contendo suas novas características técnicas de operação.

Art. 3º Determinar os prazos de 4 (quatro) meses para alteração de frequência e de 12 (doze) meses para adaptação às demais características técnicas, contados a partir da data de publicação do respectivo Ato autorizativo das novas características de operação das emissoras, para que as mesmas realizem seu enquadramento.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CUNHA PARREIRA

ANEXO

I - Alteração de canais do Plano Básico de Distribuição Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM:
SITUAÇÃO ATUAL:

UF	Localidade	Canal	Classe	Limitação Para:		Observação
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
GO	Alexânia	272	B1			

NOVA SITUAÇÃO:

UF	Localidade	Canal	Classe	Limitação Para:		Observação
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
GO	Alexânia	272	A3			16ºS 05' 14"; 48ºW 30' 16"

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 26 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53512.001187/2005

Nº 297 - Conselheira Relatora: Emília Maria da Silva Ribeiro Curi. Fórum Deliberativo: Reunião nº 710, de 22 de agosto de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Espírito Santo (CNPJ/MF nº 33.000.118/0002-50)

EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. ÓBICE À FISCALIZAÇÃO. OCORRÊNCIA. REVISÃO, DE OFÍCIO, DO VALOR DA MULTA. 1. Pedido de Reconsideração interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A contra decisão do Conselho Diretor por meio do Despacho nº 8.478/2009-CD, de 2 de dezembro de 2009, que manteve aplicação de sanção de multa por óbice à atividade de fiscalização. 2. A instrução do presente processo obedeceu rigorosamente às disposições contidas no Regimento Interno da Anatel, atendendo à sua finalidade, com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõem: os §§ 1º e 2º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo (LPA), assim como o inciso II do artigo 54 do Regimento Interno da Agência. 3. Os argumentos da recorrente não revelam fatos novos que justifiquem a reforma da decisão. Pedido de Reconsideração conhecido e desprovido. 4. Revisão, de ofício, do valor da multa, arrimada em decisões do Conselho Diretor, para que reste alinhada às razões contidas no Parecer nº 1465/2011/ILC/PGF/PFE-Anatel, de 10 de novembro de 2011. 5. Desnecessária notificação da Recorrente, dada inexistência de agravamento da situação pretérita.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria, nos termos do Voto nº 57/2013-GCJV, de 16 de agosto de 2013, integrante deste acórdão: a) conhecer do Pedido de Reconsideração interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; b) não conhecer das Alegações Adicionais de fls. 197/199, ante a ocorrência de preclusão consumativa; e, c) reformar de ofício a decisão contida no Despacho nº 8.478, de 2 de dezembro de 2009, em virtude do acatamento às razões expostas no Parecer nº 1465/2011/ILC/PGF/PFE-Anatel, de 10 de novembro de 2011, alterando o valor da sanção para R$ 177.660,80 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta centavos).

Votaram com o Conselheiro Jarbas José Valente o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Rodrigo Zerbone Loureiro. Vencida a Conselheira Relatora Emília Maria da Silva Ribeiro Curi, que votou por meio da Análise nº 249/2010-GCER, de 1º de junho de 2010. Não participou da deliberação o Conselheiro Roberto Pinto Martins, nos termos do § 2º do art. 5º do Regimento Interno da Anatel, por suceder à Conselheira Emília Maria da Silva Ribeiro Curi, que proferira voto anteriormente.

ACÓRDÃO DE 27 DE AGOSTO DE 2013

Processo nº 53500.004423/2003

Nº 315 - Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 710, de 22 de agosto de 2013. Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES SÃO PAULO S/A - TELESP (CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62)

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. DESCUMPRIMENTOS AOS DIREITOS DOS USUÁRIOS. RECURSO ADMINISTRATIVO CONHECIDO E IMPROVIDO. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO POR VÍCIO DE COMPETÊNCIA. 1. O descumprimento a direitos dos usuários previstos no art. 3º, VII, da Lei 9.472/97; art. 12, incisos IV, VIII, XVII, art. 51, 54, 62, caput e § único, 65, todos do STFC; art. 39, inciso III, da Lei 8.078/90; cláusulas 6.3, 14.1, incisos I, VII, XVI, 15.1, inciso I, todos do Contrato de Concessão, ensejou a aplicação de multa e, ainda, A determinação de concessão de créditos e devolução em dobro aos usuários atingidos. 2. Recurso Administrativo conhecido para, no mérito, negar-lhe provimento. 3. Anulação de Ato do Superintendente que decidiu reconhecer, em fase recursal, a incidência da prescrição, por vício de competência.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 377/2013-GCMB, de 16 de agosto de 2013, integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) anular o Despacho nº 2.136/2010-SPB, de 29 de março de 2010, por vício de competência.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins.

ACÓRDÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 2013

Processo nº 53508.017395/2005

Nº 347 - Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 711, de 29 de agosto de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Rio de Janeiro (CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79)

EMENTA: PADO. RECURSO ADMINISTRATIVO. ÓBICE À FISCALIZAÇÃO. OCORRÊNCIA. REVISÃO, DE OFÍCIO, DO VALOR DA MULTA. 1. Recurso Administrativo interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Rio de Janeiro contra decisão do Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização proferida por meio do Despacho nº 7.327 - SRF, de 14 de outubro de 2009, que aplicou a sanção de multa no valor de R$ 1.491.924,35 (um milhão, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos), por óbice à atividade de fiscalização. 2. A instrução do presente processo obedeceu rigorosamente às disposições contidas no Regimento Interno da Anatel, atendendo à sua finalidade, com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõem os §§ 1º e 2º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo (LPA), assim como o inciso II do artigo 54 do Regimento Interno da Agência. 3. Os argumentos da Recorrente não revelam fatos novos que justifiquem a reforma da decisão. Recurso Administrativo conhecido e improvido. 4. Revisão, de ofício, do valor da multa, arrimada em decisões do Conselho Diretor, para que reste alinhada às razões contidas no Parecer nº 1.465/2011/ILC/PGF/PFE-Anatel, de 10 de novembro de 2011. 5. Desnecessária notificação da Recorrente, dada a inexistência de agravamento da situação pretérita.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 328/2013-GCJV, de 23 de agosto de 2013, integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A contra o Despacho nº 7.327 - SRF, de 14 de outubro de 2009, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar de ofício a decisão contida no Despacho nº 7.327 - SRF, de 14 de outubro de 2009, em virtude da aplicação de nova metodologia de cálculo de multa, alterando o valor da sanção para R$ 1.312.500,00 (um milhão, trezentos e doze mil e quinhentos reais), aderente aos termos do Parecer nº 1.465/2011/ILC/PGF/PFE-Anatel.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins.

ACÓRDÃOS DE 6 DE SETEMBRO DE 2013

Processo nº 53566.000101/2007

Nº 356 - Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 712, de 5 de setembro de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Piauí (CNPJ/MF nº 33.000.118/0010-60)

EMENTA: PADO. RECURSO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. STFC. DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS. CONHECER. NÃO PROVER. REVISÃO EX OFFICIO DA DECISÃO RECORRIDA. 1. Este PADO tem por objeto a apuração de descumprimentos de obrigações contidas no RSTFC. 2. Não houve apresentação de defesa. 3. O Superintendente de Serviços Públicos Interino, com base nos fundamentos do Informe nº 2/2009-PBOAC/PBOA, de 6 de janeiro de 2009, aplicou sanção de multa, no valor total de R$ 1.925.000,00 (um milhão e novecentos e vinte e cinco mil reais). 4. Detectadas inconsistências na instrução processual, os autos foram restituídos à área técnica para reanálise. 5. Reavaliados os documentos constantes dos autos, a área técnica retificou os enquadramentos e os valores de multas, que dessa forma passou a ser valorada no total de R$ 1.030.500,00 (um milhão, trinta mil e quinhentos reais). 6. Após notificação, a prestadora protocolizou petição, que ensejou a revisão na quantidade de ocorrências de algumas infrações com consequente recálculo da multa para o total de R$ 632.500,00 (seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos reais). 7. Conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento. 8. Conhecer da petição CT/Oi/GPAS/1890/2013 e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para corrigir a quantidade de ocorrências ao art. 100, caput; ao § 4º do art. 100; ao art. 102, caput; ao § 2º do art. 102; e ao § 1º do art. 104 RSTFC. 9. Reforma de ofício do Despacho recorrido, para retificar os dispositivos regulamentares infringidos e o valor total da multa. 10. Determinação da comprovação de devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente dos usuários.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 341/2013-GCJV, de 30 de agosto de 2013, integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; b) conhecer da Petição CT/Oi/GPAS/1890/2013, protocolizada em 6 de maio de 2013 sob o SICAP nº 53508.005592/2013, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para corrigir a quantidade de ocorrências ao art. 100, caput; ao § 4º do art. 100; ao art. 102, caput; ao § 2º do art. 102; e ao § 1º do art. 104 do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, anexo à Resolução nº 426/2005; c) reformar, de ofício, o Despacho nº 7.209/2009-PBOAC/PBOA/SPB, de 9 de outubro de 2009, para retificar os dispositivos regulamentares infringidos para: art. 11, IX do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426/2005, inciso VII da Cláusula 15.1 do Contrato de Concessão e inciso VII do art. 3º da LGT; art. 75, § 1º; art. 96, § 2º; art. 98, parágrafo único; art. 100, caput e § 4º; art. 102, caput e § 2º; art. 104, § 1º; art. 109, § 1º; art. 111, caput e §§ 2º (c/c Cláusula 9.2 do Contrato de Concessão) e 3º; e art. 112 caput, todos do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, e fixar o valor total da multa, pelos descumprimentos apurados nos autos, em R$ 632.500,00 (seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos reais); e, d) determinar que a prestadora, no prazo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, comprove a devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente dos 12 usuários, acrescidos dos mesmos encargos aplicados pela prestadora aos valores pagos em atraso, ou, não sendo isto possível, a reparação indireta através de medida reparatória substitutiva encaminhada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD).

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marconi Thomaz de Souza Maya.

Processo nº 53542.003435/2010

Nº 357 - Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 712, de 5 de setembro de 2013. Recorrente/Interessado: OI S/A (CNPJ/MF nº 76.535.764/0328-51)

EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. CONTRATO DE CONCESSÃO. CONSERVAÇÃO E INTEGRIDADE DOS BENS VINCULADOS À PRESTAÇÃO DO STFC. PRÁTICAS TELEBRÁS. CONHECER. NÃO PROVER. 1. A instrução do presente processo obedeceu rigorosamente às disposições contidas no Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270/2001, atendendo à sua finalidade, com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõem os §§ 1º e 2º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo (LPA), assim como o inciso II do artigo 54 do Regimento Interno da Agência. 2. Os argumentos da concessionária não descaracterizam as infrações imputadas e não justificam a reforma da decisão. 3. As Práticas Telebrás apenas operam como parâmetros técnicos para o exercício da fiscalização. 4. A pronta correção das irregularidades não tem o condão de descaracterizar a infração, mas, sim, configura-se dever da prestadora. 5. Não se verifica ilegalidade, irrazoabilidade ou desproporcionalidade no cálculo ou no montante da multa aplicada, motivo pelo qual deve ser mantida, sob a égide do art. 173 da Lei nº 9.472/97 (Lei Geral de Telecomunicações). 6. Pedido de Reconsideração conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 337/2013-GCJV, de 28 de agosto de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marconi Thomaz de Souza Maya.

ACÓRDÃOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2013

Processos n. 53572.000949/2007, 53572.000983/2007 e 53572.001489/2007

Nº 380 - Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 713, de 12 de setembro de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NOSRTE LESTE S/A - Filial Maranhão (CNPJ/MF nº 33.000.118/0011-40)

EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CUMULADO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. CONSELHO DIRETOR. DESCUMPRIMENTO DE META DE UNIVERSALIZAÇÃO. OCORRÊNCIA. MULTA REVISTA, DE OFÍCIO, PARA INCLUSÃO DE ANTECEDENTES. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. A instrução do presente processo obedeceu rigorosamente às disposições contidas no Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270/2001, atendendo à sua finalidade, com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõem os §§ 1º e 2º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo (LPA), assim como o inciso II do artigo 54 do Regimento Interno da Agência. 2. Não se verifica ilegalidade, irrazoabilidade ou desproporcionalidade no cálculo ou no montante da multa aplicada, motivo pelo qual deve ser mantida, sob a égide do art. 173 da Lei nº 9.472/97 (Lei Geral de Telecomunicações). 3. A empresa não trouxe argumentação suficiente para descaracterizar as infrações averiguadas nos autos, razão pela qual proponho a manutenção da decisão recorrida. 4. Pedido de Reconsideração conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 401/2013-GCMB, de 6 de setembro de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Jarbas José Valente e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marconi Thomaz de Souza Maya. Ausente o Presidente João Batista de Rezende, por motivo de férias.

Processo nº 53504.029156/2008

Nº 381 - Conselheiro Relator: Marconi Thomaz de Souza Maya. Fórum Deliberativo: Reunião nº 713, de 12 de setembro de 2013. Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S/A (CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80)

EMENTA: PADO. SPV. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CUMULADO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. DESCUMPRIMENTO DOS INDICADORES PREVISTOS NO ART. 10, INCISO III, DO RIQ-SMP, E ART. 7º, § 1º, DO PGMQ-SMP. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. ALEGAÇÕES ADICIONAIS. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. DESCARACTERIZAÇÃO DE INFRAÇÕES. PROVIMENTO PARCIAL E REVISÃO DA SANÇÃO APLICADA. 1. As alegações da Recorrente apresentadas no Pedido de Reconsideração não trazem qualquer fato novo ou circunstância relevante suscetível de justificar a reforma da decisão recorrida. 2. Pedido de Reconsideração conhecido e não provido. 3. No entanto, a Recorrente, em petição intitulada "Alegações Adicionais", suscitou a ocorrência do vício processual do bis in idem. 4. Diligência realizada junto à área técnica competente constatou que, de fato, a prestadora estava sendo duplamente penalizada pelo descumprimento de um dos indicadores. 5. Provimento parcial do pedido constante das "Alegações Adicionais", no sentido de descaracterizar a infração relativa ao indicador SMP4 > 60s e rever o valor da sanção de multa aplicada.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 183/2013-GCMM, de 6 de setembro de 2013, integrante deste acórdão: a) conhecer do Pedido de Reconsideração cumulado com Pedido de Efeito Suspensivo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) conhecer das Alegações Adicionais e dar-lhes provimento parcial, no sentido de descaracterizar a infração relativa ao descumprimento do indicador SMP4 > 60s e rever o valor final da sanção para R$ 72.396,28 (setenta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos).

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Jarbas José Valente e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marconi Thomaz de Souza Maya. Ausente o Presidente João Batista de Rezende, por motivo de férias.

Processos n. 53554.001592/2011 e 53554.005116/2011

Nº 385 - Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 713, de 12 de setembro de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A (CNPJ/MF nº 33.000.118/0005-00)

EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. INFRAÇÕES PGMQ E RIQ. OCORRÊNCIA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. Princípio ne pas de nullité sans grief. A ausência de abertura de prazo para a apresentação de alegações finais só implica vício processual nas hipóteses em que houver prejuízo para o interessado. 2. Embora o RIQ vincule-se ao PGMQ, ao estabelecer o método de coleta dos indicadores para as metas de qualidade, inexiste qualquer vinculação de caráter hierárquico entre as normas, mas simples complementação de uma pela outra. 3. O fato de haver vandalismo não autoriza a Prestadora a esquivar-se da responsabilidade de manutenção do TUP. Infortúnios previsíveis. Precauções inerentes à exploração da atividade econômica. Necessidade de respeito à continuidade da prestação do serviço público. Obrigação assumida por ocasião da assinatura do Contrato de Concessão. 4. Meras alegações desacompanhadas de prova correspondente são incapazes de ilidir a presunção de legitimidade de que gozam os atos de fiscalização. 5. Pedido de Reconsideração conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 406/2013-GCMB, de 6 de setembro de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento. Participaram da deliberação o Presidente Substituto Jarbas José Valente e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marconi Thomaz de Souza Maya. Ausente o Presidente João Batista de Rezende, por motivo de férias.

Processo nº 53500.023453/2010

Nº 387 - Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 713, de 12 de setembro de 2013. Recorrente/Interessado: BRASIL TELECOM S/A - Filial Mato Grosso (CNPJ/MF nº 76.535.764/0329-32)

EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PREVISTOS NO ART. 65 DA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DO ART. 90 NO REGIMENTO INTERNO. 1. O Pedido de Revisão não será conhecido quando não preenchidos os requisitos previstos no art. 65 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo e no art. 90 do Regimento Interno da Anatel, uma vez que não foram apresentados fatos novos e circunstâncias relevantes que justificassem a inadequação da sanção aplicada no âmbito do PADO a que se submete a revisão. 2. O Pedido de Revisão não se insere como modalidade de recurso administrativo, mas como instrumento excepcional a ser utilizado na hipótese de ocorrência de fatos novos ou circunstâncias relevantes que justifiquem a inadequação da sanção aplicada. A despeito de entender que a argumentação trazida pela empresa não se caracteriza como fato novo, tampouco circunstância relevante, posto que tal situação era de seu conhecimento desde o início do PADO, entende-se que a Administração pode, de ofício, rever seus próprios atos quando eivados de vício. 3. Não conhecer do Pedido. Revisar de ofício a sanção de multa aplicada no âmbito do PADO nº 53508.002768/2010.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 408/2013-GCMB, de 6 de setembro de 2013, integrante deste acórdão: a) não conhecer do Pedido de Revisão por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 65 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo e no art. 81 do Regimento da Anatel; e, b) rever, de ofício, a sanção de multa aplicada e confirmada pelo Despacho nº 7.987/2009-CD, de 12 de setembro de 2009, propondo o novo valor de R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais), por considerar que para o ponto 5 fiscalizado na localidade de Colniza não foi considerada a margem de tolerância de 30 metros, o que indica que o TUP estaria instalado em obediência ao que preceitua o art. 8º, III do PGMU/1998.

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Jarbas José Valente e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marconi Thomaz de Souza Maya. Ausente o Presidente João Batista de Rezende, por motivo de férias.

Processo nº 53500.000561/2006

Nº 388 - Conselheiro Relator: Marconi Thomaz de Souza Maya. Fórum Deliberativo: Reunião nº 713, de 12 de setembro de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Bahia (CNPJ/MF nº 33.000.118/0005-00)

EMENTA: PADO. SUN. SCO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NOS ARTIGOS 4º, INCISO II, ALÍNEA "B", E 12, INCISO III, DO PGMU/1998. DESCARACTERIZAÇÃO DE INFRAÇÃO. MULTA REVISTA. EXCLUSÃO, DE OFÍCIO, DE DETERMINÇÃO DE ATENDIMENTO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DE MANIFESTAÇÃO ANTE A OCORRÊNCIA DO FENÔMENO DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. CONHECIMENTO DAS ALEGAÇÕES E INDEFERIMENTO DOS SEUS PEDIDOS, INCLUSIVE O DE SIGILO. AGRAVAMENTO DE SANÇÃO EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE ANTECEDENTES. 1. Constatada a ausência de adjacência entre os domicílios que formavam o aglomerado populacional de Araçá-Cariacá, resta descaracterizada a infração ao art. 12, inciso III, do PGMU/1998, na referida localidade, devendo: a) ser excluída a multa aplicada pelo descumprimento do dispositivo, no valor de R$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), passando o valor total da sanção para R$ 1.890.000,00 (um milhão, oitocentos e noventa mil reais), já incluído o agravamento de 5% (cinco por cento), ante a existência de antecedentes, nos termos do Informe nº 195/2012-UNACO/UNAC, de 2 de agosto de 2012; e, b) ser excluída, de ofício, a determinação constante do item "d" do Despacho nº 3.165/2008/UNACO, de 8 de setembro de 2008, qual seja, de atendimento imediato com acesso coletivo do STFC à localidade de Araçá-Cariacá, já que, como dito, o referido aglomerado populacional não detinha, à época da fiscalização, o perfil populacional previsto no art. 12, inciso III, do PGMU/1998. 2. A refomatio in pejus da decisão recorrida tem fulcro na Lei nº 9.784/1999, a qual dispõe que a reforma da decisão em sede de recurso administrativo pode gerar gravame ao recorrente, desde que notificado para alegações previamente à decisão, tendo se mostrado proporcional e razoável o agravamento da multa originalmente aplicada em função da constatação de antecedentes não considerados anteriormente no cálculo da sanção. 3. Pedido de Reconsideração conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 186/2013-GCMM, de 6 de setembro de 2013, integrante deste acórdão: a) conhecer do Pedido de Reconsideração cumulado com Pedido de Efeito Suspensivo apresentado por TELEMAR NORTE LESTE S/A em face de decisão do Conselho Diretor consubstanciada no Despacho nº 7.139/2011-CD, de 31 de agosto de 2011, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, afastando a infração ao art. 12, inciso III, do PGMU/1988, na localidade Araçá-Cariacá, no município de Bom Jesus da Lapa, com a consequente exclusão da multa aplicada pelo descumprimento do dispositivo, no valor de R$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), nos termos propostos pela Superintendência de Controle de Obrigações - SCO; b) não conhecer da petição intitulada "Manifestação", protocolizada pela Interessada em 16 de novembro de 2011 sob o nº 53508.015741/2011, em razão da ocorrência do fenômeno da preclusão consumativa; c) conhecer das Alegações apresentadas pela Interessada em 12 de abril de 2012 sob o protocolo nº 53508.004708/2012, em face do Ofício nº 253/2012/UNACO-Anatel, de 10 de fevereiro de 2012, da Superintendência de Universalização - SUN, para, no mérito, indeferir os pedidos ali constantes; e, d) reformar, ex officio, com fundamento no art. 64, parágrafo único, da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, a decisão exarada no Despacho nº 7.139/2011-CD, de 31 de agosto de 2011, para: i) afastar a determinação constante do item "d" do Despacho nº 3.165/2008/UNACO, de 8 de setembro de 2008, qual seja, de atendimento imediato com acesso coletivo do STFC à Araçá-Cariacá, já que a referida localidade não detinha, à época da fiscalização, o perfil populacional previsto no art. 12, inciso III, do PGMU/1998; e, ii) agravar a sanção de multa em 5% (cinco por cento) de seu valor, em virtude da constatação da existência de antecedentes, fixando o valor total em R$ 1.890.000,00 (um milhão, oitocentos e noventa mil reais).

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Jarbas José Valente e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marconi Thomaz de Souza Maya. Ausente o Presidente João Batista de Rezende, por motivo de férias.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de junho de 2013

Nº 3.356 -
Processo nº 53560.000336/2001

Decido conhecer do Recurso interposto por SOCIEDADE DE APOIO À FAMÍLIA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.794.797/0001-60, entidade não outorgada, no município de Barbalha, Estado do Ceará, contra decisão que aplicou sanção de multa, para no mérito, negar provimento, mantendo-se, dessa forma a pena de Multa aplicada em primeira instância administrativa.

ROBERTO PINTO MARTINS

ESCRITÓRIO REGIONAL NA BAHIA

DESPACHOS DO GERENTE

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, aplica definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção à(s) entidade(s) abaixo listada(s) no(s) respectivo(s) processo(s) em que figura(m), por descumprimento do(s) regulamento(s) próprio(s) do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53557.000401/2012	CIL Comércio de Informática LTDA.	Comercialização de produtos não certificados/homologados	Item Art. 55, IV, "c", c/c art. 20 e art. 4º do RCHPT.	Aracaju/SE	Multa no valor de R$4.200,00	3910	06/08/2013
53557.000439/2013	Empresa Simaodiense de Radiodifusão LTDA	Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas	Art. 131 c/c art. 163 da LGT.	Simão Dias/SE	Multa no valor de R$606,00	4346	30/08/2013
1 - LGT - Lei Geral de Telecomunicações, instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; 2 - RCHPT - Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000.							

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA

O GERENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DA BAHIA ES ERGIPE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, aplica definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades abaixo listadas nos respectivos processos em que figuram, por descumprimento dos regulamentos próprios do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Nome	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho nº	Data da Decisão
53000.017073/2008	Associação Comunitária Betel de Ação Social e Radiodifusão - ACBAS	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 38, II, RSRadCom; Item 17.2 da NC 01/2004, c/c art. 40, XVIII, XXII e XXV do RSRadCom, art. 14 e art.. 21, IV da Lei nº9.612/98.	Feira de Santana/BA	Multa no valor de R$1.277,89	3627	18/07/2013
53554.007021/2012	Francisco da Cunha Araújo	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 4º c/c o art. 55, V, "b" e c/ o art. 162 § 2º do RCHPT ; e do art. 131 c/c art. 163 da LGT.	Valente/BA	Multa no valor de R$2.258,00	2297	10/04/2013
1 - LGT - Lei Geral de Telecomunicações, instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; 2 - RSRadCom - Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2615, de 03 de junho de 1998; 3 - RCHPT - Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000.							

JOSÉ MAURO CASTRO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO N° 2.541, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Ref.: Processo nº 53566.000276/2012

Aplica a CLARO S.A., inscrita no CNPJ n.º 40.432.544/0001-47, pena de multa, no valor de R$ 36.479,20 (trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), por infração ao art. 7º, do Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Móvel Pessoal (RIQ-SMP), aprovado pela Resolução n.º 335, de 17 de abril de 2003. Concede sigilo aos documentos do CD de fl. 56, nos termos do art. 64 do Anexo I do Decreto nº 2.338/97, c/c Portaria nº 941, de 28 de outubro de 2011.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de setembro de 2013

Nº 4.686 -

53500.020228/2013 - Homologa o Contrato de Interconexão Classe II entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do SMP da Oi Móvel S.A., e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da GGNET Telecomunicações Ltda - EPP, na modalidade Local.

Nº 4.687 -

53500.020226/2013 - Homologa os Contratos de Interconexão Classe I entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Telemar Norte Leste S.A., nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da WKVE Assesoria em Serviços de Informática e Telecomunicações LTDA., na modalidade Local.

Nº 4.688 -

53500.017741/2013 - Homologa o Contrato de Interconexão Classe I entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Telefônica Brasil S.A., nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Espas Telecomunicações Ltda., nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional.

Nº 4.689 -

53500.015918/2013 - O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 159, inciso I do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Homologar a Oferta de Referência de Produto de Atacado de Desagregação de Canais Lógicos - Bitstream apresentada pelo Grupo SERCOMTEL/COPEL e nos termos da determinação acima em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.

Art. 2º Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo SERCOMTEL/COPEL deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado de Bitstream em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório.

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 4.690 -

53500.005752/2012 - Homologa o Termo Aditivo nº 1 ao Contrato de Interconexão Classe I entre as redes de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Telemar Norte Leste S.A. - OI e da Lafaiete Provedor de Internet e Telecomunicações Ltda. - LAFAIETE TELECOM, ambas na modalidade Local.

Nº 4.691 -

53500.015924/2013 - O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 159, inciso I do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Homologar a Oferta de Referência de Produto de Atacado de Desagregação Plena do Enlace Local - Full Unbundling apresentada pelo Grupo SERCOMTEL/COPEL em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado de Oferta de Infraestrutura de Rede Fixa de Acesso para Transmissão de Dados por Meio de Par de Cobre ou Cabo Coaxial em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 10 Mbps nos Municípios, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.

Art. 2º Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo SERCOMTEL/COPEL deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado de Full Unbundling em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório.

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 4.693 -

53500.005751/2012 - Homologa o Termo Aditivo nº 1 ao Contrato de Interconexão Classe II entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do SMP da TNL PCS S.A. - OI, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Lafaiete Provedor de Internet e Telecomunicações Ltda. - LAFAIETE TELECOM, na modalidade Local.

Nº 4.694 -

53500.006035/2012 - Homologa o Termo Aditivo nº 1 ao Contrato de Interconexão Classe I entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Telemar Norte Leste S.A. - OI, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Lafaiete Provedor de Internet e Telecomunicações Ltda. - LAFAIETE TELECOM, na modalidade Local.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 4.695 -

53500.020225/2013 - Homologa o Contrato de Interconexão Classe I entre as redes de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Telemar Norte Leste S.A. e da Marcelo Moreira Dionisio Goiás Telecomunicações, ambas na modalidade Local.

Em 25 de setembro de 2013

Nº 4.706 -

53500.020227/2013 - Homologa o Contrato de Interconexão Classe I entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Telemar Norte Leste S.A., nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Universo Serviços de Telecomunicações Ltda - ME, na modalidade Local.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 5.752, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Processo nº 53690.000055/1998 - TELEVISÃO CENTRO AMÉRICA LTDA - RTV - Primavera do Leste/MT - Canal 13- - Autoriza novas características técnicas.

WELSOM D'NIZ MACÊDO E SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.680, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Processo no 53500.002718/2012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ no 06.312.970/0001-09, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 19 de Outubro de 2027, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 5.716, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

Processo no 53500.015785/2013. Expede autorização à TCR - TELECOMUNICAÇÕES DA CIDADE DO RIO S/A, CNPJ/MF no 18.281.769/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 5.760, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Autorizar PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, em Águas Jurisdicionais Brasileiras, no período de 01/10/2013 a 14/11/2013.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 5.761, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 27/09/2013 a 29/09/2013.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 5.762, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 29/09/2013 a 29/09/2013.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 5.785, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Autorizar MULTVIDEO PRODUCOES E EVENTOS LTDA EPP, CNPJ nº 02.275.702/0001-03 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, em Águas Jurisdicionais Brasileiras, no período de 27/09/2013 a 28/09/2013.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 5.792, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 24/09/2013 a 25/09/2013.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 5.804, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.052944/2011 - MAGUI-COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA - FM -Belo Oriente/MG - Autoriza novas características técnicas.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 5.807, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Processo nº 53500.020795/2013-SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA - FM -Vila Velha/ES - Autoriza novas características técnicas.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 940, DE 29 DE AGOSTO DE 2013

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.054936/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RONDONÓPOLIS, estado de Mato Grosso, o canal 15 (quinze), correspondente à faixa de frequência de 476 a 482 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 944, DE 29 DE AGOSTO DE 2013

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.065431/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RIFAINA, estado de São Paulo, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 948, DE 29 DE AGOSTO DE 2013

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.065433/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de IACANGA, estado de São Paulo, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 951, DE 29 DE AGOSTO DE 2013

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.054393/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ITACOATIARA, estado do Amazonas, o canal 22 (vinte e dois), correspondente à faixa de frequência de 518 a 524 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 956, DE 29 DE AGOSTO DE 2013

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021006/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO URUGUAIANA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BARRA DO QUARAÍ, estado do Rio Grande do Sul, o canal 35 (trinta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 596 a 602 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 66, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.048660/2012, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 3º da Portaria nº 398/2000, de 31/07/2000, publicada no Diário Oficial da União de 10/08/2000, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO DIA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 24° 00' 03" S e longitude em 51° 19' 26" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 71, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53000.015143/2012, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 3º da Portaria nº 100, de 22 de fevereiro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2001, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º 27' 30" S e longitude em 43º 33' 14" W, utilizando a frequência de 98.7 MHz."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIAS DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012, resolve autorizar a transferência do local do local de instalação do sistema irradiante.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF	Novo Local de Instalação	Novas Coordenadas Geográficas
67	53000.056652/2012	Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu - AMASI	Serranópolis do Iguaçu/PR	Rua Concórdia, Chácara 5B, Bairro Flor da Serra	25S2233 de latitude e 54W0310 de longitude
68	53000.033418/2012	Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão Tropicália - ACERT	São Gonçalo do Pará/MG	Avenida Presidente Tancredo Neves, 717 - Nossa Senhora Aparecida	19S5918 de latitude e 44W5133 de longitude
69	53000.032530/2013	Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré	Itacaré/BA	Avenida Santo Antônio, 257 - Santo Antônio	14S1715 de latitude e 38W5944 de longitude
72	53000.024875/2013	Rádio Comunitária Jaguarão - FM 104	Jaguarão/RS	Rua Júlio de Castilho, 861	32S3356 de latitude e 53W2236 de longitude
73	53000.000780/2013	Associação Comunitária Cidade - Cidade	Três Pontas/MG	Rua Onofra Moreno Andrade, 202	21S2131 de latitude e 45W3019 de longitude

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 310, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013(*)

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48000.000455/2013-84, resolve:

Art. 1º A pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, titular de projeto para implantação de infraestrutura de geração de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL, que tiver interesse em aderir ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, deverá requerer à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o enquadramento do respectivo projeto.

§ 1º Nos casos de projetos destinados exclusivamente à autoprodução, não será exigida a constituição de SPE.

§ 2º Considera-se titular de projeto a que se refere o caput:

I - a pessoa jurídica que executar o projeto e incorporar a obra de infraestrutura ao seu ativo imobilizado; e

II - a pessoa jurídica líder do consórcio, para o caso de o autoprodutor não constituir SPE.

§ 3º O requerimento de que trata o caput deverá ser formalizado com as assinaturas do Presidente, do Responsável Técnico e do Contador da pessoa jurídica titular do projeto, acompanhado das seguintes informações:

I - da Pessoa Jurídica Titular do Projeto:

a) razão social;

b) número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) Ato Constitutivo da SPE titular do projeto, registrado na Junta Comercial, com o respectivo Número de Identificação no Registro de Empresa - NIRE;

d) Estatuto ou Contrato Social da SPE titular do projeto registrado na Junta Comercial, que defina os seus representantes junto a repartições públicas ou autoridades federais; e

e) nome e número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF do Presidente, do Responsável Técnico e do Contador da empresa;

II - do Projeto de Infraestrutura de Geração de Energia Elétrica:

a) nome do empreendimento;

b) número do processo do ato de outorga de autorização do projeto;

c) número do ato de outorga de autorização do projeto;

d) Licença Ambiental de Instalação do empreendimento, nos casos de projetos sujeitos apenas a registro;

e) localização do projeto: Município(s) e Unidade(s) da Federação;

f) descrição do projeto, com indicação da data de conclusão, compreendendo a potência instalada em kW, número de máquinas, sistema de transmissão de interesse restrito, tipo de fonte e, em caso de fonte térmica, tipo de combustível; e

g) justificativa do pleito, contendo a indicação dos benefícios esperados, resultantes do investimento de infraestrutura, para o desenvolvimento econômico e social da região de localização do projeto;

III - do encaminhamento para a ANEEL das estimativas dos investimentos e do valor de suspensão dos impostos e contribuições a título de REIDI, tendo como base o mês anterior à data de apresentação do requerimento referido no art. 1º, na forma do Anexo à presente Portaria, assinado pelo Presidente, pelo Responsável Técnico e pelo Contador da pessoa jurídica titular do projeto, contendo as seguinte informações:

a) investimentos em bens (máquinas, equipamentos e materiais de construção), serviços de terceiros e outros a serem adquiridos com incidência de PIS/PASEP e COFINS durante o período de fruição do Regime Especial; e

b) investimentos em bens (máquinas, equipamentos e materiais de construção), serviços de terceiros e outros a serem adquiridos sem incidência de PIS/PASEP e COFINS durante o período de fruição do Regime Especial.

§ 4º Não se aplicam as exigências contidas nas alíneas "b" e "c", do inciso II, § 3º, aos projetos de geração de energia elétrica sujeitos apenas a registro na ANEEL.

Art. 2º Caberá à ANEEL analisar a adequação da solicitação aos termos da Lei e da Regulamentação do REIDI, bem como a conformidade dos documentos apresentados.

§ 1º Na hipótese de ser constatada insuficiência na instrução da solicitação, a requerente será notificada para regularizar as pendências.

§ 2º Encerrada a análise a que se refere o caput, a ANEEL instruirá Processo e o encaminhará ao Ministério de Minas e Energia, contendo os documentos apresentados e a manifestação acerca da adequação do pleito, da conformidade do projeto e dos documentos apresentados.

Art. 3º As estimativas dos investimentos informadas pela pessoa jurídica titular do projeto na forma do Anexo serão encaminhadas pelo Ministério de Minas e Energia para análise e manifestação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Art. 4º O projeto será considerado aprovado no REIDI mediante a publicação, no Diário Oficial da União, de Portaria específica do Ministério de Minas e Energia, a qual deverá conter estimativas dos investimentos e da suspensão dos impostos e contribuições decorrentes do REIDI, de responsabilidade exclusiva da pessoa jurídica titular do projeto.

Parágrafo único. As alterações técnicas ou de titularidade de projetos aprovados nos termos desta Portaria não ensejarão a publicação de nova portaria de aprovação, desde que tais alterações tenham sido autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia.

Art. 5º A pessoa jurídica de direito privado, titular de projeto aprovado no REIDI, apresentará à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em formato eletrônico, as estimativas constantes do Anexo até o último dia útil do mês de março de cada ano, a partir de 2014, para o projeto habilitado no REIDI no ano anterior.

Parágrafo único. Para o ano-calendário de 2013, aplica-se o disposto no caput aos projetos do REIDI aprovados pelo Ministério de Minas e Energia, a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 6º A Portaria que aprova o enquadramento de projeto ao REIDI, nos termos desta Portaria, será tornada sem efeito e o Projeto considerado não implantado, nos seguintes casos:

I - o empreendimento não ter entrado em operação comercial ou não ser registrado junto à ANEEL, no prazo de cinco anos a contar de sua aprovação ao REIDI;

II - revogação da outorga de autorização; ou

III - cancelamento de registro.

Parágrafo único. A ANEEL informará ao Ministério de Minas e Energia e à Secretaria da Receita Federal do Brasil a ocorrência dos casos descritos no caput.

Art. 7º Após a aprovação ou indeferimento dos requerimentos de enquadramento ao REIDI, os respectivos processos ficarão arquivados na ANEEL.

Art. 8º O titular de projeto deverá informar a entrada em operação comercial do empreendimento à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo de até trinta dias após o seu início.

Parágrafo único. Para o atendimento ao disposto no caput, a pessoa jurídica titular do projeto detentor de outorga de autorização deverá apresentar o despacho que libera a operação comercial, emitido pela ANEEL.

Art. 9º Aplica-se o disposto nesta Portaria aos projetos para os quais foi requerido o enquadramento ao REIDI e não foram aprovados até a data de publicação deste Ato, observado o seguinte:

I - para os projetos previstos no caput, que se enquadram ao REIDI, nos termos desta Portaria, a pessoa jurídica titular do projeto deverá reapresentar o respectivo requerimento de acordo com o disposto no art. 1º, no prazo de até sessenta dias contados a partir da publicação desta Portaria, com vistas à complementação da análise e instrução do processo pela ANEEL, conforme previsto no art. 2º, sob pena de arquivamento do processo; e

II - os requerimentos relativos aos projetos de que trata o caput que não se enquadram nos termos desta Portaria serão indeferidos e os respectivos processos arquivados.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO

01	Nome Empresarial			02	CNPJ
03	Logradouro			04	Número
05	Complemento	06	Bairro/Distrito	07	CEP
08	Município	09	UF	10	Telefone

11	DADOS DO PROJETO
Nome do projeto	
Descrição do projeto	
Período de execução	
Localidade do projeto [Município(s)/ UF(s)]	

12	PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome		CPF
Correio eletrônico		Telefone
Nome		CPF
Correio eletrônico		Telefone
Nome		CPF
Correio eletrônico		Telefone

13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	
Serviços	
Outros	
Total (1)	

14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	
Serviços	
Outros	
Total (2)	

(Local) , (data) .

_____ Nome _____ Nome _____ Nome

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 178, de 13-9-2013, Seção 1, páginas 83 e 84, com incorreção no original.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 325, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 19 e 20, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48000.001711/2013-51, resolve:

Art. 1º Aprovar as Diretrizes da Sistemática para Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominados Leilões "A-3", conforme definido no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º As Diretrizes da Sistemática aprovadas por meio desta Portaria serão aplicadas na realização do Leilão "A-3", de 2013, previsto na Portaria MME nº 226, de 5 de julho de 2013.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá publicar, como adendo ao Edital do Leilão "A-3", de 2013, Detalhamento da Sistemática prevendo:

I - a aceitação de propostas para dois produtos:

a) um PRODUTO DISPONIBILIDADE; e

b) um PRODUTO QUANTIDADE;

II - a comercialização de energia elétrica proveniente dos seguintes empreendimentos:

a) EMPREENDIMENTO A BIOMASSA: central de geração de energia elétrica a partir de biomassa com Custo Variável Unitário - CVU igual a zero ou diferente de zero, que ofertará energia elétrica no PRODUTO DISPONIBILIDADE;

b) EMPREENDIMENTO EÓLICO: central de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica, que ofertará energia elétrica no PRODUTO DISPONIBILIDADE;

c) EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL CICLO ABERTO: central de geração de energia elétrica de gás natural em ciclo aberto, que ofertará energia elétrica no PRODUTO DISPONIBILIDADE;

d) EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL FECHAMENTO DE CICLO: ampliação de empreendimento a gás natural existente por meio de fechamento de ciclo térmico, de que trata o art. 7º da Portaria MME nº 226, de 2013, que ofertará energia elétrica no PRODUTO DISPONIBILIDADE;

e) EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL CICLO COMBINADO: central de geração de energia elétrica de gás natural em ciclo combinado, de que tratam os arts. 8º e 9º da Portaria MME nº 226, de 2013, que ofertará energia elétrica no PRODUTO DISPONIBILIDADE;

f) EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO: aproveitamento hidrelétrico que não pode ser objeto de nova outorga de concessão, que ofertará energia elétrica no PRODUTO QUANTIDADE, tais como:

1. nova Pequena Central Hidrelétrica - PCH;

2. nova Usina Hidrelétrica - UHE com potência inferior ou igual a 50 MW;

3. ampliação de UHE ou PCH existente; e

4. empreendimento de geração hidrelétrica enquadrado no art. 2º, § 7º-A, da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004;

g) EMPREENDIMENTO SOLAR: central de geração de energia elétrica a partir da fonte solar, fotovoltaica ou heliotérmica, com potência maior ou igual a 5 MW, que ofertará energia elétrica no PRODUTO DISPONIBILIDADE;

III - a oferta de LANCE na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME em dois patamares de quantidade de LOTES, um para o primeiro e outro para o segundo e demais anos contratuais, exclusivamente para EMPREENDIMENTO(S) A GÁS NATURAL CICLO COMBINADO, respeitado o mínimo de cinquenta por cento da GARANTIA FÍSICA do EMPREENDIMENTO para o primeiro ano contratual e a OFERTA MÍNIMA para o segundo e demais anos contratuais, conforme condições estabelecidas no EDITAL, observado o disposto nos arts. 8º, 9º e 10 da Portaria MME nº 226, de 2013;

IV - o desempate na RODADA DISCRIMINATÓRIA, a que se refere o art. 3º, § 13, das Diretrizes da Sistemática aprovadas por esta Portaria, para EMPREENDIMENTO(S) A GÁS NATURAL CICLO COMBINADO será realizado comparando-se os LOTES relativos ao segundo e demais anos contratuais;

V - o cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA, da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO e da OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, e as comparações entre a quantidade total ofertada e a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, a que se referem respectivamente o art. 5º, § 2º, inciso III, alínea "a" e o art. 5º, § 2º, inciso VIII, das Diretrizes da Sistemática aprovadas por esta Portaria, serão realizados considerando somente os LOTES relativos ao primeiro ano contratual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria MME nº 6, de 2 de janeiro de 2012.

EDISON LOBÃO

ANEXO

DIRETRIZES DA SISTEMÁTICA PARA LEILÕES DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA PROVENIENTE DE NOVOS EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO, DENOMINADOS LEILÕES "A-3"

Art. 1º O presente Anexo estabelece as Diretrizes da Sistemática para Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominados Leilões "A-3", de que trata o art. 19, § 1º, inciso I, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E ABREVIAÇÕES

Art. 2º Aplicam-se ao presente Anexo os termos técnicos e expressões, cujos significados, exceto onde for especificado em contrário, correspondem às seguintes definições:

I - EPE: Empresa de Pesquisa Energética;

II - ACL: Ambiente de Contratação Livre;

III - ACR: Ambiente de Contratação Regulada;

IV - AGENTE CUSTODIANTE: instituição financeira responsável pelo recebimento, custódia e eventual execução das GARANTIAS DE PARTICIPAÇÃO;

V - CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, constante no EDITAL;

VI - CEC: Valor Esperado do Custo Econômico de Curto Prazo, expresso em Reais por ano (R$/ano), calculado pela EPE, conforme metodologia estabelecida por aquela Empresa, na Nota Técnica anexa ao EDITAL para EMPREENDIMENTO cuja energia é negociada no PRODUTO DISPONIBILIDADE, correspondente ao custo econômico no Mercado de Curto Prazo - MCP, resultante das diferenças mensais apuradas entre o despacho efetivo do EMPREENDIMENTO e sua GARANTIA FÍSICA, para este efeito, considerada totalmente contratada, correspondente ao valor esperado acumulado das liquidações do MCP, feitas com base no Custo Marginal de Operação - CMO, sendo estes limitados ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD mínimo e máximo, conforme valores vigentes estabelecidos pela ANEEL, função também do nível de inflexibilidade do despacho do EMPREENDIMENTO e do CVU;

VII - COMPRADOR: agente de distribuição de energia elétrica PARTICIPANTE do LEILÃO;

VIII - COP: Valor Esperado do Custo de Operação, expresso em Reais por ano (R$/ano), calculado pela EPE conforme metodologia por ela estabelecida, em Nota Técnica anexa ao EDITAL, para EMPREENDIMENTO cuja energia é negociada no PRODUTO DISPONIBILIDADE, correspondente à somatória para cada possível cenário, do CVU multiplicado pela diferença entre a geração do EMPREENDIMENTO em cada mês de cada cenário, e a inflexibilidade mensal, multiplicado pelo número de horas do mês em questão; sendo zero para empreendimentos com CVU igual a zero;

IX - CMR: Custo Marginal de Referência, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), correspondente ao valor da maior estimativa de custo de geração dos empreendimentos a serem licitados, considerados necessários e suficientes para o atendimento da demanda conjunta do ACR e do ACL;

X - CVU: Custo Variável Unitário, valor expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), necessário para cobrir todos os custos operacionais do EMPREENDIMENTO;

XI - DECREMENTO: valor expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh) que, subtraído do PREÇO CORRENTE em uma determinada RODADA, representará o PREÇO DE LANCE para a RODADA subsequente;

XII - DIRETRIZES DA SISTEMÁTICA: conjunto de regras que definem o mecanismo do LEILÃO, estabelecida nos termos do presente Anexo pelo Ministério de Minas e Energia;

XIII - DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA: documento adendo ao EDITAL, que detalha os procedimentos da SISTEMÁTICA e sua aplicação a cada LEILÃO específico, nos termos das DIRETRIZES;

XIV - DIRETRIZES: Diretrizes do Ministério de Minas e Energia para realização do LEILÃO;

XV - EDITAL: documento, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que estabelece as regras do LEILÃO;

XVI - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA: pessoa(s) indicada(s) pelo Ministério de Minas e Energia;

XVII - EMPREENDIMENTO: central de geração de energia elétrica apta a participar do LEILÃO, conforme condições estabelecidas nas DIRETRIZES, no EDITAL, nas Diretrizes da Sistemática e no DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA;

XVIII - ENERGIA HABILITADA: montante de energia habilitada pela ENTIDADE COORDENADORA, associada a um EMPREENDIMENTO;

XIX - ENTIDADE COORDENADORA: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que terá como função exercer a coordenação do LEILÃO, nos termos do art. 19 do Decreto nº 5.163, de 2004;

XX - ENTIDADE ORGANIZADORA: entidade responsável pelo planejamento e execução de procedimentos inerentes ao LEILÃO, por delegação da ANEEL;

XXI - ETAPA DISCRIMINATÓRIA: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES para quantidades de LOTES definidas ao término da ETAPA UNIFORME;

XXII - ETAPA UNIFORME: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES ao PREÇO DE LANCE;

XXIII - FATOR DE REFERÊNCIA: parâmetro inserido no SISTEMA, pelo REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, que será utilizado para determinação das OFERTAS DE REFERÊNCIA de cada PRODUTO;

XXIV - GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO: valor a ser aportado junto ao AGENTE CUSTODIANTE pelos PARTICIPANTES, conforme definido no EDITAL;

XXV - GARANTIA FÍSICA: quantidade máxima de energia e potência, definida pelo Ministério de Minas e Energia, que poderá ser utilizada pelo EMPREENDIMENTO para comercialização por meio de contratos, definida na barra do gerador ou no ponto de conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme Portaria do Ministério de Minas e Energia;

XXVI - ICB: Índice de Custo Benefício, valor calculado pelo SISTEMA, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), que se constituirá no PREÇO DE LANCE para o PRODUTO DISPONIBILIDADE, nos termos do EDITAL;

XXVII - LANCE: ato irretratável e irrevogável, praticado pelo PROPONENTE VENDEDOR, que consiste na:

a) oferta de quantidade de LOTES, na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME;

b) confirmação de LOTES nas RODADAS da ETAPA UNIFORME, com exceção da primeira RODADA; e

c) na ETAPA DISCRIMINATÓRIA, preço para o PRODUTO QUANTIDADE e RECEITA FIXA para o PRODUTO DISPONIBILIDADE;

XXVIII - LANCE VÁLIDO: LANCE aceito pelo SISTEMA;

XXIX - LASTRO PARA VENDA: montante de energia disponível para venda no LEILÃO expresso em LOTES, associado a um determinado EMPREENDIMENTO, limitado à GARANTIA FÍSICA do EMPREENDIMENTO subtraída do MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA, à ENERGIA HABILITADA e à GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO aportada, conforme condições estabelecidas no EDITAL;

XXX - LEILÃO: processo licitatório para compra de energia elétrica, regido pelo EDITAL e seus documentos correlatos;

XXXI - LOTE: unidade mínima da oferta de quantidade associada a um determinado EMPREENDIMENTO que pode ser submetida na forma de LANCE na ETAPA UNIFORME, expresso em Megawatt médio (MW médio), nos termos do EDITAL;

XXXII - LOTE ATENDIDO: LOTE que esteja associado a um PREÇO DE LANCE igual ou inferior ao PREÇO CORRENTE na ETAPA UNIFORME ou que seja necessário para o atendimento da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO;

XXXIII - LOTE EXCLUÍDO: LOTE retirado da competição por decisão do PROPONENTE VENDEDOR, durante a ETAPA UNIFORME;

XXXIV - LOTE NÃO ATENDIDO: LOTE que esteja associado a um PREÇO DE LANCE superior ao PREÇO CORRENTE nas ETAPAS UNIFORMES ou que não seja necessário para o atendimento da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO na ETAPA DISCRIMINATÓRIA;

XXXV - MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA: quantidade de ENERGIA que não poderá ser comercializada no LEILÃO, expressa em LOTES, definida pelo PROPONENTE VENDEDOR por sua conta e risco, para contemplar, quando couber, consumo interno do EMPREENDIMENTO e estimativa de perdas elétricas na Rede Básica até o centro de gravidade do submercado, nos termos das Regras de Comercialização;

XXXVI - OFERTA DO PRODUTO: oferta de energia elétrica proveniente do(s) EMPREENDIMENTO(S) para os quais os PROPONENTES VENDEDORES estejam aptos a ofertarem energia elétrica no(s) PRODUTO(S), conforme disposto no EDITAL, nas Diretrizes da Sistemática e no DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA;

XXXVII - OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO: quantidade de LOTES calculada pelo SISTEMA a partir do FATOR DE REFERÊNCIA a ser aplicado à(s) QUANTIDADE(S) DEMANDADA(S) DO(S) PRODUTO(S) na ETAPA UNIFORME;

XXXVIII - OFERTA MÍNIMA: montante mínimo de LOTES associado ao EMPREENDIMENTO do PRODUTO DISPONIBILIDADE, que deverá ser ofertado pelo PROPONENTE VENDEDOR, obtido a partir da GARANTIA FÍSICA, nos termos das DIRETRIZES, com arredondamento;

XXXIX - PARÂMETROS DE DEMANDA: parâmetros inseridos no SISTEMA pelo REPRESENTANTE do Ministério de Minas e Energia que serão utilizados para determinação da QUANTIDADE DEMANDADA e da(s) QUANTIDADE(S) DEMANDADA(S) DO(S) PRODUTO(S) na ETAPA UNIFORME;

XL - PARTICIPANTES: são os COMPRADORES e os PROPONENTES VENDEDORES;

XLI - PCH: Pequena Central Hidrelétrica;

XLII - PERCENTUAL MÍNIMO: percentual mínimo da GARANTIA FÍSICA de EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO a ser destinada ao ACR, nos termos das DIRETRIZES e do EDITAL;

XLIII - PREÇO CORRENTE: valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), associado aos LANCES VÁLIDOS praticados no LEILÃO;

XLIV - PREÇO INICIAL: valor definido pelo Ministério de Minas e Energia, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), para cada PRODUTO;

XLV - PREÇO DE LANCE: valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), correspondente à submissão de novos LANCES;

XLVI - PREÇO DE REFERÊNCIA: valor máximo, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), de cada EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO, conforme definido no EDITAL;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XLVII - PREÇO DE VENDA FINAL: é o valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), que constará nas cláusulas comerciais dos CCEARs;

XLVIII - PROPONENTE VENDEDOR: PARTICIPANTE apto a ofertar energia elétrica no LEILÃO, nos termos do EDITAL e do DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA;

XLIX - PRODUTO: energia elétrica negociada no LEILÃO, que será objeto de CCEAR diferenciado por tipo de fonte energética nos termos das DIRETRIZES e conforme disposto no EDITAL e no DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA;

L - PRODUTO DISPONIBILIDADE: energia elétrica objeto de CCEAR na modalidade por disponibilidade de energia elétrica;

LI - PRODUTO QUANTIDADE: energia elétrica objeto de CCEAR na modalidade por quantidade de energia elétrica;

LII - QUANTIDADE DECLARADA: montante de energia elétrica, expresso em Megawatt médio (MW médio) com três casas decimais, individualizada por COMPRADOR, nos termos das Declarações de Necessidades dos agentes de distribuição;

LIII - QUANTIDADE DEMANDADA: montante de energia elétrica, expresso em número de LOTES, calculado na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME;

LIV - QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO: montante de energia elétrica, expresso em número de LOTES, atribuído a cada PRODUTO na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME;

LV - RECEITA FIXA - RF: valor, expresso em Reais por ano (R$/ano), inserido pelo PROPONENTE VENDEDOR quando da submissão de LANCE em PRODUTO DISPONIBILIDADE e que, a sua exclusiva responsabilidade, deverá abranger, entre outros:

a) o custo e remuneração de investimento (taxa interna de retorno);

b) os custos de conexão ao Sistema de Distribuição e Transmissão;

c) o custo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição;

d) os custos fixos de Operação e Manutenção - O&M;

e) os custos de seguro e garantias do EMPREENDIMENTO e compromissos financeiros do PROPONENTE VENDEDOR; e

f) tributos e encargos diretos e indiretos;

LVI - RODADA: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES e para processamento pelo SISTEMA;

LVII - SISTEMA: sistema eletrônico utilizado para a realização do LEILÃO, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação e disponibilizado pela Rede Mundial de Computadores;

LVIII - TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE: período durante o qual os PROPONENTES VENDEDORES poderão submeter os seus LANCES para validação pelo SISTEMA em cada RODADA do LEILÃO;

LIX - UHE: Usina Hidrelétrica; e

LX - VENCEDOR: PROPONENTE VENDEDOR que tenha energia negociada no LEILÃO.

CAPÍTULO II

DAS CARACTERÍSTICAS DO LEILÃO

Art. 3º As Diretrizes da Sistemática dos Leilões, de que trata o presente Anexo, possuem as características definidas a seguir.

§ 1º O LEILÃO será realizado via SISTEMA, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação e comunicação via Rede Mundial de Computadores - internet.

§ 2º São de responsabilidade exclusiva dos representantes dos PROPONENTES VENDEDORES a alocação e a manutenção dos meios necessários para a conexão, o acesso ao SISTEMA e a participação no LEILÃO, incluindo, mas não se limitando, a meios alternativos de conexão e acesso a partir de diferentes localidades.

§ 3º O LEILÃO será composto de uma única fase que se subdivide da seguinte forma:

I - ETAPA UNIFORME: período no qual os PROPONENTES VENDEDORES poderão, a cada RODADA, submeter LANCES, para o(s) PRODUTO(S) em negociação, com quantidades associadas ao PREÇO DE LANCE da RODADA; e

II - ETAPA DISCRIMINATÓRIA: período iniciado após a ETAPA UNIFORME, onde há submissão de um único LANCE, para o(s) PRODUTO(S) em negociação, com PREÇO DE LANCE associado à quantidade de LOTES classificada na etapa anterior.

§ 4º Toda inserção dos dados deverá ser auditável.

§ 5º Iniciado o LEILÃO, não haverá prazo para o seu encerramento.

§ 6º O LEILÃO poderá ser temporariamente suspenso em decorrência de fatos supervenientes, a critério da ENTIDADE COORDENADORA.

§ 7º A ENTIDADE COORDENADORA poderá alterar, no decorrer do LEILÃO, o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE, mediante comunicação via SISTEMA aos PROPONENTES VENDEDORES.

§ 8º Durante o LEILÃO, o LANCE deverá conter as seguintes informações:

I - identificação do PROPONENTE VENDEDOR;

II - identificação do EMPREENDIMENTO;

III - quantidade de LOTES;

IV - PREÇO DE LANCE; e

V - a RECEITA FIXA requerida pelo PROPONENTE VENDEDOR, para o PRODUTO DISPONIBILIDADE.

§ 9º Para cada EMPREENDIMENTO, o somatório dos LOTES ofertados deverá respeitar, cumulativamente, o limite correspondente:

I - ao LASTRO PARA VENDA; e

II - à quantidade de LOTES ofertada no LANCE anterior, a partir da ETAPA UNIFORME.

§ 10. No cálculo do LASTRO PARA VENDA será descontado da GARANTIA FÍSICA o MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA.

§ 11. Na definição do MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA, o PROPONENTE VENDEDOR deverá considerar, quando couber, o consumo interno da usina e as perdas elétricas até o centro de gravidade, sob pena de sujeitar-se às sanções decorrentes da apuração de insuficiência de lastro para venda de energia e potência, nos termos das Regras e Procedimentos de Comercialização, e à eventual redução dos montantes contratados nos CCEAR.

§ 12. Para o PRODUTO DISPONIBILIDADE, o PREÇO DE LANCE será representado pelo ICB e calculado a partir da seguinte expressão:

$$(1)\ ICB = \frac{RF}{QL * l * 8760} + \frac{COP + CEC}{GF * 8760}$$

Onde:

ICB - expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh);

RF - RECEITA FIXA, expressa em Reais por ano (R$/ano), considerando o disposto no art. 5º, § 3º, inciso I, alínea "b", item 3;

QL - quantidade de LOTES ofertados;

l - valor do LOTE em Megawatt médio (MW médio);

COP - Valor Esperado do Custo de Operação, expresso em Reais por ano (R$/ano);

CEC - Valor Esperado do Custo Econômico de Curto Prazo, expresso em Reais por ano (R$/ano);

GF - GARANTIA FÍSICA, expressa em Megawatt médio (MW médio); e

8760 - número de horas por ano.

§ 13. Em caso de empate de PREÇOS DE LANCE na ETAPA DISCRIMINATÓRIA, o desempate será realizado pela ordem crescente do montante ofertado e, caso persista o empate, por meio de seleção randômica.

CAPÍTULO III

DA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA

Art. 4º A configuração do SISTEMA será realizada conforme definido a seguir.

§ 1º a ENTIDADE ORGANIZADORA validará no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os seguintes dados:

I - o PREÇO INICIAL para cada PRODUTO;

II - o PREÇO DE REFERÊNCIA de cada EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO;

III - o PERCENTUAL MÍNIMO de cada EMPREENDIMENTO;

IV - as GARANTIAS DE PARTICIPAÇÃO aportadas pelos PARTICIPANTES, com base em informações fornecidas pelo AGENTE CUSTODIANTE; e

V - o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE.

§ 2º O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA validará no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os seguintes dados:

I - o DECREMENTO da ETAPA UNIFORME;

II - o FATOR DE REFERÊNCIA;

III - os PARÂMETROS DE DEMANDA; e

IV - a QUANTIDADE DECLARADA.

§ 3º O REPRESENTANTE DA EPE validará no SISTEMA, antes do início do LEILÃO:

I - o valor correspondente à GARANTIA FÍSICA, expresso em Megawatt médio (MW médio), para cada EMPREENDIMENTO;

II - o CEC, para cada EMPREENDIMENTO cuja energia seja negociada no PRODUTO DISPONIBILIDADE; e

III - o COP, para cada EMPREENDIMENTO cuja energia seja negociada no PRODUTO DISPONIBILIDADE.

§ 4º O representante da ENTIDADE COORDENADORA validará no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os valores correspondentes à ENERGIA HABILITADA (em LOTES) de cada EMPREENDIMENTO.

§ 5º Das informações inseridas no SISTEMA, serão disponibilizadas:

I - aos PROPONENTES VENDEDORES:

a) o LASTRO PARA VENDA do(s) seu(s) respectivo(s) EMPREENDIMENTO(S);

b) o PREÇO INICIAL dos PRODUTOS;

c) o PREÇO CORRENTE;

d) o DECREMENTO;

e) o PREÇO DE REFERÊNCIA do(s) seu(s) respectivo(s) EMPREENDIMENTO(S) HIDRELÉTRICO(S); e

f) o PERCENTUAL MÍNIMO do(s) seu(s) respectivo(s) EMPREENDIMENTO(S) HIDRELÉTRICO(S).

CAPÍTULO IV

DOS VENCEDORES DO LEILÃO

Art. 5º O LEILÃO terá uma única fase de definição dos VENCEDORES que será realizada conforme disposto a seguir.

§ 1º A fase de definição dos VENCEDORES terá as seguintes CARACTERÍSTICAS GERAIS:

I - no LEILÃO concorrerão os PROPONENTES VENDEDORES;

II - o SISTEMA aceitará LANCES para o PRODUTO DISPONIBILIDADE e para o PRODUTO QUANTIDADE; e

III - o LEILÃO terá início pela ETAPA UNIFORME.

§ 2º A ETAPA UNIFORME será realizada conforme disposto a seguir:

I - a ETAPA UNIFORME terá as seguintes características:

a) as primeiras RODADAS das ETAPAS UNIFORMES de todos os PRODUTOS serão iniciadas simultaneamente;

b) para cada RODADA da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA disponibilizará o PREÇO DE LANCE e dará início ao TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

c) cada RODADA será encerrada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE ou em um minuto após todos os PROPONENTES VENDEDORES inserirem seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

d) o MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA será definido pelo PROPONENTE VENDEDOR na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME;

e) na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME o LANCE corresponderá à oferta de quantidade de LOTES, que deverá:

1. ser menor ou igual ao LASTRO PARA VENDA;

2. ser maior ou igual à OFERTA MÍNIMA para o PRODUTO DISPONIBILIDADE; e

3. respeitar o PERCENTUAL MÍNIMO para o PRODUTO QUANTIDADE;

f) a partir da segunda RODADA da ETAPA UNIFORME o LANCE corresponderá à confirmação ou à exclusão da totalidade de LOTES associada a cada EMPREENDIMENTO, conforme LANCE da primeira RODADA;

g) os LOTES não ofertados serão considerados como LOTES EXCLUÍDOS e não poderão ser submetidos em LANCES nas RODADAS e etapas seguintes;

II - na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME, o PREÇO CORRENTE de cada PRODUTO será igual ao PREÇO INICIAL do PRODUTO;

III - encerrado o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE da primeira RODADA da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA:

a) realizará o cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO e da OFERTA DE REFERÊNCIA para cada PRODUTO;

b) encerrará a negociação do PRODUTO, sem contratação de energia, caso a quantidade ofertada seja igual a zero;

IV - o cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO e da OFERTA DE REFERÊNCIA de cada PRODUTO, de que trata o inciso III, alínea "a", será realizado da seguinte forma:

$$(1)\ QTD = \min\left[QTDEC; \left(\frac{QTO}{PD_1}\right)\right]$$

$$(2)\ QTO = QOPQ + QOPD$$

(3) Se QOPQ ≤ QOPD:

$$(A)\ QDPQ = \min\left[QTD * \max\left(\frac{QOPQ}{QTO}; PD_2\right); \left(\frac{QOPQ}{PD_1}\right)\right]$$

$$(B)\ QDPD = \max\left\{QTD * \min\left[\frac{QOPD}{QTO}; (1 - PD_2)\right]; (QTD - QDPQ)\right\}$$

(4) Se QOPQ > QOPD:

$$(A)\ QDPQ = \max\left[QTD * \min\left(\frac{QOPQ}{QTO}; (1 - PD_2)\right); (QTD - QDPD)\right]$$

$$(B)\ QDPD = \min\left[QTD * \max\left(\frac{QOPD}{QTO}; PD_2\right); \left(\frac{QOPD}{PD_1}\right)\right]$$

$$(5)\ ORPD = QDPD * FR$$

$$(6)\ ORPQ = QDPQ * FR$$

$$(7)\ 1 < FR < PD_1$$

$$(8)\ 0 < PD_2 \leq 0{,}5$$

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Onde:

QTD = QUANTIDADE DEMANDADA, expressa em LOTES;

QTDEC = QUANTIDADE DECLARADA, expressa em LOTES;

QTO = somatório das quantidades totais ofertadas no PRODUTO QUANTIDADE e no PRODUTO DISPONIBILIDADE na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME, expresso em LOTES;

PD_1 = PARÂMETRO DE DEMANDA 1, expresso em número racional positivo maior que um e com três casas decimais;

PD_2 = PARÂMETRO DE DEMANDA 2, expresso em número racional positivo menor que um meio e com três casas decimais;

QOPD = OFERTA DO PRODUTO DISPONIBILIDADE, expressa em LOTES, sendo zero quando não houver negociação do PRODUTO DISPONIBLIDADE;

QOPQ = OFERTA DO PRODUTO QUANTIDADE, expressa em LOTES, sendo zero quando não houver negociação do PRODUTO QUANTIDADE;

QDPD = quantidade demandada do PRODUTO DISPONIBILIDADE, expressa em LOTES;

QDPQ = quantidade demandada do PRODUTO QUANTIDADE, expressa em LOTES;

ORPD = OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO DISPONIBILIDADE, expressa em LOTES;

ORPQ = OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO QUANTIDADE, expressa em LOTES; e

FR = FATOR DE REFERÊNCIA, expresso em número racional positivo com três casas decimais;

V - após o cálculo estabelecido no inciso IV, será iniciada a segunda RODADA da ETAPA UNIFORME;

VI - a partir da segunda RODADA da ETAPA UNIFORME:

a) o PREÇO CORRENTE será igual ao PREÇO DE LANCE da RODADA anterior; e

b) o PREÇO DE LANCE será igual ao PREÇO CORRENTE da RODADA subtraído do DECREMENTO;

VII - o PROPONENTE VENDEDOR que submeter LANCE para EMPREENDIMENTO(S) HIDRELÉTRICO(S) na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME terá o LANCE submetido automaticamente pelo SISTEMA nas RODADAS em que o PREÇO DE LANCE for superior ou igual ao PREÇO DE REFERÊNCIA do EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO;

VIII - ao término de cada RODADA da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA comparará a quantidade total ofertada do PRODUTO com a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, resultando em uma das seguintes situações:

a) se a quantidade total ofertada do PRODUTO for maior ou igual que a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, o SISTEMA iniciará uma nova RODADA; ou

b) se a quantidade total ofertada do PRODUTO for menor que a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, o SISTEMA concluirá a ETAPA UNIFORME, dando início à ETAPA DISCRIMINATÓRIA, conforme inciso IX; e

IX - na ocorrência do disposto no inciso VIII, alínea "b", o SISTEMA retornará à RODADA anterior, resgatando os LANCES VÁLIDOS daquela RODADA para iniciar a ETAPA DISCRIMINATÓRIA.

§ 3º A ETAPA DISCRIMINATÓRIA será realizada conforme disposto a seguir:

I - a ETAPA DISCRIMINATÓRIA terá as seguintes características:

a) os TEMPOS PARA INSERÇÃO DE LANCE da ETAPA DISCRIMINATÓRIA de todos os PRODUTOS serão iniciados simultaneamente;

b) os PROPONENTES VENDEDORES deverão submeter LANCE com as seguintes características:

1. LANCE de preço, igual ou inferior ao menor valor entre o PREÇO CORRENTE, o PREÇO DE REFERÊNCIA e o PREÇO DE LANCE relativo ao seu último LANCE VÁLIDO, para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima RODADA da ETAPA UNIFORME, no PRODUTO QUANTIDADE, de forma que, para EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO, o LANCE de preço deve ser igual ou inferior ao menor valor entre: o PREÇO DE REFERÊNCIA do EMPREENDIMENTO, o PREÇO DE LANCE relativo ao seu último LANCE VÁLIDO, para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima RODADA da ETAPA UNIFORME, e o PREÇO INICIAL do PRODUTO.

2. LANCE de RECEITA FIXA que resulte em um ICB igual ou inferior ao menor valor entre o PREÇO CORRENTE e o PREÇO DE LANCE relativo ao seu último LANCE VÁLIDO, para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima RODADA da ETAPA UNIFORME, no PRODUTO DISPONIBILIDADE; e

3. o PREÇO DE LANCE e a RECEITA FIXA, independentemente da quantidade de LOTES ofertados, são de responsabilidade exclusiva do PROPONENTE VENDEDOR;

c) caso um PROPONENTE VENDEDOR não submeta LANCE nessa etapa, o SISTEMA considerará o PREÇO DE LANCE ou a RECEITA FIXA correspondente ao último LANCE VÁLIDO do PROPONENTE VENDEDOR; e

d) a ETAPA DISCRIMINATÓRIA será finalizada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE ou em um minuto após todos os PROPONENTES VENDEDORES inserirem seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

II - o PREÇO CORRENTE da ETAPA DISCRIMINATÓRIA será igual ao:

a) PREÇO CORRENTE da última RODADA da ETAPA UNIFORME, ou seja, o PREÇO DE LANCE da penúltima RODADA da ETAPA UNIFORME; ou

b) PREÇO INICIAL do PRODUTO, na hipótese de ocorrer uma única RODADA na ETAPA UNIFORME;

III - encerrado o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE da ETAPA DISCRIMINATÓRIA, o SISTEMA classificará os LOTES por ordem crescente de PREÇO DE LANCE, qualificando-os como LOTES ATENDIDOS ou LOTES NÃO ATENDIDOS, com base na QUANTIDADE DEMANDADA de cada PRODUTO;

IV - os LOTES relativos ao LANCE que complete a QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO serão integralmente classificados como LOTES ATENDIDOS, mesmo que isso faça com que a quantidade de LOTES ATENDIDOS ultrapasse a QUANTIDADE DEMANDADA para o PRODUTO;

V - ao término da ETAPA DISCRIMINATÓRIA de todos os PRODUTOS o SISTEMA encerrará o LEILÃO.

CAPÍTULO V

DO ENCERRAMENTO, DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E CELEBRAÇÃO DOS CCEAR

Art. 6º O encerramento do LEILÃO, a divulgação dos resultados e a celebração dos CCEAR dar-se-á conforme disposto a seguir.

§ 1º Observadas as condições de habilitação estabelecidas pela ANEEL, os LOTES ATENDIDOS ao término do LEILÃO implicarão obrigação incondicional de celebração do respectivo CCEAR, com base nos LOTES ATENDIDOS, entre cada um dos COMPRADORES e VENCEDORES ao respectivo:

I - PREÇO DE VENDA FINAL, correspondente ao valor do LANCE do VENCEDOR, para EMPREENDIMENTO cuja energia seja negociada no PRODUTO QUANTIDADE; ou

II - RECEITA FIXA, correspondente ao valor do LANCE do VENCEDOR, para EMPREENDIMENTO cuja energia seja negociada no PRODUTO DISPONIBILIDADE.

§ 2º Após o encerramento do certame o SISTEMA, conforme DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA, executará:

I - o rateio dos LOTES negociados por PRODUTO para fins de celebração dos respectivos CCEARs entre cada VENCEDOR e todos os COMPRADORES na proporção dos montantes negociados e das QUANTIDADES DEMANDADAS, respectivamente; e

II - o rateio da RECEITA FIXA para fins de celebração dos respectivos CCEARs entre os COMPRADORES, na proporção das QUANTIDADES DEMANDADAS, para EMPREENDIMENTOS cuja energia seja negociada no PRODUTO DISPONIBILIDADE.

§ 3º O resultado divulgado imediatamente após o término do certame poderá ser alterado em função do processo de habilitação promovido pela ANEEL, conforme previsto no Edital.

PORTARIA Nº 326, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º, da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.000962/2013-18, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Pedra Preta, de titularidade da empresa SPE Pedra Preta Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.665.342/0001-03, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A SPE Pedra Preta Energia S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da SPE Pedra Preta Energia S.A., a ocorrência das situações que evidenciem a não implementação da EOL Pedra Preta, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A SPE Pedra Preta Energia S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da operação comercial da EOL Pedra Preta, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º A SPE Pedra Preta Energia S.A. deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, e na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projeto	EOL Pedra Preta.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 07/2010-ANEEL (Fontes Alternativas), realizado em 26 de agosto de 2010.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 584, de 11 de outubro de 2011.	
Titular	SPE Pedra Preta Energia S.A.	
CNPJ/MF	09.665.342/0001-03.	
Pessoas Jurídicas integrantes da SPE	Razão Social: CPFL Energias Renováveis S.A.	CNPJ/MF: 08.439.659/0001-50.
Localização	Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 20.700 kW, composta por nove Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.000962/2013-18.	

PORTARIA Nº 327, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º, da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.000944/2013-36, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Macacos, de titularidade da empresa SPE Macacos Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.091.059/0001-81, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A SPE Macacos Energia S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da SPE Macacos Energia S.A., a ocorrência das situações que evidenciem a não implementação da EOL Macacos, dentre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A SPE Macacos Energia S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da operação comercial da EOL Macacos, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º A SPE Macacos Energia S.A. deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, e na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Projeto	EOL Macacos.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 07/2010-ANEEL (Fontes Alternativas), realizado em 26 de agosto de 2010.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 557, de 27 de setembro de 2011.	
Titular	SPE Macacos Energia S.A.	
CNPJ/MF	07.091.059/0001-81.	
Pessoas Jurídicas integrantes da SPE	Razão Social: CPFL Energias Renováveis S.A.	CNPJ/MF: 08.439.659/0001-50.
Localização	Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 20.700 kW, composta por nove Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.000944/2013-36.	

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.616, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

Homologa o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa de Eletricidade Grão Pará - Cergapa, fixa as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDs, as Tarifas de Energia - TEs e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Contrato de Permissão de Distribuição nº 38/2010 e com base nos autos do processo 48500.003169/2013-30, e considerando que:

a metodologia utilizada está detalhado no Módulos 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública - AP nº 79/2013 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Cooperativa de Eletricidade Grão Pará - Cergapa, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da Cergapa, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.360, de 25 de setembro de 2013, ficam, em média, reposicionadas em 25,29% (vinte e cinco vírgula vinte e nove por cento), sendo 24,65% (vinte e quatro vírgula sessenta e cinco por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 0,64% (zero vírgula sessenta e quatro por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,15% (um vírgula quinze por cento) e 0,00% (zero por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da Cergapa de 2014 a 2016.

Art. 4º O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Cergapa, de 2014, 2015 e 2016, fica definido em 16,58% (dezesseis vírgula cinquenta e oito por cento) para as perdas sobre a energia injetada.

Art. 5º As tarifas de aplicação, constantes nas Tabelas 1 (Grupo A) e 2 (Grupo B) contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e os componentes financeiros pertinentes, devendo vigorar de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014.

Art. 6° As tarifas da base econômica, constantes nas Tabelas 1 (Grupo A) e 2 (Grupo B) contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 7º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Art. 8º Aprovar os novos valores integrantes das Tabelas 4, 5 e 6, com vigência no período de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014, relativos aos Serviços Cobráveis, aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidoras para o sistema de transmissão.

Art. 9º Fixar o valor da quota anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA constantes na Tabela 7.

Art. 10. Homologar a Tarifa de E nergia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora supridora Celesc para a Cergapa, constantes na Tabela 8.

Art.11. Os descontos aplicados às tarifas da supridora Celesc constam da Tabela 9, devendo ser adotados nos reajustes tarifários da Cergapa de 2014, 2015 e 2016.

Art. 12. Homologar o valor mensal constante da Tabela 10, a ser repassado pela Eletrobras à Cergapa, no período de competência de dezembro de 2013 a agosto de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 13. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Cergapa, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Permissionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 14. O horário de ponta para a área de concessão da Cergapa compreende o período entre as 18 horas e 30 minutos a 21 horas e 29 minutos.

Parágrafo único. Se aplicada na área de concessão da Cergapa a hora de verão, conforme disposto no Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, o horário de ponta compreende o período entre 19 horas e 30 minutos a 22 horas e 29 minutos.

Art. 15. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.617, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

Homologa o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - Ceprag, fixa as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDs, as Tarifas de Energia - TEs e dá outras providências

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Contrato de Permissão de Distribuição nº 19/2010 e com base nos autos do processo 48500.003185/2013-22, e considerando que:

a metodologia utilizada está detalhado no Módulos 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública - AP nº 78/2013 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - Ceprag, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da Ceprag, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.359, de 25 de setembro de 2013, ficam, em média, reposicionadas em 26,51% (vinte e seis vírgula cinquenta e um por cento), sendo 26,77% (vinte e seis vírgula setenta e sete por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento negativo) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3º Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,15% (um vírgula quinze por cento negativo) e -1,81% (um virgula oitenta e um por cento negativo), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da Ceprag de 2014 a 2016.

Art. 4º O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários daCeprag, de 2014, 2015 e 2016, fica definido em 11,35% (onze vírgula trinta e cinco por cento) para as perdas sobre a energia injetada.

Art. 5º As tarifas de aplicação, constantes das Tabelas 1 (Grupo A) e 2 (Grupo B), contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e os componentes financeiros pertinentes, devendo vigorar de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014.

Art. 6° As tarifas da base econômica, constantes nas Tabelas 1 (grupo A) e 2 (Grupo B), contemplam o reposicionamento da tarifa econômica e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 7º Definir, na Tabela 3, os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação.

Art. 8º Aprovar os novos valores integrantes das Tabelas 4, 5 e 6, com vigência no período de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014, relativos aos Serviços Cobráveis, aos parâmetros de cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD e do Ressarcimento à distribuidora pela migração de unidades consumidoras para o sistema de transmissão.

Art. 9º Fixar o valor da quota anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica- PROINFA constantes na Tabela 7.

Art. 10. Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD das distribuidoras supridoras Celesc e CEEE para a Ceprag, constantes na Tabela 8.

Art.11. Os descontos aplicados às tarifas da supridora Celesc constam da Tabela 9, devendo ser adotados nos reajustes tarifários da Ceprag de 2014, 2015 e 2016.

Art. 12. Homologar o valor mensal constante da Tabela 10, a ser repassado pela Eletrobras à Ceprag, no período de competência de dezembro de 2013 a agosto de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 13. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Ceprag, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Permissionária poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 14. O horário de ponta para a área de concessão da Ceprag compreende o período entre as 18 horas e 30 minutos a 21 horas e 29 minutos.

Parágrafo único. Se aplicada na área de concessão da Ceprag a hora de verão, conforme disposto no Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, o horário de ponta compreende o período entre 19 horas e 30 minutos a 22 horas e 29 minutos.

Art. 15. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 17 de setembro de 2013

Nº 3.163 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004488/2013-62, decide cancelar, em razão da perda do objeto, a Determinação feita pela Diretoria à Superintendência de Regulação dos Serviços Comerciais - SRC, visando à elaboração de proposta de aprimoramento do art. 10 da Resolução Normativa nº 488, de 2012, em face dos questionamentos apresentados pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE.

Nº 3.164 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005356/2013-58, resolve deferir parcialmente o pleito da Santo Antônio Energia - SAE, no sentido de negar o pleito de desconto de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, mas autorizar a aplicação de TUST específica para a ampliação da usina, tendo como premissa de cálculo a conexão na SE Porto Velho 230 kV a partir de agosto de 2016 (ciclo 2016-2017), no valor de R$ 10,208/ kW.mês, a qual deve ser estabilizada até o ciclo 2020-2021.

Nº 3.166 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004149/2012-03, resolve conhecer do Recurso Administrativo interposto pela CEB Distribuição S.A. - CEB-D e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para reduzir a multa imposta pelo Auto de Infração nº 6/2013-SFE, por infrações relacionadas aos índices de qualidade do teleatendimento, para R$ 66.747,09 (sessenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e nove centavos), a serem recolhidos conforme a legislação vigente.

Nº 3.167 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000310/2003-45, resolve: (i) aprovar a revisão do Projeto Básico da PCH Mucuri, (ii) declarar a perda de objeto dos recursos administrativos interpostos pela Mucuri Energética S.A. contra os Despacho SFG nº 4.016/2012 e nº 1.455/2013, que não liberaram as unidades geradoras UG1 a UG3 da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Mucuri para início de operação em teste e para início de operação comercial, respectivamente.

Nº 3.168 - O Diretor Geral da Agência nacional de Energia Elétrica - ANEEL no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003787/2009-01, resolve declarar que não são aplicáveis os termos da Resolução Normativa nº 165, de 19 de setembro de 2005, ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Corumbá Concessões S. A. - na condição de vendedora - e a Companhia Energética de Brasília - na condição de compradora.

Nº 3.169 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004145/2013-06, decide conhecer do pedido de prorrogação do ano limite de universalização da área rural interposto pela Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, para, no mérito, negar-lhe provimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 3.174 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002938/2012-00, resolve conhecer e, no mérito negar provimento recurso administrativo interposto pela CGH Poço da Cruz Ltda., contra a Nota Técnica nº 499/2013-SGH/ANEEL.

Nº 3.182 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005222/2013-37, decide conhecer do recurso interposto pela Elektro Eletricidade e Serviços S.A em face do Auto de Infração no 4/2013, lavrado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a advertência.

Nº 3.202 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.004496/2012-28, 48500.004499/2012-61, 48500.004518/2012-50, 48500.004519/2012-02, 48500.004520/2012-29, 48500.004997/2012-12, 48500.004517/2012-13, 48500.004498/2012-17, decide deferir o pedido formulado por Valdir Jonas Wolf, a fim de declarar que não está alcançado pela indisponibilidade de bens determinada nas Resoluções Autorizativas nº 3.647/2012, 3.648/2012, 3.649/2012, 3.650/2012, 3.651/2012, 3.652/2012, 3.653/2012 e 3.654/2012, o imóvel, situado em São Paulo, devidamente identificado nos autos, em que residem o requerente e sua família.

Em 25 de setembro de 2013

Nº 3.248 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, no art. 32 da Resolução Normativa nº 545, de 16 de abril de 2013 e no que consta no Processo nº 48500.005074/2013-51, resolve: não conceder efeito suspensivo ao pedido de impugnação da CODORA ENERGIA LTDA. - UTE CODORA, interposto em face da decisão do Conselho de Administração da CCEE ("CAd") que, em sua 679ª reunião, realizada em 30.07.2013, decidiu não reconsiderar a decisão de indeferimento do Processo de Recontabilização n° 2158/2013, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de setembro de 2013

Nº 3.246 - Processo nº 48500.005659/2013-71. Interessados: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.; Biosev Bioenergia S.A.; Ferrari Termoelétrica S.A.; e Noble Brasil S.A. Decisão: registrar, sob o nº 6.000/2013, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, na modalidade Geração Distribuída. A íntegra deste Despacho e seu Anexo estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de setembro de 2013

Nº 3.247 - Processo nº: 48500.000305/2012-59. Interessado: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A. Decisão: reconsiderar parcialmente a decisão constante no Auto de Infração nº 059/2013-SFE, alterando-a para R$ 4.056.204,33 (quatro milhões, cinquenta e seis mil, duzentos e quatro reais e trinta e três centavos). A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e está disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de setembro de 2013

Nº 3.245 - Documento nº: 48513.028078/2013-00. Interessada: Cooperativa Regional de Energia Taquari Jacui - CERTAJA Energia. Decisão: anuir à desvinculação, seguida de doação, pela interessada, dos bens listados na correspondência: OF.MF.ms 18/2013, de 08 de agosto de 2013. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DA DIRETORA-GERAL
Em 25 de setembro de 2013

Nº 1.105 - A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base no Regulamento Técnico ANP nº07/2012 aprovado pela Resolução ANP nº 47/2012, na documentação constante no Processo ANP nº 48610.005065/2013-12, e na Resolução de Diretoria nº 993, de 18 de setembro de 2013, torna público o seguinte ato:

1.CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa INSTITUTO DE PESQUISAS RODOVIÁRIAS do DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, localizado no Rio de Janeiro - RJ, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0001-00, habilitando-o para realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

2.As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	038/2013		
Unidade de Pesquisa	INSTITUTO DE PESQUISAS RODOVIÁRIAS - IPR		
Instituição Credenciada	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
ABASTECIMENTO	REFINO	TECNOLOGIA EM ASFALTO	Pesquisa de envelhecimento de asfaltos para selecionar o ligante de acordo com o clima das regiões brasileiras
			Pesquisa para escolha dos ligantes e misturas asfálticas mais adequados para utilização nas rodovias federais
TEMAS TRANSVERSAIS	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	METODOLOGIAS E SISTEMAS DE CONTROLE DA QUALIDADE	Pesquisa de avaliação de pavimentos
	MATERIAIS	TECNOLOGIA DE MATERIAIS	Pesquisa de novas materiais estabilizantes de solos

3.O Instituto de Pesquisas Rodoviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº07/2012, devendo demonstrar, a qualquer tempo, que continua atendendo aos requisitos técnicos e de qualificação jurídica estabelecidos no Anexo B e aos demais requisitos gerais exigidos para credenciamento, em especial, os seguintes:

I - fornecer as informações solicitadas nos prazos estabelecidos;

II - permitir aos técnicos avaliadores da ANP, sempre que solicitado, o livre acesso às instalações e à documentação pertinente ao credenciamento, assim como, à documentação pertinente às atividades de P&D realizadas com recursos das Cláusulas de Investimento em P&D;

III - compromisso com a aplicação dos recursos arrecadados para a manutenção e o desenvolvimento da infraestrutura e de pessoal relacionados com o objeto do credenciamento.

4.O credenciamento terá validade indeterminada, ficando o Instituto de Pesquisas Rodoviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes obrigado a confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO - RD Nº 994, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 725, de 18 de setembro de 2013, com base na Proposta de Ação nº 979, de 4 de setembro de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48611.001107/2010 - 93	LUBNORTE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (DF: 124.710.2010.22.316467)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001107/2010 - 93	CASTROL BRASIL LTDA. (DF: 167.707.2011.33.361952)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000501/2011 - 95	ITAMAR AGUIAR (POSTO VITÓRIA) (DF: 184.711.2011.24.370710)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000501/2011 - 95	ITAMAR AGUIAR (POSTO VITÓRIA) (DF: 184.711.2011.24.370709)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000070/2011 - 67	MGL DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000501/2011 - 95	ITAMAR AGUIAR (POSTO VITÓRIA) (DF: 137.705.2011.24.355984)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000501/2011 - 95	ITAMAR AGUIAR (POSTO VITÓRIA) (DF: 137.705.2011.24.355979)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001107/2010 - 93	LUBNORTE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (DF: 167.707.2011.25.361953)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO - RD Nº 995, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 725, de 18 de setembro de 2013, com base na Proposta de Ação nº 980, de 4 de setembro de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48621.000714/2011 - 06	PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. (DF: 028.311.2011.34.284408)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.005846/2011 - 45	AGAZZI & CIA LTDA. (DF: 905.103.2011.43.351053)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000714/2011 - 06	GPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. (DF: 028.311.2011.34.284411)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000157/2012 - 15	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48621.000714/2011 - 06	GIGANTE ARMAZENADORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOIS LTDA. (DF: 028.311.2011.34.284407)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.011189/2010 - 94	AUTO POSTO BARRA DO VALE LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.005846/2011 - 45	AGAZZI & CIA LTDA. (DF: 905.103.2011.43.351068)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RD Nº 996, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 725, de 18 de setembro de 2013, com base na Proposta de Ação nº 981, de 4 de setembro de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48620.000940/2012 - 70	CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.002331/2011 - 93	BRASAO ALIMENTOS LTDA. (DF: 905.101.2011.43.333220)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.002331/2011 - 93	BRASAO ALIMENTOS LTDA. (DF: 905.101.2011.43.333243)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.006206/2012 - 33	REI DO GÁS COMÉRCIO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA. (DF: 168.204.2012.32.381318)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.001249/2012 - 11	OSVALDO R. JORGETO - GAS	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.001125/2011 - 56	POSTO GAS DO BRASIL LTDA. - EPP	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000103/2012 - 50	J. F. CAVALCANTI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48620.000680/2012 - 32	LIDER DA PENHA AUTO POSTO LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.006056/2012 - 68	SAO CRISTOVAO POSTO DE SERVIÇOS LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000238/2012 - 15	POSTO HERMES FONTES LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.008288/2012 - 51	MEGA POWER DOS LAGOS COMERCIAL LTDA..	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.006206/2012 - 33	EDMILSON DE PAIVA SOARES (DF: 168.204.2012.32.381316)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

RESOLUÇÃO - RD Nº 997, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 725, de 18 de setembro de 2013, com base na Proposta de Ação nº 982, de 4 de setembro de 2013, resolveu aprovar o relatório da Procuradoria-Geral constante dos processos administrativos abaixo relacionados:

Processo Administrativo	AUTUADA	Decisão no recurso
48610.004720/2010 - 72	GONÇALVES TORRES & COSTA LTDA. (DF: 135.103.2010.41.304976)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007863/2011 - 17	POSTO DE ABASTECIMENTO RJ NORTE LTDA.. EPP (DF: 144.107.2011.33.327178)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007863/2011 - 17	POSTO DE ABASTECIMENTO RJ NORTE LTDA.. EPP (DF: 138.105.2011.33.291583)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007863/2011 - 17	POSTO DE ABASTECIMENTO RJ NORTE LTDA.. EPP (DF: 183.106.2011.33.355782)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.004720/2010 - 72	GONÇALVES TORRES & COSTA LTDA.. (DF: 144.111.2010.41.343176)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007863/2011 - 17	POSTO DE ABASTECIMENTO RJ NORTE LTDA.. EPP (DF: 179.106.2011.33.328213)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48611.000538/2012 - 02	AUTO POSTO FLOR LTDA.	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada
48610.007863/2011 - 17	POSTO DE ABASTECIMENTO RJ NORTE LTDA.. EPP (DF: 139.105.2011.33.351783)	Negar provimento para confirmar a decisão impugnada

EDUARDO MARCELO VIANNA DE MENEZES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 61/2013

Fase de Licenciamento
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
880.017/2011-RAIMAR MENDONÇA AGUIAR JÚNIOR-NOT Nº115/2013-R$ 5266,11
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.413/2007-NAVEGAÇÃO ANA CAROLINA- Registro de Licença N°:388/2009 - Vencimento em 02/07/2014
880.385/2008-PEDRO LUIZ NETO ME- Registro de Licença N°:400/2009 - Vencimento em 02/04/2017
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
880.093/2012-EDSON DA SILVA BARROS
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
880.129/2013-MARIA ECILENE PINHEIRO DOS SANTOS-Registro de Licença N°22/2013 de 16/09/2013-Vencimento em 21/02/2014
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
880.228/2011-JOHN HERBERT DE LIMA ESTEVES
880.209/2012-MARIA JOSINO MAIA

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 368/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
871.417/2007-GEOMAM ENGENHARIA LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°7873/2010
870.983/2011-ANSYSE CYNARA TEIXEIRA LADEIA- Cessionário:CIA MINERADORA CAETITÉ UNO S.A- CPF ou CNPJ 16.384.871/0001-96- Alvará n°15924/2011
873.948/2011-HEMYLY MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:ASSOCIAÇÃO CERAMISTA DE LIVRAMENTO E REGIÃO- CPF ou CNPJ 09.416.531/0001-34- Alvará n°18804/2011
870.116/2012-JOSÉ ARISTEU BARBOSA SOBRINHO- Cessionário:ROCKEX MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 14.901.210/0001-65- Alvará n°8532/2013
870.010/2013-CONSILENE ALVES DE LIMA- Cessionário:STUFFBROWN MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 15.186.499/0001-40- Alvará n°6110/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Nega anuência prévia aos atos de cessão parcial do requerimento de lavra(603)
870.162/2001-INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA- Cessionário:871.017/2011-TECNOGRÉS REVESTIMENTO CERÂMICOS
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
870.745/2001-COMERCIAL SHUI LTDA-ME.- 6363 n° 2004 - Cessionário: MINERAÇÃO MONTE SANTO- CNPJ 05.390.206/0001-99

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 702/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
832.921/2008-MINAS FORT MINERAÇÃO LTDA-PAVÃO/MG - Guia n° 166/2013-3.156 t/ano-Granito- Validade:12/07/2015
830.461/2010-MINERAÇÃO JUNCO LTDA ME-ÁGUA BOA/MG, FRANCISCÓPOLIS/MG, MALACACHETA/MG - Guia n° 209/2013-1200 m3/ano de blocos vendáveis ou 39.200 t/ano ou 6.000 m3/ano volume total-Granito- Validade:13/05/2017 ou PL

RELAÇÃO Nº 706/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
830.167/2010-SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES LTDA-TRÊS CORAÇÕES/MG - Guia n° 247/2013-49.300 toneladas/ano-Areia- Validade:Vencimento da AAF 09/04/2017 ou emissão da Portaria da Lavra
835.004/2011-DR CAR TRANSPORTES LTDA-ARCOS/MG - Guia n° 246/2013-15.000 toneladas/ano-Argila- Validade:09/10/2015

RELAÇÃO Nº 708/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito prorrogação do prazo do alvará de pesquisa(195)
830.103/2001-VANDERLEY FELIX DOS SANTOS- DOU de 19/03/2013

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 283/2013

Ficam os abaixos relacionado(s), NOTIFICADOS para pagar(em), parcelar(em) ou apresentar(em) DEFESA, relativo ao(s) débito(s) apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Art. 3º, Inciso IX, da Lei 8.876/94. c/c as Leis nº 7.990/89 e nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa, CADIM e ajuizamento de ação de execução.
Processo de Cobrança nº. 951.283/2010
Notificado: CERÂMICA TROPICAL LTDA.
CNPJ: 34.853.168/0001-68
NFLDP Nº 097/2010
Valor: R$ 13.214,63 (treze mil duzentos e quatorze reais e sessenta e três centavos).
Processo de Cobrança nº 950.732/2011
Notificado: MARTOP - CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.
CNPJ: 03.735.306/0002-65
NFLDP Nº 558/2011
Valor: R$ 143.960,07 (cento e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e sete centavos).
Processo de Cobrança nº 950.776/2012
Notificado: FAZENDA E PEDREIRA SANTA MÔNICA LTDA.
CNPJ: 52.817.343/0002-28
NFLDP Nº 458/2012
Valor: R$ 134.256,69 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e cinqüenta e seis e sessenta e nove centavos).

RELAÇÃO Nº 284/2013

Ficam os abaixos relacionado(s), ciente(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Art. 3º, Inciso IX, da Lei 8.876/94. c/c as Leis nº 7.990/89 e 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e 10.522/02), no prazo de dez dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa, CADIM e ajuizamento de ação de execução.
Processo de Cobrança nº. 951.342/2010
Notificado: COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINÉRIOS DO PARÁ LTDA.
CNPJ: 36.684.399/0001-99
NFLDP Nº 111/2010
Valor: R$ 2.415,77 (dois mil quatrocentos e quinze e setenta e sete centavos).

RELAÇÃO Nº 288/2013

Ficam os abaixos relacionado(s), ciente(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Art. 3º, Inciso IX, da Lei 8.876/94. c/c as Leis nº. 7.990/89 e 8.001/90, art. 61 da Lei nº. 9.430/96, Lei nº. 9.993/00, nº. 10.195/01 e 10.522/02), no prazo de dez dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa, CADIM e ajuizamento de ação de execução.
Processo de Cobrança nº. 950.626/2012
Notificado: VALE S/A.
CNPJ: 33.592.510/0001-54
NFLDP Nº. 455/2012
Valor: R$ 14.427.353, 76 (quatorze milhões, quatrocentos e vinte e sete, trezentos e cinqüenta e três reais e setenta e seis centavos).

JOÃO BOSCO PEREIRA BRAGA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 172/2013

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
815.444/1987-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI Nº 1231/2013, 1232/2011, 1233/2011 e 1234/2011,
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.692/2008-COMERCIAL E INDUSTRIAL ALEXANDRO LTDA ME-AI N°434/2010
815.003/2009-MARCELA DE SOUZA KREUSCH MAFFEZZOLI-AI N°404/2013
815.388/2010-ENTRERIOS GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA.-AI N°426/2013
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
815.709/2007-EMERSON SAVARIS - AI N°180/2013
815.733/2007-NATURASUL CONSTRUTORA LTDA - AI N°202/2013
815.907/2007-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA - AI N°172/2013
815.087/2009-RITA DE CÁSSIA NUNES AZEVEDO - AI N°151/2013
815.244/2009-O M JUNCKES EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES EPP - AI N°254/2013
815.262/2009-OSCAR KRIEGER NETO - AI N°204/2013
815.267/2009-ACRUX INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S A - AI N°160/2013
815.275/2009-SANTA MONICA MINÉRIOS LTDA - AI N°210/2013
815.340/2009-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA. - AI N°212/2013
815.348/2009-CYSY MINERAÇÃO LTDA - AI N°178/2013
815.349/2009-JOÃO RICARDO MEES - AI N°193/2013
815.360/2009-JOELSO ELLER - AI N°194/2013
815.373/2009-J.J. VIEIRA & CIA. LTDA. - AI N°190/2013
815.383/2009-ARCELEDE MELIM TRAINOTTI - AI N°165/2013
815.435/2009-LEOCIR VANDERLEI SAFANELLI - AI N°196/2013
815.439/2009-CONCREMAX INDUSTRIAL LTDA. - AI N°146/2013
815.516/2009-JOSE FERREIRA - AI N°195/2013
815.522/2009-IRINÉA SILVA DE SOUZA - AI N°188/2013
815.548/2009-ODAIR JOSÉ MANNRICH - AI N°203/2013
815.549/2009-SERRANA ENGENHARIA LTDA - AI N°211/2013
815.566/2009-CERÂMICA ELIZABETH SUL LTDA - AI N°173/2013
815.585/2009-FERNANDO VIEIRA - AI N°183/2013
815.594/2009-ROMULO DEBATIM SOARES - AI N°209/2013
815.602/2009-CIA. DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE - AI N°174/2013
815.631/2009-JADSON SILVA DE AGUIAR - AI N°191/2013
815.632/2009-REINALDO MEDEIROS DUARTE - AI N°206/2013
815.721/2009-ALTAIR PONTALDI - AI N°162/2013
815.747/2009-CINTIA BEILFUSS MURCESKI - AI N°175/2013
815.751/2009-UNICERÂMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA - AI N°213/2013
815.760/2009-HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - AI N°187/2013
815.814/2009-ADEMIR CORREA - AI N°147/2013
815.825/2009-FABIANE KLEIN - AI N°182/2013
815.830/2009-CLAUDIO RODRIGUES - AI N°176/2013
815.834/2009-LUIZ ALCEU MARANHO - AI N°198/2013
815.023/2010-ADOLFO PAZA - AI N°161/2013
815.901/2010-REIS ENGENHARIA DE OBRAS LTDA - AI N°207/2013

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 83, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O MINISTRO DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e, considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967; no Capítulo VI da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999; no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e no artigo 11 da Lei Complementar nº. 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, considerando a Portaria Interministerial nº 274, de 01 de agosto de 2013, que altera dispositivos da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fixar o prazo de 20 (vinte) dias após a realização do empenho, para a apresentação de proposta de trabalho pelo proponente no SICONV.

§ 1º Em caráter excepcional, o prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado havendo as seguintes condicionantes:

I - solicitação, justificativa e proposta de nova data apresentadas pela proponente dentro do prazo disposto no caput;

II - aceitação formal da justificativa e de nova data apresentada pela proponente, por parte da área técnica responsável no MDA; e

III - apresentação da proposta, impreterivelmente, 15 (quinze) dias antes do primeiro fechamento anual do SIAFI para execução orçamentária.

§ 2º O número da proposta deverá ser informado à área técnica responsável, neste prazo.

§ 3º O descumprimento dos prazos estabelecidos nesta Portaria implicará no cancelamento do empenho.

Art. 2º Somente poderão ser promovidas liberações financeiras após a devida aprovação da proposta de trabalho e assinatura do instrumento de convênio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

PORTARIA Nº 11, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DE SERGIPE, nomeado pela Portaria INCRA/Nº 549/2012, publicada no DOU do dia 14 de Setembro de 2012, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, que lhe foi delegada pela Portaria/MDA n° 20/2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA n°s 05 e 06, publicada no DOU n° 23, Seção I, de 1° de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO o objeto do Convênio CRT SR-23/SE nº 04000/2007, celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Governo do Estado de Sergipe, representado pela Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Rural - SEAGRI, visando promover a desapropriação de imóvel para implantação de colônias ou cooperativas agrícolas, no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária Federal;

CONSIDERANDO a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Lagoa da Vila, com área de 589, 0265 ha (quinhentos e oitenta e nove hectares, dois ares e sessenta e cinco centiares), localizado no município de Poço Redondo no Estado de Sergipe, Ação de desapropriação ajuizada na Comarca de Poço Redondo, cuja imissão na posse se deu em 09/05/2013.

CONSIDERANDO a publicação da Resolução CONAMA 458/2013, a qual revoga a Resolução CONAMA 387/2006, trazendo modificações referente ao licenciamento ambiental em assentamentos de reforma agrária e considerando ainda o contido no Parecer /CGA/PRCF/PFE INCRA/Nº 05/2013, resolve:

Art. 1°. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto Estadual Colônia Agrícola Josué de Castro, código SIPRA n° SE 0222000, área de 589, 0265 ha (quinhentos e oitenta e nove hectares, dois ares e sessenta e cinco centiares), localizado no município de Poço Redondo no Estado de Sergipe.

Art. 2º Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 27 (vinte e sete) famílias, tendo em vista, análise técnica contida no laudo avaliatório de 19/02/2009, que embasou o anteprojeto, já aprovado pela comunidade, de organização espacial do assentamento.

Art. 3°. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR-23)/F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do imóvel no SNCR.

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4°. Determinar a Divisão de Obtenção de Terras (SR-23)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I - Apresentar, caso seja necessário, soluções técnicas viáveis de (preventiva/corretiva/pontuais/ educativas/legislativa) de recursos hídricos.

II - Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Canindé do São Francisco (SE), no prazo de 60 (sessenta) dias, para inclusão das famílias candidatas no CadÚnico para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais.

III - Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5°. Determinar à Divisão de Desenvolvimento (SR-23) /D as seguintes providências:

I - Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos, no prazo de 15 (quinze) dias.

II - Encaminhar às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 50 (cinqüenta) dias.

III - Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 60 (sessenta) dias;

IV - Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à entidade competente, no prazo de 100 (cem) dias.

V - Formalizar parceria com a Prefeitura Municipal [ou outro] para a construção e recuperação de 09 (nove) Km de estradas vicinais que darão acesso ao Projeto de Assentamento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VI - Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 180 (cento e oitenta) dias;

VII - Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias.

VIII - Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias.

IX - Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura, em 15 (quinze) dias.

Art. 6°. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3° a 5° desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 379, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Decreto nº 4.628, de 21 de março de 2003, e os §§ 2º e 5° do art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO a constatação de inadimplência referente aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deveriam ter sido realizados pela empresa MCD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES LTDA. produtora de bens de informática na Zona Franca de Manaus;

CONSIDERANDO que foram esgotadas todas as providências para que a empresa se pronunciasse sobre a necessidade de regularização referente ao investimento do mínimo de 5%(cinco por cento) em atividades de pesquisa e desenvolvimento, resolve:

Art. 1º Suspender, por até 180 (cento e oitenta) dias, com base no art. 33 do Decreto n° 6.008, de 29 de dezembro de 2006, os incentivos fiscais concedidos às linhas dos produtos de informática da empresa MCD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LTDA., beneficiária do incentivo previsto no art. 2° da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991, listados no anexo desta Portaria, que deixou de realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento conforme dispõe o art. 5º do Decreto n° 6.008, de 2006.

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento previsto no art. 33 do Decreto nº 6008, de 2006, relativo aos tributos do período de inadimplemento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

ANEXO

Relação das linhas de produtos da EMPRESA MCD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES LTDA. Produtora de bens de informática do polo industrial de Manaus, que deixou de realizar investimento em pesquisa e desenvolvimento.

		PRODUTO
1.	1160	UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE COM MONITOR DE VÍDEO E UNIDADES DE MEMÓRIAS MONTADOS EM UM MESMO CORPO OU GABINETE
2.	0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA
3.	0307	MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/2/2010, publicada no DOU de 3/2/2010, resolveu outorgar à:

Nº 1.217 - Odontino Dos Reis Aguiar, rio Javaés, Município de Lagoa da Confusão/Tocantins, irrigação.

Nº 1.218 - CEMIG Geração e Transmissão S.A, rio Grande, Município de Itutinga/Minas Gerais, irrigação e aquicultura.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

A PRESIDENTA DA COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO - CONCLA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 2º, incisos II e III, do Decreto nº 3.500/2000, resolve:

Art. 1º Divulgar, nos termos do Anexo Único desta Resolução, as inclusões, exclusões e alterações de denominação de códigos de subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para uso da administração federal, estadual e municipal, propostas pela Subcomissão Técnica para a CNAE - Subclasses e aprovadas pela CONCLA.

Art. 2º A tabela dos códigos específicos da CNAE - Subclasses, com as alterações de que trata o Art.1º, substitui a tabela de códigos de subclasses alterada pela Resolução CONCLA nº 2, de 25 de junho de 2010 e passa a denominar-se CNAE - Subclasses versão 2.2.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015.

WASMÁLIA SOCORRO BARATA BIVAR

ANEXO ÚNICO

1) INCLUSÃO DE SUBCLASSE:

Código	Denominação
2013-4/01	Fabricação de adubos e fertilizantes organo-minerais
2013-4/02	Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais
5030-1/03	Serviço de rebocadores e empurradores
5231-1/03	Gestão de terminais aquaviários
5239-7/01	Serviços de praticagem
5239-7/99	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente
5812-3/01	Edição de jornais diários
5812-3/02	Edição de jornais não diários
5822-1/01	Edição integrada à impressão de jornais diários
5822-1/02	Edição integrada à impressão de jornais não diários
6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
6201-5/02	Web design
7410-2/03	Design de produto
7410-2/99	Atividades de design não especificadas anteriormente
8020-0/01	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
8020-0/02	Outras atividades de serviços de segurança
9412-0/01	Atividades de fiscalização profissional
9412-0/99	Outras atividades associativas profissionais
9609-2/07	Alojamento de animais domésticos
9609-2/08	Higiene e embelezamento de animais domésticos

2) ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE SUBCLASSE

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO ATUAL	NOVA DENOMINAÇÃO
2449-1/03	Fabricação de soldas e ânodos para galvanoplastia	Fabricação de ânodos para galvanoplastia
5091-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	Transporte por navegação de travessia intermunicipal, interestadual e internacional
5231-1/02	Operações de terminais	Atividades do Operador Portuário
9491-0/00	Atividades de organizações religiosas	Atividades de organizações religiosas ou filosóficas
9602-5/01	Cabeleireiros	Cabeleireiros, manicure e pedicure
7410-2/02	Decoração de interiores	Design de interiores
6511-1/01	Seguros de vida	Sociedade seguradora de seguros vida
6512-0/00	Seguros não-vida	Sociedade seguradora de seguros não vida
6520-1/00	Seguros saúde	Sociedade seguradora de seguros saúde

3) EXCLUSÃO DE SUBCLASSE:

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes
5239-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificados anteriormente
5812-3/00	Edição de jornais
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
7410-2/01	Design
8020-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança
9412-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais
9609-2/03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 32, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso XVII do art. 27 da Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, combinado com o inciso III, do art. 40, do anexo I do Decreto Nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010 e art. 35, inciso I, alínea "d" do anexo XII do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União aprovado pela Portaria Nº 232, de 3 de agosto de 2005, e por competência que foi subdelegada na forma do inciso I, art. 3º da Portaria Nº 200, de 29 de junho de 2010, combinada com a Portaria Nº 40, de 18 de março de 2009 e, ainda, tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e com os elementos que integram o Processo Nº 04952.001783/2013-73 resolve:

Art. 1º Aceitar a Doação com Encargo, que faz o Município de Pindaré-Mirim/MA à União, com base na Lei Municipal Nº 815, de 22 de fevereiro de 2011, do imóvel constituído pelo terreno com área de 875,00 m2 (oitocentos e setenta e cinco metros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis nº 2-L, fls:130, Matrícula nº 4.345, Protocolado sob o nº 2.669, fls 79v, LIVRO nº 1-A, Pindaré-Mirim/MA.

Atr. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º, destina-se à instalação do Cartório Eleitoral do Município de Pindaré-Mirim - MA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

JORGE LUÍS PINTO

PORTARIA Nº 33, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso XVII do art. 27 da Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, combinado com o inciso III, do art. 40, do anexo I do Decreto Nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010 e art. 35, inciso I, alínea "d" do anexo XII do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União aprovado pela Portaria Nº 232, de 3 de agosto de 2005, e por competência que foi subdelegada na forma do inciso I, art. 3º da Portaria Nº 200, de 29 de junho de 2010, combinada com a Portaria Nº 40, de 18 de março de 2009 e, ainda, tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e com os elementos que integram o Processo Nº 04952.001883/2013-08 resolve:

Art. 1º Aceitar a Doação com Encargo, que faz o Município de Pastos Bons/MA à União, com base na Lei Municipal Nº 241-A, de 09 de maio de 2011, do imóvel constituído pelo terreno com área de 700,00 m2 (setecentos metros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis, fls: 216v, Matricula nº 2.461, LIVRO nº 2-F, Pastos Bons/MA.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º, destina-se à instalação do Fórum Eleitoral do Município de Pastos Bons - MA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

JORGE LUÍS PINTO

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 25 de setembro de 2013

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0575/2013 de 19/09/2013, 0580/2013 de 20/09/2013, 0581/2013 de 23/09/2013 e 0582/2013 de 24/09/2013, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094030996201318 Empresa: ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DO VOLEIBOL - APAV Prazo: 10 Mês(es) Estrangeiro: ANGEL DENNIS Passaporte: YA 2000711.

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 46094029217201323 Empresa: TREVISAN COMERCIO DE OBRAS DE ARTE LTDA - EPP Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: AMANDA MASHA CAMINALS Passaporte: AAF775445, Processo: 46094029630201398 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: THIBAULT MARIE PAUL SNOLLAERTS Passaporte: 08CY59457, Processo: 46094029819201381 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VALENTINE CIRCÉ ARINO Passaporte: 13BC71580.

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 46094029075201302 Empresa: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ATLETISMO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERIY MOSHKOVSKYY Passaporte: ET340848, Processo: 46094029381201331 Empresa: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ATLETISMO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLEG RUIEV Passaporte: EH314865, Processo: 46094030526201346 Empresa: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID GARCIA GARCIA Passaporte: AAH734063.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 46094019549201308 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHIA CHANG SHENG Passaporte: A26073181, Processo: 46094010155201386 Empresa: NOVA TECNOLOGIA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FILIGENIO MONTEIRO PANTALEÃO Passaporte: L7788596, Processo: 46607000069201338 Empresa: VALE DO AVE EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAO CARVALHO MARTINS Passaporte: 13050419, Processo: 46212006219201351 Empresa: JET PLUS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAO DE DEUS CAMARA MONTE Passaporte: M444147, Processo: 46212006220201385 Empresa: JET PLUS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL FARIA DE MELO Passaporte: M534262, Processo: 46094028979201311 Empresa: INBOBE EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PABLO FREIRE RODRIGUEZ Passaporte: AAH062077, Processo: 46220003751201317 Empresa: UNICA CONSULTORES DE ENGENHARIA URBANA SOCIEDADE SIMPLES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Afonso Cotovio Eufrásio Antunes Passaporte: 1636404, Processo: 46094022249201306 Empresa: FAVORITA DO BRASIL MARMORES E GRANITOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRICO CASALI Passaporte: AA2824160, Processo: 46094023418201317 Empresa: VALE DO PARANA AGRICOLA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ramon Santos Rivera Passaporte: 000186515, Processo: 46094022668201330 Empresa: MANGANES CONGONHAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LI HUINA Passaporte: G27331647, Processo: 46094024763201378 Empresa: ABM - AMERICAN BUILDING MACHINERY LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO AGUSTIN ORTIN MARTINEZ Passaporte: AAG785002, Processo: 46094022989201334 Empresa: NUTRE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO BELMIRO TORRES DO COUTO Passaporte: L875056, Processo: 46094023960201370 Empresa: VALE DO PARANA AGRICOLA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Milton Alonzo Norales Catalán Passaporte: 221684417, Processo: 46094029228201311 Empresa: SANTOS CMI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PABLO GABRIEL ARROYO GONZALEZ Passaporte: 0919164186, Processo: 46094029229201358 Empresa: SANTOS CMI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE ROMERO SALCEDO Passaporte: 0904380318, Processo: 46094028980201337 Empresa: INBOBE EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MONICA ROMERO SANCHEZ Passaporte: AAE263706, Processo: 46094024593201321 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAOYUE WANG Passaporte: G39835982, Processo: 46205012397201318 Empresa: SOCORPENA CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL JOSÉ PEDROSA DA ROCHA LIMA Passaporte: M476209, Processo: 46205012398201354 Empresa: SOCORPENA CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ORLANDO MANUEL JESUS NOVAIS Passaporte: L9320001, Processo: 46094027249201394 Empresa: SAFILO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURA ALESSANDRINI Passaporte: YA3320210, Processo: 46094026898201378 Empresa: BRAVIEW INDUSTRIA DE PRO-

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA APÓS IMPRENSA NACIONAL

DUTOS ELETRONICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HSUN-SHENG YIN Passaporte: 306967571, Processo: 46094025080201338 Empresa: SEVEN COLORS COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO LEONARDO FERREIRA DE FREITAS Passaporte: L991454, Processo: 46094026991201382 Empresa: INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alberto Crespo Guzmán Passaporte: AAF466006, Processo: 46094028981201381 Empresa: INBOBE EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL BURGOS ROLDÁN Passaporte: AAG252261, Processo: 46094026141201384 Empresa: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Frederic Noel Clavier Passaporte: 11AZ82971, Processo: 46094027924201385 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GABRIEL ALBERTO PUMARIEGA Passaporte: 048 090676, Processo: 46094029386201363 Empresa: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MARTIN OLIVARES HERNANDEZ Passaporte: 06060018204, Processo: 46094029073201313 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAM HUN KIM Passaporte: M86631369, Processo: 46094025390201352 Empresa: X3BR CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MÔNICA SOFIA ESTEVES FILIPE NETO Passaporte: M392091, Processo: 46094029389201305 Empresa: PRYSMIAN FIBRAS OTICAS BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Frans Gooijer Passaporte: NS23FDP43, Processo: 46880000316201367 Empresa: SINGULAR PROJETOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEVERINO MALLADA FERNANDEZ Passaporte: AAG844327, Processo: 46880000315201312 Empresa: SINGULAR PROJETOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO RECUPERO FERNANDEZ Passaporte: AA237890, Processo: 46880000317201310 Empresa: SINGULAR PROJETOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GABINO LOPEZ RODRIGUEZ Passaporte: AAA590964, Processo: 46094027239201359 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ CARLOS MARTINS CORREIA Passaporte: M0 17170, Processo: 46220004192201362 Empresa: RPI DO BRASIL IMPORTADORA, EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS, PISCINAS E PISOS LTDA. - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO JORGE DA CRUZ DANTAS Passaporte: M669650, Processo: 46094027471201397 Empresa: INDUSTRIAS ROSSI ELETROMECANICA SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO FORESTA Passaporte: AA2199012, Processo: 46094026964201318 Empresa: SUSTENTECH DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAO MAGALHAES GAIO VIEIRA DA COSTA Passaporte: M526399, Processo: 46094029685201306 Empresa: PLASTIC OMNIUM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jérôme Tisné-Grimaud Passaporte: 05VR03413, Processo: 46094029608201348 Empresa: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEUNG RYONG CHOI Passaporte: M42944261, Processo: 46094026100201398 Empresa: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEE CATHERINE BOOKER Passaporte: 488072553, Processo: 46094029301201347 Empresa: VOLKSWAGEN SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SOPHIE CLAIRE VASSAROTTI Passaporte: M9521737, Processo: 46094026144201318 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN RENÉ STANISLAS SALATKO-PETRYSZCZE Passaporte: 10CX61127, Processo: 46094026094201379 Empresa: EXPEDIA DO BRASIL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIRIDIANA MACARIA ROMERO SÁNCHEZ Passaporte: G11796256, Processo: 46094028681201301 Empresa: AMERICAN EXPRESS BRASIL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Benjamin Schilly Passaporte: CH1HNR8F3, Processo: 46094028697201313 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Susan Patricia Keenan Passaporte: 711071251, Processo: 46094028434201304 Empresa: NF CABELELEIROS LTDA - ME Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: WEIQING CHEN Passaporte: G 39500740, Processo: 46094026590201322 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MARICELA DEL CARMEN CISNEROS CALERO Passaporte: C1582541, Processo: 46094026998201302 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIVIANA ARISTIZABAL MESA Passaporte: 058797151, Processo: 46094028271201351 Empresa: CORSAN-CORVIAM CONSTRUCCION S.A. DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER GONZALEZ AVIN Passaporte: BA162391, Processo: 46094027214201355 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOHAENG KIM Passaporte: SR 4.020.783, Processo: 46094026936201392 Empresa: VENDAP - LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO RICARDO DE BRITO CARTAXO Passaporte: H565389, Processo: 47758000144201308 Empresa: GEBAM STORAGE VIDROS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN CECCATO Passaporte: E 219513, Processo: 46094026577201373 Empresa: BIOMERIEUX BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPPE LOUIS COLIN Passaporte: 11AP65839, Processo: 46094029616201394 Empresa: PHARLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK MICHEL GEORGES COUROT Passaporte: 12CE75255, Processo: 46094027037201315 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NARENDRA BABU POLE PALLI VISWANATH GUPTA Passaporte: F6003314, Processo: 46094029557201354 Empresa: ROTO FRANK BRASIL TECNOLOGIA EM PORTAS E JANELAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAN TORRENTS PINO Passaporte: AAE397395, Processo: 46094028830201323 Empresa: SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WENJIE ZHAO Passaporte: PE0236046, Processo: 46094029712201332 Empresa: CLIENTIS-S3G DO BRASIL CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Manuel Garcia Ahmed Passaporte: 0910095355, Processo: 46094027414201316 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIOGO PACHECO DA CUNHA DIAS DE CARVALHO Passaporte: L161980, Processo: 46094029048201321 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MANUEL MESQUITA COSTA RODRIGUES Passaporte: J872741, Processo: 46094027498201380 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARANZAZU MARTIN GARCIA Passaporte: BF173236, Processo: 46215019227201337 Empresa: XERIPH HOSPEDAGEM DE DADOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SONIA ISABEL PEREIRA LOURENÇO Passaporte: M000587, Processo: 46094027861201367 Empresa: NEWSSTAND AND BUS VEICULACAO DE PUBLICIDADE LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN JESUS MIRANDA CAVA Passaporte: AAC792453, Processo: 46094029166201330 Empresa: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VARUN GUPTA Passaporte: G1038158, Processo: 46094029167201384 Empresa: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEEPIKA BHATIA Passaporte: G1742224, Processo: 46094027495201346 Empresa: GIESECKE & DEVRIENT AMERICA DO SUL INDUSTRIA E COMERCIO DE SMART CARDS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SOENNKE LUSTIG Passaporte: 925713379, Processo: 46094029165201395 Empresa: UNIKEY COMPONENTES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES MATTHEW BUTLER Passaporte: 705537352, Processo: 46094029340201344 Empresa: APPLE COMPUTER BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Eugene Laneiro Martins Passaporte: 214345811, Processo: 46094029477201307 Empresa: PJJ MALUCELLI ARQUITETURA S/S LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TELMA CRISTINA FIGUEIREDO HONÓRIO Passaporte: M615273, Processo: 46094029524201312 Empresa: TOYOTA MATERIAL HANDLING MERCOSUR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEIJI SAKATA Passaporte: TH4896384, Processo: 46094029647201345 Empresa: KEPPEL SINGMARINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BULBUL MUSLEM UDDIN Passaporte: A0871961, Processo: 46094029078201338 Empresa: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO JORGE DE JESUS PEREIRA LOPES Passaporte: M102091, Processo: 46094029541201341 Empresa: FISCHER BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN PETER GREULE Passaporte: C915K3F4V, Processo: 46094028659201352 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TERRY LANE ROMINE Passaporte: 500714068, Processo: 46094028397201326 Empresa: SAP BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ulrich Katte Passaporte: CH1HCWGZ4, Processo: 46094028778201313 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FREDY ALEXANDER LUGO COLLAZOS Passaporte: 5887922, Processo: 46094029687201397 Empresa: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER KRAMER Passaporte: PT7623767, Processo: 46094029648201390 Empresa: KEPPEL SINGMARINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WONG KIN HUA Passaporte: S8536458H, Processo: 46094029259201364 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JASPER VOS Passaporte: NMD7CB828, Processo: 46094028580201321 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA KLEIN LIPMAN Passaporte: 449675210, Processo: 46094028581201376 Empresa: BST BUTLER TECNOLOGIAS COMERCIO, PROJETOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO JORGE BORLIDO DE BARROS Passaporte: J877233, Processo: 46094028785201315 Empresa: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIANA ESTRADA MACIAS Passaporte: GO8196915, Processo: 46094029241201362 Empresa: CASAS EDICOES DE DESIGN LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL PESTANA RIBEIRO Passaporte: H667687, Processo: 46094029556201318 Empresa: FNC.BR SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JASON WILLIAM SWARTZ Passaporte: 488131520, Processo: 46094029646201309 Empresa: KEPPEL SINGMARINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAU NGIE CHIONG Passaporte: K26917242, Processo: 46094029101201394 Empresa: BRITISH AMERICAN TOBACCO AMERICAS PRESTACAO DE SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO PEROZO AMADOR Passaporte: 050411890, Processo: 46094030048201374 Empresa: BEUMER LATINOAMERICANA EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER STOLZ Passaporte: C7KJ7FPGT, Processo: 46094028687201370 Empresa: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JARUNEE KUMMOONGKUN Passaporte: M920762, Processo: 46094029658201325 Empresa: BENETEAU BRASIL CONSTRUCAO DE EMBARCACOES S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Julien Gérard Joseph Poirier Passaporte: 09AC27980, Processo: 46094029370201351 Empresa: OJI PAPEIS ESPECIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKUJI OKUBO Passaporte: TZ0433166, Processo: 46094028879201386 Empresa: BREVIL - BREMER & MARCOVIL METALOMECANICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SILVÉRIO RODRIGUES ROCHA DA SILVA Passaporte: M029797, Processo: 46094029302201391 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL SANTIAGO BECERRA ALVEAR Passaporte: 1718904947, Processo: 46094029059201310 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROCIO PEREZ ALVAREZ Passaporte: G06659831, Processo: 46094029123201354 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KI KWON PARK Passaporte: M2 7.094.786, Processo: 46094029122201318 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHAEWOON BAE Passaporte: M1 2.041.286, Processo: 46094029161201315 Empresa: OI S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL XAVIER AMORIM MIGUÉIS SARDO Passaporte: M651627, Processo: 46094028910201389 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARMIN BERND TRUEBEL Passaporte: CG6X2R1N9, Processo: 46094029099201353 Empresa: BRAPOR ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VITOR MANUEL ALVES CORREIA Passaporte: L511592, Processo: 46094028901201398 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRÉGORY FICHEUX Passaporte: 05BR71345, Processo: 46094029069201347 Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO MIGUEL FREITAS MARTINS Passaporte: L847436, Processo: 46094028890201346 Empresa: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PIN-CHANG SONG Passaporte: 215854233, Processo: 46094029474201365 Empresa: MPO MONTAGENS, PROJETOS & OBRAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO MANUEL PITEIRA PINHEIRO Passaporte: L148028, Processo: 46094028889201311 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KYLE RYAN ANTONINI Passaporte: 452909509, Processo: 46094029146201369 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JAVAN GIBSON Passaporte: 484667312, Processo: 46094029345201377 Empresa: TABLE PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VERICA KRUNIC Passaporte: K38PB9350, Processo: 46094028891201391 Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA MARIA ESTEVES RAMOS Passaporte: 031467799, Processo: 46094029393201365 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER TRAUT Passaporte: 529341008, Processo: 46094029145201314 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IDA MARIE SUNDAHL Passaporte: 82993575, Processo: 46094029032201319 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WAYNE PATRICK GOULD Passaporte: LN831062, Processo: 46094029029201303 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARLIN ISABEL MONTILLA Passaporte: 065297399, Processo: 46094029028201351 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MONICA IVONNE HERRERA CRUZ Passaporte: G02357597, Processo: 46094029030201320 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RISHI MISHRA Passaporte: G7035915, Processo: 46094029046201332 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BALAJI NARAYANASWAMY SANKAR Passaporte: J4445828, Processo: 46094029036201305 Empresa: NEOMOBILE DO BRASIL - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA GENOVESI Passaporte: AA5807706, Processo: 46094029607201301 Empresa: OPTOTAL HOYA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: SHUJI MIYAKE Passaporte: TZ0794826, Processo: 46094029047201387 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRÉDÉRIC DA SILVA Passaporte: 13AT61843, Processo: 46094029244201304 Empresa: BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURISTICOS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FELIPE MÁRIO RODRIGUES TEIXEIRA Passaporte: M535503, Processo: 46094029130201356 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PENG LI Passaporte: G58601890, Processo: 46094029168201329 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QICHANG CAI Passaporte: G39383334, Processo: 46094029164201341 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTIAN ISAY RAMÍREZ VERA Passaporte: 8.564.584-6, Processo: 46094029269201308 Empresa: IFF ESSENCIAS E FRAGRANCIAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TATIANA MARGARITA DE NARVAEZ RUIZ Passaporte: AN676100, Processo: 46094029142201381 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ MANUEL DE SOUSA LOPES Passaporte: M418820, Processo: 46094029147201311 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Giuseppe Mercurio Passaporte: YA4357534, Processo: 46094029132201345 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSTO SALIS Passaporte: B 804387, Processo: 46094029219201312 Empresa: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VASCO DE VASCONCELOS CORREIA ABREU DE LEMOS Passaporte: L831491, Processo: 46094029606201359 Empresa: EYELEVEL DESIGN LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JIRI LESETICKY Passaporte: 39943307, Processo: 46094029284201348 Empresa: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-BAPTISTE JACQUES XAVIER MARIE DU FAYET DE LA TOUR Passaporte: 11AA77654, Processo: 46094029519201300 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER EUGENE JOHNSON Passaporte: 221648511, Processo: 46094029341201399 Empresa: AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOJI ISHIMARU Passaporte: TH0565170, Processo: 46094029220201347 Empresa: CAL-COMP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013092600078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHITSANU MATARACH Passaporte: Z959562, Processo: 46094029361201360 Empresa: C. BRAGA & CIA LTDA-EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO GONCALO DA SILVA RODRIGUES Passaporte: M548809, Processo: 46094029503201399 Empresa: C. BRAGA & CIA LTDA-EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIANA MENDES DA CONCEIÇÃO Passaporte: L428966, Processo: 46094029250201353 Empresa: TOTAL SPIN BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI DANIEL GOMES MACHADO Passaporte: M052532, Processo: 46094029350201380 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ALBERTO IBARRA PICHARDO Passaporte: 021967173, Processo: 46094029218201378 Empresa: ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUNG-JI CHIANG Passaporte: 306125614, Processo: 46094029990201390 Empresa: AMBRA SOLUTIONS SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marek Hlavácek Passaporte: 39493679, Processo: 46094029351201324 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARINA MARTIN GARCIA Passaporte: AAG640936, Processo: 46094029285201392 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIZHI SHI Passaporte: G39779494, Processo: 46094029937201399 Empresa: PHELPS DODGE INTERNATIONAL BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN LEO SCHEMMEL Passaporte: 440116857, Processo: 46094029802201323 Empresa: USINA TERMELETRICA NORTE FLUMINENSE S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RENAUD OLIVIER GORRIA Passaporte: 08AI18771, Processo: 46094029504201333 Empresa: MANUFATURA BRASILEIRA DE CHARUTOS DANNEMANN LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ESTHER EGLI Passaporte: F1271119, Processo: 46094029979201320 Empresa: KPMG CORPORATE FINANCE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAAS JOSEPHUS HOES Passaporte: NT403JJC9, Processo: 46094029362201312 Empresa: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUGO FELIPE RUIZ TABOADA DIAZ Passaporte: XDA557454, Processo: 46094029760201321 Empresa: SANOFI AVENTIS COMERCIAL E LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Patrick Robert Cunningham Passaporte: 488244355, Processo: 46094029567201390 Empresa: SODECIA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO JOSE DA SILVA MIRANDA Passaporte: M693181, Processo: 46094029596201351 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORGE HARILAOS OVRENOVITS Passaporte: A00679794, Processo: 46094029738201381 Empresa: CONCESSIONARIA A HORA DE SAO PAULO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: charlotte florence boucher Passaporte: 09PH08746, Processo: 46094029633201321 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD MICHAEL TILSLEY-BAKER Passaporte: 093153116, Processo: 46094029589201350 Empresa: TBR CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO MANUEL MESTRE RODRIGUES Passaporte: M154070, Processo: 46094029969201394 Empresa: SYMRISE AROMAS E FRAGRANCIAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAJ KORALEWICZ Passaporte: C24MW2LYJ, Processo: 46094029611201361 Empresa: MULTILASER INDUSTRIAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ephraim Palma Batara Passaporte: XX4462915, Processo: 46094029614201303 Empresa: MULTILASER INDUSTRIAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jonathan Trajeco Tendido Passaporte: EB1318156, Processo: 46094029613201351 Empresa: MULTILASER INDUSTRIAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sherwin Acierto Cubangbang Passaporte: XX4590803, Processo: 46094029492201347 Empresa: INTERNATIONAL CHRISTIAN SCHOOL OF RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NATALIE NICOLE SMITH Passaporte: 488078385, Processo: 46094029612201314 Empresa: MULTILASER INDUSTRIAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: James Malit Cruz Passaporte: EB3520842, Processo: 46094029505201388 Empresa: PALM FAST BISTRO COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUGO MIGUEL DA SILVA ARRIAGA Passaporte: L104607, Processo: 46094029594201362 Empresa: NOGARTEL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIO GONZALEZ TEJERO Passaporte: BE061161, Processo: 46094029493201391 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE MANUEL BOLIVAR MEJIA Passaporte: G07585559, Processo: 46212010878201391 Empresa: VEGA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LOIS RENEE WARNER Passaporte: 07CA66489, Processo: 46094029992201389 Empresa: SIGA FACIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RITA SALDANHA MATOS PIMENTEL DE OLIVEIRA Passaporte: L829393, Processo: 46094029940201311 Empresa: TVLX VIAGENS E TURISMO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL AUGUSTO MORALES GOMEZ Passaporte: 050609501, Processo: 46094029824201393 Empresa: ARUP BRASIL CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL LIAM CLIFFORD Passaporte: 463368028, Processo: 46094029698201377 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VINCENT LUCIEN PAUL BUSCH Passaporte: BE97183C5, Processo: 46094029699201311 Empresa: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TENG-PAO WANG Passaporte: 210735368, Processo: 46094029683201317 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEUDY JOSEFINA RAMOS Passaporte: 046726012, Processo: 46094029682201364 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICIA GABRIELA MIÑO PLAZA Passaporte: 1715315832, Processo: 46094029852201319 Empresa: SYMRISE AROMAS E FRAGRANCIAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISAAC KEITH SINCLAIR Passaporte: LA114089, Processo: 46094029998201356 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIK JONAS EKHOLM Passaporte: 85199939, Processo: 46094030032201361 Empresa: WTORRE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO PORTELA CID Passaporte: AAC688997, Processo: 46094029970201319 Empresa: HILTI DO BRASIL COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THORSTEN BEYER Passaporte: CF749YVF9.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 46094029497201370 Empresa: COMANDO DA AERONAUTICA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FELIX PEREZ URSUA Passaporte: AAG051223.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094022147201382 Empresa: ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Bernhard Ulrich Braun Passaporte: 534927643, Processo: 46094018578201344 Empresa: INTELLIGRATED SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: William Hall Stoner Jr. Passaporte: 473208251, Processo: 46094022715201345 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: BORYS BESHENTSEV Passaporte: EC831903, Processo: 46212008119201369 Empresa: TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ANGEL JARIA ESTER Passaporte: AAG627062, Processo: 46094026034201356 Empresa: LINDE GASES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Stefan Ludwig Angerer Passaporte: CFHML83NT, Processo: 46094024758201365 Empresa: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHAUN FITZGERALD HENRY Passaporte: 501405541, Processo: 46094030197201333 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICKI MIKKELSEN Passaporte: 2 03558787, Processo: 46094030196201399 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS CHRISTIANSEN Passaporte: 2 01082602, Processo: 46094030195201344 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESPER KJAERGAARD HOEYER Passaporte: 2 06755590, Processo: 46094027331201319 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAUL GONZALO ALBA Passaporte: BB310710, Processo: 46094030194201308 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANS HERMAN JENSEN Passaporte: 201116404, Processo: 46094030193201355 Empresa: NOVO VISUAL TERCEIRIZACAO E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN LARSEN Passaporte: 203498914, Processo: 46215017205201332 Empresa: TECNOPLANO BRASIL ENGENHARIA E GESTAO LIMITADA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: NUNO JOSE MARTINS CARVALHO Passaporte: M288798, Processo: 46094025072201391 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MILTON EDGAR COTILLO LIENDO Passaporte: 4261702, Processo: 46094025880201359 Empresa: ENEL BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CONCETTO TRIPODI Passaporte: YA1571321, Processo: 46094027903201360 Empresa: CONSORCIO LINHA 4 SUL - CL4S Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALVARO DIEZ CAMPOMANES Passaporte: AAD042632, Processo: 46094030364201346 Empresa: PARAMETRIC TECHNOLOGY BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TREVOR DANIEL SANDY Passaporte: 039641671, Processo: 46094026209201325 Empresa: CISCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Kermit Coley Passaporte: 438770045, Processo: 46094026139201313 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZICHEN LUO Passaporte: E14464858, Processo: 46215017721201367 Empresa: ALONSO BALAGUER BRASIL ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ENRIQUE VALIENTE STEGEMAN Passaporte: NW1CFP280, Processo: 46215017720201312 Empresa: ALONSO BALAGUER BRASIL ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: VICTOR PASTOR MIRANDA Passaporte: AAG846995, Processo: 46094029372201340 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHISATO KATO Passaporte: TH0091696, Processo: 46094029373201394 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMOYA KANNO Passaporte: TK9502870, Processo: 46094028562201340 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIO CESAR ABENDANO Passaporte: 440161873, Processo: 46094026884201354 Empresa: BRASFOND FUNDACOES ESPECIAIS S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMMY KENNETH KELLAR Passaporte: 467979787, Processo: 46094027891201373 Empresa: CAPITAL CONSULTING SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Víctor Ernesto Constante Andrade Passaporte: 1707609564, Processo: 46094028410201347 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROYCE JANAS PIERCE III Passaporte: 457504921, Processo: 46094028412201336 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL-CRISTIAN STAN Passaporte: 051912773, Processo: 46094027381201304 Empresa: CONSORCIO ANDRADE GUTIERREZ-CAMARGO CORREA - LINHA 5 - LILAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO FERNANDO BARBEDO DA SILVA Passaporte: L805095, Processo: 46094027380201351 Empresa: CONSORCIO ANDRADE GUTIERREZ-CAMARGO CORREA - LINHA 5 - LILAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ANDRES ALVAREZ VARGAS Passaporte: AO243843, Processo: 46094027379201327 Empresa: CONSORCIO ANDRADE GUTIERREZ-CAMARGO CORREA - LINHA 5 - LILAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIAN LEONARDO CARPINTERO VANEGAS Passaporte: AO241790, Processo: 46094027945201309 Empresa: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL PEDERSEN Passaporte: 200140416, Processo: 46094027944201356 Empresa: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT WALTER DALBEY Passaporte: 078285449, Processo: 46094030141201389 Empresa: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BERNARDO SANCHEZ ORDOÑEZ Passaporte: CC79269364, Processo: 46094029158201393 Empresa: RIVER RESTAURANTE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rui Paula Paredes Cardoso Passaporte: L136441, Processo: 46094030156201347 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONNIE WAYNE ORSAK Passaporte: 434289051, Processo: 46094027951201358 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK ROAR ERIKSEN Passaporte: 25950620, Processo: 46094028712201315 Empresa: SOLAZYME BUNGE PRODUTOS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN PAUL HALTER Passaporte: 404108617, Processo: 46094028680201358 Empresa: DRESSER-RAND DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Stanley Necheff Passaporte: 450872751, Processo: 46094030135201321 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES DARREN BOORTZ Passaporte: 503868271, Processo: 46094028386201346 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZVONIMIR FASING Passaporte: 002408753, Processo: 46094030447201335 Empresa: REETEC - ANYWIND BRASIL DESENVOLVIMENTO E MANUTENCAO DE PARQUES DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Luís Filipe Martins Pissarra Passaporte: L594524, Processo: 46094029044201343 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alberto dominguez Pintado Passaporte: AAG409504, Processo: 46094030136201376 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERNEST LYNN MOYLAN Passaporte: 216782312, Processo: 46094030134201387 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARK DAVIN PURCELL Passaporte: 503856300, Processo: 46094030133201332 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW RYAN PARKER Passaporte: 506737794, Processo: 46094029019201360 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK MARIA THEO PUELMANNS Passaporte: NW98896L0, Processo: 46094029371201303 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIKARU OIKAWA Passaporte: TK4678832, Processo: 46094030132201398 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID THOMAS LE BLEU Passaporte: 427328971, Processo: 46094029781201346 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN PATRICK O'LEARY Passaporte: 801747380, Processo: 46094030312201370 Empresa: TRIA BRASIL DESENVOLVIMENTOS TECNOLOGICOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO BERMEJO CASERO Passaporte: AAF398442, Processo: 46094029952201337 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BALAMURUGAN VELAYUTHAM Passaporte: Z1709H66, Processo: 46094029495201381 Empresa: REYGA & SARPEL DO BRASIL INSTALACOES E SERVICOS ELETRICOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alfonso Blanco Lema Passaporte: AAF270309, Processo: 46094029496201325 Empresa: REYGA & SARPEL DO BRASIL INSTALACOES E SERVICOS ELETRICOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Rodriguez Garcia Passaporte: AAG770496, Processo: 46094029525201359 Empresa: REYGA & SARPEL DO BRASIL INSTALACOES E SERVICOS ELETRICOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Juan Jose Martin Leon Passaporte: AAH040594, Processo: 46094029526201301 Empresa: REYGA & SARPEL DO BRASIL INSTALACOES E SERVICOS ELETRICOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Juan Manuel Casais Formoso Passaporte: AAE622902, Processo: 46094029335201331 Empresa: GE CELMA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRADLEY WAYNE LAMB Passaporte: 438508432, Processo: 46094029336201386 Empresa: GE CELMA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEE D LE VARDI Passaporte: 465214141, Processo: 46094029337201321 Empresa: GE CELMA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN ANDREW SCOTT Passaporte: 404816698, Processo: 46094029544201385 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DUANE JOHNNY PASKET Passaporte: 434502066, Processo: 46094030137201311 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GARD STOKLAND Passaporte: 29721815, Processo: 46094030251201341 Empresa: BELOV OFF-SHORE INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW DAVID FLEISHER Passaporte: 488990856, Processo: 46094030250201304 Empresa: BELOV OFF-SHORE INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ITHESHAM HASSAN Passaporte: KH601018, Processo: 46094029286201337 Empresa: IDEA INSTITUTE ENGENHARIA E DESIGN LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: FULVIO BRACCO Passaporte: Y370707, Processo: 46094030357201344 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZBIGNIEW STEFAN STACHEWICZ Passaporte: EC3040292, Processo: 46094030117201340 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT TADEUSZ RUSZEWSKI Passaporte: EE3974399, Processo: 46094030118201394 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIOTR PLUTA

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

Passaporte: EC2368416, Processo: 46094029935201308 Empresa: IDOM CONSULTORIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL FRANCISCO CERVERO BARCENA Passaporte: BF258873, Processo: 46094030119201339 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCIN TOMASZ KARMASZ Passaporte: EE9247338, Processo: 46094029839201351 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF ANDRZEJ GROT Passaporte: AL5010809, Processo: 46094029840201386 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAZIMIERZ HINC Passaporte: EE3726581, Processo: 46094029841201321 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALCINO FERNANDO SILVA FERREIRA Passaporte: J875443, Processo: 46094029397201343 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER GARCIA CASAS Passaporte: AAH471669, Processo: 46094029842201375 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTÓNIO PEDRO JORGE MIGUEL Passaporte: M 571455, Processo: 46094030120201363 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO ANTONIO RODRIGUES DE ASSUNÇÃO Passaporte: L143790, Processo: 46094030121201316 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO MANUEL FORMIGA DOS SANTOS Passaporte: J842704, Processo: 46094029554201311 Empresa: MAHLE METAL LEVE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES SAM SALEM Passaporte: 467513960, Processo: 46094030051201398 Empresa: COSTA FORTUNA FUNDACOES E CONSTRUCOES LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OSCAR SMANIOTTO Passaporte: F 558662, Processo: 46094030367201380 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK EDWARD MILBURN Passaporte: 510737558, Processo: 46094029521201371 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESUS JAVIER CASAL TOME Passaporte: AAG720605, Processo: 46094030154201358 Empresa: CTI - CEARA TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOO JIN KIM Passaporte: M38111100, Processo: 46094030047201320 Empresa: TAYLORS INTERNACIONAL DO BRASIL SERVICOS DE HOTELARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT DAVIES Passaporte: 099250423, Processo: 46094030012201391 Empresa: SEPA HIGHTEX COBERTURAS LTDA. Prazo: até 20/12/2013 Estrangeiro: IAROSLAV KOMENOTRUS Passaporte: EP685063, Processo: 46094030263201375 Empresa: MEGABIAGA DO BRASIL - TRANSPORTES E LOGISTICA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HELDER GUALTER AFONSO FERNANDES Passaporte: L458984, Processo: 46094029835201373 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES PETER WILLIAM LYON WHELDON Passaporte: 705066880, Processo: 46094029836201318 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID JOHN PARSONS Passaporte: E4031245, Processo: 46094029837201362 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIDEKI TERAO Passaporte: TZ0650084, Processo: 46094029838201315 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNSUKE SUGIMOTO Passaporte: TH2433916, Processo: 46094030027201359 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EMELITO DIMALIBOT MAGDALENA Passaporte: EB0924745, Processo: 46094030026201312 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARVIN CASTILLO VILLANUEVA Passaporte: XX5070330, Processo: 46094030311201325 Empresa: VIXSTEEL MONTAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANIBAL BALSEIRO COUTO Passaporte: M505333, Processo: 46094030029201348 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDDIE PEREZ ESOTO Passaporte: XX3676635, Processo: 46094030025201360 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GERONIMO DIMALIBOT GUEVARRA Passaporte: XX3950023, Processo: 46094029857201333 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN MANUEL POCEIRO ROCHA Passaporte: AAG717710, Processo: 46094029858201388 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS MOSTEIRO SEOANE Passaporte: AAF965079, Processo: 46094030109201301 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASANAGA HIRUMA Passaporte: TH4109561, Processo: 46094029965201314 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESUS SERRANO JR Passaporte: 420792458, Processo: 46094029951201392 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RENGARAJ PITCHAI PILLAI Passaporte: J7289427, Processo: 46094030028201301 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERONDE MERCADO POLOYAPOY Passaporte: EB1378942, Processo: 46094030142201323 Empresa: CONSORCIO ANDRADE GUTIERREZ-CAMARGO CORREA - LINHA 5 - LILAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN DAMIR VACA ABRIL Passaporte: CC80122259, Processo: 46094029963201317 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Justin Daniel Vrachan Passaporte: 494924234, Processo: 46094029692201308 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL MICHAEL HOENMANS Passaporte: BA642592, Processo: 46094029964201361 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sean Anthony Mauze Passaporte: 468977697, Processo: 46094029993201323 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RINO MYRMAEL Passaporte: 29554650, Processo: 46094030260201331 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IAN KENNETH IBE NAVAL Passaporte: EB4728614, Processo: 46094030259201315 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RHANDEE BORJA BERNABE Passaporte: EB1776230, Processo: 46094030258201362 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL ANGELO FLORES BALSAMO Passaporte: EA0042515, Processo: 46094030255201329 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN JAYMER IBE NAVAL Passaporte: EB4593471, Processo: 46094030262201321 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARMAND MIKO BATHAN BANAAG Passaporte: EB8779538, Processo: 46094030373201337 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OSCAR FIDER BULANHAGUI Passaporte: EB4302616, Processo: 46094030200201319 Empresa: COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ECKHARD FRANZ ERNST WEISS Passaporte: C9G3M4G2M, Processo: 46094030368201324 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIUS DUPLA LAMBUHON Passaporte: EB7131250, Processo: 46094030371201348 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GERRY MALABUYOC MALVEDA Passaporte: EB5737796, Processo: 46094029942201300 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SVEN TROSTMANN Passaporte: NUKFHCKK9, Processo: 46094030096201362 Empresa: HATCH DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Maria Arlete Pereira de Campos Passaporte: L271179, Processo: 46094029994201378 Empresa: METSO PAPER SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN ALF KARLSSON Passaporte: 85755955, Processo: 46094030372201392 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAHUDIN BIN MOHD YUSOFF Passaporte: E1795376N, Processo: 46094030287201324 Empresa: OES SERVICOS E EQUIPAMENTOS DE PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ILES Passaporte: 502444889, Processo: 46094029943201346 Empresa: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWARD JOSEPH SLATER Passaporte: 463307872, Processo: 46094030143201378 Empresa: CONSORCIO CR ALMEIDA - J MALUCELLI Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIRSAD PAJAZETOVIC Passaporte: 003506155, Processo: 46094030144201312 Empresa: CONSORCIO CR ALMEIDA - J MALUCELLI Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MILAN MARJANOVIC Passaporte: A1164571, Processo: 46094030249201371 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOODY MYLAR SHETTY Passaporte: G3690081, Processo: 46094030146201310 Empresa: CONSORCIO CR ALMEIDA - J MALUCELLI Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCA GIACOMINI Passaporte: AA1515845, Processo: 46094030369201379 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELMOREY PANOPIO ESCALONA Passaporte: EB1732932, Processo: 46094030408201338 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIKKO JUHANI NURMI Passaporte: PU1482673, Processo: 46094030370201301 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ENRICO LANDICHO DIMAUNAHAN Passaporte: EB0100296, Processo: 46094030409201382 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMI TAPIO RANDELL Passaporte: PU7263573, Processo: 46094030056201311 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TRACE WAYNE CODY Passaporte: 135321328, Processo: 46094030059201354 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENRY MICHAEL HORTON Passaporte: BA814030, Processo: 46094030360201368 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE LUIZ DE OLIVEIRA FERNANDES Passaporte: L832828, Processo: 46094030190201311 Empresa: AGUILAR Y SALAS BRASIL IND. E COM. IMP. EXP. E REPRESENTACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MARTINEZ FERNANDEZ Passaporte: AAG908505, Processo: 46094030248201327 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HUAN YAN Passaporte: G61064238, Processo: 46094030362201357 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORGE DA CRUZ SOARES JORDÃO Passaporte: J963967, Processo: 46094030358201399 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS MANUEL LOPES OLIVEIRA Passaporte: M620703, Processo: 46094030359201333 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAULO JORGE LEBRE PEREIRA Passaporte: H149154, Processo: 46094030172201330 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIEN HERVE MICHEL HENRI LARCY Passaporte: 11CX49112, Processo: 46094030302201334 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG IAN LESLIE Passaporte: 460104187, Processo: 46094030301201390 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS DANIEL MESA FONSECA Passaporte: CC9532063, Processo: 46094030297201360 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROSS CAMERON JOHNSTON Passaporte: 512348720, Processo: 46094030351201377 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Dirk Wojtczak Passaporte: CCKPPM23J, Processo: 46094030353201366 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hyobyem Choi Passaporte: M08029186, Processo: 46094030356201308 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Wolfgang Gunter Pauli Passaporte: C7G36612L, Processo: 46094030355201355 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sangmin Ha Passaporte: M05558884, Processo: 46094030335201384 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARD WOERMANN Passaporte: C6ZZP4TZ3, Processo: 46094030300201345 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINGJING WAN Passaporte: E01598123, Processo: 46094030485201398 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CESAR RODRIGUEZ ZUGASTI Passaporte: AAC455184, Processo: 46094030423201386 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT DAVID CARLINE Passaporte: 212517737, Processo: 46094030422201331 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY SCOTT DE YOUNG Passaporte: 498721258, Processo: 46094030544201328 Empresa: BSM ENGENHARIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hugo Gonçalo da Silva Dinis dos Reis Passaporte: M050553, Processo: 46212011442201310 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Shoji Kodama Passaporte: TK9455820, Processo: 46212011441201375 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Eisho Morioka Passaporte: TK9455452.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094029568201334 Empresa: ARTE 3 ASSESSORIA PRODUCAO E MARKETING CULTURAL LTDA - ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: ADEKUNLE ADELEYE ADEYEMI Passaporte: NXD4BR19 Estrangeiro: BEREND BART STRIJLAND Passaporte: NU44D0H56, Processo: 46094029689201386 Empresa: PALIPALAN ARTE E CULTURA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANA SOFIA MONSALVE FIORI Passaporte: Y541507 Estrangeiro: ANNE SAVAGE Passaporte: 202859679 Estrangeiro: DONALD JAMES KITT Passaporte: JX498209 Estrangeiro: ELENA FLORIS Passaporte: YA4790797 Estrangeiro: EUGENIO TEODORO BARBA Passaporte: 203693505 Estrangeiro: FAUSTO PRO Passaporte: YA0424776 Estrangeiro: IBEN NAGEL RSMUSSEN Passaporte: 204315302 Estrangeiro: JAN ERIKSSON FERSLEV Passaporte: 204957049 Estrangeiro: JULIA LARSEN Passaporte: 505041531 Estrangeiro: KAI ERIK BREDHOLT Passaporte: 204822039 Estrangeiro: ROBERTA BARBARA CARRERI Passaporte: YA4327056 Estrangeiro: TAGE LARSEN Passaporte: 204683792, Processo: 46094029703201341 Empresa: S U DA ROCHA - ORGANIZACAO DE EVENTOS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GILBY JOHN CLARKE Passaporte: 452067069 Estrangeiro: HENRICUS JOHANNES MARIA DE HAAS Passaporte: BX6C52B42, Processo: 46094031028201311 Empresa: MARIA JOSE SILVA DE MEDEIROS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BARBARA LISSET COSIO HONDALL Passaporte: G06722253 Estrangeiro: CARLOS MANUEL JIMENEZ ARROYO Passaporte: 06330048291 Estrangeiro: GABRIEL AUSENCIO FERNANDEZ CARRASCO Passaporte: G06253979 Estrangeiro: MARIA ANTONIETA GOMEZ RODRIGUEZ Passaporte: G12407524, Processo: 46094031173201300 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Oscar Guillermo Mulero Crecente Passaporte: AB953870, Processo: 46094031249201399 Empresa: DELL ARTE SOLUCOES CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BEI ZHANG Passaporte: P01488767 Estrangeiro: CHEN HUANG Passaporte: P01488762 Estrangeiro: Chunmei NIU Passaporte: P01058352 Estrangeiro: DI WANG Passaporte: P01488757 Estrangeiro: ENJIE LI Passaporte: P01488254 Estrangeiro: FEI BAO Passaporte: P01266018 Estrangeiro: FULONG WANG Passaporte: P01539298 Estrangeiro: HANG YIN Passaporte: P01488770 Estrangeiro: HE YU Passaporte: P01488772 Estrangeiro: HOUQI WANG Passaporte: G45626354 Estrangeiro: Heng QIN Passaporte: PE0259493 Estrangeiro: Hongpeng QIN Passaporte: PE0259492 Estrangeiro: JIAXIN SHEN Passaporte: P01488760 Estrangeiro: JING LI Passaporte: P01539319 Estrangeiro: JINGPING HUANG Passaporte: P01488753 Estrangeiro: JINMIAO RAN Passaporte: P01488764 Estrangeiro: JUN WANG Passaporte: P01542665 Estrangeiro: JUNWEI LIANG Passaporte: P01488758 Estrangeiro: Jianguo ZHAI Passaporte: PE0259502 Estrangeiro: Jiatong WU Passaporte: G43698435 Estrangeiro: KAI ZHANG Passaporte: P01488750 Estrangeiro: KE JIANG Passaporte: P01539256 Estrangeiro: LEI WANG Passaporte: P01488759 Estrangeiro: LEI ZHAN Passaporte: P01488761 Estrangeiro: LIANGKUAI JIN Passaporte: G38055425 Estrangeiro: LIPEI ZHANG Passaporte: P01488771 Estrangeiro: Mei HOU Passaporte: PE0259496 Estrangeiro: Mingfang SUO Passaporte: PE0259497 Estrangeiro: NING YU Passaporte: G33595956 Estrangeiro: QI JIANG Passaporte: P01488769 Estrangeiro: QINGSONG ZHANG Passaporte: P01542664 Estrangeiro: Qiang ZHAO Passaporte: PE0259501 Estrangeiro: Qingyang MEI Passaporte: PE0259490 Estrangeiro: RUIFEN ZHEN Passaporte: P01539299 Estrangeiro: Rui DING Passaporte: PE0259499 Estrangeiro: SHEN FENG Passaporte: P01488752 Estrangeiro: SHIHUA DONG Passaporte: P01539315 Estrangeiro: SHIKANG ZHAO Passaporte: P01540208 Estrangeiro: SHUAI YAN Passaporte: P01540207 Estrangeiro: SHUANGXI ZHAO Passaporte: P01488774 Estrangeiro: SONGHAI WANG Passaporte: P00788352 Estrangeiro: Shaopeng YANG Passaporte: PE0259487 Estrangeiro: Shuai MA Passaporte: PE0259498 Estrangeiro: Shuai YU Passaporte: PE0259491 Estrangeiro: Shujing ZHANG Passaporte: PE0259495 Estrangeiro: TAO MA Passaporte: P01539320 Estrangeiro: WEI WANG Passaporte: P01539297 Estrangeiro: Wenli SHEN Passaporte: PE0259494 Estrangeiro: XIANTENG MENG Passaporte: P01539253 Estrangeiro: XIAOLIANG PENG Passaporte: P01488765 Estrangeiro: XIAOQIU CHI Passaporte: P00785101 Estrangeiro: XUEJUAN LI Passaporte: P01539300 Estrangeiro: XURAN ZHANG Passaporte: P01488263 Estrangeiro: YONG YU Passaporte: P01488763 Estrangeiro: YU SUN Passaporte: P01539307 Estrangeiro: YU WANG Passaporte: P01540210 Estrangeiro: YUNLEI NIE Passaporte: P01539304 Estrangeiro: YUTIAN YING Passaporte: P01488773 Estrangeiro: Yang

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013092600080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LI Passaporte: PE0259488 Estrangeiro: Yi WANG Passaporte: P01542587 Estrangeiro: Youting DING Passaporte: PE0259503 Estrangeiro: Yuan SHEN Passaporte: PE0259500 Estrangeiro: Yutong BAN Passaporte: PE0259486 Estrangeiro: Yuxi WANG Passaporte: PE0259489 Estrangeiro: ZAOSHENG AI Passaporte: P01539301 Estrangeiro: ZEZHOU WU Passaporte: G54945786 Estrangeiro: ZHIXING HAN Passaporte: P01539274 Estrangeiro: Zhe DU Passaporte: P01539248, Processo: 46094030966201301 Empresa: SNAKE PRODUCOES DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO D'ASCOLA Passaporte: YA3231402 Estrangeiro: ANDRES VERNON LOPEZ Passaporte: A3276985 Estrangeiro: ANDREW MIGUEL BROWN Passaporte: A2520770 Estrangeiro: ANTONIO TARANTINO Passaporte: AA1715312 Estrangeiro: CLIFTON LLOYD DILLON Passaporte: 422037350 Estrangeiro: FITZROY ANTHONY GREEN Passaporte: A3401991 Estrangeiro: JOVAN ANTHONY NORMAN Passaporte: A2612102 Estrangeiro: KEMAR ROCHESTER WILLIAMS Passaporte: A3061603 Estrangeiro: MARK ANTONIO BRADFORD Passaporte: A2894185 Estrangeiro: MERVYN WILLIAMS Passaporte: A3475813 Estrangeiro: ROBERT ANTHONY FISHER Passaporte: A3251653 Estrangeiro: RYAN O'NEIL DILLON Passaporte: 047101290, Processo: 46094031174201346 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Alexandre Maurice Dick Paounov Passaporte: 09AF74288, Processo: 46094031103201343 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ADRIANO BREMNER RODRIGUEZ Passaporte: 173 62 90 Estrangeiro: ALFREDO ANTONIO DIAZ Passaporte: 048559576 Estrangeiro: EVERT LUIS VIERA ACOSTA Passaporte: 483951026 Estrangeiro: FRANK LEOPOLDO KEUPUCHUR ROMANO Passaporte: 8.519.953-6 Estrangeiro: JOAQUIN AGUSTIN BARCIA Passaporte: 462852570 Estrangeiro: SAIBEN GARZON Passaporte: 461854639, Processo: 46094031102201307 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JEREMY CHARLES REICHWEIN Passaporte: 018218890, Processo: 46094031172201357 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Richard John Billis Passaporte: QI216441, Processo: 46094030965201359 Empresa: ZRTCORP PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER OWEN NIELSON Passaporte: LA290896 Estrangeiro: DAVID ALEJANDRO BRICEÑO URBINA Passaporte: 11037665 Estrangeiro: GRENVILLE GAVIN BELL Passaporte: LN300461 Estrangeiro: HANI WAIHEKERANGI TOTOREWA Passaporte: LA085222 Estrangeiro: IAN DAVID PRITCHETT Passaporte: M1754709 Estrangeiro: JAMES ALBERT FERGUSON Passaporte: EB752574 Estrangeiro: JORDAN JOSHUA BELL Passaporte: EB621166 Estrangeiro: KELVIN GOLDSTONE BALLARD Passaporte: LN449084 Estrangeiro: LEONARD KARAURIA DAVEY Passaporte: LA712985 Estrangeiro: LOGAN CARROLL WINEERA BELL Passaporte: LN242957 Estrangeiro: MATTHEW MARK MCHUGH Passaporte: E4001325 Estrangeiro: RAFAEL POSTEL Passaporte: 058656882 Estrangeiro: TERE NGARUA Passaporte: LN033943, Processo: 46094031104201398 Empresa: XYZ LIVE ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BETTINA LAUREL RIFFO Passaporte: 440312002 Estrangeiro: BRIAN JOHN RUEDY Passaporte: 453336742 Estrangeiro: DANIEL JOSEPH O'BRIEN Passaporte: 471180018 Estrangeiro: DAVID COVERDALE Passaporte: 426792501 Estrangeiro: DOUGLAS LAYNG ALDRICH Passaporte: 422069768 Estrangeiro: DOUGLAS OWEN KIMBALL Passaporte: 488783796 Estrangeiro: GERARDO CHARLES VIERNA Passaporte: 422016358 Estrangeiro: GIDEON MARK HOGAN Passaporte: 511020590 Estrangeiro: IMY JAMES Passaporte: 471807718 Estrangeiro: JON B SCHIMKE Passaporte: 449307776 Estrangeiro: LAUREN ANN CARROLL Passaporte: 488164628 Estrangeiro: LESLEY MORTIMER WALLACE Passaporte: 761305401 Estrangeiro: MATTHEW JAMES YOUNG Passaporte: 488895829 Estrangeiro: MICHAEL EDWARD PETER DEVIN Passaporte: 488304528 Estrangeiro: PAUL LYNN CHAVEZ Passaporte: 483737228 Estrangeiro: RICHARD EARL BEACH JR Passaporte: 488303310 Estrangeiro: SANDRA ELENA MARTINEZ VAZQUEZ Passaporte: G06494753 Estrangeiro: STEPHEN GREGORY HOWARD Passaporte: 217596120 Estrangeiro: TARIK JAMES KHAN Passaporte: 488909768 Estrangeiro: THOMAS SEBASTIAN REITZ Passaporte: C4G47HCFV Estrangeiro: TOMMY RICHARD ALDRIDGE Passaporte: 488145788 Estrangeiro: WILLIAM FREDERICK LANHAM Passaporte: 488784384 Estrangeiro: ZAINOOL ABEDEEN HAMID Passaporte: TA834386, Processo: 46094031177201380 Empresa: CARLOS BRANCO & CIA LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AGUSTIN FUERTES Passaporte: AAA389678 Estrangeiro: ALBANO ALEXIS JIMENEZ Passaporte: AAA226345 Estrangeiro: ARIEL OSVALDO VARNERIN Passaporte: 24716306N Estrangeiro: CAMILA ADRIANA ALEGRE Passaporte: AAA241533 Estrangeiro: CANDELA RODRIGUEZ ECHENIQUE Passaporte: AAA662347 Estrangeiro: ELIDA ANGELA ROCES Passaporte: 06160467F Estrangeiro: FACUNDO MAXIMILIANO GOMEZ Passaporte: 31599143N Estrangeiro: JUAN CARLOS LEDO Passaporte: 08266630M Estrangeiro: JUAN PABLO DEL GRECO Passaporte: 32539107N Estrangeiro: JUAN PABLO LEDO Passaporte: 28023783N Estrangeiro: JULIAN ERNESTO GALVAN Passaporte: AAA603607 Estrangeiro: JULIETA BELEN LEDO Passaporte: 30182878N Estrangeiro: LAURA CRISTINA FRANCES Passaporte: 18130381N Estrangeiro: MARIELA GRETEL LEDO Passaporte: 28381430N Estrangeiro: MARÍA DEL ROSÁRIO BAUZA LOPEZ Passaporte: XDA893859.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094030940201355 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABDUL KAHAR Passaporte: A 2904466 Estrangeiro: ABDUL KIROM Passaporte: V 916192 Estrangeiro: ANDIKA DWI ANTORO Passaporte: A 5040171 Estrangeiro: ARJUNA RINALDI Passaporte: A 3430685 Estrangeiro: BASO SAMSUDIN Passaporte: T 195237 Estrangeiro: CRISTIAN-REMUS CONSTANTIN Passaporte: 050999696 Estrangeiro: DENNIS DOMANAIS PEREZ Passaporte: EB6342780 Estrangeiro: DENVER DAYLANE DABREO Passaporte: L1704886 Estrangeiro: FITRA WIJAYA MOCHTAR Passaporte: A 4249274 Estrangeiro: FRANCIS SAVIO DE SOUZA Passaporte: H4915361 Estrangeiro: FRANCISCO DA COSTA Passaporte: K1320546 Estrangeiro: FREDY ANTONIO OSORIO BARBARAN Passaporte: AM688026 Estrangeiro: GEORGE STEVE LARREA ABANTO Passaporte: 5360012 Estrangeiro: HARIHARAN DEVADOSS Passaporte: Z2219902 Estrangeiro: HAYSTEN JOAQUIM PEREIRA Passaporte: G4459935 Estrangeiro: HEVELIN ELENA BOSCAN GONZALEZ Passaporte: 064412102 Estrangeiro: I GEDE NGURAH LIANA PUTRA Passaporte: V 843454 Estrangeiro: I KOMANG WIDASTRA Passaporte: A 5835033 Estrangeiro: I MADE EKAYANA Passaporte: A 2652577 Estrangeiro: I PUTU MAHARDI SETIAWAN Passaporte: A 6052928 Estrangeiro: I WAYAN WIDANA Passaporte: A 6053725 Estrangeiro: JENNIFER CANALES GUARINO Passaporte: EB8481778 Estrangeiro: JONATHAN CATULONG PAGAS Passaporte: EB7496383 Estrangeiro: JOSE ODEN RIZARDO CASTILLON Passaporte: XX2894650 Estrangeiro: JULIE MILENA ACOSTA PALACIO Passaporte: AO783334 Estrangeiro: KAISER LINSANGAN MICLA Passaporte: EB0622284 Estrangeiro: KAMILUDDIN SALAM Passaporte: A 2964469 Estrangeiro: LEO CAMISO PASTERA Passaporte: EB0204823 Estrangeiro: LUIS RODRIGO LEIVA PASTEN Passaporte: 13.997.838-2 Estrangeiro: MARIANA ORMACHEA Passaporte: 30681731N Estrangeiro: MATE DE MICHIELI VITTURI Passaporte: 057624295 Estrangeiro: MAYURESH GOVIND KULKARNI Passaporte: L2543036 Estrangeiro: MICHAEL ANDREW MOLINA OLASO Passaporte: EB0083283 Estrangeiro: MICHAEL VILLANUEVA CAPELLAN Passaporte: EB7284671 Estrangeiro: MIGUEL FRANCISCO FERNANDES Passaporte: J8898349 Estrangeiro: ORVIN MARTINHO COUTINHO Passaporte: G5254932 Estrangeiro: PANDURENGAN MANICKANADU MUNIYASAMY Passaporte: J970115 Estrangeiro: PANKAJ ANANT KARMALKER Passaporte: E8683772 Estrangeiro: PETER JOHN SAN JOSE ESTRELLA Passaporte: EB7642430 Estrangeiro: RAYMOND LUMBERA YABES Passaporte: EB8898697 Estrangeiro: RICHARD LACUESTA BERNARDO Passaporte: EB3009421 Estrangeiro: RIZWAN SHAGUL HAMEED Passaporte: H9236633 Estrangeiro: ROEL ESPINA ALQUINO Passaporte: EB2824118 Estrangeiro: ROGER AGANON CORPUZ Passaporte: EB8294328 Estrangeiro: RONALD ALAN RODELA RUCERO Passaporte: EB7727045 Estrangeiro: RONALD SEÑORA SANCHEZ Passaporte: EB0804170 Estrangeiro: RONIE HERNAEZ PEÑARANDA Passaporte: EB0878530 Estrangeiro: ROUMEL ESGUERRA SO Passaporte: EB8895105 Estrangeiro: RULY IRAWAN DHARMA PUTRA Passaporte: A 6079346 Estrangeiro: SAINATH BALKRISHNA GHENTYAL Passaporte: K1926890 Estrangeiro: SANG KOMPIANG WIRA ADNYANA Passaporte: A 5370632 Estrangeiro: SEBASTIAN PRESLY TEIXEIRA Passaporte: Z1746034 Estrangeiro: SI NGURAH WIRA ADITYA Passaporte: A 5834276 Estrangeiro: SILVESTRE TRAVASSO Passaporte: K1323484 Estrangeiro: SIVAGURUNATHAN KARUPPAIAH Passaporte: G2440249 Estrangeiro: SRIKANTA KUMAR SAHOO Passaporte: F6135626 Estrangeiro: SYAHIRUDDIN Passaporte: W 241801 Estrangeiro: THIYAGARAJAN KRISHNASAMY Passaporte: H9239030 Estrangeiro: TONCI USMIANI Passaporte: 075743760 Estrangeiro: VENUS ACEBUCHE AGAPAY Passaporte: EB3022926 Estrangeiro: WAYAN SUARJAYA Passaporte: T 974510 Estrangeiro: WILLIAM JOSEPH RODRIGUES Passaporte: G8717724, Processo: 46094031068201362 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. - ME Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALAN QUIMEN AQUINO Passaporte: EB7784120 Estrangeiro: ALEJANDRO CEPEDA SANCHEZ Passaporte: QL345925 Estrangeiro: ALEXANDRU RISNOVEAN Passaporte: 15416067 Estrangeiro: ANANDBABU KALAISELVAM Passaporte: L2951974 Estrangeiro: ANDREI BADUN Passaporte: MP3181903 Estrangeiro: ANGEL EDUARDO BARRERA RUISEÑOR Passaporte: G02249163 Estrangeiro: ANIL KAUL Passaporte: Z2456124 Estrangeiro: ANSHUMAN ASHOK GUNE Passaporte: H8813511 Estrangeiro: ARMANDO VERDAN BRISTOL Passaporte: XX4805452 Estrangeiro: BAIJU THALAPPILLIL GANGADHARAN Passaporte: H4410637 Estrangeiro: BARBARA TIMÁR Passaporte: BB4234517 Estrangeiro: BERTRAM LIVINGSTON BURKE SEGURA Passaporte: E089524 Estrangeiro: BORYS IOVILEVYCH Passaporte: EP098070 Estrangeiro: CALVIN TYLER CHESTER Passaporte: 483623292 Estrangeiro: CARLOS STEWARD MILLER Passaporte: E272910 Estrangeiro: CARMEN OLIMPIA CALDERON ROJAS Passaporte: 5906686 Estrangeiro: CATARINA ISABEL PÁRAMOS MARTINS DA ROCHA Passaporte: M126846 Estrangeiro: CHANDER MOHAN KALER Passaporte: K 2918435 Estrangeiro: COSTEL FULINA Passaporte: 12749723 Estrangeiro: DANIEL ROSS GORDON Passaporte: 464436985 Estrangeiro: DANILO BONA CANAYON Passaporte: XX3608458 Estrangeiro: DANILO ZIPAGAN BUENAVENTURA Passaporte: EB8560164 Estrangeiro: DARREN LOPEZ ORIJUELA Passaporte: EB0274101 Estrangeiro: DEXTER DALE CAYASSO ANDREWS Passaporte: C1712545 Estrangeiro: DIMITAR GEORGIEV DIMITROV Passaporte: 382154548 Estrangeiro: DUMINDA LALITH BULATHSINGHALA BULATHSINGHALA HETTIMUDIYANSELAGE Passaporte: N1733028 Estrangeiro: EDVIN LOURENCE FERNANDES Passaporte: Z1986860 Estrangeiro: ELVIN YONGCO CUIZON Passaporte: XX5007415 Estrangeiro: ERROL JUNIOR MONTHGOMERY SAMUEL Passaporte: R0110549 Estrangeiro: ESELYNDE PAUL MATILDO PINO Passaporte: EB7843721 Estrangeiro: FEDERICO JR. DAYRIT MICLAT Passaporte: EB5876725 Estrangeiro: FITZROY CARR HENRY Passaporte: E385622 Estrangeiro: FRANCIS FERNANDES Passaporte: H4344934 Estrangeiro: FRANCISCO BATALLA BALEDA Passaporte: EB2823759 Estrangeiro: FRANCO GABRIEL FERNANDES Passaporte: G4460202 Estrangeiro: FRANTZ SALADIN Passaporte: 468339504 Estrangeiro: GABRIELA RODRIGUEZ TOVAR Passaporte: G09098547 Estrangeiro: HANNA HIBKHINA Passaporte: MP2895357 Estrangeiro: HANS RADE Passaporte: C6YRLP1P9 Estrangeiro: HAROLD JOEFER ALICBUSAN ENDAYA Passaporte: XX4180138 Estrangeiro: I NYOMAN SUKARJA Passaporte: S 798188 Estrangeiro: I WAYAN AGUS ARYA SUMARYA Passaporte: A 1648294 Estrangeiro: I WAYAN SUMANADA Passaporte: W 113647 Estrangeiro: JADE SALOMON SEGURA MARUCUT Passaporte: XX0420250 Estrangeiro: JARET OZZIE DE SILVA Passaporte: J9748391 Estrangeiro: JAYVEE RENZ DE VERA Passaporte: XX0585191 Estrangeiro: JOE FRANCIS CABRAL Passaporte: G8069132 Estrangeiro: JOEL ISIP JABON Passaporte: EB4212060 Estrangeiro: JOEL VARGAS FORTUNO Passaporte: XX4970594 Estrangeiro: JOHN COMPTON HERBERT REID Passaporte: R0168938 Estrangeiro: JOHN JOMAR RIMORIN YUMO Passaporte: XX0165738 Estrangeiro: JOSE SOLATORIO SOTRINA Passaporte: EB3537565 Estrangeiro: KAREN SHUK KWAN WONG Passaporte: 108409316 Estrangeiro: KOLLA SRINIVAS Passaporte: Z1228322 Estrangeiro: KUMARESAN PICHANDI Passaporte: F9492255 Estrangeiro: LAURIS D SILVA Passaporte: F2455443 Estrangeiro: LORENZO ERNESTO HODGSON CASTAÑEDA Passaporte: C0771021 Estrangeiro: MAHDI FENCHA Passaporte: W251715 Estrangeiro: MALCOLM ANTHONY DSILVA Passaporte: Z2027069 Estrangeiro: MARCIAL JR. PASADAS NAVARRO Passaporte: EB4308730 Estrangeiro: MARIA JEGAN AGNEL NIRMALRAJ Passaporte: G2878076 Estrangeiro: MARIE NOELLA JEAN LOUIS Passaporte: 1220797 Estrangeiro: MARIN ANDRIJASEVIC Passaporte: 074512363 Estrangeiro: MARTIN PETER NECKLES Passaporte: G0041926 Estrangeiro: MATTHEW CRAIG WILLER Passaporte: 480226747 Estrangeiro: MATTHIAS WERNER TERSKOW Passaporte: C8KKZ28Z3 Estrangeiro: MIHAI OSTAFI Passaporte: 051228144 Estrangeiro: MINGUEL FERNANDES Passaporte: E8765813 Estrangeiro: MOHAMMED VASIM KHAN Passaporte: H6511754 Estrangeiro: NAREEN KUMAR PILLA Passaporte: K8540743 Estrangeiro: NAVIN JUDE PEREIRA Passaporte: J7750629 Estrangeiro: PABLO SAURINA SANCHEZ Passaporte: AAC051354 Estrangeiro: PASTORCITA LAUXTERIA TEMPLE SALAZAR Passaporte: C0964973 Estrangeiro: PEDRO SANTANA SOARES Passaporte: F9879427 Estrangeiro: PETRE SARBU Passaporte: 13855742 Estrangeiro: PRADEEP SHASTRI Passaporte: Z2068148 Estrangeiro: PRASHANT NARAYAN LAD Passaporte: H4566596 Estrangeiro: RAINIER CAPILI ZAPATA Passaporte: EB1443134 Estrangeiro: REMZI OZTURK Passaporte: TR-V 210273 Estrangeiro: RICARDO LAINEZ GALEANO Passaporte: C655198 Estrangeiro: RITISH BUNGARADU Passaporte: 1126433 Estrangeiro: RIZZA FAITH INDIOLA PONCARDAS Passaporte: EB7940351 Estrangeiro: ROGER ACOSTA MARQUEZ Passaporte: EB8401879 Estrangeiro: ROHIT RAMCHANDRA NIWATE Passaporte: J1618360 Estrangeiro: RONALD GUIEB JAVILLONAR Passaporte: EB2545820 Estrangeiro: ROY DANIEL DAVID JOHNSON Passaporte: G5795287 Estrangeiro: ROZARIO RAYMONDOS DE SOUZA Passaporte: K4579518 Estrangeiro: SAMIR TOUNSI Passaporte: W258103 Estrangeiro: SANJIB GHOSH Passaporte: F5914234 Estrangeiro: SLADANA DROBNJAK Passaporte: 010695717 Estrangeiro: SUKMA WIJAYA Passaporte: U 906846 Estrangeiro: SUNDARESAN RAMASAMY Passaporte: G3274417 Estrangeiro: VICTORIA LIBREA MACAPOBRE Passaporte: EB7063224 Estrangeiro: VIRENDRA SINGH Passaporte: H 9228895 Estrangeiro: WENCESLAO JR. DEMETRIAL COMADIZO Passaporte: EB4501044 Estrangeiro: XAVIER FREDDY FERNANDES Passaporte: Z2084408 Estrangeiro: YOGEV RABO Passaporte: 12009534 Estrangeiro: YVON THIBEAULT Passaporte: BA808728, Processo: 46094030780201344 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARLO MARTELLO Passaporte: YA 5342738, Processo: 46094030781201399 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANGELA GABRIELA CHONG YOUNG Passaporte: 00 0874839 Estrangeiro: NATALY DENNISE HIDALGO CASTRO Passaporte: 17 0954734 Estrangeiro: NOELIA ALEJANDRA COLALONGO Passaporte: 31 820032N, Processo: 46094030789201355 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABHILASH PRAHLADAN PILLAI Passaporte: J 0003596 Estrangeiro: ADRIANA PATRICIA MORA GUTIERREZ Passaporte: 1 1229 0501 Estrangeiro: ALESSANDRO CORTOPASSI Passaporte: AA 2061636 Estrangeiro: ALEX YOVANNY ROMERO BACA Passaporte: C 200076 Estrangeiro: ALEXANDER ARCILA RODRIGUEZ Passaporte: CC 11257035 Estrangeiro: ALVARO AUGUSTO SANCHEZ IBARRA Passaporte: AO 114212 Estrangeiro: ANGEL LEVI BARAHONA LICONA Passaporte: C982121 Estrangeiro: ANGEL OSMANY GARCIA ALVAREZ Passaporte: C 888366 Estrangeiro: ANTON MUZHYTSKYI Passaporte: EC 530216 Estrangeiro: ARMIN ACHMAD Passaporte: A2 460566 Estrangeiro: BAPTISTA DOMINGOS PEREIRA Passaporte: F7 342545 Estrangeiro: CARMINE SICA Passaporte: F 972085 Estrangeiro: CESAR ALFONSO ACHURY CASTAÑO Passaporte: AN 396093 Estrangeiro: CESAR AUGUSTO ZELAYA Passaporte: C 676605 Estrangeiro: DANIEL ALBERTO GONZALEZ MOORE Passaporte: C0 1105376 Estrangeiro: DANIEL HERNANDEZ VENTURA Passaporte: C 643100 Estrangeiro: DARLYN EMANUEL MATEO MARTINEZ Passaporte: C 848546 Estrangeiro: DEEKSHITH GEORGE Passaporte: H 5631542 Estrangeiro: DENNIS ROMAN MEDINA SANTOS Passaporte: C 596053 Estrangeiro: DERRICK ENZO GRICE BONILLA Passaporte: C 728130 Estran-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

geiro: ENRIQUE AQUILES DIOSES ZARATE Passaporte: 4 584734 Estrangeiro: ESTEFANIE CAROLINA VELÁSQUEZ RODRÍGUEZ Passaporte: 15 .083.430-9 Estrangeiro: FILIPPO ROMANO Passaporte: AA3 553659 Estrangeiro: FLORIN LEESCU Passaporte: 0 51062901 Estrangeiro: GELU STATE Passaporte: 05 0168942 Estrangeiro: GEORGIOS TRAGANIS Passaporte: AI 4498868 Estrangeiro: GERARDO NASINI Passaporte: E 612668 Estrangeiro: GREGORIO EVENOR SANDINO MANZANAREZ Passaporte: C0 873112 Estrangeiro: GUIOVANNA ISABEL RAMIREZ PAZ Passaporte: CC5 2542272 Estrangeiro: GUSTAVO GARZON RAMIREZ Passaporte: AM 598018 Estrangeiro: HAKAN SINAY Passaporte: U0 7388012 Estrangeiro: HOLIS ABIDIN Passaporte: U 020453 Estrangeiro: I KADEK KARTIKA Passaporte: T 971989 Estrangeiro: I KADEK SETIADI Passaporte: A5054182 Estrangeiro: I KETUT SUDIARTANA Passaporte: V 319468 Estrangeiro: I MADE WIRATA Passaporte: T 066865 Estrangeiro: I NENGAH SUDANA Passaporte: A1475778 Estrangeiro: I PUTU AGUS EDY SAPUTRA Passaporte: U 508682 Estrangeiro: I PUTU GUNARTA Passaporte: A 5053968 Estrangeiro: I PUTU PANDE SUARDANA Passaporte: S 799600 Estrangeiro: I WAYAN SUKADANA Passaporte: A 1011835 Estrangeiro: IDA BAGUS GEDE PERMANA Passaporte: A1744296 Estrangeiro: IDA BAGUS MADE MANUABA ASTIRA Passaporte: W 110948 Estrangeiro: ISRRAEL MENDEZ PINEDA Passaporte: C 672972 Estrangeiro: JAVIER LOPEZ BUSTILLO Passaporte: C8 50164 Estrangeiro: JIMY ARNULFO SALAZAR FLORES Passaporte: Z0 35217 Estrangeiro: JONATHAN HEBER CROASDAILE VASQUEZ Passaporte: C5 88924 Estrangeiro: JONI WINARTO Passaporte: W1 75518 Estrangeiro: JUAN CARLOS GONZALEZ Passaporte: 17 106587N Estrangeiro: JUAN CARLOS SALDIVIA DUARTE Passaporte: 15 7631586 Estrangeiro: JUAN FRANCISCO SANTOS BARDALES Passaporte: C9 30867 Estrangeiro: KOMANG BUDISASTRAWAN Passaporte: U3 28537 Estrangeiro: LAZRUS PETER FERNANDES Passaporte: H9 002603 Estrangeiro: LILIANA PREDA Passaporte: 05 1857872 Estrangeiro: LOREDANA IONICA Passaporte: 05 0308193 Estrangeiro: LOURY JOHNSON MASCARENHAS Passaporte: H3 868433 Estrangeiro: LUCY MAY BRICKLEBANK Passaporte: 46 2678040 Estrangeiro: LUZ MARY RUEDA RUEDA Passaporte: CC 30203338 Estrangeiro: MARCELA TOMASA GONZALEZ Passaporte: AA B090503 Estrangeiro: MARDONO Passaporte: V8 49426 Estrangeiro: MARTHA CECILIA POSADA TOBON Passaporte: AO 711175 Estrangeiro: MAXIMLIANO JONATHAN SEGOVIA Passaporte: AA A238269 Estrangeiro: MAYRA ALIXANDRA GUIRIGAY ALCEDO Passaporte: 07 5339652 Estrangeiro: MIHAELA TABACARU Passaporte: 14 860908 Estrangeiro: MOCHAMMAD FATKUR ROCHMAN Passaporte: A6 006093 Estrangeiro: MUCHAMAD THAMRIN Passaporte: A3 848204 Estrangeiro: MUSA TOPACAN Passaporte: U0 7413452 Estrangeiro: NANAN RUSYANDI Passaporte: A0 388918 Estrangeiro: NATALIA RIASNA Passaporte: EC 633280 Estrangeiro: NATALIA XIMENA SAULO Passaporte: AA 3657252 Estrangeiro: NATALIIA KALACH Passaporte: EP 469055 Estrangeiro: NESTER GEORGE ROSARIO Passaporte: F0 808658 Estrangeiro: NEVEN ROZMANIC Passaporte: 00 2751368 Estrangeiro: NICOLAS ALBERTO HODGSON SHARP Passaporte: C0 1275841 Estrangeiro: OLGA KELKEVYCH Passaporte: EA 048615 Estrangeiro: OMAR ALBERTO CONTARINO Passaporte: AA B076497 Estrangeiro: PETKO SVETOSLAVOV DISHEV Passaporte: 38 1795658 Estrangeiro: PLAMEN YORDANOV PETROV Passaporte: 36 7874557 Estrangeiro: PRADEEP DUTT Passaporte: Z2 443630 Estrangeiro: RAFAEL FREDDY ESTELA VALDIVIA Passaporte: AE 033908 Estrangeiro: REMY FERNANDES Passaporte: Z1 986074 Estrangeiro: RIGOBERTO SOTO Passaporte: E1 61128 Estrangeiro: RODRIGO ADOLFO CARREIRA Passaporte: 24 424733N Estrangeiro: ROMAN ODOKIIENKO Passaporte: EP 433277 Estrangeiro: SALIM NOUFAL VALIYA PEEDIYAKKAL Passaporte: K9 764980 Estrangeiro: SANTIAGO HEIN Passaporte: AA A281606 Estrangeiro: SAVCHO NIKOLOV IVANOV Passaporte: 36 8916847 Estrangeiro: SERGII STOLIARCHUK Passaporte: EA 221701 Estrangeiro: STEFANO BOCCACCIO Passaporte: YA 0219861 Estrangeiro: TEZ PRATAP SINGH Passaporte: K 4098583 Estrangeiro: TIHOMIR MUZIC Passaporte: 06 0833235 Estrangeiro: VALERIIA IARMULATII Passaporte: EA 835313 Estrangeiro: VIKTOR KUKULJAN Passaporte: 03 4545712 Estrangeiro: VIKTORIIA DUDINA Passaporte: 64 N 4932695 Estrangeiro: VITO CARAFFA Passaporte: G 499141 Estrangeiro: WILDER GARATE TIRADO Passaporte: 54 47316 Estrangeiro: WILMER HERNAN ABELENDA DIAZ Passaporte: B 139010 Estrangeiro: YANINA ANABELA FIORENTINO Passaporte: 30 224572N Estrangeiro: ZULY BIBIANA GOMEZ GRISALES Passaporte: CC4 3540904, Processo: 46094030788201319 Empresa: MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GIANVINCENZO RUSSO Passaporte: .AA0253225 Estrangeiro: GIOVANNI APREDA Passaporte: .AA3041155 Estrangeiro: MICHELE DE ANGELIS Passaporte: .YA0883563, Processo: 46094030787201366 Empresa: MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO CASO Passaporte: AA4422055 Estrangeiro: CHRISTIAN MARTINELLI Passaporte: YA2603236 Estrangeiro: DAVIDE RUSSO Passaporte: .AA2179355, Processo: 46094030786201311 Empresa: MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DARKO POPOVIC Passaporte: A02FR0730 Estrangeiro: GAETANO ZITO Passaporte: F838784 Estrangeiro: ROSA CAPPIELLO Passaporte: .F077366, Processo: 46094030783201388 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANGELO CAPPELLUTI Passaporte: G397638 Estrangeiro: ANTONIO ROTONDO Passaporte: F 131755 Estrangeiro: CHRISTIAN RONALD CASTILLO DIOSES Passaporte: 55 12674 Estrangeiro: DANIELA DANERO Passaporte: AA4244623 Estrangeiro: DEBY SAFITRI Passaporte: W 220904 Estrangeiro: DOMENICO DELLA RAGIONE Passaporte: AA 3996796 Estrangeiro: EDOARDO GASTALDO Passaporte: A A4081599 Estrangeiro: ELIA MAROTTA Passaporte: YA2236541 Estrangeiro: FRANCESCO GALEANI Passaporte: YA5281071 Estrangeiro: GEDE JUNIARCA Passaporte: T 408677 Estrangeiro: GIULIO DI MODICA Passaporte: YA1514623 Estrangeiro: GIUSEPPE SCHINTU Passaporte: YA 0040615 Estrangeiro: I WAYAN WIJANA Passaporte: A 0490020 Estrangeiro: IIN KUSNAYADI Passaporte: A 4171697 Estrangeiro: LOREDANA MARIA NATALIA CALANDUCCI Passaporte: YA4631157 Estrangeiro: LUIGI LARA Passaporte: AA 3994686 Estrangeiro: MARTIN EDUARDO GARCIA GARCIA Passaporte: C984976 Estrangeiro: MILEN VALERIEV DIMITROV Passaporte: 36 5224968 Estrangeiro: MILTON RODRIGUES Passaporte: G 6375928 Estrangeiro: MUHAMMAD PAUSI Passaporte: A 4027708 Estrangeiro: MYRON HADSON DIAS Passaporte: F9876640 Estrangeiro: SAI KUMAR TALAKOKKULA Passaporte: K 3164361 Estrangeiro: SARA ANTONELLI Passaporte: YA4314569 Estrangeiro: SARA SIGOLOTTO Passaporte: YA1508308 Estrangeiro: SARDI EDISON PANDIANGAN Passaporte: A2084437 Estrangeiro: SIMONE COCHI Passaporte: AA 2231814 Estrangeiro: SIMONE OPPES Passaporte: YA4576865 Estrangeiro: STEFANO DI NOIA Passaporte: YA4255247 Estrangeiro: TRIFON ZHELYAZKOV TRIFONOV Passaporte: 381203375 Estrangeiro: WACHYUDI PURNOMO Passaporte: V 750902, Processo: 46094030784201322 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RAEL PAUL CODRON Passaporte: C4G4GG5R3, Processo: 46094030782201333 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALESSANDRO MASSIMIANI Passaporte: YA 3288500 Estrangeiro: BENEDETTO MINUTO Passaporte: YA 1570128 Estrangeiro: FILOMENA OCONE Passaporte: YA0875926 Estrangeiro: I PUTU AGUS MAHARDIKA Passaporte: A 3628686 Estrangeiro: IANCU RAVDAN Passaporte: 14 709549 Estrangeiro: ILARIA CAPELLINI Passaporte: YA4275641 Estrangeiro: JOSE ANTONIO DUBON VILLEDA Passaporte: Z 031555 Estrangeiro: MADE SUASTIKA YASA Passaporte: A 1013070 Estrangeiro: MARIA MILAGRO AREDO GIL Passaporte: 3491734 Estrangeiro: NOEMI LUCIANI Passaporte: YA1146369 Estrangeiro: PEDRO VLADIMIR ABANTO ALVA Passaporte: 5838306 Estrangeiro: PUTU DEDI STYAWAN Passaporte: U512798, Processo: 46094030785201377 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ACHANO NGULLIE Passaporte: F0833158 Estrangeiro: ALEJANDRO MANUEL MONTERO LEON Passaporte: .5428383 Estrangeiro: ALEXANDER REITER Passaporte: .P2975631 Estrangeiro: ANDRAS VARADI Passaporte: BB8540176 Estrangeiro: ANIKO VELNER Passaporte: BD3495047 Estrangeiro: ARTHUR JAMES DREXLER III Passaporte: 405447397 Estrangeiro: AZRA GUSIC Passaporte: A1641205 Estrangeiro: BARBORA NOVOTNA Passaporte: 39522455 Estrangeiro: BORIS ALETIC Passaporte: 006860646 Estrangeiro: BRADLEY EUGENE LUKE Passaporte: A02801161 Estrangeiro: CHAD GARRETT ATCHLEY Passaporte: .039371285 Estrangeiro: CHING MARY MATE Passaporte: K0613613 Estrangeiro: CHRISTY GIOVANNA PINTADO SANCHEZ Passaporte: .5065836 Estrangeiro: DANIEL ESTEBAN CATALDO FIGUEROA Passaporte: 132251398 Estrangeiro: DANIEL LEE WALKER Passaporte: 209104817 Estrangeiro: DAVID ALEJANDRO CRISTIAN CORDERO FELIU Passaporte: 142374706 Estrangeiro: DEEPESH KURUVILLA Passaporte: K5982651 Estrangeiro: DEVASHNI MUNSAMY Passaporte: .A00415736 Estrangeiro: DYAN ELIZABETH KRUGER Passaporte: M00007719 Estrangeiro: ERMAN Passaporte: W846769 Estrangeiro: FRANCIS BAPTIST LOPES Passaporte: G0445794 Estrangeiro: FRANCO ANDRES VILDOSOLA GAETE Passaporte: 14.376.588-1 Estrangeiro: GABRIELA CORRALES MORALES Passaporte: 109740413 Estrangeiro: GARETH LINDSAY SMITH Passaporte: M00073928 Estrangeiro: GERALD MICHAEL BACHLER Passaporte: .P1481446 Estrangeiro: GORDON EDWARD PORTH Passaporte: 421133454 Estrangeiro: GUILHERME JOAQUIM DA CUNHA PINTO Passaporte: M315849 Estrangeiro: HAYLEY LOUISE PENBERTHY Passaporte: 507673693 Estrangeiro: HELEN MARGARITA CAMARGO PEÑA Passaporte: 5463933 Estrangeiro: HERI SUSANTO Passaporte: V786949 Estrangeiro: I GEDE EKA ADE FRAMA Passaporte: A0355547 Estrangeiro: I GUSTI NGURAH GEDE SURYANATA Passaporte: V318814 Estrangeiro: ILIJA MAROJEVIC Passaporte: .004061682 Estrangeiro: IOANA MARIA FLOREA Passaporte: .15416585 Estrangeiro: IRINA SUMAKOVA Passaporte: 22824610 Estrangeiro: JAMES ANTHONY O'CONNOR Passaporte: .E3064045 Estrangeiro: JANINE SWART Passaporte: 452578614 Estrangeiro: JANINE TARRA NUTMAN Passaporte: 206680062 Estrangeiro: JENNY YU-CHIA TSENG Passaporte: LN555834 Estrangeiro: JESSRELL MIKE NEWBALL BALLADARES Passaporte: C01187132 Estrangeiro: JOE PAUL MANJILA Passaporte: K6178661 Estrangeiro: JOHANNES STEPHANUS FERREIRA Passaporte: .A01879060 Estrangeiro: JONATHAN ORSMOND Passaporte: .483301065 Estrangeiro: JORGE RODRIGO MAFFETTE GAETE Passaporte: 12.881.103-6 Estrangeiro: JOSEF MATT Passaporte: P5950298 Estrangeiro: KAROLINA SZULC Passaporte: AM2369444 Estrangeiro: KESTUTIS GASKA Passaporte: .22919672 Estrangeiro: KRISZTINA MENTES Passaporte: BB1266855 Estrangeiro: KSENIA OLT Passaporte: KB0467408 Estrangeiro: KUNAL CHAKRAWARTI KALBHOR Passaporte: .F3587615 Estrangeiro: KYLE KENNETH JONES Passaporte: 453508417 Estrangeiro: LALTHAKIMI Passaporte: G9136973 Estrangeiro: LARS INGE REDFORS Passaporte: 81924070 Estrangeiro: LAURA PURLYTE Passaporte: 22646521 Estrangeiro: LAUREN TURNER Passaporte: A00674587 Estrangeiro: LENKA STRAKOVA Passaporte: 38778465 Estrangeiro: LIM UNG KHIANG Passaporte: .A0650971 Estrangeiro: LINDSAY NICHOLAS LEWIS Passaporte: 453075439 Estrangeiro: LORENZ NIKLAUS HAEBERLI Passaporte: X4316335 Estrangeiro: MANUEL ANTONIO CARRASCO ARAVENA Passaporte: 13.133.735-3 Estrangeiro: MARCELO FABIAN MOYA CASTILLO Passaporte: 15.337.289-6 Estrangeiro: MARCO CAPPELLI Passaporte: AA5101291 Estrangeiro: MAREK DARIUSZ WARDA Passaporte: .EB6330339 Estrangeiro: MARINKO MILIC Passaporte: 007046456 Estrangeiro: MARIO GAROFALO Passaporte: YA4574366 Estrangeiro: MARKO GRGUREVIC Passaporte: 008436551 Estrangeiro: MATTHEW MARK OUTMAN Passaporte: 488264260 Estrangeiro: MAYORI YANZINGWO SHIMRAY Passaporte: K8695300 Estrangeiro: MELISSA ANGELIQUE MAREE Passaporte: A02129967 Estrangeiro: MICHAEL HNILICKA Passaporte: .P3252158 Estrangeiro: MICHELLE VAN DEN HEEVER Passaporte: M00083493 Estrangeiro: MISHAAL SALIE Passaporte: 452693023 Estrangeiro: MIYAKO MORITA Passaporte: MT0314489 Estrangeiro: NADIA GRUBER Passaporte: AA2861581 Estrangeiro: NORBERT TESAR Passaporte: 35263084 Estrangeiro: NURUL HUDE Passaporte: U542307 Estrangeiro: PANDIAN GANESH GANESH Passaporte: L3075147 Estrangeiro: PAVLA ZAORALOVA Passaporte: .38944676 Estrangeiro: PEDRO FILIPE RAMOS BATISTA Passaporte: H117708 Estrangeiro: PETER DEGNER Passaporte: C3MMNN1VJ Estrangeiro: PRINCE PAUL GOMES Passaporte: .F9043685 Estrangeiro: RACHEL LOUISE FITZGIBBON Passaporte: PD5714267 Estrangeiro: RAJNESH REDDY Passaporte: 851045 Estrangeiro: RAYMOND WAYNE NEWBERRY Passaporte: .434281299 Estrangeiro: REMIGIUSZ SZUTKIEWICZ Passaporte: EC6337870 Estrangeiro: RENJITH SASIDHARAN PILLAI Passaporte: K0074974 Estrangeiro: RINGNGAMLA RAIHING Passaporte: H7637307 Estrangeiro: ROLAND SCHETT Passaporte: P2492338 Estrangeiro: ROLF WEBER Passaporte: 406612361 Estrangeiro: ROSELIN GONMEI Passaporte: K1154866 Estrangeiro: RUDY Passaporte: A6148236 Estrangeiro: RUI MIGUEL PEREIRA DA SILVA Passaporte: L850928 Estrangeiro: SANDRA DORDEVIC Passaporte: 009756983 Estrangeiro: SANTHANA KRISHNAN RADHA KRISHNAN Passaporte: Z2383126 Estrangeiro: SASCHA SGRAZZUTTI Passaporte: YA0374201 Estrangeiro: SEBASTIAN ESCUDERO GALLARDO Passaporte: .AAE299743 Estrangeiro: SHANNON INTORNTUT Passaporte: 475313478 Estrangeiro: STEVEN SCOTT PETERSON Passaporte: 421900253 Estrangeiro: SUNIL ASOKAN Passaporte: .J0015074 Estrangeiro: SURAJ PURUSHOTTAM AMIN Passaporte: L4345934 Estrangeiro: TAN KUI HAN Passaporte: A4765042 Estrangeiro: TANIA ANDREA MATAMALA FRIDERICHSEN Passaporte: 13.264.400-4 Estrangeiro: TEA MLADENOV Passaporte: 009029418 Estrangeiro: TEOMAN TOYDEMIR Passaporte: U07535490 Estrangeiro: TONREIPHI ZIMIK VASHAI Passaporte: K0158200 Estrangeiro: TOSHIAKI TAMBA Passaporte: .TZ0454345 Estrangeiro: VÁCLAV CERMAK Passaporte: 38948024 Estrangeiro: VELJKO ZEKOVIC Passaporte: 007026290 Estrangeiro: VLADA MILOSEVIC Passaporte: .008174591 Estrangeiro: WASEEM RAZA Passaporte: .H4604647 Estrangeiro: YANTO LIM Passaporte: T865286 Estrangeiro: ZACKARY JAMES TAYLOR Passaporte: 447953890 Estrangeiro: ZHIKANG CHEN Passaporte: .G26843561 Estrangeiro: ZOLTAN BEDOCS Passaporte: BD4097309 Estrangeiro: ZOLTAN SANDOR LIZER Passaporte: .BB8939150, Processo: 46094031067201318 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADONIS DARGANTES PERANDOS Passaporte: EB7948451 Estrangeiro: ALBAN LEAL BRICENO Passaporte: E029203 Estrangeiro: ALIMUDDIN BANGNGA Passaporte: A 1341758 Estrangeiro: ANDREW ELLIOT PUGA YU Passaporte: EB8652201 Estrangeiro: ANGELITO ARAMAN MANUEL Passaporte: XX5733809 Estrangeiro: ANTONIO FRANCISCO TOLEDO FERNANDEZ Passaporte: AAD775204 Estrangeiro: ARIFUDIN Passaporte: V 272800 Estrangeiro: ARMENIO GUZMAN PAREDES Passaporte: 166882356 Estrangeiro: ASERO AMAYAG CASIGAY Passaporte: EB6064211 Estrangeiro: AUGUST BARRIENTOS DUMALAOG Passaporte: EB2871788 Estrangeiro: CEPRIANO MACATANGAY DE TORRES Passaporte: EB6372184 Estrangeiro: CLARA MARJORIE CARRINGTON LONDAIZ Passaporte: AC218695 Estrangeiro: CLAUDIA MARITZA FLOREZ GUARNIZO Passaporte: AN963075 Estrangeiro: DEDEN ALI NURSYAMSI Passaporte: W 602988 Estrangeiro: DJEMI PRASETIYO Passaporte: A 5038297 Estrangeiro: EDGAR DANIEL AJANEL RIQUIAC Passaporte: 239254848 Estrangeiro: EDLIN GASCO AMBOY Passaporte: EB7209867 Estrangeiro: FELIPE GONZALO MONTECINOS OLIVARES Passaporte: 17994614-9 Estrangeiro: FELIPE IGNACIO MILLAY ANJARIZ Passaporte: 15.096.946-8 Estrangeiro: FLORENCE ILAN AQUINO Passaporte: EB8641817 Estrangeiro: FRANK GOMES Passaporte: G7238227 Estrangeiro: FREDDIE DOLOR VILLANUEVA Passaporte: EB8661463 Estrangeiro: GEDE AGUS SURYANATHA Passaporte: T 407795 Estrangeiro: GERALDINE MICHELE MONTILLA GUZMAN Passaporte: 063786686 Estrangeiro: HAERUDIN Passaporte: A 2849302 Estrangeiro: HELMAN ORLANDO EMAYUSA BUSTOS Passaporte: AN783395 Estrangeiro: HERMINIO TOLENTINO BUENAVENTURA Passaporte: EB7195378 Estrangeiro: HERNAN JAVIER MARTI Passaporte: 34561220N Estrangeiro: HERNARD PEREZ VALENZUELA Passaporte: EB9011300 Estrangeiro: I GEDE EKA PUTRA Passaporte: A 4735901 Estrangeiro: I GEDE SANDIAWAN Passaporte: A 5374672 Estrangeiro: I GEDE SUTIDIANA Passaporte: A 1743190 Estrangeiro: I KADEK BUDIASA Passaporte: A 5832569 Estrangeiro: I KADEK SUTRISNA AGUNG Passaporte: A 2918875 Estrangeiro: I KETUT SUGIANA Passaporte: A 1649490 Estrangeiro: I KOMANG BUDIARTA Passaporte: W 385215 Estrangeiro: I KOMANG YANTO Passaporte: A 4734295 Estrangeiro: I MADE GUNARTA Passaporte: A 2918771 Estrangeiro: I MADE JUNIARTA Passaporte: A 5834933 Estrangeiro: I MADE KUSUMA SAPUTRA Passaporte: W 883742 Estrangeiro: I MADE PUSPA SURYADI Passaporte: A 3433199 Estrangeiro: I MADE WERDIYASA Passaporte: W 383044 Estrangeiro: I PUTU KARMAYASA Passaporte: A 5373631 Estrangeiro: I WAYAN RAI WIADNYANA Passaporte: A 4735937 Estrangeiro: IRMA GUADALUPE BAUTISTA CABRAL Passaporte: A04300166 Estrangeiro: JAYAPAL REDDY AASHA Passaporte: F7582472 Estrangeiro: JORGE GALVAN PIMENTEL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Passaporte: XX4058581 Estrangeiro: KADEK OKA RAI YANA Passaporte: A 065500 Estrangeiro: KAMLAKAR BHIMAPPA NAIK Passaporte: H2628522 Estrangeiro: KETUT RUDIANTHA Passaporte: A 3261755 Estrangeiro: KOMANG ANTA TANAYA Passaporte: A 5836319 Estrangeiro: LUISA FERNANDA RUBIANO GONZALEZ Passaporte: AO831779 Estrangeiro: MARIO GNANASIGAMONY Passaporte: K6712968 Estrangeiro: MIHAEL OFENGENDIN Passaporte: 11323481 Estrangeiro: NATHANIEL QUINTANA TIU Passaporte: EB2156675 Estrangeiro: NAZARET FERNANDES Passaporte: G7240797 Estrangeiro: NI MADE SEPTIARINI Passaporte: T 972669 Estrangeiro: NIJO JOSE Passaporte: F2896465 Estrangeiro: NOEL CENTENO SANTOS Passaporte: EB7184187 Estrangeiro: NOEL ESPEJO IDAGO Passaporte: EB8200837 Estrangeiro: NOEL RIVERA ARCIBAL Passaporte: EB1547045 Estrangeiro: NUNGKY INDRAATMAJA Passaporte: A 6056153 Estrangeiro: PABLO ANDRES MADRIGAL Passaporte: AAA117439 Estrangeiro: PATRICIO JR. MIRAVELES BALBUENA Passaporte: EB8892820 Estrangeiro: PRAKASHPANDIAN NAGARAJAN Passaporte: F4155624 Estrangeiro: PRASHANTH VELAYUTHAN PRABHAKARAN Passaporte: H2899294 Estrangeiro: RACHMAN SETIAWAN Passaporte: A 0388793 Estrangeiro: RAJA CHINNATHAMBI Passaporte: G3263950 Estrangeiro: RAJAT KUMAR SINGH Passaporte: J0208678 Estrangeiro: RAJINIKANTH JONAPALLY ANAND Passaporte: J5078424 Estrangeiro: RAVIPRAKASH JAISWAL Passaporte: J1196325 Estrangeiro: REMAR RAMOS PAPASIN Passaporte: EB6395613 Estrangeiro: REYNALDO BUCASO MALAYO Passaporte: EB7622663 Estrangeiro: RICARDO DANIEL HERNANDEZ Passaporte: AA2411214 Estrangeiro: RICK ALINSUB MONDALO Passaporte: XX3918723 Estrangeiro: ROBERTO NARCISO URCIA ZARRAGA Passaporte: EB8692646 Estrangeiro: SANDRA TAVARES MARTINS Passaporte: M696444 Estrangeiro: SIMON ALEIXO CORTE Passaporte: F1454817 Estrangeiro: SITHURAJ SELVARAJ Passaporte: H7445084 Estrangeiro: SYAEFUL RAHMAN EDI WIBOWO Passaporte: A 6052606 Estrangeiro: TEJPAL RAMA RATHOD Passaporte: F 1450102 Estrangeiro: VIRGIE JEAN ANNE LIM VALENZUELA Passaporte: EB9044676 Estrangeiro: VIVEK BISHT Passaporte: F4776226 Estrangeiro: WILLFREDY D COSTA Passaporte: H5301526.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094028015201364 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/10/2014 Estrangeiro: Mircea Preda Passaporte: 051363729, Processo: 46094027403201328 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT MACIEJ CHOJNACKI Passaporte: EE4988348, Processo: 46094030284201391 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/10/2014 Estrangeiro: Harmin Hamzah Passaporte: A1452852, Processo: 46094028300201385 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CZESLAW BOGDAN MIASKOWSKI Passaporte: AJ5677303, Processo: 46094028668201343 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIUSZ KUBICZ Passaporte: AU2009382, Processo: 46094028667201307 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JERZY TADEUSZ TRYNKA Passaporte: AM4240291 Estrangeiro: Marek Zak Passaporte: EC2371986, Processo: 46094030541201394 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: Rakesh Vijayan Passaporte: Z1654790, Processo: 46094029195201300 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: Ashokan Karuppan Passaporte: F2982410, Processo: 46094029426201377 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: até 30/12/2014 Estrangeiro: INIGO TRISTAN DIOS Passaporte: AAD710677, Processo: 46094029959201359 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: HECTOR NUNEZ CAMACHO Passaporte: XX4621473 Estrangeiro: MANUEL MICHEL FELIX MORICONI Passaporte: 09PD37251 Estrangeiro: SERGEY VITUSHENKO Passaporte: 722525535 Estrangeiro: SLAWOMIR KIRA Passaporte: EE1947838 Estrangeiro: TIMOTHY JAMES MASON Passaporte: 099217895 Estrangeiro: VENERANDO CALINGIN CABANA Passaporte: XX3273907, Processo: 46094029958201312 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: DARIUSZ JAKUB KMIECIK Passaporte: ED0173868 Estrangeiro: DAVID DANIEL MARIE SONNIC Passaporte: 13BC17696 Estrangeiro: DAVID THOMAS PETCH Passaporte: 099171680 Estrangeiro: IGOR REENTOV Passaporte: BA836422 Estrangeiro: IOANA CRISTINA STAN Passaporte: 050582101 Estrangeiro: JAROSLAW TOMASZ FILIP Passaporte: ED3593128 Estrangeiro: WILLY PALOMERA Passaporte: 13AB95953, Processo: 46094029375201383 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 26/08/2015 Estrangeiro: Arno Hervé Roger André Desanghere Passaporte: EJ452703 Estrangeiro: Mark Michiel Verhaar Passaporte: NVD1R23H9 Estrangeiro: Peter Albert François Maes Passaporte: EH740178 Estrangeiro: Robert-Jan de Faber Passaporte: BULR91296 Estrangeiro: Steve Declerck Passaporte: EJ478824 Estrangeiro: Stijn Plaquet Passaporte: EJ295484 Estrangeiro: Thomas Cornelis Gideonse Passaporte: BG7FK00C3, Processo: 46094029955201371 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: ALAIN SCOARNEC Passaporte: 12AL45347 Estrangeiro: CEDRIC PIERRE FREDERIC BARUTEL Passaporte: 11CC76586 Estrangeiro: CHRISTOPHE EMILIEN VICTOR LAIGRE Passaporte: 08CE70391 Estrangeiro: CHRISTOPHER DEVLIN Passaporte: 099005523 Estrangeiro: JEAN BAPTISTE PETIT Passaporte: 05AX96331 Estrangeiro: KENNETH WARREN GODWIN JR Passaporte: 221253883 Estrangeiro: MICHEL CHRISTOPHE MALADJIAN Passaporte: 11CL30483 Estrangeiro: NEIL GRANT BURNSIDE Passaporte: 504616623 Estrangeiro: RAJESH NAGAPPAN Passaporte: J2314251, Processo: 46094029956201315 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: ARTURO DAGAMPAT LAGRAMADA Passaporte: XX 1336639 Estrangeiro: BAYANI COLOMA DE GUZMAN Passaporte: EB 0966758 Estrangeiro: EDWIN LIZONDRA QUEZON Passaporte: XX3644309 Estrangeiro: EPIGENIO CALISIN TOLEDANO Passaporte: EB3957143 Estrangeiro: JOEL LIMBO LARAYA Passaporte: EA 0040039 Estrangeiro: MANOLITO CONDE MORDENO Passaporte: XX4401242 Estrangeiro: RAFFLES BALLESCAS JOSECO Passaporte: EB3329875 Estrangeiro: RUDY DILIMA HERMOGENES Passaporte: EB6892321, Processo: 46094029618201383 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNE MARTON FJORTOFT Passaporte: 29848836 Estrangeiro: CHRISTIAN BERG Passaporte: 29194125 Estrangeiro: PER-JARLE VOKSO Passaporte: 27478125 Estrangeiro: REIMA KALEVI MÄLKIÄ Passaporte: PU1128214, Processo: 46094030632201320 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES HEARD TRICE Passaporte: 428837876, Processo: 46094030634201319 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIRELA DUTU Passaporte: 050252142, Processo: 46094030635201363 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTINA IORDACHI Passaporte: 14774518, Processo: 46094030648201332 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIHAELA DOBROGEANU Passaporte: 13852121, Processo: 46094030317201301 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: LEON YOUNG Passaporte: 09 9087007, Processo: 46094030319201391 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: TOMISLAV BOKUN Passaporte: 045802424, Processo: 46094029770201366 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/09/2015 Estrangeiro: Nilo Lavalle Catig Passaporte: EB4810253, Processo: 46094029907201382 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 01/12/2014 Estrangeiro: Isagani Liporada Tualla Passaporte: EB5884818 Estrangeiro: Joel Peralta Dela Cruz Passaporte: EB8858953, Processo: 46094029695201333 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IAIN WILLIAM SCOTT Passaporte: 403368978, Processo: 46094030039201383 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zdravko Ivanovic Passaporte: 083616061, Processo: 46094030198201388 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHEAL LANE BROWN Passaporte: 504700057, Processo: 46094030199201322 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 10/06/2014 Estrangeiro: TOMASZ ROMAN GOLASZEWSKI Passaporte: AU5899607, Processo: 46094030041201352 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/03/2015 Estrangeiro: ANDREI SLABU Passaporte: 11675743, Processo: 46094030213201398 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL NEY PAR Passaporte: EB4191256, Processo: 46094030315201311 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETRO DONCHENKO Passaporte: EP716244, Processo: 46094030128201320 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: CRAIG PIETER SCHOLTE Passaporte: 506251924 Estrangeiro: DUNCAN CAMERON MACLEOD Passaporte: 402051714, Processo: 46094030531201359 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 11/01/2015 Estrangeiro: ELADIO GARCESA ENDONILA Passaporte: EB1317291, Processo: 46094030125201396 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIDIT PURWANTO Passaporte: A3506128, Processo: 46094030530201312 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNEL VESTIDAS VERDE Passaporte: EB2430561, Processo: 46094030130201307 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: JAY ILLUT GILBUENA Passaporte: EB3364054, Processo: 46094030160201313 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michal Grzegorz Debski Passaporte: EB4443749, Processo: 46094030288201379 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/06/2015 Estrangeiro: PRAVEEN KUMAR Passaporte: H2261082, Processo: 46094030314201369 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: VIJITH VASU Passaporte: A22572396, Processo: 46094030162201302 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2015 Estrangeiro: Danny Jones Benstrong Passaporte: N0066376 Estrangeiro: Errol Mathew Volcere Passaporte: N0083143 Estrangeiro: Juan Terry Belise Passaporte: N0052757 Estrangeiro: Kenty Francois Estas Ladouceur Passaporte: N0066060 Estrangeiro: Michael Randy Octobre Passaporte: N0084612, Processo: 46094030696201321 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 27/02/2014 Estrangeiro: MICHAEL PETE PAANO DACONO Passaporte: EB0068310, Processo: 46094030316201358 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: JOHN ROBERT STANPHILL JR Passaporte: 488617057 Estrangeiro: KEVIN JAMES MOGGACH Passaporte: 652237912 Estrangeiro: ROWAN JACK BRADY Passaporte: LN313083, Processo: 46094030281201357 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/10/2014 Estrangeiro: Evangelos Vourlakis Passaporte: AI0299954 Estrangeiro: Konstantinos Xydis Passaporte: AK2343367 Estrangeiro: Paraskevas Meimetis Passaporte: AH3850104, Processo: 46094030129201374 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: ELIOTT PAUL ANDRÉ BERTHELEY Passaporte: 09AD93425, Processo: 46094030280201311 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/08/2015 Estrangeiro: ANTREAS KONE Passaporte: E384626 Estrangeiro: NIKOLAOS FRAGKAKIS Passaporte: AI1519436, Processo: 46094030161201350 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/08/2015 Estrangeiro: IOANNIS VARONIS Passaporte: AH4782621, Processo: 46094030164201393 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/02/2015 Estrangeiro: Edilberto Bernardo Sevilla Balaquiao Passaporte: EB8260582, Processo: 46094030157201391 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAL KURIATA Passaporte: AP1979856, Processo: 46094030279201388 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2015 Estrangeiro: ROBINSON MIRA MACUA Passaporte: EB5145791, Processo: 46094029949201313 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: até 17/06/2014 Estrangeiro: ERNEST IAN GOODMAN Passaporte: 099076472, Processo: 46094030277201399 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergejs Omelko Passaporte: LZ3134871, Processo: 46094030266201317 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2014 Estrangeiro: Durbadal Chatterjee Passaporte: K4383631, Processo: 46094030276201344 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUKHCHANDAN SINGH GILL Passaporte: H6078691, Processo: 46094030163201349 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/10/2014 Estrangeiro: Konstantinos Eleftheriadis Passaporte: AH2772633, Processo: 46094030274201355 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/10/2014 Estrangeiro: Dnyaneshwar Chudu Sawant Passaporte: H9002202, Processo: 46094030268201306 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anthony Richard Holman Passaporte: 218124745, Processo: 46094030318201347 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: KHURRAM JAMIL Passaporte: AL8206553, Processo: 46094030080201350 Empresa: FARSTAD SHIPPING S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANN-KATRIN HOLMSTRÖM Passaporte: 82945998 Estrangeiro: GRETE KARIN KRISTOFFERSEN Passaporte: 29993446 Estrangeiro: JARLE PALMAR ROMESTRAND Passaporte: 25502095 Estrangeiro: LENNART NIKLAS ALEXANDER WITTSTEDT Passaporte: 82535078 Estrangeiro: TOR HENRY MONKERUD Passaporte: 27630554, Processo: 46094030275201308 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/03/2014 Estrangeiro: CHETAN VERMA Passaporte: L3996116, Processo: 46094030081201302 Empresa: FARSTAD SHIPPING S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BERIT MARIE SILDEN Passaporte: 28239650 Estrangeiro: JACEK DAMIAN SIWEK Passaporte: AU 0231846 Estrangeiro: JAN ERIK SKOTHEIMSVIK Passaporte: 29998364 Estrangeiro: ODD-ARE SORENSEN Passaporte: 29056389 Estrangeiro: OYVIND MELGARDSBAKKEN Passaporte: 20603364 Estrangeiro: SILVANA MIRIAM ISABELLA ALAND Passaporte: 28377173 Estrangeiro: TERJE FINSTAD Passaporte: 20812571, Processo: 46094030267201353 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Malcolm Robert Ellis Passaporte: 506110245, Processo: 46094030444201300 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/06/2015 Estrangeiro: RAM KISHOR Passaporte: F7050250, Processo: 46094030313201314 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2014 Estrangeiro: HANS PAUL HENDRIK VAN ROSSEN Passaporte: NU387R613, Processo: 46094030273201319 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/07/2015 Estrangeiro: HAROLD ACCAD JARDIN Passaporte: EB8671872 Estrangeiro: JESSIE GABAON VALENZUELA Passaporte: EB1735962, Processo: 46094030165201338 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAOS STRATIS Passaporte: AI0115886, Processo: 46094030111201372 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL SPARKS Passaporte: 495734190, Processo: 46094030112201317 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: LURIE ARANAS ANDAM Passaporte: EB1395361, Processo: 46094030533201348 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELROY ASHLEY WICOMB Passaporte: A02831406, Processo: 46094030110201328 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: JOHAN KOETJE Passaporte: NTKR02KL2, Processo: 46094030166201382 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGIY BORYSOV Passaporte: AK265908, Processo: 46094030278201333 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2014 Estrangeiro: GUNEREY PALAROAN PIMENTEL Passaporte: XX5588000, Processo: 46094030114201314 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: EDMAR SARANDI CEREDON Passaporte: XX2830030 Estrangeiro: ESPIRITU CARIÑO MIGUEL Passaporte: EB1453824, Processo: 46094030113201361 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: FRANCISCUS ALBERTUS VAN LIER Passaporte: NV5R449C3, Processo: 46094030061201323 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEEPAK JOSE EDAKALATHUR Passaporte: F6523994, Processo: 46094030272201366 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/05/2015 Estrangeiro: Sergey Nechesa Pas-

PUBLICADO EM SEÇÃO 3

saporte: 702285063, Processo: 46094030269201342 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Bramis Passaporte: AI0265079 Estrangeiro: Ioannis Lioulis Passaporte: AK2030104, Processo: 46094030389201340 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: até 05/08/2015 Estrangeiro: William Edgar Merritt Jr Passaporte: 488934703, Processo: 46094030271201311 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/11/2014 Estrangeiro: ELEFTHERIOS NIKOLAKIS Passaporte: AH2591508, Processo: 46094030388201303 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Perfecto Andal Alcantara Passaporte: EB7145846, Processo: 46094030403201313 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2014 Estrangeiro: Loreto Jr Ewey Lugatiman Passaporte: EB6285586, Processo: 46094030392201363 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIMITRIOS PSARIANOS Passaporte: AH3474903 Estrangeiro: Dimitrios Bimpos Passaporte: AE7473938 Estrangeiro: EVANGELOS CHLOROS Passaporte: AI0435944, Processo: 46094030400201371 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Czeslaw Boguslaw Maslowski Passaporte: EB3449067, Processo: 46094030176201318 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: até 01/05/2015 Estrangeiro: IAN GORDON THOMAS Passaporte: 208203849, Processo: 46094030387201351 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Shaun Michael Main Passaporte: 508268661, Processo: 46094030328201382 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 26/08/2015 Estrangeiro: Mario Ostric Passaporte: 060707521 Estrangeiro: Rico Vanhoutteghem Passaporte: EI518430 Estrangeiro: Sjonny ten Kleij Passaporte: NM43PBDH0, Processo: 46094030391201319 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/07/2015 Estrangeiro: NIKOLAOS GINARGYROS Passaporte: AH2239455, Processo: 46094030397201396 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: SATYAJEET SAHAY Passaporte: H1975366, Processo: 46094030399201385 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/10/2014 Estrangeiro: VIGNESH SABAPATHY Passaporte: J0012250, Processo: 46094030385201361 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ivan Miskulin Passaporte: 002662637 Estrangeiro: Lester Keith Berry Passaporte: 222226552, Processo: 46094030402201361 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/03/2015 Estrangeiro: KONSTANTINOS TORAS Passaporte: AH2377128 Estrangeiro: Vladimir Korolev Passaporte: 713906823, Processo: 46094030179201351 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATHIAS RICHARD ROSENBLAD Passaporte: 86264970, Processo: 46094030532201301 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENJIE VILLAREAL SURESCA Passaporte: EB3554609 Estrangeiro: RANDY DAFIELMOTO MANGUBAT Passaporte: EB1837446, Processo: 46094030398201331 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/10/2014 Estrangeiro: Alejandro Seballe Zapanta Passaporte: EB1068866, Processo: 46094030396201341 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: Emmanuel Del Prado Manela Passaporte: XX3585494 Estrangeiro: Joaquin Sibuan Bialen Passaporte: EB4321100, Processo: 46094030393201316 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2015 Estrangeiro: Valerio Taer Pagaran Passaporte: EB3942693, Processo: 46094030386201314 Empresa: PANCOAST NAVEGACAO LTDA Prazo: até 08/06/2014 Estrangeiro: Andrey Malygin Passaporte: 641947708, Processo: 46094030395201305 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/06/2015 Estrangeiro: ELEAQUIM MONTOYA GILBUELA Passaporte: EB0475764 Estrangeiro: Michael Johnson Dangoy Dailisan Passaporte: EB4627210 Estrangeiro: Rodante Gerada Jugar Passaporte: EB1587232 Estrangeiro: Warlito Lalawigan Romano Passaporte: EB5275746, Processo: 46094030401201316 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carlos Berth Rabie Reyes Passaporte: XX5721438, Processo: 46094030178201315 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA TERESA BORGES MARTINS DE FREITAS MORNA Passaporte: L992996, Processo: 46094030261201386 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: DIANA SLOBODJANIKA Passaporte: LL0797847, Processo: 46094030394201352 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/06/2015 Estrangeiro: Francisco Martin Parallag Passaporte: EB5016739 Estrangeiro: Jun Panganiban Medrano Passaporte: EB0023870 Estrangeiro: Junver Monter Saga Passaporte: EB8291333, Processo: 46094030698201310 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 27/02/2014 Estrangeiro: PHILIP DOHERTY Passaporte: 099188090, Processo: 46094030304201323 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT TERRY ALEXANDER JR Passaporte: 488991638, Processo: 46094030366201335 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERNALDO JR. BORCILLO JUAREZ Passaporte: WW0527808, Processo: 46094030305201378 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS KARL ROBERT NORDSTROEM Passaporte: 81474535 Estrangeiro: LISELOTTE MARGARETA WILLERSTRAND Passaporte: 82745983, Processo: 46094030348201353 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: MARTIN KNOP Passaporte: BTJ0K3BH4 Estrangeiro: PIERRE JOHAN SCHMIDLIN Passaporte: 469037713 Estrangeiro: SEBASTIAN BODMAN Passaporte: JX574855, Processo: 46094030327201338 Empresa: FARSTAD SHIPPING S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAR KLAUS SYNNES Passaporte: 28691915, Processo: 46094030610201360 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 10/02/2014 Estrangeiro: SHELDON ANTHONY SAVIO LOBO Passaporte: G7369940, Processo: 46094030420201342 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hussein Attia Hussein Elalem Passaporte: A08353031, Processo: 46094030419201318 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HESHAM MOHAMED FATHY ABDELHAMED Passaporte: A00679096, Processo: 46094030702201340 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: STEVEN EUGENE TOMOL Passaporte: 503882333, Processo: 46094030705201383 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 31/01/2014 Estrangeiro: ALFRED GIDEON HITCHCOCK Passaporte: M00044573, Processo: 46094030699201364 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 27/02/2014 Estrangeiro: PAUL DOUGLAS CHERRY Passaporte: 720102041 Estrangeiro: PETER GALE Passaporte: 099273443, Processo: 46094030638201305 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 10/02/2014 Estrangeiro: Alexander Yakshev Passaporte: 712648946 Estrangeiro: Andrzej Chmielewski Passaporte: EB8571413 Estrangeiro: Andrzej Klimkiewicz Passaporte: EE4553131 Estrangeiro: Stanislav Melnik Passaporte: 703274013, Processo: 46094030723201365 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 10/02/2014 Estrangeiro: Alexander Novosadov Passaporte: 713359675 Estrangeiro: Alexandr Morgun Passaporte: 702684627 Estrangeiro: Alexey Kurtov Passaporte: 637386815 Estrangeiro: Artur Marcin Kalicki Passaporte: EF0348233 Estrangeiro: Viacheslav Kolmakov Passaporte: 722341619.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094029058201367 Empresa: ADM DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Luis Raul Kieffer Rodriguez Passaporte: 2642101, Processo: 46094029277201346 Empresa: BG E&P BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RANDALL NAVIND BALLACK Passaporte: TA295228, Processo: 46094029278201391 Empresa: BG E&P BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GERARD MOHAMMED Passaporte: TA423399, Processo: 46094029139201367 Empresa: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: LORENA ROXANA CASTILLO VENEGAS Passaporte: 5236928, Processo: 46094029138201312 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: MARIO BRANDON ARROYO GARCIA Passaporte: 5193006, Processo: 46094029137201378 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: AGUSTIN SAPORITI Passaporte: 29485040N, Processo: 46094029154201313 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MIGUEL ÀNGEL BALDEON ENCISO Passaporte: 5846665, Processo: 46094028838201390 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: DOROTHEE CHRISTINE BRABANT Passaporte: C86H47H6C, Processo: 46094029150201327 Empresa: GE DIGITAL ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ivette Castillo Rivera Cambas Passaporte: G11612013, Processo: 46094029068201301 Empresa: CHEIL BRASIL COMUNICACOES LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: SUN MI KIM Passaporte: MP0374512, Processo: 46094029425201322 Empresa: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: STEFANIE WAND Passaporte: C8WXZ2VHZ, Processo: 46094029864201335 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: FEDERICO CUELLAR SEGURADO Passaporte: AAB854411, Processo: 46094029866201324 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: DAVID FERNÁNDEZ LÓPEZ Passaporte: AAG228423, Processo: 46094029863201391 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: ANA MARÍA JADUE ZEDAN Passaporte: 12.153.545-9, Processo: 46094029865201380 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: JORGE RUBIO BUENO Passaporte: AAH548999, Processo: 46094029862201346 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: MARIANA ANDREA GAMBOA FERNÁNDEZ Passaporte: 10.365.728-8, Processo: 46094029851201366 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: RODRIGO ANTONIO BARRERA BARRERA Passaporte: AO702171.

Temporário - Sem Contrato - RN 81 - Resolução Normativa, de 16/10/2008:

Processo: 46094029170201306 Empresa: ATLANTICO TUNA - INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PESCADOS - LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUMARI Passaporte: W878597 Estrangeiro: KUNIHIRO SATO Passaporte: TZ0528776 Estrangeiro: ODJI PAHRODJI Passaporte: W911572 Estrangeiro: SAROJI Passaporte: T565922 Estrangeiro: SHOJI YAMAGUCHI Passaporte: TH0087522.

Temporário - Sem Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 46094027948201334 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAREN LISSETH PEÑA BRICEÑO Passaporte: CC1017125357.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094030337201373 Empresa: LLONCH EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL 1 LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ESTEVE LLONCH CALAFELL Passaporte: AAG821584, Processo: 46094030336201329 Empresa: LLONCH EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL 1 LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RICARD FERRER SANSA Passaporte: AAF932967, Processo: 46094028194201330 Empresa: THN FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Kiyong Kim Passaporte: M03059468, Processo: 46094028677201334 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NUNO MIGUEL LUCAS TABORDA Passaporte: M649145, Processo: 46094029419201375 Empresa: KUMHO TIRE DO BRASIL COMERCIAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEONGKWAN HAN Passaporte: M09398040, Processo: 46094029659201370 Empresa: PANGS BRASIL SERVICOS E MARKETING LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BIN PANG Passaporte: G48955824, Processo: 46094029395201354 Empresa: TEMPO MULTIASISTENCIA GESTAO DE REDE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL MENENDEZ AZCONA Passaporte: AAC144043, Processo: 46094029592201373 Empresa: BAIN CAPITAL BRAZIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: François Edmond Henri Gilbart Passaporte: EI351946, Processo: 46094029591201329 Empresa: GENWORTH BRAZIL - SERVICOS DE APOIO A ATIVIDADE SEGURADORA E RESSEGURADORA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Luís Jaime Marques Passaporte: L271446, Processo: 46094029432201324 Empresa: CHINA COMMUNICATIONS SERVICES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YUNHUA SHEN Passaporte: G36776919, Processo: 46094029421201344 Empresa: TEKSID DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EUGENIO BUSATTO Passaporte: YA4901311, Processo: 46094029711201398 Empresa: KURASHIKI DO BRASIL TEXTIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MITSUO FUJIKAWA Passaporte: TG5837594, Processo: 46094029523201360 Empresa: "K" LINE BRASIL TRANSPORTES MARITIMOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKAYOSHI KANEKO Passaporte: TK1046563, Processo: 46094029709201319 Empresa: YACHIYO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOSHIHIRO KURIHARA Passaporte: TK7831409, Processo: 46094029710201343 Empresa: TACHI-S BRASIL INDUSTRIA DE ASSENTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE ANTONIO MUNOZ PADILLA Passaporte: G03753193, Processo: 46094030215201387 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AKIKO INAGAKI Passaporte: TG8334216, Processo: 46094029631201332 Empresa: ITURRI COIMPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE EPI'S LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Maria Teresa Valera Fernández de Mesa Passaporte: AAA150369, Processo: 46094030174201329 Empresa: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KU YAO CHANG Passaporte: LP021255, Processo: 46094030486201332 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: HISAO MORIOKA Passaporte: TZ0626484, Processo: 46094030339201362 Empresa: HUBER SUHNER AMERICA LATINA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHRISTER LENNART JOHANSSON Passaporte: 82899472, Processo: 46094030122201352 Empresa: EBAKILAN DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ANDER IÑAKI SOLABARRIETA ECHABURU Passaporte: AAE497284, Processo: 46094029800201334 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KJELL NYGAARDSVOLL Passaporte: 29367261, Processo: 46094030208201385 Empresa: CREDIT AGRICOLE CORPORATE FINANCE BRASIL CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: FREDERIQUE GILIANE MARIE JOSE TASSEL COEURDEROY Passaporte: 12DF90961, Processo: 46094030346201364 Empresa: METALFINO DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KIYOTAKA YAMAMOTO Passaporte: TK8506468, Processo: 46094029944201391 Empresa: SERVITEC FORACO SONDAGEM S.A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: GRÉGOIRE GEORGES ALBERT AUGER Passaporte: 05AX93553, Processo: 46094029968201340 Empresa: COMERCIAL BRASRAF IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MELBA SANTAMARIA RAMIREZ Passaporte: B696450, Processo: 46094030227201310 Empresa: ODFJELL GALVAO PERFURACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: EIRIK SVALLAND KNUDSEN Passaporte: 25530713, Processo: 46094030108201359 Empresa: JENTECH DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: INSUNG LEE Passaporte: M61968992, Processo: 46094030031201317 Empresa: CLICKSOFTWARE BRAZIL SOLUCOES EM GESTAO DE FORCAS DE TRABALHO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Ehud Geismar Shpringer Passaporte: 10928759, Processo: 46094030338201318 Empresa: MULTIGRAIN S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: OSAMU WATANABE Passaporte: TZ0675985, Processo: 46094030139201318 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO JESUS ORTIZ MANWARING Passaporte: 041367957, Processo: 46094030555201316 Empresa: DISCOBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHI YUNG LUK Passaporte: 501490220, Processo: 46094030322201313 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEFFRY LYNN HAVLIN JR Passaporte: 442590418, Processo: 46094030320201316 Empresa: FTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ROLAND DIETER PÄTZOLD Passaporte: CG01GYJ0M.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094030183201310 Empresa: HASKONING CONSULTORIA E PROJETOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Niek van der Sluijs Passaporte: BV68L2J39, Processo: 46094030411201351 Empresa: TSE INDUSTRIA DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOOJIN NAM Passaporte: M70188269, Processo: 46094030412201304 Empresa: TSE INDUSTRIA DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONGSANG AN Passaporte: M34449917, Processo: 46094029694201399 Empresa: VIVAREAL PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ANANDKUMAR REGUPATHY Pas-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

saporte: Z2258540, Processo: 46094030035201303 Empresa: BRACUSTICA CONSULTORIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUAN DE FRIAS PIERRARD Passaporte: XDB039593.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094018648201364 Empresa: DAKOTA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUANGTIAN XING Passaporte: G54759681, Processo: 46094023420201396 Empresa: ALFILUX DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE ALBERTO DE ARAUJO BARBOSA Passaporte: H 376905, Processo: 46205012728201310 Empresa: HOMMES DE RIO HOSPEDAGENS, HOTEIS, GUIAS, RESTAURANTES, COMPRA, VENDA E ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VICTOR PIERRE FRANÇOIS ROBERT Passaporte: 10CL89174, Processo: 46094023752201371 Empresa: GUSTO ITALIANO IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO SALVATORE Passaporte: YA3770953, Processo: 46094023753201315 Empresa: GUSTO ITALIANO IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALESSANDRA PROVARONI Passaporte: YA2916271, Processo: 46094023629201350 Empresa: ALTO PADRAO GESSO E REBOQUES PROJETADOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Nuno Conceição Pinto Passaporte: M461871, Processo: 46094028927201336 Empresa: TROPICABANA IMPORTACAO E RESTAURANTE LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ENRICO DI LOLLO Passaporte: YA 0597836, Processo: 46094025789201333 Empresa: DEAM PRODUCOES LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ADRIANO MARIOTTI Passaporte: E449556, Processo: 46094027557201310 Empresa: JARDIM DAS MARGARIDAS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANNE SOPHIE DROUILLARD Passaporte: 13AA02934, Processo: 46094027556201375 Empresa: JARDIM DAS MARGARIDAS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PIERRE ALAIN CELNIK Passaporte: 09PR91009, Processo: 46094028021201311 Empresa: CROTTI & TRAVASSOS SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROBERTO CROTTI Passaporte: YA2999408, Processo: 46094029225201370 Empresa: ANND SGPS BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUI PEDRO DE MACEDO PEIXOTO Passaporte: H283873, Processo: 46094028396201381 Empresa: FALE EQUUS ATIVIDADES EQUESTRES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Thibaut Pascal Benoit Leurent Passaporte: 12A185440, Processo: 46094029202201365 Empresa: ZUPPELLO BARONI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MICHELE ZUPPELLO Passaporte: AA5332290, Processo: 46094028946201362 Empresa: OLIVI IMOVEIS E CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO OLIVE Passaporte: Y339426, Processo: 46094028837201345 Empresa: TONAWANDA ASSESSORIA E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEFFREY THOMAS CLIFFORD Passaporte: 495147178, Processo: 46094029224201325 Empresa: RN CONSTRUCOES & INCORPORACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DEBORAH MORREALE Passaporte: YA3905021, Processo: 46094028978201368 Empresa: PROMODOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EUGENIO DE MIGUEL PEÑA Passaporte: AAE659170, Processo: 46205015114201381 Empresa: MUZARD MEHN INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES EM NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LAURENT MARCEL MUZARD Passaporte: 04RE83399.

O Coordenador Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, resolve:

Não conhecer do pedido de reconsideração, em razão da intempestividade do pedido, previsto no parágrafo 1º do art. 4º da Resolução Normativa n. 104, de 2013, do Conselho Nacional de Imigração. Processo: 46094.014943/2013-41, Empresa: CERAMICA INDUSTRIAL DE TAUBATE LTDA. Estrangeiro: NURIA MARTIN MAYO. Passaporte: AAE512018.

O Coordenador Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, resolve:

Não conhecer do pedido de reconsideração, em razão da intempestividade do pedido e da ausência de preparo do recurso, previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 3º da Resolução Normativa n. 104, de 2013, do Conselho Nacional de Imigração. Processo: 46094.024064/2013-28, Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: BENJAMIN CALOGGIANI COLL. Passaporte: G08971317.

O Coordenador Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, resolve: Não conhecer do pedido de reconsideração, em razão da ausência de preparo do recurso, determinado pelo § 2º do art. 3º da Resolução Normativa n. 104, de 2013, do Conselho Nacional de Imigração, exigência legal disposta no art. 131, que aprova tabela de emolumentos consulares e taxas, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, norma especial que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Processos: 46094.026297/2013-65; 46094.026298/2013-18; 46094.026299/2013-54; 46094.026300/2013-41; 46094.026301/2013-95; 46094.026302/2013-30; 46094.026303/2013-84; 46094.026304/2013-29; 46094.026305/2013-73; 46094.026306/2013-18; 46094.026307/2013-62; 46094.026308/2013-15; 46094.026309/2013-51; 46094.026310/2013-86, Empresa: DRILLTEC SERVICOS DE PERFURACOES LTDA.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 723, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Altera o Programa Carta de Crédito Associativo e o Programa de Apoio à Produção de Habitações.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso I do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando a necessidade de oferecer melhor forma de participação às entidades organizadoras de grupos associativos e às empresas do ramo da construção civil no âmbito dos programas de aplicação do FGTS, resolve:

Art. 1º Alterar o Programa Carta de Crédito Associativo e o Programa de Apoio à Produção de Habitações, que passam a vigorar na forma dos Anexos I e II, respectivamente, desta Resolução.

Parágrafo único. Ficam o Agente Operador e os agentes financeiros autorizados a contratar operações de crédito cujas propostas tenham sido por eles recepcionadas até a data de publicação desta Resolução, exclusive, nas condições normativas vigentes à época das respectivas apresentações.

Art. 2º Revogar as Resoluções nº 475, de 31 de maio de 2005, e nº 485, de 27 de outubro de 2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

ANEXO I

PROGRAMA CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO

1. OBJETIVO

O Programa Carta de Crédito Associativo destina-se à concessão de financiamentos a pessoas físicas, integrantes da população-alvo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), contratados sob a forma associativa, para execução das seguintes modalidades operacionais:

a) construção de unidades habitacionais;

b) produção de lotes urbanizados;

c) reabilitação urbana; ou

d) aquisição de material de construção, para fins de construção de unidade habitacional, admitida ainda, exclusivamente nas áreas rurais, a aquisição para fins de reforma de unidade habitacional.

2. ORIGEM DOS RECURSOS

O Programa Carta de Crédito Associativo utilizará recursos da área orçamentária de Habitação Popular, integrante do Orçamento Operacional em vigor.

3. PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES

Participarão do Programa Carta de Crédito Associativo, além do Gestor da Aplicação, do Agente Operador e dos agentes financeiros:

a) pessoas físicas, na qualidade de mutuários;

b) entidades organizadoras dos grupos associativos, na qualidade de Agentes Promotores Gerenciadores; e

c) empresas do ramo da construção civil, na qualidade de gestoras dos empreendimentos, a critério das entidades organizadoras dos grupos associativos.

3.1 Serão admitidas como entidades organizadoras dos grupos associativos: entidades privadas sem fins lucrativos; estados, municípios e o Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta.

3.2 As atribuições mínimas das entidades organizadoras dos grupos associativos são:

a) formação, organização e análise sócio-econômica prévia dos proponentes do grupo associativo;

b) elaboração e estudo prévio de viabilidade dos projetos;

c) acompanhamento da execução e conclusão dos projetos; e

d) execução ou contratação de trabalho de desenvolvimento comunitário junto aos mutuários.

4. ENQUADRAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Os critérios para enquadramento, hierarquização, seleção e contratação das propostas de operação de crédito no âmbito do Programa Carta de Crédito Associativo serão definidos pelo Gestor da Aplicação, nos termos do art. 66, inciso IV, do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, sem prejuízo às disposições estabelecidas neste item.

4.1 A contratação das operações de financiamento será precedida de análise cadastral e de capacitação técnica da entidade organizadora do grupo associativo, a serem realizadas pelo agente financeiro.

4.2 É facultada à entidade organizadora do grupo associativo contratar empresa gestora do empreendimento para realizar as atividades previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 3.2 deste Anexo.

4.3 Nos casos de empreendimentos cujas entidades organizadoras dos grupos associativos sejam órgãos da administração direta ou indireta dos estados, do Distrito Federal ou de municípios, a contratação da empresa gestora do empreendimento deverá observar a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5. CONDIÇÕES OPERACIONAIS

O Programa Carta de Crédito Associativo observará as condições operacionais definidas pela Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, e pelas normas complementares do Gestor da Aplicação e do Agente Operador.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Agente Operador apresentará ao Gestor da Aplicação, na forma por este último definida, dados e informações que permitam o acompanhamento e a avaliação do programa.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

O Programa Carta de Crédito Associativo observará as seguintes disposições gerais:

a) as entidades organizadoras do grupo associativo deverão comprovar a viabilidade técnica, comercial, jurídica e econômico-financeira dos empreendimentos;

b) os contratos de financiamento aos mutuários pessoas físicas serão firmados com a interveniência da entidade organizadora do grupo associativo e, quando for o caso, da empresa gestora do empreendimento;

c) na apresentação de proposta de produção de lotes urbanizados, a entidade organizadora do grupo associativo deverá demonstrar a viabilidade de execução futura das unidades habitacionais;

d) os empreendimentos enquadrados na modalidade aquisição de material de construção admitirão terrenos em que esteja o Poder Público imitido provisoriamente na posse ou que contem com o competente decreto de desapropriação publicado, desde que prevista, na forma de lei autorizativa, a individualização em favor dos beneficiários finais ao término das obras; e

e) os projetos de reabilitação urbana objetivarão a aquisição de imóveis usados, conjugada com a execução de obras e serviços voltados à recuperação e ocupação para fins habitacionais, admitidas obras e serviços necessários à modificação de uso, devendo ainda estar comprovadamente inseridos em planos municipais de reabilitação de áreas urbanas dotadas de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.

ANEXO II

PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES

1. OBJETIVO

O Programa de Apoio à Produção de Habitações destina-se à produção e/ou comercialização de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de processo de reabilitação urbana, por intermédio da concessão de financiamentos a:

a) pessoas jurídicas do ramo da construção civil; ou

b) pessoas físicas adquirentes de unidades habitacionais novas, produzidas ou em produção, comercializadas por pessoas jurídicas do ramo da construção civil.

1.1. O valor do financiamento concedido às pessoas jurídicas do ramo da construção civil poderá, durante os prazos de carência ou amortização, ser amortizado, parcial ou totalmente, mediante a concessão de financiamentos a pessoas físicas com recursos do FGTS.

1.2. Os financiamentos a pessoas físicas com recursos do FGTS observarão os limites e as condições operacionais estabelecidos pela Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, e as normas específicas dos programas de aplicação destinados a pessoas físicas, bem como a regulamentação complementar do Gestor da Aplicação e do Agente Operador.

2. ORIGEM DOS RECURSOS

O Programa de Apoio à Produção de Habitações utilizará recursos da área orçamentária de Habitação Popular, integrante do Orçamento Operacional em vigor.

3. PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES

Participarão do Programa de Apoio à Produção de Habitações, além do Gestor da Aplicação, do Agente Operador e dos agentes financeiros:

a) pessoas jurídicas do ramo da construção civil, na condição de Agentes Promotores Empreendedores ou de proponentes de comercialização de unidades habitacionais produzidas ou em produção sem o aporte de recursos do FGTS; e

b) pessoas físicas, na condição de adquirentes finais das unidades habitacionais.

4. ENQUADRAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Os critérios para enquadramento, hierarquização, seleção e contratação das propostas de operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio à Produção de Habitações serão definidos pelo Gestor da Aplicação, no termos do art. 66, inciso IV, do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, sem prejuízo às disposições estabelecidas neste item.

4.1. Preliminarmente à contratação do financiamento, os proponentes ao crédito deverão comprovar a viabilidade técnica, comercial, jurídica e econômico-financeira do empreendimento, na forma que vier a ser regulamentada pelo Agente Operador.

4.2. Os empreendimentos vinculados à reabilitação urbana objetivam a aquisição de imóveis, conjugada com a execução de obras e serviços voltados à recuperação e ocupação para fins habitacionais, admitidas ainda obras e serviços necessários à modificação de uso.

4.2.1. Os projetos deverão estar comprovadamente inseridos em planos municipais de reabilitação de áreas urbanas dotadas de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. CONDIÇÕES OPERACIONAIS A PESSOAS JURÍDICAS

Os financiamentos a pessoas jurídicas do ramo da construção civil, contratados no âmbito do Programa de Apoio à Produção de Habitações, observarão as condições operacionais dispostas neste item, além daquelas definidas pela Resolução nº 702, de 2012, e pelas normas complementares do Gestor da Aplicação e do Agente Operador:

a) valor do financiamento: calculado pelo agente financeiro, com base na análise de capacidade de pagamento do proponente ao crédito e no valor de venda ou de avaliação, o menor, das unidades habitacionais do empreendimento, de acordo com os limites operacionais e contrapartida mínima obrigatória, estabelecidos para a área orçamentária de Habitação Popular, limitado a 100% (cem por cento) dos custos de produção;

b) prazo de carência: equivalente ao prazo previsto para a execução das obras e serviços, limitado a 24 (vinte e quatro) meses, sendo permitida sua prorrogação por até metade do prazo originalmente pactuado;

c) prazo de amortização: limitado a 96 (noventa e seis) meses;

d) prestações: calculadas de acordo com sistema de amortização a ser definido pelo Gestor da Aplicação e atualizadas nas mesmas condições das contas vinculadas do FGTS.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Agente Operador apresentará ao Gestor da Aplicação, na forma por este último definida, dados e informações que permitam o acompanhamento e a avaliação do programa.

RESOLUÇÃO Nº 724, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Estabelece critérios para devolução de recursos relativos a empréstimos e financiamentos com recursos do FGTS, no caso de cancelamento ou distrato de contratos.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma do inciso I do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do inciso I do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando que as Resoluções nº 388, de 27 de maio de 2002, e nº 702, de 4 de outubro de 2012, somente contemplam os critérios para devolução de recursos ao FGTS no caso de valores relativos às contas vinculadas dos trabalhadores e de descontos habitacionais destinados à redução do valor das prestações; e

Considerando que durante as fases de carência e de amortização dos contratos de empréstimos e financiamentos podem ocorrer situações que implicam liquidação antecipada da dívida, amortização extraordinária, cancelamento ou distrato de contratos de empréstimos e financiamentos, entre outras, cujos recursos já desembolsados pelo Agente Operador, ou repassados pelo agente financeiro ao mutuário, devem ser devolvidos ao FGTS, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios a serem observados na devolução de recursos ao FGTS nas situações a seguir indicadas:

I - no caso de devolução de parcela de financiamento em decorrência de cancelamento ou distrato de contratos, os recursos devem ser devolvidos pelo agente financeiro ao Agente Operador, acrescido da atualização monetária e juros remuneratórios à taxa do contrato de empréstimo, calculados pelo critério pro rata die da data da realização do desembolso, deduzidas as prestações pagas e eventuais amortizações extraordinárias realizadas no período; e

II - no caso de devolução de parcela de desconto destinada à complementação da capacidade de pagamento do mutuário em decorrência de cancelamento ou distrato de contratos, os recursos devem ser recolhidos pelo agente financeiro ao Agente Operador, pelo valor nominal, acrescido de atualização monetária, calculada com base no índice de atualização das contas vinculadas do FGTS e de juros efetivos de 6% (seis por cento) ao ano, apurados da data do evento até a data da efetiva devolução ao FGTS.

Parágrafo único. Havendo descumprimento do prazo de devolução definido pelo Agente Operador, além da atualização monetária e dos juros remuneratórios, deverão ser cobrados do agente financeiro multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, sobre o valor atualizado, calculados pelo critério pro rata die.

Art. 2º No caso de devolução dos recursos de que trata esta Resolução, pelo Mutuário ou pelo Agente Promotor, ao agente financeiro, os encargos não poderão ser superiores aos estabelecidos no art. 1º.

Art. 3º Determinar que o Agente Operador regulamente as disposições complementares a esta Resolução no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 725, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Dá nova redação à Resolução nº 681, de 10 de janeiro de 2012.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso I do art. 64 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando a existência, nas principais regiões metropolitanas do País, de expressivo número de imóveis vazios, abandonados, subutilizados ou ainda em estado de conservação precária e a necessidade de viabilizar empreendimentos voltados à sua recuperação e ocupação; e

Considerando que os empreendimentos imobiliários produzidos nas grandes cidades brasileiras podem mitigar, além do déficit habitacional, os atuais problemas de mobilidade urbana, facilitando o acesso ao trabalho e a bens, comércio e serviços, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução nº 681, de 10 de janeiro de 2012, que altera e consolida as regras sobre aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em operações nas áreas de Habitação, de Saneamento Básico e de Infraestrutura Urbana, ou em operações urbanas consorciadas, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

2.1.1 (...)

2.1.1.1 Observada a regulamentação do Gestor da Aplicação, serão admitidos empreendimentos compostos por unidades cujo valor individual de avaliação ou uso não as enquadre no SFH.

(...)

4. Autorizar o Agente Operador a investir até:

a) 80% (oitenta por cento) do valor de cada empreendimento na área de Habitação, limitado a 90% (noventa por cento) dos custos de produção, excluídos dos referidos percentuais os custos proporcionais das unidades não enquadradas no SFH, e integralizar os recursos em conta específica remunerada de titularidade do tomador, os quais serão liberados conforme o fluxo programado de execução dos projetos; e

(...)"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 726, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza o Agente Operador a representar o Conselho Curador do FGTS no grupo de órgãos e entidades que desenvolverão nova forma de registro dos eventos que geram direitos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais (eSocial).

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e

Considerando a existência, no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), criado pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, de grupo de órgãos e entidades que desenvolverão nova forma de registro dos eventos que geram direitos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, denominada eSocial, o qual visa unificar o envio de informações sobre as obrigações trabalhistas, inclusive as relacionadas ao FGTS, resolve:

Art. 1º Autorizar o Agente Operador a representar o Conselho Curador do FGTS no grupo de órgãos e entidades que desenvolverão nova forma de registro dos eventos que geram direitos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, denominada eSocial.

Parágrafo único. Caberá ao Agente Operador negociar, as suas expensas, eventuais custos, abrangência e modelagem de utilização dos produtos e serviços relativos ao projeto de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º O Agente Operador apresentará a evolução dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo, de que trata o art. 1º, semestralmente a este Conselho, no âmbito da apresentação das informações gerenciais referentes à Resolução nº 515, de 29 de agosto de 2006, e mensalmente ao Grupo de Apoio Permanente (GAP).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 728, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova a suplementação do Orçamento Operacional do FGTS, para o exercício de 2013.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando os níveis de execução do orçamento do presente exercício e as projeções de contratação elaboradas pelo Agente Operador, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os valores suplementares, a seguir discriminados, que passam a integrar o Orçamento Operacional do FGTS, para o exercício de 2013:

I - R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) para aplicação nos programas destinados a pessoas físicas e jurídicas, vinculados à área orçamentária de Habitação Popular; e

II - R$ 2.435.000.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e cinco milhões de reais) para descontos nos financiamentos a pessoas físicas, em operações passíveis de enquadramento no Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Art. 2º Os Anexos I, II, III, IV e V da Resolução nº 713, de 11 de dezembro de 2012, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

ANEXO I

ORÇAMENTO FINANCEIRO (fls.01/02)
EXERCÍCIO 2013
(Valores em R$ mil)

	DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
A -	Saldo Disponibilidades	110.758.187	113.777.706	114.807.404	114.347.617	115.255.035	114.610.664
A.1	Fundo de Liquidez	16.543.833	16.007.458	17.127.743	17.055.893	16.830.312	17.264.678
1.	Arrecadação Contribuições	8.965.151	7.124.148	7.351.824	7.479.151	7.538.257	7.872.576
1.1	Arrecadação Bruta	8.900.570	7.068.841	7.291.599	7.412.547	7.476.165	7.793.850
1.2	Multas Transf. Atraso	64.581	55.307	60.225	66.604	62.092	78.726
2.	Arrecadação de Operações de Crédito	2.135.766	2.112.739	2.073.473	2.558.257	2.182.522	1.904.631
2.1	Habitação	1.586.317	1.561.847	1.517.270	2.001.894	1.625.290	1.502.259
2.1.1	Fundo de Arrendamento Residencial	18.223	16.273	19.750	17.211	18.262	17.347
2.2	Saneamento	437.355	439.815	439.784	442.121	441.618	269.821
2.3	Infraestrutura	93.871	94.805	96.669	97.032	97.352	115.203

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.	Arrecadação Contrib. Social - LC 110	277.526	271.665	319.820	320.326	321.166	248.424
3.1	Contribuição Social - 10%	271.316	266.917	310.899	314.546	316.062	240.149
3.2	Contribuição Social - 0,5%	2.671	1.700	4.264	2.230	1.731	6.088
3.3	Contribuição Social - Outros	3.539	3.048	4.657	3.550	3.374	2.187
3.3.1	Contribuição Social - Multa	3.806	3.223	4.939	3.914	3.575	2.937
3.3.2	Contribuição Social - Devolução	-266	-175	-282	-364	-201	-751
4.	Receitas Financeiras Líquidas	946.596	724.772	711.560	728.887	653.244	931.411
5.	Juros CVS	5.727	5.674	5.679	5.619	5.597	5.453
6.	FGTS - Resgate CRI	-75.272	136.913	82.670	115.791	115.052	48.548
7.	Carteira Administrada	66.814	58.028	63.103	66.433	49.327	65.625
8.	Créditos Vinculados	19.994	19.396	210.038	-132.319	6.881	16.135
B -	TOTAL DE ENTRADAS	12.342.301	10.453.335	10.818.167	11.142.145	10.872.045	11.092.803
1.	Aplicações	4.072.031	4.124.943	5.213.810	4.585.480	4.811.667	4.433.163
1.1	Habitação	3.934.988	4.004.237	4.939.140	4.416.159	4.609.379	4.143.301
1.1.1	Desembolso	3.307.856	3.333.065	4.220.840	3.789.298	3.876.810	3.354.163
1.1.2	Descontos Concedidos	627.132	671.172	718.300	626.861	732.569	789.138
1.1.2.1	Desconto Complemento ao Mutuário	389.534	425.971	472.743	396.962	469.334	327.922
1.1.2.2	Desconto Equilíbrio Agente Financeiro	237.598	245.202	245.557	229.899	263.235	461.215
1.2	Saneamento/Infraestrutura	137.043	120.706	274.670	169.320	202.287	289.862
2.	Saques	5.630.268	5.141.244	6.365.227	6.497.582	6.687.786	7.096.418
2.1	Rescisão	4.553.900	4.168.850	5.159.543	5.185.354	5.342.179	4.691.818
2.2	Moradia	780.195	650.635	800.053	874.563	882.809	1.362.141
2.3	Inativas e Outros	296.173	321.759	405.632	437.666	462.798	756.745
2.4	FIC	0	0	0	0	0	285.714
3.	Comissões e Tarifas	276.733	279.279	281.958	284.133	286.510	290.349
3.1	Taxa de Administração	275.201	278.016	280.541	282.540	284.945	286.614
3.2	Recursos p/ Reserva de Risco de Crédito	1.531	1.264	1.417	1.593	1.565	3.735
4.	Despesas Administrativas	22.022	623	29.965	10.310	28.964	23.433
4.1	Emolumentos Judiciais e Cartorários	975	315	260	817	705	720
4.2	Serviços com Correios e Telégrafos	18.620	0	28.912	9.194	26.366	18.815
4.3	Desp. com Publicação de Jornais	0	0	0	0	0	10
4.4	Desp. Honorários Advocatícios CEF	58	81	69	92	115	-23
4.5	Desp.c/ Rem. da Fiscaliz. FGTS (MTE)	579	180	665	153	1.122	1.618
4.6	Desp. com a PGFN e Lei 9467/97	1.790	46	58	54	656	256
4.7	Desp. Publicidade Institucional do FGTS	0	0	0	0	0	2.037
5.	Operações com a STN	372.091	299.972	409.493	484.761	334.983	407.578
5.1	Retenção Tesouro - LC 110	266.141	175.375	282.085	363.653	201.334	248.424
5.2	Antecipação de Desconto - PMCMV	105.950	124.597	127.408	121.108	133.649	159.154
6.	Pró-Cotista/FIMAC	2.670	0	1.383	0	4.951	112.999
7.	FI-FGTS Liberação de Recursos	0	0	0	0	0	714.286
8.	Carteiras Administradas	0	0	0	0	0	785.714
9.	Aplicação CRI	0	0	0	0	0	0
C.	TOTAL DE SAÍDAS	10.375.815	9.846.061	12.301.836	11.862.265	12.154.860	13.863.940
D -	VALORES A CLASSIFICAR	1.053.032	422.424	1.023.883	1.627.537	638.444	0
E -	Saldo Disponibilidades	113.777.706	114.807.404	114.347.617	115.255.035	114.610.664	111.839.526
E.1	Fundo de Liquidez	16.007.458	17.127.743	17.055.893	16.830.312	17.264.678	19.550.595

	DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
A -	Saldo Disponibilidades	111.839.526	108.387.032	104.089.958	102.966.134	99.871.686	95.971.069	110.758.187
A.1	Fundo de Liquidez	19.550.595	20.281.786	20.696.375	20.742.424	19.196.633	18.576.085	16.543.833
1.	Arrecadação Contribuições	7.886.368	7.879.469	7.882.918	7.881.193	7.882.056	7.881.624	93.624.735
1.1	Arrecadação Bruta	7.807.505	7.800.674	7.804.089	7.802.381	7.803.235	7.802.808	92.764.265
1.2	Multas Transf. Atraso	78.864	78.795	78.829	78.812	78.821	78.816	860.470
2.	Arrecadação de Operações de Crédito	1.929.201	1.954.770	1.980.102	2.003.449	2.034.801	2.069.724	24.939.436
2.1	Habitação	1.525.950	1.550.193	1.573.770	1.596.480	1.626.815	1.658.460	19.326.543
2.1.1	Fundo de Arrendamento Residencial	17.254	17.140	17.026	16.923	16.806	16.699	208.914
2.2	Saneamento	270.325	271.221	272.487	272.485	272.845	275.362	4.105.239
2.3	Infraestrutura	115.673	116.215	116.820	117.561	118.335	119.204	1.298.740
3.	Arrecadação Contrib. Social - LC 110	249.375	249.430	248.776	249.294	248.939	310.422	3.315.162
3.1	Contribuição Social - 10%	240.570	240.360	240.465	240.412	240.439	300.532	3.222.666
3.2	Contribuição Social - 0,5%	6.686	6.993	6.125	6.776	6.342	7.927	59.533
3.3	Contribuição Social - Outros	2.118	2.078	2.186	2.105	2.159	1.963	32.964
3.3.1	Contribuição Social - Multa	2.942	2.940	2.941	2.940	2.941	2.941	40.039
3.3.2	Contribuição Social - Devolução	-824	-862	-755	-835	-782	-977	-7.076
4.	Receitas Financeiras Líquidas	908.718	880.665	845.912	836.621	811.631	779.932	9.759.947
5.	Juros CVS	5.564	5.674	5.782	5.893	6.002	6.110	6.110
6.	FGTS - Resgate CRI	48.403	52.444	62.061	61.916	61.753	61.593	771.874
7.	Carteira Administrada	70.348	75.090	79.840	84.652	89.450	94.281	862.990
8.	Créditos Vinculados	16.001	15.863	15.722	15.586	15.443	15.300	234.040
B -	TOTAL DE ENTRADAS	11.113.977	11.113.404	11.121.113	11.138.604	11.150.075	11.218.987	133.576.958
1.	Aplicações	4.571.594	4.594.270	4.359.216	5.604.212	6.007.783	6.452.574	58.830.742
1.1	Habitação	4.237.989	4.216.573	4.065.589	4.988.233	5.136.488	5.316.052	54.008.128
1.1.1	Desembolso	3.448.851	3.427.435	3.276.451	4.199.095	4.347.351	4.526.914	45.108.128
1.1.2	Descontos Concedidos	789.138	789.138	789.138	789.138	789.138	789.138	8.900.000
1.1.2.1	Desconto Complemento ao Mutuário	327.922	327.922	327.922	327.922	327.922	327.922	4.450.000
1.1.2.2	Desconto Equilíbrio Agente Financeiro	461.215	461.215	461.215	461.215	461.215	461.215	4.450.000
1.2	Saneamento/Infraestrutura	333.604	377.697	293.628	615.980	871.295	1.136.522	4.822.614
2.	Saques	6.912.171	6.733.835	5.550.627	6.291.623	6.704.327	5.576.214	75.187.321
2.1	Rescisão	4.564.893	4.442.039	3.626.940	4.137.404	4.421.711	3.644.566	53.939.195
2.2	Moradia	1.325.291	1.289.624	1.052.983	1.201.182	1.283.723	1.058.100	12.561.297
2.3	Inativas e Outros	736.273	716.458	584.990	667.323	713.179	587.833	6.686.829
2.4	FIC	285.714	285.714	285.714	285.714	285.714	285.714	2.000.000
3.	Comissões e Tarifas	291.384	293.166	295.942	297.391	299.185	301.194	3.477.223
3.1	Taxa de Administração	288.222	289.951	292.612	294.521	295.930	298.127	3.447.218
3.2	Recursos p/ Reserva de Risco de Crédito	3.162	3.215	3.330	2.870	3.255	3.067	30.005
4.	Despesas Administrativas	23.599	23.599	23.599	23.599	23.599	23.599	256.911
4.1	Emolumentos Judiciais e Cartorários	720	720	720	720	720	720	8.116
4.2	Serviços com Correios e Telégrafos	18.815	18.815	18.815	18.815	18.815	18.815	214.795
4.3	Desp. com Publicação de Jornais	10	10	10	10	10	10	68
4.4	Desp. Honorários Advocatícios CEF	-23	-23	-23	-23	-23	-23	253
4.5	Desp.c/ Rem. da Fiscaliz. FGTS (MTE)	1.618	1.618	1.618	1.618	1.618	1.618	14.023
4.6	Desp. com a PGFN e Lei 9467/97	423	423	423	423	423	423	5.398
4.7	Desp. Publicidade Institucional do FGTS	2.037	2.037	2.037	2.037	2.037	2.037	14.259
5.	Operações com a STN	404.724	402.610	402.553	403.228	402.798	464.272	4.789.064
5.1	Retenção Tesouro - LC 110	249.375	249.430	248.776	249.294	248.939	310.422	3.093.247

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5.2	Antecipação de Desconto - PMCMV	155.350	153.180	153.777	153.934	153.859	153.851	1.695.817
6.	Pró-Cotista/FIMAC	112.999	112.999	112.999	112.999	112.999	112.999	800.000
7.	FI-FGTS Liberação de Recursos	714.286	714.286	714.286	714.286	714.286	714.286	5.000.000
8.	Carteiras Administradas	785.714	785.714	785.714	785.714	785.714	785.714	5.500.000
9.	Aplicação CRI	750.000	1.750.000	0	0	0	0	2.500.000
C.	TOTAL DE SAÍDAS	14.566.472	15.410.478	12.244.937	14.233.052	15.050.692	14.430.852	156.341.261
D -	VALORES A CLASSIFICAR	0	0	0	0	0	0	4.765.320
E -	Saldo Disponibilidades	108.387.032	104.089.958	102.966.134	99.871.686	95.971.069	92.759.203	92.759.203
E.1	Fundo de Liquidez	20.281.786	20.696.375	20.742.424	19.196.633	18.576.085	18.546.577	18.546.577

ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2013
(Valores em R$ mil)

PLANO DE CONTRATAÇÕES			
UF / REGIÃO	HABITAÇÃO POPULAR	SANEAMENTO BÁSICO	TOTAL GERAL CONTRATAÇÃO
RO	707.505	68.574	776.079
AC	249.845	25.340	275.185
AM	1.211.865	96.829	1.308.694
RR	144.770	13.795	158.565
PA	1.804.955	247.315	2.052.270
AP	170.455	28.338	198.793
TO	340.910	48.115	389.025
NORTE	4.630.305	528.306	5.158.611
MA	1.956.730	175.547	2.132.277
PI	663.140	83.500	746.640
CE	1.559.780	203.682	1.763.462
RN	656.135	88.150	744.285
PB	637.455	85.729	723.184
PE	1.618.155	224.629	1.842.784
AL	639.790	89.789	729.579
SE	364.260	52.591	416.851
BA	2.638.550	297.609	2.936.159
NORDESTE	10.733.995	1.301.226	12.035.221
MG	4.501.880	479.509	4.981.389
ES	838.265	100.929	939.194
RJ	3.271.335	578.839	3.850.174
SP	12.076.620	1.022.686	13.099.306
SUDESTE	20.688.100	2.181.963	22.870.063
PR	2.748.295	211.438	2.959.733
SC	1.683.535	190.369	1.873.904
RS	2.379.365	325.814	2.705.179
SUL	6.811.195	727.621	7.538.816
MS	551.060	86.504	637.564
MT	990.040	122.854	1.112.894
GO	1.410.340	205.067	1.615.407
DF	884.965	46.459	931.424
C.-OESTE	3.836.405	460.884	4.297.289
DESCONTOS	8.900.000	-	8.900.000
TOTAL HABIT. POPULAR E SANEAMENTO BÁSICO	55.600.000	5.200.000	60.800.000
INFRAESTRUTURA URBANA			7.000.000
DEMAIS OPERAÇÕES HABITACIONAIS			3.300.000
TOTAL GERAL			71.100.000

ÁREAS ORÇAMENTÁRIAS	METAS FÍSICAS		EMPREGOS GERADOS
	UNIDADE	QUANTIDADE	
Habitação Popular	Famílias beneficiadas	694.491	2.598.855
Saneamento Básico	Habitantes beneficiados	6.926.400	300.560
Infraestrutura Urbana	Habitantes beneficiados	27.195.000	424.830
TOTAL			3.324.245

Observação: As metas físicas e os empregos gerados são calculados utilizando-se parâmetros nacionais e sua distribuição por Unidades da Federação guardam direta proporcionalidade com os recursos a elas alocados.

ANEXO III

ORÇAMENTO FINANCEIRO
ESTIMATIVA DE DESEMBOLSOS
EXERCÍCIO 2013
(Valores em R$ mil)

UF / REGIÃO	DESEMBOLSO POR ÁREA		TOTAL A DESEMBOLSAR
	HABITAÇÃO POPULAR	SANEAMENTO	
RO	288.692	16.823	305.515
AC	144.346	8.412	152.758
AM	469.125	35.238	504.363
RR	121.792	2.955	124.747
PA	1.714.109	85.709	1.799.818
AP	157.878	8.639	166.518
TO	279.670	21.143	300.813
NORTE	3.175.612	178.920	3.354.532
MA	1.466.014	62.065	1.528.079
PI	663.089	28.418	691.508
CE	1.777.260	107.761	1.885.021
RN	829.990	37.057	867.047
PB	703.687	39.331	743.017
PE	2.065.952	130.041	2.195.993
AL	636.025	41.149	677.174
SE	442.060	21.143	463.203
BA	2.710.999	158.232	2.869.230
NORDESTE	11.295.075	625.196	11.920.272
MG	4.262.718	186.877	4.449.595
ES	802.925	34.556	837.481
RJ	4.307.826	208.020	4.515.846
SP	11.976.208	463.327	12.439.535
SUDESTE	21.349.677	892.780	22.242.458
PR	2.016.333	145.046	2.161.379

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SC	1.127.703	60.246	1.187.949
RS	2.498.990	129.359	2.628.349
SUL	5.643.027	334.651	5.977.677
MS	572.873	49.561	622.434
MT	568.362	49.561	617.923
GO	1.344.222	104.806	1.449.028
DF	1.159.279	37.966	1.197.245
CENTRO-OESTE	3.644.737	241.894	3.886.631
SUBTOTAL	45.108.128	2.273.441	47.381.569
DESCONTOS CONCEDIDOS			8.900.000
	INFRAESTRUTURA URBANA		2.549.173
DEMAIS OPERAÇÕES			8.800.000
TOTAL			67.630.742

ANEXO IV

ORÇAMENTO OPERACIONAL
ORÇAMENTO PLURIANUAL DE CONTRATAÇÕES 2013/2016
(Valores em R$ mil)

Discriminação	Valores para Contratação			
	2013	2014	2015	2016
1. HABITAÇÃO	58.900.000	46.000.000	46.000.000	46.000.000
1.1 HABITAÇÃO POPULAR	55.600.000	42.700.000	42.700.000	42.700.000
1.1.1 Pessoas Físicas/Jurídicas	45.700.000	35.700.000	35.700.000	35.700.000
1.1.2 Pró-Moradia	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
1.1.3 Descontos Concedidos	8.900.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
1.2 DEMAIS OPERAÇÕES	3.300.000	3.300.000	3.300.000	3.300.000
2. SANEAMENTO BÁSICO	5.200.000	6.200.000	6.200.000	6.200.000
2.1 Saneamento para Todos	5.200.000	5.200.000	5.200.000	5.200.000
2.2 DEMAIS OPERAÇÕES	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
3. INFRAESTRUTURA URBANA	7.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000
3.1 PRÓ-TRANSPORTE	7.000.000	7.000.000	7.000.000	8.000.000
3.2 DEMAIS OPERAÇÕES	-	1.000.000	1.000.000	-
4. OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	-	-	-	-
T O T A L	71.100.000	60.200.000	60.200.000	60.200.000

ANEXO V

ORÇAMENTO ECONÔMICO
BALANÇO PATRIMONIAL PROJETADO
EXERCÍCIO 2013
(Valores em R$ mil)

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADES/APLIC/TVM	152.905.660	DEPÓSITOS	275.508.126
Depósitos Remunerados na CAIXA / LFT LTN NTN	74.212.626	Depósitos Vinculados do FGTS	271.182.025
Fundo de Liquidez	18.546.577	Contas Vinculadas - LC 110/01	4.321.500
Certificados de Recebíveis Imobiliários	6.473.300	Saldos Credores em Contas de Empr. e Fin.	4.601
CVS - Créditos Securitizados	2.391.809		
Debêntures, FII-FGTS e FIDC	17.981.366	RESERVA TÉCNICA CONTAS INATIVAS	14.779.200
Cotas de Fundos de Investimento - FI-FGTS	33.299.983		
		OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.367.348
CRÉDITOS VINCULADOS	5.912.341	Provisão para Passivos Contingentes	4.137.231
		Credores Diversos	1.230.117
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	189.594.117		
Refinanciamentos de Op c/ Governo Federal	13.091.797	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.370.274
Financiamentos Habitacionais	150.594.270		
FAR	4.202.137	RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.727.367
Financ de Infraestrutura/Desenvolvimento	21.705.914		
OUTROS CRÉDITOS	9.340.196		
Rendas a Receber	280.206		
Créditos Específicos	9.059.990		
TN - Financiamentos Habitacionais	634.199		
TN - Valores a Receber - PMCMV	4.258.195		
TN - Valores a Receber - Contr Soc LC 110	4.167.596		
TOTAL	357.752.315	TOTAL	357.752.315

RESOLUÇÃO Nº 729, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza a destinação de recursos financeiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para pagamento das despesas ordinárias que vierem a ser incorridas com a inscrição em Dívida Ativa e com a cobrança judicial dos créditos pertencentes ao FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma do inciso X do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do inciso IX do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e com base no art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, e

Considerando a necessidade de disponibilizar recursos financeiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para pagamento das despesas ordinárias que vierem a ser incorridas com a realização de inscrição em Dívida Ativa, ajuizamento, controle e acompanhamento dos processos judiciais para cobrança dos créditos pertencentes ao FGTS, resolve:

Art. 1º Alocar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio do Agente Operador do FGTS, recursos financeiros no valor de R$ 8.970.000,00 (oito milhões, novecentos e setenta mil reais) para atender às despesas que vierem a ser incorridas no exercício de 2014 com a inscrição em Dívida Ativa e a cobrança judicial dos créditos pertencentes ao FGTS, incluindo os gastos para custeio de despesas com estagiários, diárias, passagens, despesas judiciais e extrajudiciais, ações de capacitação, bem como desenvolvimento e produção de recursos tecnológicos para gestão dos créditos do FGTS inscritos em Dívida Ativa.

Art. 2º Determinar que a PGFN apresente a este Conselho, na primeira reunião ordinária de 2015, demonstrativo da aplicação dos recursos de que trata o art. 1º desta Resolução, acompanhado de análise do Agente Operador.

Art. 3º Determinar que a proposta de definição dos valores a serem anualmente repassados à PGFN, para fins de ressarcimento das despesas que vierem a ser por ela incorridas com a cobrança do FGTS, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, seja submetida à deliberação deste Conselho na primeira reunião ordinária de cada exercício.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 730, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova a alocação de recursos à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), para o exercício de 2014, a título de remuneração da fiscalização, e dá outras providências.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das competências que lhe atribuem o inciso X, do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IX, do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando o disposto no art. 12 do Decreto nº 5.916, de 28 de setembro de 2006;

Considerando o que estabelece a Resolução nº 546, de 11 de dezembro de 2007; e

Considerando a necessidade de propiciar a melhoria qualitativa e quantitativa da verificação dos recolhimentos do FGTS e das Contribuições Sociais, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, resolve:

Art. 1° Aprovar a alocação de R$ 19.800.000,00 (dezenove milhões e oitocentos mil reais) à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), para o exercício de 2014, a título de remuneração da fiscalização.

Art. 2° Alterar os itens 1.1 e 2 da Resolução n° 546, de 11 de dezembro de 2007, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"1.1 O valor da remuneração será fixado anualmente por meio da aplicação de um percentual de até 1% sobre a soma dos valores de FGTS e Contribuição Social - CS notificados e recolhidos por ação da fiscalização do trabalho no exercício anterior ao da solicitação apresentada pela SIT.

(...)

2 Estabelecer que a SIT apresente anualmente a este Conselho, para conhecimento, relatório contendo o desempenho das atividades de fiscalização do FGTS/CS, inclusive o advindo da modernização, os resultados alcançados para fins de cálculo do valor da remuneração da fiscalização do FGTS a ser destinada para o ano seguinte e o valor previsto no subitem 1.1, proposto pela SIT."

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 731, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza o reinvestimento de recursos do FI-FGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma das alíneas "a", "b" e "h" do inciso XIII do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e

Considerando que existem demandas de operações em análise e em processo de aprovação pelo Comitê de Investimento do FI-FGTS passíveis de investimento a partir de 2013;

Considerando que não há impacto nos Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, aprovados por este Conselho nos termos da Resolução nº 713, de 11 de dezembro de 2012, para o exercício de 2013, e o Orçamento Plurianual de Aplicação, para o período 2014/2016, visto estarem os valores já alocados em disponibilidade no FI-FGTS; e

Considerando que o Regulamento do FI-FGTS dispõe que, anualmente, na primeira reunião ordinária após a aprovação do Relatório de Gestão do FI-FGTS, ou em eventual situação de risco de liquidez do FGTS, o Conselho Curador do FGTS deliberará sobre reinvestimento ou resgate de cotas do FGTS no FI-FGTS, resolve:

Art. 1º Autorizar o reinvestimento, em novos projetos, do valor de R$ 818.850.767,00 (oitocentos e dezoito milhões, oitocentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e sete reais), que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) entre 30 de maio de 2012 e 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 23 de setembro de 2013

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 da Portaria nº. 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e nas seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o Pedido de Alteração Estatutária do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 26, da Portaria nº. 326/2013:

Processo	46213.014308/2011-07
Entidade	Sindicato dos Funcionários e Trabalhadores Empregados no Serviço Público Municipal da Zona da Mata Sul SINDSUL - REGIONAL
CNPJ	24.411.530/0001-90
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 1415/2013/CGRS/SRT/MTE 00028:00016:00000:00000:00000:00000:00000:00000:00000:00039:00001
Processo	46000.009724/2004-51
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Montes Altos
CNPJ	07.000.458/0001-90
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 1416/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46311.002586/2011-03
Entidade	SICAM - Sindicato das Indústrias e Reflorestamento para Carvão Vegetal, e do Reflorestamento para Celulose dos Estados do Maranhão, Piaui e Tocantins - MA
CNPJ	08.010.508/0001-82
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 1417/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46223.009801/2011-88
Entidade	Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios de São Luis/MA - SETEMSL.
CNPJ	06.039.846/0001-11
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 1418/2013/CGRS/SRT/MTE

Em 24 de setembro de 2013

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais,com fundamento no art. 5º da Portaria nº 186/08 c/c com o art. 27 da Portaria nº 326, publicada em 11 de março de 2013, resolve ARQUIVAR o processo de pedido de alteração estatutária do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 51 da Portaria nº 326/2013:

Processo	46206.015111/2011-76
Entidade	Sindicato dos Auditores-Fiscais do Trabalho no Distrito Federal - SINDAFIT/DF
CNPJ	00.546.911/0001-19
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 1414/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46219.011799/2010-95
Entidade	STIG - SINDICATO DOS TRABS NAS INDS GRAFICAS DE SJRIOPRETO E REGIAO
CNPJ	45.096.575/0001-98
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 1413/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46212.004010/2011-91
Entidade	Sindicato dos Empregadores Rurais de Porecatu - SIRUP
CNPJ	78.008.190/0001-80
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 1412/2013/CGRS/SRT

Processo	46000.011989/2005-09
Entidade	Sindicato dos Produtores de Diamantina/MG
CNPJ	16.889.461/0001-09
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 1411/2013/CGRS/SRT

Processo	46207.009084/2011-92
Entidade	Sindicato da Indústria Alimentar de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrados e Liofilizados no Estado do Espírito Santo - SINCONGEL/ES.
CNPJ	28.572.907/0001-44
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 1410/2013/CGRS/SRT

Processo	46211.009263/2011-61
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Estacionamentos, Garagens, Lava-Jatos e Lavadores Guardadores Manobristas e Operadores Autônomos de Automóveis no Estado de Minas Gerais - SINTRALAMAC/MG
CNPJ	42.788.109/0001-85
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 1409/2013/CGRS/SRT

Processo	46000.018726/2005-12
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu-GO
CNPJ	01.493.873/0001-46
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 1408/2013/CGRS/SRT

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais,com fundamento no art. 5º, da Portaria 186/08, c/c com art. 27, da Portaria nº 326, publicada em 11 de março de 2013, e na seguinte Nota Técnica resolve ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 51 da Portaria nº 326/2013:

Processo	46222.004506/2009-21
Entidade	Sindicato dos Motoristas Rodoviários e Urbanos de Bragança/PA - SIMBRA
CNPJ	10.672.089/0001-96
Fundamento	NOTA TECNICA N° 1399/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46211.005226/2009-69
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jaíba - Minas Gerais
CNPJ	25.228.545/0001-80
Fundamento	NOTA TECNICA N° 1398/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46216.002658/2010-10
Entidade	SINDSMUV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, Fundações e Autarquias do Município de Vale do Anari-RO
CNPJ	12.047.905/0001-04
Fundamento	NOTA TECNICA N° 1397/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46214.005771/2011-40
Entidade	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE AMARANTE - PI
CNPJ	63.330.633/0001-88
Fundamento	NOTA TECNICA N° 1401/2013/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria nº 186, c/c o art. 26 da Portaria nº 326, publicada em 11 de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve INDEFERIR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, em observância ao disposto no art. 51, da Portaria nº 326/2013:

Processo	46206.015320/2011-10
Entidade	Sindicato dos Proprietários de Veículos de Fretamento e Especiais do Distrito Federal - SINDIFRET-DF
CNPJ	14.066.448/0001-12
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 1407/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46220.005148/2011-16
Entidade	SINTRASP SC - Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública do Estado de Santa Catarina
CNPJ	05.380.569/0001-43
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 1406/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46000.009455/2004-23
Razão Social	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sambaíba - MA
CNPJ	06.531.632/0001-00
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 1405/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46226.005390/2011-21
Entidade	SISEMPA - Sindicato dos Servidores Publicos Municipais de Pedro Afonso - Estado do Tocantins
CNPJ	13.971.490/0001-15
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 1404/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46211.009324/2011-90
Entidade	Sindicato dos Empregados no Comercio de São Lourenço - MG
CNPJ	14.345.619/0001-42
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 1403/2013/CGRS/SRT/MTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias, para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria n° 326/2013, publicada no DOU em 11 de março de 2013:

Processo	46213.017519/2011-93
Entidade	SISMUC - Sindicato dos Servidores Municipais de Custodia
CNPJ	24.302.861/0001-92
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Pernambuco: Custódia
Categoria Profissional	Servidores públicos municipais

Processo	46210.001855/2011-44
Entidade	Sindicato do Comércio Varejista de Calçados e Couros do Estado de Mato Grosso - SINCALCO/MT.
CNPJ	00.114.013/0001-91
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Mato Grosso
Categoria Econômica	Comércio varejista de calçados e couros.

Processo	46214.004704/2010-27
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lagoa do Sitio
CNPJ	06.273.774/0001-72
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Piauí: Lagoa do Sítio

Categoria Profissional: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, nos termos do Inciso I, do Art. 1º do Decreto-Lei nº1. 166/71.

Processo	46223.005460/2010-91
Entidade	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ze Doca - MA
CNPJ	23.689.243/0001-84
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Zé Doca/MA

Categoria Profissional: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: os assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas, e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas no Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Nos termos do art. 1º, inciso I e suas alíneas, do Decreto-lei n.º 1.166/71)

Processo	46204.008856/2010-18
Entidade	Sindicato Dos Trabalhadores E Trabalhadoras Rurais De Boa Vista Do Tupim.
CNPJ	63.088.736/0001-83
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Bahia: Boa Vista do Tupim.

Categoria Profissional: São considerados trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura e extrativismo rural, hortifruticultura e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, nos termos do Decreto - Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971.

Processo	46000.014521/2004-87
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Palmópolis/MG
CNPJ	00.390.041/0001-31
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Palmópolis/MG

Categoria Profissional: Assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativistas e os aposentados rurais, nos termos do Decreto Lei 1.166/71.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias, para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326/2013, publicada no DOU em 11 de março de 2013:

Processo	46201.005810/2011-58
Razão Social	SIND DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTANA DO MUNDAÚ/AL
CNPJ	12.470.290/0001-16
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Santana do Mundaú - AL

Categoria Profissional: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: os assalariados e assalariadas rurais, ativos e inativos, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras, ativos e inativos, que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas (nos termos do art. 1º, inciso I e suas alíneas, do Decreto-lei n.º 1.166/71)

Com fundamento da Portaria nº. 326, publicada em 11 de março de 2013, APROVO a NOTA TÉCNICA Nº 1400/2013/CGRS/SRT/MTE, com a adoção das seguintes medidas: DEFERIR o Pedido de Desistência apresentado por meio do apenso nº 46211.002748/2011-23 pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Municípios de Santana do Paraíso e Ipatinga/MG, CNPJ: 71.271.555/0001-16, e, por conseguinte, ARQUIVAR o processo de Registro Sindical nº. 46211.005018/2009-60, nos termos da legislação aplicável à espécie, qual seja a Portaria/MTE nº 326/13; e com respaldo nos artigos 51 e 52 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na NOTA TÉCNICA RES Nº. 1396/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao Sindicato dos Transportadores de Cargas de Uruguaiana e Região- SINDITAC Fronteira Oeste - RS, Processo n°.46218.012841/2010-03, CNPJ 12.048.194/0001-84, para representar a categoria Econômica: transportadores autônomos de cargas, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Barra do Quaraí, Itaqui e Uruguaiana - RS. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ainda, DETERMINAR a exclusão dos Municípios de Barra do Quaraí, Itaqui e Uruguaiana - RS, da representação do Sindicato Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos, Pequenas e Micros Empresas de Transporte Rodoviário de Veículos, processo de nº 46000.007522/96-59, CNPJ nº. 01.351.971/0001-49, conforme determina o art. o art. 30 da portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e, na Nota Técnica Nº 1392/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve CORRIGIR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº. 46010.002996/92, CNPJ nº. 42.786.756/0001-58, de interesse do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado de Minas Gerais; onde antes se lia: Categoria Trabalhadores nas indústrias de produtos avícolas, leia-se: categoria Econômica das Indústrias de Produtos Avícolas, base territorial Estado de Minas Gerais com respaldo nos artigo 55 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 50 da Portaria nº 326/2013 republicada no DOU em 11 de março de 2013, aprova a Nota Técnica Nº 1394/2013/CGRS/SRT/MTE, com adoção da seguinte medida: SUSPENDER o pedido de registro sindical (PPR), processo nº 46224.005406/2010-35, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 11/03/2013, Seção I, Pág. 98, nº 47, referente à Federação dos Trabalhadores em Serviços Públicos Municipais do Estado da Paraíba, CNPJ 10.970.586/0001-70, com base no art. 534 da CLT, c/c com o parágrafo único, art. 24 da Portaria nº 186/2008; até que seja suprida a exigência legal de um contingente mínimo de 5 (cinco) entidades fundadoras para a constituição do ente Federativo.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

PORTARIA Nº 46, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria 3.118/89, de 03 de abril de 1989.

Concede autorização à empresa PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A - CNPJ 59.476.770/0001-58, para trabalho em domingos e feriados civis e religiosos, nos setores de Almoxarifado, Lâminas DF/FS, Metálicos, Injeção Plástica, Montagem, Embalagem, Expedição, Mach 3, Hércules e Oral - B (produção de escovas de dente), Cozinha Industrial, Manutenção Industrial & Utilidades, Ferramentaria, Oficinas de Moldes e Qualidade, de sua unidade à Av. Guaruba 740 - Manaus, pelo prazo de dois anos, no período de 15 de novembro de 2013 a 15 de novembro de 2015, nos termos dos artigos 68 e 70 da CLT e das disposições da Lei 605/49 e decreto 27048/49.

DERMILSON CARVALHO DAS CHAGAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 126, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46255.000440/2010-56 e conceder autorização à empresa: REXAM DO BRASIL EMBALAGENS LTDA-unidade Jundiaí, inscrita no CPNJ sob o nº 02.261.789/0004-02, situada a Rod. Dom Gabriel P. B. Couto, s/nº - km 3,5, Distrito Industrial, Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 127, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46219.027668/2012-91 e conceder autorização à empresa: ZARAPLAST S/A, inscrita no CPNJ sob o nº 61.827.663/0001-79, situada a Av. Nossa Senhora do O, nº 249/273, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da CLT e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 128, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46219.027666/2012-01 e conceder autorização à empresa: ZARAPLAST S/A, inscrita no CPNJ sob o nº 61.827.663/0008-45, situada a Rua Professora Izabel Pires de Barros, nº 87, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da CLT e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 129, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46219.027667/2012-47 e conceder autorização à empresa: A.T.P. Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, inscrita no CPNJ sob o nº 04.995.392/0003-99, situada a Rua Cajati, nº 154, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 130, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 47987.000090/2013-79 e conceder autorização à empresa: Rousselot Gelatinas do Brasil Ltda., inscrita no CPNJ sob o nº 06.538.082/0002-90, situada a Rua Santo Agostinho, nº 231, Distrito de Arcadas, Município de Amparo, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da CLT e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 131, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46385.000097/2013-15 e conceder autorização à empresa: Nestlé Brasil Ltda, inscrita no CPNJ sob o nº 60.409.075/0006-67, situada a Avenida Zurita, nº 929, Município de Araras, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 132, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 47998.007992/2012-26 e conceder autorização à empresa: MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA, inscrita no CPNJ sob o nº 58.514.928/0033-51, situada a Avenida da Amizade, nº 1.700 Município de Sumaré, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da CLT e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 133, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46269.004229/2012-15 e conceder autorização à empresa: Line Seal Vedações Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 64.110.158/0001-89, situada à Rua Itália Manfredini, nº 159, Município de Salto, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 24 de junho de 2014 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e os turnos a serem observados são conforme fls. 199 e 200 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 107, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação Nº 158/2010, alterada pela Deliberação Nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos Processos abaixo listados, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação dos Projetos de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionados, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise dos respectivos processos.

Parágrafo único: Esta autorização não dispensa o solicitante ou a Concessionária da emissão de licenças, dispensas e certificações que se fizerem necessárias, no que couber e, conforme sua responsabilidade, junto aos respectivos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual ou federal.

ALLMS - América Latina Logística Malha Sul S/A

1.Processo: 50500.148197/2013-27

Nota Técnica: 365/GPFER/SUFER/2013

Projeto: PIT - Travessia Aérea de Energia (LT) no KM 130+250, em Monte Belo do Sul/RS.

Interessado: Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A - TSBE

Contrato n°: 086/NN/GRIP/13

Concessionária: ALLMS - América Latina Logística Malha Sul S/A

Tipo de Contrato: Não oneroso

Valor da parcela anual: Isenta em consonância com o Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980.

Tipo de reajuste: Não se aplica.

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não se aplica.

Início: Com a publicação do ato autorizativo.

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

2.Processo: 50500.147800/2013-53

Nota Técnica: 364/GPFER/SUFER/2013

Projeto: PIT - Travessia Aérea de Energia no KM 078+600, em General Câmara/RS.

Interessado: AES SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Concessionária: ALLMS - América Latina Logística Malha Sul S/A

Contrato n°: 083/NN/GRIP/13

Tipo de Contrato: Não oneroso

Valor da parcela anual: Isenta em consonância com o Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980.

Tipo de reajuste: Não se aplica.

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não se aplica.

Início: Com a publicação do ato autorizativo.

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

3.Processo: 50500.141753/2013-34

Nota Técnica: 349/GPFER/SUFER/2013

Projeto: PIT - Travessia Aérea de Energia Elétrica no KM 068+200, em Papanduva/SC.

Interessado: CELESC Distribuidora S/A

Concessionária: ALLMS - América Latina Logística Malha Sul S/A

Contrato n°: 075/NN/GRIP/13

Tipo de Contrato: Não oneroso

Valor da parcela anual: Isenta em consonância com o Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980.

Tipo de reajuste: Não se aplica.

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não se aplica.

Início: Com a publicação do ato autorizativo.

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

4.Processo: 50500.148195/2013-38

Nota Técnica: 363/GPFER/SUFER/2013

Projeto: PIT - Travessia Aérea de Energia (LT) no KM 030+186, em Nova Santa Rita/RS.

Interessado: Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A - TSLE

Concessionária: ALLMS - América Latina Logística Malha Sul S/A

Contrato n°: 085/NN/GRIP/13

Tipo de Contrato: Não oneroso

Valor da parcela anual: Isenta em consonância com o Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980.

Tipo de reajuste: Não se aplica.

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não se aplica.

Início: Com a publicação do ato autorizativo.

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

Art. 2º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 3º As Concessionárias deverão encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias úteis após a publicação desta Portaria e, dos aditivos, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Parágrafo único: Na cláusula referente à contrapartida pelo uso da faixa de domínio deve constar que a travessia é não onerosa (isenta), em consonância com o Decreto 84.398/1980.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

Conselho Nacional do Ministério Público

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2013

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2013 Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e vinte minutos, no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Terceira Sessão Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência da Doutora Helenita Caiado de Acioli, Presidente do CNMP e Procuradora-Geral da República. Presentes os Conselheiros Mario Luiz Bonsaglia, Luiz Moreira Gomes Júnior, Jeferson Luiz Pereira Coelho, Jarbas Soares Júnior, Alessandro Tramujas Assad, Antônio Pereira Duarte, Marcelo Ferra de Carvalho, Cláudio Henrique Portela do Rego, Alexandre Berzosa Saliba e Esdras Dantas de Souza. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Adilson Gurgel de Castro, Fabiano Augusto Martins Silveira e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Marcus Vinícius Furtado Coelho. Presentes, também, o Doutor José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do CNMP, e os Doutores Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; José Robalinho Cavalcanti, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; e Daniela Varandas, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT. Iniciados os trabalhos, a Presidente cumprimentou todos os presentes e deu as boas-vindas aos novos Conselheiros. Em seguida, anunciou a eleição do Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro e solicitou que o Conselheiro Mario Bonsaglia, por ser o mais antigo, fizesse o encaminhamento desse pleito. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia cumprimentou a Presidente, o Secretário-Geral do CNMP e todos os Conselheiros, em especial os novos, desejando-lhes felicidade nos mandatos que se iniciam. Informou que os membros do Conselho tiveram oportunidade de dialogar e chegar a um consenso sobre os cargos que estão sendo objeto de eleição na presente sessão e, por tal razão, propunha para Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro o Conselheiro Jeferson Coelho, que acabara de deixar o cargo de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Corregedor Nacional do Ministério Público e cujo nome era indicado para Presidente da referida Comissão. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira enalteceu o trabalho realizado pelo Conselheiro Jeferson Coelho na Corregedoria Nacional, em virtude da estabilidade que trouxe aos trabalhos de correição, desincumbindo-se da importante missão constitucional, que teve os Corregedores dos diversos ramos do Ministério Público como parceiros da política implementada na Corregedoria Nacional. Em seguida, diante da concordância de todos em relação à indicação feita, a Presidente proclamou o resultado, nos termos dos artigos 31 e 32, do Regimento Interno do CNMP, e parabenizou o Conselheiro Jeferson Coelho. Na oportunidade, o Conselheiro eleito agradeceu a Presidente e aos Conselheiros Mario Bonsaglia e Luiz Moreira pelas palavras proferidas e expressou gratidão a todos pela indicação. Em seguida, procedeu-se à eleição do Presidente da Comissão da Infância e Juventude. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia informou que igualmente houve consenso dos Conselheiros, no sentido de indicar para aquele cargo o Conselheiro Luiz Moreira, que tem uma especial sensibilidade para o tema da infância e juventude. Registrou o propósito já externado pelo Conselheiro Luiz Moreira de fazer um trabalho bastante dedicado, em consonância com os objetivos daquela Comissão. Na oportunidade, o Conselheiro Alessandro Tramujas destacou a importância da Comissão da Infância e Juventude para o Ministério Público, parabenizou o Conselheiro Luiz Moreira, e registrou sua satisfação pela indicação feita, uma vez que o Conselheiro Luiz Moreira tem contribuído para a multiplicação da visão do CNMP em relação ao Ministério Público. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior parabenizou o Conselheiro eleito, desejou-lhe boa sorte, e registrou que, no tocante aos direitos fundamentais, o único tema que tem uma comissão específica é o da infância e juventude, em consonância com a prioridade estabelecida pela Constituição Federal. Na ocasião, a Presidente também parabenizou o Conselheiro Luiz Moreira e destacou a preocupação que existe com os menores infratores e as medidas de reeducação implementadas nas casas de recuperação, de forma que deve haver uma atenção especial nessa questão. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira agradeceu as palavras da Presidente, dos Conselheiros Mario Bonsaglia, Alessandro Tramujas e Jarbas Soares Júnior e, em especial, ao colegiado pela indicação, a qual tentará se desincumbir da melhor forma. Em seguida, diante da concordância de todos em relação à indicação feita, a Presidente proclamou o resultado, anunciando o Conselheiro Luiz Moreira como Presidente da Comissão da Infância e Juventude. Após, passou-se à eleição do Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia anunciou o consenso do colegiado na indicação do Conselheiro Marcelo Ferra, por ter se destacado na luta contra a Proposta de Emenda Constitucional - PEC n.º 37 e em diversas outras atividades em defesa das prerrogativas e da autonomia do Ministério Público. Na ocasião, o Conselheiro Jeferson Coelho registrou que o Conselheiro indicado sempre teve uma vinculação com as entidades de classe do Ministério Público e com o Parlamento, defendendo os interesses do Ministério Público brasileiro. Por fim, parabenizou o Conselheiro Marcelo Ferra, em quem os Conselheiros depositaram confiança para enfrentar as difíceis batalhas que o Ministério Público vem travando. Em seguida, o Conselheiro Marcelo Ferra agradeceu ao colegiado e ao Conselheiro Jeferson Coelho pelas palavras proferidas e consignou que espera honrar a indicação do plenário da melhor maneira possível. Na oportunidade, a Presidente também parabenizou o Conselheiro Marcelo Ferra e o declarou escolhido, à unanimidade, para presidir a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público. Na sequência, passou-se à eleição do Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública. Na ocasião, o Conselheiro Luiz Moreira anunciou que o consenso do colegiado recaiu sobre o nome do Conselheiro Mario Bonsaglia, que desempenha há dois anos a Presidência daquela Comissão e se desincumbiu de modo bastante profissional, compatibilizando a atividade de controle externo com os mais rigorosos preceitos de Direitos Humanos. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior ressaltou que o Conselheiro Mario Bonsaglia poderá dar continuidade ao trabalho que vem realizando, uma vez que o seu mandato se encerra no final do ano, oportunidade em que deverão eleger um novo Presidente. Após, a Presidente parabenizou o Conselheiro Mario Bonsaglia e proclamou o resultado unânime dessa eleição. Em seguida, o Conselheiro Mario Bonsaglia agradeceu as palavras do Conselheiro Luiz Moreira e Jarbas Soares Júnior e ao colegiado, pela confiança para prosseguir mais alguns meses na Presidência da mencionada Comissão, e registrou que tem sido uma preocupação da comissão o trabalho em torno do tema dos Direitos Humanos. Na sequência, passou-se à eleição do Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia informou que o consenso recaiu sobre o nome do Conselheiro Cláudio Portela, que terá a oportunidade de continuar o trabalho desenvolvido pela Conselheira Claudia Chagas no âmbito da referida Comissão. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira parabenizou o Conselheiro Cláudio Portela e desejou que ele atue na Comissão da mesma forma como tem atuado na sua carreira, que certamente se desincumbirá com brilho dessa missão. Em seguida, o Conselheiro Jeferson Coelho também parabenizou o Conselheiro Cláudio Portela. Após, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior cumprimentou o Conselheiro indicado, inclusive por manter na comissão alguns dos membros auxiliares que já conhecem o trabalho que vem sendo realizado. Na oportunidade, o Conselheiro Cláudio Portela agradeceu aos Conselheiros pelas palavras proferidas e registrou que a experiência dos que estão na Comissão é um fator importante para a continuidade eficiente do trabalho em prol do Ministério Público. Ressaltou que o futuro do Ministério Público tem que passar pelo Planejamento Estratégico e que se desdobrará ao máximo para dar continuidade ao trabalho iniciado pela Conselheira Claudia Chagas e substituí-la à altura. Em seguida, a Presidente parabenizou o Conselheiro Cláudio Portela pela indicação e proclamou o resultado unânime de mais esta eleição. Após, a Presidente procedeu à eleição do Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia propôs, em nome do Plenário, a indicação do Conselheiro Esdras Dantas para o mencionado cargo. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior registrou que a presença do Conselheiro Esdras Dantas enriquecerá os debates no plenário. Na ocasião, o Conselheiro Jeferson Coelho manifestou sua satisfação com a presença do Conselheiro Esdras Dantas no colegiado, oportunidade em que o Conselheiro Cláudio Portela solicitou permissão para integrar a referida Comissão. Em seguida, o Conselheiro Esdras Dantas parabenizou a Presidente pelo cargo que está conduzindo e registrou a honra de tê-la presidindo o colegiado nesta sessão. Agradeceu aos pares pela indicação e consignou que dará o máximo de si para desempenhar essa atribuição que foi tão bem exercida pelo Conselheiro Fabiano Silveira. Agradeceu, também, ao Conselheiro Jarbas Soares Júnior, pela forma cordial com que o recebeu, e aos Conselheiros Jeferson Coelho, Cláudio Portela e Mario Bonsaglia, pelas palavras proferidas. Manifestou, ainda, a sua intenção em convidar o Conselheiro Cláudio Portela para integrar a Comissão. Em seguida, a Presidente parabenizou o Conselheiro Esdras Dantas, declarando-o eleito, à unanimidade, para Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência. Após, passou-se à eleição do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia anunciou o consenso do colegiado, no sentido de indicar o Conselheiro Jarbas Soares Júnior para permanecer, por mais um mandato, na Presidência dessa relevantíssima Comissão. Na ocasião, o Conselheiro Luiz Moreira destacou que o Conselheiro Jarbas Soares Júnior associou à sua carreira as melhores causas do Ministério Público e que foi o autor da proposta de criação dessa Comissão. Registrou, ainda, que o Conselheiro Jarbas Soares Júnior passará a coordenar o Fórum Nacional de Articulação das Ações do Ministério Público na Copa do Mundo. Por fim, renovou ao Conselheiro os votos de sucesso e brilhantismo na realização dos trabalhos daquela Comissão. Na oportunidade, o Conselheiro Jeferson Coelho reafirmou as palavras do Conselheiro Luiz Moreira e cumprimentou o Conselheiro Jarbas Soares Júnior pela indicação. Em seguida, o Conselheiro indicado registrou que a Comissão foi instalada no dia três de abril de 2012 e está sendo organizada por grupos temáticos, a partir de uma pesquisa nacional, realizada pelo CNMP, e também por informações colhidas no âmbito do planejamento estratégico. Registrou, também, que ficou lisonjeado pela confiança dos colegas e agradeceu as manifestações dos Conselheiros Mario Bonsaglia, Luiz Moreira e Jeferson Coelho, bem como cumprimentou a Presidente, registrando sua satisfação por vê-la dirigindo o Ministério Público da União. Na ocasião, a Presidente parabenizou o Conselheiro Jarbas Soares Júnior pela indicação e o anunciou Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, eleito à unanimidade. Por fim, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior registrou que o CNMP não pode virar um órgão burocrático que gira em torno de questões internas e que, por isso, não pode abrir mão de projetos nacionais, mas sem ferir a autonomia e a independência funcional do Ministério Público. Na sequência, o Conselheiro Antônio Duarte cumprimentou a Presidente, o Secretário-Geral, os Conselheiros e os demais presentes. Na ocasião, manifestou interesse em integrar a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, com a qual tem mais afinidade. Em seguida, registrou a necessidade de criação de uma Comissão Permanente voltada para a preservação da memória histórica e institucional do Conselho e que está trabalhando nessa proposta. Registrou, ainda, que, mesmo nas comissões em que ele não seja integrante, dará sua contribuição e que se sente honrado em fazer parte desta composição. Após, passou-se à eleição do representante do CNMP na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - ENASP. Na oportunidade, o Conselheiro Mario Bonsaglia informou que, para dar continuidade aos trabalhos realizados pela Conselheira Taís Ferraz, o colegiado escolheu consensualmente o Conselheiro Alexandre Saliba, que é magistrado federal, já atuou nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo, e tem uma marcante experiência na área criminal e com os temas afetos à Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Finalizou afirmando que não há dúvida de que o Conselheiro indicado representará brilhantemente o CNMP. Na oportunidade, o Conselheiro Alessandro Tramujas se associou às palavras do Conselheiro Mario Bonsaglia. Em seguida, o Conselheiro Cláudio Portela enalteceu o Conselheiro indicado e destacou que o seu currículo é moldado para o exercício desse mister. Registrou também a iniciativa do Conselheiro Luiz Moreira, que frisou a necessidade da indicação do nome de um Conselheiro para essa função. Concordou sobre a importância de um Conselheiro atuar na ENASP, o que deve ser sempre preservado. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior se associou às palavras já proferidas. Após, o Conselheiro Alexandre Saliba cumprimentou a Presidente, desejando uma profícua experiência no nobre cargo de Procuradora-Geral da República e agradeceu as palavras dirigidas a ele. Registrou que a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Ativos demonstram o acerto da sociedade, que se preocupa com o combate a todos os organismos criminosos. Informou que recentemente foi promulgada uma lei, que está em vacatio legis, que tipificou as organizações criminosas e certamente haverá muito trabalho pela frente nos encontros promovidos pelo CNMP visando debates acerca da legislação. Finalizou agradecendo a confiança dos colegas que o indicaram para essa importante missão. Na oportunidade, a Presidente anunciou o Conselheiro Alexandre Saliba, eleito por unanimidade, para representar a ENASP. Em seguida, foram distribuídas cédulas de votação para a escolha do Corregedor Nacional do Ministério Público, em eleição secreta, nos termos da Constituição Federal de 1988 e do Regimento Interno do CNMP. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia informou que o colegiado também havia chegado a um consenso, no sentido de indicar o Conselheiro Alessandro Tramujas para o mencionado cargo, por ter se mostrado atuante e vocacionado para a atividade ministerial. No ensejo, o Conselheiro Jeferson Coelho aderiu à manifestação anterior e acrescentou que o Conselheiro Alessandro Tramujas participou de todas as inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional e, desta forma, daria continuidade ao trabalho realizado. No ensejo, o Conselheiro Mario Bonsaglia elogiou a brilhante atuação do Conselheiro Jeferson Coelho à frente da Corregedoria Nacional, dedicando-se com afinco ao exercício do cargo e dando prosseguimento a uma das maiores empreitadas deste Conselho, que foi a realização das inspeções em diversas unidades ministeriais. Após, o Conselheiro Luiz Moreira cumprimentou o Conselheiro Mario Bonsaglia e, especialmente, o Conselheiro Jeferson Coelho, pela condução dos trabalhos na Corregedoria Nacional. Registrou, ainda, a sua satisfação pela escolha do Conselheiro Alessandro Tramujas para o cargo de Corregedor Nacional e desejou êxito no desempenho das novas funções. Na oportunidade, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior asseverou que a eleição do Corregedor Nacional era o momento mais importante da sessão e que a indicação do Conselheiro Alessandro Tramujas representava o reconhecimento da sua experiência e trajetória no Ministério Público do Estado de Roraima, no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e no CNMP. Parabenizou o Conselheiro Mario Bonsaglia, pelas palavras proferidas, e o Conselheiro Jeferson Coelho, pelo trabalho e encaminhamento dado à frente da Corregedoria Nacional. Por fim, desejou ao Conselheiro Alessandro Tramujas boa sorte nas novas funções. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira informou que o Conselheiro Alessandro Tramujas seria saudado no Senado Federal, na presente data, pela Senadora Angela Portela, pois a condução ao cargo de Corregedor Nacional repercutia profundamente no Senado Federal, como sinal de articulação e convivência, dando continuidade aos trabalhos iniciados pelo Conselheiro Jeferson Coelho. Após, o Conselheiro Marcelo Ferra consignou que o Conselheiro Jeferson Coelho realizou um excelente mandato na Corregedoria Nacional e que o trabalho realizado merecia todos os elogios do colegiado, pois procurou parcerias e exerceu o controle inerente ao Órgão, sempre com o objetivo maior de buscar o fortalecimento do Ministério Público. Destacou a relevância do papel desempenhado pela Corregedoria Nacional durante as inspeções, que permitiu o conhecimento da realidade local de cada unidade do Ministério Público. Ressaltou, ainda, a importância da mudança no Regimento Interno deste Conselho, que permitiu a instauração de processo disciplinar pelo Corregedor Nacional, ad referendum do plenário, o que deu mais agilidade ao procedimento. Explicitou, por fim, que o Conselheiro Alessandro Tramujas teria todos os atributos para o exercício do cargo de Corregedor Nacional, em razão de sua experiência anterior como Procurador-Geral de Justiça, Presidente de Associação e Corregedor-Geral, por dois mandatos. Em seguida, o Conselheiro Antônio Duarte aderiu às manifestações anteriores e ressaltou que o trabalho realizado pelo Conselheiro Jeferson Coelho à frente da Corregedoria Nacional constituiu um divisor de águas. Registrou que o colegiado dará ao novo Corregedor a colaboração necessária durante o exercício do seu mandato, para que seja uma gestão voltada à aplicação da justiça, em busca de um Ministério Público hígido, equilibrado, com a dignidade constitucional que merece. Desejou, por fim, muito sucesso ao Conselheiro Alessandro Tramujas. Em seguida, a Presidente anunciou que havia consenso na escolha do novo Corregedor Nacional e, após a apuração dos votos, declarou o Conselheiro Alessandro Tramujas eleito por unanimidade, para ocupar o mencionado cargo, parabenizando-o e desejando-lhe um excelente trabalho na Corregedoria. Após, o Conselheiro Alessandro Tramujas registrou o trabalho desempenhado pelo Conselheiro Jeferson Coelho e pela sua equipe de servidores e membros auxiliares, agradeceu a todos os Conselheiros pela confiança e consignou que irá conduzir a Corregedoria Nacional dialogando com todos os ramos do Ministério Público e com os demais Conselheiros. Em seguida, os Conselheiros Jeferson Coelho, Marcelo Ferra, Alexandre Saliba e Cláudio Portela requereram o afastamento de suas funções nos órgãos de origem, oportunidade em que o Conselheiro Jarbas Soares Júnior também renovou o seu pedido parcial de afastamento, na forma deferida anteriormente, o que foi acolhido à unanimidade. Na ocasião, o Conselheiro Mario Bonsaglia propôs que os Conselheiros interessados em participar como membros de alguma comissão se dirigissem ao respectivo Presidente, anunciando esse propósito, de forma a simplificar e agilizar as referidas indicações. Após, o Conselheiro Antônio Duarte informou que não solicitou o afastamento de suas funções, porquanto na Procuradoria Regional no Estado de Minas Gerais, na qual exerce suas funções, existem apenas três membros, de forma que, somente após a conclusão de concurso público, o gestor da Instituição poderia proceder à lotação de membro naquela Procuradoria. Desta forma, iria conciliar as suas funções com o exercício do mandato no Conselho. Na ocasião, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior requereu que fosse designada a próxima reunião plenária, para efeitos de organização e planejamento, oportunidade em que a Presidente propôs a realização das sessões nos dias dezessete e dezoito de setembro, com o que todos concordaram. Em seguida, o Conselheiro Cláudio Portela ressaltou a necessidade de se julgar uma maior quantidade de processos nas sessões plenárias. Desta forma, propôs aos Conselheiros uma reflexão sobre o tema, a fim de se agilizar os trabalhos. Na oportunidade, a Presidente questionou se haveria a necessidade de realização de mutirão, para julgamento dos processos mais antigos. No ensejo, o Conselheiro Luiz Moreira solicitou que fosse verificada, pelo novo Procurador-Geral da República, a possibilidade de realização de duas sessões por quinzena. Em seguida, o Conselheiro Jeferson Coelho consignou que duas sessões sucessivas seriam desgastantes, oportunidade em que o Conselheiro Mario Bonsaglia asseverou que o tema deveria ser discutido com o novo Presidente do CNMP, com o objetivo de se definir uma nova sistemática, inclusive quanto ao funcionamento das sessões plenárias, que são pautadas pelos pedidos de sustentação oral e não pela relevância da matéria, manifestação à qual aderiu o Conselheiro Jarbas Soares Júnior. Na oportunidade, o Conselheiro Luiz Moreira asseverou que não se poderia responsa-

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

bilizar os pedidos de sustentação oral pela não realização dos julgamentos, pois se tratava de exercício de direito legítimo das partes. Desta forma, seria necessário que o plenário efetivamente se debruçasse sobre todos os casos aptos a julgamento. Em seguida, a Presidente consignou que as referidas sugestões implicariam em datas futuras e que entendia pela realização de sessões a cada quinze dias, de forma que a nova sistemática deveria ser amadurecida e, posteriormente, discutida. No ensejo, o Conselheiro Marcelo Ferra registrou que, independente de deliberação, seria importante cumprir o Regimento Interno do CNMP, no tocante à confecção e publicação de calendário semestral, oportunidade em que a Presidente informou que o Secretário-Geral do Conselho iria elaborar uma proposta de calendário e encaminhá-la aos Conselheiros, mas que, eventualmente, poderia ser necessário realizar algum ajuste, em função da disponibilidade do novo Procurador-Geral da República. A sessão foi encerrada às dezesseis horas e vinte e dois minutos e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pela Presidente.

HELENITA CAIADO DE ACIOLI
Presidente do Conselho

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ANTEPROJETO DE LEI - AL Nº 0.00.000.001120/2013-57
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
REQUERENTE: LAURO PINTO CARDOSO NETO - Secretário-Geral do Ministério Público da União
EMENTA ANTEPROJETO DE LEI. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DAS UNIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, EXCETO O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. ARTIGO 22, §§ 1º E 2º, DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. PROCEDÊNCIA.

1. Proposta Orçamentária elaborada em conformidade com as determinações legais vigentes.

2. Aprovação da proposta orçamentária do Ministério Público da união, à exceção do Ministério Público Federal, para o exercício de 2014. 3. Procedência do Anteprojeto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar procedente o presente Anteprojeto de Lei.

Conselheiro LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

RECURSO INTERNO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N.º 0.00.000.000775/2013-16
RELATOR : LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
REQUERENTE: GUILHERME GOSELING ARAÚJO E OUTROS
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
EMENTA RECURSO INTERNO EM procedimento de controle administrativo. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO do tocantis. Portaria. Recesso. Ilegalidade não evidenciada. Autonomia administrativa do ministério público. Improcedência.

1. A concessão do recesso aos servidores do MP/TO está inserido na autonomia administrativa do próprio Parquet, consagrada na Constituição Federal (art. 127, §2º) e na Lei Orgânica do Ministério Público tocantinense (Lei Complementar Estadual nº 51/2008, artigos 2º e 17).

2. Cabe ao Procurador-Geral de Justiça administrar o Ministério Público com autonomia, expedindo atos regulamentares e organizando os serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Parquet.

3. Ilegalidade não observada.

4. Recurso Interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, a unanimidade, em conhecer do Recurso Interno, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

ACÓRDÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

ANTEPROJETO DE LEI - AL N.º 0.00.000.001298/2013-06
RELATOR : CONSELHEIRO JARBAS SOARES JÚNIOR
REQUERENTES : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E MINISTÉRIO
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
EMENTA ANTEPROJETO DE LEI. ARTS. 38, § 12, E 39, § 5º, DA LEI Nº 12.708/2012 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013. PROPOSIÇÕES DE ABERTURA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS ADICIONAIS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. FORMALIDADES OBSERVADAS. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

1. O pedido de abertura de créditos adicionais deve ser devidamente acompanhado das respectivas justificativas e indicações de fontes, salvo em relação a pedidos de suplementação orçamentária mediante Decreto do Poder Executivo.

2. No caso, o pedido de abertura de créditos adicionais atende aos requisitos legais. Na segunda hipótese, conforme se constata dos autos, embora os pedidos formulados pelos requerentes não indiquem, ainda, as dotações correspondentes que serão oferecidas como contrapartida, o eventual atendimento dependerá de cancelamento de dotações indicadas pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no momento oportuno.

3. Assim, tenho por razoáveis as justificativas apresentadas.

4.Parecer favorável ao encaminhamento das propostas sub examine aos órgãos competentes.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em manifestar-se favoravelmente ao encaminhamento das solicitações de abertura de créditos orçamentários adicionais formuladas pelos requerentes, nos termos do voto do relator.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Relator

DECISÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - PCA Nº 0.00.000.001352/2013-13
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA
REQUERENTE: MARCELO MOURA DE OLIVEIRA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
DECISÃO LIMINAR

(?) Pelo exposto, DEFIRO o pedido de medida liminar, para conceder licença para acompanhamento de cônjuge, com exercício provisório em unidade do Ministério Público da União no município de Cuiabá/MT, nos termos do §2º do art. 84 da Lei nº 8.112/1990, inclusive, respeitando-se o prazo de trânsito estabelecido no art. 18 da Lei nº 8.112/90.

Outrossim, solicitem-se informações acerca dos fatos descritos na petição inicial ao Secretário-geral do MPU, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 126 do RICNMP.

Intimem-se, com urgência, o Secretário-Geral do Ministério Público da União, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República no estado do Amazonas e o requerente da presente decisão.

Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional do CNMP

ACÓRDÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR N.º 0.00.000.000594/2013-81
RELATOR : LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
REQUERENTE: Marcos Tibério Castelo Aires - Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará
REQUERIDO : Ministério Público do Estado do Ceará
EMENTA REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. DECISÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. VITALICIEDADE. PRORROGAÇÃO POR MAIS UM ANO. ILEGALIDADE. ANULAÇÃO DA DECISÃO. RETORNO DA MATÉRIA AO ÓRGÃO DE ORIGEM PARA JULGAMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

1. A vitaliciedade é uma garantia do membro do Ministério Público para o cumprimento de suas funções e está prevista na alínea "a" do inciso I do §5º do art. 128 da Constituição Federal.

2. A solução adotada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará acabou por modificar a própria constituição, acrescentando um ano a mais no período de vitaliciamento do Promotor de Justiça.

3. A Constituição é de clareza solar quando diz que a vitaliciedade será adquirida após dois anos de exercício. Desta forma, a nossa Carta Magna não permite a vitaliciedade em menor tempo, tão pouco que seja deferido mais tempo para verificação de seus requisitos.

4. Não cabe a este Conselho Nacional analisar os requisitos legais para o devido vitaliciamento, tendo em vista ser atribuição legal do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 15 da Lei 8615/93 e do art. 48, VI, da Lei Complementar Estadual nº 75/2008.

5. Se o Conselho analisasse se o vitaliciamento do Promotor de Justiça é devido ou não, acabaria por incorrer em nítida supressão de instância, tendo em vista que o Conselho Superior do MP/CE ainda não exarou sua decisão sobre o assunto.

6. Anulação da decisão do CSMP/CE e encaminhamento da matéria a esse órgão para análise, em 60 (sessenta) dias, e decisão sobre o vitaliciamento do Promotor de Justiça.

7. Procedência parcial.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar, parcialmente, procedente a presente Revisão de Processo Disciplinar, tudo nos termos do voto do Relator.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

DECISÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N° 955/2013-90
REQUERENTE: EDUARDO HENRIQUE COSTA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE TOCANTINS
RELATOR: CONSELHEIRO ESDRAS DANTAS SOUZA
DECISÃO

(?) POR TAIS CONSIDERAÇÕES, julgo extinto o presente Pedido de Providências, por manifesta improcedência, sem resolução do mérito, e o faço, nos termos do art. 43, IX, "b" do RI/CNMP.

Intime-se. Após o trânsito em julgado ao arquivo.

Conselheiro ESDRAS DANTAS DE SOUZA
Relator

DECISÃO DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

PROCESSO: PCA Nº 1.299/2013-42
RELATOR: CONSELHEIRO ALEXANDRE BERZOSA SALIBA
REQUERENTE: HENRIQUE DA ROSA ZIESEMER
REQUERIDO: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DECISÃO LIMINAR

(...)Em face do exposto, tendo em vista a presença dos requisitos regimentais autorizadores da medida, e sem prejuízo de nova manifestação após a vinda das informações, DEFIRO o pedido liminar formulado na letra "c" do item 23 da Petição Inicial (fls. 15), para determinar ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na pessoa de seu Presidente, que promova, quando presentes os demais requisitos, a regular inscrição do Requerente nos concursos de remoção de seu interesse, ficando a homologação do respectivo resultado suspensa até solução definitiva deste Procedimento de Controle Administrativo.

Com a chegada das informações e esgotamento do prazo fixado no edital de notificação de eventuais interessados, voltem os autos para decisão de mérito, com imediata inclusão do feito em pauta para julgamento.

Conselheiro ALEXANDRE SALIBA
Relator

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 675, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2013, conforme anexos I e II a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.782.487	14.905
Pessoal Ativo	2.305.440	13.654
Pessoal Inativo e Pensionistas	476.771	1.251
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	276	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	507.678	320
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	80.088	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	427.590	320
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.274.809	14.585
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	2.289.394	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	625.461.567	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,37	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%	3.752.769	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%	3.565.131	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,54%	3.377.492	

Fonte: Sistema SIAFI Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de Emissão 17/set/2013 e hora de emissão 15h e 40m.
Nota: Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral

EDSON ALVES VIEIRA
Auditor-Chefe
Em exercício

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	416.364	426
Pessoal Ativo	356.886	396
Pessoal Inativo e Pensionistas	59.478	30
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	64.328	30
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	13.563	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	50.765	30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	352.036	396
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	352.432	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	625.461.567	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,0563	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF e Decreto nº 6.334/2007) - 0,092%	575.425	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,0874%	546.653	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,0828%	517.882	

Fonte: Sistema SIAFI Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de Emissão 17/set/2013 e hora de emissão 15h e 40m.
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

LAURO PINTO CARDOSO NETO
125EDSON ALVES VIEIRA
Auditor-Chefe
Em exercício

PORTARIA Nº 678, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, e do art. 4º, inc. XXIII, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/2008, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.00.000.001377/2013-53, resolve:
Art. 1º Aplicar a penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com União, pelo prazo de 03 (três) anos, em desfavor da Empresa MR Hospitalar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 13.727.563/0001-28, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria PG nº 712, de 20 de setembro de 2013, publicada no DOU nº 185, Seção 1, de 24 de setembro de 2013, página 69/70, onde se lê:

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE			PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE	
	.....			.....	
	DIRETORIA REGIONAL			DIRETORIA REGIONAL	
	.....			.....	
1	SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS Chefe	CC 01	1	SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS Chefe	CC 01
1	SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS Chefe	CC 01	1	SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS Chefe	CC 01
1	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO Diretor	CC 02	1	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO Diretor	CC 02
	.....			.....	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Leia-se:

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE			PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE	
	..... DIRETORIA REGIONAL			..... DIRETORIA REGIONAL	
1	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO Diretor	CC 02	1	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO Diretor	CC 02
1	SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS Chefe	CC 01	1	SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS Chefe	CC 01
1	SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS Chefe	CC 01	1	SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS Chefe	CC 01
1	Programa de Saúde e Assistência Social - PLAN-ASSISTE Gerente	FC 03	1	Programa de Saúde e Assistência Social - PLAN-ASSISTE Gerente	FC 03

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 176, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000560.2013.01.006/5-601, instaurada em face da gravidade da denúncia, que envolve trabalho de menor de 16(dezesseis) anos.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000560.2013.01.006/5-601 em face da empresa:

MUNICIPIO DE NITEROI, CNPJ n.º 28.521.748/0001-59, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, 987 - 8º andar - Centro - Niteroi - RJ - CEP 24.020-206;

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 469, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Inquérito Civil n.° 001182.2013.20.000/7. Representado: Maria Flor Restaurante Ltda. - ME. Tema(s): 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento, 09.14.08. Vale-Transporte, 09.14.09. Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios (campo de especificação obrigatória)

O Ministério Público do Trabalho, pelo PROCURADOR DO TRABALHO abaixo subscrito, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento, 09.14.08. Vale-Transporte, 09.14.09. Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios (campo de especificação obrigatória), resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 471, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Inquérito Civil n.° 001294.2013.20.000/1. Representado: União Segurança Patrimonial LTDA. Tema(s): 09.14.05. Pagamentos não Contabilizados

O Ministério Público do Trabalho, pelo PROCURADOR DO TRABALHO abaixo subscrito, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.14.05. Pagamentos não Contabilizados, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 34, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

(Sessão Ordinária)

Presidência do Ministro: Valmir Campelo
Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
Secretário da Sessão: AUFC Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamim Zymler, José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira, bem como do Representante do Ministério Público, Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé, o Presidente da Primeira Câmara, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Ordinária da Primeira Câmara às quinze horas (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 11, 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 33, da Sessão Ordinária realizada em 17 de setembro de 2013, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

A presente Ata, bem como o seu Anexo, de acordo com a Resolução TCU n° 184/2005, está publicada na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira Câmara aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de n°s 6362 a 6521, conforme pauta n° 34/2013, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140, 141 e 143, e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

RELAÇÃO Nº 32/2013 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

ACÓRDÃO Nº 6362/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.103/2013-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Lucia de Faria Lima Nogueira (223.598.931-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6363/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.501/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abercio Freire Marmora (036.269.708-68); Alzira Ebe Donadio Albino (170.329.258-80); Manoel Amiratti Perez (033.892.278-49); Nelson Floduardo da Motta (008.118.238-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda Em São Paulo
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para:
1.7.1. alterar no SISAC o fundamento legal da aposentadoria de Manoel Amiratti (CPF: 033.892.278-49);
1.7.2. alterar o fundamento legal da aposentadoria de Alzira Ebe Donadio Albino (CPF: 170.329.258-80) para invalidez simples, com proventos proporcionais, de acordo com o art. 40, item I, da Constituição Federal, com as alterações da EC 41/2003, e pela EC 70/2012.

ACÓRDÃO Nº 6364/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.329/2013-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Josue Martins da Silva (003.346.934-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6365/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-018.351/2013-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Bosco Barros Rego (001.822.653-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6366/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.033/2013-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Otavio Labanca (256.500.767-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6367/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.444/2013-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eunice Souza Lima Pontes (008.141.996-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6368/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.763/2013-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Adolfo Maia (011.422.673-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6369/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.822/2013-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eraldo Bulhões Barros (007.770.724-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6370/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.825/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Zuleide Medeiros de Souza (002.763.594-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6371/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.070/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Nunes de Magalhães (051.210.076-47); Ruimar Calaca de Menezes (288.988.181-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6372/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.074/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Weber Ribeiro (070.370.226-24); Cristina Lucia Janini Lopes (758.935.336-15); Emerson José Simões da Silva (045.287.526-97); Fernando Célio Dias (065.406.126-21); Janaína Faustino Leite (044.737.216-55); Jose Roberto Troca (505.347.936-49); Jose Valmei Bueno (049.854.796-59); Joyce Caroline Areas Pereira (099.553.656-25); João Paulo Espedito Mariano (102.025.626-54); Juliana Gines Bortoletto (226.050.788-33); Juliana Lima de Rezende (076.000.366-14); Leonardo Martins Alves (080.937.716-03); Lerice de Castro Garzoni (302.711.728-94); Marcos Magalhães de Souza (189.598.728-81); Maria Elizabeti da Silva Bernardo (028.545.396-30); Maria Gileide de Oliveira (030.322.154-20); Maria Josiane Ferreira Gomes (319.050.968-95); Mariana Eliane Teixeira (080.050.496-84); Márcia Regina Baldissera Rodrigues (265.535.808-20); Oséas Teixeira (060.181.586-63); Rafael Felipe Coelho Neves (082.779.706-09); Thaís Domingues Carvalhaes (106.459.746-76); Thome Simpliciano Almeida (061.243.456-76); Valdir Barbosa da Silva Júnior (002.700.336-10)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6373/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.078/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luiz Salvat Moscato (064.867.859-85); Deborah Brasil Lustoza de Oliveira (045.958.269-07); Denis Roberto Falcão Spina (020.270.329-08); Denise Maria Vecino Sato (033.638.269-31); Elizandra Cristina Lazarotto (026.614.729-16); Francielle da Silva (066.382.469-92); Katia Cristiane Kobus Novaes (026.754.379-48); Miriam Yamauchi (036.885.019-69); Perci Ayres Antiqueira (552.494.429-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6374/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.080/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriany Serra do Nascimento (029.537.073-44); Adão Nascimento dos Passos (344.322.563-20); Alane Oliveira Nascimento Batista (016.043.243-09); Alcebiades Adalton de Souza (062.059.503-59); Alecsandra Pereira da Costa Moreira (044.912.654-45); Ana Cecília Vasconcelos Loayza (912.948.863-04); Bruna Rafaela Pinheiro Martins (027.438.983-56); Carina Moreno Dias Carneiro Muniz (045.300.014-23); Carlos Augusto Gomes Soares (405.422.623-04); Carmem Lúcia Felix da Silva (008.725.003-90); Cassandra Maria Pereira Hossoe (522.743.303-87); Cláudia Regina Brito Mendes (888.110.183-15); Edna Maria da Costa Sobral (352.843.073-72); Edson Carvalho da Paz (007.412.593-11); Elisângela Tavares da Silva Figueiredo (554.406.903-44); Emerson Ribeiro Ramos (011.317.063-74); Erivaldo Nunes Lopes (026.972.993-35); Freud Sebastian Bach Carvalho Lima (019.929.563-83); Graziela da Silva Suzuki (036.932.216-93); Gricirene Sousa Correia (832.051.013-91); Ismael Silva de Melo (946.653.113-15); Jackson de Oliveira Vieira (785.640.343-87); Janilson Lima Souza (000.882.483-56); Jefferson Heitor de Oliveira Rocha (845.741.353-87); Jefferson Machado de Assunção (076.344.147-35); Joelma Santos da Silva (999.256.133-53); Johnny Herberthy Martins Ferreira (822.017.493-53); José Manoel de Moura Filho (446.415.403-49); João Santana da Silva (018.129.643-82); Kelcius Rodrigues Ferreira (891.319.243-87); Leonardo Queiroz de Souza (046.911.654-44); Lindermberg Alex Pereira Trindade (418.494.423-04); Lourival Matos de Sousa Filho (854.934.573-34); Luciana Learte Moura Nunes (001.694.163-21); Luciana Paula de Freitas Coelho (015.315.843-30); Lucíllia Rabelo de Oliveira (931.703.353-91); Luiz Furtado Sousa Santos (303.277.093-91); Luís Cláudio Mendes Chaves (459.948.463-68); Luís Henrique Dias Ferreira (014.273.603-16); Marcelo de Oliveira Silva (877.429.503-91); Monique de Oliveira Serra (652.345.533-53); Márcio César de Castro Aragão (809.991.903-34); Mário César Soares Teixeira (616.085.643-04); Nilson dos Santos Loiola (013.924.933-82); Pablo Cruz Santos (010.560.443-73); Poliana Cristina Nascimento Reis (013.453.533-24); Raimundo Nonato da Cruz Neto (811.486.583-00); Richele da Rocha Rêgo (010.843.323-45); Sarahbelle Leitte Cartaxo (656.058.293-00); Sebastião Ricardo Costa Rodrigues (017.934.553-25); Silvana Maria dos Anjos Pires Brito (303.458.983-20); Valdiléia Pereira Cardoso (960.741.673-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6375/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-023.083/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto Henrique Lisboa da Silva (073.088.556-94); Amilton Ferreira da Silva Junior (055.707.797-44); Arinadina Caetano (089.463.156-01); Bruna Fontes Ferraz (076.255.776-19); Bruno Nonato Gomes (075.606.786-37); Carlos Henrique dos Santos Nunes (662.889.756-72); Cristiano Nogueira Trombini (037.204.006-38); Denise Pimentel Diniz Santos (013.094.186-75); Edson Júnior dos Santos (103.671.556-64); Erico Otavio Diniz Crispim da Silva (885.813.066-91); Estefania Cristina da Costa (076.467.336-01); Fabíola Araújo de Souza Ribeiro (075.182.656-13); Felipe de Oliveira Luzzi (035.302.366-32); Geraldo Magela Rodrigues de Almeida (012.218.266-97); Gustavo Soares Iorio (313.811.368-00); Heberton Luis da Silva Correa (048.996.866-09); Isabel Cristina Mallosto Emerich de Abreu (070.393.756-13); Jaqueline Vieira Lopes (079.788.446-76); Joao Paulo Lemos (073.216.166-57); Joice Nara de Faria (107.957.176-01); Jose Ozanam de Andrade (315.938.606-68); José Antônio de Queiroz Lafeta Júnior (067.793.696-67); Kelly Alcilene Cardozo (031.741.366-01); Keneston Sousa Coelho (104.833.856-89); Kleverson Teodoro de Lima (658.016.606-15); Leandro Lacerda Sales (075.376.816-00); Luciane Silva de Almeida (017.161.175-69); Luiz Otávio Rujner Guimarães (611.411.006-49); Luzia Maria dos Santos Pires (027.495.506-70); Maisa de Freitas (077.679.666-66); Marcia Margarida Vilaca (556.175.226-04); Marcos Vinicius Andrade de Campos (074.728.606-03); Marina Leopoldina Lamounier (089.570.126-05); Matheus Tonani Marques Pereira (063.950.646-14); Naiane Martinelle dos Anjos Silva (096.852.726-46); Natália Carolina Duarte Medeiros (098.559.896-43); Neubert Lima Lopes Filho (085.605.976-54); Patricia Carvalho Campos (067.155.556-13); Pedro Henrique Tafas Duque (063.838.716-76); Raquel Ferreira Viana (100.969.646-77); Rejiane Avelar Bastos (084.316.446-80); Ronan Dutra Mendonça (036.991.636-01); Rosangela Marques de Souza (039.304.746-62); Talitha de Souza Teixeira (097.300.476-26); Uliana Marinho Rodrigues (037.148.246-18); Vander Ribeiro de Almeida (032.191.706-50); Victor Coelho Pereira (099.149.166-19); Wallace Magalhães Trindade (037.594.456-75); Wederson Almeida Seifert (012.166.886-05); Wesley Souto Braga (058.549.946-23); Wilson Ambrósio Junior (678.079.336-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6376/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.093/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Djane da Silva Teixeira (003.114.963-42); Flavio Roberto Carvalho Barros (901.041.104-49); Hudson Ellen Alencar Menezes (028.701.834-29); Illyane Alencar Carvalho (048.225.674-51); Jeronimo Constantino Borel (074.483.196-20); Juscileia Lopes da Silva Roza (007.701.624-60); Kathleen Verlaine Freire (018.992.124-26); Melina de Carvalho Pereira (064.230.154-90); Mirian Lucia Pereira (528.453.204-00); Mirtes de Andrade Rocha (689.579.634-72); Roberio do Nascimento Coelho (007.662.194-45); Roberto Cesar Ferreira da Silva (991.140.705-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6377/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.109/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Soares Santos (047.154.446-90); Andre Flavio Clarimundo Rabelo (004.502.856-77); Arilda Clainer Drumond (357.830.446-87); Claudia Cristina Maia (043.033.796-54); Claudio Antonio da Silva (539.042.906-06); Cristiano Geraldo de Faria (027.567.336-79); Glauciene Silva Martins (070.437.256-82); Ivone Piedade Terra (049.003.668-62); Juliana Oliveira Ferreira (088.476.916-05); Luciane Martins Ribeiro (011.861.516-50); Maria Lucia Ferreira (624.947.166-91); Mariana Oliveira e Souza (079.361.116-46); Michelle Hanne Soares Andrade (038.010.586-11); Rafael Diogo Pereira (054.925.006-94); Rosana Aurea Tonetti Massahud (050.987.306-51); Tais Gonçalves Gadoni (089.502.016-58); Thabata Araujo de Alvarenga (937.433.196-91); Verônica Alves Mota (041.393.626-00)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6378/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.110/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adir Silvério Cembranel (028.465.459-01); Adriano Gomes de Santana (066.465.769-98); Adriano Rodrigues de Melo (059.128.639-48); Ana Paula Petrikoski (066.133.619-09); Andre Luis Lisboa de Miranda (046.884.349-36); Andressa Aparecida Lopes (057.739.669-21); Angela Laufer Rech (041.150.689-73); Ariane Maria Machado de Oliveira (036.484.469-83); Arthur Augusto Alves Ferreira (054.503.509-02); Augusto Vaghetti Luchese (006.932.559-60); Cibele Cornejo Jacinto (066.813.589-18); Claudia Brunosi Medeiros (066.517.909-00); Cristiano Kusbick Poll (030.399.299-92); Daisy Soares de Oliveira (029.325.317-00); David da Silva Simeão (032.160.949-28); Dinéia Tessaro (034.520.899-40); Diogo Mauricio Betiolo (054.743.829-01); Eder da Costa dos Santos (716.310.110-49); Elciane Regina Zanatta (018.543.629-33); Elias Reikdal de Amorim Junior (046.849.179-16); Fabiane Marister dos Passos (052.975.139-95); Fabio Junio Alves Batista (042.563.439-62); Fabricio Diego Vieira (058.645.789-59); Felipe Diogo Ferreira (072.501.719-84); Fernando Oliveira de Andrade (872.853.129-91); Gisele Alves Santana (039.089.329-39); Guilherme Jose Turcatel Alves (043.657.839-55); Ilton José Baraldi (062.642.018-04); Jacqueline Pinho Paixao de Souza (036.861.449-21); Jean Carlos Gentilini (059.361.979-05); Juliano Rossi de Oliveira (056.057.079-14); Leonardo Bruno Garcia Campanhol (058.304.959-10); Loraine Cristina do Valle Jacobs (059.471.589-06); Luana Aparecida Castilho Maro (067.885.766-02); Lucas Freitas Berti (309.022.108-07); Magali Aparecida Schllemer (057.310.459-09); Marcelo Dias Pedroso (066.311.459-45); Marcelo Ferreira Ribas (061.660.909-43); Marcelo Marcos Manenti (768.166.489-00); Marivania Rufato da Silva (060.160.389-38); Matheus Henrique Dal Molin Ribeiro (063.580.469-77); Mônica Piotsckowski (083.034.669-41); Nazira Hanna Harb (289.016.138-24); Paulo Rodrigues da Silva (867.844.809-10); Priscila Soraia da Conceição (329.126.538-60); Ricardo Guimaraes Santana (079.315.939-36); Ricardo de Oliveira Silveira (028.740.319-09); Rosangela de Fatima Stankowitz Penteado (473.659.519-15); Rui Pimentel Leite (087.600.269-60); Sidgley Camargo de Andrade (033.132.749-00); Silvana Patricia Verona (030.652.899-11); Simone Aparecida Tomazetto (774.614.109-97); Simone Cristina Castro (026.511.989-86); Tania Lucia Monteiro (861.118.687-72); Thiago de Sousa Costa (028.811.463-92); Vinicius Camargo Andrade (068.567.529-70); Yuri Utumi Calonga (082.830.049-64)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6379/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.142/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elisangela Silva (031.364.996-03)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6380/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.144/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fábio Orssatto (009.520.899-20); Gustavo Feltrin Rossini (964.517.260-87); Rafaela Vendruscolo (009.669.460-22)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6381/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.146/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anna Rita Tomich Magalhães Felippe (055.153.216-50); Caroline Piedade Felix (097.931.156-02); Eliane Matesco Cristovão (158.376.088-18); Evandro Augusto de Morais (275.613.298-57); Luis Fernando Alberti (806.580.160-91); Michelle Roseli da Luz (013.362.346-79); Roberto Júnio Pedroso Dias (013.695.906-79); Roger Rodrigues Torres (227.183.968-81); Rondineli Rodrigues Pereira (047.531.326-76)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6382/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.149/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Manoel Reginaldo Silva Pereira (618.869.122-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6383/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.150/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Douglas da Silva (100.016.167-65); Sérgio Machado do Prado (334.366.657-20)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6384/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.151/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Belletti Figueira (013.730.310-69); Alfredo Parteli Gomes (893.232.460-34); Anderson dos Santos Borba (020.036.210-08); Andre Luis Rodeghiero Rosa (006.361.280-16); Andre Oldoni (004.269.390-00); Andreia Behling Azambuja (004.759.850-60); Angelica Lorini Najar (448.645.230-53); Antonio Ricardo Correa Candiota (301.243.360-00); Barbara Hees Garre (966.475.070-00); Cassio de Lima Gehlen (963.445.980-34); Caterine Henriques Mendes (983.790.380-53); Circi Nayar Oliveira Lourenço (382.148.220-68); Daniela da Rosa Curcio (985.156.830-91); Dario da Rosa Cruz (941.584.600-34); Darling Geruza Rio de Souza (763.603.340-20); Emilena Teixeira Munhoz (961.390.990-72); Fabiane Konrad Rediess (000.276.600-01); Fabio Roberto Moraes Lemes (935.082.710-72); Fernando Abrahao Afonso (007.741.560-40); Genifer Cardoso Born (016.310.590-17); Gisele Alves Nobre de Almeida (004.094.660-69); Glaucia Oliveira Islabao (571.856.700-04); Inessa Carrasco Pereyra (890.364.840-49); Jose Edson de Barros Correia (217.779.344-00); Leonardo Dias Soares (014.342.009-73); Lucas Hlenka (042.180.369-00); Luiz Henrique Neves Pacheco (301.687.910-72); Marcelo da Silveira Siedler (969.818.730-87); Matheus Zorzoli Krolow (012.266.600-37); Ricardo Luis Deboni (818.910.080-72); Richard Silva Martins (008.415.820-41); Samanta Tolentino Cecconello (006.162.500-02); Samuel da Silva Gomes (963.266.460-49); Stela Maris Meister Meira (009.226.160-43); Suzana Trevisan (005.719.650-83)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6385/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.152/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Djalma Vitorino Costa Filho (074.680.734-14); José Eduardo Mendes de Lima (071.265.754-16); José Orlando Silveira Rocha (542.718.434-15); Valéria Lopes Cruz (041.996.885-79)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6386/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.155/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Cristina Pacheco (045.967.516-84); Ana Paula Pereira Costa (048.825.226-16); Eduardo Pelli (013.332.496-67); Fernanda Félix da Silva (096.395.086-08); Jullyele Hubner Costa (065.248.766-10); Lilian Simone Godoy Fonseca (636.196.286-53); Mariana Hermsdorff e Prata (052.008.526-41); Raquel de Souza Pompermayer (097.601.928-02); Rebecca Pedroso Monteiro (887.700.956-04); Valéria Maria Pena Ferreira (481.450.846-87); Vanessa Rios de Souza (015.384.476-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6387/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.156/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Giovani Luiz de Santi (951.818.906-44); Vitor Martins Chaud (350.517.578-12)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6388/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.160/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eliane da Silva Soares Ferreira (078.754.027-78); Israel da Silva Torres (711.102.592-04); Jair da Silva Feitoza (704.507.222-87); Manoel Ricardo Sampaio Pinheiro (346.573.042-91); Maria Eunice Sá Pitanga (221.755.204-04); Neidiany Vieira Jovarini (032.007.677-66); Nilton Pereira da Silva (012.797.884-45); Sandro Ferreira Rabelo (056.732.906-24)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6389/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.161/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agostinho Alves de Sousa (351.306.957-04); Anajara Rodrigues Ferreira (833.888.422-72); Cleber Tadeu Allievi (358.726.750-20); Daniel Francisco Pereira Ugalde (515.168.102-87); Edilberto Ferreira Janser Junior (434.709.042-00); Katia Soares Bezerra Lima (308.751.292-34); Katiuscia Pedrosa Rodrigues (632.645.872-20); Letícia Mendonça Lopes Ribeiro (054.604.736-08); Marcio Antonio Pontes da Silva (886.158.552-34); Murillo Mascarenhas Ribeiro (824.011.445-87); Thiago Euzebio Martins Pinheiro (807.406.852-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6390/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.162/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Muraro (003.957.481-43); Andressa Kelly Reinhold Macedo (900.983.581-20); Augusto Cesar Leon Bordest (110.034.948-03); Bryan Mariano Martinez Alves (740.997.281-53); Cosmeilson Rodrigues Soares (004.733.001-50); Daniel Victor Falcão (019.754.381-24); Diego Augusto Fiorese (052.820.869-13); Eder Leite de Brito (487.575.351-91); Elis Caroline Celestina dos Santos (020.085.681-21); Fernanda Rocha Gomes da Silva (937.980.321-49); Isaque Bizerra Lacerda (032.959.649-71); Jackelyne da Silva Stefan (702.146.621-87); Mariene de Jesus da Silva (396.774.001-34); Mendalli Froelich (025.151.071-92); Sheila Cristina Ferreira Gabriel (829.626.776-49); Tatiane Maria dos Santos da Silva (996.320.121-00); Vanessa Costa Silva Faria (016.753.761-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6391/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.163/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marco Antonio do Nascimento (095.701.906-80)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6392/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.164/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Gonçalves da Silva Manetti (944.240.120-34); Aline Tabarelli (716.093.850-04); Andrea Souza Castro (949.900.180-87); Antônio Alves da Silva Júnior (812.531.762-72); Ariane Ferreira Porto Rosa (902.680.910-72); Bruno Zatt (004.141.350-40); Carla Diniz Lopes (044.076.786-58); Carolina Baptista Menezes (811.466.800-82); Cristine Lima Alberton (001.187.430-90); Daniela Arnold Tisot (889.983.200-53); Diego Moscarelli Pinto (923.647.990-15); Eder Daniel Teixeira (926.328.740-68); Etiene Villela Marroni (571.702.740-00); Everton Anger Cavalheiro (933.955.070-68); Fernando Cesar Wehrmeister (037.798.859-64); Giovanni Nachtigall Mauricio (895.879.600-68); Gizele Ingrid Gadotti (023.785.789-89); Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti (251.986.368-43); Gustavo Barbosa Athayde (022.061.469-59); Hudson Cristiano Wander de Carvalho (042.115.876-09); José Ricardo Sousa Costa (927.272.630-15); Juliana Graciela Vestena Zillmer (814.020.070-00); Ludmila Correa Muniz (001.773.700-17); Luis Antonio dos Santos Franz (633.787.360-20); Luís Artur Costa (990.243.060-00); Mateus Beck Fonseca (953.449.420-87); Maurício de Oliveira (003.760.120-21); Vanessa Goulart Machado (001.537.740-70); Vinícius Farias Campos (008.909.760-23); Wagner Halmenschlager (011.237.610-00)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6393/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.171/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Giovana Ely Flores (598.365.980-49)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6394/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.174/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Livia e Palos Brito (002.506.091-00); Andre Augusto Fernandes Pedro (326.760.338-24); Diego Roncisvalle de Souza (002.232.731-20); Dulce Michels (276.348.259-72); Gabriel Costa Resende (993.385.991-91); Laura Isabel Campos Correa (910.152.191-87); Pablo Nascimento Soares (023.730.941-69); Yandra de Almeida Rodrigues (023.612.521-47)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6395/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.209/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Carolina Nozella Gama (363.933.958-42)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6396/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.212/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Benitez Martins (351.592.658-56); Carlos Portilho Assis Cabral (597.750.091-20); Carolina Brom Aki de Oliveira (722.533.201-53); Celso Lucas Fernandes Oliveira (031.886.601-38); Cintia Oliveira Silva (020.994.631-82); Cristyene Gonçalves Benicio (024.775.241-00); Daniel Silva Carvalho (931.194.291-04); Danielle de Oliveira Diniz Neres (083.623.986-55); Danilo Vieira Oliveira (036.332.971-46); David Santos Fonseca (978.467.086-00); Douglas Antônio Rocha Prado (991.095.221-15); Edir de Jesus Borges Pinto (463.385.001-68); Eduardo Vieira Brandão (950.819.251-87); Eide Alves Morais Rocha (008.199.351-07); Elaine Jacob da Silva Carmo (785.339.021-15); Fausto da Silva Moraes (026.439.041-50); Fernanda Cristina Gontijo da Silva (002.317.671-70); Fernanda Garrote Marques (024.749.331-74); Fernanda Valentin (002.068.631-52); Francys Pimenta de Faria (998.671.411-72); Gabriel Qualhato (040.739.961-50); Gerlon de Almeida Ribeiro Oliveira (016.826.351-39); Guilherme Murilo de Oliveira (013.446.476-18); Gustavo Aquino Jordão (034.116.281-70); Gustavo Oliveira de Melo (008.601.171-54); Leonardo de Oliveira Xavier (021.692.801-03); Wenismar Pereira de Lima (008.824.691-42)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6397/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.213/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adrianne Maria Berno de Rezende Duarte (958.717.646-49); Alan Correa Diniz (103.813.486-28); Alcielis de Paula Neto (004.639.626-80); Ana Paula do Nascimento Duque (080.177.696-10); Angelica da Conceição Oliveira Coelho Fabri (014.001.796-88); Angelino Fernandes Silva (030.653.886-50); Antoniana Dias Defilippo (051.964.216-37); Benjamin Fragneaud (017.990.586-46); Bruno Gonçalves Schroder e Souza (050.576.336-27); Camila Neves Silva (089.641.696-89); Christiane Jalles de Paula (037.689.157-27); Cleber Maestri Gonçalves (622.695.427-20); Clodomir Barros de Andrade (781.591.307-59); Daniel Leal de Paula Esteves dos Reis (085.970.626-57); Debora Vargas Ferreira Costa (055.863.796-51); Diego Fiel Santos (014.627.805-47); Eduardo Sa Barreto Cruz (222.063.138-98); Ernani Simplicio Machado (958.711.366-72); Fabiana Mendes Tavares (082.193.297-77); Fernando Augusto Capuzzo de Lima (037.696.896-66); Fernando Guilhon de Castro (874.169.566-68); Fernando de Sá Silva (218.206.108-88); Geraldo Moreira Bittencourt (082.978.546-98); Hilton Manoel Dias Ribeiro (059.903.026-73); Humberto Schubert Coelho (066.699.396-39); Ivan Mota Santos (065.522.866-78); Jimmy Sudario Cabral (923.147.081-72); João Paulo Gomes e Lopes (053.040.536-99); Jucelia Barbosa da Silva (047.815.646-40); Kamilla Coelho Morais Rodrigues (055.667.586-06); Karen Luise Lang (035.317.379-70); Leandro Ribeiro da Silva (051.331.166-16); Lecir Jacinto Barbacovi (506.594.649-34); Leonardo Lemos da Silveira Santos (005.042.416-56); Leonardo Meneghin Mendonça (060.357.206-50); Luis Claudio Costa Fajardo (789.040.646-00); Monalisa Reis da Silva (090.434.816-45); Pauline Martins Leite (013.852.556-09); Rafael de Paula Garcia (097.759.076-32); Raquel Von Randow Portes (029.495.686-70); Renata Venise Vargas Pereira (903.705.626-15); Renato Cilli (151.096.058-90); Sergio Hamilton da Silva Barra (037.635.057-17); Solange Riveli de Oliveira (015.526.466-45); Stefane Soares Pereira (087.688.056-16); Wassila Mariana Silva Receputi (051.946.806-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6398/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.214/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: America Yanira Larraín González (011.054.599-00); Andressa Guedes de Almeida (006.846.509-24); Bruna Parapinski dos Santos (044.810.699-02); Elizabeth Amorim de Castro (493.251.169-87); Fernanda Rackes da Silva Fagundes (009.994.719-61); Gabriela Chicuta Ribeiro (032.632.259-01); José Dirceu Mendes (546.756.189-87); Kelly Rafaela Otemaier (030.164.489-63); Leocadio José Corrêa de Freitas (034.557.248-33); Letícia Maria Nocko (066.410.049-02); Luciana Ribeiro Pinheiro (638.511.215-20); Marcia Andreiko (872.524.909-63); Michelle Tomassini Jacques (030.865.219-37); Neivaldo Araújo de Castro (733.324.459-87); Rafael Faraco Benthien (026.356.659-58); Rute Teresinha Schio (643.692.429-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6399/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.216/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucio Daniel Sartori (005.764.540-01)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6400/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.217/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aretuza Karla Araujo da Rocha (021.465.744-29); Edilenson Santos Almeida (509.280.662-15); Elana Faustino Almeida (382.397.012-72); Glauciane Tavares Nascimento (028.314.844-64); Karina da Silva Santos (970.940.135-15); Maely da Silva Moraes (615.880.832-68); Mirella Miranda de Brito Silva (951.397.294-15); Ramao Luciano Nogueira Hayd (801.028.751-20); Robledo Fonseca Rocha (074.669.907-70); Rodrigo Rodrigues Silva (784.694.300-68); Rodrigo Schutz Rodrigues (884.932.530-49); Rodrigo de Barros Feltran (037.303.846-19)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6401/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.218/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana de Souza e Silva Riscado (006.570.637-46); Aldair Jose de Oliveira (071.687.907-73); Alessandra Conci Ficagna (107.027.977-31); Alexandra Maria de Abreu Rocha (072.089.697-52); Alexandre Arantes Pereira Skvirky (089.399.957-16); Alexandre Giovanelli (025.230.467-50); Alexandre Porto Salmi (293.512.268-24); Alice Bitencourt Haddad (073.509.857-38); Almira Biazon França (095.282.287-39); Amanda Antunes da Silva (121.590.537-83); Ana Claudia Arcanj0 (020.416.587-38); Ana Claudia Ramos Sacramento (028.674.877-06); Ana Cristina Vilaça Coelho (925.964.877-72); Ana Cristina Villaça Coelho (925.964.877-72); Ana Helena Santos do Nascimento Magro (034.417.347-00); Ana Paula Bustamante (016.641.807-29); Ana Paula Soares Carvalho (007.616.899-90); Andre Lacerda Batista de Sousa (991.257.491-53); Andre Luis dos Santos Menezes (001.560.147-18); Andrea Ceccheto Bambozzi (178.776.188-67); Andressa Ferreira da Silva (002.118.370-83); Anita Loureiro de Oliveira (071.534.467-61); Anna Paula Gonçalves da Silva (081.085.827-41); Aquiles Braga de Queiroz (012.046.387-30); Arley Alves de Oliveira (054.527.747-77); Artur Jorge da Silva Lopes (069.153.587-65); Aruquia Barbosa de Matos Peixoto (042.694.347-32); Ayala Liberato Braga (094.493.947-33); Beatriz Nascimento Rodrigues (033.186.597-11); Benjamin Carvalho Teixeira Pinto (069.812.787-07); Bernardo Castro Euler (081.836.767-90); Bru No dos Reis Jaccoud (108.745.197-30); Bruna Santoro (082.606.657-78); Bruno Cesar Lobato Micas (090.656.727-02); Bruno de Oliveira Figueiredo (078.741.397-63); Carla Appolinario de Castro (038.100.277-23); Carla Regina Gomes (076.697.697-18); Carlos Divino Luiz Guimarães (300.469.552-91); Carlos Eduardo Von Doellinger Manhães (037.252.827-90); Carlos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Roberto Cruz (054.453.937-04); Carlos Rodrigues Pereira (655.031.126-87); Carlos Sergio Mendonca Dacier Lobato (158.248.612-34); Carmem Verônica dos Santos Castro (025.625.527-09); Carolina Morgado Pereira (111.184.117-90); Carolina de Mattos Duarte (082.124.787-50); Caroline Lemos Souza (956.528.095-15); Catia Cristina Andre Moreira (081.337.457-05); Catia Marques da Costa (069.943.977-93); Cecilia de Almeida Silva (818.988.511-15); Celia Maria do Carmo Bonilha (073.368.008-90); Celso Carlos da Silva Junior (097.646.817-43); Cesar Augusto Delgado (703.865.957-04); Cezar Braga Said (004.282.227-06); Cheila Freires Chaves (055.071.097-37); Clarice Machado dos Santos (086.140.217-04); Claudia Beltri Alves (014.704.867-25); Claudia Job Schmitt (444.105.300-20); Claudia Lucia Guimaraes da Silva (912.313.967-68); Claudiana Guedes de Jesus (032.820.346-79); Claudine Massi Mynssen (939.735.277-68); Claudio Gordon Junior (001.207.297-41); Cristiane da Trindade Torres (083.001.717-89); Damires dos Santos Franca (436.254.012-15); Daniel Ribeiro da Silva (071.240.107-56); Davidson Araujo de Oliveira (058.951.577-26); Davidson Araujo de Oliveira (058.951.577-26); Debora dos Santos Lopes (087.004.097-90); Deise Dias Scandirezzi (879.957.607-44); Deize Mara Ferreira Fonseca (852.902.117-72); Diana Cristina Damasceno Lima Silva (492.655.557-34); Edmilson Monteiro de Souza (074.510.367-74); Eduardo Gomes de Siqueira (078.832.648-18); Elen Nunes Franklim de Vasconcelos (101.751.367-85); Eliel Zery Ramos Junior (824.038.057-34); Elisangela Guimaraes da Costa (028.767.847-42); Eneile Santos Saraiva (103.407.217-07); Erica Soares Souza (013.441.687-28); Erivelton Thomaz da Silva (088.904.667-07); Ester Carneiro do Couto Santos (099.919.797-51); Evandro Carlos Silva Luciano (007.414.637-84); Evandro Correia da Silva (035.275.607-18); Evangelina Maria Mazur (054.765.467-74); Fabiano Luiz Batista Alves (158.510.638-07); Fabio Cardoso de Freitas (035.577.307-43); Fabio Mathias Correa (681.092.102-87); Fabio Vinicius de Araujo Passos (056.261.267-08); Fabricia Viana Fonseca (106.615.137-77); Felipe da Silva Antunes (099.002.227-76); Felipe de Melo Gil Costa (103.591.657-61); Fernanda Borges Vaz (077.088.687-69); Fernanda Teixeira Sodré de Almeida (088.661.567-44); Fernanda Vieira Pinto Madureira Esteves (003.791.537-18); Fernanda dos Santos Zão (052.634.947-69); Flavia Ribeiro Villela (105.169.267-99); Flavia Venâncio Silva (021.430.537-62); Francisco Carlos Maravalho (369.166.507-10); Francisco Jose Dias de Moraes (012.366.487-06); Franklin Rezende Rodrigues (014.113.597-20); Frederico Alan de Oliveira Cruz (037.332.447-29); Gabriel Philippi Pereira Goulart (120.144.257-52)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6402/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.221/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Joreci Flores (165.823.900-82); Antônio Augusto Biermann Pinto (503.694.310-49); Carla Andreia Ronconi Holand (010.119.570-27); Carlos Benetti (986.089.320-91); Carolina Salbego Lisowski (013.672.480-94); Claussia Neumann da Cunha (835.222.200-72); Cristiano Gattermann de Barros (017.042.390-52); Danier Maciel Felisberto (020.136.350-01); Fabiano Geremia (029.408.939-00); Joceli Cargnelutti (998.878.940-87); Josmar Nuernberg (925.405.119-53); Juliano Damião Bittencourt de Godoi (828.733.130-72); Lauren Peres Lorenzoni (013.592.330-16); Marcelo Marins Padilha (092.807.977-51); Mauricio Morgado de Oliveira (873.185.399-49); Nathalie Kuczura Nedel (022.049.850-40); Paulo Roberto Machado (007.904.450-69); Raphael Corrêa Medeiros (001.598.931-35); Ricardo Lima de Azevedo Junior (956.714.470-20); Salvador Lou Vega (232.097.438-51); Samuel Volkweis Leite (010.940.720-28); Sara Schafer Segatto (007.066.620-24); Saradia Sturza Della Flora (010.736.370-42); Sílvia Patricia Cavalheiro de Andrade (457.494.852-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6403/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.526/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Andrea Santana Teixeira Lins (347.764.785-87)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6404/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.532/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eralci Moreira Terezio (045.073.349-18)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6405/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.533/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Camila Micheletti (000.634.191-81); Anderson Teodoro (000.980.171-52)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6406/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.535/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Telma de Carvalho (949.603.568-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6407/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.538/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rosana da Silva (073.991.958-03)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6408/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.540/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eliane Pereira Nunes (961.368.550-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6409/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.665/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jerusa Oliveira Machado (003.798.215-08)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6410/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.666/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Lopes (999.933.090-87); Sandra Dutra Piovesan (665.900.940-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6411/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.667/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Emiliane dos Santos Belo (018.002.391-81); Juversino Antunes Teixeira (032.535.926-18); Sandro Ricardo de Oliveira Sousa (551.217.993-49)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 6412/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.670/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mariana Falcão Tavares (113.504.337-05)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6413/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.675/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Barbara Andressa Casagrande Ayres (052.529.809-69); Cleci Irene Trentin Kruger (427.180.079-15); Marilene Turini Piccinato (037.122.089-01); Wenner Soares Santos (005.523.613-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6414/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.686/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anne Francine de Souza Martins (103.453.077-12); Antonio Eduardo Monteiro da Silva (698.440.037-68); Antonio Soeiro Rodrigues (126.155.606-20); Bruno dos Santos Prado Moura (089.916.657-13); Carlos Rômulo Fagundes (027.386.186-77); Doris de Alvarenga Feijo (970.377.967-00); Edsel Rocha Leitão (704.787.087-34); Emmanoel Guasti Ferreira (726.749.387-49); Erika Soares Bull (096.135.687-19); Hewert Braga Lemos (094.326.877-08); Ivan Almeida Rozário Junior (088.405.437-32); Josiane Mattos Varejão (903.799.937-91); Josilda Terezinha Bertulozo Ferreira (558.978.867-68); Maurício Kruschewsky Cardoso (092.049.167-70); Patrícia Gaicher Correa (095.372.807-21); Rafael Baioco Ruy (096.476.017-78); Roberto Ferreira Tavares (806.903.787-34); Salomão Martins de Carvalho Junior (087.332.437-43); Vani Cláudia Stur (007.955.227-70); Viviana Possamai Della Sagrillo (017.551.549-25)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6415/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.687/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Noris Teresinha Pereira Gonçalves (220.965.742-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6416/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.688/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Cesar de Campos Santos (332.564.018-48)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6417/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.689/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria da Gloria de Lima Santos (337.103.844-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6418/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.690/2013-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Matheus Moreira da Costa (326.058.418-80)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6419/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.691/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Adriano Lopes Vaz Sampaio (912.971.335-87)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6420/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.694/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Pereira dos Santos (019.685.805-49)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6421/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.695/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Necessio Adriano Santos (005.776.375-50); Valeria Alves Melo Silva (654.501.675-04)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6422/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.700/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Petr Melnikov (199.497.168-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6423/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.701/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Franco Medeiros (059.115.336-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6424/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.702/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lilian Teixeira Oliveira (057.743.096-30); Maria Luisa de Oliveira (059.295.316-50); Sabrina Tavares Silva (056.068.246-80)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6425/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.704/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lou Ann Kleppa (276.020.478-26)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6426/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.706/2013-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Suely Silva Santos (015.106.395-86)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6427/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.708/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Natascha Barreto de Almeida (005.449.191-65)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6428/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.727/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo Mattos Gandini (039.244.617-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6429/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.728/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jodilson Rocha Monteiro (570.535.532-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6430/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.730/2013-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Camilo de Oliveira (065.852.264-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6431/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.732/2013-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Soares Silvestre Toledo (150.335.257-94); Claudio de Souza Vieira Lisboa (077.386.367-26); Daniele Cristina da Rocha (108.095.047-82); Danilo Sousa Pereira (379.785.118-98); Gustavo Lima Santos (101.617.967-70); Jose Carlos Silva Alves Cravo (093.867.527-35); Loisi Carla Silva Monteiro (095.190.347-06); Luciana Rajczuk Martins (182.691.918-09); Luiz Antonio de Oliveira e Araujo (064.129.828-50); Rafael Lopes da Silva (052.370.327-96); Renato de Carvalho Alves (082.856.487-61); Sidcray Nunes Carvalho (070.814.657-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6432/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação dos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.743/2013-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Werley Teixeira Reinaldo (011.643.341-82)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6433/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.861/2013-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Héric Luiz Rocha Ruppel (062.349.209-18)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6434/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato a seguir relacionado sob nº de controle 10791108-05-2004-000200-0, já foi apreciado pela legalidade, em sede dos autos TC-013.371/2013-4, por meio do Acórdão 3348/2013 - TCU - 1ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, nos termos do subitem 1.5.1.2. do Acórdão 2100/2010 - TCU - Plenário, em determinar a exclusão do ato de concessão a seguir relacionado, cadastrado no Sisac sob número 10791108-05-2004-000200-0, em razão da duplicidade que restou caracterizada por meio de análise do ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-021.192/2013-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Zuleide Ribeiro da Silva Plaza (275.861.891-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6435/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.555/2013-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Neria Paes de Morais (597.125.891-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6436/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.558/2013-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ilma Rodrigues do Amaral (199.217.999-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6437/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.617/2013-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Iracilda de Jesus Pacheco de Castro (807.539.227-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6438/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.880/2013-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marluce Pires Campelo (407.140.124-91)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6439/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.890/2013-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antonieta Lubisco Pires Gonçalves (009.683.310-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar - JM
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6440/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.896/2013-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Olga Salomão Gonçalves do Amaral (906.651.556-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6441/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.940/2013-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Lea Alcoforado Nogueira (026.352.087-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar - JM
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6442/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 5724/2013-TCU-1ª Câmara, Sessão de 20/8/2013, para fins de correção de erro material, para fazer constar o CNPJ correto da empresa Volume Construções e Participações Ltda., de forma que onde se lê: "34.625.298-0001-83", leia-se: "34.265.298-0001-83", mantendo-se os demais termos do acórdão, ora retificado:

1. Processo TC-025.179/2012-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 006.400/2012-4 (MONITORAMENTO)
1.2. Responsáveis: Antonio Carlos da Silva Figueiredo (600.510.277-04); Volume Construções e Participações Ltda. (34.265.298/0001-83)
1.3. Órgão/Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
1.4. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
1.7. Advogados constituídos nos autos: José Henrique Barbosa Moreira Lima Neto (OAB/RJ 83.795); Flávia Maria Figueiredo (OAB/RJ 109.255); Lincoln Magalhães da Rocha (OAB/DF 24.089).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6443/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 5889/2013-TCU-1ª Câmara, Sessão de 3/9/2013, para fins de correção de erro material, de forma que onde se lê: "1.autorizar o parcelamento da multa imposta ao município de São José do Belmonte/PE" leia-se:."1.autorizar o parcelamento do débito imputado ao município de São José do Belmonte/PE", mantendo-se os demais termos do acórdão, ora retificado:

1. Processo TC-030.211/2007-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 003.211/2011-8 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Manoel Gomes de Carvalho Pires (089.890.284-34); Prefeitura Municipal de São José do Belmonte - PE (10.280.055/0001-56); Ruy de Oliveira Barros (748.210.164-00)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José do Belmonte - PE
1.4. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE).
1.7. Advogados constituídos nos autos: Graciano de Lira Rocha OAB/PE 9.800; Antonio Eduardo de França Ferraz, OAB/PE 16.101 e outros (peça 8).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6444/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda de objeto, em virtude da revogação do Pregão Eletrônico 29/2013, conforme aviso de 4/9/2012 publicado no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br, fazer as seguintes medidas, de acordo com a instrução da unidade técnica (peça 6):

1. Processo TC-023.077/2013-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: empresa Webmed Soluções em Saúde Ltda. (05.731.550/0001-02)
1.2.Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7.à Secex/MG para:
1.7.1. dar ciência à Universidade Federal de Juiz de Fora - Hospital Universitário que, no exame do Pregão Eletrônico 29/2013, por ela conduzido, foi identificada a seguinte irregularidade:
1.7.1.1. exigência, nos subitens 8.21 e 8.22 do anexo II do edital, de apresentação de declarações de autorização de comercialização e de credenciamento, emitidas pelo fabricante do equipamento, contrariando os arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30 da Lei 8.666/1993, e jurisprudência do TCU (Acórdãos 1.281/2009-Plenário, 1.818/2013-2ª Câmara, 2.035/2013-2ª Câmara, 2.081/2013-2ª Câmara, 3.783/2013-1ª Câmara);
1.7.2.dar ciência desta deliberação à empresa representante e à Universidade Federal de Juiz de Fora - Hospital Universitário, acompanhada de cópia da instrução constante da peça 6;
1.7.3. arquivar este processo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6445/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, considerando que as exigências do edital do Pregão Eletrônico 96/2013, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF/SC não contém ilegalidade e atendem o princípio da eficácia da Administração Pública, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à empresa representante, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 5:

1. Processo TC-024.607/2013-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Electrolux do Brasil S.A. (76.487.032/0001-25)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 34/2013 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 28/2013 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 6446/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.836/2013-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edson Oliveira dos Santos (093.031.701-72); Eduardo José Gonçalves Bantin (145.915.701-00); Elaine Sobreira Rolim Góis (113.866.731-53); Elenaide Ribeiro Cavalcante (143.559.901-25); Elias Ricardo de Araujo (127.354.851-53); Eliessi Rodrigues Guimarães (168.416.626-87); Eliza Penha de Lima Gieseler (144.235.371-68); Esmeralda Silveira e Reis (224.360.811-15); Evódio Gualberto Bernardino (037.323.471-68); Felícia Nishimura Carneiro (310.031.171-04); Fernando Carlos Madrid (113.277.741-00); Flora Mecupre Coelho da Mota Cabral (102.493.891-34); Francisca Dantas (221.403.521-49); Francisca Freire Serafim Machado (144.121.361-91); Francisca Maria Torres (183.083.091-00); Francisca Maria da Conceição Santos (096.879.393-20); Francisca Soares de Jesus (226.050.961-49); Francisca das Chagas Cunha (149.575.151-15); Francisca das Chagas Soares de Araujo (317.206.331-34); Francisco Assis de Aquino Costa (034.356.953-15)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados - CD
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6447/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.838/2013-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Iolanda Pessoa de França (085.498.421-68); Iracely Sousa Cavalcante (182.886.691-15); Irani Rodrigues (534.451.807-25); Itelvina Alves da Costa (759.063.928-15); Ito Pedro de Carvalho (121.428.326-87); Ivonete Pimentel Sarmento (150.230.601-87); Izaura Alves Magalhães (226.457.131-49); Janderlei Nascimento da Silva (119.369.831-68); Jane Mary Jorge Maluf (143.444.161-04); Janice Brito da Silva Rocha (296.854.191-91); Jesus Bazílio Teixeira (085.295.901-04); Joana D'arc Caribé Galvão (185.151.771-53); João Ferreira de Souza (068.074.701-00); João Paulo Cristalino Pereira (065.217.203-25); Joaquim Fonseca Melo (057.014.301-20); Joaquim Neto de Aguiar (057.081.761-72); Jorge Alberico Correia de Brito (112.530.101-53); Jorge Costa Santos (023.967.261-53); João Carreira de Freitas (055.204.101-78); João de Sousa Sobrinho (098.510.381-72)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados - CD
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6448/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.091/2013-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Teixeira Leite de La Rocque (084.594.521-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar a Secretaria de Fiscalização de Pessoal que altere o ato SISAC constante deste processo, para corrigir o nome do servidor aposentado para Fernando Teixeira Leite de La Rocque.

ACÓRDÃO Nº 6449/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.155/2013-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hikoto Hashizume (107.797.018-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo - MAPA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6450/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em adotar a medida constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.522/2013-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elza Clarinda Pires (455.098.751-00); Maria da Conceição Rodrigues (205.740.536-20); Maria do Carmo Procópio (301.715.047-04); Maria dos Remédios Fernandes (077.741.413-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Medida:
1.7.1 Orientar o Ministério dos Transportes que em referência aos atos constantes neste processo, relativos às pensões concedidas às filhas maiores solteiras com fundamento nas Leis nº 6.782/1980 e 3.373/1958, a adotar procedimento periódico de verificação das condições ensejadoras da manutenção dessas pensões, quais sejam, comprovação de dependência econômica, comprovação de que não titulariza cargo público, bem como manutenção do estado civil solteira, nos termos do que dispôs o Acórdão nº 892/2012 - TCU - Plenário.

ACÓRDÃO Nº 6451/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.451/2013-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Doralice de Carvalho Araujo (799.927.901-30); Heitor Figueiredo (030.626.541-98); Luis Eduardo Roquete Furtado (634.721.631-00); Maria Lucimar da Silva França (505.532.757-04); Marisa de Fátima Bernardes (243.887.851-72); Mayara Furtado de Assunção (714.271.391-72); Paula Alice Schenini (057.865.899-27); Pedro Ygor Furtado de Assunção (714.270.741-00); Sonata de Figueiredo (999.360.701-00)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal - SF
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6452/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, os subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 884/2007-TCU-1ª Câmara, para que, onde se lê "(?) o recolhimento da quantia aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT (?)", leia-se "(?) o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional (?) ", e mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.021/2003-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Alter Alves Ferraz (001.692.501-72); Francisco Campos de Oliveira (011.296.276-91); Gilton Andrade Santos (074.168.816-68); VLM Agropecuária Ltda. (15.370.729/0001-27)
1.2. Órgão/Entidade: Dner - 11º Distrito/MT (extinta)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6453/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 143, inciso V, letra "a" e 213 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012, em determinar, a título de racionalização administrativa e economia processual, o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação, dando-se ciência desta deliberação ao responsável, Sr. José Reginaldo Alves de Queiroz e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.652/2012-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Reginaldo Alves de Queiroz (361.747.934-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6454/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, adotar as seguintes medidas, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da SecexAdm:

1. Processo TC-017.045/2013-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Secretaria da Receita Federal do Brasil (00.394.460/0058-87)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados - CD
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Medidas:
1.7.1. dar ciência desta deliberação à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Câmara dos Deputados;
1.7.2. remeter os presentes autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip para conhecimento desta deliberação e adoção das medidas que entender necessárias.

ACÓRDÃO Nº 6455/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia desta deliberação à representante e à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/SP:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-024.774/2013-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Mapa
1.2. Interessada: Sustentare Saneamento S/A (17.851.447/0001-65)
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 34/2013 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 27/2013 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 6456/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.126/2013-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mário Didier Filho (062.576.664-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Na Paraíba
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Superintendência Estadual da Funasa que:
1.7.1. cientifique o interessado do inteiro teor desta decisão no prazo de quinze dias e faça juntar aos autos, nos quinze dias subsequentes, o comprovante de notificação;
1.7.2. adote, no prazo de trinta dias, as medidas administrativas necessárias à exclusão nos proventos de Mário Didier Filho da parcela de "hora extra incorporada", no prazo de quinze dias, contados da ciência deste decisão;
1.7.3. alerte o servidor Mário Didier Filho que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento do recurso.

ACÓRDÃO Nº 6457/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.593/2013-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Josenil Diniz de Melo (082.970.884-72); José Luiz dos Santos (057.118.941-53); Luiz Lúcio Daniel (073.005.221-49); Maroa Santiago Gomes (149.493.181-87); Roberto Calil Jabur (038.748.001-30); Tania Carvalho Lobo (040.508.273-87); Tania Maria Sarmento Melo (127.487.735-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6458/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.834/2013-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gilson Franco Martins Mendes (067.460.477-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6459/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando que os atos em exame pelo Tribunal não apresentam inconsistências ou irregularidades nas versões que lhe foram submetidas a julgamento, mas atualmente estão dando ensejo a pagamentos irregulares, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, conforme pareceres emitidos nos autos, fazendo-se as seguintes determinações:

1. Processo TC-018.043/2013-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Batista Pereira de Oliveira (186.750.693-91); Luiz Gonzaga Alves Boaventura (036.250.523-34)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - MI
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - MI, para que:
1.7.1.1. no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas necessárias para regularizar o pagamento da rubrica *"82838 - VPNI - ART. 14 LEI 12716/12 AP"* nos proventos dos interessados, promovendo a sua absorção na mesma proporção da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza até a sua extinção, nos termos do parágrafo único do artigo 14 da Lei nº 12.716/2012;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não os eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desses recursos;
1.7.1.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento da decisão desta Corte;
1.7.2. à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que:
1.7.2.1. no prazo de 60 (sessenta) dias, verifique se o sistema Siape contempla mecanismo para a absorção automática da VPNI instituída pelo art. 14 da Lei nº 12.716/2012 em caso de melhorias posteriores nos proventos dos servidores, implementando essa funcionalidade, se ela ainda não existir, ou mecanismo de controle que garanta a correção do pagamento da referida vantagem;
1.7.2.2. comunique ao Tribunal as medida adotadas, ao término do prazo fixado;
1.7.3. à SEFIP, para que proceda às anotações e/ou correções devidas no Sistema Sisac, bem como monitore o cumprimento das determinações constantes dos itens 1.7.1 e 1.7.2, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

ACÓRDÃO Nº 6460/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.182/2013-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alice Quintino da Silva (092.448.321-00); Celso Luiz de Castro (188.497.171-72); Cyrene Ribeiro Dias (090.670.435-91); Djalma Carvalho da Mata (067.024.731-68); Eva Moreira Ferreira (218.435.201-25); Evilasio Siqueira do Nascimento (095.059.621-34); Heloisa Helena Teixeira dos Reis (125.560.761-00); Joaquim Pereira da Costa (054.214.971-00); Jose Bernardino Carneiro (224.143.478-72); Maria Abadia Dorneles Bezerra (101.154.471-72); Rita de Lourdes Santos Castro (267.800.111-34); Valfrides Luiz de Rezende (029.297.911-87); Vicentino Pedro de Rezende (061.573.516-91)
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6461/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.797/2013-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marisete da Costa Alves (049.120.122-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PA
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6462/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.267/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Trindade (029.569.691-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6463/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.773/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo Ovídio (025.260.858-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Goiás
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6464/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.774/2013-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rodolfo Flores (066.161.271-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6465/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-023.776/2013-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria da Conceição Paixão Soares (124.766.503-82)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6466/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.781/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wilson Belarmino Gomes (065.224.164-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6467/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.782/2013-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aloisio Ferreira da Costa (022.340.175-72); João Conrado Aragão (033.151.933-04); João Conrado Aragão (033.151.933-04); Valdemar Cordeiro da Silva (059.144.004-06); Valdemar Cordeiro da Silva (059.144.004-06)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - MI
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6468/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.807/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Bosco de Souza (311.777.947-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6469/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.830/2013-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Alves Filho (122.362.763-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6470/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.834/2013-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Nicolau da Costa Sobrinho (665.058.288-34); Walter Dias de Araújo (005.531.824-04)
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6471/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.836/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Edjane Xavier Correia (069.676.984-00)
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PE
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6472/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.837/2013-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Geny Costa de Azevedo (874.362.487-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6473/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando que os atos em exame pelo Tribunal não apresentam inconsistências ou irregularidades nas versões que lhe foram submetidas a julgamento, mas atualmente estão dando ensejo a pagamentos irregulares, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, conforme pareceres emitidos nos autos, fazendo-se as seguintes determinações:

1. Processo TC-024.108/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Helio Barreto Vieira (154.890.273-04); Jaime Gomes Conserva (035.581.344-00)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - MI
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - MI, para que:
1.7.1.1. no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas necessárias para regularizar o pagamento da rubrica *"82838 - VPNI - ART. 14 LEI 12716/12 AP"* nos proventos dos interessados, promovendo a sua absorção na mesma proporção da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza até a sua extinção, nos termos do parágrafo único do artigo 14 da Lei nº 12.716/2012;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não os eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desses recursos;
1.7.1.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento da decisão desta Corte;
1.7.2. à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que:
1.7.2.1. no prazo de 60 (sessenta) dias, verifique se o sistema Siape contempla mecanismo para a absorção automática da VPNI instituída pelo art. 14 da Lei nº 12.716/2012 em caso de melhorias posteriores nos proventos dos servidores, implementando essa funcionalidade, se ela ainda não existir, ou mecanismo de controle que garanta a correção do pagamento da referida vantagem;
1.7.2.2. comunique ao Tribunal as medida adotadas, ao término do prazo fixado;
1.7.3. à SEFIP, para que proceda às anotações e/ou correções devidas no Sistema Sisac, bem como monitore o cumprimento das determinações constantes dos itens 1.7.1 e 1.7.2, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

ACÓRDÃO Nº 6474/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.188/2013-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valdir Teixeira Dourado (025.913.752-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AC
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6475/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.191/2013-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Araujo de Sousa (273.276.807-30); Francisco de Assis Ferreira Dias (212.989.713-49); Quiteria Gonzada da Silva (068.091.704-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/CE
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6476/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-024.192/2013-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Laerce Saudino Cardoso (421.008.957-53); Portiu Martins de Souza (376.928.527-15)
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6477/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.195/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Alaide de Araujo Cruz (137.182.403-78)
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6478/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.201/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Cunha (293.235.099-49)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SC
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6479/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.137/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raphael Machado de Alencar (021.302.391-10); Renata Cobianchi Caetano (287.229.688-30); Ricardo Jorge de Carvalho Aroucha Filho (060.969.714-58); Roberta Nunes Gentile (182.671.618-13); Robson Martins Guimarães da Silva (648.107.981-00); Rodrigo Henrique Correa (313.899.918-22); Rogerio Maia Mendes (708.001.032-20); Romulo Antoniani Alves Xavier (709.828.991-49); Rosimeire Cordeiro dos Santos (696.769.171-68); Samuel Alves Costa (014.096.521-14); Sandra Ribeiro da Costa (007.549.758-19); Shirlene Vilar de Souza (703.040.091-72); Simone Pereira Santos (005.064.321-57); Stephania da Silva Cardoso (010.699.091-81); Suelen Ramos dos Santos (006.720.661-14); Talita Serejo Luglio de Oliveira (360.756.838-36); Tatiane Muller (814.840.200-06); Thiago Alves Pomaro (350.613.938-05); Valfran Andrade Barbosa (016.750.453-30); Vassilike Christos Papazoglou (564.030.621-15); William Rodrigues Martins (634.697.741-53)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6480/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.159/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Samara Macedo dos Santos (028.377.004-01)
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6481/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.229/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adams Walker Colaco (063.001.429-90); Adriano Melnik Carvalho (046.381.139-90); Aguinaldo Francisco dos Reis (880.114.969-72); Airton Martins Ritta (315.621.400-00); Alan da Rosa Leal (085.201.629-83); Alini Cristina Kraczinski Benderovicz (065.591.919-82); Ana Paula Chaves (035.061.649-37); Anacleto Soares Bernardes (017.152.399-70); Anderson Portes Rodrigues (067.165.499-35); Anderson de Avila (051.423.879-88); Andre Bezerra Jesuino (040.790.689-48); Andre Luiz de Oliveira (022.045.449-30); Antonio Carlos Fabianski de Augustinho (751.979.019-34); Antonio Jose Zavorne (027.641.779-84); Antonio Marcos Noli (069.888.128-14); Bruno Bernardes Pires (067.989.259-10); Carlito Bueno Queiroz Junior (066.475.829-08); Celso Nicolau Alberton (033.789.329-29); Cristiano Tomaz de Aquino (062.744.589-64); Daniel Inocencio Mendes (064.061.729-81); Daniela Alves da Silva (063.126.309-86); Daniele Mochinski dos Santos (061.064.389-43); Daniele Soares Rosa de Oliveira (832.888.569-72); Dionacir Pereira (040.215.089-96); Dioney Miranda Mendes (059.228.949-43); Eduardo Luiz Genevro (047.610.779-21); Elaine Mateus da Rocha (041.550.119-99); Erica Lima de Andrade (107.496.337-78); Erick Rodrigues de Andrade (061.001.529-08); Ernani Sabota Lopes (006.552.299-06); Evaldo Camargo (278.996.698-20); Everton Marcos Pereira (042.972.049-16); Ezequiel Eduardo (021.044.789-36); Fabia Renata da Costa Moreira (062.949.729-06); Fabiano Vieira de Moraes (043.758.529-84); Flavio Adriano Rolim de Moura (070.703.469-80); Francieli Stella Botelho (032.952.129-29); Genival Lacerda (040.722.049-60); Gerson Lueders (497.137.609-72); Glaucia Maxwell Zaparoli (035.648.719-93); Guilherme Castro da Silva (044.199.769-42); Guilherme Peterson de Lima Klava (074.524.229-45); Gustavo Trindade da Silva (045.954.499-33); Hilton Lee Isfair Cardoso (016.176.679-00); Hugo Fernando Moreira (043.905.389-77); Hugo Henrique Rufino (087.130.479-14); Ildefonso Miguel Fioriti Liria Bencks (330.527.388-79); Irene da Luz Braz (059.146.109-90); Izaias Anzen (022.064.039-43); Jamila Debastiani (073.856.119-31); Jaqueline Silveira de Souza (067.138.959-99); Jhonatan Araujo Ferreira (048.878.339-97); Joao Batista da Costa (569.291.969-91); Jonathan Cesar Caetano da Cruz (064.686.819-52); Jonathan Henry Olszewski (065.834.309-24); Jose Antonio Machado (008.817.739-48); Jose Roberto Goncalves (027.899.989-14); Josue Paulo Ferreira da Costa (041.460.749-08); Karina Florencio Paludo (010.130.619-93); Keli Cristina Loureiro Bordin Dambrosio (044.762.679-55); Kely Rosa Bruck (042.316.549-64); Larissa Schelbauer (069.421.799-90); Leticia Mara da Rocha dos Santos (050.953.509-71); Lincoln Fernando Marcal Prestes (709.232.729-68); Lourenco Muller da Silva Junior (574.374.919-15); Luan Aurelio Amadeu Gussi (045.928.929-25); Marcela Carolina Marzani (068.333.679-73); Marcia Regina dos Santos Nasc. Silva (069.014.609-45); Marcio Cristiano Ferrari (014.487.899-23); Marcos Serbai (048.705.209-90); Marlon Dyego Pytlowanciw (053.327.259-90); Matheus Amadeus Ribeiro Bocchi (050.742.879-01); Mauricio Bazzei Fogaca (030.277.439-45); Moacir Santos Moreira (075.639.859-21); Nelice Pereira de Macedo Zmiewski (875.062.709-00); Osmar Tracienski (051.038.159-66); Paula Marasca Oro (060.209.299-06); Paulo Roberto Mendes (161.935.198-66); Paulo Sergio Pereira dos Santos (667.102.199-68); Pedro Francisco da Silva (301.557.979-72); Rafael Chernieski Tibirica (327.729.488-97); Rafael D´agostini (072.791.189-92); Rafael Ribeiro da Silva (006.636.719-06); Rodrigo Seluniaki (042.574.839-11); Rogerio Carneiro Frigo (009.494.249-86); Rogerio Goncalves dos Santos (781.889.709-72); Rogerio Kaminsky (031.637.369-98); Rosemar Aparecido Martins da Silva (885.112.519-87); Sergio Luiz Cordeiro (008.749.319-59); Sergio Marculino Avilla (031.235.239-50); Sheila Cristina Marques Ceccon (028.366.239-50); Silvana Muniz dos Santos da Silva (031.235.699-42); Silvaney da Silva Bento (023.974.059-97); Simeia Cunha Vigiano (026.028.859-40); Simone Fonseca da Silveira (075.199.739-05); Thiago Jose Kaviak Figueiredo Alves (076.783.329-55); Thiago Rodrigo Prado (065.344.039-19); Vagner Mocelin Ribeiro (034.690.089-14); Vanessa Aparecida Santos (059.213.869-01); Vinicius Adriano de Melo Santos (376.750.228-31)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6482/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.230/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wesckley Rodrigo Soares de Souza (065.433.709-80)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6483/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.233/2013-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Oliveira Neto (789.452.165-53); Andreia Monteiro Silva (855.707.961-34); Aristoteles Augusto da Mota Cotrim (875.016.001-04); Cristiano Pereira Nascimento (753.395.013-53); Dayws de Luciano Rezio Lemos (901.376.391-04); Diogo Felipe Saraiva Bastos (029.424.761-09); Elismar Bento de Araujo (787.501.721-15); Erick Tiago da Silva Dias (020.929.731-00); Fabio Rodrigues de Morais (913.400.121-20); Fernanda de Morais Bueno (854.359.961-04); Fernando Xavier de Lima (013.701.151-21); Gleyson Silva Rocha (026.238.991-69); Iam Marcell Morais (033.825.711-02); Jayme Quintino Cabral (020.013.391-86); Joao Paulo Gomes Ribeiro (042.768.941-40); Jonh Gomes de Souza (001.271.681-25); Jose Olimpio Pires (471.159.551-15); Jose Teixeira Filho (252.332.848-80); Juliano Nunes do Nascimnento (057.767.944-98); Khadrija Alves Morais (871.131.711-68); Lazaro Divino da Silva (320.616.331-53); Luciano Pereira dos Santos (871.912.961-00); Marconi Jose Cruz (012.025.054-30); Maximiliano Freitas Ramos (015.271.411-10); Neidison dos Reis de Oliveira (010.919.001-75); Pablo Fransmiller da Silva Andrade (036.655.416-62); Paulo de Tarso Camargo Mora (020.047.451-00); Pedro Henrique Marciano Velasco (033.108.061-38); Regis Dicier Moreira Santana (033.173.061-81); Robson Alves de Siqueira (931.948.971-87); Rodrigo da Silva Cardoso (006.489.625-04); Roney Cesar Carvalho (036.636.521-57); Vladimir Montenegro Celestino Otto (795.480.591-34); Wesley Alves da Silva (007.010.571-57)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6484/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.525/2013-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucinei Garces Bueno da Silva (842.843.741-68)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6485/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.543/2013-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sheyla Graziela Crispim Lacerda (917.841.663-91)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Maranhão - DR/MA
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6486/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-lo prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.681/2013-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Tayse Teixeira de Almeida (016.763.301-51)
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6487/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.738/2013-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: David Rodrigues de Araujo (009.687.973-42); Gildazio Pereira Carvalho (024.500.563-35); Rafael Noleto Lima (021.832.743-95); Sillas Makson do Rosario Vieira (019.255.283-08); Thiago Rosa Nobre (004.385.213-07)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6488/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.292/2013-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ivonete da Silva Apostolo (833.820.705-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que adote as medidas necessárias à correção do nome da beneficiária desta pensão no sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 6489/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.594/2013-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alice Martins Leite (013.300.472-49); Cecília Freire Leite (028.291.662-80)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AM
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6490/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.596/2013-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriana José Luiz (032.552.871-38); Deyvidy Luiz de Oliveira (058.540.271-00); Edilma Coelho de Garcia (023.499.901-25); Elenita de Fátima Pereira da Silva (198.502.551-53); Herick Luiz de Oliveira (058.540.471-28); Ivanildes Marques de Lima Correia (087.545.431-34); Kátia de Souza Dutra Gonzaga Jaime (590.393.451-04); Maria Eunice Pereira de Paiva (612.183.911-20); Rosimeire Rosa de Jesus (950.905.841-68)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6491/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.598/2013-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria Denis Fernandes (783.972.949-53); Iderly Machado de Almeida (001.808.949-60); Jhonas Denis Fernandes (094.968.469-47); Jonatas Denis Fernandes (082.815.119-90)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6492/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.631/2013-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria José Lopes do Nascimento (485.279.044-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6493/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando que o ato submetido ao exame do Tribunal encontra-se com seu fundamento legal corrigido no sistema Siape, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e art. 6º, § 1º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.652/2013-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Roberto José da Costa Maia (043.190.522-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações: à Sefip, para que proceda às correções devidas no Sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 6494/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário das interessadas, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.845/2013-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Alice das Neves Santos Cunha (442.123.214-91); Angela Maria Faco (143.649.803-15); Geny de Oliveira Garzon (098.867.668-08); Gladys Peixoto Alfonsin (981.298.480-15); Luzia Candida Garcia (934.611.606-44); Nilde de Carvalho Simao (325.007.503-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6495/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário das interessadas, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.874/2013-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Antônia do Nascimento Silva (918.035.604-44); Francisca Lindalva da Silva (420.289.574-68); Jaquelina Francisca da Silva (009.286.264-07); Josefa Lisboa Alves (227.052.105-63)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - MI
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6496/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.909/2013-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cypriano Balbueno Filho (013.253.610-20); Irani Barreto Hahn (583.670.478-34); Luis Jaconsky (101.202.200-59); Noemia Kosnitzer Burd (004.120.820-04); Ruben Fiss (045.894.160-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6497/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas dos senhores Edward Madureira Brasil e Eriberto Francisco Beviláqua Marin, expedindo-lhes quitação, e fazer as seguintes determinações e recomendações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.729/2011-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)
1.1. Responsáveis: Edward Madureira Costa (003.157.613-34); Eriberto Francisco Beviláqua Marin (512.630.920-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - Mec
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Universidade Federal de Goiás a adoção das seguintes providências no prazo de 90 (noventa) dias:
1.7.1.1. promover, junto às entidades cessionárias, a regularização das pendências verificadas no ressarcimento da remuneração de quatro servidores cedidos (matrículas Siape 1425293, 1127511, 0299414, 0301456), conforme discriminação de valores contida no Relatório de Auditoria de Gestão SFCI/CGU 201108911 - item 6.1.4.5;
1.7.1.2. aprimorar os critérios metodológicos de elaboração dos indicadores institucionais que devem constar na parte geral do relatório de gestão, em conformidade com as orientações constantes da portaria a que alude a decisão normativa prevista no art. 3º, § 5º da IN 63/2010, com o objetivo de se tornarem aptos a medirem o desempenho da unidade e de auxiliarem o processo de tomada de decisões gerenciais;
1.7.1.3. promover a fixação de metas físicas e financeiras relativas às ações e programas ao encargo da unidade, segundo a perspectiva de que os resultados a serem alcançados devem refletir na alavancagem dos índices de desempenho previstos pela Decisão TCU 408/2002 - P, evitando-se, dessa forma, o descompasso identificado na prestação de contas de 2010 com relação ao Programa/Ação 1073/4009 - Brasil Universitário/Funcionamento dos Cursos de Graduação, cujo cumprimento de meta resultou na piora dos índices de desempenho correlacionados à oferta de vagas e à taxa de sucesso da graduação;
1.7.2. Recomendar à Universidade Federal de Goiás a adequação do seu planejamento, segundo a perspectiva de que o incremento nos valores globais de sua execução orçamentária com relação a um determinado exercício tenha implicação direta com a expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão relativos ao mesmo exercício, sem prejuízo da qualidade;

Ata n° 34/2013 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 26/2013 - 1ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 6498/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.104/2013-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dorival Bornancin Costa (178.130.349-53); Elza Maria Riehs Suzuki (252.814.379-68); Laureci Lúcia Stormovski (255.135.320-34); Lourdes Maria Zanuzzo dos Santos (664.187.559-87); Luiz Fernando Navarro Lins (080.414.909-72); Maria Marlise Welter (459.535.709-53); Marlene Wrobel Fernandes Faria (356.521.959-91); Nelson Carlos Alves (080.550.689-68); Pedro Alexandrino de Loiola (057.557.603-06); Sara Elizabeth Araripe Frazão (102.169.284-00); Vera Lucas Sandri (234.409.539-04)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6499/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares e dar quitação plena ao(s) responsável(eis), adotando as seguintes medidas sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-046.718/2012-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Responsáveis: Luiz Saraiva Correia (072.994.868-49), Carlos Takashi Sasai (791.275.338-91), Adem Araujo da Silva (216-706.172-20), Jurilande Aragão Silva (115.699.641-49), Antônio Carlos de Lima Borges (064.153.422-15), José Ricardo Kraemer Salerno (401.297.210-34), Aurélio Silva Da Cruz (217.009.402-44), Bruno Cotta Paiva (015.393.292-91); George Teixeira Pinheiro (009.690.442-91), João Francisco Salomão (277.793.949-72), João César Dotto (064.511.048-50), Luiz Augusto Mesquita de Azevedo (765.921.897-20), Carlos Afonso Cipriano dos Santos (216.996.582-34), Paulo Cézar Rezende de Carvalho Alvim (179.374.181-68), Ricardo Villela de Souza (349.089.198-87), Jefferson Lunardelli Cogo (138.090.242-87), Marcio Veríssimo Carvalho Dantas (360.096.872-68), Eliany Maria De Souza Gomes (160.039.342-04), Pascoal Torres Muniz (055.589.395-15) e João Batista Fecury Bezerra (196.795.562-04)
1.2. Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Regional do Acre - Sebrae/AC
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Dar ciência ao Sebrae - Administração Regional do Acre sobre as seguintes impropriedades:
1.7.1. ausência de descrição expressa de alterações contratuais efetivamente ocorridas no segundo termo aditivo ao Contrato 16-A/2010, em afronta ao disposto no art. 29 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sebrae, aprovado pela Resolução CDN 213/2011;
1.7.2. ausência de designação formal de representante da contratante encarregado de fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviços 44/2011 e 45/2011, em desacordo com as cláusulas Décima Primeira dos referidos instrumentos e com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/1993, aplicável subsidiariamente ao Sistema S;
1.7.3. não homologação e ausência de aprovação, por parte da Diretoria Executiva, do planejamento estratégico de TI (Peti) vigente, associado à sua desatualização, tendo em vista que foi elaborado em maio de 2007, estabelecendo planos para o triênio 2007-2009, em desacordo com o princípio da eficiência e com as recomendações de modelos de boas práticas de governança e gestão de tecnologia de informação amplamente reconhecidos, como o Cobit 4.1 - PO1.4 IT *Strategic Plan*;
1.7.4. inexistência de um comitê diretivo de TI formalmente designado, que determine as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI, em desacordo com o princípio da eficiência e com as recomendações de modelos de boas práticas de governança e gestão de tecnologia de informação amplamente reconhecidos, como o Cobit 4.1 - PO4.3 IT *Steering Committee*;
1.7.5. baixa aderência às boas práticas de gestão ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras, fato evidenciado no quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis do Relatório de Gestão do Exercício de 2011, em desacordo com o princípio da proteção ao meio ambiente, previstos no artigo 170, inciso VI, combinado com o artigo 225, *caput*, da Constituição Federal;
1.8. Recomendar ao Sebrae - Administração Regional do Acre que envide esforços no sentido de dimensionar e prover o quantitativo ideal de servidores para a repartição encarregada de acompanhar os convênios celebrados pela unidade.

ACÓRDÃO Nº 6500/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao responsável, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-046.786/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Responsável: Paulo Henrique Ferreira Massuia (054.243.758-98)
1.2. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Tocantins - SEBRAE/TO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (SECEX-TO).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6501/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas de Júlio Rafael Jardelino da Costa (falecido) e Luiz Alberto Gonçalves de Amorim, dando-lhes quitação, regulares as dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, e mandar adotar a seguinte medida sugerida nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-046.856/2012-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Responsáveis: Júlio Rafael Jardelino da Costa (095.713.454-15 - falecido em 5/6/2013); Luiz Alberto Gonçalves de Amorim (086.818.994-49); Ricardo Jorge Castro Madruga (110.666.104-44); Mário Antonio Pereira Borba (048.690.364-87); Carlos Alberto Ramos Silva (126.491.713-91); Iêda Magda Figueiredo Lopes Souza (1491.911.364-15); Francisco Carlos Cavalcanti (168.812.494-20); Ramildo Porto de Farias e Silva (1400.035.404-30); Elan Ferreira de Miranda (254.422.444-49); Celizo Bezerra Filho (1314.187.674-68); Alexandre Jose Beltrão Moura (223.405.304-82); José Borges de Medeiros (003.346.264-04); Carlos Alberto Patrício da Silva (160.337.364-00); Michel Francois Fossy (206.737.874-00); Claúdio Benedito Silva Furtado (653.333.494-87); Josilene Avelino Guimarães (515.814.344-72); José Marconi Medeiros de Souza (020.459.664 53); Ricardo Vasconcelos Pereira de Melo (044.983.994-04); Giuseppi Marconi Coutinho de Souza (953.326.934-00); Antonio Gomes de Lima (023.982.734-15); Cícero da Costa Freire (114.424.094-87); Francisco de Assis Benevides Gadelha (041.813.874-53); Maurício Clovis de Almeida (003.343.914-15); Edjair de Siqueira Alves (076.497.894-20); Etel Tomaz (097.004.121-72); Maria Célia Nacfur Sfir Macedo (029.321.481-68); Gilberto Barbosa dos Santos (021.972.208-02); Diego Tavares de Albuquerque (011.204.534-02); Renato Costa Feliciano (033.624.374-00); Antonio Quirino de Moura (004.402.564-53); Tárcio Handel da Silva Pessoa Rodrigues (023.778.804-79); Guilherme Maia Rebouças (654.430.125-68); Francisco Carlos da Silva Linhares (396.612.104-20); Wernon George Walmsley (189.801.804-97); Luiz de Sousa Junior (414.590.754-04); Alfredo Rangel Ribeiro (568.864.544-04); Francisco Alves dos Santos (379.786.324-15); Roberio Henriques Germano (251.762.344-91); Silvio Marcos Lima de Carvalho (793.218.105-44); Fábio Magero Ribeiro da Silva (963.324.414-53); Nelson Santiago Filho (109.128.784-87); João Firmino de Carvalho Neto (396.229.404-04); Damiana de Caldas Lacerda - CRC/PB 4803.
1.2. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (Sebrae/PB)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Felipe Rangel de Almeida (OAB/PB 11.675) e Irapuan Sobral Filho (OAB/DF 1.615-A)
1.7. Dar ciência ao Sebrae/PB com as recomendações da Controladoria-Geral da União a serem implementadas na forma consubstanciada no Relatório de Auditoria Anual de Contas 201204045-CGU, especialmente a recomendação referente à constatação 1.1.1.3 no tocante às eventuais contratações de serviços de segurança e vigilância na forma recomendada pelo TCU no Acórdão 4887/2009-1ª Câmara, prolatado no TC 013.055/2009-9.

ACÓRDÃO Nº 6502/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas de Mário Maurici de Lima Morais e Jamil Yatim, dando-lhes quitação, regulares as dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, e mandar adotar as seguintes medidas sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-046.873/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Responsáveis: Alfredo Souza de Moraes Júnior (467.796.711-34); Amaury Pio Cunha (183.286.107-44); Antônio Henriques Cavallari (041.031.708-08); Arlon Viana Lima (308.200.908-59); Cláudio Cava Corrêa (178.947.860-04); Darci Bertholdo (247.051.870-91); Duvanier Paiva Ferreira (899.076.638-91); Fernando Antônio Cavallari (048.262.408-64); Francisco Sérgio Ferreira Jardim (191.025.697-87); Jamil Yatim (016.686.288-64); João Batista da Silva Fagundes (012.668.706-44); Júlio Domingues Possas (976.222.574-00); Luciana Cortez Roriz Pontes (012.188.207-13); Luiz Concilius Gonçalvez Ramos (049.672.408-87); Marcelo Saraiva Cavalcanti (666.510.421-49); Mário Maurici de Lima Morais (029.985.098-13); Paulo César Saquy (043.656.148-43); Paulo Nathanael Pereira de Souza (008.457.448-87); Sérgio Feijão Filho (010.171.738-50); William Braga de Brito (152.012.521-68)
1.2. Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que regularize, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação, todas as contratações e nomeações para funções de confiança e cargos em comissão que foram realizadas em desacordo com Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções da Ceagesp - PGECF;

1.8. Dar ciência à Ceagesp para que, nas futuras contratações e nomeações para funções de confiança e cargos em comissão, observe fielmente as exigências estabelecidas no Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções da Ceagesp - PGECF; e

1.9. Determinar à Secex/SP que monitore o cumprimento da determinação contida no item 1.7, nos termos do artigo 243 do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 6503/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 42 da Resolução-TCU 191/2006, ACORDAM em considerar atendida a determinação constante no item 9.4 do Acórdão 7019/2012-1ª Câmara, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário, conforme pareceres emitidos.

1. Processo TC-005.537/2013-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Responsáveis: Crésio de Matos Rolim, ex-Presidente do INSS (049.901.455-34), Luiz Alberto Lazinho, ex-Presidente-Substituto do INSS (440.224.178-20), Raul Cristiano de Sanson Portella, exDiretor Patrimonial do INSS (010.946.377-34), CTIS Informática Ltda. - atual CTIS Tecnologia S/A - (01.644.731/0001-32) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco (03.736.617/0001-68)

1.3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.7. Advogados constituídos nos autos: Bruna Borges da Costa Aguiar (OAB/DF 32.590); Alexandre Rocha Pinheiro (OAB/DF 12.968); Fernanda Guimarães Hernandez (OAB/DF 7.009); Maria Fernanda Magalhães Palma Lima (OAB/DF 13.174); Renata Pagy Bonilha (OAB/DF 13.909); Karina Góis Gadela Aguiar (OAB/DF 20.272); Maxmiliam Patriota Carneiro (OAB/DF 23.185); Paulo Roberto de Jesus Silva (OAB/DF 6.373); Antonio Glaucius de Morais (OAB/DF 15.720); Emanuel Cardoso Pereira (OAB/DF 18.168); Altivo Aquino Menezes (OAB/DF 25.416); Bruna Borges da Costa Aguiar (OAB/DF 32.590); Maria Teresa Lourenço Bruna (OAB/DF 11.175); Ricardo Alberto Lazinho (OAB/SP 243.583); Rogério Martins de Oliveira (OAB/SP 208.701); Amanda Azevedo Feitosa Gomes (OAB/DF 31.281); Desiree Faria Brito (OAB/DF 9.353); Thaisa Brasil Martins (OAB/DF 28.443).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6504/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 42 da Resolução-TCU 191/2006, ACORDAM em considerar atendida a determinação constante nos itens 1.7.1, 1.7.2 e 1.7.3 do Acórdão 6748/2011-1ª Câmara, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário, conforme pareceres emitidos.

1. Processo TC-028.935/2011-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Paraná/TCU

1.2. Unidades: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/PR, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Paraná - SFA/PR e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - Dnit/PR

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6505/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso IV, e 243 do Regimento Interno/TCU, bem como no art. 42 da Resolução TCU nº 191/2006, ACORDAM em considerar cumprida a determinação constante do subitem 1.7 do Acórdão nº 6.584/2012 - TCU - 1ª Câmara, determinando o apensamento deste processo ao TC-021.127/2011-5 e dando ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada.

1. Processo TC-045.548/2012-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Tobias Barreto - SE

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6506/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.554/2013-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Conselho Regional de Administração/ES (28.414.217/0001-67)

1.2. Unidade: Gerência de Filial Logística no Rio de Janeiro (Gilog/RJ) da Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Comunicar esta deliberação à Gerência de Filial Logística no Rio de Janeiro (Gilog/RJ) da Caixa Econômica Federal e ao representante.

Ata n° 34/2013 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 29/2013 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 6507/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a aposentadoria da interessada Sr.ª Raimunda Caetano Martins, autuada no TC-024.102/2011-3, sob o nº de controle 10805630-04-2010-000004-9, já foi apreciada e considerada legal em sessão datada de 30/8/2011, mediante o Acórdão 7194/2011 prolatado pela - 1ª Câmara, conforme consta da Relação 28/2011 do Ministro José Múcio Monteiro, inserta na Ata 31/2011;

Considerando que o ato concessório autuado no TC-014.521/2013-0, relativo à aposentadoria da mesma servidora inativa foi cadastrado no sistema Sisac em duplicidade,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para adoção da providência saneadora a seguir consignada:

a) determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que providencie a exclusão do ato sob nº de controle 10805630-04-2010-000001-4, alusivo à aposentadoria de Raimunda Caetano Martins, CPF 115.838.941-87, do sistema Sisac, em razão da constatada duplicidade.

1. Processo TC-014.521/2013-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Raimunda Caetano Martins (115.838.941-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6508/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão dos beneficiários e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.661/2010-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alexandra Nestor Silva (027.545.446-07); Paulo Roberto Nestor Silva (012.008.836-32)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/MG

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6509/2013 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de tomada de contas anuais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Acre (SRTE/AC) referente ao exercício de 2010;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, acolhendo as análises constantes da instrução elaborada pela Secex/AC (peça 20) e corroborada pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 23), em:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Manoel Rodrigues de Souza Neto e da Sra. Maria Inês Sena Cordeiro, dando-lhes quitação;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas de Francisca Ivaneide de Oliveira, Maria Bomfim de Oliveira e Sender Sil Melo Saturnilho, dando-lhes quitação plena;

c) fazer as determinações e alertas constante do subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-029.426/2011-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Francisca Ivaneide de Oliveira (CPF 065.595.652-20), Manoel Rodrigues de Souza Neto (CPF 095.614.802-63), Maria Bomfim de Oliveira (CPF 138.648.582-91), Maria Ines Sena Cordeiro (CPF 119.857.802-59); Sender Sil Melo Saturnilho (CPF 827.992.102-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/AC)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secex/AC

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Acre, com fundamento no art. 18 da Lei 8.443/1992 c/c art. 208, § 2º do Regimento Interno/TCU, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. inclua no sistema Sisac, se ainda não o fez, os atos de concessão de aposentadoria dos servidores de matrícula Siape 0250589, 6250613, 0250611, 0258454, 6250605, 1212968, 0250585 e 0751293 e os atos de concessão de pensão civil dos instituidores de matrículas Siape 0261044, 0753215 e 6250608, bem como encaminhe os respectivos processos ao TCU, para fins de registro, em cumprimento ao disposto nos arts. 2º e 7º da Instrução Normativa TCU 55/2007;

1.7.1.2. apresente ao Tribunal o resultado da apuração acerca da responsabilidade pela autorização da continuidade da obra de reforma do edifício sede da SRTE/AC, com o pagamento por serviços não previstos no Contrato Administrativo 5/2009 e respectivos termos aditivos, sem existência de crédito orçamentário correspondente, em desacordo com o que estabelecem os arts. 14 da Lei 8.666/93, 60 da Lei 4.320/64 e 23 do Decreto 93.872/86;

1.7.2. alertar a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Acre quanto às seguintes impropriedades constatadas em seu processo de tomada de contas anuais relativas ao exercício de 2010:

1.7.2.1. celebração do Contrato 5/2009 sem observância do prazo de vigência dos créditos orçamentários, em ofensa ao disposto no art. 57 da Lei 8.666/93;

1.7.2.2. emissão da Nota de Empenho 2009NE900181 no valor total da contratação (R$ 294.243,22), em ofensa ao art. 27 do Decreto 93.872/1986;

1.7.2.3. celebração de termos aditivos ao Contrato Administrativo 5/2009 sem encaminhamento prévio das minutas de alteração ao órgão de assessoramento jurídico para análise, com infração ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência do Tribunal, consubstanciada na Decisão 955/2002-TCU-Plenário e nos Acórdãos 3909/2008-TCU-2ª Câmara e 1934/2006-TCU-1ª Câmara;

1.7.2.4. publicação extemporânea do Contrato Administrativo 5/2009 e dos seus termos aditivos 1/2010 e 2/2010 no Diário Oficial da União, com infração ao disposto na Lei 8.666/93, art. 61, parágrafo único, e no Decreto 93.972/86, art. 33, inciso II, e em prejuízo do princípio da publicidade insculpido no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

1.7.2.5. falta de informações necessárias à caracterização do objeto em projetos básicos e/ou inexistência de projetos básicos nos processos 46200.000657/2010-00, 46200.000390/2010-42, 46200.000264/2010-98, 46200.000240/2010-39, 46200.000080/2010-28 e 46200.000055/2010-44, em desacordo com a jurisprudência do Tribunal, consubstanciada nos Acórdãos 427/2002-TCU-Plenário, 518/2006-TCU-Plenário e 4104/2009-TCU-2ª Câmara;

1.7.2.6. ausência de publicação dos resultados das licitações nos meios oficiais de comunicação, verificada nos processos 46200.000817/2010-11, 46200.0001251/2010-36 e 46200.000908/2010-48, com infração ao disposto no art. 17, inciso I, do Decreto 5.450/2005;

1.7.2.7. ausência de publicação do extrato da autorização de compra por Ata de Registro de Preços no Diário Oficial da União, observada no processo 46200.001093/2010-14, referente à aquisição de 15 microcomputadores, objeto do Pregão por Registro de Preços 11/2010, em afronta ao disposto no art. 20 da Instrução Normativa MARE 4/2008;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.2.8. não adoção de procedimento adequado de pesquisa de preços com vistas a ampliar a competitividade e privilegiar o princípio da publicidade insculpido no art. 37, *caput*, da Constituição Federal (realização de pesquisa informal), relativamente aos processos 46200.000035/2008-59 e 46200.00035/2010-44, com infração ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/1993, e à jurisprudência deste Tribunal, conforme o disposto nos Acórdãos 2314/2008-TCU-Plenário, 827/2007-TCU-Plenário, 195/2008-TCU-1ª Câmara, 3083/2007-TCU-1ª Câmara, 1241/2007-TCU-1ª Câmara e 291/2009-TCU-2ª Câmara;

1.7.2.9. ausência, no processo 46200.00055/2010-44, de termo contratual estabelecendo as condições de acordo mútuo entre a SRTE/AC e a empresa CNPJ 05.793.177/0003-78, contratada para fornecimento de combustíveis, prevendo, ao menos, valores a serem praticados, quantitativo de litros a adquirir, prazo de vigência da contratação e forma de pagamento, com infração ao disposto no art. 54, §2º, da Lei 8.666/1993;

1.7.2.10. dispensa indevida de licitação e fracionamento de despesas, no âmbito do processo 46200000080/2010-28, com valor empenhado de R$ 18.699,43 e pago de R$ 18.467,62, com infração ao disposto nos arts. 24, inciso II, e 23, § 5º, da Lei 8.666/1993, bem como à jurisprudência do Tribunal, conforme os Acórdãos 1084/2007-TCU-Plenário, 2090/2006-TCU-1ª Câmara e 367/2010-TCU-2ª Câmara;

1.7.2.11. celebração de termo aditivo ao Contrato 5/2008 (processo 46200.000035/2008-59) após o término do prazo de vigência do contrato e consequente realização de despesa sem cobertura contratual, com infração ao disposto nos arts. 60, *caput*, e 63, § 2º, inciso I, da Lei 4.320/1964, c/c o art. 62, *caput*, da Lei 8.666/1993;

1.7.2.12. indicação de marca do produto na aquisição de condicionador de ar de 60.000 BTUs (processo 46200.000511/2010-56), restringindo a participação de potenciais fornecedores, em afronta ao estabelecido no art. 7º, §§ 5º e 9º, da Lei 8.666/1993, bem como à Súmula TCU 270/2012;

1.7.2.13. existência de falhas na fiscalização do Contrato Administrativo 5/2009 por representante da administração, com infração ao disposto nos arts. 67 da Lei 8.666/1993, 6º do Decreto 2.271/1997, bem como à jurisprudência do Tribunal, conforme os Acórdãos 1731/2009-TCU-Plenário, 1685/2009-TCU-Plenário, 558/2006-TCU-1ª Câmara, 593/2005-TCU-1ª Câmara, 616/2010-TCU-2ª Câmara, 262/2006-TCU-2ª Câmara, 3966/2009-TCU-2ª Câmara, 3339/2009-TCU-2ª Câmara;

1.7.3. dar ciência à Sefip acerca da ocorrência examinada no item 7 da instrução à peça 20 destes autos, a qual se refere à não inclusão no sistema Sisac dos atos de concessão de aposentadoria dos servidores de matrícula Siape 0250589, 6250613, 0250611, 0258454, 6250605, 1212968, 0250585 e 0751293 e dos atos de concessão de pensão civil dos instituidores de matrículas Siape 0261044, 0753215 e 6250608, bem como o não encaminhamento dos respectivos processos ao Tribunal, para fins de registro, em ofensa ao disposto nos artigos 2º e 7º da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

1.7.4. determinar à Secex/AC que monitore o cumprimento das determinações constantes do subitem 1.7.1 acima.

ACÓRDÃO Nº 6510/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 197, § 1º, e 243, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, ante os motivos expostos pela Secex/CE nas peças 9-10, em fazer as determinações propostas de acordo com os pareceres.

1. Processo TC-006.077/2013-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Representante: Câmara Municipal de Uruoca/CE (CNPJ: 00.399.350/0001-72)

1.2. Responsável: Manoel Fernandes Moreira Filho (CPF: 051.795.483-49)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Uruoca - CE

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que:

1.8.1. instaure a devida Tomada de Contas Especial, em novo prazo de 60 dias, e quantifique o valor a ser devolvido aos cofres públicos, caso não tenham sido sanadas as irregularidades descritas no TC 008.967/2012-1, que originou os presentes autos, relativas ao mencionado Convênio Siafi 669909.

1.8.2. ao término do prazo determinado, informe a este Tribunal as medidas que foram adotadas.

1.9. Encaminhar cópia dos presentes autos, bem como do TC-008.967/2012-1 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para subsidiar a referida Tomada de Contas Especial.

ACÓRDÃO Nº 6511/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 17 e 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em determinar o encerramento dos presentes autos, uma vez que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, consoante exposto na instrução da unidade técnica e promover o seu apensamento ao TC-010.545/2005-4 para subsidiar a análise daqueles autos, dando-se ciência ao interessado.

1. Processo TC-027.912/2010-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsáveis: Paulo Martinho Apolinário da Silva (294.697.085-04); Valter José Gonçalves (104.567.915-15)

1.2. Interessado: Prefeitura Municipal de Itajuípe - BA (14.147.946/0001-90)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (SECEX-BA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6512/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, e 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, ante os motivos expostos pela Secex/CE nas peças 15-16, em prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo constante do subitem 1.8.1.2 do Acórdão 4.923/2012 - 1ª Câmara, sem prejuízo de determinar à Secex/CE que verifique eventual conexão entre o presente processo e o TC 004.713/2010-9.

1. Processo TC-005.975/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Edilardo Eufrasio da Cruz (264.436.003-04)

1.2. Interessados: Francisco Jose Brasileiro Ladislau (267.030.333-15); Joao Augusto Goes Mota (656.853.503-68); João Mota Matos (220.352.063-91)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tejuçuoca - CE

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6513/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", 157 e 237, do Regimento Interno, em sobrestar o julgamento do presente processo até a entrada neste Tribunal do processo de tomada de contas especial instaurado pela Funasa em cumprimento ao Acórdão 3802/2009-1ª Câmara.

1. Processo TC-016.205/2006-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 013.160/2008-7 (REPRESENTAÇÃO); 026.847/2009-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Controladoria Geral da União - CGU (05.914.685/0001-03); Seng Engenharia Ltda. (83.931.691/0001-74)

1.3. Interessados: Geraldo Afonso Dezena da Silva (775.575.068-04); Ministério Público do Estado da Bahia (04.142.491/0001-66)

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ribeira do Amparo - BA

1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (SECEX-BA).

1.8. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6514/2013 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, fundada em relatório de auditoria encaminhado pela Controladoria Geral da União - CGU, por meio do qual foi noticiado a este Tribunal indícios de irregularidades na constituição e posterior execução da Ata de Registro de Preços 21-12/2010, firmada, em 12/10/2010, entre a Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil e a empresa Capacitá Eventos Ltda., para promoção e realização de eventos voltados ao cumprimento da missão institucional da Apex-Brasil.

Considerando que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade da espécie, pelo que deve ser conhecida.

Considerando que, recebidas as informações encaminhadas pela CGU, foram adotadas as providências determinadas nos arts. 4º e 5º da Portaria Secegex nº 03/2008.

Considerando que, após analisadas tais informações, a unidade técnica entende que o primeiro nível de ação de controle está a cargo da CGU, que realizou auditoria, em consequência da qual expediu recomendações corretivas à Apex-Brasil, que, por sua vez, já elaborou um plano de providências que objetiva atender todas as recomendações da CGU.

Considerando que, em razão das ações já realizadas, a unidade técnica entende não haver necessidade de atuação simultânea deste Tribunal, pelo o que já propõe, uniformemente, o encerramento e arquivamento da presente representação, o que é amparado pelo § 3º do art. 5º, da Portaria-Segecex nº 03/2008.

Considerando que tanto o art. 2º do Memorando-Circular 19/2009-Segecex, invocado pela Unidade Técnica, quanto o art. 7º da Portaria-Segecex nº 03/2008 determinam que as informações encaminhadas pela CGU que não exijam a atuação imediata deste Tribunal, deverão ser mantidas na Unidade Técnica de forma a eventualmente subsidiar o planejamento de ações de controle.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação;

b) determinar que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas e a Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico atentem, relativamente às informações objeto da presente representação, para o estabelecido no art. 7º da Portaria Segecex n 03/20087 e no parágrafo "2." do Memorando Circular 19/2009-Segecex;

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-022.704/2013-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Controladoria Geral da União - CGU

1.2. Órgão/Entidade: Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 34/2013 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 24/2013 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 6515/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.679/2010-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Augusta Vieira de Vilhena (214.090.646-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região/PR - JT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6516/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-011.443/2012-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Edmilson dos Santos (441.840.425-20).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6517/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma do interessado a seguir relacionado:

1. Processo TC-011.647/2012-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Roberto de Paula Lins (073.356.367-87).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6518/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-011.649/2012-7 (REFORMA)
1.1. Interessado: Roberto Jorge Lalis de Souza (568.775.950-68).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6519/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o teor dos arts. 7º, III, e 19 da IN/TCU 71/2012, que autoriza o arquivamento dos processos de tomada de contas especial cujo valor do débito, atualizado monetariamente, seja inferior a R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e pendentes de citação válida no âmbito do TCU;
Considerando que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, é no sentido do arquivamento do presente processo, em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara com fundamento nos arts. 143, V, 'a', e 199, § 2º do RI/TCU, art. 7º, III, e art. 15, I, c/c art. 19, ambos da IN/TCU 71/2012 e na forma do artigo 93 da Lei 8.443/1992, ACORDAM por unanimidade, em determinar o arquivamento do presente processo e o registro nos cadastros de devedores e nos sistemas de informações contábeis, especialmente no previsto na Lei 10.522/2002 e em outros cadastros afins, das informações relativas ao valor do débito e à identificação do responsável, na forma da legislação em vigor, bem como dar ciência desta deliberação e da instrução da unidade técnica (peça 4) à Procuradoria da República no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, ao órgão instaurador da TCE e ao responsável.
1. Processo TC-007.497/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Carlos Coimbra de Resende (225.224.257-49).
1.2. Entidade: Município de Mimoso do Sul - ES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (Secex-ES).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6520/2013 - TCU - 1ª Câmara

Considerando tratar-se de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em razão de irregularidades na cobrança de procedimentos por meio do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde e de Autorização de Internação Hospitalar;
Considerando que o responsável foi condenado ao ressarcimento do dano causado na Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa 0004700-28.2007.4.05.8300, já transitada em julgado;
Considerando a observância do princípio da eficiência;
Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto a este Tribunal;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, nos termos do art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, devendo ser dada ciência desta deliberação ao responsável e ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), acompanhada de cópia das peças 11 a 14 destes autos:
1. Processo TC-010.273/2011-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Luiz Antunes de Souza (003.747.924-53).
1.2. Entidade: Casa de Saúde e Maternidade de Limoeiro/PE (10.504.843/0001-89).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE).
1.6. Advogado constituído nos autos: Antônio Renato Lima Da Rocha (OAB/PE 4422), peça 7.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6521/2013 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão e da instrução da unidade técnica (peça 2) ao representante.
1. Processo TC-020.929/2013-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Gerência do Trabalho de Barreiras (GRTE/BA) - MTE
1.2. Entidade: Município Luís Eduardo Magalhães/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 34/2013 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta, de forma unitária e organizada sob n° 34/2013, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de n°s 6522 a 6547, a seguir indicados. Os correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação, bem como os citados Acórdãos, se inserem no Anexo desta Ata (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1° a 7° e 10; e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

ACÓRDÃO Nº 6522/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.150/2012-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Sociedade de Investigações Florestais (CNPJ: 18.134.684/0001-80) - SIF/MG, João Câncio de Andrade Araújo (CPF: 209.689.906-06), ex-diretor-presidente, e Laércio Couto (CPF: 200.899.458-91), ex-diretor científico
4. Unidade: Sociedade de Investigações Florestais - SIF/MG
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secex/MG
8. Advogadas constituídas nos autos: Marinês Alchieri (OAB/MG 77.656-B), Simone Aparecida Teixeira (OAB/MG 110.447) e Iglesias Fernanda de Azevedo Rabelo (OAB/MG 100.269)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada contra a Sociedade de Investigações Florestais (SIF) e seus ex-diretores, João Câncio de Andrade Araújo e Laércio Couto, em razão da impugnação parcial das despesas vinculadas ao Convênio-MMA 80/2000, que teve por objeto a editoração e divulgação da revista "Ação Ambiental";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, em:
9.1. excluir a responsabilidade de João Câncio de Andrade Araújo e Laércio Couto, respectivamente ex-diretor-presidente e ex-diretor científico da Sociedade de Investigações Florestais, por ter restado demonstrado que não participaram da gestão dos recursos em tela;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sociedade de Investigações Florestais, fixando-lhe novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento ao Tesouro Nacional das quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente, a partir das datas indicadas, nos termos da legislação vigente:

Data da Ocorrência	Valor Original
26/10/2000	R$ 2.551,38
30/07/2001	R$ 3.970,00
27/08/2001	R$ 858,00
29/08/2001	R$ 1.690,00
10/09/2001	R$ 507,00
3/12/2001	R$ 968,40
21/12/2001	R$ 620,60
28/02/2002	R$ 3.000,72

9.3. informar à Sociedade de Investigações Florestais que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, ao passo que o não atendimento a este acórdão poderá levar ao julgamento pela irregularidade das contas, hipótese em que a dívida será atualizada monetariamente e acrescida de juros moratórios, bem como sujeitar a entidade à aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6522-34/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6523/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.257/2012-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Aldo Rodrigues Vasquez Pereira da Cunha (064.952.307-53); Celia de Aguiar Balesdent (013.875.887-53); Cyrene de Abreu Leite (440.523.087-00); Eliane de Souza Andrade (610.838.527-87); Eliane de Souza Andrade (610.838.527-87); Luiz Oswaldo Carvalho (161.097.407-72); Maria Janete Portela (522.891.687-34); Maria da Conceição de Freitas do Vale (799.899.777-04); Neuza Teixeira Lopes (590.795.177-04); Rafael de Freitas Albuquerque (116.625.867-01); Yara Terezinha de Alvarenga da Penha (770.075.497-72).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituído por ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar legais e autorizar registro aos atos de pensões civis instituídas por Paulo Martins de Amaral Albuquerque, Neuza Teixeira Lopes e Raul Saraiva de Andrade (relativo ao ato 10802690-05-2009-000454-7);
9.2. considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise de mérito do ato de pensão civil instituído por Mary Celeste Guimarães Carvalho, nos termos do artigo 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU;
9.3. julgar ilegais e negar registro aos atos de pensões civis instituídas por Milano Ferrari, Nídia Auiar Belesdent, Osmarina Rodrigues da Cunha, Nylza Gomide dAbreu, Nilton Manoel da Penha e Raul Saraiva de Andrade (relativo ao ato 10802690-05-2009-000453-9).
9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro que:
9.4.1. emita novos atos de pensão, em substituição aos ora julgados ilegais, instituídos por Milano Ferrari, Osmarina Rodrigues da Cunha e Raul Saraiva de Andrade, livres das falhas detectadas, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, com fulcro no art. 3º, § 7º, Resolução nº 206/2007;
9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes das concessões de pensão civil consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;
9.4.3. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectiva notificações, em caso de não provimento;
9.4.4. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;
9.4.5. no ato relativo à pensão instituída por Neuza Teixeira Lopes, substitua o nome do beneficiário da pensão "Neuza Teixeira Lopes" por "Clóvis de Medeiros Lopes";
9.5. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do Sipec), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6523-34/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 6524/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.873/2012-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Pensão Civil).
3. Recorrente: Elaine Chrystina do Amaral Fassheber (015.651.876-79).
4. Entidade: Senado Federal - SF.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: Conrado Rezende Freitas, OAB/MG 128.674, e Fabrício Gustavo Salfer da Cunha, OAB/MG 125.099 - Procuração (doc. 6).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame contra o Acórdão 3.125/2013 - TCU - 1ª Câmara, que considerou ilegal a pensão civil instituída por ex-servidor do Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 285 e 286, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6524-34/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6525/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.268/2013-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil
3. Interessada: Maria de Lourdes Barros Lima de Mello (409.518.047-15).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de pensão civil instituída em favor de Maria de Lourdes Barros Lima de Mello no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RJ;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e art. 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Maria de Lourdes Barros Lima de Mello (409.518.047-15), negando-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.3.1. excluir dos proventos da interessada a parcela referente ao adicional de tempo de serviço, tendo em vista a impossibilidade de sua percepção simultânea com a gratificação bienal, que lhe é mais benéfica;

9.3.2. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.4. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.4.1. esclarecer a unidade jurisdicionada que poderá ser editado novo ato de pensão em favor da interessada, desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, a ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal;

9.4.2. alertar a unidade jurisdicionada que no novo ato a ser encaminhado a esta Corte preencha corretamente no formulário Sisac o tempo de serviço exercido pelo instituidor Odilon Farias de Mello, esclarecendo que, caso o ex-servidor tenha efetivamente contado 32 anos, 3 meses e 18 dias para fins de aposentadoria, deverá ser procedida a correção da proporcionalidade da pensão atualmente paga para 32/35, com a consequente exclusão da vantagem do art. 184, inciso I, da Lei n.º 1.711/1952, cuja percepção somente é legítima para o servidor que tenha contado tempo suficiente para aposentar-se voluntariamente com proventos integrais;

9.4.3. monitorar o cumprimento do item 9.3 da presente deliberação, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6525-34/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6526/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.721/2013-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Vandete Monteiro dos Santos (111.246.524-34).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria à ex-servidora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL, Vandete Monteiro dos Santos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e art. 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Vandete Monteiro dos Santos (111.246.524-34), negando-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.3.4. recalcular, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta decisão, o valor dos proventos da interessada, excluindo-se da sua base de cálculo a parcela alusiva ao percentual de 28,86;

9.3.5. dar efetivo cumprimento ao art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.355/2006, alterado pela Lei nº 11.490/2007, realizando a absorção da Diferença Pessoal Nominalmente Identificada na medida em que forem implementadas as tabelas de vencimento básico previstas na lei;

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.4.1. esclarecer à unidade jurisdicionada que poderá ser editado novo ato de aposentadoria em favor da interessada, desde que escoimado das irregularidades verificadas nos presentes autos, a ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal, nos termos dos arts. 260, *caput*, e 262, § 2º, do RITCU;

9.4.2. monitorar o cumprimento do item 9.3 da presente deliberação, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6526-34/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6527/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.281/2013-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Aclides Lunardi (012.390.310-68); Aclides Lunardi (012.390.310-68); Lázara Lúcia Junqueira Sulzer (124.973.711-72); Maria Luiza de Moraes (108.950.351-20); Maria de Lource Silveira Vilalva Santana (105.842.421-15); Pedro Navarrete (206.300.429-34).
4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MS.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias deferidas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Mato Grosso do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria em favor de Aclides Lunardi (inicial e alteração), Lázara Lúcia Junqueira Sulzer, Maria Luiza de Moraes e Maria de Lource Silveira Vilalva Santana, ordenando seu registro;

9.2. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Pedro Navarrete, recusando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, por Pedro Navarrete, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Mato Grosso do Sul que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos, em favor de Pedro Navarrete, da rubrica "VPNI ART 10 L 10.483", uma vez já absorvida pelas novas estruturas remuneratórias de sua carreira, na forma do art. 10 da Lei 10.483/2002, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Pedro Navarrete, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o Sr. Pedro Navarrete teve ciência desta deliberação;

9.4.4. adote, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências necessárias à devida proporcionalização, nos proventos de Lázara Lúcia Junqueira Sulzer, da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDM-PST), de modo que passe a corresponder a 90% de seu valor integral;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, esclarecer ao órgão de origem que a alteração da aposentadoria do Sr. Pedro Navarrete, ora considerada ilegal, poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6527-34/13-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6528/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.409/2003-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Simplificada
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Coordenação-geral de Serviços Gerais - Mapa (CGSG/Mapa);
3.2. Responsáveis: Adailton Pereira de Queiroz (372.023.401-00); Alberto Jerônimo Pereira (135.037.821-68); Antonio Juarez Fernandes Machado (128.878.621-20); Elza Maria de Jesus e Souza (214.506.091-04); José Calazans dos Santos (150.533.771-20); Leopoldo Nunes de Melo (155.606.003-34); Lucia Lima (597.773.117-53); Marieden Martins Tosta (299.784.757-53); Neuton de Faria Soares (297.102.431-87); Severino dos Ramos Silva (185.243.701-49).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Órgão/Entidade: Coordenação Geral de Serviços Gerais - MAPA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas simplificada da Coordenação Geral de Serviços Gerais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGSG/Mapa), referente ao exercício de 2002,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento das contas da Coordenação Geral de Serviços Gerais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGSG/Mapa), relativas ao exercício de 2002, com fulcro no artigo 157 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e do § 3º do artigo 39 da Resolução TCU 191/2006;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Antônio Juarez Fernandes Machado (CPF 128.878.621-20);

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Juarez Fernandes Machado (CPF 128.878.621-20) com fundamento nos arts. 1°, inciso I, e 16, inciso III, alínea b, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1°, inciso I, e 209, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, c/c art. 19, parágrafo único, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do efetivo recolhimento;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida de que trata o subitem anterior, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. julgar regulares as contas dos demais responsáveis, a seguir listados, com fundamento nos arts. 1°, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1°, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, dando-lhes quitação plena: Adailton Pereira de Queiroz (CPF 372.023.401-00), Alberto Jerônimo Pereira (CPF 135.037.821-68), Elza Maria de Jesus e Souza (CPF 214.506.091-04), José Calazans dos Santos (CPF 150.533.771-20), Leopoldo Nunes de Melo (CPF 155.606.003-34), Lucia Lima (CPF 597.773.117-53), Marieden Martins Tosta (CPF 299.784.757-53), Neuton de Faria Soares (CPF 297.102.431-87), Severino dos Ramos Silva (CPF 185.243.701-49);

9.6. encerrar e arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, incisos III, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6528-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6529/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.021/2011-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Saúde (vinculador).

3.2. Responsáveis: M. do Nascimento Comércio (35.194.950/0001-89) e José Creomar de Mesquita Costa (054.568.273-87).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto/MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

8. Advogados constituídos nos autos: Rubens Ribeiro de Sousa (OAB/MA 4.864) e Ronald Franklin da Silva Carneiro (OAB/MA 5.180).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), tendo como responsáveis o Sr. José Creomar de Mesquita Costa, então prefeito do município de São Benedito do Rio Preto/MA, e a empresa M. do Nascimento Comércio, em virtude de irregularidades na execução do Convênio 027/95 (Siafi 129661), firmado entre o FNS e o município de São Benedito do Rio Preto/MA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel o Sr. José Creomar de Mesquita Costa (054.568.273-87);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", 19, 23, inciso III e 57, da Lei 8.443/1992, e com os arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. José Creomar de Mesquita Costa (054.568.273-87), prefeito do município de São Benedito do Rio Preto/MA à época, condenando-o, em solidariedade com a empresa M. do Nascimento Comércio (35.194.950/0001-89) ao pagamento da importância de R$ 45.594,58 (quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora devidos, calculados a partir de 5/10/1995 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, aplicar ao Sr. José Creomar de Mesquita Costa (054.568.273-87) e à empresa M. do Nascimento Comércio (35.194.950/0001-89), individualmente, multa no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar ao responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, aos responsáveis, ao município de São Benedito do Rio Preto/MA e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6529-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6530/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-002.172/2011-9

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Édson Amâncio de Sá (ex-prefeito, CPF 422.694.826-20) e Município de Alpercata/MG (CNPJ 18.332.627/0001-05)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Alpercata/MG

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secex/MG

8. Advogado constituído nos autos: Elder Carlos da Silva (OAB/MG 100.243)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em decorrência da falta de documentos essenciais na prestação de contas dos recursos do Convênio nº 60457/99, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para implementação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "b", 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Édson Amâncio de Sá e do Município de Alpercata/MG, condenando-os a pagar as importâncias que lhes cabem, conforme abaixo especificado, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprovem, perante o TCU o recolhimento do correspondente montante aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

9.1.1. Responsável - Édson Amâncio de Sá:

Valor Histórico (R$)	Data
18.722,16	20/10/1999
6.240,72	24/12/1999

9.1.2. Responsável - Município de Alpercata/MG: Valor histórico: R$ 37.444,32; Data: 15/12/2000;

9.2. aplicar ao responsável Édson Amâncio de Sá multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6530-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6531/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.826/2013-5.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Nadir Buranello Crivelaro (CPF 162.975.552-49).

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidora da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2º, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Nadir Buranello Crivelaro, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.3.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a servidora teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6531-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6532/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.704/2012-0

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Marta Maria de Sousa Leão Vasconcelos (ex-Secretária de Estado da Ação Social e do Trabalho de Sergipe - SEAST/SE, CPF 127.055.435-20) e Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA (CNPJ 55.492.425/0001-57)

4. Unidade: Secretaria de Estado da Ação Social e do Trabalho de Sergipe (SEAST/SE)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/SE

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, referente à falta de comprovação da boa aplicação dos recursos advindos do Contrato 5/1999 entre a Secretária de Estado da Ação Social e do Trabalho de Sergipe (SEAST/SE) e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) no âmbito do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 20/1999.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "b"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, inciso III, e § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Marta Maria de Sousa Leão Vasconcelos e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, condenando-as a pagar, solidariamente, as importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprovem perante o Tribunal de Contas da União o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
23.120,00	19/10/1999
26.640,00	22/12/1999
27.600,00	28/12/1999
52.708,80	28/12/1999

9.2. aplicar às responsáveis acima nominadas, individualmente, multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até as dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República em Sergipe e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6532-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6533/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.810/2013-2

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3. Interessadas: Judite Franklin Vidal (CPF 077.356.776-34) e Helaine Barros de Oliveira (CPF 325.119.574-34)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Paraíba

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidoras da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Paraíba.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2°, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria a Judite Franklin Vidal, autorizando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Helaine Barros de Oliveira, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.4. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Paraíba que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada referida no item 9.2, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a aposentada a que se refere o item 9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6533-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6534/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.481/2013-0.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Raphael Leite Luso (009.967.501-34).

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Maranhão.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidor da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Maranhão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2º, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Raphael Leite Luso, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.3.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o servidor teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6534-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6535/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.482/2013-7

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3. Interessados: Helio Saraiva Lopes (CPF 139.669.600-87) e Mary Angela de Moura de Oliveira (CPF 352.697.820-49)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Cons-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2°, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria a Mary Angela de Moura de Oliveira, autorizando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Helio Saraiva Lopes, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.4. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado referido no item 9.2, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o servidor de que trata o item 9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6535-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6536/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-025.851/2010-1.

2. Grupo I - Classe I - Embargos de declaração em processo de admissão.

3. Embargantes/Interessados:

3.1. Embargante: Furnas Centrais Elétricas S.A.

3.2. Interessados: José Antonio Machado de Oliveira (CPF 147.440.071-04), José Armando Francisco (CPF 557.353.049-68), José Augusto Rezende da Costa (CPF 748.761.987-72), José Barbosa da Silva (CPF 239.679.196-68), José Barreto Gomes (CPF 665.452.187-00), José Donizeti Dias (CPF 272.303.926-91), José Esmeraldino Borges (CPF 340.949.971-72), José Euripedes Borges Gomes (CPF 166.105.201-00), José Eymard Ayres (CPF 023.930.264-87), José Fernando Ortega (CPF 077.332.468-22), José Flauzino Moreira (CPF 252.123.201-78), José Francisco Silva (CPF 059.071.348-52), José Francisco de Araujo Xavier (CPF 411.169.257-53), José Haylson Campos (CPF 764.416.367-00), José Luiz Barbosa Pereira (CPF 144.735.421-49), José Luiz Gonçalves da Silveira (CPF 259.264.380-04), José Luiz Potentini (CPF 932.508.197-00), José Luiz da Silva Bregalda (CPF 832.162.788-91), José Luiz de Souza Azevedo (CPF 843.755.907-34), José Maria de Andrade (CPF 082.699.471-72), José Maria de Souza Carvalho (CPF 224.618.331-68), José Mario Marcal (CPF 435.301.849-34), José Naylor Larichia (CPF 339.808.967-49), José Nunes Xavier (CPF 277.069.071-04), José Pereira dos Santos (CPF 123.576.001-44), José Pinheiro Ferreira (CPF 313.571.807-72), José Ricardo Leite (CPF 715.996.497-72), José Roberto Vitor da Silva (CPF 805.711.667-68), José Soares Ferreira (CPF 034.327.692-53), José Vivaldo Tizzo (CPF 118.168.481-15), José dos Reis de Oliveira (CPF 191.171.166-00), Josefa Aderlane de Lima Melo Toledo Cesar (CPF 127.849.978-47), Josinaldo Geraldo Borges (CPF 847.000.927-34), Josiva Miranda Costa (CPF 469.396.281-34), Juarez Macedo Costa (CPF 887.691.007-72), Kley Cloves Caetano (CPF 228.310.101-87), Lady Alves dos Santos (CPF 837.586.667-91), Laudelina Gonzaga dos Santos (CPF 528.277.127-68), Leila Aparecida Braga de Andrade Amorim (CPF 033.011.758-05), Leonardo Freitas Garcia (CPF 320.640.631-53), Ligia Queijo de Moraes (CPF 339.156.017-72), Lisangela Gnocchi da Costa Reis (CPF 628.647.267-34), Lourives da Silva Filho (CPF 073.893.638-35), Luciana Araujo Gomes (CPF 801.675.437-68), Luciano Ribeiro de Castro (CPF 559.437.486-87), Luciano de Oliveira Pinto (CPF 424.498.477-15), Lucimar José Ribeiro (CPF 394.795.011-04) e Lucimar de Fatima Viscovini Marques (CPF 703.372.179-04).

4. Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos contra o Acórdão nº 1.413/2011-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegais admissões de empregados por Furnas Centrais Elétricas S.A.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 31, 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los, tornando insubsistente o Acórdão nº 1.413/2011-TCU-1ª Câmara;

9.2. considerar legais os atos de admissão dos interessados constantes deste processo, ordenando o registro;

9.3. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6536-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6537/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-032.377/2010-0

2. Grupo I, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Antonio José Muniz (ex-prefeito, CPF 004.466.023-53)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Rita/MA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/MA

8. Advogado constituído nos autos: Hugo Emanuel de Souza Sales (OAB/MA 7.421)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão da ausência de comprovação da aplicação regular do valor de R$ 137.249,00 transferido para a Prefeitura Municipal de Santa Rita/MA no exercício de 1998 para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º; 19, caput; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c o arts. 209, incisos II e III, e § 5º, inciso I; 210 e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 julgar irregulares as contas de Antonio José Muniz, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas mencionadas até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor (R$)
12/3/1998	20.691,00
23/4/1998	13.104,00
19/5/1998	13.794,00
26/6/1998	13.794,00
22/7/1998	9.655,00
27/8/1998	13.794,00
26/9/1998	14.483,00
21/11/1998	12.414,00
11/12/1998	13.794,00
29/12/1998	11.726,00

9.2 aplicar a Antonio José Muniz multa no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4 remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6537-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6538/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.707/2011-2

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Unidade: Município de Ibaretama/CE.

4. Responsável: Raimundo Viana de Queiroz, CPF 014.919.113-87.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: Dirceu Costa Lima Filho OAB/CE 19.219.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade de Raimundo Viana de Queiroz, ex-Prefeito Municipal de Ibaretama/CE, instaurada em razão da não apresentação de prestação de contas e da ausência de comprovação da adequada aplicação dos recursos repassados ao município ao abrigo do Programa de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate, durante o exercício de 2007,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", 19, e 23, III, da Lei 8.443/92, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Viana de Queiroz e condená-lo ao pagamento dos valores a seguir especificados, fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas a seguir apontadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)
2/1/2007	23.062,21
30/4/2007	12.895,31
30/4/2007	12.895,31
29/6/2007	12.895,31
31/7/2007	12.895,31
31/8/2007	12.895,31
28/9/2007	12.895,31
27/10/2007	12.895,31
14/12/2007	12.895,31

9.2. aplicar ao Sr. Raimundo Viana de Queiroz a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, e

9.4. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 209, § 6º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6538-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6539/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-004.556/2011-9.

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Renato Cavalcante Lima (CPF 072.679.163-68).

4. Unidade: Município de Capistrano/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor do Sr. José Renato Cavalcante Lima, ex-Prefeito do Município de Capistrano/CE, em decorrência da omissão no dever de prestar contas relativas aos recursos repassados ao município por meio do Convênio 1673/2006 (Siafi 582250), objetivando dar apoio técnico e financeiro para aquisição de equipamento e material permanente, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.arquivar a presente tomada de contas especial, sem cancelamento do débito, com fundamento nos arts. 93 da Lei 8.443/1992, 213 do Regimento Interno do TCU e 6º, inciso I, c/c o art. 19, *caput*, da IN TCU 71/2012;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde, para que seja dado cumprimento ao disposto no art. 15, inciso I, da IN TCU 71/2012, e

9.3. dar ciência desta deliberação ao responsável.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6539-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6540/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-009.212/2012-4

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Maria das Graças Cordeiro de Paiva (CPF 256.379.083-20) e Karatius Construções Serviços e Transporte Ltda. (CNPJ 04.624.085/0001-30).

4. Unidade: Município de Uruburetama/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa/MS) em desfavor da Srª Maria das Graças Cordeiro de Paiva, ex-prefeita do Município de Uruburetama/CE, em decorrência da execução parcial do objeto do Convênio 3451/2001 (Siafi 439286), tendo por objeto a execução de melhorias sanitárias domiciliares nas localidades de Mundaú, Boa Vista e Araças, no município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas da Srª Maria das Graças Cordeiro de Paiva e da empresa Karatius Construções Serviços e Transporte Ltda., condenando-os ao pagamento, solidariamente, das quantias abaixo estipuladas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundação Nacional de Saúde (Funasa/MS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor R$)
19/09/2002	570,50
07/10/2002	11.000,00
06/11/2002	7.000,00
12/12/2002	10.000,00
17/12/2002	5.000,00
21/01/2003	4.748,53
29/01/2003	1.500,00

9.2. aplicar à Srª Maria das Graças Cordeiro de Paiva e à empresa Karatius Construções Serviços e Transporte Ltda., com fundamento no art. 19, c/c o art. 57 da Lei 8.443/92, multa individual no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para o ajuizamento das ações civis e penais que considerar cabíveis, e

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6540-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6541/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.699/2013-7.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.

3.2. Responsável: Marco Tulio Vilasboas (110.027.005-15).

4. Entidade: Município de Boquira/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) contra o sr. Marco Tulio Vilasboas, em razão de irregularidades na execução do Contrato de Repasse 2649.1.0133381-00-2011/SEDIU/CEF (Siafi 449663).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, com fulcro no art. 212 do RI/TCU c/c art. 7º, II, da IN TCU 71/2012;

9.2. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao interessado.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6541-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6542/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.896/2013-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessados: Adonidas Soares Pacheco Filho (009.570.442-67); Elena Almeida do Carmo (359.519.742-91).

4. Entidade: Superintendência Regional do Incra no Acre - MDA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil referente a servidor da Superintendência Regional do Incra no Acre.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro à pensão civil instituída por Adonidas Soares Pacheco em favor de Elena Almeida do Carmo e Adonidas Soares Pacheco Filho;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias indevidamente pagas, percebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula TCU 106;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3. determinar à Superintendência Regional do Incra no Acre que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.3.1. suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, submetendo-o à apreciação deste Tribunal (art. 262, caput, do RI/TCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, informando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não provimento do recurso;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6542-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6543/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.970/2010-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto:Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Carlos Hermano Albuquerque Baumert (059.701.805-72) e Raimundo Gabriel de Oliveira (020.278.285-91).

4. Entidade: Município de Maragogipe/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: Leonardo G. Baumert, OAB/BA 27.040 (peça 7).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o sr. Carlos Hermano Albuquerque Baumert e o sr. Raimundo Gabriel de Oliveira, ex-prefeitos do município de Maragogipe/BA, em razão da omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos repassados ao referido município, no exercício de 2004, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche (PNAC);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o sr. Raimundo Gabriel de Oliveira, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art.12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa do sr. Carlos Hermano Albuquerque Baumert;

9.3. julgar irregulares as contas do sr. Carlos Hermano Albuquerque Baumert e do sr. Raimundo Gabriel de Oliveira, com base no art. 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992, e condená-los ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas abaixo especificadas até a do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor:

Sr.. Carlos Hermano de Albuquerque Baumert:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
2.273,74 (D)	20/8/2004
23.823,00 (D)	2/9/2004
23.823,00 (D)	27/9/2004
23.823,00 (D)	4/11/2004
23.823,00 (D)	30/11/2004
19.928,05 (C)	30/12/2004

Sr. Raimundo Gabriel de Oliveira:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
48.506,60 (D)	18/3/2004
20.646,60 (D)	25/3/2004
20.646,60 (D)	29/4/2004
20.646,60 (D)	27/5/2004
8.258,64 (D)	27/7/2004
2.273,74 (C)	18/8/2004
1.005,84 (D)	25/3/2004
502,92 (D)	03/5/2004
502,92 (D)	27/5/2004
274,32 (D)	31/5/2004
571,50 (D)	29/6/2004
571,50 (D)	27/7/2004
571,50 (C)	19/8/2004

9.4. aplicar ao sr. Carlos Hermano Albuquerque Baumert a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar ao sr. Raimundo Gabriel de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.7. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 6º do RI/TCU.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6543-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6544/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.789/2012-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessada: Maria Dejanira Rodrigues (018.382.453-91).

4. Órgão: Décima Região Militar MD/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil referente a servidora da Décima Região Militar do Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro à pensão civil instituída por Maria Assunção Rodrigues em favor de Maria Dejanira Rodrigues;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias indevidamente pagas, percebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula TCU 106;

9.3. determinar à Décima Região Militar do Comando do Exército que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.3.1. suspenda todo e qualquer pagamento referente ao ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa (art. 262, caput, do RI/TCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após o recebimento da notificação, em caso de não provimento do recurso;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6544-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6545/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 009.208/2000-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas Anuais/Exercício de 1999.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Hospital das Forças Armadas - HFA/MD (CNPJ nº 00.894.356/0003-88).

3.2. Responsáveis: Paulo Augusto Menezes da Silva (CPF nº 160.117.677-53); René Jairo Fagundes (CPF nº 105.043.540-00), Rogério Sugai Mortoza (CPF nº 392.440.591-34); José Arnaldo Fazza (CPF nº 202.570.746-00); Icon Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ nº 03.057.705/0001-33).

4. Entidade: Hospital das Forças Armadas- HFA/MD (CNPJ nº 03.057.705/0001-33).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral, Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anuais do Hospital das Forças Armadas - HFA, referente ao exercício de 1999.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "c"; 22, Parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, c/c o arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 209, inciso III e § 4º; 210; e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento das presentes contas;

9.2. considerar revéis, para todos os efeitos, a empresa Icon Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ nº 03.057.705/0001-33) e o Sr. Rogério Sugai Mortoza (CPF nº 392.440.591-34);

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. René Jairo Fagundes (CPF nº 105.043.540-00);

9.4. julgar irregulares as contas de Augusto Menezes da Silva (CPF nº 160.117.677-53); René Jairo Fagundes (CPF nº 105.043.540-00); e José Arnaldo Fazza (CPF nº 202.570.746-00);

9.5. condenar os responsáveis a seguir relacionados, solidariamente, ao pagamento das quantias indicadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência mencionadas até as datas dos efetivos recolhimentos, na forma da legislação em vigor:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

René Jairo Fagundes - CPF nº 105.043540-00

Ordenador de Despesas e Agente Fiscalizador do HFA.

Motivo:

Pagamento de serviços previstos no Contrato nº 21/99 e não executados.

Icon Produtos Hospitalares Ltda. - CNPJ nº 03.057.705/0001-33

Motivo:

Pela cobrança e recebimento de valores indevidos, uma vez que não havia executado os serviços objeto do contrato.

Rogério Sugai Mortoza - CPF nº 392.440.591-34

Motivo:

Pelo dano causado por ter atestado, para fins de pagamento, de serviços não realizados.

Data de Ocorrência	Valor Original (R$)
15/9/1999	9.818,55
6/10/1999	9.818,55
29/10/1999	9.443,16
10/12/1999	18.886,32
13/12/1999	9.443,16
10/2/2000	9.443,16

9.6. aplicar aos mencionados responsáveis, individualmente, a multa a que se refere o art. 57, da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão, até a data do efetivo pagamento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. condenar o Sr. René Jairo Fagundes, CPF nº 105.043.540-00, ao pagamento da importância a seguir indicada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculado a partir da data de ocorrência mencionada até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Motivo:

Pagamento de despesa sem qualquer respaldo legal referente a curso de pós-graduação de empregado terceirizado do Hospital das Forças Armadas

Data de Ocorrência	Valor Original (R$)
7/12/1999	2.249,40

9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.9. autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, caso seja de interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os acréscimos legais, sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, Parágrafo único, da Lei nº 8.443/92;

9.10. nos termo do art. 16,§ 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 6º do Regimento Interno/TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Distrito Federal, para o ajuizamento da ações civis e penais que considerar cabíveis;

9.11. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e interessados.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6545-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6546/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.071/2007-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto III - Monitoramento (Pensão Civil).

3. Responsável: Celina Dias Grecco (CPF 429.154.148-15), Chefe da Divisão de Administração do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP.

3.1. Interessada: Celeste Solera Pisciotta (CPF 187.325.128-99), viúva, pensionista de Hugo Pisciotta (CPF 516.520.308-59).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento em ato de pensão civil instituída por Hugo Pisciotta, em favor de Celeste Solera Pisciotta, considerada ilegal por meio do Acórdão nº 1.539/2008 - 1ª Câmara, em face do suposto pagamento da vantagem denominada bienal cumulativamente com o adicional por tempo de serviço.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no inciso III do art. 71 da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Celina Dias Grecco (CPF 429.154.148-15);

9.2. rever de ofício e tornar insubsistente a deliberação proferida por meio do Acórdão nº 1.539/2008 - 1ª Câmara, que considerou ilegal para fins de registro o ato de pensão instituída por Hugo Pisciotta, em favor de Celeste Solera Pisciotta, ante o reconhecimento da inexistência da suposta irregularidade (pagamento cumulativo da bienal e do adicional por tempo de serviço) no ato submetido à apreciação do Tribunal;

9.3. considerar legal a pensão civil instituída por Hugo Pisciotta (CPF 516.520.308-59), em favor de Celeste Solera Pisciotta (CPF 187.325.128-99), viúva, e autorizar o registro do ato correspondente, número de controle 1-080275-4-05-2006-000587-0, sem prejuízo de alertar o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP acerca da determinação expedida por meio do Acórdão nº 1.477/2012 - 1ª Câmara, com vistas à regularização do valor dos benefícios deferidos após 20/2/2004, para adequação ao disposto no art. 15 da Lei nº 10.887/2004, com prazo fixado para cumprimento pelo Acórdão nº 5.288/2013 - 1ª Câmara;

9.4. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6546-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6547/2013 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.584/2012-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal - CEF/MF (CNPJ nº 00.360.305/0003-63).

3.2. Responsável: Johnatas Franco, CPF nº 414.986.311-34 (ex-empregado da CAIXA, Ag. Ipameri-GO).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal - CEF/MF (CNPJ nº 00.360.305/0003-63).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. Johnatas Franco (ex-empregado da CAIXA), motivada em razão de irregularidades detectadas em movimentação de contas de clientes da Agência Ipameri/GO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea 'd'; 19, caput; e 23, inciso III, alínea 'a', todos da Lei nº 8.443/92; c/c o art. 214, inciso III, alínea 'a' do Regimento Interno do Tribunal, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Johnatas Franco, CPF nº 414.986.311-34, condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculada a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação dos débitos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres da Caixa Econômica Federal/CEF:

Valores Originais (R$)	Datas das Ocorrências
103.035,29	20/6/2001
21.245,60	21/6/2001
162,97	6/9/2001
41.606,47	17/9/2001

9.2. aplicar ao responsável, Sr. Johnatas Franco, CPF nº 414.986.311-34, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.5. alertar o responsável, Sr. Johnatas Franco, CPF nº 414.986.311-34, de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.6. encaminhar de cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Goiás, com vistas à adoção das providências que lhe compete, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, ao responsável e demais interessados.

10. Ata n° 34/2013 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 24/9/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6547-34/13-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

SUSTENTAÇÃO ORAL (não comparecimento)

Quando do julgamento do Processo nº 022.150/2012-9 (Acórdão nº 6522/2013), de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro, as Drªs Marinês Alchieri (OAB-MG nº 77.656-B) e Simone Aparecida Teixeira (OAB-MG 110.447), devidamente notificadas, nos termos da Portaria n° 239, de 17.10.2000, c/c o artigo 141, §§ 3º e 4º do Regimento Interno do TCU, com a publicação da Pauta n° 34/2013, deste Colegiado no Diário Oficial da União, seção 1, edição de 20 de setembro de 2013, páginas 100, não compareceram para apresentarem a sustentação oral que haviam requerido.

ADIAMENTO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM FACE DE PEDIDO DE VISTA

Foi adiada a discussão e votação do processo nº 006.189/2011-3 (Relator, Ministro-Substituto Weder de Oliveira), em face de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamim Zymler, nos termos do artigo 112 do Regimento Interno.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (unitários):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos: 013.787/2013-6 (Ministro Benjamim Zymler); 022.562/2013-3 (Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti); e 032.759/2010-0 (Ministro-Substituto Weder de Oliveira).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Walton Alencar Rodrigues, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Valmir Campelo.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às quinze horas e trinta e dois minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da 1ª Câmara

Aprovada em 25 de setembro de 2013.

VALMIR CAMPELO
Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 164, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 1º da Portaria nº 516, de 19/11/12, da Diretoria-Geral, resolve:

Tornar sem efeito os termos da Portaria nº 96/2013/DIRAD, que aplicou à empresa Engefood Equipamentos, Engenharia e Representações Ltda., localizada na Rua dos Autonomistas, nº 123, São Caetano do Sul - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 66.535.477/0001-80, penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara dos Deputados pelo período de 01 (um) ano, uma vez que foi sanada a pendência geradora da sanção.

ROMULO DE SOUSA MESQUITA

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 334, DE 15 DE SETEMBRO DE 2013

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª, 4ª, 9ª 10ª, 11ª, 14ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 24ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 15.680.713,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 39 da Lei n.º 12.708/12, de 17 de agosto de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2013) c/c art. 4º da Lei n.º 12.798, de 4 de abril de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2013), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 27, de 12 de abril de 2013, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 11, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª, 4ª, 9ª 10ª, 11ª, 14ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 452 com compensação, no valor global de R$ 15.680.713,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							270.530
		PROJETOS							
02 122	0571 1M97	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Pouso Alegre - MG							270.530
02 122	0571 1M97 2956	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Pouso Alegre - MG - No Município de Pouso Alegre - MG							270.530
			F	4	2	90	0	181	270.530
TOTAL - FISCAL									270.530
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									270.530

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.800.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							4.800.000
02 061	0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul							4.800.000
			F	3	2	90	0	181	4.800.000
TOTAL - FISCAL									4.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.200.000
		PROJETOS							
02 122	0571 134Z	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Município de Palmas - PR							1.200.000
02 122	0571 134Z 4257	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Município de Palmas - PR - No Município de Palmas - PR							1.200.000
			F	4	2	90	0	181	1.200.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.171.033
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.171.033
02 061	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							3.171.033
			F	3	2	90	0	181	973.405
			F	4	2	90	0	181	2.197.628
TOTAL - FISCAL									3.171.033
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.171.033

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							485.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							485.000
02 061	0571 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							485.000
			F	3	2	90	0	181	485.000
TOTAL - FISCAL									485.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									485.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							438.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							438.000
02 061	0571 4256 6020	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO							438.000
			F	3	2	90	0	181	438.000
TOTAL - FISCAL									438.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									438.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							387.589
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							387.589
02 061	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							387.589
			F	3	2	90	0	181	387.589
TOTAL - FISCAL									387.589
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									387.589

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							120.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							120.000
02 061	0571 4256 0027	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Alagoas							120.000
			F	3	2	90	0	181	120.000
TOTAL - FISCAL									120.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.567.061
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.567.061
02 061	0571 4256 0028	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe							1.567.061
			F	4	2	90	0	181	1.567.061
TOTAL - FISCAL									1.567.061
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.567.061

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013092600123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.321.500
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.200.500
02 061	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte							2.200.500
			F	3	2	90	0	181	150.000
			F	4	2	90	0	181	2.050.500
		PROJETOS							
02 122	0571 11K2	Construção do Depósito Judicial Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN							121.000
02 122	0571 11K2 1262	Construção do Depósito Judicial Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN - No Município de Natal - RN							121.000
			F	4	2	90	0	181	121.000
TOTAL - FISCAL									2.321.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.321.500

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							600.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							600.000
02 061	0571 4256 0022	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Piauí							600.000
			F	3	2	90	0	181	100.000
			F	4	2	90	0	181	500.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							320.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							320.000
02 061	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							320.000
			F	4	2	90	0	181	320.000
TOTAL - FISCAL									320.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									320.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							270.530

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							270.530
02 061	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							270.530
			F	3	2	90	0	181	270.530
TOTAL - FISCAL									270.530
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									270.530

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.800.000
		PROJETOS							
02 122	0571 133R	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Uruguaiana - RS							1.000.000
02 122	0571 133R 5175	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Uruguaiana - RS - No Município de Uruguaiana - RS							1.000.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 27	F	4	2	90	0	181	1.000.000
02 122	0571 133S	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Santo Ângelo - RS							700.000
02 122	0571 133S 5075	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Santo Ângelo - RS - No Município de Santo Ângelo - RS							700.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 42	F	4	2	90	0	181	700.000
02 122	0571 133U	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Viamão - RS							700.000
02 122	0571 133U 5186	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Viamão - RS - No Município de Viamão - RS							700.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 42	F	4	2	90	0	181	700.000
02 122	0571 133X	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Borja - RS							700.000
02 122	0571 133X 5083	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Borja - RS - No Município de São Borja - RS							700.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 42	F	4	2	90	0	181	700.000
02 122	0571 134B	Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS							400.000
02 122	0571 134B 5045	Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS - No Município de Rio Grande - RS							400.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 39	F	4	2	90	0	181	400.000
02 122	0571 134E	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Passo Fundo - RS							300.000
02 122	0571 134E 5007	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Passo Fundo - RS - No Município de Passo Fundo - RS							300.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 54	F	4	2	90	0	181	300.000
02 122	0571 14KE	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Porto Alegre - RS							1.000.000
02 122	0571 14KE 5027	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS							1.000.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 2	F	4	2	90	0	181	1.000.000
TOTAL - FISCAL									4.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.028.183
		PROJETOS							
02 122	0571 134H	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA							9.028.183
02 122	0571 134H 2261	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA - No Município de Salvador - BA							9.028.183
			F	4	2	90	0	181	9.028.183
TOTAL - FISCAL									9.028.183
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.028.183

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.200.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.200.000
02 061	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							1.200.000
			F	3	2	90	0	181	1.200.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							382.000
		PROJETOS							
02 122	0571 136L	Construção da Sede da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN							240.000
02 122	0571 136L 1262	Construção da Sede da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN - No Município de Natal - RN							240.000
		Edifício construído (percentual de execução física): 4	F	4	2	90	0	181	240.000
02 122	0571 14VZ	Construção do anexo no Complexo Judiciário Trabalhista Ministro Francisco Fausto							142.000
02 122	0571 14VZ 1262	Construção do anexo no Complexo Judiciário Trabalhista Ministro Francisco Fausto - No Município de Natal - RN							142.000
		Anexo construído (percentual de execução física): 3	F	4	2	90	0	181	142.000
TOTAL - FISCAL									382.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									382.000

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 654, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2013, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO SCHWAITZER

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.014.877,00	6.079,00	1.020.956,00
Pessoal Ativo	841.934,00	2.610,00	844.544,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	172.943,00	3.469,00	176.412,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	168.095,00	3.515,00	171.610,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-166,00	0,00	-166,00
Decorrentes de Decisão Judicial	163,00	0,00	163,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.805,00	3.491,00	5.296,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	166.293,00	24,00	166.317,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		846.782,00	2.564,00	849.346,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		625.461.567,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,135385%	0,000410%	0,135795%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,256773%		1.606.016,43	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,243934%		1.525.715,61	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,231096%		1.445.414,79	

FONTE: SIAFI Gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

O percentual de limite máximo foi alterado através da Resolução nº 250, de 19/08/2013, do Conselho da Justiça Federal.

VÂNIA CRISTINA FERNANDES FREIRE SAMPAIO
Diretora da Secretaria de Controle Interno
Em exercício

ELIANE MONTECHIARI DE ALMEIDA SANCHES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Em exercício

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA
Diretor da Secretaria Geral

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 476, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum",

CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2013, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

NEWTON DE LUCCA

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.360. 424 , 77	1.293,84	1.361 .718,6 1
Pessoal Ativo	1.192.131,89	1.179,90	1.193.311,79
Pessoal Inativo e Pensionistas	168.292,88	113,94	168.406,82
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	153.253,80	132,48	153.386,29
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	35,64	0,00	35,64
Decorrentes de Decisão Judicial	269,56	0,00	269,56
Despesas de Exercícios Anteriores	109,81	120,98	230,79
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	152.838,79	11,50	152.850,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.207.170,97	1.161,35	1.208.332,32
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461. 5 6 7
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,193005%	0,000186 %	0,193190 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,355468 %			2. 223.315 , 72
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,337695 %			2.112.149,94
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 0,319921 %			2.000.984,15

FONTE: SIAFI Gerencial

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Conforme Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, não foram computadas as despesas com o auxílio-natalidade e auxílio-funeral no montante das despesas com pessoal e encargos sociais.

3) O limite máximo, limite prudencial e o limite de alerta foram alterados conforme Resolução Nº CJF-RES-2013/00250 de 19 de agosto de 2013.

4) O valor de R$ 1.003,78 (Mil) não foi deduzido, no item II, linha "despesas de exercícios anteriores", por tratar-se de despesa que pertence ao período de apuração, conforme as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício de 2013, do Ministério da Fazenda/STN, 5ª edição, página 512. O valor de R$ 57,28 (Mil) referente às despesas de exercícios anteriores (fontes 156 e 169) está computado no item "inativos e pensionistas com recursos vinculados".

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

ANDREA BUGANO PASSANEZI
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

AMELINO RABELO CUSTODIO
Diretor-Geral

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 397, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Regional, correspondente ao segundo quadrimestre de 2013, nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54, e do § 2º do artigo 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Des. RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.251	2.121
Pessoal Ativo	34.491	2.121
Pessoal Inativo e Pensionistas	760	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.737	2.121
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	7.985	2.121
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	752	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.513	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	26.513	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,004239
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,007820	48.911
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,007429	46.466
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,007038	44.020

FONTE: SIAFI/COFIC/SOF/TSE - COF/TRE-AP, Emitido em 19/set/2013 às 16h e 53 min

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35, da Lei 4.320/64.

Des. RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES
Presidente do Conselho

ODETE INÊS SCALCO
Diretora-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Gestor Financeiro

HELTON DE ALBUQUERQUE ANDRADE
p/Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 665, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 54 e § 2º do Art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), resolve:
TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, relativo ao período de Janeiro a Agosto/2013.

Des. FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ùltimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	75.261	-
Pessoal Ativo	68.596	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.665	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.782	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.352	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.430	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	62.479 | -
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	62.479
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,009989
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,016665	104.233
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,015832	99.022
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	93.810

FONTE: SIAFI.UNIDADE RESPONSÁVEL:SECONT/COF/TRE-AM. Emitido em 24/Set/2013 às 17 horas.

Notas:

1)Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2)Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

3) As Despesas com auxílios natalidade e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Plenário nº 894/2012 e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2 julho de 2012.

Des. FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES
Presidente do Tribunal

HUGO CÉSAR LINFOLFO GOMES
Diretor-Geral
Em exercício

JOSÉ OCICLÉIO DE MELO
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças
Em exercício

PEDRO CÉSAR DA SILVA BATISTA
Coordenador de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 599, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do TRE/GO, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional Eleitoral, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), artigos 54, inciso III, e 55, inciso I, alínea "a" e § 2º, referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Des. JOÃO WALDECK FELIX DE SOUSA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	106.238	69
Pessoal Ativo	91.983	38
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.255	31
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(§1º do art. 19 da LRF) (II)	13.617	68
Indenizações por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	25	68
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.591	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	92.621	1
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		92.622

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,014809
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,023358	146.095
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,022190	138.791
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,021022	131.486

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Notas: 1ª) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II, do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

2ª) Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

3ª) As despesas com auxílios natalidade e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Plenário nº 894/2012 e Ofício Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2 de julho de 2012.

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE
Coordenadora de Orçamento e Finanças

JOSÉ FERNANDO ALVES DE SOUSA
Coordenador de Controle Interno

SAULO RICARDO DE OLIVEIRA FREITAS
Diretor-Geral

Des. JOÃO WALDECK FELIX DE SOUSA
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 441, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 19, do Regimento interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 resolve tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013, na forma do anexo a presente Portaria.

Des. JUVENAL PEREIRA DA SILVA

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não-processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7 4 . 1 16	4.444
Pessoal Ativo	65.203	4.444
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.913	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	15. 186	3.821
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.570	3.821
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.617	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	5 8 . 929	623
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)=(IIIa + IIIb)		5 9 . 552

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	6 25 . 461 . 567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,00 9521
LIMITE MAXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,0184 02	1 15 . 097
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,017 482	1 09 . 343
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,01 65 6 2	1 03 . 588

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE/MT. Emitido em 24/SETEMBRO/2013 às 10h e 20m.

Notas:

1º) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2º) Limite máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 06 de agosto de 2013.

3º) As despesas com auxílios natalidade e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Plenário nº 894/2012 e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2 de julho de 2012.

JUVENAL PEREIRA DA SILVA
Presidente do Tribunal

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO
Diretor-Geral

TÂNIA YOSHIDA OLIVEIRA
Secretária de Administração e Orçamento

MARLEY OLIVEIRA SANTOS
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria
Em substituição

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 226, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O DESEMBARGADOR ATAPOÃ DA COSTA FELIZ, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao segundo quadrimestre de 2013, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ATAPOÃ DA COSTA FELIZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013
R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	63.587	218
Pessoal Ativo	56.376	218
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.211	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1° do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	8.735	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.853	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.882	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	54.852	218
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	55.069	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		625.461.567
% da DESP. TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)= (IV/V)*100		0,008805
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) -	0,016168%	101.125
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) -	0,015360%	96.068
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) -	0,014551%	91.012

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, data de emissão 23/set/2013 e hora da emissão 14h e 24m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados,consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

Nota 2: Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

Nota 3: As Despesas com auxílios natalidade e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Plenário nº 894/2012 e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2 de julho de 2012.

- 331900805 - Auxílio Natalidade Ativo Civil, no valor de R$ 1.244,00.

ESTÊNIO PREZA DE MATTOS
Secretário de Administração e Finanças

SOLEINE KEIKO OSHIRO
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

JOÃO SEVERIANO DE ALMEIDA NETO
Diretor-Geral

Des. ATAPOÃ DA COSTA FELIZ
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 13.784, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54, e §2 do art.55 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art.1 Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º Quadrimestre de 2013, na forma de seus anexos.

Art.2 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LEONARDO DE NORONHA TAVARES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013
RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea a) R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	102.680	9.313
Pessoal Ativo	86.297	8.593
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.383	720
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1o do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1o do art.19 da LRF) (II)	20.064	7.950
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.224	7.216
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.840	735
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	82.616	1.363
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)= (III a + III b)	83.979	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) 1	625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100	0,013427

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013092600131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - <%> 0,026791	167.567
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - <%> 0,025451	159.189
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,024112	150.811

Fonte: SIAFI e CAC/SCIA/TRE-PA. Emitido em 24/setembro/2013 às 10:30

1 Valores referentes à Portaria STN nº. 528 de 16/09/2013.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

JÚLIA PASSINHO MAIA
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Substituta

ROBERTO SOUSA COSTA
Secretário de Controle Interno e Auditoria
Substituto

MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS
Diretor-Geral

LEONARDO DE NORONHA TAVARES
Presidente do Conselho

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 596, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do art.54 combinado com os parágrafos 2.º e 4.º do art.55, da Lei Complementar n.º101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1.º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2.º Quadrimestre de 2013 desta Corte, em anexo.

Des. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.573	2.067
Pessoal Ativo	128.198	2.067
Pessoal Inativo e Pensionistas	27.375	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1.º do art.18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1.º do art. 19 da LRF) (II)	28.152	81
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2	0
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	555	0
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	397	81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.198	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	127.420	1.986
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		129.407

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1]	625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,020690
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - % 0,043771	273.771
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - % 0,041582	260.079
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1.º do art.59 da LRF) - % 0,039394	246.394

FONTE: SIAFI, COFIN/SOF/TRE-PE, emitido em 20/set/2013, às 17h e 26m.

[1] Valor referente à Portaria STN n.º528, de 16/09/2013.

NOTAS:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63, da Lei n.º4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II, do art.35, da Lei n.º4.320/64.

2) As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão n.º894/2012 - TCU -Plenário e do Ofício-Circular Conjunto n.º16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

ROBSON COSTA RODRIGUES
Secretário de Orçamento e Finanças

MÔNICA PESSOA SOARES SPREAFICO MONTEIRO
Secretária de Controle Interno

Des. José Fernandes de Lemos
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 1.131, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

O DESEMBARGADOR HAROLDO OLIVEIRA REHEM, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 2º quadrimestre de 2013, constituído do seguinte Demonstrativo: Despesa com Pessoal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO OLIVEIRA REHEM

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013
ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a"), Em milhares.

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	96.818,69	524,15	97.342,84
Pessoal Ativo	83.899,56	512,88	84.412,44
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.919,12	11,27	12.930,39
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	18.610,83	11,27	18.622,10
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	5.691,70	0,00	5.691,70
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.919,12	11,27	12.930,39
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	78.207,86	512,88	78.720,74
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)		625.461.567,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,012504%	0,000082%	0,012586%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,026573%	166.203,90	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,025244%	157.893,71	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,023916%	149.583,51	

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE:
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SIDNEI ANTUNES RIBEIRO
Gestor Financeiro

MARIA FABRÍCIA BRITO CAMPELO
Coordenador de Controle Interno e Auditoria
Substituta

Bela. SILVANI MAIA RESENDE SANTANA
Diretora-Geral

Des. HAROLDO OLIVEIRA REHEM
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 184, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 54, inc. III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o contido no Procedimento Administrativo nº 010/2013-SAOFC, SADP nº 10.698/2013, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, tendo como referência o período de SETEMBRO/2012 a AGOSTO/2013.

Art. 2º O presente Relatório estará afixado no átrio deste Tribunal Regional Eleitoral situado à Avenida Presidente Dutra, n.º 1889, Bairro Areal, nesta capital bem como na página eletrônica da Internet: www.tre-ro.jus.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Des. IVANIRA FEITOSA BORGES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	60.703	594
Pessoal Ativo	58.551	594
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.153	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18, da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF) (II)	19.164	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
	172	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	16.950	-
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	2.042	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - (III) = (I - II)	41.539	594
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		42.133
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	625.461.567	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,006183	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do Art. 20 da LRF) - <%> 0,012479	78.051	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,011855	74.148	
LIMITE DE ALERTA (inciso II §1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,011231	70.246	

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 19/set/2013, às 12h e 00m.

[1]Valor referente à Portaria STN nº 528, de 16 de setembro de 2013.

Notas:

01: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

02: As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012-TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

03: Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

JOSÉ AURIMAR MACHADO DE ALMEIDA
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

JOSÉ CARLOS NEVES MAYORQUIM
Coordenador de Controle Interno e Auditoria
Em substituição

De acordo. Encaminhe-se a Excelentíssima Senhora Presidente.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Diretora-Geral da Secretaria
Em substituição

De acordo.

Nos termos do art. 54, § 2º e do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

Desa. IVANIRA FEITOSA BORGES
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 623, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Desa. Maria Aparecida Santos Gama da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, XXXIV, do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, "a", § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00 e o teor da Portaria 637, de 18/10/12, da Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013, constante do anexo desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Desa. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2013
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	67.224	
Pessoal Ativo	58.839	
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.385	
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	22.459	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	14.285	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.174	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I- II)	44.764	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		44.764

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	625.461,567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,007157
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) 0,014142	88.453
LIMITE PRUDENCIAL(parágrafo único do art. 22 da LRF) 0,013435	84.030
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 0,012728	79.607

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIN/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 23seti/2013, hora da emissão: 08h e 10m.
[1]Valores referentes à Portaria STN nº 528, de 16/09/2013.
Notas
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas as liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) No período de setembro a dezembro de 2012, as despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário, de 18 de abril de 2012 e Ofício Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2 de julho de 2012.
3) A despesa com pessoal foi apurada por Unidade Orçamentária - UO, exceto para a ação orçamentária Pleitos Eleitorais, cujos os valores foram apurados por Unidade Gestora - UG, conforme determina o item 9.3 do Acórdão nº 1.093/2013 - TCU - Plenário, de 8 de maio de 2013

WILLAMS DE LUCENA ALVES
Secretário de Administração e Orçamento

ADAIL VILELA DE ALMEIDA
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

LUCIANO AUGUSTO BARRETO CARVALHO
Diretor-Geral
Substituto

Desa. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA
Presidente do Conselho

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 20, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no DOU de 05/05/2000, resolve publicar o quadro "Demonstrativo da Despesa com Pessoal", referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Desª MARIA DORALICE NOVAES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses) Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.463.619,12	10.646,10	1.474.265,22
Pessoal Ativo	1.069.889,48	9.112,09	1.079.001,57
Pessoal Inativo e Pensionistas	393.729,64	1.534,01	395.263,65
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	375.120,45	3.714,80	378.835,25
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	197,39	0	197,39
Despesas de Exercícios Anteriores	16.128,76	3.626,22	19.754,98
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	358.794,30	88,58	358.882,88
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.088.498,67	6.931,30	1.095.429,97
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,174031%	0,001108%	0,175139%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,364439%		2.279.425,88
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,346217%		2.165.454,59
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,327995%		2.051.483,29

FONTE: SIAFI - CCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 20/set/2013 - 12h00m
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações externas (Destaques) a seguir indicadas:
a) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas no item de despesa 33190.91.06, no montante de R$ 4.470,83 (em milhares);
b) Precatórios da Administração Indireta, classificadas no item 33190.91.07, no montante de R$ 312,00 (em milhares), referentes a 2012;
c) Precatórios da Administração Direta e Indireta, classificadas no item de despesa 33190.91.97, no montante de R$ 23.364,52 (em milhares), referentes ao exercício de 2013.
3) As despesas com os Auxílios Natalidade e Funeral, no montante total de R$ 203,35 (em milhares), referentes ao exercício de 2012, foram excluídas deste RGF, conforme Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário. A partir de 2013, estas despesas são executadas no GND 3390.08.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):
MARIA DORALICE NOVAES
Desembargadora Presidente do TRT 2ª Região
DENIZE MOTA
Diretora Geral da Administração - Substituta
NIVALDO CATANIA
Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira
RITA KOTOMI YURI
Diretora da Secretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 24 de setembro de 2013

Processo nº 4828-2013

Vistos. Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa Entheusiasmos Consultoria em Talentos Humanos LTDA., CNPJ o nº 71.736.375/0001-62, com fulcro no art. 25, II c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93, no valor de R$ 48.688,00, para a realização do curso in company "Gestor estratégico de pessoas - compromisso com resultados e excelência no desenvolvimento", a ser conduzido pelo palestrante Eduardo Carmello, no dia 18.10.2013, com carga de 8 horas, em evento destinado à capacitação de Magistrados e de Servidores ocupantes de cargos em comissão com poder decisório e subordinação, aproximadamente 80 pessoas.

Des. FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013092600135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 586, DE 29 DE AGOSTO DE 2013

Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências.

Preâmbulo

No mundo contemporâneo, os modelos de assistência à saúde passam por profundas e sensíveis transformações resultantes da demanda por serviços, da incorporação de tecnologias e dos desafios de sustentabilidade do seu financiamento. Esses fatores provocam mudanças na forma de produzir o cuidado à saúde das pessoas, a um tempo em que contribuem para a redefinição da divisão social do trabalho entre as profissões da saúde.

A ideia de expandir para outros profissionais, entre os quais o farmacêutico, maior responsabilidade no manejo clínico dos pacientes, intensificando o processo de cuidado, tem propiciado alterações nos marcos de regulação em vários países. Com base nessas mudanças, foi estabelecida, entre outras, a autorização para que distintos profissionais possam selecionar, iniciar, adicionar, substituir, ajustar, repetir ou interromper a terapia farmacológica. Essa tendência surgiu pela necessidade de ampliar a cobertura dos serviços de saúde e incrementar a capacidade de resolução desses serviços.

É fato que, em vários sistemas de saúde, profissionais não médicos estão autorizados a prescrever medicamentos. É assim que surge o novo modelo de prescrição como prática multiprofissional. Esta prática tem modos específicos para cada profissão e é efetivada de acordo com as necessidades de cuidado do paciente, e com as responsabilidades e limites de atuação de cada profissional. Isso favorece o acesso e aumenta o controle sobre os gastos, reduzindo, assim, os custos com a provisão de farmacoterapia racional, além de propiciar a obtenção de melhores resultados terapêuticos.

A literatura internacional demonstra benefícios da prescrição por farmacêuticos segundo diferentes modelos, realizada tanto de forma independente ou em colaboração com outros profissionais da equipe de saúde. O farmacêutico, neste último caso, prescreve medicamentos definidos em programas de saúde no âmbito dos sistemas públicos, em rotinas de instituições ou conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas pré-estabelecidos.

Esta resolução encerra a concepção de prescrição como a ação de recomendar algo ao paciente. Tal recomendação pode incluir a seleção de opção terapêutica, a oferta de serviços farmacêuticos, ou o encaminhamento a outros profissionais ou serviços de saúde.

Vale ressaltar que concepções de prescrição farmacêutica encontram-se fragmentadas na legislação vigente, tanto sanitária como profissional. Esta resolução inova ao considerar a prescrição como uma atribuição clínica do farmacêutico, definir sua natureza, especificar e ampliar o seu escopo para além do produto e descrever seu processo na perspectiva das boas práticas, estabelecendo seus limites e a necessidade de documentar e avaliar as atividades de prescrição.

O Conselho Federal de Farmácia, ao regular a prescrição farmacêutica, o faz em consonância com as tendências de maior integração da profissão farmacêutica com as demais profissões da área da saúde, reforça a sua missão de zelar pelo bem-estar da população e de propiciar a valorização técnico-científica e ética do farmacêutico.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro 1960, e

considerando o disposto no artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, que outorga liberdade de exercício, trabalho ou profissão, desde que atendidas as qualificações que a lei estabelecer;

considerando que o CFF, no âmbito de sua área específica de atuação e, como entidade de profissão regulamentada, exerce atividade típica de Estado, nos termos do artigo 5º, inciso XIII; artigo 21, inciso XXIV e artigo 22, inciso XVI, todos da Constituição Federal;

considerando a outorga legal ao CFF de zelar pela saúde pública, promovendo ações de assistência farmacêutica em todos os níveis de atenção à saúde, de acordo com a alínea "p", do artigo 6º da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, com as alterações da Lei Federal nº 9.120, de 26 de outubro de 1995;

considerando que é atribuição do CFF expedir resoluções para eficácia da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, e, que ainda, compete-lhe o múnus de definir ou modificar a competência dos profissionais de Farmácia em seu âmbito, conforme o artigo 6º, alíneas "g" e "m";

considerando a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

considerando o Decreto Federal nº 85.878, de 7 de abril de 1981, que estabelece normas para execução da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que dispõe sobre o exercício da profissão farmacêutica, e dá outras providências;

considerando as deliberações da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde realizada em Alma-Ata, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), de 6/12 de setembro de 1978;

considerando a Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006, que aprova a Política de Promoção da Saúde;

considerando a Portaria MS/GM nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da rede de atenção à saúde no âmbito do sistema único de saúde (SUS);

considerando a Portaria MS/GM nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012, que redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas, cria a Modalidade NASF 3, e dá outras providências;

considerando a Portaria MS/GM nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 338, de 6 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, em particular o inciso IV do artigo 1º, no que se refere à atenção farmacêutica;

considerando a Resolução/CFF nº 386, de 12 de novembro de 2002, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito da assistência domiciliar em equipes multidisciplinares;

considerando a Resolução/CFF nº 357, de 27 de abril de 2001, que aprova o regulamento técnico das boas práticas de farmácia;

considerando a Resolução/CFF nº 417, de 29 de setembro de 2004, que aprova o Código de Ética da Profissão Farmacêutica;

considerando a Resolução/CFF nº 467, de 28 de novembro de 2007, que regulamenta e estabelece as atribuições e competências do farmacêutico na manipulação de medicamentos e de outros produtos farmacêuticos;

considerando a Resolução/CFF nº 499, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias, e dá outras providências, alterada pela Resolução/CFF nº 505, de 23 de junho de 2009;

considerando a Resolução/CFF nº 546, de 21 de julho de 2011, que dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro;

considerando a Resolução/CFF nº 555, de 30 de novembro de 2011, que regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica em serviços de saúde;

considerando a Resolução/CFF nº 585, de 29 de agosto de 2013, que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências;

considerando a Instrução Normativa (IN) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nº 5, de 11 de abril de 2007, que dispõe sobre os limites sobre potência para o registro e notificação de medicamentos dinamizados;

considerando a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC)Anvisa nº 138, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos;

considerando a RDC Anvisa nº 222, de 29 de julho de 2005, que aprova a 1ª Edição do Formulário Nacional, elaborado pela Subcomissão do Formulário Nacional, da Comissão Permanente de Revisão da Farmacopeia Brasileira (CPRVD);

considerando a RDC Anvisa nº 26, de 30 de março de 2007, que dispõe sobre o registro de medicamentos dinamizados industrializados homeopáticos, antroposóficos e anti-homotóxicos;

considerando a RDC Anvisa nº 67, de 8 de outubro de 2007, que dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano em Farmácias, alterada pela RDC Anvisa nº 87, de 21 de novembro de 2008; e,

considerando a RDC Anvisa nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências, resolve:

Art. 1º - Regulamentar a prescrição farmacêutica, nos termos desta resolução.

Art. 2º - O ato da prescrição farmacêutica constitui prerrogativa do farmacêutico legalmente habilitado e registrado no Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição.

Art. 3º -Para os propósitos desta resolução, define-se a prescrição farmacêutica como ato pelo qual o farmacêutico seleciona e documenta terapias farmacológicas e não farmacológicas, e outras intervenções relativas ao cuidado à saúde do paciente, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e à prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

Parágrafo único - A prescrição farmacêutica de que trata o caput deste artigo constitui uma atribuição clínica do farmacêutico e deverá ser realizada com base nas necessidades de saúde do paciente, nas melhores evidências científicas, em princípios éticos e em conformidade com as políticas de saúde vigentes.

Art. 4º - O ato da prescrição farmacêutica poderá ocorrer em diferentes estabelecimentos farmacêuticos, consultórios, serviços e níveis de atenção à saúde, desde que respeitado o princípio da confidencialidade e a privacidade do paciente no atendimento.

Art. 5º - O farmacêutico poderá realizar a prescrição de medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica, cuja dispensação não exija prescrição médica, incluindo medicamentos industrializados e preparações magistrais - alopáticos ou dinamizados - , plantas medicinais, drogas vegetais e outras categorias ou relações de medicamentos que venham a ser aprovadas pelo órgão sanitário federal para prescrição do farmacêutico.

§ 1º - O exercício deste ato deverá estar fundamentado em conhecimentos e habilidades clínicas que abranjam boas práticas de prescrição, fisiopatologia, semiologia, comunicação interpessoal, farmacologia clínica e terapêutica.

§ 2º - O ato da prescrição de medicamentos dinamizados e de terapias relacionadas às práticas integrativas e complementares, deverá estar fundamentado em conhecimentos e habilidades relacionados a estas práticas.

Art. 6º - O farmacêutico poderá prescrever medicamentos cuja dispensação exija prescrição médica, desde que condicionado à existência de diagnóstico prévio e apenas quando estiver previsto em programas, protocolos, diretrizes ou normas técnicas, aprovados para uso no âmbito de instituições de saúde ou quando da formalização de acordos de colaboração com outros prescritores ou instituições de saúde.

§ 1º - Para o exercício deste ato será exigido, pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, o reconhecimento de título de especialista ou de especialista profissional farmacêutico na área clínica, com comprovação de formação que inclua conhecimentos e habilidades em boas práticas de prescrição, fisiopatologia, semiologia, comunicação interpessoal, farmacologia clínica e terapêutica.

§ 2º - Para a prescrição de medicamentos dinamizados será exigido, pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, o reconhecimento de título de especialista em Homeopatia ou Antroposofia.

§ 3º - É vedado ao farmacêutico modificar a prescrição de medicamentos do paciente, emitida por outro prescritor, salvo quando previsto em acordo de colaboração, sendo que, neste caso, a modificação, acompanhada da justificativa correspondente, deverá ser comunicada ao outro prescritor.

Art. 7º - O processo de prescrição farmacêutica é constituído das seguintes etapas:

I - identificação das necessidades do paciente relacionadas à saúde;

II - definição do objetivo terapêutico;

III - seleção da terapia ou intervenções relativas ao cuidado à saúde, com base em sua segurança, eficácia, custo e conveniência, dentro do plano de cuidado;

IV - redação da prescrição;

V - orientação ao paciente;

VI - avaliação dos resultados;

VII - documentação do processo de prescrição.

Art. 8º - No ato da prescrição, o farmacêutico deverá adotar medidas que contribuam para a promoção da segurança do paciente, entre as quais se destacam:

I - basear suas ações nas melhores evidências científicas;

II - tomar decisões de forma compartilhada e centrada no paciente;

III -considerar a existência de outras condições clínicas, o uso de outros medicamentos, os hábitos de vida e o contexto de cuidado no entorno do paciente;

IV - estar atento aos aspectos legais e éticos relativos aos documentos que serão entregues ao paciente;

V - comunicar adequadamente ao paciente, seu responsável ou cuidador, as suas decisões e recomendações, de modo que estes as compreendam de forma completa;

VI - adotar medidas para que os resultados em saúde do paciente, decorrentes da prescrição farmacêutica, sejam acompanhados e avaliados.

Art. 9º - A prescrição farmacêutica deverá ser redigida em vernáculo, por extenso, de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais, sem emendas ou rasuras, devendo conter os seguintes componentes mínimos:

I -identificação do estabelecimento farmacêutico, consultório ou do serviço de saúde ao qual o farmacêutico está vinculado;

II - nome completo e contato do paciente;

III - descrição da terapia farmacológica, quando houver, incluindo as seguintes informações:

a) nome do medicamento ou formulação, concentração/dinamização, forma farmacêutica e via de administração;

b) dose, frequência de administração do medicamento e duração do tratamento;

c) instruções adicionais, quando necessário.

IV -descrição da terapia não farmacológica ou de outra intervenção relativa ao cuidado do paciente, quando houver;

V - nome completo do farmacêutico, assinatura e número de registro no Conselho Regional de Farmácia;

VI - local e data da prescrição.

Art. 10- A prescrição de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estará necessariamente em conformidade com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, em sua falta, com a Denominação Comum Internacional (DCI).

Art. 11- A prescrição de medicamentos, no âmbito privado, estará preferentemente em conformidade com a DCB ou, em sua falta, com a DCI.

Art. 12- É vedado ao farmacêutico prescrever sem a sua identificação ou a do paciente, de forma secreta, codificada, abreviada, ilegível ou assinar folhas de receituários em branco.

Art. 13 - Será garantido o sigilo dos dados e informações do paciente, obtidos em decorrência da prescrição farmacêutica, sendo vedada a sua utilização para qualquer finalidade que não seja de interesse sanitário ou de fiscalização do exercício profissional.

Art. 14 - No ato da prescrição, o farmacêutico deverá orientar suas ações de maneira ética, sempre observando o benefício e o interesse do paciente, mantendo autonomia profissional e científica em relação às empresas, instituições e pessoas físicas que tenham interesse comercial ou possam obter vantagens com a prescrição farmacêutica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 15 - É vedado o uso da prescrição farmacêutica como meio de propaganda e publicidade de qualquer natureza.

Art. 16 - O farmacêutico manterá registro de todo o processo de prescrição na forma da lei.

Art. 17 - Consideram-se, para os fins desta resolução, o preâmbulo, as definições de termos (glossário) e as referências contidas no Anexo.

Art.18 -Esta resolução entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ANEXO

Glossário

Acordo de colaboração: é a parceria formal entre o farmacêutico e o prescritor ou a instituição, com explícito acordo entre quem está delegando (prescritor ou instituição) e quem está recebendo a autorização (farmacêutico) para prescrever.

Concentração: quantidade de substância(s) ativa(s) ou inativa(s) contida(s) em determinada unidade de massa ou volume do produto farmacêutico.

Consultório farmacêutico: lugar de trabalho do farmacêutico para atendimento de pacientes, familiares e cuidadores, onde se realiza com privacidade a consulta farmacêutica. Pode funcionar de modo autônomo ou como dependência de hospitais, ambulatórios, farmácias comunitárias, unidades multiprofissionais de atenção à saúde, instituições de longa permanência e demais serviços de saúde, no âmbito público e privado.

Dose: quantidade de medicamento que se administra de uma só vez ou total das quantidades fracionadas administradas durante um período de tempo determinado.

Dinamização: processo de diluição seguido de agitação ritmada ou de sucussão, e/ou triturações sucessivas do insumo ativo em insumo inerte adequado, cuja finalidade é o desenvolvimento da capacidade terapêutica do medicamento.

Denominação Comum Brasileira: denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo, aprovado pelo Órgão Federal responsável pela Vigilância Sanitária.

Denominação Comum Internacional: denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo, recomendada pela Organização Mundial da Saúde.

Droga vegetal: planta medicinal, ou suas partes, que contenham as substâncias, ou classes de substâncias, responsáveis pela ação terapêutica, após processos de coleta, estabilização, quando aplicável, e secagem, podendo estar na forma íntegra, rasurada, triturada ou pulverizada.

Estabelecimento farmacêutico: estabelecimento sustentável centrado no atendimento das necessidades de saúde do indivíduo, da família e da comunidade, por meio da prestação de serviços farmacêuticos e da provisão de medicamentos e outros produtos para a saúde, que visem à promoção e recuperação da saúde, a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

Farmácia clínica: área da farmácia voltada à ciência e prática do uso racional de medicamentos, na qual os farmacêuticos prestam cuidado ao paciente, de forma a otimizar a farmacoterapia, promover saúde e bem-estar, e prevenir doenças.

Medicamento: produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.

Medicamento dinamizado: medicamento preparado a partir de substâncias que são submetidas a triturações sucessivas ou diluições seguidas de sucussão, ou outra forma de agitação ritmada, com finalidade preventiva ou curativa a ser administrado conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica ou antroposófica.

Medicamento fitoterápico: medicamento alopático, obtido por processos tecnologicamente adequados, empregando-se exclusivamente matérias-primas vegetais, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.

Paciente: pessoa que solicita, recebe ou contrata orientação, aconselhamento ou prestação de outros serviços de um profissional da saúde.

Planta medicinal: espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos.

Plano de cuidado: planejamento documentado para a gestão clínica das doenças, outros problemas de saúde e da terapia do paciente, delineado para atingir os objetivos do tratamento. Inclui as responsabilidades e atividades pactuadas entre o paciente e o farmacêutico, a definição das metas terapêuticas, as intervenções farmacêuticas, as ações a serem realizadas pelo paciente e o agendamento para retorno e acompanhamento.

Prescrição: conjunto de ações documentadas relativas ao cuidado à saúde, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e à prevenção de doenças e outros problemas relacionados.

Prescrição de medicamentos: ato pelo qual o prescritor seleciona, inicia, adiciona, substitui, ajusta, repete ou interrompe a farmacoterapia do paciente e documenta essas ações, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

Saúde baseada em evidência:é uma abordagem que utiliza as ferramentas da epidemiologia clínica, da estatística, da metodologia científica, e da informática para trabalhar a pesquisa, o conhecimento, e a atuação em saúde, com o objetivo de oferecer a melhor informação disponível para a tomada de decisão nesse campo.

Serviços de saúde:serviços que lidam com o diagnóstico e o tratamento de doenças ou com a promoção, manutenção e recuperação da saúde. Incluem os consultórios, clínicas, hospitais, entre outros, públicos e privados.

Uso racional de medicamentos: processo pelo qual os pacientes recebem medicamentos apropriados para suas necessidades clínicas, em doses adequadas às suas características individuais, pelo período de tempo adequado e ao menor custo possível, para si e para a sociedade.

Uso seguro de medicamentos: inexistência de injúria acidental ou evitável durante o uso dos medicamentos. O uso seguro engloba atividades de prevenção e minimização dos danos provocados por eventos adversos, que resultam do processo de uso dos medicamentos.

Referências

AMERICAN COLLEGE OF CLINICAL PHARMACY. The definition of clinical pharmacy.Pharmacotherapy, v. 28, n. 6, p. 816-7, jun. 2008.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução nº 157, de 31 de maio de 2002.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução nº 26, de 30 de março de 2007. Dispõe sobre o registro de medicamentos dinamizados industrializados homeopáticos, antroposóficos e anti-homotóxicos. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/rdc_26_30_03_07_registro_medic_dinamizados.pdf

ARONSON, J. K. Balanced prescribing. British Journal of Clinical Pharmacology, v. 62, n. 6, p. 629-32, dez. 2006.

BARBANEL, D.; ELDRIDGE, S.; GRIFFITHS, C. Can a self-management programme delivered by a community pharmacist improve asthma control? A randomised trial. Thorax, v. 58, n. 10, p. 851-4, Oct. 2003.

BENRIMOJ, S. L.; FROMMER, M.; RYCHETNIK, L. et al. The value of pharmacist professional services in the community setting: a systematic review of the literature October 2002 - March 2005. 2005. 158p. Disponível em: <http://www.5cpa.com.au/iwov-resources/documents/The_Guild/PDFs/CPA%20and%20Programs/3CPA%20General/2002-508/2002-508_fr1.pdf>.

BLEKINSOPP, A.; PAXTON, P. Symptoms in the pharmacy: a guide to the management of common illness, 4ed. BlackwellPublishing, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CESU nº. 2/02 de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de graduação em Farmácia. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 de março de 2002. Seção 1 p.9.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012.

BRASIL, Lei n.º 9787, de 10 de fevereiro de 1999. Estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 11 fev. 1999.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009. Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jan. 2009.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 1986.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 set. 1991.

BRASIL. COMISSÃO DE LEIS DO BRASIL. Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932. Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas. Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1932.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. D.O.U. Diário Oficial da União; Poder Legislativo, Brasília, 19 dez. 1973.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. D.O.U. Diário Oficial da União; Poder Legislativo, Brasília, 20 set. 1990.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 477, de 28 de maio de 2008. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 jun. 2008.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Estabelecimentos farmacêuticos no brasil. Base de Dados, abril, 2012. Brasília, 2012.BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº. 380, de 03 de novembro de 2010. Regulamenta o uso pelo fisioterapeuta das práticas integrativas e complementares de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 2010.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n° 499, de 17 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos, em farmácias e drogarias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2008.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 546, de 21 de julho de 2011. Dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jul. 2011.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº. 357, de 20 de abril de 2001. Aprova o regulamento técnico das boas práticas de farmácia. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 abr. 2001. Seção 1, p. 24-31.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº. 465, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito da Farmácia Antroposófica e dá outras providências.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº. 492, de 26 de novembro de 2008, que regulamenta o exercício profissional nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública ou privada;

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO. Resolução n° 304, de 26 de fevereiro de 2003. Dispõe sobre critérios para prescrição dietética na área de nutrição clínica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 fev. 2003.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO. Resolução n° 402, de 30 de julho de 2007. Regulamenta a prescrição fitoterápica pelo nutricionista de plantas in natura frescas, ou como droga vegetal nas suas diferentes formas farmacêuticas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 ago. 2007.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Assistência Farmacêutica no SUS. Brasília, 2007. 186 p.

BRASIL. Decreto nº 5.775, de 10 de maio de 2006. Dispõe sobre o fracionamento de medicamentos, dá nova redação aos arts. 2º e 9º do Decreto nº 74.170, de v10 de junho de 1974, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 maio 2006ª. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5775.htm. Acesso em: 10 set.2013

BRASIL. Decreto nº 57.477, de 20 de dezembro de 1965. Dispõe sobre manipulação, receituário, industrialização e venda de produtos. Utilizados em Homeopatia e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Farmácia. Diário O?cial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 mar. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394 - de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 ago. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC nº 138, de 29 de maio de 2003. Dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 jan. 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Interministerial nº 2.960, de 9 de dezembro de 2008.Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html>. Acesso em: 10 set. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 1.625, de 10 de julho de 2007. Altera as atribuições dos profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF) dispostos na Política Nacional de Atenção Básica. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário O?cial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 out. 2011. Seção 1, p. 48.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Aprova a política nacional de medicamentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 nov. 1998. Seção 1, p. 18.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. D.O.U. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 04 mai. 2006a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Doenças respiratórias crônicas. Brasília, 2010. 160 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2009. 44 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS. I Fórum Nacional de Educação Farmacêutica: o farmacêutico de que o Brasil necessita: relatório. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 68 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA. Decreto no 7.508, de 28 de junho de 2011: Regulamentação da Lei no 8.080/90. 1ed. 1 reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 16 p. - (Série E. Legislação de Saúde).

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 5.813 de 22 de junho de 2006.Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências.D.O.U. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 23 jun. 2006b.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto-Lei nº 94.406, de 08 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 jun. 1987.

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Decreto nº 85.878, de 07 de abril de 1981. Estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder executivo, Brasília, DF, 09 abr. 1981.

BRODIE, D. C. Drug-use control: keystonetopharmaceuticalservice. Drug IntellClin Pharm, v. 1, p. 63-5, 1967.

BRODIE, D. C. Pharmacy's societal purpose.Am J Hosp Pharm, v. 38, n.12, p.1893-1896, 1981.

BRODIE, D. C.; PARISH, P. A.; POSTON, J. W. Societal needs for drugs and drug related services.Am J PharmEduc, v. 44, p. 276-8, 1980.

CECILIO, L. C. O. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de. Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: IMS ABRASCO, p. 113-26, 2001.

CHAN, S. et al. Chronic disease self-management program for Chinese patients: a preliminary multi-baseline study. Int J Rehabil Res, v. 28, n. 4, p. 351-4, 2005.

CIPOLLE, R. J.; STRAND, L. M.; MORLEY, P. C. Pharmaceutical care practice: the clinicans guide. 2ed. New York: McGraw-Hill, 2004. 394 p.

CLYNE, W.; BLEKINSOPP, A.; SEAL, R.A guide to medication review 2008.2th editio. NPC PLus. London: NationalPrescribing Centre; 2008. p. 39.

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F.; SOLER, O. Assistência farmacêutica integrada ao processo de cuidado em saúde: gestão clínica do medicamento. Revista Pan-Amazônica de Saúde, v. 2, n. 3, p. 41-49, 2011.

CURTISS, F. R.; FRY, R. N.; AVEY, S. G. Framework for pharmacy services quality improvement - a bridge to cross the quality chasm. Part I. The opportunity and the tool. J Manag Care Pharm. v. 10, n. 1, p.60-78, 2004.

DEPARTMENT OF HEALTH. Improving patients' access to medicines: a guide to implementing nurse and pharmacist independent prescribing within the NHS in England. Department of Health, 2006. 76p.

EMERTON, L.; SHAW, J.; KHEIR, N. Asthma management by New Zealand pharmacists: a pharmaceutical care demonstration project. J Clin Pharm Ther, v. 28, n. 5, p. 395-402, 2003.

EMMERTON, L.; MARRIOTT, J.; BESSELL, T.; NISSEN, L.; DEAN, L. Pharmacists and Prescribing Rights: Review of International Developments. JournalofPharmacyandPharmaceuticalSciences. v. 8, n. 2, p. 217-25, 2005;

FRADE, J. C. Q. P. Desenvolvimento e avaliação de um programa educativo relativo à asma dedicado a farmacêuticos de uma rede de farmácias de Minas Gerais. 2006. 190 f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências da Saúde)-Centro de Pesquisas René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2006.

FREEMAN, C. R. COTTRELL, W. N.; KYLE, G. et al. An evaluation of medication review reports across diferente settings. Int J ClinPharm, v. 35, n. 1, p. 5-13, 2013

FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo, v. 11, n. 31, p.141-145, 1996.

FREIDSON. E.t Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. São Paulo: Ed. USP, 1998.

GALVIN, M. JAGO-BYRNE, M. C.; FITZSIMONS, M.; GRIMES, T. Clinical pharmacist's contribution to medication reconciliation on admission to hospital in Ireland.Int J ClinPharm, v. 35, n. 1, p.14-21. 2013.

GOLDIM, J.R. Conflito de interesses na área da saúde. 2002. Disponível em: <http://www.bioetica.ufrgs.br/conflit.htm> Acesso em 16 de setembro de 2013.

GRIFFITHS, C.; MOTILIB, J.; AZARD, A. Randomised controlled Trial of a lay-led self-management proramme for bangladeshi patients with chronic disease. Br J Gen Pract, v. 55, n. 520, p. 831-7, 2005.

HAMMOND, R. W.; SCHWARTZ, A. H.; CAMPBELL, M. J. et al. ACCP position statement - american college of clinical pharmacy collaborative drug therapy management by pharmacists - 2003. Pharmacotherapy, v. 23, n. 9, p. 1210-25, 2003.

HARMAN, R. J.; MASON, P. Handbook of Pharmacy Healthcare: Diseases and Patient Advice, 2ed. London: Pharmaceutical Press, 2002, 592 p.

HEPLER, C. D. Pharmacy as a clinical profession. Am J Hosp Pharm., [S.l.], v. 42, n. 6, p. 1298-1306, Jun. 1985.

HEPLER, C. D.; STRAND, L. M. Opportunities and responsibilities in pharmaceutical care. Am J Hosp Pharm., [S.l.], v. 47, n. 3, p. 533-43, Mar. 1990.

HERBORG, H.; SOENDERGAARD, B.; FROEKJAER, B. et al. Improving drug therapy for patients with asthma-part 1: Patient outcomes. J Am Pharm Assoc, v. 41, n. 4, p. 539-50, 2001.

HERBORG, H.; SOENDERGAARD, B.; FROEKJAER, B. et al. Improving drug therapy for patients with asthma-part 2: Use of antiasthma medications. J AmPharmAssoc, v. 41, n. 4, p. 551-9, Jul-Aug. 2001.

HINO, P.; Ciosak, S. I.; Serpa da Fonseca, R. M. G. et al. Necessidades em saúde e atenção básica: validação de Instrumentos de Captação. Rev. Esc. Enferm. USP, v. 43, n. 2, p. 1156-67, 2009.

HOLLAND, R. W.; NIMMO,C. M. Transitions in Pharmacy Practice, part 3: Effecting change - the three-ring circus. Am J Health-Sys Pharm, v. 56, p. 2235-41, 1999.

HOLLAND, R. W.; NIMMO,C. M. Transitions in Pharmacy Practice, part 4: Can a leopard change its spots ? Am J Health-Sys Pharm, v. 56, p. 2458-62, 1999.

HOLLAND, R. W.; NIMMO,C. M. Transitions in Pharmacy Practice, part 5: Walking the tightrope of change. Am J Health-Sys Pharm, v. 57, p. 64-72, 2000.

HOLLAND, R. W.; NIMMO,C. M. Transitions, part 1: Beyond pharmaceutical care. Am J Health-Sys Pharm, v. 56, p. 1758-64, 1999b.

HOLLAND, R. W.; NIMMOC. M. Transitions in Pharmacy Practice, part 2: Who does what and Why. Am J Health-Sys Pharm, v. 56, p. 1981-7, 1999.

HOLMAN, H.; LORIG, K. Patient self-management: a key to effetiviness and efficacy in care chronic disease. Public Health Rep, n. 119, p. 239-43, 2005.

JANG, Y.; YOO, H. Self-management programs based on the social cognitive theory for Koreans with chronic disease: a systematic review. Contemp Nurse, v. 40, n. 2, p. 147-59, 2012.

KALMAN, S. H.; SCHLEGEL, J. F. Standards for practice for the profession of pharmacy. Am Pharm, v. 19, n. 3, p. 21-33, 1979.

KHEIR, N.; EMMERTON, L.; SHAW, J. Can pharmacists influence the health-related quality of life of patients with asthma? The New Zealand Pharmaceutical Care experience. SQU Journal for Scientific Research: Medical Sciences, v. 3, n. 2, p. 69-75, 2001.

FEDERACIÓN INTERNACIONAL FARMACÉUTICA; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Directrices conjuntas FIP/OMS sobre buenas prácticas en Farmácia: éstandares para la calidad de los servicios farmacéuticos. [S.l.], 2012. 18 p.

LAW, M. R. MA, T.; FISHER, J. et al. Independent pharmacist prescribing in Canada. Canadian Pharmacists Journal, v. 145, n. 1, p. 17-23, 2012.

MANGIAPANE, S. et al. Community pharmacy-based pharmaceutical care for asthma patients. Ann Pharmacother, v. 39, n. 11, p. 1817-22, 2005.

MARIN, N. et al. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais.Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003. 334 p.

MARTINEZ CARRETERO, J. M. Los métodos de evaluación de la competencia profesional: la evaluación clínica objetivo estructurada (ECOE). Educ. méd. [online]. v.8, suppl 2, p. 18-22. 2005.

MARUSIC, S. GOJO-TOMIC, N.; ERDELJIC, V. et al. The effect of pharmacotherapeutic counseling on readmissions and emergency department visits. Int J Clin Pharm, v. 35, n. 1, 37-44, 2013.

MCLEAN, W.; GILLIS, J.; WALLER, R. The BC Community Pharmacy Asthma Study: A study of clinical, economic and holistic outcomes influenced by an asthma protocol provided by specially trained community pharmacists in British Columbia. Can Respir J, v. 10, n. 4, p. 195-202, 2003.

MILLER, G. E. The assessment of clinical skills/competence/performance.Acad Med, v. 65, suppl. 9, p. S63-7, 1990.

NISSEN, L. Pharmacists prescribing: what are the next steps? Am J Health-Syst Pharm, v. 68, p. 2357-61, 2011.

NKANSAH, N. et al. Effect of outpatient pharmacists' non-dispensing roles on patient outcomes and prescribing patterns. Cochrane DatabaseSystRev, v. 7, n. 7, CD000336, 2010.

OGUISSO, T.; FREITAS, G. F. Enfermeiros prescrevendo medicamentos: possibilidades e perspectivas. Rev. bras. enferm. [online], v. 60, n. 2, p. 141-144, 2007.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FARMACÊUTICOS. FÓRUM FARMACÊUTICO DAS AMÉRICAS. GRUPO TÉCNICO PARA EL DESARROLLO DE COMPETENCIAS PARA LOS SERVICIOS FARMACÉUTICOS. CONFERENCIA PANAMERICANA DE EDUCACIÓN FARMACÉUTICA et al.Competenciasdelfarmacéutico para desarrollarlosserviciosfarmacéuticos (SF) basadosenatención primaria de salud (APS) y lasbuenasprácticasenfarmacia (BPF). Washington, 2012. 72 p. (in press).

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Desarrollo y fortalecimiento de los sistemas locales de salud en la transformacion de los sistemas nacionales de salud: los medicamentos esenciales. Washington, 1990.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Guía servicios farmacéuticos en la atención primaria de salud. Washington, 2011. 84 p.(in press).

PARMLEY, W.W. OTC or not OTC - that is the question. Journal of the American College of Cardiology, v. 36, n. 4, p. 1426-7, 2000.

PEELING, R.; YE, H. Diagnostic tools for preventing and managing maternal and congenital syphilis: an overview. Bull World Health Organ], v. 82, n. 6, p. 439-46, 2004.

PENNA, R. P. Pharmaceutical care: pharmacy's mission for the 1990s. Am J Health Syst Pharm, v. 47, n. 3, p. 543-549, 1990.

PENNA, R. P. Pharmacy: a profession in transition or a transitory profession? Am J Hosp Pharm, v. 44, n. 9, p. 2053-9, 1987.

PHARMACEUTICAL SOCIETY OF AUSTRALIA.Principles for a national framework for prescribing by non-medical health professionals.2010. Disponível em: <http://www.psa.org.au/archives/2257>. Acessado em 25 maio 2012.

PIERPAOLI, P. G. An iconoclastic perspective on progress in pharmacy practice.Am J Health SystPharm], v. 52, n. 16, p. 1763-70, 1995.

PINHEIRO, R. M. Serviços farmacêuticos na atenção primária à saúde. Rev. Tempus ActasSaúde Cole, v. 4, n. 3, p. 15-22, 2010.

ROUGHEAD, L.; SEMPLE, S.; VITRY, A. The value of pharmacist professional services in the community setting: a systematic review of the literature 1990-2002. Adelaide: Quality Use of Medicines and Pharmacy Research Centre, School of Pharmaceutical, Molecular and Biomedical Sciences, University of South Australia, 2003. 202p. Disponível em: <http://beta.guild.org.au/uploadedfiles/Research_and_Development_Grants_Program/Projects/2002-507_fr.pdf>.

SAINI, B.; KRASSS, I.; ARMOUR, C. Development, implementation, and evaluation of community pharmacy-basead asthma care model. Ann Pharmacother., [S.l.], v. 38, p. 1954-60, Nov. 2004.

SOARES, M. A. Medicamentos Não Prescritos. Aconselhamento Farmacêutico (2ª ed.). Volume I e II. Lisboa: Associação Nacional de Farmácias, 2002.

TONNA AP. Aninternational overview of some pharmacist-prescribingmodels. Journal of the Malta College of Pharmacy Practice, p. 20-6, 2008.

VAN MIL, J. W. F.; SCHULZ, M. A review of pharmaceutical care in community pharmacy in Europe. Health Highlights, v. 7, n. 1, p. 155-68, 2006.

WALKER, C. et al. Exploring the role of self-management programmes in caring for people from culturally and linguistically diverse backgrounds in Melbourne, Australia. Health Expectations, n. 8, p. 315-23, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; ORGANISATION MONDIALE DE LA SANTE. The Role of the Pharmacist in the Health Care System: Report of a WHO Consultative Group New Delhi, India 13-16 December 1988; Report of a WHO Meeting Tóquio, Japan 31 August-3 September 1993. Geneva, 1994. (WHO/PHARM/94.569).

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Estrutura conceitual da Classificação Internacional sobre Segurança do Doente. Relatório Técnico Final. Direção Geral da Saúde. 2011; 142 p. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/70882/4/WHO_IER_PSP_2010.2_por.df

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World Alliance for Patient Safety: Forward programme 2006-2007. Geneva. Disponívelem: http://www.who. int/patientsafety/World Health.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFM nº 2.052, de 9 de setembro de 2013, publicada no DOU de 25 de setembro de 2013, Seção 1, páginas188-189, em seu artigo 1º, § 1º, inciso I:

onde se lê:

"R$ 533,00 (quinhentos e trinta reais)".

leia-se:

"R$ 533,00 (quinhentos e trinta e três reais)".

onde se lê:

"R$ 544,00 (quinhentos e onze reais)".

leia-se:

"R$ 544,00 (quinhentos e quarenta e quatro reais)".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO Nº 527, DE 28 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre a Política Nacional de Fiscalização (PNF) e sobre a estrutura, o funcionamento e as atribuições dos setores de fiscalização no âmbito do Sistema CFN/CRN e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, na Lei n° 8.234, de 17 de setembro de 1991, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CFN n° 320, de 2 de dezembro de 2003, e considerando a necessidade de que as ações da fiscalização do Sistema CFN/CRN sejam pautadas por uma Política Nacional de Fiscalização; resolve:

CAPÍTULO I. DA POLÍTICA NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CFN/CRN. Art. 1º. Aprovar a Política Nacional de Fiscalização do Sistema Conselho Federal de Nutricionistas e Conselhos Regionais de Nutricionistas (Sistema CFN/CRN), que será implementada e executada na forma do Anexo I desta Resolução. CAPÍTULO II - DA FISCALIZAÇÃO NO SISTEMA CFN/CRN. Art. 2º. A fiscalização do exercício profissional de nutricionistas e de técnicos de nutrição e dietética e das atividades relacionadas à Alimentação e Nutrição, nos termos da Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, da Lei n° 8.234, de 17 de setembro de 1991, e do Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, a ser executada pelos órgãos que compõem o Sistema CFN/CRN nos moldes do que estabelece a Política Nacional de Fiscalização (PNF) aprovada nos termos do Anexo I, será efetivada por meio dos recursos e procedimentos de que trata esta Resolução. Parágrafo único. As atividades de fiscalização deverão atender aos objetivos específicos definidos na PNF, sem prejuízo das ações destinadas a impedir ilegalidades do exercício profissional. Art. 3º. Os recursos materiais e humanos necessários e suficientes ao desempenho efetivo e eficaz das atividades de fiscalização de cada Conselho Regional de Nutricionistas, em suas respectivas jurisdições, serão previstos no Plano de Metas, e os respectivos custos incluídos na Proposta Orçamentária Anual de cada CRN, observadas as disposições desta Resolução. CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO. Art. 4º. Os Conselhos Regionais de Nutricionistas deverão dispor de um setor de fiscalização, sob a supervisão da respectiva Comissão de Fiscalização, com a seguinte estrutura mínima: I - coordenação do setor de fiscalização; II - equipe de nutricionistas fiscais; III - apoio administrativo; IV - apoio de informática. Art. 5º. A Comissão de Fiscalização de cada CRN será instituída, composta e organizada na forma das disposições próprias do Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Nutricionistas, respeitadas as respectivas disposições regimentais. Parágrafo único. O coordenador da Comissão de Fiscalização exercerá suas atribuições conforme o Regimento Interno, de forma integrada com o coordenador do setor de fiscalização. Art. 6°. O setor de fiscalização será integrado por empregados designados para as funções definidas nos incisos I, II e III do art. 4º desta Resolução. § 1°. Respeitadas as normas de regulamentação de pessoal, o coordenador do setor de fiscalização será designado, pelo presidente do Conselho Regional de Nutricionistas, dentre os nutricionistas fiscais que preencham os requisitos fixados pelo respectivo Plenário, de forma a atender as peculiaridades da área de fiscalização. § 2º. O quadro de fiscais será, obrigatoriamente, composto por nutricionistas aprovados em concurso público para essa função. § 3º. O dimensionamento do quadro de fiscais deverá atender às metas definidas para a fiscalização do Conselho Regional de Nutricionistas, considerando as condições geoeconômicas da região, o número de nutricionistas, de técnicos de nutrição e dietética e de pessoas jurídicas com inscrição ativa, bem como a estrutura administrativa e financeira do Conselho Regional de Nutricionistas. Art. 7º. O coordenador do setor de fiscalização de cada Conselho Regional de Nutricionistas deverá organizar, sob a orientação técnica da respectiva Comissão de Fiscalização, todas as atividades de fiscalização, tendo como competências, dentre outros encargos e atribuições próprias da função, o seguinte: I - acompanhar e executar as normas reguladoras e regulamentares do Sistema CFN/CRN, mantendo-se sempre atualizado; II - propor à Comissão de Fiscalização os projetos e as atividades a serem desenvolvidas; III - executar e coordenar as atividades técnico-administrativas do setor de fiscalização, notadamente relatórios, pareceres e correspondências; IV - responsabilizar-se pelos cronogramas das atividades de fiscalização elaborados em conjunto com os fiscais; V - coordenar e supervisionar a programação e a execução das atividades da fiscalização na jurisdição do Conselho Regional de Nutricionistas, de acordo com as diretrizes da PNF; VI - orientar o pessoal de apoio administrativo para a realização das atividades inerentes ao setor; VII - acompanhar a tramitação dos processos de cadastro e registro de pessoas físicas e jurídicas e dos processos de infração de pessoas físicas e jurídicas; VIII - colaborar com a Comissão de Fiscalização na elaboração de instruções e instrumentos para a ação fiscal; IX - responsabilizar-se pela elaboração dos relatórios trimestrais e anuais; X - outros encargos e atribuições que venham a ser definidos pelo Plenário do Conselho Regional de Nutricionistas. Art. 8º. Os nutricionistas fiscais terão as seguintes atribuições: I - fiscalizar e orientar o exercício profissional e outras atividades relacionadas à Alimentação e Nutrição na jurisdição do Conselho Regional de Nutricionistas, em cumprimento às normas existentes; II - cumprir a programação de atividades definida pelo coordenador do setor de fiscalização; III - colaborar com o coordenador do setor de fiscalização na elaboração dos cronogramas das atividades; IV - acompanhar e executar as normas reguladoras e regulamentares do Sistema CFN/CRN, mantendo-se sempre atualizado; V - executar expedientes, decisões e despachos do Plenário, da Diretoria, da Comissão de Fiscalização e do coordenador do setor de fiscalização, relacionados com as ações de fiscalização; VI - elaborar os próprios relatórios de atividades e participar da elaboração dos relatórios trimestrais e anuais de atividades de fiscalização do Conselho Regional de Nutricionistas; VII - realizar outras atividades que venham a ser definidas pelo Plenário, pela Comissão de Fiscalização e pelo coordenador do setor de fiscalização; VIII - colaborar com o setor de fiscalização na análise de processos relativos a pessoas físicas e jurídicas, com vistas à verificação de dados técnicos de interesse da fiscalização. § 1°. No cronograma de atividades de cada fiscal, os dias de visita fiscal deverão prever no mínimo duas visitas, admitindo-se as variáveis relacionadas às diversidades regionais. § 2º. Para a programação do número das visitas anuais deverão ser considerados os dias úteis, as férias trabalhistas, os dias reservados para plantão, o número de fiscais, a carga horária e outras particularidades inerentes à fiscalização. § 3º. As ações de fiscalização incluem as atividades a serem promovidas junto aos profissionais e gestores para o diagnóstico e monitoramento do exercício profissional e das atividades de Alimentação e Nutrição sujeitas à fiscalização. § 4º. Deverá ser destinado ao fiscal, a cada semana, pelo menos um dia de trabalho para as atividades internas relacionadas às ações de fiscalização na sede do CRN ou nas respectivas delegacias. Art. 9º. O apoio administrativo será prestado por empregados, prestadores de serviços e estagiários do Conselho Regional de Nutricionistas, quando assim designados, em número compatível com o número de fiscais e com as atividades de fiscalização, os quais ficarão vinculados tecnicamente à Comissão de Fiscalização e ao coordenador do setor de fiscalização. Art. 10. O apoio de informática será prestado por empregados, prestadores de serviços e estagiários do Conselho Regional de Nutricionistas, quando assim designados. CAPÍTULO IV - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO. Art. 11. Os procedimentos de fiscalização são os normalizados na PNF e nas diretrizes operacionais que a integram, assim como no Manual de Procedimentos da Ação Fiscal. Art. 12. Os Conselhos Regionais de Nutricionistas deverão observar, na implementação das ações de fiscalização, as pactuações entre o Conselho Federal de Nutricionistas e os Conselhos Regionais de Nutricionistas, ressalvadas as peculiaridades regionais. Art. 13. Serão realizados anualmente, por convocação do Conselho Federal de Nutricionistas, com vistas a reunir representantes do Sistema CFN/CRN vinculados às atividades de fiscalização, e desde que haja dotação orçamentária suficiente: I - um encontro nacional de fiscalização; II - pelo menos um encontro com os coordenadores dos setores de fiscalização; e III - um evento de atualização de fiscais. Parágrafo único. Poderá ser instituída uma comissão especial de fiscalização com finalidade específica para atender demandas do Sistema CFN/CRN. CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CFN. Art. 14. Para a implementação da Política Nacional de Fiscalização (PNF) o Conselho Federal de Nutricionistas apoiará os Conselhos Regionais de Nutricionistas com suporte técnico e jurídico e, quando necessário e possível, com apoio financeiro, respeitadas a legislação em vigor e as disponibilidades orçamentárias. Parágrafo único. O apoio financeiro do Conselho Federal de Nutricionistas aos Conselhos Regionais de Nutricionistas será formalizado mediante a assinatura de convênios de cooperação técnica e financeira ou de outros instrumentos jurídicos admitidos nas normas próprias de regência, para os quais se exigirá a observância da legislação em vigor. Art. 15. Compete ao Conselho Federal de Nutricionistas acompanhar e monitorar a execução das atividades de fiscalização no âmbito de cada Conselho Regional de Nutricionistas, de forma a verificar o cumprimento da Política Nacional de Fiscalização (PNF). Art. 16. Sem prejuízo das disposições contidas nesta Resolução, o Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas baixará os atos necessários para regulamentar e complementar as disposições desta Resolução, inclusive no que diz respeito à implantação e execução da Política Nacional de Fiscalização (PNF). Art. 17. Fica revogada a Resolução CFN n° 360, de 5 de agosto de 2005. Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

ANEXO I

POLÍTICA NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO (PNF)

1. INTRODUÇÃO. A profissão de Nutricionista, desde que surgiu no Brasil destaca-se pelos avanços quantitativos e qualitativos dos trabalhos da categoria, culminando com a ampliação dos seus campos de atuação. O exercício qualificado e ético da profissão, direcionado à saúde da população, beneficia a sociedade, levando ao reconhecimento do trabalho do Nutricionista. A Política Nacional de Fiscalização (PNF) do Sistema Conselho Federal de Nutricionistas e Conselhos Regionais de Nutricionistas (Sistema CFN/CRN) é o resultado de um conjunto de ações, iniciado em 2002, cujas diretrizes definiram a elaboração de planos, projetos e atividades, com ênfase no cumprimento da responsabilidade social do Conselho. A PNF do Sistema CFN/CRN foi constituída a partir da necessidade de se estabelecer uma unidade de procedimentos que caracterizassem a ação fiscalizatória do Sistema, respeitando as particularidades das diversas regiões. Assim, em 2005 foram publicados dois instrumentos que passaram a nortear as ações da fiscalização: as Diretrizes Operacionais da Ação Fiscal e a Resolução CFN n° 360/2005, esta dispondo sobre a Política Nacional de Fiscalização (PNF) no âmbito do Sistema CFN/CRN. A PNF estabeleceu um modelo de fiscalização com procedimentos norteados por um perfil orientador sem perder o caráter fiscalizador. O perfil orientador foi definido para que os nutricionistas percebessem o Conselho como entidade que, em consonância com a missão definida em lei, contribui para a saúde da população a que presta serviços ao assegurar assistência nutricional e alimentar por profissionais habilitados e capacitados, e, ao mesmo tempo, conscientizar os empregadores do papel desse profissional. A fiscalização do exercício profissional e das atividades relacionadas à Alimentação e Nutrição, nos termos das Leis nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, e nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, e do Decreto nº 84.444, de 30 de janeiro de 1980, deve estar voltada para uma prática profissional qualificada, utilizando instrumentos e técnicas que possibilitem unidade de ação no âmbito do Sistema CFN/CRN, refletindo os princípios e diretrizes da PNF e fortalecendo a imagem institucional perante os profissionais e as pessoas jurídicas. Tais ações devem estar em consonância com as políticas públicas e pautadas na legislação, normas e instrumentos vigentes ou que venham a ser criados, considerando as peculiaridades de cada área de atuação do profissional nas diferentes regiões do País. Nesse sentido, as alterações, inclusões e modificações propostas pelo CFN e pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas permitiram a construção de uma versão atualizada da PNF que busca a excelência e a consolidação das ações fiscais no âmbito do Sistema CFN/CRN, refletindo a dinâmica social e a inserção do profissional em diversas áreas de atuação. 2. OBJETIVOS. 2.1. GERAL: A PNF tem por objetivo geral assegurar que as práticas de fiscalização sejam consonantes com os princípios que norteiam a missão definida em lei para as entidades que compõem o Sistema CFN/CRN. 2.2. ESPECÍFICOS: A PNF tem por objetivos específicos: 2.2.1. Viabilizar a fiscalização do exercício profissional de nutricionistas e de técnicos em nutrição e dietética, das pessoas jurídicas e dos gestores públicos que exercem atividades na área de Alimentação e Nutrição; 2.2.2. Assegurar que a atenção alimentar e nutricional ao indivíduo e à coletividade seja prestada por profissionais habilitados; 2.2.3. Buscar de forma permanente a qualidade dos serviços relacionados à alimentação e nutrição; 2.2.4. Orientar os profissionais para a melhoria contínua da qualidade dos serviços, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos e da coletividade.

3. DIRETRIZES. Para o alcance dos objetivos definidos na PNF, o Sistema CFN/CRN deve orientar a execução das ações de fiscalização considerando as seguintes diretrizes: I - Consolidação do Perfil da Ação de Fiscalização; II - Estruturação das Ações de Fiscalização; III - Integração com Nutricionistas e Técnicos em Nutrição e Dietética; IV - Interiorização das Ações de Fiscalização; V - Aprimoramento Técnico-Científico da Equipe de Fiscalização; VI - Sensibilização de Parceiros e do Público Alvo. 3.1. CONSOLIDAÇÃO DO PERFIL DA AÇÃO FISCALIZADORA: O perfil da Ação de Fiscalização será definido por intermédio das condutas que norteiam as ações de fiscalização a serem praticadas pelo Sistema CFN/CRN baseadas na Lei nº 6.583, de 1978, na Lei nº 8.234, de 1991, no Decreto nº 84.444, de 1980, nas resoluções da atuação profissional, no Código de Ética e neste documento regulador da PNF. A ação de fiscalização dos CRN deve ter como objetivo principal o caráter orientador, sem perder de vista o caráter fiscalizador, em todas as circunstâncias de atuação, e deve considerar a abordagem específica para cada um dos segmentos fiscalizados, sendo: a) em relação aos profissionais: orientar para a busca contínua da qualidade na prestação de serviço junto aos usuários, enfatizando sempre a importância da apropriação competente das suas atividades privativas; b) em relação às pessoas jurídicas e gestores públicos: apresentar o trabalho do nutricionista como um diferencial de melhoria da qualidade do serviço prestado à sociedade. Para o atingimento desse objetivo são necessários investimentos no setor de fiscalização dos Conselhos Regionais de Nutricionistas em várias frentes, seja nas ações internas como nas externas, dando-se prioridade às ações para: I - Orientar o trabalho do profissional; II - Incentivar a contínua atualização científica do profissional; III - Valorizar os profissionais junto aos gestores públicos, empresários, usuários dos serviços e sociedade; IV - Promover a apropriação das atividades privativas por parte do nutricionista; V - Qualificar a Ação de Fiscalização. 3.2 ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO. Para atender às demandas de fiscalização é necesssário o planejamento, a execução e o controle dos procedimentos das ações de fiscalização, detalhados no Manual de Procedimentos da Ação Fiscal. 3.2.1 PLANEJAMENTO. O Planejamento das ações de fiscalização compreende: I - Elaboração do plano de metas anual; II - Cronograma das atividades de fiscalização; III - Agendamento de visitas de fiscalização e técnicas. 3.2.2. EXECUÇÃO. A execução das ações de fiscalização compreende: I - Visitas de fiscalização e técnicas; II - Análise de processos e documentos; III - Análise de solicitação de Responsáveis Técnicos (RT); IV - Ações orientadoras; V - Atividades internas da fiscalização; VI - Atividades externas da fiscalização (representações, reuniões, eventos, diligências etc.); VII - Participação em atividades de interiorização e/ou itinerantes. 3.2.3. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE: Os procedimentos de controle das ações fiscais compreendem: I - Elaboração de relatório de atividades; II - Controle de prazos dos documentos emitidos; III - Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização. 3.3. INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: A integração e a valorização profissionais devem ser desenvolvidas por meio de estratégias a serem promovidas junto aos profissionais, por área de atuação, para discutir as atividades integradas a cada segmento, visando à melhoria da qualidade do serviço prestado à sociedade. As ações de valorização da atuação do profissional devem ser implementadas pela divulgação, desde que previamente autorizada, de trabalhos de qualidade técnica recomendável. 3.4. INTERIORIZAÇÃO DAS AÇÕES FISCAIS: A interiorização das ações de fiscalização busca identificar e atender as demandas da fiscalização do exercício profissional, tanto quanto promover a politização, apropriação e valorização da profissão. O planejamento e a operacionalização da interiorização estão sustentados em três eixos: I - Base legal para a fiscalização do exercício profissional, fundamentada em normas legais referentes à profissão e legislação correlata; II - Promoção do aprimoramento de conhecimentos relativos à prática profissional, nas diversas áreas de atuação; III - Valorização da profissão perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas de profissionais. No contexto do planejamento e operacionalização da interiorização, as ações de fisca-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

lização poderão contemplar: visitas de fiscalização e técnicas, encontros técnico-científicos com os profissionais e ações políticas da gestão do Conselho Regional de Nutricionistas com instituições, gestores e entidades representativas. 3.5. APRIMORAMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO. Deve ser dada prioridade às atividades que promovam constante aprimoramento e atualização da equipe de fiscalização, tais como participação em congressos, cursos, pesquisas e outros eventos que devem estar no Plano de Ação e Metas Anual, previstos na Proposta Orçamentária. 3.6. SENSIBILIZAÇÃO DE PARCEIROS E PÚBLICO ALVO. Deverão ser programadas ações estratégicas direcionadas aos diferentes públicos atendidos pelo Sistema CFN/CRN, abrangendo profissionais, empresas, entidades, gestores públicos e sociedade. 4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO. O acompanhamento e avaliação da PNF têm como finalidade a atualização de estratégias, instrumentos e indicadores, de modo a atender às demandas da evolução técnico-científica da profissão e à ampliação e diversificação das áreas de atuação dos profissionais. Nos encontros de fiscalização e reuniões dos coordenadores dos setores de fiscalização serão analisadas as ações regionais e nacionais, proposição de novos projetos, estratégias, instrumentos e indicadores para acompanhamento e avaliação da PNF.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
14ª REGIÃO

PORTARIA Nº 23, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO CREF14/GO-TO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o que dispõe o Estatuto do CREF14/GO-TO, Artigo 40, Incisos X; CONSIDERANDO a Lei Federal 9696/98, Artigo 2º, Incisos I, II e III, a Resolução do CONFEF 0182/09, Artigo 1º, Inciso III e o Estatuto do CREF14/GO-TO, Artigo 21, Inciso X, Artigo 22, Inciso IV e Artigo 23, Inciso XI; CONSIDERANDO, finalmente, o processo administrativo número Nº 2013/000213, respeitados os prazos e o direito do contraditório e ampla defesa, resolve:

Art. 1º - Cancelar o registro profissional do Sr. JEFFERSON PINHEIRO DE ALMEIDA, CPF 023.149.491-29, registrado no CREF14/GO-TO sob número 006186-G/GO, por inconsistências na documentação de comprovação de conclusão de curso superior em Educação Física.

Art. 2º - Divulgar o fato para efeitos legais. Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

RUBENS DOS SANTOS SILVA

PORTARIA Nº 24, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO CREF14/GO-TO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o que dispõe o Estatuto do CREF14/GO-TO, Artigo 40, Incisos X; CONSIDERANDO a Lei Federal 9696/98, Artigo 2º, Incisos I, II e III, a Resolução do CONFEF 0182/09, Artigo 1º, Inciso III e o Estatuto do CREF14/GO-TO, Artigo 21, Inciso X, Artigo 22, Inciso IV e Artigo 23, Inciso XI; CONSIDERANDO, finalmente, o processo administrativo número N° 2013/000756, respeitados os prazos e o direito do contraditório e ampla defesa, resolve:

Art. 1º - Cancelar o registro profissional do Sr. FABRICIO SILVA BARBOSA, CPF 728.533.791-91, registrado no CREF14/GO-TO sob número 004787-G/GO, por inconsistências na documentação de comprovação de conclusão de curso superior em Educação Física. Art. 2º - Divulgar o fato para efeitos legais. Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

RUBENS DOS SANTOS SILVA

PORTARIA Nº 25, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO CREF14/GO-TO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o que dispõe o Estatuto do CREF14/GO-TO, Artigo 40, Incisos X; CONSIDERANDO a Lei Federal 9696/98, Artigo 2º, Incisos I, II e III, a Resolução do CONFEF 0182/09, Artigo 1º, Inciso III e o Estatuto do CREF14/GO-TO, Artigo 21, Inciso X, Artigo 22, Inciso IV e Artigo 23, Inciso XI; CONSIDERANDO, finalmente, o processo administrativo número N° 2013/000214, respeitados os prazos e o direito do contraditório e ampla defesa, resolve:

Art. 1º - Cancelar o registro profissional do Sr. RAFAEL HENRIQUE MARTINS NEVES, CPF 029.015.061-27, registrado no CREF14/GO-TO sob número 006066-G/GO, por inconsistências na documentação de comprovação de conclusão de curso superior em Educação Física. Art. 2º - Divulgar o fato para efeitos legais. Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

RUBENS DOS SANTOS SILVA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃOS

PROPOSIÇÃO n. 49.0000.2012.009354-0/OEP. Assunto: Proposta de súmula. Extinção do mandato dos membros da OAB. Incompatibilidade com o exercício da advocacia. Proponente: Maryvaldo Bassal de Freire (OAB/RR 66-A). Relator: Conselheiro Federal Walter de Agra Junior (PB). Vista: Conselheiro Federal Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira (RN). EMENTA n. 0157/2013/OEP: PROPOSTA DE SÚMULA. IMPEDIMENTO E INCOMPATIBILIDADES. CONSEQUÊNCIAS. EDIÇÃO SUPERVENIENTE DA SÚMULA 05 DO ÓRGÃO ESPECIAL. PREJUDICIALIDADE QUANTO AO TEMA DE INCOMPATIBILIDADES. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA A ENSEJAR A SÚMULA SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DO IMPEDIMENTO. ARQUIVAMENTO DA PROPOSTA. 1) A edição de súmula sobre os efeitos das incompatibilidades já está superado pela edição superveniente da súmula 05 do Órgão Especial. 2) Não havendo, ainda, decisões uníssonas em um só sentido pelos órgãos fracionários quanto aos efeitos dos impedimentos, não se pode ainda sumular a matéria. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, à unanimidade, em arquivar a proposta de súmula relativa à proposta sobre os efeitos do impedimento, até que haja decisões harmônicas sobre o tema pelos órgãos fracionários, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2013. Marcelo Lavocat Galvão - Presidente ad hoc. WALTER de AGRA Junior - Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.003193-0/OEP. Recte: Bruna Mello de Miranda. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Walter Cândido dos Santos (MG). EMENTA N. 0158/2013/OEP. Recurso contra decisão da Primeira Câmara do Conselho Federal da OAB, que indeferiu a inscrição definitiva nos quadros da Seccional da OAB/DF, por incompatibilidade. Cargo de Agente de Reintegração Social da Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal. Incompatibilidade verificada. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 9 de junho de 2013. Claudio Pacheco Prates Lamachia - Presidente. Walter Cândido dos Santos - Relator. REMESSA OFICIAL N. 49.0000.2012.002551-3/OEP. Requerente: Presidente da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Requerida: Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e G.A.P. (Advs.: Samuel Augusto Brunelli Benedicto OAB/SP 283821 e Geraldo Antonio Pires OAB/SP 116698). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). Redistribuído: Conselheiro Federal Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira (RN). EMENTA N. 0159/2013/OEP. Reexame necessário. Art. 142 do Regulamento Geral. Inexistência de orientação dominante no órgão superior sobre o tema. Hipótese de não cabimento. Pedido de revisão do processo disciplinar (art. 73, § 5º, do EAOAB). Presidente do Conselho Federal da OAB. Ilegitimidade. Ação autônoma de iniciativa exclusiva do advogado punido. Aplicação subsidiária da legislação processual penal comum. Reexame necessário não conhecido. 1) O duplo grau de jurisdição a que alude o art. 142 do Regulamento Geral do EAOAB, nos casos em que a decisão conflitar com orientação de órgão colegiado superior, pressupõe entendimento pacificado, consubstanciado em reiterados julgados ou mesmo consolidado em súmula (art. 86 do Regulamento Geral), razão pela qual decisões isoladas ou ainda não pacificadas, como é o caso, não passíveis de impor o reexame do que decidido por órgão julgador inferior. 2) Por outro lado, a revisão do processo disciplinar, regulada pelo art. 73, § 5º do EAOAB, por sua natureza jurídica, somente pode ser requerida pelo advogado punido, e para fins de revisão benéfica, jamais por órgãos da OAB e que tenham por objeto decisões favoráveis ao advogado. 3) Reexame necessário não conhecido. Decisão da Segunda Câmara mantida em todos os seus termos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do reexame necessário, nos termos do voto do Relator. Brasília, 9 de junho de 2013. Claudio Pacheco Prates Lamachia - Presidente. Daniel Victor da Silva Ferreira - Relator ad hoc. RECURSO n. 49.0000.2012.007103-7/OEP. Recte: G.P.S. (Adv.: Getúlio Pereira Serpa OAB/SP 90452). Recda: Sônia Regina Beserra Esteban (Advs: Anderson Vicentini Souza OAB/SP 234165 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Danilo Correia Mota (CE). Relator p/ acórdão: Djalma Frasson (ES). EMENTA Nº 0160/2013/OEP. RECURSO. JULGAMENTO BASEADO EM FALSAS ALEGAÇÕES. DESISTÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. I - Havendo desistência da representação no curso do processo, aonde a representante não tem certeza sobre os fatos e pleiteia o seu arquivamento por desinteresse no prosseguimento do feito, não podem estes servir de prova para fundamentar uma condenação. II - Restando claro que o julgamento foi baseado em falsas alegações e, constatado o cerceamento de defesa do representado, faz-se necessária a sua absolvição pela improcedência da representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por maioria, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto divergente. Impedido de votar o representante da Seccional da OAB-SP. Brasília, 08 de dezembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Djalma Frasson - Relator p/acórdão. RECURSO 49.0000.2012.007184-0/OEP. Recte: Maria Claudia Brito Lourenço (Adv: Filipe Correa Silva Vicente Chaves OAB/RJ 132724). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). EMENTA n. 0161/2013/OEP: RECURSO. PEDIDO DE INSCRIÇÃO PRINCIPAL - INDEFERIMENTO - CARGO DE FISCAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (POSTURAS) - SECRETARIA ESPECIAL DE ORDEM PÚBLICA DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - INCOMPATIBILIDADE AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA - NEGADO PROVIMENTO. O cargo de Fiscal de Atividades Econômicas possui poder de polícia, podendo proceder à lavratura de autos de infração e imposição de multas administrativas. Possibilidade de tráfico de influência, captação de clientela e concorrência desleal. Precedentes do Órgão Especial: 2009.08.03653-03 e 2007.08.04434-03. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Djalma Frasson - Relator. CONFLITO DE COMPETÊNCIA n. 49.0000.2012.000292-4/OEP. Suscitante: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Suscitado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Interessada: S.R.M.B. (Adv.: Sonia Regina Marques Barreiro OAB/DF 9072). Relator: Conselheiro Federal Francisco Anis Faiad (MT). EMENTA n. 0162/2013/OEP: "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ATO PRATICADO EM CARTA PRECATÓRIA CUMPRIDA NO DISTRITO FEDERAL, POR ORDEM DE JUIZ DO PROCESSO PRINCIPAL EM TRÂMITE EM SÃO PAULO. LOCAL DA INFRAÇÃO. CONFLITO DIRIMIDO. COMPETÊNCIA DA OAB/DISTRITO FEDERAL. Se o artigo 70 do EAOAB define que a competência territorial é do local onde a infração é cometida, e, sendo ela possivelmente cometida em ato praticado na Carta Precatória em tramite em Vara do Trabalho de Brasília, a competência para análise e julgamento é do TED da OAB/Distrito Federal". Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por maioria, em dirimir o conflito reconhecendo a competência é da OAB/Distrito Federal. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Francisco Anis Faiad - Relator. RECURSO n. 49.0000.2011.003305-3/OEP. Recte: Jonathas Barbosa Pinheiro. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). EMENTA n. 0163/2013/OEP: RECURSO. INSCRIÇÃO ORIGINÁRIA NOS QUADROS DA OAB. DISPENSA DO EXAME DE ORDEM. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. (Inteligência do art. 9º, § 3º, da Lei 8.906/94, c/c o art. 7º, parágrafo único, da Resolução n. 02/94, do Conselho Federal). Evidencia-se necessário a submissão ao exame de ordem bacharel em direito que não se inscreveu no quadro de advogados por incompatibilidade de cargo público com o múnus advocatício sob égide da Lei 4.215/63, não havendo de se cogitar em direito adquirido, ante a vigência do atual Estatuto da Advocacia e da OAB. Recurso conhecido, mas improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por maioria, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Djalma Frasson - Relator. RECURSO n. 49.0000.2011.005218-0/OEP. Recte: E.F.F.M. (Advs.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Recdo: Maria Sueli dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA n. 0164/2013/OEP: Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Ausência de demonstração dos pressupostos específicos de admissibilidade do recurso interposto, previstos no art. 85 do Regulamento Geral do EAOAB. Não conhecimento. 1) Não reúne condições de admissibilidade o recurso interposto ao Órgão Especial contra decisão unânime de uma das Turmas da Segunda Câmara quando não demonstrada violação ao Estatuto da Advocacia e da OAB, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética ou aos Provimentos, e, ainda, não apontada dissonância pretoriana específica advinda desse Conselho Federal, ou de qualquer outro Conselho Seccional. 2) A via extraordinária dos recursos interpostos ao Conselho Federal não admite incursão no conjunto fático-probatório dos autos. 3) Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 21 de maio de 2013. Claudio Pacheco Prates Lamachia - Presidente. Marcelo Lavocat Galvão - Relator ad hoc. RECURSO n. 49.0000.2011.005218-0/OEP. Recte: E.F.F.M. (Advs: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Recdo: Maria Sueli dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA n. 0164/2013/OEP: Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Ausência de demonstração dos pressupostos específicos de admissibilidade do recurso interposto, previstos no art. 85 do Regulamento Geral do EAOAB. Não conhecimento. 1) Não reúne condições de admissibilidade o recurso interposto ao Órgão Especial contra decisão unânime de uma das Turmas da Segunda Câmara quando não demonstrada violação ao Estatuto da Advocacia e da OAB, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética ou aos Provimentos, e, ainda, não apontada dissonância pretoriana específica advinda desse Conselho Federal, ou de qualquer outro Conselho Seccional. 2) A via extraordinária dos recursos interpostos ao Conselho Federal não admite incursão no conjunto fático-probatório dos autos. 3) Recurso não conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 21 de maio de 2013. Claudio Pacheco Prates Lamachia - Presidente. Marcelo Lavocat Galvão - Relator ad hoc. RECURSO n. 49.0000.2012.002213-7/OEP. Recte: J.C.C. (Adv: José Carlos Charara OAB/SP 161632). Recdos: José Carlos Lúcio e Vera Lúcia Lopes. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Jayme Jemil Asfora Filho (PE). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA n. 0165/2013/OEP: Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime de Turma da Segunda Câmara. Prescrição. Inocorrência. Inteligência do art. 43 da Lei n. 8.906/94. Súmula n. 01/2011-COP. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 18 de setembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral - Relator para o acórdão. RECURSO n. 49.0000.2012.002597-8/OEP. Recte: N.J.O.N. (Advs: Ana Paula Thábata Marques Fuertes OAB/SP 271888). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Willian Guimarães Santos de Carvalho (PI). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). EMENTA n. 0166/2013/OEP: "Recurso. Não conhecimento. Decisão unânime da Segunda Câmara. Não preenchimento dos requisitos previstos nos arts. 75 da Lei n. 8.906/94 e art. 85, I e II, do Regulamento Geral. Aplicação da Súmula n. 001/2007 do Órgão Especial." Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Maryvaldo Bassal de Freire - Relator ad hoc. RECURSO n. 49.0000.2012.001775-6/OEP. Recte: J.L.A.C. (Advs: Luiz Antônio de Oliveira Mello OAB/SP 145142 e outros). Recdo: S.A.V.C. (Advs: Nivaldo Doro OAB/SP 60171 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Willian Guimarães Santos de Carvalho (PI). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Luiz Carlos Levenzon (RS). EMENTA n. 0167/2013/OEP: Recurso. Não conhecimento. Decisão unânime de Turma da 2ª Câmara. Não preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 75 da Lei n. 8.906/94 e art. 85, I e II, do Regulamento Geral. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Luiz Carlos Levenzon - Relator ad hoc. RECURSO n. 49.0000.2012.004664-0/OEP. Recte: G.A.D. (Adv: Gilberto Antonio Duraes OAB/SP 143366). Recdo: Espólio de Julião Vaquero Rodrigues - Representante legal: Clélia Apparecida Unti Vaquero (Adv.: Fernando Baccarin Junior OAB/SP 34046). Interessado: Conselho Seccional OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Carlos Levenzon (RS). EMENTA n. 0168/2013/OEP: PEDIDO DE REVISÃO PROPOSTO NO CURSO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO VOLUNTÁRIO, OU SEJA, ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. ALEGAÇÃO DE QUE PUNIÇÃO DE SUSPENSÃO POR TRINTA DIAS IMPOSTA É SEVERA. AFIRMAÇÃO DE PROPOSITURA FUTURA DE AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE ERRO DE JULGAMENTO OU DE CONDENAÇÃO BASEADA EM FALSA PROVA. IMPOSSIBILIDADE SEQUER DE ADMITIR O PEDIDO REVISIONAL COMO RECURSO VOLUNTÁRIO POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS FORMAIS. ART. 73, § 5º, DO EAOAB. PEDIDO DE REVISÃO NÃO CONHECIDO. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do pedido de revisão, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Luiz Carlos Levenzon - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.010183-3/OEP. Recte: H.L.A. (Advs.: Hosen Leite Azambuja OAB/SP 109894, Marcelo Pereira Maluf OAB/SP 185118-E e outros). Recda: M.S. (Advs.: Maria Eduarda Azevedo de Abreu Oliveira OAB/SP 113889 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carmelino de Arruda Rezende (MS). Redistribuído: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA n. 0169/2013/OEP: Recurso contra decisão unânime das Câmaras ou Turmas do Conselho Federal da OAB. Requisitos de admissibilidade do art. 85, I e II, do Regulamento Geral do EAOAB. A falta de apontamento de dispositivo da Constituição Federal, de Lei, do Estatuto, do Regulamento, do Código de Ética e Disciplina, supostamente violado pela decisão recorrida, obsta a apreciação do recurso pela ausência de requisito de admissibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 12 de março de 2013. Claudio Pacheco Prates Lamachia - Presidente. Fernando Santana Rocha - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.005114-3/OEP - Embargos de Declaração. Embgte: F.A.B. (Adv: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981 e outros). Embgdo: Acórdão de fls. 262/265. Recte: F.A.B. (Advs: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Walter de Agra Junior (PB). EMENTA n. 0170/2013/OEP: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CAPTAÇÃO DE CAUSA POR PUBLICIDADE IMODERADA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INOVAÇÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. - Estando ausentes qualquer dos requisitos ensejadores dos Embargos Declaratórios - omissão, contradição e obscuridade - mister se faz rejeitar os embargos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os integrantes do Órgão Especial, por unanimidade de votos, em rejeitar o recurso interposto, nos termos do voto do relator. Impedido de votar a representante da delegação da bancada de São Paulo. Brasília, 12 de março de 2013. Claudio Lamachia - Presidente. Walter de Agra Junior - Relator. RECURSO 49.0000.2012.002639-0/OEP - Embargos de Declaração. Embgte: V.D.I. (Adv: Jose Antonio Carvaho OAB/SP 53981). Embgdo: Acórdão de fls. 410/414. Recte: V.D.I. (Adv: Jose Antonio Carvaho OAB/SP 53981). Recdo: Maria Aparecida da Silva (Adv: Elaine dias Guazzelli Vidal OAB/SP 80518). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Walter de Agra Junior (PB). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). EMENTA n. 0171/2013/OEP: PROCESSO DISCIPLINAR. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INOVAÇÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. Estando ausentes qualquer dos requisitos ensejadores dos embargos declaratórios - omissão, contradição e obscuridade - mister se faz rejeitar os embargos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Djalma Frasson - Relator para o acórdão. RECURSO n. 49.0000.2012.010511-1/OEP. Recte: G.R.A. (Adv.: Euclydes Aparecido Martins OAB/SP 212943 e outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Benvindo José Freire (Advs: Carlos Alberto Pinto OAB/SP 82909 e Angelita Ferreira da Silva Pinto OAB/SP 130066). Relator: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). EMENTA n. 0172/2013/OEP: Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Ausência de demonstração dos pressupostos específicos de admissibilidade do recurso. Art. 85 do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Djalma Frasson - Relator ad hoc. RECURSO 49.0000.2012.006756-3/OEP. Recte: J.A. (Adv: Juliane de Almeida OAB/SP 102563). Recdo: Benedita de Toledo Toniolo (Advs.: Valéria Balthazar OAB/SP 115408 e Seila de Cassia Bianchim OAB/SP 141358). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). EMENTA n. 0173/2013/OEP: Recurso ao Órgão Especial. Preliminares de contradição do acórdão recorrido; nulidade por participação de integrante da delegação do Estado de São Paulo no julgamento do recurso; violação ao princípio do juiz natural pela participação de advogado não conselheiro no julgamento do recurso e de prescrição. Todas preliminares rejeitadas. No mérito recurso improvido. 1) Se a decisão recorrida proveu parcialmente o recurso para reduzir a suspensão imposta, não poderia manter integralmente a decisão da Seccional, tratando-se de mero erro material que não altera o conteúdo do julgado e que já foi resolvido por meio de embargos. 2) Decisão unânime. Mesmo compultando-se ou abstraindo-se o voto da Conselheira Federal da Delegação de São Paulo, não alteraria o resultado do julgado. A Recorrente não se desincumbiu de demonstrar qual o prejuízo sofrido em razão do voto. Matéria rejeitada. 3) Este Conselho Federal já pacificou o entendimento de que inexiste nulidade no julgamento de recurso em matéria ético-disciplinar realizado por órgão composto por advogado não conseheiro, designado nos termos do Regimento Interno do Conselho Seccional, nos termos da Súmula n. 01/2007 deste Órgão Especial. 4) A alegação de prescrição deve ser rejeitada, eis que não decorreu prazo superior a 5 anos entre a representação e primeira decisão condenatória recorrível de órgão julgador da OAB, nem o processo permaneceu paralisado por mais de três anos. 5) No mérito, verifica-se que a infração disciplinar restou devidamente comprovada, não enfrentando as provas constantes dos autos a recorrente. 6) Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a representante da OAB/São Paulo. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Djalma Frasson - Relator para o acórdão.

Brasília, 24 de setembro de 2013.
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA
Presidente do Órgão Especial

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013092600141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

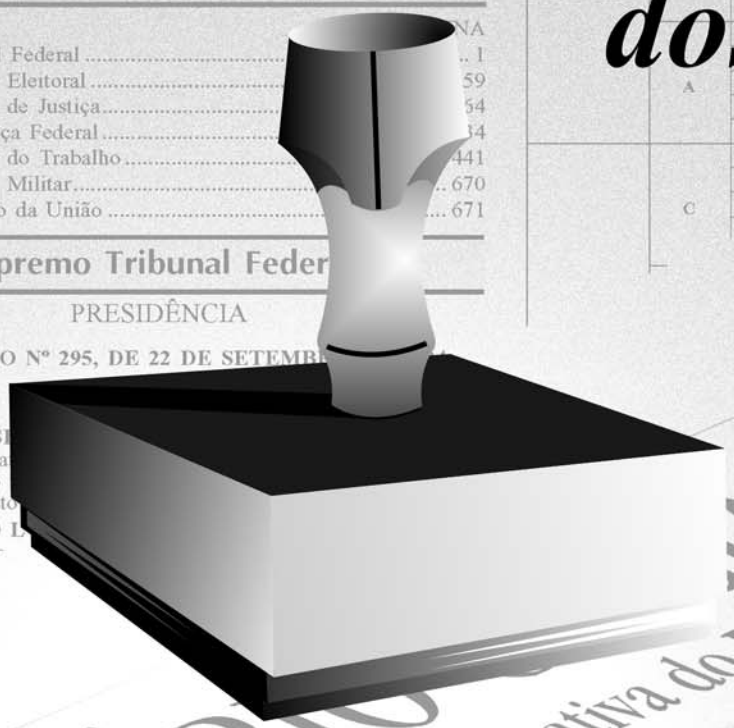


Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013092600142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

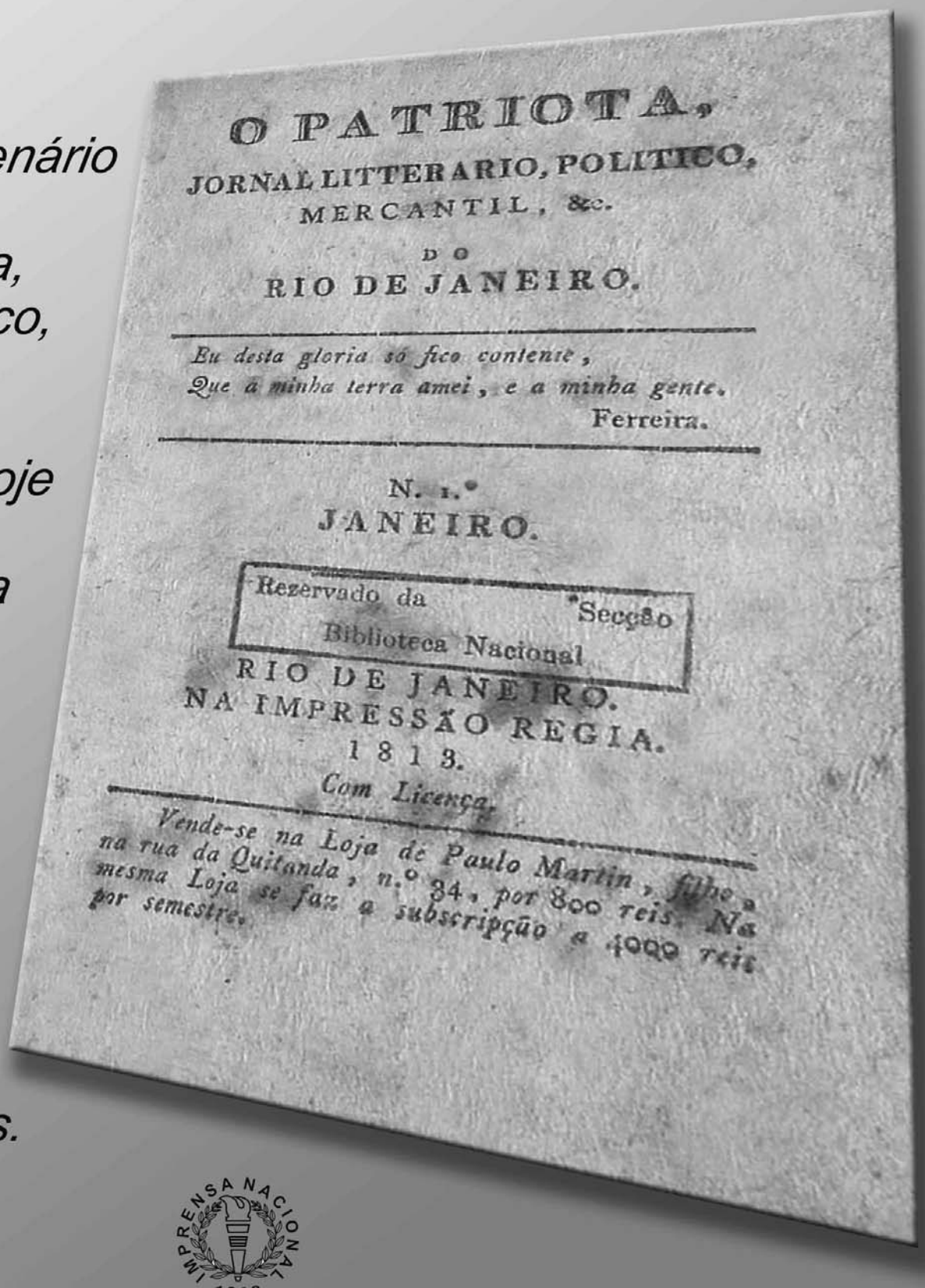
Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



O PATRIOTA

Em 2013, o Brasil comemora o bicentenário de lançamento do periódico "O Patriota, jornal literário, político, mercantil & C", impresso pela Impressão Régia, hoje Imprensa Nacional, de janeiro de 1813 a dezembro de 1814, num total de 18 números.

"O Patriota" é reconhecido como o primeiro jornal brasileiro a publicar artigos literários, científicos, políticos e mercantis.


O PATRIOTA,
JORNAL LITTERARIO, POLITICO,
MERCANTIL, &c.
DO
RIO DE JANEIRO.

Eu desta gloria só fico contente,
Que á minha terra amei, e a minha gente.
Ferreira.

N. 1.º
JANEIRO.

Rezervado da Secção
Biblioteca Nacional
RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença.

Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda, n.º 84, por 800 reis. Na mesma Loja se faz a subscripção a 1000 reis por semestre.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013092600144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.